

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE POS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

FERNANDA DAS GRAÇAS CORRÊA

**POLÍTICAS & AQUISIÇÕES DE DEFESA:
UMA ANÁLISE HISTÓRICA DA PARCERIA ESTRATÉGICA FRANÇA-BRASIL
NOS SÉCULOS XX E XXI**

Niterói
2016

FERNANDA DAS GRAÇAS CORRÊA

**POLÍTICAS & AQUISIÇÕES DE DEFESA:
UMA ANÁLISE HISTÓRICA DA PARCERIA ESTRATÉGICA FRANÇA-BRASIL
NOS SÉCULOS XX E XXI**

Tese apresentada ao curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade Federal Fluminense (UFF), como requisito à obtenção do título de Doutora em Ciência Política na área de Estudos Estratégicos.

Orientador:
Prof. Dr. Thomas Ferdinand Heye

Niterói
2016

C824 Corrêa, Fernanda das Graças.

Políticas & aquisições de defesa: uma análise histórica da parceria estratégica França-Brasil nos séculos XX e XXI / Fernanda das Graças Corrêa. – 2016.

449 f.

Orientador: Thomas Ferdinand Heye.

Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Ciência Política, 2016.

Bibliografia: f. 368-427.

1. Relações internacionais. 2. França. 3. Brasil. I. Heye, Thomas Ferdinand. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

FERNANDA DAS GRAÇAS CORRÊA

**POLÍTICAS & AQUISIÇÕES DE DEFESA:
UMA ANÁLISE HISTÓRICA DA PARCERIA ESTRATÉGICA FRANÇA-BRASIL
NOS SÉCULOS XX E XXI (1900-2016)**

Tese apresentada ao curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade Federal Fluminense (UFF), como requisito à obtenção do título de Doutora em Ciência Política na área de Estudos Estratégicos.

Aprovada em 23 de setembro de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Thomas Ferdinand Heye (Orientador) - UFF

Prof. Dr. Fernando Roberto de Freitas Almeida - UFF

Prof. Dr. Alex Jobim Farias - UFF

Prof. Dr. Leonam dos Santos Guimarães - USP

Prof. Dr. Eli Alves Penha - UERJ

Prof. Dr. Claudio de Carvalho Silveira - UERJ

Niterói
2016

DEDICATÓRIA

Dedico esta tese à minha mãe Sidinéa, à minha filha Catarina, à minha tia Maria das Graças e aos meus avós *in memoriam* que, aonde quer que estejam, vibraram e torceram para que este dia chegasse.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família pelo amor incondicional, pela compreensão pelas minhas ausências e pelo apoio nos momentos difíceis. Nada seria possível sem o amor e a força que me dão.

Agradeço ao querido amigo Antonio Didier pela bolsa de estudo que financiou por um ano de seus próprios fundos por acreditar que esta pesquisa contribuiria para o fortalecimento do nosso País. Sua fé em mim renovava as minhas esperanças de que conseguiria concluir com êxito este trabalho.

Agradeço ao Professor Eurico de Lima Figueiredo por todo apoio e incentivo que me deu ao longo de todo o doutorado.

Agradeço ao Almirante de Esquadra Mauro Cesar Rodrigues Pereira por abrir as portas da Marinha para o meu trabalho e viabilizar o acesso às entrevistas que aqui foram concedidas.

Agradeço *in memoriam* ao amigo Ronaldo Corrêa Leão pelos preciosos ensinamentos sobre a arte da guerra e estratégias.

Agradeço ao amigo muito querido Leonam dos Santos Guimarães pelo empréstimo de livros, pelos conselhos e pela parceria acadêmica que estão sempre nos encaminhando para novos rumos profissionais, seja na publicação de artigos e livros, seja na participação em conferências nacionais e internacionais.

Agradeço aos professores Alex Jobim e ao Thomas Heye por terem me acolhido como orientanda em uma fase muito sensível do curso e por terem propiciado significativas contribuições empíricas para esta pesquisa.

Agradeço aos amigos Antonio Henrique Lucena da Silva e Sergio Santanna pela indicação de bibliografias referentes ao poder aéreo. Aprendi muito com vocês!

Agradeço a minha Marinha do Brasil por ter reconhecido o meu trabalho, à Força de Submarinos pela condecoração de Submarinista Honorária pelos meus, assim considerados, relevantes trabalhos prestados à Força e ao Almirante Ney Zanella e ao Comandante Cunha

Couto por terem me concedido a honra de trabalhar na Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A., única estatal brasileira do setor nuclear vinculada ao Ministério da Defesa. Graças a esta empresa tenho a oportunidade de pôr em prática os conhecimentos adquiridos na academia e participar da construção de um projeto que eu tenho dedicado a minha vida por defender o desenvolvimento e a soberania do meu país.

Como diria Thomas Hobbes, “a razão é o passo, o aumento da ciência o caminho e o benefício da humanidade é o fim”. Todos comungamos destes mesmos valores e todos tiveram participação ímpar nesta pesquisa. A todos que contribuíram para que o dia da defesa da minha tese chegasse, o meu MUITO OBRIGADA!

Não venho servir a um partido político: venho servir ao nosso Brasil, que todos desejamos ver
unido, íntegro, forte e respeitado”
Barão do Rio Branco

Quanto mais você suar em tempos de paz, menos você sangrará em tempos de guerra
Almirante Hyman Rickover.

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar as relações históricas entre França e Brasil na área de Defesa, desde as missões de instrução, aquisição de blindados até a entrada do Brasil nas eras supersônica, missilística e de asas rotativas, e, por meio de estudos de caso, esclarecer em que momento da história estas relações se configuraram como parceria estratégica. Considera-se nesta pesquisa a transferência de tecnologia um processo político tratado entre Estados como parte do desenvolvimento autônomo de programas estratégicos nacionais de defesa de longo prazo. Sustenta-se que a parceria estratégica entre França e Brasil por meio da transferência de tecnologia para programas estratégicos de defesa e os *offsets*, ademais de serem parte da Grande Estratégia da França, contribuirão para distribuir capacidades e exercer maior projeção política no sistema internacional.

Palavras-chave: Políticas de Defesa, Aquisições de Defesa, Parceria Estratégica França-Brasil, Projeção no Sistema Internacional.

ABSTRACT

This research aims to analyze the historical relations between France and Brazil concerning the Defense area, covering since the instruction missions and armored vehicles acquisition until Brazil's entrance in the supersonic, missile and rotary wings era, as well as by means of a case study to clarify in which historical moment such relations were configured as a strategic partnership. The transfer of technology is considered in this research as a political process dealt between the States as an integral part of the autonomous development of long range national defense strategic programs. It is also supported that beyond integral part of France's Grand Strategy, the strategic partnership between France and Brazil by means of the transfer of technology for strategic defense programs as well as offsets will contribute to the distribution of capacities and the exertion of greater political projection within the International System.

Keywords: Defense Policy, Defense Acquisitions, Strategic Partnership France-Brazil, Projection in the International System.

RÉSUMÉ

Cette recherche vise à analyser les relations historiques entre la France et le Brésil dans le domaine de la défense, des missiles, acquisition de blindés à l'entrée du Brésil dans les âges supersoniques missilística et giravions, et à travers des études de cas préciser à quel moment dans l'histoire de ces relations ont pris forme comme un partenariat stratégique. Il est pris en compte dans ce processus de transfert de technologie de la recherche d'un traité politique entre les États dans le cadre du développement autonome de défense à long terme des programmes stratégiques nationaux. On fait valoir que le partenariat stratégique entre la France et le Brésil à travers le transfert de technologie pour les programmes et les compensations de défense stratégique aide fait partie de la grande stratégie de la France pour distribuer les capacités et exercer une plus projection politique dans le système international.

Mots-clés: Politique de Défense, les acquisitions de défense, partenariat stratégique France-Brésil, projection dans le système international

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 – QUADRO TEÓRICO.....	18
1.1 – O Realismo nas Relações Internacionais	18
1.2 – O Equilíbrio de Poder e o Realismo Estrutural	25
1.3 – Os Novos Atores Globais, a França e o Mundo Multipolar	33
1.4 - Metodologia e Fontes de Pesquisa	46
2 – MISSÕES MILITARES FRANCESAS NO BRASIL NO INÍCIO DO SÉCULO XX	55
2.1 - Concepções Teóricas sobre o Domínio Aéreo: da Aviação Militar à Missão Militar Francesa de Aviação no Brasil	55
2.2 – A Missão Militar Francesa de Instrução	68
2.3 – Renault FT-17: Guerra de Trincheiras x Guerra de Mobilidade	78
3 – AS RELAÇÕES DO GOVERNO DE GAULLE COM O BRASIL	88
3.1 – De Gaulle, Guerra da Lagosta e a Tradição de Maior Independência da França.....	88
3.2 – A Escola Superior de Guerra e a Guerra Revolucionária	100
3.3 – Teóricos Franceses e a Estratégia Naval Brasileira	109
4 – A BUSCA BRASILEIRA PELO DOMÍNIO AEROESPACIAL	128
4.1 - A Indústria Aeroespacial Nacional e a Busca por Maior Independência Tecnológica	128
4.2 – Mirage: a Defesa Aérea de Brasília e a Nova Doutrina Supersônica	137
4.3 – A Era das Asas Rotativas e Mísseis Franceses no Brasil	147
5 – POLÍTICAS PÚBLICAS E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA PARA A DEFESA NACIONAL NO SÉCULO XXI	159
5.1 – Políticas Públicas de Defesa	159
5.1.1 – As reformulações na política de exportação das indústrias de defesa francesas e a transferência de tecnologia	183
5.1.1.1 – Programa de desenvolvimento de submarinos	197
5.1.1.2 – Míssil antinavio-superfície	209
5.1.1.3 – Airbus helicopters, Helibras e helicópteros EC725	213
5.2 – Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A.	220

5.3 – Estratégia Naval Brasileira: uma Estratégia Negacionista	229
6- PARCERIA ESTRATÉGICA FRANÇA-BRASIL	250
6.1 - França-Brasil: uma Parceria Estratégica?	250
6.2 - Os Dilemas Estratégicos da França: do Mediterrâneo ao Atlântico Sul	269
6.2.1 - Parceria Estratégica França-Brasil na América do Sul	287
6.2.2 - Parceria Estratégica França-Brasil na Amazônia Azul	296
6.2.3 - Parceria Estratégica França-Brasil no Atlântico Sul	313
6.3 - A França, o Brasil e a Redistribuição das Capacidades no Sistema Internacional.....	319
CONSIDERAÇÕES FINAIS	352
BIBLIOGRAFIA	368
ANEXOS	428
Anexo A	429
Anexo B	433
Anexo C	440
Anexo D	445

Introdução

As relações entre França e Brasil são históricas e compartilham com a colonização portuguesa no Brasil mais de quinhentos anos.

Conforme nos elucidada a História, a presença militar francesa no Brasil foi reflexo de conflitos marcados por ocupação territorial, delimitação de fronteiras e religião, que perpassam pela invasão francesa no Rio de Janeiro, com a tentativa de estabelecer um núcleo de protestantes huguenotes franceses e a fundação da França Antártica em 1555. A partir deste episódio ícone da história da relação entre França e Brasil, este país jamais deixou de ser observado, estudado, revisitado pela historiografia e imaginário francês. Uma das versões mais aceitas a cerca da primeira invasão francesa no Brasil é a de Nicolas Durand de Villegaignon, nobre militar francês, o qual teria proposto ao rei Henrique II o duplo objetivo de estabelecer o domínio francês no Brasil e servir de refúgio aos citados protestantes que desejavam se afastar dos conflitos religiosos na França. A expedição teve a especial participação do missionário franciscano André Thevet, o qual descreveu o Brasil no livro *As Singularidades da França Antártica*. Segundo Ronald José Raminelli, Thevet

concedeu a localização e a situação dos lugares, definiu o clima, a zona e o paralelo. Descreveu os mares, as ilhas e a terra firme, a temperatura do ar, os costumes e os modos de vida de seus habitantes. Não descuidou dos aspectos e características dos animais aquáticos e terrestres, das árvores, arbustos e seus respectivos frutos, dos minerais e das pedras preciosas. Seus escritos eram acompanhados de imagens que atuavam como testemunhos visuais das experiências.¹

O calvinista Jean de Léry que também participou da expedição militar francesa no Brasil escreveu a obra intitulada *História de uma viagem feita à terra do Brasil*, a qual retrata detalhadamente os costumes e hábitos de nativos brasileiros. A publicação destas obras passou a fazer parte do imaginário francês sobre o Brasil, o que inspirou a vinda e a presença constante de navegadores franceses nas costas brasileiras desde o final do século XV. Conforme elucidada Monique Augras, “a França Antártica existiu concretamente por um lustro apenas. Mas, além do empreendimento material e político, tornou-se suporte de um imenso

¹ RAMINELLI, Ronald José. Escritos, Imagens e Artefatos: ou a Viagem de Thevet à França Antártica. HISTÓRIA, São Paulo, 27 (1): 2008, P.p. 196-197. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v27n1/a11v27n1.pdf>. Acessado em 06 Jan 2016.

investimento imaginário, que até hoje alimenta a reflexão dos antropólogos” ². Diversos outros episódios históricos na relação França-Brasil fizeram parte do imaginário social francês, tais como a França Equinocial (1612-1615), a tomada da Guiana Francesa por tropas anglo-lusitanas (1809), a vinda da missão artística francesa (1816), das escolas religiosas e da criação da Aliança Francesa (1896), das missões universitárias francesas na década de 1930 e das missões militares francesas do século XX. No entanto, embora as relações entre França e Brasil sejam históricas e estejam inseridas nas esferas socioculturais e econômicas, o esforço científico desta tese de doutorado compreende as relações entre estes países na esfera militar ao longo dos séculos XX e XXI, mais especificamente o período que se estende de 1900 até 2016³. A maior parte das obras documentadas pela historiografia francesa nestes mais de quinhentos anos sobre o Brasil tem versão em francês e em português. Isto é reflexo da histórica afinidade social e cultural entre os dois países.

Nesta pesquisa, o olhar francês acerca da histórica parceria entre França e Brasil na área de defesa será prioritário em relação ao olhar brasileiro. Embora hajam fontes primárias e secundárias brasileiras, serão as fontes primárias e secundárias francesas que elucidarão por que o Brasil é um país tão privilegiado nas relações internacionais estratégicas da França e por que, segundo documentos franceses, o Brasil é o parceiro estratégico da França na reformulação da velha estrutura do sistema internacional.

O primeiro capítulo desta tese tem por objetivo destacar as bases iluministas que tornaram possível o surgimento do Estado na concepção racional do Ocidente hoje, os autores realistas do século XX e XXI que desenvolveram seus aportes teóricos sobre a guerra e problematizam o equilíbrio de poder entre os Estados, como Hans Morgenthau, Raymond Aron, Kenneth Waltz, William Wohlforth Samuel Huntington, Fareed Zakaria, Alice Amsden, Henry Kissinger e John Mearsheimer, e o quadro metodológico, no qual justifica-se porque optou-se pelo estudo de caso coletivo, a pesquisa histórica e as entrevistas como ferramentas metodológicas diante da problemática exposta: o aceite francês em transferir tecnologia estratégica para o Brasil como parte da Grande Estratégia da França. Por Waltz ter sustentado que o destino de cada Estado no sistema internacional depende das suas respostas às ações dos outros Estados e ter defendido que, quanto maior é a participação do Estado na distribuição das capacidades no sistema internacional menores serão as possibilidades de ele ser constrangido, será a sua teoria sistêmica que buscará confirmar a principal hipótese desta

² AUGRAS, Monique. Imaginária França Antártica. Revista Estudos Históricos, FGV, 1991/7. P. 22. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2312/1451> .

³ Esta pesquisa abrange de 1900 até o fim do Governo de Dilma Rousseff, em 31 de agosto de 2016.

pesquisa. Do ponto de vista metodológico, haverá um esforço histórico em evidenciar a conexão existente entre os casos coletivos apresentados em cada capítulo. A confirmação da existência ou não da parceria estratégica na área de Defesa entre França e Brasil pode ser considerada o resultado deste esforço.

O segundo capítulo sistematiza as teorias sobre o domínio do ar, destaca os seus maiores expoentes teóricos, como Giulio Douhet e William Mitchell, expõe como se deu o interesse no Brasil pela aviação militar e detalha as duas missões militares francesas no Brasil: a da aviação militar e do Exército Brasileiro. Ainda neste segundo capítulo, se descreverá como foi concretizada a primeira grande aquisição brasileira de defesa da França: os blindados Renault FT-17 e em quais pensamentos estratégicos esta aquisição está inserida no contexto nacional e internacional.

No terceiro capítulo, discute-se como as relações do governo brasileiro com o governo de De Gaulle superaram os entraves provocados pela Guerra da Lagosta e como o Brasil foi inserido no contexto do fortalecimento da indústria de defesa francesa.

A vitória dos EUA na 2ª Grande Guerra não impediu que as ideias francesas também moldassem a mentalidade militar brasileira na Guerra Fria (1945-1991). Ainda neste terceiro capítulo, será debatido como os conceitos de Guerra Revolucionária e Contra Insurgência chegaram no Brasil, como os militares brasileiros absorveram estes conhecimentos nas escolas militares de alto nível e como os franceses reabriram o mercado de Defesa brasileiro até então saturado de produtos de defesa estadunidenses. Importante destaque é dado ainda neste capítulo aos teóricos franceses, como Aube, Castex e Couteau-Begarie, que, a partir da década de 1970, inspiraram profundamente o pensamento estratégico naval brasileiro.

O quarto capítulo apresenta as empresas e instituições brasileiras que partiram da aviação militar para o domínio aeroespacial em parceria com empresas francesas, como a *Holste* e a *Aérospatiale*, tanto na área de projetos de aviões militares quanto nas áreas supersônica, missilística e de asas rotativas militares. Nesta parte será abordado o processo de importação de cérebros para projetar e desenvolver aviões modelo *Broussard* em território nacional que resultou no modelo Bandeirante, o processo de transferência de conhecimentos técnicos que resultou tanto na entrada do Brasil na era supersônica quanto na formação da primeira geração de pilotos militares de caças supersônicos, os *Dijon Boys*, o processo de aquisição dos mísseis MM38 e MM40 e da criação da empresa franco-brasileira Helibras, única empresa de helicópteros na América Latina.

O quinto capítulo descreve a evolução das políticas públicas brasileiras que deram suporte a política de transferência de tecnologia e, no processo de reformulação da política de

defesa nacional. A capacidade de o Estado de promover Ciência & Tecnologia, empreender e inovar na área de Defesa será profundamente discutida neste trabalho. Além disso, serão apresentadas alternativas de estratégias de desenvolvimento econômico para sustentar o fortalecimento do Estado brasileiro com foco na indústria de defesa nacional.

Disseca-se, nesta pesquisa, os três principais projetos de Estado que têm na França o seu principal parceiro no processo de transferência de tecnologia: o Programa de desenvolvimento de submarinos (Prosub), o Míssil antinavio-superfície (Man-sup) e o de fabricação de helicópteros EC725. É neste contexto que a Marinha do Brasil (MB)⁴, sob influência de um novo pensamento estratégico, prioriza a negação do uso do mar em relação às outras tarefas navais nas políticas públicas de Defesa. Debate-se também neste capítulo, como as principais marinhas do mundo definiram e operacionalizaram a negação do uso mar em seus respectivos pensamentos estratégicos navais. Destaque também será dado a criação de uma das mais novas empresas públicas brasileiras, a Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. (Amazul), cuja concepção está profundamente vinculada ao novo pensamento estratégico naval brasileiro e no processo de transferência de tecnologia. Será no quinto capítulo que o processo de transferência de tecnologia França-Brasil na área de Defesa será dissecado. Ao longo dos capítulos anteriores serão abordados os diversos processos de aquisição de produtos de defesa que ocorreram entre estes dois países, tais como compras, importação de cérebros, cooperação tecnológica, *joint ventures* e desenvolvimento autônomo. Contudo, apenas a partir deste capítulo que a transferência de tecnologia como meio de aquisição de produto de defesa passará a ser efetivamente discutida nas políticas públicas e será configurada, a partir do lançamento da Estratégia Nacional de Defesa, em novembro de 2008, como uma política de Estado nas aquisições públicas da Defesa Nacional.

À luz dos casos retratados ao longo desta tese, o sexto e último capítulo destacam os dilemas estratégicos da França no contexto da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e da União Europeia (UE), discute-se se as relações comerciais entre França e França na área de Defesa no século XXI podem se configurar como uma parceria estratégica e como a França se insere na redistribuição das capacidades no sistema internacional. Será neste último capítulo que a discussão proposta no primeiro capítulo acerca do menor constrangimento que os países que mais distribuem capacidades no sistema internacional sofrem será retomada a fim de confirmar a hipótese central deste trabalho: a de que há implicações de ordens políticas e estratégicas no aceite da França em consentir a transferência

⁴ Será usada a nomenclatura Marinha do Brasil a partir da década de 1950. Até esta década, a nomenclatura correta era Marinha de Guerra do Brasil.

de tecnologia estratégica para várias áreas da Defesa do Brasil como parte de sua Grande Estratégia. Contudo, como será demonstrado neste capítulo, a transferência de tecnologia não será a única capacidade francesa redistribuída para contrabalançar o equilíbrio de poder no sistema internacional.

Em Declaração Conjunta da Presidenta da República Federativa do Brasil e do Presidente da República Francesa, em Paris, em 11 de dezembro de 2012, Hollande e a então presidente do Brasil, Dilma Rousseff (2011-2016), afirmaram desejar igualmente, em matéria de cooperação militar,

que o relacionamento entre as forças armadas dos dois países se aprofunde ainda mais, por meio de reuniões de Estado-Maior e de planos de cooperação bilateral. O objetivo principal é reforçar a interoperabilidade das forças, adensar o intercâmbio em matéria de doutrina e de organização e desenvolver a formação dos quadros de defesa. O Brasil e a França desejam elevar o nível da cooperação operacional na fronteira comum da Guiana Francesa, promover e facilitar a participação conjunta em operações sob mandato das Nações Unidas, como a que tem lugar no Haiti, e incrementar as atividades comuns nos espaços de interesse compartilhado no Atlântico Sul e no Caribe, assim como na África Ocidental e no Golfo da Guiné.⁵

Ao analisar a sequência cronológica de casos em que França e Brasil desde o início do século XX têm negociado produtos de defesa, em diferentes formas de aquisição, é possível compreender como as relações comerciais evoluíram em cada governo e resultaram em uma parceria estratégica. Conforme será demonstrado, a França assegurou ao longo de mais de cem anos presença no mercado das três Forças Armadas brasileiras e a recente reformulação da política de exportação de produtos de defesa garantiu a sua consolidação no mercado de Defesa brasileiro.

Busca-se, nesta tese, analisar e confirmar se as capacidades que a França busca redistribuir no sistema internacional cooperando com a maior projeção do Brasil constitui parte de sua Grande Estratégia para contrabalançar o equilíbrio de poder neste sistema.

⁵ Declaração Conjunta da Presidenta da República Federativa do Brasil e do Presidente da República Francesa – Paris, 11 de dezembro de 2012. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-conjunta-da-presidenta-da-republica-federativa-do-brasil-e-do-presidente-da-republica-francesa-2013-paris-11-de-dezembro-de-2012> .

CAPÍTULO 1

QUADRO TEÓRICO

1.1 - O Realismo nas Relações Internacionais

Como será apresentado no **ítem 1.4**, a hipótese central desta pesquisa é que a parceria estratégica França-Brasil por meio do aceite francês em transferir tecnologia estratégica seja parte da Grande Estratégia de projetar a França no sistema internacional. Desta forma, torna-se obrigatório analisar como as teorias realistas das relações internacionais estão associadas ao desejo da natureza humana pelo poder e como a teoria do equilíbrio de poder contribui para confirmar a hipótese deste trabalho.

O Realismo clássico teve início entre 431 e 404 A. C. por meio de contribuições intelectuais como as de Tucídides e sua narrativa realista sobre a *Guerra do Peloponeso* que, junto com outros pensadores contemporâneos, como Sun Tzu, Kautilya e Tito Lívio, constituíram o arcabouço teórico realista das Relações Internacionais. De acordo com João Pontes Nogueira, Tucídides defendia que, “*em um mundo onde os poderosos fazem o que têm o poder de fazer e os fracos aceitam o que têm que aceitar, o medo de não sobreviver, o medo de deixar de existir, leva os Estados a iniciarem e se engajarem em guerras*”⁶.

O general chinês Sun Tzu, que viveu entre 544 e 496 A.C., também deixou como legado intelectual a obra *A Arte da Guerra*, na qual o conceito de estratégia foi amplificado de forma a ensinar como planejar, administrar e vencer batalhas. Kautilya foi um filósofo indiano, que viveu por volta do século 3 A.C., e acredita-se que entre os anos de 321 e 300 A.C. tenha escrito a obra *Arthashastra*, um clássico tratado político da Índia, que ensina a organização e administração do Estado. O historiador romano Tito Lívio, que viveu entre 59 e 17 D.C., embora não tenha estudado na Grécia, como de praxe entre os romanos cultos, acompanhou de perto as guerras internas que assolaram Roma antes e depois da queda de Júlio César (49 A.C. - 44 A.C.). Estes teóricos clássicos inspiraram obras nos séculos seguintes, como as de Nicolau Maquiavel e Thomas Hobbes, que determinaram o comportamento realista dos Estados nas relações internacionais e contribuíram para a estruturação do Estado moderno.

⁶ NOGUEIRA, João Pontes. MESSARI, Nizar. Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. P. 22.

Em 1532, Maquiavel publicou a primeira obra clássica realista do Estado moderno, quando analisou o poder do Estado e o comportamento humano em seu estado de natureza inovando conceitos e instruindo o príncipe florentino a conquistar e a se manter no poder. Embora a terra natal de Maquiavel não tenha sofrido as transformações políticas que configuravam o denominado Estado moderno, seu cargo de secretário-chanceler em Florença lhe permitiu viajar e estudar boa parte da Europa. Em sua obra clássica *O Príncipe*, Maquiavel apresentou, além de suas experiências nestas viagens, suas preocupações. Conforme salienta Charles Tilly,

a situação italiana era absolutamente diversa, o que exasperava Maquiavel, levando-o a se empenhar na substituição das tropas mercenárias por milícias regulares. Esse esforço esbarrava em limites impostos pela própria estrutura da República de Florença, que não contava com um território suficientemente extenso e populoso para fornecer tais tropas.⁷

Florença e outras cidades italianas não dispunham de forças de coesão que pudessem responder a ataques de potências estrangeiras. Portanto, a centralização do poder nas mãos do Príncipe e a formação de uma força de coesão, tais quais os novos Estados recém constituídos na Europa, poderiam atender satisfatoriamente uma possível agressão estrangeira. De acordo com José Cleyton Lopes,

o autor [Maquiavel] não só rompe, portanto, com o juízo mundano medieval, mas também lança “manifesto” em prol da construção autônoma do Estado, sobretudo, a Itália. Ele continua, para melhor fixar a sua proposição realista, com a metáfora dos “rios impetuosos” que, sem a organização das “barragens” e dos diques, inundaria totalmente as cidades. Sendo assim, cabe aos homens canalizar a força destrutiva ou criadora da “fortuna”. Não se trata de impedir esta força, pois seria impossível segundo Maquiavel. Todavia, os “grandes homens” desfrutaram dessa força negativa como elemento criador para fundar novos Estados ou conservar a soberania do poder.⁸

Ao contrário do defendido pelo pensamento medieval que vigorava, Maquiavel inaugurou o pensamento filosófico político moderno, colocando o homem no centro do

⁷ TILLY, Charles. Coerção, capital e Estados europeus (990-1992). São Paulo: EDUSP, 1996. P. 79.

⁸ LOPES, José Cleyton. Maquiavel e a fundação do Estado Moderno. Revista Espaço Acadêmico, Nº 144, Maio de 2013, Ano XIII. P. 29.

processo histórico, contribuindo com o processo de decadência da escolástica. Maquiavel afirmou, conforme descrito por José Cleyton Lopes, o seguinte:

como demonstram todos os que escreveram sobre política, bem como numerosos exemplos históricos, é necessário que quem estabelecer a forma de um Estado, e promulga suas leis, parta do princípio de que todos os homens são maus, estando disposto a agir com perversidade sempre que haja ocasião.⁹

Ao analisar o estado de natureza humano, Maquiavel não buscava, de acordo com a filosofia política cristã, distinguir o bem do mal ou homens bons dos homens maus; mas sim, analisar como os homens agiam nas relações de poder. Neste sentido, de acordo com Antonio Paim, Leonardo Prota e Ricardo Vélez Rodriguez,

o essencial em Maquiavel consiste na proclamação da autonomia da política. A partir de sua meditação, o Estado não mais está subordinado aos imperativos da moral corrente – o que não deixava de ser uma forma de subordiná-lo à Igreja Romana. Portanto, o Príncipe não pode ser equiparado a uma pessoa comum quando pratica os atos exigidos pelo projeto centralizador.¹⁰

Esta ruptura com o conceito da moral cristã tornou Maquiavel o divisor de águas no estudo do humanismo. O alemão Karlfriedrich Herb afirma que,

como Maquiavel, Hobbes desenha sua teoria sob o impacto da crise: lá, a luta pela supremacia no norte da Itália; aqui, as conturbações e tumultuos da guerra civil na Inglaterra. A experiência de anarquia é inspiração para o novo conceito de poder. Como Maquiavel, Hobbes é um grande cético da natureza humana.¹¹

Ambos os teóricos são fascinados pelo poder. Hobbes, quando jovem, traduziu a obra “*A Guerra do Peloponeso*”, de Tucídides e buscou nesta história lições sobre moral e política. Enquanto Maquiavel desprezava leis e/ou normas que não atendessem aos objetivos

⁹ Maquiavel, 2008, p. 29. In: LOPES, José Cleyton. Maquiavel e a fundação do Estado Moderno. Revista Espaço Acadêmico, Nº 144, Maio de 2013, Ano XIII. P. 29.

¹⁰ PAIM, Antonio. PROTA, Leonardo. RODRIGUEZ, Ricardo Vélez. O Estado Moderno. Cursos Autônomos – VII. Instituto de Humanidades. P. 21.

¹¹ HERB, Karlfriedrich. Além do bem e do mal: o poder em Maquiavel, Hobbes, Arendt e Foucault. Revista Brasileira de Ciência Política, Nº 10. Brasília, Janeiro/Abril de 2013.

políticos do Estado, Hobbes associou o poder ao Contratualismo. De acordo com Herb, Hobbes argumentava que,

(...) o que quer que seja consequente com um tempo de Guerra, onde todos os homens são inimigos de todos os outros, também o é com o tempo em que todos os homens vivem sem segurança além da que lhe proporcionam sua própria força e sua própria criatividade. Nessas condições, não há lugar para a indústria; porque seu fruto é incerto e, conseqüentemente, nenhuma cultura da terra, nenhuma navegação, nenhum uso das mercadorias que possam ser importadas pelo mar, nenhuma construção conveniente, nenhum instrumento para se deslocar ou deslocar coisas que requeiram muita força; nenhum conhecimento da face da terra, nenhum registro do tempo, nada de arte, nada de letras, nada de sociedade e, pior do que tudo, medo permanente e risco de morte violenta; e a vida do homem, solitária, pobre, sórdida, embrutecida e curta.¹²

Em função de seu estado de natureza, os homens mantêm entre si uma luta permanente por sobrevivência e poder. Enquanto todos lutam pelo poder estão todos condenados à derrota. O contrato então, se apresenta como a solução para a harmonia social, na qual o Estado, na figura do monarca, passa a concentrar o poder em suas mãos. O Estado passa a ser a garantia da autopreservação e da paz social. Herb acrescenta que,

o contratualismo de Hobbes descreve o caminho legal para o poder. Todos concordam contratualmente em abdicar, em favor do soberano, de seu precário direito a tudo. A partir de agora, ele pode dispor, sem concorrência, sobre seu poder natural: o soberano recebe o monopólio do exercício legítimo de coerção. O contrato realiza ainda mais: ele autoriza o soberano a agir em nome da parte contratante. Por meio desse ato, o soberano a agir em nome da parte contratante.¹³

Como resultado das novas relações de poder estabelecidas na Europa moderna, surgiu o conjunto de tratados de Westfália, assinados em 1648, selando a paz entre católicos e protestantes no continente, devastado por uma guerra iniciada em 1618, chamada de Guerra dos 30 Anos. Thomas Heye, em seu artigo *Sem Reforma, sem Westfália? Religião, Soberania*

¹² HOBBS, Thomas, 1991, Capítulo XIII. In: HERB, Karlfriedrich. Além do bem e do mal: o poder em Maquiavel, Hobbes, Arendt e Foucault. Revista Brasileira de Ciência Política, Nº 10. Brasília, Janeiro/Abril de 2013.

¹³ HOBBS, Thomas, 1991, Capítulo XIII. In: HERB, Karlfriedrich. Além do bem e do mal: o poder em Maquiavel, Hobbes, Arendt e Foucault. Revista Brasileira de Ciência Política, Nº 10. Brasília, Janeiro/Abril de 2013.

e o *Sistema Internacional Moderno*, cita as ideias de Daniel Philpott sobre a emergência do sistema internacional moderno ou sistema de Westfália. De acordo com Heye, Philpott defendeu que, “apesar dos três séculos de transformações materiais terem contribuído para o surgimento do sistema internacional moderno, as idéias protestantes seriam centrais”¹⁴. Isto significa que, por as ideias protestantes serem responsáveis pelo surgimento do conceito de soberania¹⁵, os Estados que se sensibilizaram pelas ideias protestantes aderiram ao sistema contratual de Westfália; os Estados que não se sensibilizaram e/ou não vivenciaram a experiência protestante não manifestaram o interesse por este sistema. Segundo Heye,

o autor, ao antagonizar de maneira exacerbada o cristianismo em suas vertentes católica e protestante, incorre no grave erro de desconsiderar completamente as profundas transformações ocorridas na Igreja Católica ao longo do século XVI. Para o autor, a simples permanência de uma autoridade central no comando da Igreja e a manutenção dos dogmas católicos seriam suficientes para condená-la à condição de instituição anacrônica e um entrave à modernidade, para Philpott, originado em Westfália. Para reforçar este antagonismo, Philpott reduz a Guerra dos Trinta Anos a um mero embate entre forças católicas e protestantes.¹⁶

Quanto a este reducionismo de Philpott, Heye buscou desconstruí-lo argumentando que, a constituição do sistema contratual de Westfália não pode ser reduzida às disputas entre católicos e protestantes. Este autor exemplifica esta ideia afirmando que “a disputa entre os protestantes huguenotes e o rei católico da França, não se limitava somente às preferências religiosas entre as partes. Tratava-se, sobretudo, da necessidade de assegurar a indivisibilidade da soberania e manter a ordem dentro do Estado”¹⁷. Questões territoriais, ofensivas ideológicas e as necessidades das comunidades também são consideradas por Heye como elementos constituintes do sistema de Westfália. Conforme argumenta este autor,

o rei era, ao mesmo tempo, um representante de Deus e um representante de uma sociedade ordeira e hierarquizada, além de ser a encarnação (sic) do poder do Estado a quem todos deviam

¹⁴ HEYE, Thomas. Sem Reforma, sem Westfália? Religião, Soberania e o Sistema Internacional Moderno. Revista Brasileira de Estudos Estratégicos. Edição Nº 4, Volume I, Julho de 2011 à Dezembro de 2012. P. 2.

¹⁵ A primeira obra sobre o conceito de Soberania foi Les Six Livres de La République, publicada em 1576, por Jean Bodin.

¹⁶ HEYE, Thomas. Sem Reforma, sem Westfália? Religião, Soberania e o Sistema Internacional Moderno. Revista Brasileira de Estudos Estratégicos. Edição Nº 4, Volume I, Julho de 2011 à Dezembro de 2012. P. 6.

¹⁷ HEYE, Thomas. Sem Reforma, sem Westfália? Religião, Soberania e o Sistema Internacional Moderno. Revista Brasileira de Estudos Estratégicos. Edição Nº 4, Volume I, Julho de 2011 à Dezembro de 2012. P. 27.

obediência inquestionável. Os exércitos do rei lutavam por Cristo e possuíam uma disciplina romana. Em comum a todos estes argumentos propagandeados pelo Estado estava a convergência de justificativas para o regime monárquico de origens medievais e modernas, religiosas e seculares. Com a vitória das forças do rei, o Estado recuperou os territórios alienados, multiplicou e estendeu os impostos, fortaleceu as guildas e criou companhias de comércio e uma marinha de guerra. O episódio também permitiu que o rei assegurasse a lealdade da nobreza no apoio ao regime. Porém, o desdobramento mais importante para o nosso argumento é que o combate entre as forças do rei e os huguenotes permitiram que se alcançasse a uniformidade religiosa no Estado soberano da França.¹⁸

Apesar de Heye concordar com Philpott sobre a importância das ideias religiosas na emergência do sistema internacional moderno e na constituição do próprio conceito de soberania dos Estados, argumenta que o desenvolvimento deste conceito está mais relacionado ao processo histórico de formação do Estado do que no fortalecimento do Protestantismo. Tanto Heye quanto Marcus Faro de Castro se respaldam em Hendrik Spruyt ao argumentar que,

a nova configuração institucional da política resultou de dinâmicas políticas e econômicas estabelecidas entre grupos sociais na Europa a partir do renascimento do comércio no século XI, e da competição política e econômica que desde então se estabelece entre diversas possíveis trajetórias de desenvolvimento institucional, tais como as ligas urbanas, as cidades-estados e os estados soberanos.¹⁹

Até então, as relações que se configuravam no território europeu tinham por base laços sanguíneos e/ou conjugação de valores religiosos. A partir da constituição do Estado moderno e de Westfália, a Europa passou a dispor de um sistema de entidades políticas denominadas Estados que exerciam a autoridade suprema sobre os territórios e concentravam em seu poder o monopólio das guerras, o exercício da diplomacia e a celebração dos tratados. Assim sendo, estes tratados inauguraram novos tempos nas relações internacionais à medida que, na

¹⁸ HEYE, Thomas. Sem Reforma, sem Westfália? Religião, Soberania e o Sistema Internacional Moderno. Revista Brasileira de Estudos Estratégicos. Edição Nº 4, Volume I, Julho de 2011 à Dezembro de 2012. P.p. 27-28.

¹⁹ CASTRO, Marcus Faro de. De Westphalia a Seattle: a teoria das relações internacionais em transição. Cadernos do REL, Nº 20. Universidade de Brasília, 2º Semestre de 2001. P. p. 8-9.

construção da nova ordem internacional, o sistema de forças que se constituiu era composto por Estados então soberanos regidos por contratos e sem uma autoridade superior.

O absolutismo, como sistema político do Estado moderno, embora em cada Estado tenha se manifestado de diferentes formas, teve origem nas diversas crises políticas, econômicas e sociais que marcaram os séculos anteriores. Do ponto de vista religioso, a formação do sistema político de Estado na França era profundamente anticlerical; porém, religiosa. Neste sistema de Estado, o poder da Igreja Católica se tornou limitado e submisso ao poder do monarca. Na França de Luis XIV, o Catolicismo se tornou efetivamente a religião do Estado absolutista. Do ponto de vista político, a Guerra dos Cem Anos²⁰, por exemplo, contribuiu para a consolidação de uma monarquia absolutista, respaldada na nobreza e em uma economia burguesa mercantil, na qual a formação de um exército nacional permanente garantiu um dos elementos centrais da formação do Estado moderno na França. Em virtude do apoio da burguesia mercantil na vitória francesa sobre os ingleses, em suas obras, Karl Marx e Friedrich Engels argumentavam que o absolutismo representava o equilíbrio entre a nobreza e a burguesia. Neste sentido, a estrutura administrativa da monarquia absolutista constituía um instrumento burguês. O historiador Perry Anderson em sua obra *Linhagens do Estado Absolutista*, critica a gênese do Estado absolutista sob a ótica de Marx e Engels ao afirmar que a monarquia absolutista reafirmou o poder da nobreza feudal e manteve a exploração das massas camponesas e plebeias. Além do exército permanente, o Estado absolutista criou o sistema de impostos e utilizava o exército para garantir a segurança dos funcionários responsáveis pela cobrança do fisco. A ostentação do Estado absolutista confrontava com a pobreza da massa camponesa e plebeia e, incitada pela crescente burguesia, as massas depuseram a monarquia absolutista e inauguraram uma nova era na História: o Iluminismo.

Se por um lado nos séculos XV e XVI houve um maior questionamento da fé católica que permitiu o surgimento do Protestantismo, por outro, o Iluminismo no final do século XVIII, consolidou este questionamento promovendo a cisão entre fé e a razão. Carmen Lícia Palazzo-Almeida elucida que, *“foi o próprio absolutismo que alçou a França à posição de potência não apenas politicamente forte mas sobretudo culturalmente hegemônica”*²¹ e que *“essa preponderância cultural deu aos franceses um certo sentimento de que os mesmos seriam os detentores da “civilização” – sentimento este que se consolidará com o advento*

²⁰ Período caracterizado por diversos conflitos armados que opuseram França e Inglaterra entre os anos de 1337 e 1453.

²¹ PALAZZO-ALMEIDA, Carmen Lícia. Entre mitos, utopias e razão: os olhares franceses sobre o Brasil (séculos XVI a XVIII). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012. P. 121.

das Luzes”²². O Iluminismo, ao se inspirar no racionalismo dos filósofos gregos clássicos, tornou possível o surgimento do Estado nas bases racionais que o Ocidente concebe hoje. No que se relaciona ao emprego da força pelo Estado foi a partir das inspirações do Realismo clássico e do Realismo moderno, que autores realistas do século XX e XXI desenvolveram seus aportes teóricos sobre a guerra. Dentre os grandes expoentes da corrente realista das Relações Internacionais no século XX que serão abordados neste trabalho encontram-se Hans Morgenthau, Raymond Aron, Kenneth Waltz, William Wohlforth e John Mearsheimer.

1.2 - O Equilíbrio de Poder e o Realismo Estrutural

Conforme elucida Marcus Faro de Castro,

o estudo das Relações Internacionais adquiriu identidade própria com o desenvolvimento da Teoria das Relações Internacionais (TRI) no século XX. O objeto da TRI é a “política internacional”. A TRI procura descrever os fundamentos políticos relativos à estruturação da ordem internacional. Mas o que é a “política internacional”? E desde quando ela existe?²³

Retoricamente, o autor responde que, “*a política internacional é um conjunto de práticas, frequentemente envolvendo o uso da força efetiva ou ameaçada, através das quais os estados se relacionam. A TRI, por seu turno, é um conjunto de proposições sobre como os estados regulam tais práticas*”²⁴. Neste sentido, a teoria de equilíbrio de poder²⁵ se propõe a entender o conjunto de práticas, que envolve, exerce ou intimida o uso da força, através do qual os atuais Estados interagem no sistema internacional.

Um dos principais teóricos realistas que abordou a teoria de equilíbrio de poder foi Hans Morgenthau, o qual recorreu às tradições do Direito, da História e da Filosofia para formular teorias para as relações internacionais. De acordo com este autor, *equilíbrio de poder*²⁶ é a aspiração por várias nações de tentar manter ou derrubar o *status quo*. De acordo com José Guadalupe Vargas Hernández,

²² PALAZZO-ALMEIDA, Carmen Lícia. Entre mitos, utopias e razão: os olhares franceses sobre o Brasil (séculos XVI a XVIII). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012. P. 121.

²³ CASTRO, Marcus Faro de. De Westphalia a Seattle: a teoria das relações internacionais em transição. Cadernos do REL, N° 20. Universidade de Brasília, 2º Semestre de 2001. P. 7.

²⁴ CASTRO, Marcus Faro de. De Westphalia a Seattle: a teoria das relações internacionais em transição. Cadernos do REL, N° 20. Universidade de Brasília, 2º Semestre de 2001. P. 7.

²⁵ Alguns autores como Kenneth Waltz a chamam de teoria de balanço de poder.

²⁶ Hans Morgenthau convencionou chamar o equilíbrio de “balança de poder”.

A teoria realista de Morgenthau explora a racionalidade, o desejo por poder, e alguns conceitos como balança de poder, interesses e propósito, o desejo humano por poder e a racionalidade, todos estes temas conectados, ainda que algumas vezes por contradições, por uma ideologia. A tendência a associar o poder com o paradigma realista preveniu através de análises das formas em que influencia as relações internacionais. O medo do poder é constituído da teoria realista com ênfase no desejo pelo poder e o balanço do poder como consequência.²⁷

Ao mesmo tempo em que este teórico acreditava no caráter racional da natureza humana, acreditava também no seu caráter irracional. Respalhando-se em Hobbes, Morgenthau considerava a maldade um componente necessário da política. O desejo pelo poder é da natureza humana e se constitui como uma característica de irracionalidade. Hernández acrescenta que, *“toda esta relação e desejo de poder produz uma luta constante em tempo e em espaço e é eterna. A eterna luta entre os seres humanos é devastadora e é um estorvo para o progresso”*²⁸. Esta eterna luta é a responsável pela criação do Estado e por configurá-lo dentro de valores éticos. Tanto o Estado quanto o sistema de Estados são frutos deste embate histórico. O Estado é uma entidade política e esta necessita ser conduzida por um comportamento racional e somente este pode minimizar esta imperfeição humana. Cabendo assim, a uma minoria esclarecida que formula as teorias dominar e exercer o poder. No entanto, o receio de que os detentores do poder abusem dele se configura como parte de um modelo estrutural de pesos e contrapesos. Segundo Hernández, *“o balanço de poder busca pela estabilidade, mantendo uma estrutura estática mundial do poder, na qual a estabilidade global assegura por meio da estratificação em classes do Estado”*²⁹. A

²⁷ Tradução livre da autora : *“La teoría realista de Morgenthau explora la racionalidad, el deseo por el poder, y algunos conceptos conectados como el balance del poder, intereses y propósito, el deseo humano por el poder y la racionalidad, todos estos temas conectados, aunque algunas veces por contradicciones, por una ideología. La tendencia a asociar el poder con el paradigma realista ha prevenido a través del análisis de las formas en que influencia las relaciones internacionales. El miedo al poder es constitutivo de la teoría realista con énfasis en el deseo por el poder y el balance del poder como consecuencia.”*. In: HERNÁNDEZ, José Guadalupe Vargas. El realismo y el neorrealismo estructural. Estudios Políticos, Novena Época, Nº 16, Janeiro-Abril de 2009. P. 114. Disponível em < <http://pt.scribd.com/doc/66209738/El-realismo-y-el-neorrealismo-estructural#scribd> >. Acessado em 22 de janeiro de 2016.

²⁸ Tradução livre da autora : *“Toda esta relación y deseo de poder produce una lucha constante en tiempo y en espacio y es eterna. La eterna lucha entre los seres humanos es devastadora y es un estorbo para el progreso.”* In: HERNÁNDEZ, José Guadalupe Vargas. El realismo y el neorrealismo estructural. Estudios Políticos, Novena Época, Nº 16, Janeiro-Abril de 2009. P. 114. Disponível em < <http://pt.scribd.com/doc/66209738/El-realismo-y-el-neorrealismo-estructural#scribd> >. Acessado em 22 de janeiro de 2016.

²⁹ Tradução livre da autora : *“El balance del poder logra la estabilidad, manteniendo una estructura estática mundial del poder, por lo que la estabilidad global se asegura por medio de la estratificación en clases de los Estados.”* In: HERNÁNDEZ, José Guadalupe Vargas. El realismo y el neorrealismo estructural. Estudios Políticos, Novena Época, Nº 16, Janeiro-Abril de 2009. P. 118. Disponível em <

estabilidade mundial é garantida pela manutenção desta estrutura de desigualdades. Neste sentido, o equilíbrio de poder se tornaria a única solução viável para conter a violência.

Para Morgenthau, há dois tipos de equilíbrio de poder: (1) equilíbrio de poder de oposição direta, na qual o equilíbrio resulta dos interesses de cada país no cenário internacional. As principais funções deste tipo de balanceamento são preservar estabilidade entre as duas nações e preservar a independência de cada uma. E há a (2) equilíbrio de poder competitivo, na qual se analisa a medição do poder de cada uma das nações envolvidas sobre uma terceira. O acréscimo de poder da terceira nação afeta a balança para um ou para outro.³⁰

Outro expoente da corrente realista foi Raymond Aron. De acordo com este autor, por os Estados não reconhecerem juízes ou leis superiores a suas vontades, sua sobrevivência e sua segurança se devem mais a eles e às políticas de alianças. Daí a relevância que Aron atribuiu a teoria de equilíbrio de poder. Em síntese, todo Estado que deseja preservar o equilíbrio se posicionará contrário ao Estado ou à coalizão que pareça ser capaz de conseguir uma superioridade semelhante. Para Aron, há dois tipos de equilíbrios: os multipolares e os bipolares. O objetivo de cada coalizão é impedir outro Estado de adquirir meios superiores aos seus. No entanto, o fim da Segunda Guerra Mundial trouxe novos elementos de análise à percepção realista, à medida que duas grandes potências já haviam conseguido desenvolver meios de destruição em massa capazes de aniquilar uma a outra. Assim sendo, este autor inovou no que ele convencionou chamar de equilíbrio do terror, no qual, no contexto da Guerra Fria, com o advento da bomba nuclear, havia uma paz de impotência na qual reinava, segundo Noberto Bobbio, “*entre unidades políticas das quais cada uma tem a capacidade de infligir golpes mortais uma a outra*”³¹.

Desde a década de 1950, Kenneth Waltz tem buscado compreender as causas da guerra, analisando as relações internacionais. Em 1959, publicou sua obra acadêmica *O Homem, o Estado e a Guerra* propondo explicar as causas das guerras em três níveis de análise: a natureza e o comportamento humano, a organização interna dos Estados e o sistema de Estados. Em sua análise, as causas mais importantes das guerras são a natureza e o comportamento humano. De acordo com Carlos Augusto Rollemberg de Resende, para Waltz,

<http://pt.scribd.com/doc/66209738/El-realismo-y-el-neorrealismo-estructural#scribd> >. Acessado em 22 de janeiro de 2016.

³⁰ MORGETHAU, Hans. A política entre as nações. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora Universidade de Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, São Paulo, 2003 Pp.330-337. Disponível em < <http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0179.pdf> >. Acessado em 20 de outubro de 2015.

³¹ BOBBIO, Noberto. Os problemas da Guerra e as vias da paz. São Paulo: UNESP, 2003. P.154.

as guerras resultam da estupidez e do egoísmo inerentes ao homem, as outras causas das guerras são secundárias e subordinadas a esses fatores. Para a eliminação da guerra é necessária uma mudança psicossocial do homem. Além de discutir idéias de Santo Agostinho, Espinosa, Niebuhr e Morgenthau, Waltz analisa criticamente diversos modelos da área da ciência do comportamento humano que visam a promoção da paz.³²

A conclusão de Waltz foi que, por a Psicologia não ser capaz de explicar as causas das guerras, haveria a necessidade de propor uma análise política. Ao se debruçar sobre a organização interna dos Estados, este teórico buscou utilizar as obras de Karl Marx, Emmanuel Kant e Woodrow Wilson para sustentar seu argumento em defesa de uma reforma do Estado a fim de alcançar a paz. A fim de complementar sua explicação, Waltz propõe a análise do sistema de Estados, a qual considera que neste ambiente anárquico no qual os Estados se encontram “*a ausência de uma autoridade acima dos Estados para prevenir e conciliar os conflitos que surgem necessariamente de vontades particulares significa que a guerra é inevitável*”³³.

Em virtude de a conjuntura internacional nas décadas de 1950 e 1960 se configurar em um cenário de hostilidade entre EUA e União Soviética, confirmando as principais premissas dos autores realistas, o Realismo moderno ganhou cada vez mais prestígio nos estudos das relações entre os Estados. No entanto, a partir da década de 1970, diante de o diálogo cada vez mais prevalecer nas relações entre EUA e URSS, da emergência de multiplicidade de parcerias interestatais, do surgimento da globalização e da interdependência nas relações internacionais e, principalmente, da crise econômica na década de 1970 decorrente da ruptura das regras de Bretton Woods, em 1971, somada às duas crises do petróleo, o Estado como centro das decisões políticas no sistema internacional e o Realismo moderno passaram a sofrer críticas acirradas, em especial, por teóricos liberais. Foi neste contexto, em 1979, que Waltz publicou o livro *Teoria das Relações Internacionais* propondo uma teoria sistêmica, comumente conhecida como Neorealismo ou Realismo Estrutural. Convencionou-se assim

³² RESENDE, Carlos Augusto Rollemberg de. Revista Brasileira de Política Internacional. V. 47, Nº 1 Brasília Jan./Jun de 2004. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292004000100009 >. Acessado em 20 de janeiro de 2016.

³³ WALTZ, Kenneth N. O Homem, o Estado e a Guerra: uma análise teórica. São Paulo: Martins Fontes, 2004. P. 235. In: RESENDE, Carlos Augusto Rollemberg de. Revista Brasileira de Política Internacional. V. 47, Nº 1 Brasília Jan./Jun de 2004. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292004000100009 >. Acessado em 20 de janeiro de 2016.

denomina-lo por Waltz providenciar uma análise estrutural do sistema internacional. De acordo com Lara Martim Rodrigues Selis,

Waltz, assim como grande parte dos teóricos das RI, reconheceu a possibilidade de se construir uma ciência sobre a política internacional. Para esse empreendimento, os autores do campo dispõem da reflexão de muitos teóricos que, como eles e antes deles, creram na construção de conhecimento científico e racional sobre o mundo, muito embora se dedicassem a áreas de estudo distintas. Na longa lista de autores, encontramos filósofos antigos como Aristóteles e Platão (século IV a. C.), Descartes e Leibniz (século XVII) e Kant e Newton (século XVIII).³⁴

De acordo com este raciocínio, o conhecimento produzido ao longo da história das Relações Internacionais explicitava um caráter descritivo e não explanatório. A teoria construída por este autor buscava explicar como fenômenos ditos independentes constituem, na verdade, resultados de uma ontologia comum. De acordo com Selis,

o realismo estrutural fundamenta-se na visão de que as teorias reducionistas são incapazes de lograr explicações suficientes sobre a ordem internacional. Para aquela abordagem, o princípio causal responsável pelas regularidades da política internacional deve ser buscado na própria estrutura social do objeto (...).³⁵

Isto significa que a condição anárquica produz mecanismos explanatórios para o equilíbrio de poder nas Relações Internacionais, o qual, segundo Waltz, manifesta-se de forma regular entre os atores deste sistema. Além disso, o comportamento dos Estados no ambiente anárquico do sistema internacional é determinado pela distribuição assimétrica do poder. O poder é a principal variável no sistema internacional e este, aliado à disposição expansionista e/ou hegemônica dos Estados são, de acordo com o Neorrealismo, os responsáveis pela regularidade constante das guerras. Conforme esclarecem Dawisson Belém Lopes e Leonardo César Souza Ramos,

³⁴ SELIS, Lara Martim Rodrigues. Deslimites da Razão – Um estudo sobre a teoria neorealista de Kenneth Waltz. Dissertação, Mestrado, Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Mestre em Relações Internacionais. Brasília, 2011. P. 30. Disponível em < http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9751/1/2011_LaraMartimRodriguesSelis.pdf >. Acessado em 20 de janeiro de 2016.

³⁵ SELIS, Lara Martim Rodrigues. Deslimites da Razão – Um estudo sobre a teoria neorealista de Kenneth Waltz. Dissertação, Mestrado, Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Mestre em Relações Internacionais. Brasília, 2011. P. 37. Disponível em < http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9751/1/2011_LaraMartimRodriguesSelis.pdf >. Acessado em 20 de janeiro de 2016.

Waltz naturaliza a ideia do conflito, na medida em que argumenta ser a ordem internacional o resultado das medições de força entre as suas unidades constituintes, os Estados. Embora a estrutura do sistema internacional waltziano seja horizontal, porquanto anárquica, existe hierarquia decorrente da distribuição de capacidades materiais [capabilities] entre os Estados, que se lançam irremediavelmente no esforço para sobrepujarem uns aos outros. Ao cabo, essa hierarquia acaba limitando e constringendo o exercício da soberania pelos Estados mais fracos.³⁶

Em seu livro *Teoria das Relações Internacionais*, analisa a estrutura do sistema internacional em três níveis de análise: o princípio de ordenação, as características das unidades e a distribuição de recursos/capacidades entre as unidades do sistema. A primeira unidade de análise está relacionada à ordenação, na qual entende-se haver dois princípios: hierarquia e anarquia. Na hierarquia, a ordem entre as interações entre as unidades é determinada por instâncias superiores às unidades. Na anarquia, na ausência de instâncias superiores às unidades, a ordem é determinada pelo comportamento das unidades no sistema internacional. As características das unidades do sistema dependem das diferentes atividades desenvolvidas pelos atores nesse sistema, as quais determinam se um sistema é pouco ou muito especializado. De acordo com Ana Paula B. Tostes,

apesar dos Estados serem funcionalmente semelhantes, eles diferem muito nas suas capacidades, dessas diferenças, segundo Waltz, algo semelhante a uma “divisão de trabalho” se desenvolve. Como o que mais marca um sistema de auto-ajuda é que cada uma de suas unidades gasta boa parte de seus esforços – não perseguindo o seu próprio interesse, mas se protegendo dos outros – a especialização (como a que se dá na “divisão de trabalho”) funciona como uma vantagem para todos.³⁷

Os Estados variam em tamanho, poder, riqueza, forma. Não são quaisquer Estados que podem fazer parte de uma estrutura; mas sim, os mais importantes. Questões de mercado, demografia, território, recursos naturais, estabilidade política, indústria, tecnologia, recursos, cultura, ideologia, instituições, capacidade militar etc, são fatores que destacam a relevância

³⁶ LOPES, Dawisson Belém. RAMOS, Leonardo César Souza. Existe uma ordem econômica internacional? A problematização de uma premissa. *Revista de Economia Política*, vol. 29, nº 2 (114), abril-junho/2009. P. 5. Disponível em < <http://www.rep.org.br/PDF/114-6.PDF> >. Acessado em 20 de janeiro de 2016.

³⁷ TOSTES, Ana Paula B. Identidades transnacionais e o Estado. Viço e teimosia? P. 49. In: *Revista Lua Nova*. Nº 63, 2004.

de um Estado no seio de uma estrutura. A estrutura cria um padrão de comportamento que molda os processos decisórios políticos, produz efeitos similares e especifica as funções das unidades. Bruna Moreira Silva Coelho e Gustavo dos Santos de Miranda elencaram as principais características das unidades:

i) a anarquia ou a ausência de uma hierarquia no ambiente internacional, limitando cada ator a se preocupar com sua sobrevivência; ii) a busca por segurança estatal em um sistema anárquico, onde o acúmulo de recursos é a única maneira de garantir a segurança individual de cada Estado; iii) a análise do sistema em nível unitário, onde os Estados são unidades distintas cada uma com interesses díspares; iv) a necessidade de cada Estado prover sua própria segurança, sendo o mesmo o único responsável direto por sua própria sobrevivência, causando um efeito de primazia deste esforço; v) as relações de poder entre os Estados são marcadas pelas capacidades relativas de ação nas esferas militar e econômica; vi) estados soberanos são os principais atores do sistema internacional e atenção especial é concedida às grandes potências, pois têm mais influência na cena internacional; e vii) instituições internacionais, organizações não governamentais, corporações multinacionais, indivíduos e outros atores subestatais ou trans-estatais são vistos como tendo pouca influência independente.³⁸

De acordo com Waltz, *“a busca dos Estados pelo poder e pela segurança não era motivada pela natureza humana, mas sim em função da estrutura do sistema internacional, que os obriga a agir desta maneira”*³⁹. Em virtude das características que definem a relevância dos Estados em uma estrutura, em um ambiente anárquico internacional, os Estados devem confiar nos meios que são capazes de gerar e nos acordos que os auto-beneficiem. Desta forma, isto significa dizer que os Estados, nas relações internacionais, são caracterizados pelo princípio da autoajuda e a segurança e a sobrevivência são assim, os fins perseguidos pelos Estados. De acordo com Waltz,

além do motivo da sobrevivência, os objetivos dos estados podem ser muito variados; podem ir desde a ambição de conquistar o mundo ao mero desejo de serem deixados em paz. A sobrevivência é um pré-requisito para alcançar qualquer

³⁸ COELHO, Bruna Moreira Silva. MIRANDA, Gustavo dos Santos de. Kenneth Waltz – Parte I: as produções teóricas até a década de 1980. Conjuntura Internacional. Setembro, 2013. Disponível em <<https://pucminasconjuntura.wordpress.com/2013/09/16/kenneth-waltz-parte-i-as-producoes-teoricas-ate-a-decada-de-1980/>>. Acessado em 20 de janeiro de 2016.

³⁹ JACKSON, Robert. SORENSEN, Georg. Introdução às relações internacionais. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. P. 83.

objetivo que os estados possam ter, excluindo a promoção do seu próprio desaparecimento como entidades políticas. O motivo da sobrevivência é visto como a base de acção num mundo onde a segurança dos estados não é garantida e não como uma descrição realista do impulso que está por detrás de qualquer acto do estado. A premissa toma em consideração o facto de nenhum estado actuar sempre exclusivamente para assegurar a sua sobrevivência.⁴⁰

A distribuição das capacidades/recursos entre as unidades do sistema é o terceiro nível de análise. Neste nível de análise, Waltz se debruça a explicar como as capacidades dos Estados são distribuídas no sistema internacional, ou seja, suas diferenciações funcionais e a amplitude de suas capacidades. Para este teórico, existem apenas dois tipos de distribuição das capacidades: a bipolar e a multipolar. A bipolaridade é mais estável por, além de permitir uma maior organização entre os Estados, só existe um inimigo e é mais estável na manutenção da paz, por também dificultar o jogo duplo e alianças não declaradas entre os Estados, tornando o sistema internacional mais transparente. Em um sistema multipolar, por o ambiente anárquico ser menos previsível e mais instável, é mais difícil para os Estados definirem claramente aqueles que são aliados ou não.

Como já foi mencionado, a anarquia do sistema internacional é causa regular das guerras. Entre Estados, o estado de natureza é um estado de guerra. No ambiente internacional, os Estados são atores unitários que, no mínimo, buscam a autopreservação e, no máximo, buscam o domínio universal. Os Estados buscam de forma racional usar os meios de que dispõem para alcançar estes fins. A racionalidade é entendida por Waltz como a qualidade do sistema, sua estrutura e sua habilidade para filtrar os Estados irracionais. De acordo com este teórico, estes meios se encaixam em duas categorias: “*esforços internos (formas de aumentar a capacidade econômica, aumentar a força militar, desenvolver estratégias inteligentes) e esforços externos (formas para fortalecer e alargar as suas alianças ou para enfraquecer e encolher um oponente)*”⁴¹. Em um sistema de autoajuda, em que o Estado não busca aumentar seus esforços internos e externos estará se expondo aos riscos do ambiente anárquico e a interesses escusos de outros Estados no sistema internacional. Neste sentido, a teoria do equilíbrio de poder (ou balança de poder, como Waltz, cita algumas vezes), “*é uma teoria sobre os resultados produzidos pelas acções descoordenadas dos estados. A teoria faz assunções sobre os interesses e os motivos dos estados, em vez de os explicar. O que explica*

⁴⁰ WALTZ, Kenneth. Teoria das Relações Internacionais. Lisboa: Gradiva, 2002. P. 130.

⁴¹ WALTZ, Kenneth. Teoria das Relações Internacionais. Lisboa: Gradiva, 2002. P. 164.

são os constrangimentos que confinam todos os estados”⁴². Waltz definiu a teoria da balança do poder como um desenvolvimento da teoria sistêmica das relações internacionais. O destino de cada Estado no sistema internacional depende das suas respostas às ações dos outros Estados. Quanto maior é a participação do Estado na distribuição das capacidades no sistema internacional menores serão as possibilidades de ele ser constrangido. Embora a teoria não esteja apenas concentrada no domínio militar, a possibilidade de explosão de conflitos armados no ambiente internacional leva à competição nas técnicas e nos instrumentos das forças dos Estados. A distribuição assimétrica entre os Estados é a fonte de segurança no sistema internacional, favorecendo uma situação de equilíbrio de poder.

1.3 – Os Novos Atores Globais, a França e o Mundo Multipolar

Na década de 1990, um dos críticos do caráter estrutural da teoria de Waltz, William Wohlforth, defendia a tese sobre o unilateralismo dos EUA no sistema internacional⁴³ por meio de três elementos de análise cruciais: primeiramente, Wohlforth mede a concentração de poder excepcional de uma única potência. Em um segundo momento, o autor analisa a natureza do regime político estadunidense, em que valores socioculturais, modo de vida, estabilidade e transparência dos EUA, diferem-nos das potências que, no passado, configuravam-se como hegemonia mundial e em um terceiro momento, enfatiza a relevância da capacidade geoestratégica dos EUA. No livro *World Out of Balance: International Relations and the Challenge of American Primacy*, em que William Wohlforth escreve com Stephen Brooks, os autores continuam a defender a unipolaridade estadunidense no sistema internacional, mas, compreendem que, na atualidade, por potências relevantes terem se multiplicado, a manutenção desta hegemonia deve ser articulada com potências regionais.

Em virtude do crescimento, fortalecimento e densidade das instituições nas relações internacionais, as teorias neorrealistas têm sido forçadas a explicar este fenômeno. Em geral, para os neorrealistas, as instituições são reflexos do poder do Estado e da relativa distribuição de suas capacidades.

Samuel Huntington defende uma concepção teórica de que o sistema internacional é uni multipolar, no qual se pressupõe a existência dos EUA, como superpotência, parcialmente contida pela remanescência multipolar de várias outras potências que não podem ser

⁴² WALTZ, Kenneth. Teoria das Relações Internacionais. Lisboa: Gradiva, 2002. P. 170.

⁴³ Mais tarde irá atualizar e aprimorar estes elementos de análise no livro escrito em parceria com Stephen Brooks.

consideradas menores, tal como a Rússia e a China, as quais resistem à hegemonia dos EUA neste sistema.

Esta teoria é uma resposta de Huntington sobre a prioridade estratégica dos EUA a partir das transformações do mundo no Pós-Guerra Fria. De acordo com Marcelo José Ferraz Suano,

neste ‘novo’ mundo, as opções estratégicas americanas se darão em torno de três interesses: (i) preservar a posição dos EUA como a primeira potência global, o que significa, na década dos 90, 74 fazer frente ao desafio econômico japonês, contendo o seu desenvolvimento; (ii) evitar o surgimento de um poder hegemônico na Eurásia, preservando o equilíbrio, e (iii) proteger os reais interesses econômicos norte-americanos no terceiro mundo, interesses que se localizam, prioritariamente, na América Central e no Golfo Pérsico devido ao petróleo, já que sem a guerra fria não é importante investir em gastos destituídos de significado estratégico.⁴⁴

As previsões de Huntington indicavam que os EUA, a partir da década de 1990, deveriam reduzir gastos militares, substituindo o oneroso contingente militar por um efetivo menor que garanta o equilíbrio de poder dos EUA nas áreas de interesses geoestratégicos. Embora esta tese tenha sido levantada na década de 1990, há elementos de análise que podem ser considerados relevantes para compreender o papel que os EUA exercerão no futuro.

Se, por um lado, a ameaça do poder econômico japonês não se confirmou graças à dinâmica das estratégias econômicas, do progresso tecnológico e da universalização dos valores estadunidenses, beneficiadas pelo processo da globalização; por outro, a preocupação em assegurar a posição hegemônica dos EUA neste sistema é uma constante. A competitividade da economia estadunidense posiciona este país na liderança do processo globalizador e no processo de universalização dos valores estadunidenses no mundo. Analisando a teoria unimultipolar de Huntington, Helio Jaguaribe esclarece que,

configura-se, nessas condições, um regime de estratificação internacional que situa os países em três níveis. Na cúpula, situa-se, como país dominante, os EUA, seguidos, em menor escala, pelo Japão e pela União Européia. Na base, encontram-se

⁴⁴ SUANO, Marcelo José Ferraz. A identificação dos interesses estratégicos norte-americanos e o surgimento de uma nova estratégia de contenção – uma releitura de Samuel Huntington em busca do verdadeiro oponente dos EUA. Prisma Jurídico. Universidade Nove de Julho, São Paulo. 2015. P.p. 74-75. Disponível em < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=93420005> >. Acessado em oito de fevereiro de 2016.

quase todos os demais países, na condição de países dependentes. Em posição intermediária situam-se países que se poderia denominar de resistentes, China e Rússia. Países como Índia e Brasil, tendem a se aproximar do nível de resistência.⁴⁵

Neste sentido, Jaguaribe aponta que a estratificação internacional prevista por Huntington é instável e a tendência era que sofresse significativas modificações, já na primeira década do século XXI. Nesse período, em especial, a partir do 11 de Setembro, os EUA poderiam converter sua política externa unimultipolar para unipolar.

Fareed Zakaria em seu livro *O mundo pós-americano*, na mesma linha teórica de distribuição de capacidades de Waltz, afirma que o mundo passou por três grandes transformações de poder tectônicas nos últimos quinhentos anos: a primeira foi a ascensão do mundo ocidental iniciada no século XV e acelerada a partir do final do século XVIII, produzindo a modernidade e seus reflexos na ciência e na tecnologia, no comércio e no sistema capitalista, nas revoluções agrícolas e industriais e no domínio político das nações ocidentais. A segunda transformação ocorreu nos últimos anos do século XIX com a ascensão dos EUA, a qual se tornou a nação mais poderosa do mundo com reflexos na economia, na ciência, na cultura e na política mundiais. A terceira transformação é que a humanidade está vivenciando, na qual ao longo das últimas décadas do século XX, diversos países têm alcançado taxas de crescimento econômico acelerado, impensáveis antes, com prováveis reflexões na ciência, na cultura e, principalmente, na política. Provavelmente, Zakaria tomou por base a obra de Alice Amsden, *A Ascensão do Resto*, escrita em 2001. Nesta obra, Amsden identifica um grupo de países, que denomina de “latecomers”⁴⁶, os quais estão se tornando economias emergentes com processos e estratégias de ascensão diferentes. De acordo com esta autora, a geração de conhecimento e o desenvolvimento de tecnologias no pós-guerra destacaram este grupo de países que, inclui o Brasil. Nesta mesma linha de pensamento, Zakaria faz também uso da expressão *A ascensão do resto* em seu livro. Nas palavras deste autor,

a miséria está diminuindo em países que abrigam 80% da população mundial. Os cinquenta países em que vivem as pessoas mais pobres do mundo são casos gravíssimos que precisam de atenção urgente. Nos outros 142 – que incluem

⁴⁵ JAGUARIBE, Helio. MERCOSUL e a Nova Ordem Mundial. Dossiê. Centro Brasileiro de Relações Internacionais. V. 1, Ano 1. 2002. P. 4. Disponível em <<http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/2493.pdf>>. Acessado em oito de fevereiro de 2016.

⁴⁶ Significa os que chegaram depois.

China, Índia, Brasil, Rússia, Indonésia, Turquia, Quênia e África do Sul -, os pobres estão lentamente absorvidos por economias produtivas e crescentes. Pela primeira vez na história, estamos testemunhando um genuíno crescimento global. Isso está criando um sistema internacional em que países de todos os cantos do mundo não são mais objetos ou observadores, mas atores por seus próprios méritos. É o nascimento de uma ordem realmente global.⁴⁷

Semelhante à teoria unimultipolar de Huntington, Zakaria não debate o declínio do poder dos EUA no sistema internacional, mas sim, busca explicar de que forma os EUA tentarão conviver com a ascensão do resto. A distribuição de poder no mundo está se transformando, ao afastar-se da predominância política dos EUA. No entanto, isso não significa que o mundo esteja sendo conduzido para um antiamericanismo, mas sim, para um mundo pós-americano, no qual o poder será definido e dirigido por outros atores de diversos lugares.

Entre 1994 e 1995, John Mearsheimer publicou um artigo científico intitulado *The False Promise of International Institutions*, no qual, em meio às discussões sobre o insucesso do Realismo em prever o fim da Guerra Fria e a ascensão de teorias institucionalistas, reavivou o discurso realista e questionou os limites das instituições internacionais em promover a paz. De acordo com Mearsheimer, as instituições podem desencorajar os Estados a promover seus próprios interesses e podem conduzi-los à paz, à medida que cada ação altera a sua posição de poder relativo. Por este motivo, ele considera estas instituições variáveis independentes.

Em 2001, Mearsheimer publicou a obra *The Tragedy of Great Power Politics*, no qual rebateu a teoria sistêmica de Waltz, defendeu o unilateralismo e a hegemonia dos EUA no sistema internacional sob a perspectiva do Realismo Ofensivo. Ainda que Mearsheimer acredite na imutabilidade da estrutura do sistema internacional, ele sustentou a tese de que por os Estados nunca estarem satisfeitos com a quantidade de poder, sempre buscarão aumentá-lo. Neste sentido, o único meio de manter a sua segurança e garantir a sua sobrevivência é ser a única superpotência mundial.

Mearsheimer converge com Wohlforth na defesa da política externa unilateral dos EUA no sistema internacional, à medida que as instituições internacionais não são agentes que falam por si. De acordo com Mearsheimer, embora estas instituições se apropriem de

⁴⁷ ZAKARIA, Fareed. O mundo pós-americano. São Paulo: Companhia das letras, 2008. P. 13.

mecanismos cooperativistas, não dispõem de um mecanismo efetivo de controle, o que as deixa vulneráveis aos interesses dos próprios Estados. Nas palavras de Mearsheimer,

Em suma, a teoria da segurança coletiva aborda diretamente a questão de como empurrar os Estados para longe da guerra e promover a paz, e reconhece que o poder militar desempenha um papel central na política internacional. Mas a teoria tem várias falhas importantes. Foi construída sobre a norma de fundação em que Estados-membros devem confiar uns nos outros, mas não satisfatoriamente explica como isso é possível em um mundo anárquico onde Estados têm poder militar e intenções incertas. Além disso, o registro histórico fornece pouco suporte para a teoria. O único caso de um sistema de segurança coletiva operativo foi a Liga das Nações, e foi um fracasso espetacular. Embora a manutenção da paz e reformas sejam por vezes descritas como limitadas mas promissora da segurança coletiva, são de valor marginal na promoção da paz.⁴⁸

Ou seja, são os próprios Estados aqueles que têm que escolher obedecer ou não às regras que eles mesmos criaram no estruturalismo⁴⁹ do sistema internacional. Por o sistema internacional ser um ambiente anárquico e competitivo, a luta pelo poder é constante e os Estados são compelidos, constante e simultaneamente, a buscarem ser os mais poderosos do sistema e assegurar que nenhum outro Estado busque alcançar seu patamar. Desta forma, há limites para os mecanismos de cooperação e de controle das instituições internacionais, o que endossa a tese sustentada por Brooks e Wohlforth sobre a legitimidade dos EUA e demais grandes potências em regerem e modificarem as regras do sistema internacional.

Christopher Layne converge com Wohlforth, Brooks e Mearsheimer em defender que a natureza anárquica do sistema internacional não pode ser domesticada, no entanto, apesar de sustentar que os EUA foram a única potência capaz de exercer predomínio internacional no

⁴⁸ Tradução livre da autora : *“In sum, the theory of collective security directly address the issue of how to push states away from war and promote peace, and it recognizes that military power plays a central role in international politics. But the theory has several important flaws. It is built on the foundation norm that states should trust each other, but it does not satisfactorily explain how this is possible in an anarchic world where states have military power and uncertain intentions. Furthermore, the historical record provides little support for the theory. The single case of an operative collective security system was the League of Nations, and it was a spectacular failure. Although peacekeeping and concerts are sometimes described as limited but promising version of collective security, they are of marginal value in promoting peace.”* In: MEARSHEIMER, John. *The False Promise of International Institutions*. International Security. Vol. 19, Nº 3, Winter 1994/1995. P.36. Disponível em < <http://mearsheimer.uchicago.edu/pdfs/A0021.pdf>>. Acessado em 20 de outubro de 2015.

⁴⁹ O estruturalismo remete à construção teórica iniciada pelo etnólogo Claude Lévi-Strauss a partir da década de 1950 e apropriado por diversos campos do saber, entre eles, as Relações Internacionais, no qual ambiente internacional é caracterizado por diversos atores que se interagem e definem como estes atores devem estar dispostos neste sistema.

mundo Pós-Guerra Fria, acredita que o caráter da unipolaridade estadunidense é ilusório e, que, a unipolaridade cederia lugar para um sistema multipolar. De acordo com Layne, há um novo equilíbrio de forças geopolíticas surgindo e há evidências consideráveis de que outros Estados estejam se associando contra os EUA. Há preocupações quanto aos novos atores globais deste novo arranjo geopolítico do sistema internacional, o qual tende a se encaminhar para uma redistribuição multipolar de poder. De acordo com Layne, numa pesquisa sobre o provável desenvolvimento internacional até 2020, o relatório do Conselho Nacional de Inteligência intitulado *Mapeamento do Futuro Global* aponta que China e Índia estejam se encaminhando para, nesta projeção de cenário, serem os grandes atores globais e promotores da transformação do cenário geopolítico, a qual produzirá impacto dramático no jogo político do sistema internacional.⁵⁰ Segundo ainda este autor, “em veia similar, um recente estudo do Grupo de Avaliação Estratégica projeta que até 2020 a China e a União Europeia podem cada uma ter poder similar ao dos EUA”⁵¹.

Sobre os dilemas estratégicos no contexto europeu, discutiremos isso no **Capítulo 6**. No entanto, importante frisar que, dentre os países europeus, o que mais se distanciou do discurso unipolar foi a França. Desde a saída de De Gaulle da presidência, a França buscou uma maior aproximação com os EUA e pouco questionou decisões de política externa tomadas por presidentes estadunidenses, voltando-se mais para o institucionalismo europeu, mesmo no pós-Guerra Fria. Esta reflexão pode ser observada no discurso de Celso Amorim, ex-Ministro das Relações Exteriores do Brasil, setembro de 1998, intitulado *Entre o Desequilíbrio Unipolar e a Multipolaridade: o Conselho de Segurança da ONU no Período Pós-Guerra Fria*, no qual o autor apontava pairar em “dúvidas sobre a possibilidade de compatibilização de um mundo essencialmente unipolar no plano militar-estratégico com o fortalecimento ou mesmo a preservação do multilateralismo conforme concebido pela Carta da ONU”⁵². Amorim acrescenta que,

⁵⁰ LAYNE, Christopher. *The Unipolar Illusion Revisited. The Coming End of the United States' Unipolar Moment*. International Security, Vol. 31, No. 2 (Fall 2006), p. 37. Disponível em < <http://www.mitpressjournals.org/doi/pdf/10.1162/isec.2006.31.2.7>>. Acessado em 20 de outubro de 2015.

⁵¹ LAYNE, Christopher. *The Unipolar Illusion Revisited. The Coming End of the United States' Unipolar Moment*. International Security, Vol. 31, No. 2 (Fall 2006), P.p. 37-38. Disponível em < <http://www.mitpressjournals.org/doi/pdf/10.1162/isec.2006.31.2.7>>. Acessado em 20 de outubro de 2015.

⁵² AMORIM, Celso. *Entre o Desequilíbrio Unipolar e a Multipolaridade: o Conselho de Segurança da ONU no Período Pós-Guerra Fria*. Texto do evento realizado no IEA “O Brasil e as Novas Dimensões da Segurança Internacional” realizado no dia 11 de setembro de 1998. P. 2. Disponível em < http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/amorimdesequil_briounipolar.pdf>. Acessado em 23 de janeiro de 2016.

não obstante, nem mesmo integrantes do que se convencionou chamar de "Ocidente", como a França, se mostram dispostos a coonestar (sic) uma ordem unipolar dominada por Washington, enquanto a Federação Russa, a República Popular da China, e o Movimento Não-Alinhado a questionam com crescente extroversão e desenvoltura.⁵³

Rubens Ricupero em artigo intitulado "*O mundo após o 11 de setembro: a perda da inocência*", publicado em 2003, desconstruiu e desmitificou a crença da unipolaridade e hegemonia estadunidense no mundo. De acordo com este autor, Francis Fukuyama, ao escrever o livro "*O Fim da História e o Último Homem*"⁵⁴,

nem desconfiou que, do rincão mais remoto e inesperado, da periferia da periferia, das montanhas do Afeganistão, procederia o ataque vicioso que seria capaz de pôr de cabeça para baixo todas as previsões de calma inalterada e perpétua, liquidando, de uma vez por todas, com a inocência do pós-Guerra Fria. Um outro tipo de inocência iria, porém, nascer dos atentados contra Nova York e Washington, assim como da devastadora reação norte-americana contra o Afeganistão e o Iraque: a tese superficial do novo Império Romano, a ideia ingênua de que o poderio militar dos Estados Unidos, somado a seus recursos econômicos, lhes permitiriam fazer o que bem entendessem, inclusive dando plausibilidade a projetos bizarros como o de recriar o Iraque e o mundo árabe inteiro à imagem e semelhança do modelo ianque. A segunda camada de inocência durou menos ainda que a primeira e começou a ser descascada e jogada fora tão logo se concluiu a fulminante e fácil vitória contra inimigo fraco, desorganizado e incompetente.⁵⁵

Estas mencionadas inocências, nas palavras de Ricupero, conduziram a um cada vez maior questionamento sobre o princípio de legitimidade dos EUA em determinar as regras de funcionamento do sistema internacional.

⁵³ AMORIM, Celso. Entre o Desequilíbrio Unipolar e a Multipolaridade: o Conselho de Segurança da ONU no Período Pós-Guerra Fria. Texto do evento realizado no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA/USP) "O Brasil e as Novas Dimensões da Segurança Internacional" realizado no dia 11 de setembro de 1998. P. 3. Disponível em < http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/amorimdesequil_briunipolar.pdf>. Acessado em 23 de janeiro de 2016.

⁵⁴ Desde o final da década de 1980, Francis Fukuyama sustentava a tese de que o colapso da URSS havia culminado no alcance da vitória da sociedade ocidental, a qual havia conquistado uma forma de sociedade que pudesse satisfazer suas aspirações mais profundas e fundamentais, ou seja, o Estado Liberal. Sua tese foi incorporada nos principais debates acadêmicos e se propagou em todos os meios após a publicação do livro, em 1991.

⁵⁵ RICUPERO, Rubens. O mundo após o 11 de setembro: a perda da inocência. Tempo Social – USP. P. 13. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ts/v15n2/a02v15n2.pdf>>. Acessado em 23 de janeiro de 2016.

Após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, a pressão internacional pela não proliferação de armas nucleares se intensificou ainda mais no mundo, mesmo nos países que eram signatários do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP). Desta forma, a Agência Internacional de Energia Atômica (Aiea) reiniciou a campanha internacional para pressionar os países signatários do TNP via Protocolo Adicional (PA) para abrir todas as suas instalações nucleares, inclusive, militares, com um aviso prévio de duas a 24 horas, para inspeções. Desde 1998, o Brasil é signatário do TNP, mas ainda não aderiu ao PA.

Em 2004, pressionados pela política antiterrorismo de George W. Bush, a Aiea pressionou o Brasil a abrir integralmente a tecnologia do ciclo do combustível e do reator nuclear para os inspetores da Agência e a assinar o PA. Alegando questões de sigilo industrial, as inspeções no Centro Experimental Aramar⁵⁶ não foram irrestritas e o governo brasileiro passou a assumir uma postura mais firme em relação às pressões internacionais pela adesão ao PA.

A campanha dos EUA na guerra contra o terror provocou fissuras nas relações entre os Estados, à medida que a eficiência do sistema de defesa dos EUA passou a ser questionado por eles. É o caso da França e da Rússia.⁵⁷ Embora desde Jacques Chirac (1995-2007), a França estivesse apresentando sinais de seu distanciamento da política externa unipolar dos EUA, foi no governo de Sarkozy que mais a França empreendeu ações em defesa do discurso multipolar. De acordo com o Livro Branco de Defesa da França, publicado em 2013,

a crise econômica e financeira constitui uma primeira ruptura de nível global. Afetando principalmente as economias dos países desenvolvidos, ela não questionou a ascensão dos países emergentes, particularmente do Brasil, da Índia e da China. Este último país, que já é uma grande potência econômica, científica e militar, está em vias de se tornar a primeira economia do mundo em 2030.⁵⁸

⁵⁶ Área naval localizada no interior do estado de São Paulo, no município de Sorocaba, onde desde a década de 1980, a Marinha do Brasil realiza suas atividades nucleares experimentais. Nesta local, além da Marinha do Brasil ter dominado a tecnologia de construção das centrífugas que enriquecem urânio e ter construído o primeiro reator nuclear para propulsão naval, formará os primeiros submarinistas que conduzirão o primeiro submarino com propulsão nuclear do Brasil.

⁵⁷ Chirac e seu homólogo russo, Vladimir Putin, defendiam o caráter ilegítimo da intervenção militar estadunidense no Iraque, em 2003.

⁵⁸ Tradução livre da autora: “*La crise économique et financière constitue une première rupture de porte globale. Touchant principalement les économies des pays développés, elle n’a pas remis en cause la montée en puissance des pays émergents, en particulier celle du Brésil, de l’Inde et de la Chine. Ce dernier pays qui est d’ores et déjà une puissance majeure sur les plans économique, scientifique et militaire, est en voie de devenir la première économie du monde d’ici 2030.*” In: *Livre Blanc*. Ministère de la Défense, France. 2013. P.27. Disponível em: <http://fr.calameo.com/read/000331627d6f04ea4fe0e> . Acessado em 20 de outubro de 2015.

Além de o Livro Branco da Defesa da França destacar Brasil, Índia e China como atuais grandes potências e que, em 2030, serão os atores globais destaca também que,

O compromisso francês na América Latina não se limita à sua presença territorial no continente sul americano. A afirmação da América Latina no cenário internacional tornou-se um fato geopolítico que demonstra a natureza verdadeiramente multipolar da nova paisagem estratégica. Ela se manifesta no renascimento econômico, político e cultural experimentado pelos países da região, e é expressa em uma visão de multipolaridade que a França amplamente compartilhada.⁵⁹

Desde que França e Brasil estabeleceram parceria estratégica, segundo Bruno Muxagato, concordaram, conjuntamente, em coordenar esforços para contribuir com a reforma da governança internacional e preparar grande concerto na maturidade da agenda internacional. De acordo com este autor, foi nesta perspectiva que o presidente francês Nicolas Sarkozy e o presidente brasileiro Luis Inácio Lula da Silva emitiram uma declaração conjunta na imprensa internacional, propondo uma *Aliança para a Mudança*⁶⁰. Muxagato completa ainda que,

Brasil e França estão engajados em uma nova abordagem para superar a oposição Norte-Sul. Com a parceria estratégica, a França está empenhada em apoiar o Brasil em sua ambição de se tornar um global player no cenário internacional, assumindo direitos e responsabilidades. Portanto, tem a intenção de ajudar nesta perspectiva a desenvolver, significativamente, com transferência de tecnologia, os instrumentos que fundarão uma grande potência mundial nos domínios militares, energéticos e tecnológicos.⁶¹

⁵⁹ Tradução livre da autora : “*l’engagement français en Amérique Latine ne se limite pas à sa présence territoriale sur le continent sud-américain. L’affirmation de l’Amérique Latine sur la scène internationale est désormais une donnée géopolitique qui témoigne du caractère véritablement multipolaire du nouveau paysage stratégique. Elle se manifeste dans la renaissance économique, politique et culturelle que connaissent les pays de la région, et elle s’exprime dans une vision de la multipolarité que la France partage largement.*” In: *Livre Blanc*. Ministère de la Défense, France. 2013. P.59. Disponível em: <http://fr.calameo.com/read/000331627d6f04ea4fe0e> . Acessado em 20 de outubro de 2015.

⁶⁰ MUXAGATO, Bruno. Le rapprochement franco-brésilien: une relation stratégique au-delà d’un partenariat militaire? *La Chronique des Amériques* Novembre 2010 N°07. P. 6. Disponível em: http://www.ieim.uqam.ca/IMG/pdf/MuxagatoB_FranceBresil.pdf . Acessado em 20 de outubro de 2015.

⁶¹ MUXAGATO, Bruno. Le rapprochement franco-brésilien: une relation stratégique au-delà d’un partenariat militaire? *La Chronique des Amériques* Novembre 2010 N°07. P. 11. Disponível em: http://www.ieim.uqam.ca/IMG/pdf/MuxagatoB_FranceBresil.pdf . Acessado em outubro de 2015.

Ao longo de 2008, França e Brasil assinaram diversos acordos comerciais na área de Defesa, envolvendo transferência de tecnologia. Importante frisar que, além de helicópteros militares e caças, a França se comprometeu a transferir tecnologia para a Marinha do Brasil projetar e construir submarinos convencionais e o sistema de plataforma de um submarino com propulsão nuclear⁶². Somado a isto, a França tem defendido em fóruns internacionais o assento permanente do Brasil no Conselho de Segurança da ONU e o projetando no sistema internacional. Em 23 de setembro de 2009, Sarkozy defendeu que o Brasil tenha assento permanente no Conselho de Segurança, durante discurso na 64ª Assembleia Geral da ONU. Em janeiro de 2010, o presidente francês voltou a defender que o Brasil integrasse as principais negociações econômicas internacionais e também passasse a fazer parte do CSONU, durante simpósio econômico em Paris.

No Relatório de Informação da Comissão de Assuntos Externos, da Defesa e das Forças Armadas da França após uma missão de 11 à 14 abril de 2011, no Brasil consta o seguinte:

A parceria estratégica permite, finalmente, para a França e para o Brasil conciliar as suas opiniões, e até mesmo fazer propostas comuns nos principais fóruns internacionais, como a governança global ou o ambiente. De todos os grandes países emergentes, o Brasil é, provavelmente, o país que a França mais se sente próxima por causa de sua latinidade, a antiguidade de nossos laços e de nossa presença. Com suas perspectivas promissoras, ao Brasil não faz falta potenciais parceiros. França deve aumentar a sua atenção para este país e um diálogo regular, inclusive a nível parlamentar.⁶³

⁶² Desde que a Constituição de 1988 foi promulgada, o Brasil renunciou textualmente o interesse em desenvolver ou adquirir armas nucleares de destruição em massa. Além de signatário do TNP, o Brasil é signatário de vários outros tratados internacionais de desarmamento nuclear, tais como do Tratado da Antártida, do Tratado de Proscrição das Experiências com Armas Nuclear na Atmosfera, no Espaço Cósmico e sob a Água, do Tratado sobre Princípios Reguladores das Atividades dos Estados na Exploração e Uso do Espaço Cósmico, inclusive a Lua e demais Corpos Celestes, do Tratado de Tlatelolco e do Tratado sobre Proibição da Colocação de Armas Nucleares e outras Formas de Destruição em Massa no Leito do Mar, no Fundo do Oceano e em seu Subolo.

⁶³ Tradução livre da autora: “*Le partenariat stratégique permet enfin à la France et au Brésil de rapprocher leurs points de vue, et même d’effectuer des propositions communes, dans les grandes enceintes internationales, par exemple sur la gouvernance mondiale ou l’environnement. De tous les grands pays émergents, le Brésil est sans doute celui dont la France se sent le plus proche, du fait de sa latinité, de l’ancienneté de nos liens et de notre présence. Grâce à ses perspectives prometteuses, le Brésil ne manque pas de partenaires potentiels. La France doit donc accentuer l’attention qu’elle porte à ce pays et entretenir un dialogue régulier, notamment au niveau parlementaire.*” In: *Rapport d’information de la commission des affaires étrangères, de la défense et des forces armées à la suite d’une mission effectuée du 11 au 14 avril 2011 au Brésil*, SENAT, Session Ordinaire de 2010-2011, N° 662. P. 39. Disponível em: <http://www.senat.fr/rap/r10-662/r10-6621.pdf>. Acessado em 23 de janeiro de 2016.

Em 2013, assumiu a presidência da França, François Hollande e, em sua primeira visita de Estado ao Brasil, em dezembro deste mesmo ano, no Palácio Itamaraty, em Brasília, afirmou que o Brasil *“é uma potência que conta para o mundo”*⁶⁴ e que *“a França é favorável a uma modificação da governança global. Trabalhamos muito para que as Nações Unidas evoluam. (...) E o Brasil deveria ocupar a vaga que lhe cabe no Conselho de Segurança”*⁶⁵.

A multipolaridade passou a ser mais amplamente discutida na agenda política e econômica mundial no início da década de 1990, com o colapso da URSS. Um dos defensores desta teoria foi Richard Nixon (1969-1974) e seu então assessor especial de segurança, Henry Kissinger. Este último, em especial, no final da década de 1960, reconhecia que a bipolaridade do sistema internacional chegaria ao fim e sustentava que a bipolaridade militar não apenas falhou em impedir, como acabou por encorajar a multipolaridade política.⁶⁶ Kissinger defendia que embora a multipolaridade não garantisse necessariamente uma situação de estabilidade se configuraria como uma alternativa ao fim do sistema bipolar e suavizaria o jogo político da estrutura do sistema internacional. Luís Nuno Rodrigues argumenta que,

as alterações no sistema internacional, a paridade nuclear com a União Soviética, o final do consenso interno em torno dos grandes objetivos da política externa norte-americana e o declínio econômico dos Estados Unidos foram alguns dos principais factores que levaram a Administração Nixon a uma reavaliação das estratégias e das prioridades em termos de política externa. Nixon, de acordo com o testemunho de Kissinger, acreditava que, no que respeitava ao papel dos Estados Unidos no mundo, estava a presidir "à transição de uma posição de predomínio para uma de liderança". Durante décadas, os Estados Unidos tinham assumido uma posição preponderante a nível internacional, devido ao seu "predomínio a nível nuclear", ao consenso interno em torno das coordenadas essenciais da política externa e também devido ao seu poderio

⁶⁴ Hollande defende Brasil no Conselho de Segurança da ONU. Folha de São Paulo, 12 de dezembro de 2013. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2013/12/1384609-hollande-defende-brasil-no-conselho-de-seguranca-da-onu.shtml>>. Acessado em 23 de janeiro de 2016.

⁶⁵ Hollande defende Brasil no Conselho de Segurança da ONU. Folha de São Paulo, 12 de dezembro de 2013. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2013/12/1384609-hollande-defende-brasil-no-conselho-de-seguranca-da-onu.shtml>>. Acessado em 23 de janeiro de 2016.

⁶⁶ RODRIGUES, Luís Nuno. Nixon e a Tentação Multipolar. Conferência "Os Estados Unidos e a Ordem Internacional", FLAD, 30 de Setembro de 2004. Disponível em < <http://www.ipri.pt/investigadores/artigo.php?idi=8&ida=74>>. Acessado em 23 de janeiro de 2016.

económico. Quando Nixon chegou à Casa Branca estas realidades estavam já consideravelmente esbatidas.⁶⁷

Em virtude das mudanças graduais que ocorreriam no sistema internacional, na perspectiva de Kissinger, o grande desafio para os EUA seria desenvolver um conceito de ordem em um mundo bipolar militarmente e multipolar politicamente. Por se configurar como uma via de mão dupla, a política externa estadunidense, a partir da década de 1970, optou pelo discurso unipolar estadunidense.

Conforme foi mencionado, os atentados terroristas de setembro de 2001 expuseram as fragilidades do sistema de defesa estadunidense e muitos países passaram a questionar a capacidade dos EUA em garantir a segurança e a paz mundial. Neste contexto, potências regionais como a Rússia, a China e o Brasil, como analisado, defensores de um discurso multipolar, ganharam maior visibilidade na agenda política do sistema internacional.

O Brasil buscou inovar nas relações internacionais lançando o conceito de *multipolaridade benigna* no governo de Rousseff. Dilma se comprometeu a dar continuidade à política externa desenvolvida pela gestão anterior; porém, concedendo ao então ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, que imprimisse suas concepções filosóficas e/ou modificasse algumas estratégias. Desta forma, a política externa brasileira reconhece a existência do estruturalismo do sistema internacional, mas anseia modificá-lo por meio de uma multipolaridade mais inclusiva e cooperativa, diferente da característica competitiva que predominou nas relações internacionais até então. De acordo com Celso Amorim,

na multipolaridade benigna, o sistema internacional se enriquece com a existência de múltiplos polos de poder e distintas perspectivas. Um maior número de atores participa dos processos de tomada de decisão, aprimorando a representatividade dos mecanismos de gestão da governança global. A multipolaridade benigna também torna o sistema mais efetivo e vigoroso por meio do respeito à integridade dos princípios fundadores do multilateralismo, que tem seu fulcro na Organização das Nações Unidas (ONU).⁶⁸

⁶⁷ RODRIGUES, Luís Nuno. Nixon e a Tentação Multipolar. Conferência "Os Estados Unidos e a Ordem Internacional", FLAD, 30 de Setembro de 2004. Disponível em < <http://www.ipri.pt/investigadores/artigo.php?idi=8&ida=74> >. Acessado em 23 de janeiro de 2016.

⁶⁸ AMORIM, Celso. Uma visão brasileira do panorama estratégico global. Contexto Internacional, V. 33, Nº .2, Rio de Janeiro, Julho/Dezembro de 2011. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-85292011000200001&script=sci_arttext >. Acessado em 23 de janeiro de 2016.

Importante diferenciar multipolaridade de multilateralismo. Enquanto multipolaridade se refere à estratificação do poder no sistema internacional, caracterizada pela competição entre os polos de poder hegemônicos e pela instabilidade permanente oriunda da busca pelo poder, multilateralismo se refere à forma de atuação dos países dentro da estratificação deste sistema, independente dele ser unipolar, bipolar ou multipolar.

Celso Amorim, na abertura do Seminário Estratégias de Defesa Nacional, promovido pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (Creden), em 2012, afirmou que,

a discussão dessas condicionantes do pensamento sobre Defesa não pode estar completa sem uma indagação sobre as implicações das transições em curso da ordem global para a Defesa do Brasil. Há pouca dúvida entre os que se dedicam a esses temas que está em curso uma verdadeira redistribuição do poder mundial. Costuma-se dar a esse processo, de alcance ainda desconhecido, o nome de multipolaridade, por oposição não só à ordem bipolar vigente na Guerra Fria, mas também à ilusão de que, após o fim desta, a dinâmica das relações internacionais seria pautada exclusivamente pelos interesses da única superpotência remanescente. É preciso reconhecer, neste ponto, que a concentração de poder, especialmente militar, ainda é uma realidade inegável, e fonte de desestabilização no sistema internacional. Mas a persistência de áreas ou setores onde o “desequilíbrio unipolar” ainda predomina não impediu que se processassem, desde o começo da década de 1990, alterações expressivas na ordem global. A Europa e o Japão, sobretudo do ponto de vista econômico, já se afiguravam como polos contrastantes à concentração hegemônica de poder. Não é insignificante o fato de que tenha sido uma nação europeia – a França – que tenha enfatizado a multipolaridade como princípio organizador da ordem mundial. Rússia e China sempre trataram de deixar claro que não aceitariam complacentemente uma unipolaridade político-militar, ainda que revestida de contornos normativos que a tornavam mais branda.⁶⁹

Comparando discurso de Amorim no Instituto de Estudos Avançados (IEA) da Universidade de São Paulo (USP) de 1998 com o seu discurso na abertura do Seminário Estratégias de Defesa Nacional promovido pela Creden, em 2012, é possível constatar que as relações entre França e Brasil alcançaram um novo patamar estratégico e com políticas externas aproximadas. Ambos os países defendem a multipolaridade e a redistribuição de

⁶⁹ AMORIM, Celso. Defesa Nacional e Pensamento Estratégico Brasileiro. Revista Política Hoje, Vol. 21, n. 2, 2012 P. 337. Disponível em < <http://www.revista.ufpe.br/politica/hoje/index.php/politica/article/view/211/131> >. Acessado em 23 de janeiro de 2016.

capacidades como estratégias para reformular o jogo de poder do sistema internacional. Neste sentido, sustenta-se neste trabalho que a teoria sistêmica neorrealista de Kenneth Waltz ainda é válida para explicar o estruturalismo do sistema internacional e propicia os melhores elementos de análise que expliquem porque a França aceitou dar o *up grade* tecnológico militar para o Brasil pleitear maior inserção política e estratégica neste sistema.

1.4 – Metodologia e Fontes de Pesquisa

As Ciências Sociais sempre foram marcadas pela necessidade de definir o seu caráter científico. A metodologia é um instrumento de pesquisa científica que, atualmente, tem sofrido críticas e; portanto, tem exigido dos pesquisadores novas discussões teóricas. Nas Ciências Sociais, em especial, a visão de uma ciência objetiva e neutra, capaz de formular leis imutáveis, tem sido questionada. Conforme salienta Karl Popper,

hoje, a maioria dos cientistas admite que nenhum conhecimento é inteiramente objetivo e que os valores e crenças do pesquisador podem interferir no seu trabalho e, nesse caso, a única objetividade a que podemos aspirar é aquela que resulta da exposição de nossas pesquisas à crítica da comunidade científica.⁷⁰

Roberto Da Matta analisou a relação sujeito/ objeto sob a ótica da hermenêutica, segundo a qual, o pesquisador deve considerar a “*interação complexa entre o investigador e o sujeito investigado*” que compartilham, mesmo que muitas vezes não se comuniquem, “*de um mesmo universo de experiências humanas*”⁷¹. É este diálogo entre o sujeito e o objeto que diferencia as ciências naturais das ciências sociais, permitindo interpretações que coloquem o ponto de vista do pesquisador em dúvida. De acordo com Alda Judith Alves-Mazzotti,

a validação do conhecimento gerado pela pesquisa, a aprovação de sua confiabilidade e relevância pela comunidade acadêmica, exige que o pesquisador se mostre familiarizado com o estado atual do conhecimento sobre a temática focalizada, de modo que

⁷⁰ POPPER, Karl. Lógica das ciências sociais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978. In: ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Usos e abusos dos estudos de caso. Cadernos de Pesquisa, v. 36, n. 129, set./dez. 2006. P. 638. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742006000300007&script=sci_abstract&tlng=pt >. Acessado em 22 de janeiro de 2016.

⁷¹ Da MATTÁ, R. Relativizando: uma introdução à Antropologia Social. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. P. 23. In: MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004. P. 291. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a07.pdf> >. Acessado em 22 de janeiro de 2016.

ele possa, de alguma forma, inserir sua pesquisa no processo de produção coletiva do conhecimento.⁷²

Diferentemente das ciências naturais, o objeto das ciências sociais não pode ser submetido a controles em laboratórios; porém, não é menos complexo nem há margem de facilidade para separar causas e motivações isoladas. Alves-Mazzotti acrescenta que, “*por ser intersubjetivo, esse processo permite identificar os vieses do pesquisador, decorrentes das crenças e valores associados à sua inserção social e à sua história*”⁷³. Endossando esta autora, Flávio da Cunha Rezende elucida que,

os estudos de casos, que tradicionalmente são considerados como os desenhos de pesquisa mais críticos e problemáticos quando se trata da questão da inferência causal nas ciências sociais, passam a ser considerados seriamente como possibilidades metodológicas frutíferas para a geração de conhecimento na ciência política. Um considerável influxo de contribuições geradas por autores importantes tem adicionado novas reflexões e gerado novos argumentos sobre os limites e possibilidades relativas aos estudos de caso.⁷⁴

Souza Martins reforça esta tese reforçando que, igualmente Michel Thiollent e Howard Becker, acreditam que, “*no trabalho de pesquisa sociológica, a neutralidade não existe e a objetividade é relativa, diferentemente do que ocorre no positivismo — do qual, aliás, partem muitas das críticas feitas à metodologia qualitativa*”⁷⁵. Neste sentido, a autora compara as posições de Max Weber e de Émile Durkheim apontando que,

a sociologia weberiana parte do reconhecimento de que todo conhecimento sociológico tem, como fundamento, um compromisso com valores. A objetividade, portanto, provém de

⁷² ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Usos e abusos dos estudos de caso. Cadernos de Pesquisa, v. 36, n. 129, set./dez. 2006. P. 638. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742006000300007&script=sci_abstract&tlng=pt >. Acessado em 22 de janeiro de 2016.

⁷³ ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Usos e abusos dos estudos de caso. Cadernos de Pesquisa, v. 36, n. 129, set./dez. 2006. P. 638. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742006000300007&script=sci_abstract&tlng=pt >. Acessado em 22 de janeiro de 2016.

⁷⁴ REZENDE, Flávio da Cunha. Razões emergentes para a validade dos estudos de caso na ciência política comparada. Revista Brasileira de Ciência Política, no.6 Brasília July./Dec. 2011. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522011000200012 >. Acessado 23 de dezembro de 2015.

⁷⁵ MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004. P. 292. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a07.pdf> >. Acessado em 22 de janeiro de 2016.

critérios que serão definidos pelo pesquisador em relação aos problemas que ele está investigando.⁷⁶

Esta reflexão resgata a discussão sobre o papel e a contribuição do estudo de caso para a produção de variáveis causais numa ciência política intensamente predominada pela utilização de métodos quantitativos para a produção do conhecimento.

Por muito tempo, o estudo de caso foi desprezado pelas Ciências Sociais como ferramenta metodológica, por julgarem que os pesquisadores pareciam desconsiderar o fato de que o conhecimento científico se desenvolve por meio de um processo de construção coletiva e por o pesquisador não ambientar a pesquisa em uma discussão acadêmica mais ampla, reduzindo a problemática a recorte temporal restrito e restringindo a pesquisa a conclusões pouco empíricas.⁷⁷

Os cientistas sociais têm buscado resgatar a importância do estudo de caso no estudo empírico e nas pesquisas qualitativas. Heloisa Helena T. de Souza Martins assinala que uma das principais críticas relacionadas à metodologia qualitativa é referente à questão da representatividade. Por esta metodologia operar sempre com unidades sociais, privilegia o uso de estudos de caso. De acordo com esta autora, “*o maior problema, neste sentido, segundo os críticos, se encontraria na escolha do caso: até que ponto ele seria representativo do conjunto de casos componentes de uma sociedade?*”⁷⁸ A representatividade a que Souza Martins se refere está relacionada às possibilidades de generalizações. A questão que a autora indaga é como garantir que o caso estudado representa o contexto do qual faz parte. Embora seja oriundo das áreas médica e psicológica, o estudo de caso tem sido utilizado pelas mais diversas áreas do conhecimento sendo empregado, como técnica psicoterápica, caso clínico, metodologia pedagógica e modalidade de pesquisa.

Comumente, os estudos de caso caracterizavam-se mais pelo interesse em casos individuais do que em métodos de pesquisa. De acordo com R. E. Stake, “*um caso é uma unidade específica, um sistema delimitado cujas partes são integradas. (...) Algumas características podem estar dentro do sistema, nos limites do caso, e outras fora, e nem*

⁷⁶ MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004. P. 292. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a07.pdf> >. Acessado em 22 de janeiro de 2016.

⁷⁷ REZENDE, Flávio da Cunha. Razões emergentes para a validade dos estudos de caso na ciência política comparada. Revista Brasileira de Ciência Política, no.6 Brasília July./Dec. 2011. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522011000200012 >. Acessado 23 de dezembro de 2015.

⁷⁸ MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004. P. 293. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a07.pdf> >. Acessado em 22 de janeiro de 2016.

*sempre é fácil para o pesquisador dizer onde termina o indivíduo e começa o contexto”*⁷⁹. No entanto, embora o caso deva ser estudado como um sistema delimitado, cujas partes são integradas, a influência de aspectos políticos, econômicos, socioculturais, históricos etc não deve ser desconsiderada. Segundo Alves-Mazzotti, Stake destacou a existência de três tipos de estudos de caso: o intrínseco, o instrumental e o coletivo. No caso intrínseco, não há interesses do pesquisador em construir uma teoria, mas sim, buscar uma melhor compreensão de um caso particular, ou seja, que seja de seu próprio interesse. No caso instrumental, o pesquisador acredita que seu estudo pode facilitar a compreensão de um estudo mais amplo, *“uma vez que pode servir para fornecer insights sobre um assunto ou para contestar uma generalização amplamente aceita, apresentando um caso que nela não se encaixa”*⁸⁰. Já no estudo de caso coletivo, de acordo com Alves-Mazzotti, Stake assinalava que,

o pesquisador estuda conjuntamente alguns casos para investigar um dado fenômeno, podendo ser visto como um estudo instrumental estendido a vários casos. Os casos individuais que se incluem no conjunto estudado podem ou não ser selecionados por manifestar alguma característica comum. Eles são escolhidos porque se acredita que seu estudo permitirá melhor compreensão, ou mesmo melhor teorização, sobre um conjunto ainda maior de casos.⁸¹

Diante desta análise, nos estudos de caso instrumentais ou coletivos, há a pretensão do pesquisador em contestar uma generalização aceita. Quanto a isso, Stake considerava mais relevante compreender o fenômeno do que generalizá-lo. A fim de enfatizar a peculiaridade, é importante que se reúna uma gama de dados sobre o caso estudado. Segundo Magda Maria Ventura,

⁷⁹ STAKE, R. E. Case studies. 2000. P. 436 In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (ed.) Handbook of qualitative research. London: Sage, 2000. p. 435-454. In: ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Usos e abusos dos estudos de caso. Cadernos de Pesquisa, v. 36, n. 129, set./dez. 2006. P. 641. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742006000300007&script=sci_abstract&tlng=pt >. Acessado em 22 de janeiro de 2016.

⁸⁰ STAKE, R. E. Case studies. 2000. P. 436 In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (ed.) Handbook of qualitative research. London: Sage, 2000. p. 435-454. In: ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Usos e abusos dos estudos de caso. Cadernos de Pesquisa, v. 36, n. 129, set./dez. 2006. P.p. 641-642. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742006000300007&script=sci_abstract&tlng=pt >. Acessado em 22 de janeiro de 2016.

⁸¹ STAKE, R. E. Case studies. 2000. P. 436 In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (ed.) Handbook of qualitative research. London: Sage, 2000. p. 435-454. In: ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Usos e abusos dos estudos de caso. Cadernos de Pesquisa, v. 36, n. 129, set./dez. 2006. P. 642. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742006000300007&script=sci_abstract&tlng=pt >. Acessado em 22 de janeiro de 2016.

embora o estudo de caso se processe de forma relativamente simples, pode exigir do pesquisador muita atenção e cuidado, principalmente porque ele está profundamente envolvido na investigação. Sendo assim, os argumentos mais comuns dos críticos dos estudos de caso estão no risco de o investigador apresentar uma falsa certeza das suas conclusões e fiar-se demais em falsas evidências. Em decorrência disso, deixar de verificar a fidedignidade dos dados, da categorização e da análise realizada. A recomendação para eliminar o viés de estudo é elaborar um plano de estudo de caso que previna prováveis equívocos subjetivos.⁸²

Independentemente de o pesquisador buscar o que é comum ou o que é particular em cada caso, ao concluir a pesquisa, geralmente, algo de original é retratado em virtude dos seguintes aspectos: a natureza do caso, o histórico do caso, a conjuntura, outros casos pelos quais é reconhecido e/ ou os informantes pelos quais pode ser conhecido⁸³. Além disso, o autor também ressaltava, que em estudos de casos instrumentais e coletivos, geralmente, questões sobre relações complexas, situadas e problemáticas estavam envolvidas. Alves-Mazzotti afirma que Robert Yin e Stake concordam sobre a relevância das questões propostas, a fim de distinguir os estudos de caso de outras modalidades de pesquisa nas Ciências Sociais.

Segundo Yin, “*o caso único pode representar uma importante contribuição à base de conhecimento e à construção da teoria*”⁸⁴. A proposta de Yin, ao dissertar sobre o estudo de caso, é refleti-lo como método rigoroso de pesquisa, através de uma abordagem sistêmica e sociológica, apoiando-se em exemplos diversos, comparando com outros tipos de pesquisa. De acordo com este autor, “*a necessidade diferenciada da pesquisa de estudo de caso surge do desejo de entender fenômenos sociais complexos*”⁸⁵. Yin defende que o objeto do estudo de caso é um fenômeno contemporâneo, distinguindo-o dos estudos históricos; no entanto, Alves-Mazzotti ressalta que isso “*não significa que nos estudos de caso não se recorra a fatos passados para compreender o presente*”⁸⁶. Para reforçar esta sua tese, a autora cita Robert

⁸² VENTURA, Magda Maria. O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa. Revista SOCERJ. Setembro/Outubro, 2007;20(5). P. 386. Disponível em < http://www.polo.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/o_estudo_de_caso_como_modalidade_de_pesquisa.pdf >. Acessado em 22 de janeiro de 2016.

⁸³ STAKE, R. E. Case studies. 2000. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (ed.) Handbook of qualitative research. London: Sage, 2000. p. 435-454. In: ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Usos e abusos dos estudos de caso. Cadernos de Pesquisa, v. 36, n. 129, set./dez. 2006. P. 642. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742006000300007&script=sci_abstract&tlng=pt >. Acessado em 22 de janeiro de 2016.

⁸⁴ YIN, Robert K. Estudo de caso – planejamento e método. Porto Alegre: Bookman, 2005. P. 62.

⁸⁵ YIN, Robert. Estudo de caso – planejamento e método. São Paulo: Bookman, 2015. P. 4.

⁸⁶ ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Usos e abusos dos estudos de caso. Cadernos de Pesquisa, v. 36, n. 129, set./dez. 2006. P. 643. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742006000300007&script=sci_abstract&tlng=pt >. Acessado em 22 de janeiro de 2016.

Bogdan e Sari Biklen, os quais “*citam, entre as diferentes modalidades de estudos de caso, o que chamam de “estudos de caso de organização numa perspectiva histórica” e as “histórias de vida”*”⁸⁷. De acordo com Bogdan e Biklen, o que se pretende na pesquisa qualitativa de uma perspectiva sócio histórica com é “*a compreensão dos comportamentos a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação*”⁸⁸ no contexto do qual fazem parte. Maria Teresa de Assunção Freitas complementa argumentando que,

as questões formuladas para a pesquisa não são estabelecidas a partir da operacionalização de variáveis, mas se orientam para a compreensão dos fenômenos em toda a sua complexidade e em seu acontecer histórico. Isto é, não se cria artificialmente uma situação para ser pesquisada, mas se vai ao encontro da situação no seu acontecer, no seu processo de desenvolvimento.⁸⁹

Na pesquisa qualitativa de perspectiva sócio histórica, o pesquisador também se preocupa com questões complexas, situadas e problemáticas e busca compreendê-las mantendo o diálogo entre sujeito/objeto. Para tal, o pesquisador buscar obter dados qualitativos pormenorizados do objeto do caso estudado. Segundo Bogdan e Biklen,

os investigadores qualitativos frequentam os locais de estudo porque se preocupam com o contexto. Entendem que as acções podem ser melhor compreendidas quando são observadas no seu ambiente habitual de ocorrência. Os locais têm de ser entendidos no contexto da história das instituições a que pertencem. Quando os dados em causa são produzidos por sujeitos, como no caso de registos oficiais, os investigadores querem saber como e em que circunstâncias é que eles foram elaborados. Quais as circunstâncias históricas e movimentos de que fazem parte? Para o investigador qualitativo divorciar o acto, a palavra ou o gesto do seu contexto é perder de vista o significado.

⁸⁷ BOGDAN, R.; BIKLEN, S. *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto Editora, 1994. In: ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. *Usos e abusos dos estudos de caso*. Cadernos de Pesquisa, v. 36, n. 129, set./dez. 2006. P. 643. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742006000300007&script=sci_abstract&tlng=pt >. Acessado em 22 de janeiro de 2016.

⁸⁸ BOGDAN, R. BIKLEN, S. *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto Editora, 1994. P. 16. In: FREITAS, Maria Teresa de Assunção. *A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa*. Cadernos de Pesquisa, Nº116, São Paulo, Julho de 2002. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000200002 >. Acessado em 22 de janeiro de 2016.

⁸⁹ FREITAS, Maria Teresa de Assunção. *A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa*. Cadernos de Pesquisa, Nº116, São Paulo, Julho de 2002. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000200002 >. Acessado em 22 de janeiro de 2016.

Na mesma linha de raciocínio de Bogdan, Biklen e Assunção Freitas, de acordo com Yin,

uma pesquisa histórica é o método preferido quando praticamente não existem acesso ou controle. A contribuição diferenciada do método histórico está no tratamento do passado “morto” – ou seja, quando observações diretas do (s) evento (s) estudado(s) não são possíveis ou não existem pessoas relevantes vivas para relatar, mesmo retrospectivamente, o que ocorreu. O historiador deve, então, contar com os documentos primários, documentos secundários e artefatos culturais e físicos como principais fontes de evidência. Uma pesquisa histórica pode ser feita, naturalmente, sobre eventos bastante recentes (...).⁹⁰

Nesta tese, a Parceria Estratégica França-Brasil é o objeto da pesquisa. Entende-se que, este é um caso coletivo por crer que este estudo pode servir tanto para fornecer *insights* quanto para contestar o aceite francês em transferir tecnologia estratégica para o Brasil. A pesquisa histórica, como uma segunda, mas não menos importante ferramenta metodológica corrobora na compreensão da relação entre tecnologia e poder a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação no contexto do qual fazem parte. Ou seja, ao longo do século XX, a França também aceitou negociar e vender tecnologias estratégicas para o Brasil, tais como blindados, caças supersônicos, helicópteros militares. Contudo, como será discutido no **Capítulo 6**, há um consenso entre especialistas e autoridades políticas e militares brasileiras de que este aceite francês não é estratégico; mas sim, apenas uma transação comercial. A perspectiva sociohistórica da aquisição de tecnologias de defesa ao longo da história pode explicar porque o aceite francês em negociar a aquisição de tecnologias mediante transferência de tecnologia, em 2008, transformou a relação França-Brasil até então comercial em parceria estratégica.

Em cada caso estudado, foram considerados os aspectos mencionados por Stake e Yin, tais como: a natureza, o histórico e a conjuntura da parceria estratégica, além dos aspectos políticos, econômicos, socioculturais e estratégicos dos casos sob perspectiva histórica e as fontes documentais e orais que sejam relevantes para a pesquisa.

A hipótese deste trabalho é que a parceria estratégica França-Brasil via aceite francês em transferir tecnologia estratégica seja uma tentativa de projetar a França no sistema internacional.

⁹⁰ YIN, Robert. Estudo de caso – planejamento e método. São Paulo: Bookman, 2015. P. 4.

As fontes primárias foram extraídas de documentos parlamentares e dos Ministérios da Defesa da França e do Brasil e as fontes secundárias foram extraídas da literatura mundial.

Seguindo o modelo metodológico de Stephen Van Evera para as Ciências Sociais, a variável independente desta pesquisa é a parceria estratégica França-Brasil e a variável dependente, ou seja, aquela relacionada ao efeito causal da hipótese é a projeção da França no sistema internacional. Neste sentido, segundo Flávio da Cunha Rezende, a obra de Robert Yin é complementar à de Van Evera à medida que este,

considera que a estratégia de análise de "casos" se mostra adequada em contextos em que o pesquisador esteja interessado em inferir explicações que permitem compreender como as variáveis independentes se articulam com as dependentes dentro de certas condições iniciais, i.e, identificando de forma mais precisa os mecanismos causais que operam. A partir de estudos de casos, os pesquisadores podem utilizar as estratégias que permitem observar como as condições iniciais podem se articular para produzir determinadas variações na variável dependente. Este tipo de análise é bastante recomendado quando os analistas se voltam para comparar explicações que não podem ser consideradas com maior profundidade nas pesquisas com grandes amostras, que são mais úteis para constatar a sustentação empírica de hipóteses ou explicações.⁹¹

Como notório, as grandes decisões neste aceite francês ocorrem no plano político e, portanto, são pouco acessíveis tanto ao estudo de caso quanto a pesquisa histórica. De acordo com Yin,

as entrevistas são uma fonte essencial de evidência do estudo de caso porque a maioria delas é sobre assuntos humanos ou ações comportamentais. Os entrevistados bem-informados podem proporcionar insights importantes sobre esses assuntos ou ações. Eles também podem fornecer atalhos para a história prévia dessas situações, ajudando-o a identificar outras fontes relevantes de evidência.⁹²

⁹¹ REZENDE, Flávio da Cunha. Razões emergentes para a validade dos estudos de caso na ciência política comparada. Revista Brasileira de Ciência Política, no.6 Brasília July./Dec. 2011. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522011000200012 >. Acessado 23 de dezembro de 2015.

⁹² YIN, Robert. Estudo de caso – planejamento e método. São Paulo: Bookman, 2015. P. 117.

A fim de subsidiar algumas lacunas nesta pesquisa, foram realizadas entrevistas com autoridades que atuam no contexto da parceria estratégica França-Brasil, como o gerente da Divisão de Missil Anti Navio da Marinha do Brasil (MB), do encarregado da Diretoria Geral de Material da Marinha (DGMM), da empresa Atech S.A. e do gerente do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub) da MB. Estas fontes de conhecimento serão mais bem aprofundadas no sexto capítulo deste trabalho.

CAPÍTULO 2

MISSÕES MILITARES FRANCESAS NO BRASIL NO INÍCIO DO SÉCULO XX

2.1 – Concepções Teóricas sobre o Domínio Aéreo: da Aviação Militar à Missão Militar Francesa de Aviação no Brasil

As teorias do domínio do mar de Alfred Thayer Mahan (1840-1914) e do domínio terrestre de Carl von Clausewitz (1780-1831) e de Halford John Mackinder (1861-1947) foram produzidas pelo estudo histórico das guerras, no entanto, as teorias sobre o domínio do ar foram frutos da sistematização de uma nova arma de guerra que surgiu no contexto da 1ª Grande Guerra. Um dos maiores expoentes teóricos sobre o domínio do ar foi Giulio Douhet, engenheiro e oficial da artilharia do Exército italiano. De acordo com este teórico, *“actualmente nós temos plena consciência da importância do domínio do mar. Muito em breve não será menos importante conquistar o domínio do ar”*⁹³. Até então, a arma aérea despontava como parte das duas forças armadas: Exército e Marinha. Douhet defendia *“que o avião poderia fazer sentir a sua acção para além do alcance das armas de superfície e em qualquer ponto, maximizando o ponto de aplicação da força, causando grau de incerteza, diminuindo a liberdade de acção do antagonista”*⁹⁴. Isto significa que, para este teórico, domínio do poder aéreo era destruir o poder aéreo do inimigo.

Outro teórico que foi fundamental na criação de uma aviação militar independente foi o estadunidense William Mitchell. De acordo com André Luiz de Almeida, Mitchell afirmava que,

o advento do poder aéreo, que pode ir direto aos centros vitais e neutralizá-los ou destruí-los, deu uma configuração inteiramente nova ao velho sistema de se fazer uma guerra. Compreende-se agora que o principal exército inimigo em campo é um falso objetivo, e que os objetivos reais são os centros vitais (...). O resultado da guerra aérea será forçar decisões rápidas. O poder aéreo superior provocará tal devastação no país oponente, que uma campanha extensa será impossível.⁹⁵

⁹³ MOREIRA, Adriano. CARDOSO, Pedro. (Org) Estratégia. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política, 1994. P. 37.

⁹⁴ MOREIRA, Adriano. CARDOSO, Pedro. (Org) Estratégia. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política, 1994. P. 38.

⁹⁵ ALMEIDA, André Luiz de. A Evolução do Poder Aeroespacial Brasileiro. Dissertação, Mestrado, FFLCH/USP, São Paulo. Abril de 2006. P. 19.

Douhet e Mitchell tinham apenas duas diferenças pontuais: enquanto, Douhet se posicionava mais como um acadêmico, Mitchell não sabia lidar com as críticas de políticos quanto ao emprego da aviação militar. No entanto, enquanto Mitchell era profundo conhecedor de aviões militares e do emprego de modelos diferentes de aviões militares, enfatizando o combate aéreo, Douhet não estava familiarizado com aspectos técnicos e operacionais da aviação militar e defendia o emprego de um único modelo de avião militar: os bombardeiros⁹⁶. Para o teórico italiano, a força aérea deveria ser independente da Marinha e do Exército, à medida que ela era a responsável pelas aeronaves que realizariam o combate aéreo em condições extremas. Caberia assim, as forças aéreas auxiliares da Marinha e do Exército apoiarem as operações em que os bombardeiros seriam empregados. Ambos os teóricos defendiam a aniquilação total dos inimigos por meio do combate aéreo destruindo as capacidades logísticas⁹⁷ e fabricis e obrigando o inimigo a desistir de lutar na guerra. Embora, no início do século XX, a Itália e a Bulgária já tivessem empregado aviões militares em conflitos, foi na 1ª Grande Guerra que os aviões militares passaram a ser usados em missões de defesa, ataque e reconhecimento.

No Brasil, coube ao ministério da Guerra desenvolver a aviação militar. Desde o início do século XX, havia esforços para a reformulação das bases doutrinárias e das diretrizes da Arma terrestre. O projeto de reforma no Exército remonta ao governo de Campos Sales (1898-1902), no qual o ministro da Guerra, general João Medeiros Mallet,

queria mudar a composição das unidades, centralizar as nomeações, reorganizar a educação militar, enfatizar a importância do treinamento de tiro ao alvo, executar manobras rotineiramente, regularizar o planejamento, melhorar os critérios de promoção e elevar o nível intelectual do corpo de oficiais.⁹⁸

Se por um lado, em 1900, existiam no Exército oficiais que haviam sido promovidos a generais sem terem dado um único tiro e eram despreparados para liderar; por outro, havia soldados e praças inaptos a seguir ordens. O ministro Mallet também propôs reformar os quartéis e demais instalações, alterar a lei do serviço militar obrigatório, a transferência da Guarda Nacional para o ministério da Justiça, a organização das Armas e dos serviços de

⁹⁶ Naquela época, bombardeiros eram aviões militares projetados para lançar bombas sobre alvos terrestres.

⁹⁷ Meios bélicos capazes de sustentar os sistemas de defesa das Forças Armadas.

⁹⁸ MCCANN, Frank. Soldados da Pátria – História do Exército Brasileiro 1889-1937. Rio de Janeiro: Bibliex, 2009. P. 106.

combate em três escalões a exemplo dos exércitos alemão, francês e português, além de aquisições de armamentos modernos. Com orçamento limitado e pouca experiência em planejamento, Mallet nomeou o chefe do recém-criado Estado-Maior, o general João Thomaz Cantuária⁹⁹, e o então capitão Augusto Tasso Fragoso para formular um plano para “*desenvolver um exército pequeno capaz de ser facilmente mobilizado e posto em ação*”¹⁰⁰.

No início do século XX, o Exército se encontrava dividido entre três correntes de pensamento. A primeira corrente que pairava nesta Força era a do *Soldado Cidadão*¹⁰¹, defendida por muitos militares que haviam participado da Guerra do Paraguai (1865-1870). Parte dos militares oriundos desta Guerra favoráveis à derrubada da Monarquia brasileira¹⁰² foram os responsáveis por criar um problema de legitimidade para o novo regime que havia se instalado no poder. Como não houve participação popular na instalação do novo regime, um quadro de instabilidade política abatia o governo. De acordo com Ethiene Cristina Moura Costa Soares,

é através da ideologia do soldado-cidadão, formulada na Primeira República, que os militares que num primeiro momento assumem o poder político do novo regime buscam legitimar e justificar ideologicamente a intervenção militar de 1889, instituindo o general Osorio como símbolo do soldado-cidadão: O soldado – do golpe – que intervêm na política para defender os interesses do cidadão.¹⁰³

A segunda corrente de pensamento era a dos positivistas, aqueles que defendiam que o Exército era o motor do progresso da sociedade e que caberia ao militar apenas usar o poder para reformar o sistema político. Quando a sociedade alcançasse o progresso, não mais haveria a necessidade de existirem Forças Armadas. Com o fim da Guerra do Paraguai, muitos militares foram designados para realizarem atividades que não eram próprias da Força. Atividades como procurar escravos fugitivos, as quais eram exercidas por “*capitães do*

⁹⁹ Ex Ministro da Guerra e antecessor de Mallet no Ministério.

¹⁰⁰ MCCANN, Frank. Soldados da Pátria – História do Exército Brasileiro 1889-1937. Rio de Janeiro: Bibliex, 2009. P. 108.

¹⁰¹ Segundo esta corrente de pensamento, os oficiais do Exército consideravam legítima a participação de militares na vida política do País, bem como em processos intervencionistas de caráter reformista contestatório.

¹⁰² A derrubada da Monarquia no Brasil se deu em em 15 de novembro de 1889.

¹⁰³ SOARES, Ethiene Cristina Moura Costa. General Osorio: o soldado-cidadão. Portal ANPOCS. P. 3. Disponível em http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1445&Itemid=350. Acessado em 19 de janeiro de 2016.

mato”¹⁰⁴. Segundo Sergio Luiz Augusto de Andrade, “na prática, isso levou os jovens militares em formação a afastarem-se do ideal bélico e guerreiro e a aproximarem-se do estudo das ciências exatas”¹⁰⁵. A Escola da Praia Vermelha foi transformada em núcleo de estudos matemáticos, filosóficos e letras, formando doutores que desconheciam a arte militar. Sobre o ensino ministrado nesta Escola, de acordo com Miriam de Oliveira Santos, o marechal Mallet, ministro da Guerra, em 1900, afirmou o seguinte:

a instrução hoje proporcionada pode ser a mais completa, elevada e adiantada, a mais científica – não contesto nem discuto. O que posso garantir é que absolutamente não corresponde às necessidades da vida militar. Talvez prepare ótimos bacharéis em ciências, soldados é que não.¹⁰⁶

A terceira corrente de pensamento era dos autodenominados *Jovens Turcos*¹⁰⁷, oficiais brasileiros que defendiam uma missão militar alemã para modernizar o Exército Brasileiro. De acordo com Ary Pelegrino Filho, “as escolas militares encontravam-se, ainda, eivadas de ensino bacharelesco, excessivamente teórico e tecnicista, afastado em boa parte de características profissionais, apregoadas pelos “jovens turcos” por meio de seu maior veículo, a revista “A Defesa Nacional”¹⁰⁸. Esta revista foi lançada pelos *Jovens Turcos*, em 1913, e constituiu o principal meio de divulgação das propostas e interesses deste grupo. Além de transcreverem do alemão para o português livros e artigos relacionadas à defesa nacional, defendiam a profissionalização do militar, a formação de um contingente militar de grandes unidades, em detrimento dos pequenos destacamentos, a compra de material bélico de origem alemã, a vinda da missão militar alemã, o desenvolvimento das ferrovias e da indústria de base nacional; a ampliação do ensino militar nas escolas de nível secundário e superior e o serviço militar obrigatório através de sorteio. Os *Jovens Turcos* entendiam que, diante deste

¹⁰⁴ Categoria de homens descendentes de escravos negros ou mulatos libertos que eram contratados pelo Estado ou pelos senhores de engenho para capturarem e reprimirem escravos fugitivos se utilizando de métodos violentos.

¹⁰⁵ ANDRADE, Sergio Luiz Augusto de. A influência do positivismo no ensino científico brasileiro. P. 685. Disponível em < <http://www.hcte.ufjf.br/downloads/sh/sh4/trabalhos/Sergio%20Luiz.pdf> >. Acessado em 19 de janeiro de 2016.

¹⁰⁶ SANTOS, Miriam de Oliveira. Um olhar sobre as instituições escolares militares brasileiras do fim do século 19 ao início do século 20. R. bras. Est. pedag., Brasília, v. 88, n. 219, p. 310-330, maio/ago. 2007. P. 314. Disponível em < <http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/499/510> >. Acessado em 19 de janeiro de 2016.

¹⁰⁷ Foram assim denominados por na Alemanha terem sido treinados por militares alemães que haviam participado da organização do Exército da Turquia, junto do General Mustafá Kemal.

¹⁰⁸ PELEGRINO FILHO, Ary. A Influência da Missão Militar A Influência da Missão Militar Francesa na ECEME. PADECEME. Edição Especial, 2º quadrim. de 2005. P. 3. Disponível em < <http://www.eceme.ensino.eb.br/meiramattos/index.php/RMM/article/viewFile/437/384> >. Acessado em 19 de janeiro de 2016.

cenário no Exército, eram necessárias mudanças estruturais no seio do Exército Brasileiro. Frank McCann assinala que “*franceses, britânicos e americanos incomodavam-se com o aparente sucesso alemão. Estava em jogo não apenas seu prestígio, mas a venda de armas, que cada uma dessas potências relacionava ao aumento do comércio com o Brasil*”¹⁰⁹. A propaganda alemã reforçava o caráter caótico oriundo das revoluções socialistas e anarquistas que a França havia vivenciado ao longo do século XIX.

Em 1905, o então ministro da Guerra, marechal Francisco de Paula Argolo (1902-1906), designou oficiais de infantaria, cavalaria e artilharia para estagiarem por um período de dois anos no Exército alemão. Em setembro de 1908, o então ministro da Guerra, marechal Hermes da Fonseca (1906-1909) e sua comitiva, à convite do imperador Guilherme II, visitaram a Alemanha, a fim de assistir às manobras militares do Exército alemão; visitaram indústrias de material bélico e estabeleceram, contatos com Helmuth von Moltke, então chefe do Estado-Maior do Exército alemão, iniciando consultas sobre a contratação de uma missão militar alemã de instrução no Exército Brasileiro. Segundo McCann, em 1909, a Krupp já havia consolidado sua posição como fornecedora de artilharia¹¹⁰. Ao todo, foram três grupos de estagiários oficiais do Exército Brasileiro enviados à Alemanha. Os jovens oficiais, ao retornarem ao Brasil, mobilizaram esforços para convencer autoridades militares a contratarem uma missão militar alemã para reformar o Exército Brasileiro.

Semelhante às duas primeiras correntes de pensamento, os Jovens Turcos defendiam a intervenção militar na vida política nacional. Por terem se declarado perpétuos defensores da superioridade bélica alemã, inclusive, no desenrolar da 1ª Guerra Mundial, quando as discussões sobre a possibilidade de contratação de uma missão militar estrangeira ganharam espaço na mídia e na vida política do país, as pressões da Inglaterra e da França recaíram sobre a decisão das autoridades políticas e militares brasileiras. Rodrigo Nabuco de Araújo salienta que, nesta época, havia uma verdadeira concorrência política e ideológica que alimentava a relação entre a França e a Alemanha, o que configurava uma das dinâmicas do sistema internacional.¹¹¹ McCann endossa Nabuco de Araújo, sustentando que o convite francês para o presidente Hermes da Fonseca (1910-1914) ir até a França, “*ver pessoalmente que o Exército francês fora reconstruído e não estava totalmente contaminado pela*

¹⁰⁹ MCCANN, Frank. Soldados da Pátria – História do Exército Brasileiro 1889-1937. Rio de Janeiro: Bibliex, 2009. P. 146.

¹¹⁰ MCCANN, Frank. Soldados da Pátria – História do Exército Brasileiro 1889-1937. Rio de Janeiro: Bibliex, 2009. P. 144.

¹¹¹ ARAÚJO, Rodrigo Nabuco de. A influência francesa dentro do Exército brasileiro (1930 – 1964): declínio ou permanência? REVISTA ESBOÇOS Nº 20 — UFSC, P. 248. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2008v15n20p245/9524>>. Acessado em 12 de outubro de 2015.

propaganda anarquista, como dizia a propaganda alemã”¹¹² ajudou na escolha do governo brasileiro pela contratação de uma missão militar francesa.

No Brasil, havia questionamentos de autoridades políticas e militares sobre a constitucionalidade e princípios hierárquicos de uma missão militar estrangeira em território nacional. Estes questionamentos partiam também da própria instituição militar, inclusive, do ministro da Guerra, marechal José Caetano de Faria (1914-1918), afirmando que, “*é preciso verificar (...) se os estrangeiros que não podem ser soldados em nosso Exército, poderão exercer funções de oficiais, e se nossos oficiais e praças podem ser obrigados a obedecer*”¹¹³. Embora o marechal Caetano de Faria se simpatizasse com as ideias reformistas dos Jovens Turcos¹¹⁴, mantinha dúvidas sobre o caráter constitucional de tal missão. Em discurso na sessão do plenário da Câmara em 30 de novembro deste mesmo ano, o deputado Nabuco de Gouvêa defendeu a contratação de uma missão militar francesa no País. Em suas palavras:

a última objeção feita ao projeto da Missão Francesa é feita na impossibilidade da França retirar bons oficiais do front para nos servirem de instrutores. Estou habilitado a afirmar que isto não é verdade. A França nos mandaria para auxiliarem o preparo militar do país amigo e aliado que somos hoje.¹¹⁵

Com a declaração de guerra do Brasil à Alemanha em 26 de outubro de 1917, os planos dos *Jovens Turcos* se tornaram inviáveis. A vitória da França sobre a Alemanha na 1ª Guerra Mundial, além de pôr fim aos planos dos *Jovens Turcos*, reforçou a ideia no imaginário político, econômico e social da superioridade militar francesa. De acordo com Nabuco de Araújo, “*o tratado de Versalhes (1919), que amputava a Alemanha de seu Exército, retirou-a da cena internacional*”¹¹⁶. O fim da Grande Guerra contribuiu também para projetar a França no mercado de armas internacional. De acordo com Jorge Luís Mialhe,

¹¹² MCCANN, Frank. Soldados da Pátria – História do Exército Brasileiro 1889-1937. Rio de Janeiro: Bibliex, 2009. P. 146.

¹¹³ Este pronunciamento foi lido na Câmara, durante a sessão de 15 de novembro de 1917, pelo deputado Gonçalves Maia. In: BASTOS FILHO, Jayme de Araujo. A Missão Militar Francesa no Brasil. Rio de Janeiro: Bibliex, 1994. p.4.

¹¹⁴ LOURO, João Marcos Macedo. Carros de Assalto: seu primeiro comandante no Brasil-1921. ECS Defesa. UFJF. P. 9. Disponível em < <http://www.ecsdefesa.com.br/defesa/fts/CA1921.pdf>> Acessado em 09 de outubro de 2015.

¹¹⁵ BASTOS FILHO, Jayme de Araujo. A Missão Militar Francesa no Brasil. Rio de Janeiro: Bibliex, 1994. p. 117.

¹¹⁶ ARAÚJO, Rodrigo Nabuco de. A influência francesa dentro do Exército brasileiro (1930 – 1964): declínio ou permanência? REVISTA ESBOÇOS Nº 20 — UFSC, P. 248. Disponível em < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2008v15n20p245/9524>>. Acessado em 12 de outubro de 2015.

deve-se ter em conta que o papel político-estratégico ocupado pela França no cenário internacional da época era o de uma potência vitoriosa, com grande influência na construção do novo cenário geopolítico do período entre guerras. A simpatia da população brasileira pela causa aliada contribuiu para um maior estreitamento dos laços políticos-estratégicos entre os dois países, alavancados pela notável influência cultural francesa sobre as elites brasileiras e ampliados pelas ações no âmbito comercial, inclusive de material bélico.¹¹⁷

A França foi um dos primeiros países europeus a se interessar pela aviação militar. Louis Charles Joseph Blériot (1872-1936) engenheiro e aviador francês, foi o ganhador do Prêmio de Aviação Daily Mail, em 1909, por ter sido o primeiro piloto a atravessar em uma aeronave mais pesada que o ar o Canal da Mancha, entre a Inglaterra e a França. Este feito comprovou que o emprego de aviões em guerras era viável. Em 1909, o *Service Aéronautique* da França foi criado como parte do Exército Francês¹¹⁸. Antes mesmo de iniciar-se a 1ª Grande Guerra, a fabricante de aviões Blériot já havia vendido aeronaves militares para países europeus, inclusive, para a Itália. A princípio, os aviões militares eram utilizados em missões de reconhecimento, espionagem e patrulhamento. No entanto, por vários países europeus passarem a fazer amplo uso de aeronaves em missões destes tipos; o encontro de aeronaves inimigas em áreas de guerra obrigou as forças armadas a armá-los. Surgiram, então, os aviões de caça. Naquela época, diferenciavam-se os bombardeiros dos caças, por os primeiros efetuarem ataques em alvos terrestres, enquanto que os caças efetuavam ataques contra outras aeronaves em pleno vôo. Este novo tipo de avião militar exigiu uma nova mentalidade na formação dos pilotos, à medida que a guerra os obrigava a controlar e estabilizar a aeronave e a atirar em aeronaves inimigas simultaneamente.¹¹⁹ Os franceses, através do seu piloto Roland Garros, foram pioneiros na introdução de uma metralhadora fixa na frente de sua aeronave; o que lhe permitiu voar e mirar simultaneamente.

¹¹⁷ MIALHE, Jorge Luís. O Contrato da Missão Militar Francesa de 1919: direito e história das relações internacionais. Cadernos de Direito, Piracicaba, v. 10(18): 89-119, jan.-jun. 2010. P. 91. Disponível em < https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKewi_iOOEgbTKAhXBhZAKHWRYAGUQFggdMAA&url=https%3A%2F%2Fwww.metodista.br%2Frevistas%2Frevistas-unimep%2Findex.php%2Fdireito%2Farticle%2Fdownload%2F563%2F167&usq=AFQjCNHBSdkADw7F60o1t e_IBExZ_7arpw >. Acessado em 08 de outubro de 2015.

¹¹⁸ Embora, somente, em 1933, a *Armée de l'Air* (Força Aérea Francesa) tenha se tornado independente do Exército francês.

¹¹⁹ Houve melhorias nos novos projetos de caças e bombardeiros também, ampliando a aeronave para mais de um tripulante, no aperfeiçoamento de motores, na aerodinâmica das aeronaves, no tipo de armamento e até na velocidade alcançada.

A partir de julho de 1918, o governo francês e o governo brasileiro iniciaram negociações para implantar a aviação militar no Exército Brasileiro. Olynto de Magalhães, embaixador brasileiro na França, em três de julho de 1918, recebeu telegrama do chefe da Comissão Militar Brasileira na França nos seguintes termos:

Rogo vossa interferência, junto ao Governo francês, a fim de serem, mediante um contrato por dois anos, podendo ser prorrogado, enviados ao Brasil três oficiais aviadores, três monitores de aviões e três mecânicos de motores, a fim de ser criada uma escola principal de Aviação, no Rio de Janeiro, de acordo com as instruções, por mim recebidas, do Sr. Marechal Ministro da Guerra.¹²⁰

No Brasil, o interesse pelo uso militar do espaço aéreo também teve começo no início do século XX¹²¹. Segundo Solange Guimarães,

o Governo Brasileiro, com o objetivo de manter-se a par da nova fronteira militar, no ano de 1907, enviou à Europa o Tenente Juventino Fernandes da Fonseca com a missão de aprofundar os estudos em Balonística, adquirir balões e material para constituição de núcleo de aerostação. Foram adquiridos quatro balões franceses e, em 20 de maio de 1908, no Realengo, Rio de Janeiro, contando com a presença do Ministro da Guerra Marechal Hermes da Fonseca, foi realizada a primeira ascensão de um desses balões em céus brasileiros.¹²²

Apesar de o voo ter sido mal sucedido, resultando no primeiro acidente aéreo fatal brasileiro, o acontecimento motivou o interesse de autoridades militares brasileiras pelo uso militar do espaço aéreo. Solange Guimarães complementa, afirmando que *“tal interesse persistiu entre as autoridades militares brasileiras, que suscitou a iniciativa de um grupo de aeronautas estrangeiros, liderados pelo italiano Felice Gino, de propor a criação de uma escola para formar pilotos militares”*¹²³.

Em 1913, através de um acordo entre o ministério da Guerra e o grupo coordenado por Felice Gino, a Escola Brasileira de Aviação, no Campo dos Afonsos, no Rio de Janeiro e os primeiros pilotos do Exército foram formados.

¹²⁰ BASTOS FILHO, Jayme de Araujo. A Missão Militar Francesa no Brasil. Rio de Janeiro: Bibliex, 1994. p. 67.

¹²¹ Houve experiências com balonismo na Guerra do Paraguai (1865-1870); no entanto, aqui, refere-se ao uso restrito de aviões militares.

¹²² GUIMARÃES, Solange. Aviação do Exército Brasileiro. São Paulo: Clube de Autores, 2014. P.P. 61-62.

¹²³ GUIMARÃES, Solange. Aviação do Exército Brasileiro. São Paulo: Clube de Autores, 2014. P. 62.

Ricardo Kirk (1874-1915) foi o primeiro aviador do Exército Brasileiro. Kirk foi brevetado na *École d'Aviation d'Etampes*, na França, em outubro de 1912. Este aviador foi o responsável pela vinda dos dois primeiros aviões militares para o Exército Brasileiro: o monoplano francês Morane Saulnier, com 16 metros quadrados de superfície de asa, equipado com motor Le Rhône de 80 H.P.m e monoplano italiano Bleriot-Sit também com 16 metros quadrados de superfície de asa, equipado com motor Gnome de 80 H.P.

Durante a Guerra do Contestado¹²⁴, Ricardo Kirk, então diretor da Escola de Aviação e comandante do Destacamento de Aviação do Exército Brasileiro, foi convocado pelo general Setembrino de Carvalho para realizar um sobrevoo de exploração aérea no estado do Paraná. Kirk faleceu nesta campanha em 1º de março de 1915. Antes mesmo da Missão Militar Francesa de Aviação chegar ao Brasil, este fato constitui o primeiro emprego da aviação em operações militares no Brasil. De acordo com André Luiz de Almeida,

o início efetivo da aviação militar no país data de 23 de agosto de 1916, quando um decreto presidencial criou a Escola de Aviação Naval, da Marinha do Brasil, a qual foi estabelecida na Ilha das Enxadas, na Baía da Guanabara (Rio de Janeiro). Nesse mesmo mês, era montado o primeiro hidroavião Curtiss F, de três adquiridos pela Marinha – os primeiros aviões militares do Brasil.¹²⁵

A aviação militar no Brasil se iniciou em 1913 com a criação da Escola Brasileira de Aviação. Na Marinha, a aviação se iniciou em 1916, com a criação da Escola de Aviação Naval e com a aquisição do citado hidroavião estadunidense Curtiss F para reconhecimento e patrulha marítima.

Se por um lado, a 1ª Guerra Mundial (1914-1918) expôs as vulnerabilidades das Forças Armadas brasileiras (FAs); por outro, motivou a diplomacia brasileira a envolver estas pastas na agenda política do País. Conforme aponta Valterian Braga Mendonça,

o fenômeno da guerra trouxe ao debate na sociedade brasileira assuntos ligados à defesa nacional. As Forças Armadas brasileiras despertaram do quase estado de letargia em que se encontravam. A situação da força terrestre era verdadeiramente

¹²⁴ Conflito entre nativos e oligarquias ocorrido entre as fronteiras do Paraná e Santa Catarina entre os anos de 1912 e 1916.

¹²⁵ ALMEIDA, André Luiz. A Evolução do Poder Aeroespacial Brasileiro. Dissertação. Universidade de São Paulo, USP. São Paulo, Abril de 2006. P. 53. Disponível em < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-19062007-153215/en.php> >. Acessado em 16 de outubro de 2015.

desoladora: ineficiência administrativa, promoções por conveniências, unidades desfalcadas, ausência de instrução. O próprio ministro da Guerra, general Setembrino de Carvalho, confessou honestamente a total incapacidade do Exército Brasileiro. Não muito diferente disto, em termos administrativos e operacionais, encontrava-se a Armada Nacional, praticamente inexistente enquanto instrumento de combate.

A participação do Brasil na 1ª Guerra Mundial conferiu ao País uma maior projeção política internacional. Coube aos então presidente Delfim Moreira e ao Ministro das Relações Exteriores (MRE), Domício da Gama, tratar da participação do Brasil nas conferências preliminares de paz que culminariam no acerto das bases do Tratado de Versalhes, na seleção dos delegados que seriam enviados para o plenário e na inclusão do país no primeiro Conselho Executivo da Liga das Nações. Dentre os membros selecionados por Domício da Gama para compor a delegação encontravam-se: Eptácio Pessoa, João Pandiá Calógeras, Olinto Magalhães e Raul Fernandes, na qualidade de delegados plenipotenciários, Rodrigo Otávio de Langaard Meneses, na qualidade de consultor jurídico, o comandante Malan d'Angrogne, como consultor técnico naval, o capitão de fragata Armando Burlamaqui, como consultor naval, Hélio Lobo, na qualidade de secretário-geral, além de outros sete secretários e oito adidos.

O paraibano Eptácio Lindolfo da Silva Pessoa foi indicado e aceito pelas forças políticas nacionais como candidato à presidência da República, enquanto ainda se encontrava em Versalhes exercendo cargo de ministro plenipotenciário da delegação enviada para a Conferência de Paz. A participação enérgica da diplomacia brasileira na Conferência de Paz e nas tratativas consultivas da Liga das Nações conferiu um novo momento para a política brasileira. Há um consenso entre os estudiosos do período de que Eptácio Pessoa inaugurou novos tempos para a política brasileira. De acordo com Pandiá Calógeras, sobre o período deste presidente,

desenvolveram-se nossas relações exteriores, e intimidade maior surgiu com os povos dos dois hemisférios. Nossa presença na Liga das Nações, que contribuimos para fundar, deu-nos oportunidades de colaborar na tarefa geral do instituto [Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro]. As dificuldades oriundas da Grande Guerra foram solvidas, tanto com a França como com a Alemanha. Pela primeira vez, dois chefes de governo europeus cruzaram o Atlântico para visitarem o Brasil: o rei dos belgas, em 1920, e o presidente de Portugal em 1922. Numerosos estadistas da América visitaram-nos. Nossas

fronteiras com países vizinhos iam sendo locadas, nenhuma questão litigiosa existia sobre esse assunto.

Entre os anos de 1917 e 1918, houve calorosos debates na Câmara dos Deputados entre enviar militares brasileiros à Europa para absorver conhecimentos na área de aviação militar e, ao voltar, transmití-los aqui, ou contratar militares estrangeiros para criar a aviação militar no Exército Brasileiro. De acordo com Cherubim Rosa Filho, em primeiro de setembro de 1917, o ministro da Guerra, marechal José Caetano de Faria, em carta endereçada ao adido militar, sobre os oficiais aviadores enviados para estagiar na Aviação Militar francesa, escreveu o seguinte:

Li que os nossos oficiais aviadores já estão encaminhados; penso que com um curso de 6 meses, mais ou menos, eles estarão prontos; mas, não serão mestres, nem conhecerão os segredos da organização da nova Arma. Julgo, pois, que seria vantajoso para nós obter que um oficial aviador francês, bem competente, viesse organizar esse serviço aqui, trazendo todos os aparelhos necessários e um ou dois mecânicos. Sobre este assunto escrevo também ao Gen Aché.¹²⁶

O general Napoleão Felipe Aché era o responsável pela comissão de estudos de operações e de aquisição de material enviada à França. Em 15 de janeiro de 1918, o marechal José Caetano de Faria responde carta enviada pelo adido militar:

Estimei muito que houvesse tratado, em sua carta, da questão da aviação. Estou muito preocupado com ela, sinto urgência de uma solução, mas confesso que ainda não tenho orientação que repare muito segura. Estou, porém, resolvido a enfrentar o assunto. Julgo criar uma Escola aqui, no Rio, e outras nos Estados, a começar por São Paulo e Rio Grande. Estes me oferecem campos e até auxílio em aparelhos.¹²⁷

Embora receoso se este seria o melhor caminho a ser adotado, em nome do governo e do ministério da Guerra brasileiros, o general Napoleão Felipe Aché solicitou ao embaixador do Brasil na França o seguinte:

Rogo vossa interferência, junto ao Governo Francês, a fim de serem, mediante um contrato por dois anos, podendo ser prorrogado, enviados ao Brasil três oficiais aviadores, três

¹²⁶ ROSA FILHO, Cherubim. Missão Militar Francesa de Aviação. Rio de Janeiro: INCAER, 2007. P. 15.

¹²⁷ ROSA FILHO, Cherubim. Missão Militar Francesa de Aviação. Rio de Janeiro: INCAER, 2007. P. 15.

monitores de aviações e três mecânicos de motores, a fim de ser criada uma escola principal de aviação no Rio de Janeiro, de acordo com as instruções, por mim recebidas, do Sr. Marechal Ministro da Guerra.¹²⁸

Em dez de outubro de 1918, Brasil e França assinaram um contrato, no qual uma missão militar francesa foi enviada ao Brasil, composta de um especialista fotógrafo aéreo, dois mecânicos de motores, três mecânicos de aviões, dois oficiais adjuntos e o chefe da missão, capitão Magnin, do Estado-Maior do Exército francês, para criar a aviação militar no Exército Brasileiro. De acordo com o Acordo Militar, a missão teve por finalidade “*criar, em primeiro lugar, as escolas de Aviação necessárias à instrução de pilotos, mecânicos e observadores. Após, organizará os serviços aeronáuticos do Exército Brasileiro, de acordo com os métodos em vigor no Exército francês*”¹²⁹. Este Acordo ficou oficialmente conhecido como Missão Militar Francesa de Aviação, *célula mater* da Força Aérea Brasileira. Em 1919, foi criada a Escola de Aviação Militar do Exército Brasileiro, no Campo dos Afonsos, na cidade do Rio de Janeiro.¹³⁰ Sob instrução francesa, os primeiros aviões empregados nesta nova Escola eram os Nieuport, biplano, monomotor de origem francesa.

Além das instalações da Escola de Aviação, no Campo dos Afonsos, no Rio de Janeiro, os franceses instalaram também cinco depósitos (quatro no Rio de Janeiro e um em São Paulo), dois quartéis para esquadrilhas de Aviação no estado do Rio Grande do Sul (um na cidade de Santa Maria e outro em Alegrete) e um parque de aviação também na cidade gaúcha de Santa Maria. De acordo com Rosa Filho,

no Campo dos Afonsos, a Escola de Aviação foi dotada de oficinas de montagem e reparações. Foram divididas em quatro seções, que, além da instrução ministrada a 190 operários mecânicos e da instalação de máquinas, realizaram, também 130 consertos de aviões e 300 de motor. Posteriormente, foi criada a Escola de Mecânicos.¹³¹

Por não haver no Brasil, nesta época, uma indústria mecânica geradora de tecnologia de ponta, por empresários nacionais sentirem falta de apoio governamental para a

¹²⁸ BASTOS FILHO, Jayme de Araujo. A Missão Militar Francesa no Brasil. Rio de Janeiro: Bibliex, 1994. p.67.

¹²⁹ BASTOS FILHO, Jayme de Araujo. A Missão Militar Francesa no Brasil. Rio de Janeiro: Bibliex, 1994. p.68.

¹³⁰ Local onde funcionava a então Escola Brasileira de Aviação (EsBAv) desde 1913. Foi na EsBAv, no Campo dos Afonsos, que os primeiros aviões do Exército de fabricação italiana foram recebidos.

¹³¹ ROSA FILHO, Cherubim. Missão Militar Francesa de Aviação. Rio de Janeiro: INCAER, 2007. P. 55.

continuidade de suas atividades fabris neste setor, segundo Mauro Vicente Sales, “a aviação acabou chegando ao país como um serviço de formação de pilotos, sem contar com mão-de-obra especializada e sem irradiar tecnologia”¹³². Na grade curricular da Escola de Aviação do Exército no Campos do Afonsos foram inseridos cursos de pilotos aviadores, de observadores, de aperfeiçoamento, de mecânicos e de especialistas. Todos estes cursos estavam sob a direção técnica do coronel Etienne Magnin, chefe da Missão Militar Francesa de Aviação.

O brigadeiro Nelson Freire Lavenère-Wanderley endossou Vicente Sales, afirmando que “sendo a aeronáutica uma indústria de tecnologia cada vez mais complexa, ao país não restou senão aguardar o fim do conflito mundial para adquirir, por preços baixos, as sobras da aviação beligerante na Europa”¹³³. De acordo com Rosa Filho,

para mobiliar essas unidades [as instalações criadas pelos franceses], a administração adquiriu aviões de reconhecimento e observação, de bombardeio e de caça, o que resultou na organização das esquadrilhas na Capital, e dos parques já existentes, no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul. Foram criadas mais oficinas, destinadas à Aviação, no Campo dos Afonsos, e em Santa Maria, no Rio Grande do Sul.¹³⁴

Depois que, paulatinamente, os militares franceses transferiram as funções administrativas e disciplinares aos oficiais brasileiros, passaram a organizar apenas a área de ensino, na qual promoviam palestras sobre batalhas históricas e sobre as experiências adquiridas da 1ª Grande Guerra. Além disso, organizaram também uma Biblioteca Militar.

Em janeiro de 1927, a Aviação passou a ser a 5ª Arma do Exército Brasileiro, juntamente com as Armas de Infantaria, Artilharia, Cavalaria e Engenharia. Rosa Filho conclui que,

a Escola de Aviação no Campo dos Afonsos, criação dos franceses, atingiu os objetivos que se podia desejar. Nela se formaram pilotos e mecânicos, desenvolveram-se especialidades e até funcionou um curso de aperfeiçoamento. A Escola foi o nascedouro da Aviação Militar

¹³² SALES, Mauro Vicente. O Debate Sobre a Criação da Aviação Militar Brasileira (1911-1927). Revista da UNIFA, Rio de Janeiro, v. 24, n. 29, dez. 2011. P. 11. Disponível em < https://www.revistadaunifa.aer.mil.br/index.php/main/article/view/391/pdf_103 >. Acessado em 21 de outubro de 2015.

¹³³ LAVENÈRE-WANDERLEY, Nelson Freire. História da Força Aérea Brasileira. Rio de Janeiro: Ministério da Aeronáutica, 1975. P. 60.

¹³⁴ ROSA FILHO, Cherubim. Missão Militar Francesa de Aviação. Rio de Janeiro: INCAER, 2007. P. 55.

como Arma independente dentro do Exército, cuja fusão com a sua congênera naval gerou a Força Aérea Brasileira.¹³⁵

2.2 – A Missão Militar Francesa de Instrução

Napoleão Bonaparte, general de artilharia do Exército francês, nasceu em Córsega, em 1769. Os sucessos garantidos nas batalhas travadas no contexto da 1ª revolução burguesa na França entre os anos de 1789 e 1799, renderam-lhe prestígio e poder. De acordo com Leandro José Clemente Gonçalves,

(...) a grande Revolução Militar desencadeada pela Revolução Francesa seria marcada pela mobilização em massa (levée en masse) de enormes contingentes da população, com um substancial sentimento de fervor patriótico animando estas massas populares, fazendo com que o fenômeno da guerra não fosse mais considerado como um assunto de interesse exclusivo dos monarcas europeus mas, antes, como algo de interesse direto do povo.¹³⁶

A fim de garantir um grande exército que se movimentasse com velocidade contra as forças inimigas, Napoleão recorreu à ofensiva como elemento surpresa. Por planejar uma guerra de grandes proporções, Napoleão preparou suas Armas para atacar e manter-se sempre na ofensiva em todas as batalhas. Segundo Maurício Orestes Parisi, Jean-Paul Bertaud afirmou que,

esse exército, que passou de 150.000 homens em 1789 para quase 400.000 em 1792 e mais de 800.000 em 1793, recebeu missões diversas, conforme as épocas. Sob a Convenção girondina, a guerra foi uma guerra de expansão e libertação dos povos. Sob a Convenção montagnarde, ‘os missionários da Revolução’ foram inicialmente convidados à defesa da pátria. Sob o Diretório, a “libertação dos povos” foi pretexto para uma guerra de conquistas, que devia permitir, em larga medida, que a Grande Nação vivesse dela.¹³⁷

¹³⁵ ROSA FILHO, Cherubim. Missão Militar Francesa de Aviação. Rio de Janeiro: INCAER, 2007. P.p. 66-67.

¹³⁶ GONÇALVEZ, Leandro José Clemente. Uma apresentação sobre os conceitos de revolução militar e revolução em assuntos militares. Escritas V. 5 n.2 (2013) ISSN 2238-7188. P. 154. Disponível em < <http://revista.uft.edu.br/index.php/escritas/article/viewFile/1420/8213> > . Acessado em 9 de janeiro de 2016.

¹³⁷ PARISI, Maurício Orestes. “A Guerra no “Longo Século XIX”: teorias da guerra e análise histórica. Diversitas, USP. P.p.3-4. Disponível em < http://diversitas.fflch.usp.br/sites/diversitas.fflch.usp.br/files/A%20Guerra%20no%20Longo%20SecXIX%20_2_.pdf > . Acessado em 09 de janeiro de 2016.

Em 1804, ao se tornar Imperador, Napoleão garantiu à França o maior Exército que a Europa já experimentou. Adriana Bellintani e Mauro Bellintani argumentam que,

as ações militares de Bonaparte inspiram o surgimento do clássico de história militar “Da Guerra (1832) de Carl Von Clausewitz (1780-1831), prussiano que estuda as campanhas de Bonaparte para conhecer suas táticas e estratégias. Ele escreve sobre seus feitos e formas de vencer uma batalha. A obra de Clausewitz é publicada por sua esposa após sua morte e torna-se um clássico de história militar.¹³⁸

O general prussiano Carl Von Clausewitz (1780-1831) inovou no conceito da guerra, ao teorizar a consciência das transformações materiais e ideológicas vivenciadas na Europa neste período. Este teórico da guerra era militar do Exército prussiano quando presenciou a derrocada deste frente ao Exército bonapartista, em 1794. Clausewitz foi herdeiro intelectual de dois grandes generais prussianos, Gerhard Scharnhorst (1755-1813) e August von Gneisenau (1760-1831), ambos reformadores do Exército prussiano. Desde que o general Scharnhorst indicou Clausewitz como crítico no jornal alemão mais importante da época, este militar se tornou um dos maiores críticos de guerra. Em 1805, escreveu sua primeira crítica neste jornal, refutando “*as teorias estratégicas do alemão Heinrich Dietrich von Büllow (1757-1807), o mais famoso intérprete das guerras napoleônicas naquele ano*”¹³⁹. De acordo com Parisi, Barry Leach sustentava que,

como resultado, quando Karl von Clausewitz, discípulo e colega de Scharnhorst e Gneisenau, veio a formular as lições bélicas em sua obra Von Krieg (“Da Guerra”), reconheceu que a Revolução Francesa e Napoleão haviam iniciado uma nova era, era que exigia uma forma de guerra mais implacável. A política dinástica, a diplomacia do equilíbrio de poderes e a estratégia tipo tabuleiro de xadrez já eram coisas ultrapassadas. A grande questão prendia-se á sobrevivência dos estados-nação.¹⁴⁰

¹³⁸ BELLINTANI, Adriana. BELLINTANI, Mauro. A guerra: do século XIX aos nossos dias. Boa Vista: UFRR, 2014. P. 23.

¹³⁹ FERREZIN, Carla. Leituras de Clausewitz no Brasil: uma interpretação da trindade da guerra. I Semana de Pós-Graduação em Ciência Política, UFSCar, 2014. P. 3. Disponível em < <http://www.semecip.ufscar.br/wp-content/uploads/2014/12/Leituras-de-Clausewitz-no-Brasil-uma-interpreta%C3%A7%C3%A3o-da-trindade-da-guerra.pdf> >. Acessado em 09 de janeiro de 2016.

¹⁴⁰ PARISI, Mauricio Orestes. “A Guerra no “Longo Século XIX”: teorias da guerra e análise histórica. Diversitas, USP. P. 5. Disponível em < http://diversitas.fflch.usp.br/sites/diversitas.fflch.usp.br/files/A%20Guerra%20no%20Longo%20SecXIX%20_2_.pdf >. Acessado em 09 de janeiro de 2016.

Clausewitz inovou contrapondo duas grandes escolas de guerra da época: a francesa e a prussiana. Enquanto os estrategistas franceses preocupavam-se em formular estratégias geométricas, buscando receitas infalíveis para vencer as guerras no século XVIII; os estrategistas prussianos do século XIX consideravam aspectos psicológicos, morais e políticos da guerra, elementos que impediam qualquer previbilidade na guerra. Ao dissertar sobre como pôr fim a uma guerra, Clausewitz argumentava que era necessário desarmar o Estado. Para isso, era necessário destruir as forças militares inimigas, conquistar o território e jugular a vontade dos inimigos. De acordo com este teórico, sobre a guerra, “*não sendo um acto cego de paixão, mas um acto dominado por um desígnio político, o valor desse desígnio determinará a amplitude dos sacrifícios necessários à sua realização*”¹⁴¹. Os desígnios políticos são mutáveis ao longo da guerra, porque são determinados pelo êxito e pelos resultados prováveis.

Nos primeiros anos posteriores à publicação de sua obra póstuma, *Da Guerra* teve pouca repercussão na Europa. De acordo com Parisi, “*o autor militar mais valorizado na primeira parte do século foi o suíço Antoine-Henri Jomini, que ganhou notoriedade ao supostamente explicar os segredos das vitórias napoleônicas e codificar a nova arte militar em princípios de validade perene e universal*”¹⁴². Embora Jomini não se interessasse pelas questões intrínsecas ao abastecimento, à produção de armamentos ou ao treinamento das tropas, segundo Proença Júnior, Eugênio Diniz e Salvador Raza, “*Jomini entendia que todo o mundo militar era expressão de uma vontade articulada de um grande líder, aplicada num mundo militar distante e separado do mundo em geral*”¹⁴³.

A partir da década de 1860, após a vitória da Prússia sobre a Áustria em 1866 e a humilhante vitória da Prússia sobre a França entre os anos de 1870 a 1871, que culminariam na Unificação da Alemanha, o Exército alemão passou a ser referência de êxito na guerra na Europa e Clausewitz passou a ser considerado o grande estrategista da guerra. *Da Guerra* foi traduzido para o inglês pela primeira vez, em 1873, pelo coronel John Graham (1808-1883).

¹⁴¹ CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1979. P. 93

¹⁴² PARISI, Maurício Orestes. “A Guerra no “Longo Século XIX”: teorias da guerra e análise histórica. *Diversitas*, USP. P. 6. Disponível em <http://diversitas.fflch.usp.br/sites/diversitas.fflch.usp.br/files/A%20Guerra%20no%20Longo%20SecXIX%20_2_.pdf>. Acessado em 09 de janeiro de 2016.

¹⁴³ PROENÇA Jr., Domicio, DINIZ, Eugênio e RAZA, Salvador Ghelfi. *Guia de Estudos de Estratégia*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. Editor. 1999. P. 57. In: PARISI, Maurício Orestes. “A Guerra no “Longo Século XIX”: teorias da guerra e análise histórica. *Diversitas*, USP. P. 6. Disponível em <http://diversitas.fflch.usp.br/sites/diversitas.fflch.usp.br/files/A%20Guerra%20no%20Longo%20SecXIX%20_2_.pdf>. Acessado em 09 de janeiro de 2016.

A partir daí, o acesso à obra de Clausewitz se tornou ainda maior entre os militares. Segundo Carla Ferezin,

a França, após sua derrota para a Prússia, passou a ter maior interesse pelo estudo de Clausewitz e sua obra *Da Guerra*. Em 1885, Lucien Cardot (1838-1920) promoveu um curso sobre o pensamento de Clausewitz no Colégio Militar, e dois anos depois, o tenente-coronel Valtry fez uma nova tradução de *Da Guerra*, destacando que essa nova tradução só abarcava os Livros III a VI. Ferdinand Foch (1851-1929), o oficial que em 1918 iria conduzir as forças aliadas francesas, britânicas e norteamericanas no front ocidental da Primeira Guerra Mundial, foi ouvinte de Cardot e Valtry no Colégio Militar e, sua leitura de *Da Guerra* ajudou a marcar a imagem de Clausewitz para o início do século XX: apóstolo da guerra total, idealizador de uma filosofia amoral da guerra ofensiva que conjeturou ou determinou os desastres da Primeira Guerra Mundial. Evidenciase que a visão de Foch e de outros leitores franceses de Clausewitz não se afastou das ideias propagadas também pelos alemães.¹⁴⁴

Tanto o general prussiano Helmuth von Moltke (1800-1891) quanto o general francês Ferdinand Foch (1851-1929) manifestaram-se críticos quanto à obra *Da Guerra*; no entanto, endossavam como importante a destruição do adversário de acordo com a teoria clausewitiana¹⁴⁵. Adriana Bellintani e Mauro Bellintani acrescentam que,

acompanhando o pensamento de Bonaparte e Clausewitz, no século XX, Ferdinand Foch (1851-1929), oficial do Exército Francês escreve a obra “Princípios da Guerra” (1906) retratando as lições de Bonaparte e enfatizando a história militar como ponto de partida para vencer a guerra. Foch segue à risca os preceitos napoleônicos durante a Primeira Guerra Mundial e seus ensinamentos são compartilhados nas escolas militares francesas, principalmente na Escola de Estado-Maior.¹⁴⁶

¹⁴⁴ FERZIN, Carla. Leituras de Clausewitz no Brasil: uma interpretação da trindade da guerra. I Semana de Pós-Graduação em Ciência Política, UFSCar, 2014. P. 8. Disponível em < <http://www.semecip.ufscar.br/wp-content/uploads/2014/12/Leituras-de-Clausewitz-no-Brasil-uma-interpreta%C3%A7%C3%A3o-da-trindade-da-guerra.pdf> >. Acessado em 09 de janeiro de 2016.

¹⁴⁵ Conceito de Guerra Absoluta de Clausewitz.

¹⁴⁶ BELLINTANI, Adriana. BELLINTANI, Mauro. A guerra: do século XIX aos nossos dias. Boa Vista: UFRR, 2014. P.p. 23-24.

Foch, embora crítico de Clausewitz, foi um dos mais proeminentes difusores da teoria clausewitiana nas escolas militares na França. De acordo com John A Lynn¹⁴⁷,

os franceses, que haviam ignorado Clausewitz, o tomaram depois de serem humilhados na guerra franco-prussiana. Não surpreendentemente, eles reconectaram Napoleão a Clausewitz. O comandante Maillard na Escola Superior de Guerra e o capitão Gilbert discutiram extensamente Clausewitz, e uma nova tradução francesa de *On War by Vetry* surgiu entre 1887 e 1889. Até mesmo Jean Jaurès, o grande político socialista e historiador, notou "a amplitude do espírito e a objetividade de Clausewitz". Foch, que lecionou na Escola Superior desde 1895 e tornou-se diretor em 1907, estudou Clausewitz em toda sua complexidade, mas Foch auto conscientemente simplificou a sua própria teoria para enfatizar o pensamento racional e a vontade espiritual.

Apesar do legado de Clausewitz para a condução das guerras futuras e das próprias inovações tecnológicas em armamentos oriundas da Revolução Industrial, o Exército francês se manteve na linha defensiva, em especial, a partir do fim da Primeira Guerra Mundial. Segundo Ferezin, Fernand Schneider apontou que, "*o Exército francês caiu em certo imobilismo com a recusa da sociedade em custear as despesas para renovar o aparelho militar das Forças Armadas, fato que ocasionou sérios problemas para o país na Segunda Guerra Mundial*"¹⁴⁸. Adriana Bellintani e Mauro Bellintani concordam com Schneider e acrescentam que, "*a França no período entre-guerras mantém seu pensamento estratégico voltado para a guerra de trincheiras, enquanto o Exército Alemão, humilhado pelo Tratado de Versalhes (1919), investe em pesada mecanização da força*"¹⁴⁹. Com o fim da 1ª Guerra Mundial, os militares alemães, ao buscarem entender as causas de sua derrota na Guerra, concluíram que seu fracasso se justificava por terem desconsiderado as premissas clausewitzianas no conflito. A partir daí, a Alemanha revisou seus conceitos, incorporando as

¹⁴⁷ Tradução livre da autora: "*The French, who had at first ignored Clausewitz, took him up after being humiliated in the Franco-Prussian War. Not surprisingly, they reattached Napoleon to Clausewitz. Commandant Maillard at the École Supérieure de Guerre and Captain Gilbert discussed Clausewitz at length, and a new French translation of On War by Vetry appeared 1887-1889. Even Jean Jaurès, the great socialista politician and historian, noted "the breadth of spirit and the objectivity of Clausewitz."* Foch, who taught at the École Supérieure from 1895 and became its director in 1907, studied Clausewitz in its full complexity, but Foch self-consciously simplified his own theory to emphasize rational thought and spiritual will." In: LYNN, John A. *Battle: A History of Combat and Culture*. New York: Basic Book, 2008.

¹⁴⁸ FERZIN, Carla. Leituras de Clausewitz no Brasil: uma interpretação da trindade da guerra. I Semana de Pós-Graduação em Ciência Política, UFSCar, 2014. P. 11. Disponível em < <http://www.semecip.ufscar.br/wp-content/uploads/2014/12/Leituras-de-Clausewitz-no-Brasil-uma-interpreta%C3%A7%C3%A3o-da-trindade-da-guerra.pdf> >. Acessado em 09 de janeiro de 2016.

¹⁴⁹ BELLINTANI, Adriana. BELLINTANI, Mauro. A guerra: do século XIX aos nossos dias. Boa Vista: UFRR, 2014. P. 24.

premissas de Clausewitz e desenvolveu novas tecnologias de caráter ofensivo, em especial, aviões, submarinos e blindados.

Em 1932, o então general De Gaulle publicou o livro *Por um Exército Profissional*, no qual alertava o Exército francês sobre os riscos de desconsiderar a guerra de movimento e as forças mecanizadas, em especial de blindados. Mais adiante será ampliada esta discussão no seio do Exército francês. De Gaulle criticava o imobilismo do Exército de seu país pós-1ª Guerra Mundial e, em janeiro de 1940, redigiu e enviou um memorando ao general Maurice Gamelin mostrando “*a necessidade de um esforço supremo para organizar com a máxima rapidez possível uma força mecanizada capaz de enfrentar as divisões blindadas alemãs*”¹⁵⁰.

Em junho de 1940, França e Alemanha assinaram o armistício que tornou possível a ocupação alemã do território francês. De acordo com Urbano Berquió, “*quando o Marechal Pétain ordenou a deposição das armas aos exércitos franceses, De Gaulle se ergueu como a personificação de tudo o que há de grande, nobre e belo na história da França*”¹⁵¹. De Gaulle recusou-se a aceitar a derrota, fugiu para a Inglaterra e de lá se tornou símbolo da resistência francesa conclamando os franceses a não compactuar com o governo nazista instalado em território nacional.

Foi neste contexto de embate teórico que, na primeira metade do século XX, militares franceses foram contratados pelo governo brasileiro para modernizar o Exército. As premissas de Clausewitz e de De Gaulle não tiveram um profundo impacto no Exército francês nem no Exército Brasileiro, como será demonstrado a seguir, mas constituíram as bases doutrinárias e operacionais do Exército Brasileiro a partir da 2ª Guerra Mundial, em especial, com a criação da Escola Superior de Guerra (ESG), em 1949.

Como demonstrado no capítulo introdutório, desde a Proclamação da República, o Exército Brasileiro buscava por reformas. As propostas reformistas do ministro Mallet alcançavam desde a instrução e operação até reformulação dos quartéis e demais instituições militares. Embora na primeira década do século XX, houvesse primorosas iniciativas de reformas no Exército Brasileiro, foi no governo de Epitácio Pessoa (1919-1922) que a modernização nesta Força se concretizou. Uma das maiores inovações de seu governo foi a nomeação de civis para os ministérios da Guerra e da Marinha. Pandiá Calógeras afirmava que,

¹⁵⁰ DE GAULLE, Charles. *Por um Exército profissional*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1996. P. 18.

¹⁵¹ DE GAULLE, Charles. *Por um Exército profissional*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1996. P. 19.

desde alguns anos, o Exército havia experimentado grandes progressos, sob o influxo de um grupo de oficiais, principalmente, nos postos iniciais da hierarquia, cheios de entusiasmo patriótico e noção exata do duplice dever de elevar seu nível profissional e de evitar toda mescla com manobras partidárias e políticas. O novo ministro, também um civil havia operado nesse movimento libertador e estava em plena consonância com a mentalidade nova do corpo de oficiais. Em 1919, uma missão especial de instrução fora contratada em França, sob o comando do general Gamelin, serviço notável e que marcava uma época da história militar do país, prestado ao Exército pelo presidente então em exercício, Delfim Moreira, e por seu ministro da Guerra, o General Cardoso de Aguiar.¹⁵²

A autorização da contratação da Missão Militar Francesa de Instrução (MMFI) datada de maio de 1919 e o contrato assinado em oito de setembro de 1919 ocorreram ainda durante a gestão do general Cardoso de Aguiar. Em três de outubro de 1919, Pandiá Calógeras assumiu o Ministério da Guerra e manteve como linha de ação dar continuidade ao programa de reformas no Exército dos governos anteriores. O Artigo I do contrato da MMFI determinou que, *“por solicitação do Governo Brasileiro, representado pelo Ministro Plenipotenciário do Brasil na França, abaixo assinado, o Governo francês decidiu enviar, ao Rio de Janeiro, uma missão militar, sob as ordens do General Gamelin”*¹⁵³. O general Maurice Gamelin era o ex-chefe de Gabinete do Marechal Joseph Joffre, comandante do Exército francês na 1ª Guerra Mundial, de 1914 a 1916. O marechal Joffre ganhou popularidade na França por ter garantido a derrota da Alemanha na primeira Batalha do Marne, em 1914. Gamelin foi chefe da Seção de Operações do Grande Quartel General dos Exércitos franceses, comandou uma brigada de caçadores, foi chefe do Estado-Maior de um grupo de exércitos chefe do estado-Maior do Marechal Joffre e comandou a 9ª Divisão de Infantaria que teve, sob suas ordens, uma parte gloriosa nas operações de 1917 e 1918.¹⁵⁴ De fato, o deputado Nabuco de Gouvêa estava certo. A França enviaria ao Brasil seus melhores oficiais para modernizar o Exército Brasileiro. Sobre a escolha do Exército Brasileiro por uma missão militar de origem francesa, o general Jonas de Moraes Correia Neto, então presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB) afirmou o seguinte:

¹⁵² CALÓGERAS, João Pandiá. Formação Histórica do Brasil. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 2009. P.p. 372-373.

¹⁵³ BASTOS FILHO, Jayme de Araujo. A Missão Militar Francesa no Brasil. Rio de Janeiro: Bibliex, 1994. p. 72.

¹⁵⁴ BASTOS FILHO, Jayme de Araujo. A Missão Militar Francesa no Brasil. Rio de Janeiro: Bibliex, 1994. p. 118.

parece evidente que o motivo maior da preferência está preso à circunstância de ter sido a França vitoriosa na Grande Guerra. Pois não seria lógico que contratássemos o exército derrotado para instruir o nosso; seria, no mínimo, estranho, e certamente haveria inúmeros reflexos negativos, prejudiciais externamente à posição do Brasil e, internamente, causadores de mal-estares e animadversões. Contudo, outra razão há de ter influído bastante. Naquela época, a França era paradigma da cultura neolatina e o mais ativo foco disseminador de cultura, no mundo. O Brasil, em termos culturais, era caudatário da França, em cuja órbita espiritual gravitava. Essa influência, com acentuados ingredientes sentimentais, mais excitados pela guerra recente, certamente teve força para dar o toque decisivo para a escolha.¹⁵⁵

Os primeiros instrutores franceses chegaram ao Brasil em março de 1920, embora, Gamelin tenha se antecedido, assim que tomou posse da Missão, e vindo ao Brasil, em 1919. De acordo com este general francês, as experiências da Grande Guerra haviam obrigado os Exércitos a se dotarem de diversos materiais, entre eles: transformação radical no armamento de infantaria, aperfeiçoamento no material de artilharia, desenvolvimento considerável nos processos de ligação, necessidade de dotações de munições até então insuspeitas, meios novos como carros de assalto e a importância primordial tomada pela Aviação Militar.

Em virtude da influência positivista no Exército Brasileiro, voltando o ensino militar mais para a área científica do que bélica, a partir de 1905, a Escola Militar da Praia Vermelha foi fechada e um novo regulamento foi decretado na Força priorizando a profissionalização do Exército, reduzindo e enquadrando o ensino teórico às especificidades militares e valorizando a técnica. Assim, duas novas escolas militares foram criadas: A Escola de Guerra, em Porto Alegre, e a Escola de Artilharia e Engenharia, em Realengo, no Rio de Janeiro.

A nova escola militar de Realengo, responsável pela formação da oficialidade do Exército Brasileiro, buscou voltar o ensino para a área técnica e afastá-lo da vida política. Embora houvesse nesta escola instrutores brasileiros positivistas, como Tasso Fragoso, Cândido Rondon e Antonio Prestes, não havia uma cadeira específica para este tipo de ensino. De acordo com Miriam de Oliveira Santos, Cordeiro de Farias, formado nesta escola, em 1919, afirmou que,

os oficiais formados em 1919 iam para a tropa senhores do que tinha de fazer. Foi um impacto forte, porque chegávamos às

¹⁵⁵ CORREIA NETO, Jonas de Moraes. Prefácio. In: BASTOS FILHO, Jayme de Araujo. A Missão Militar Francesa no Brasil. Rio de Janeiro: Bibliex, 1994. p. 118.

unidades com uma formação técnica que nos diferenciava do resto da oficialidade (...). Tudo começou a mudar. Uma influência renovadora se irradiava dos escalões inferiores para cima, criando-se uma mentalidade mais militar, mais técnica. Neste sentido, os tenentes de 1919 surgiram como uma elite dentro do Exército, principalmente fora do Rio de Janeiro.¹⁵⁶

A Escola Militar de Realengo se constituiu como uma contraposição à Escola Militar da Praia Vermelha, à medida que buscava a formação essencialmente militar dos oficiais do Exército Brasileiro. Quando os franceses contratados aqui chegaram se depararam com um Exército já em fase de transição. Sobre a MMFI, o capitão Jeovah Motta relatou o seguinte:

As tarefas dos franceses serão, assim, fundamentalmente, tarefas de ensino, a realizar-se no âmbito das Escolas. Certo elas influíram, também, na orientação geral das reformas orgânicas que então se iniciaram, e os regulamentos que foram sendo elaborados contaram com a colaboração deles. E mais, estiveram presentes ao estudo das grandes linhas de ordem estratégica que passaram a definir e enquadrar o problema da segurança nacional. Mas é como instrutores, sobretudo, que eles marcam a sua presença no cenário, e é como tal que realizaram obra de incontestável mérito.¹⁵⁷

Os alunos passaram a adotar costumes e tradições francesas em suas rotinas e eventualidades na Escola Militar de Realengo que, ainda hoje, fazem parte da tradição militar brasileira, como o identificarem as turmas das escolas militares pelo ano de formatura e pela denominação de um patrono, em geral, ou o nome de um grande chefe militar ou de uma exitosa batalha, a fim de servir de inspiração aos oficiais. De acordo com Celso Castro, “*a palavra francesa patron tem o duplo sentido de “patrono” (protetor) e “padrão” (modelo). O termo “patrono” não existia, até então, na tradição militar brasileira*”¹⁵⁸. Castro acrescenta ainda que, “*a inspiração francesa para essa “nova tradição” encontrou terreno propício para vingar devido à admiração que então se tinha pela cultura militar daquele país, vitoriosa na recente guerra mundial*”¹⁵⁹. No entanto, se por um lado, os militares franceses eram recebidos com estranheza por parte dos oficiais superiores brasileiros, que se sentiam

¹⁵⁶ CASTRO, Celso. Os militares e a República. Um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Zahar, 1995. P. 127. In: SANTOS, Miriam de Oliveira. Berços de heróis: o papel das escolas militares na formação de “Salvadores da Pátria”. São Paulo: Annablume, 2004. P. 80.

¹⁵⁷ MOTTA, Jeovah. Formação do Oficial do Exército. Rio de Janeiro: Bibliex, 1976. P. 308. In: SANTOS, Miriam de Oliveira. Berços de heróis: o papel das escolas militares na formação de “Salvadores da Pátria”. São Paulo: Annablume, 2004. P. 85.

¹⁵⁸ CASTRO, Celso. A invenção do Exército brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. P. 18.

¹⁵⁹ CASTRO, Celso. A invenção do Exército brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. P. 18.

constrangidos pela liberdade com que os franceses acessavam os quartéis, por outro, também eram vistos com desconfiança pelos Jovens Turcos, em virtude de ainda julgarem ser o Exército alemão capaz de propiciar a melhor formação profissional ao Exército Brasileiro. De acordo com Jorge Luís Mialhe,

a documentação revela que os membros da MMF pressionaram e afastaram, nessa área, qualquer possibilidade de concorrência dos países derrotados na I Guerra Mundial, bem como, no âmbito da prestação de serviços, o que possibilitaria ao Brasil escapar do controle da França. Informações preciosas sobre esse “jogo diplomático-estratégico” são encontradas, v.g., nos minuciosos e frequentes relatórios enviados pelo general Gamelin, chefe da MMF, ao ministro da Guerra francês, nos quais foram invocadas certas cláusulas do Tratado de Saint-Germain, vetando a venda de armas pela Áustria, negócio que interessava ao Brasil.¹⁶⁰

Embora tanto no Brasil quanto na própria França, houvesse a crença da superioridade militar francesa na Grande Guerra, o desgaste político, financeiro, tecnológico e, principalmente, humano da França foi enorme. De acordo com Brian Bond e Martin Alexander,

a Primeira Guerra Mundial custou à França mais de 1.300.000 baixas militares e a ocupação de dez de seus departamentos economicamente mais ricos. Nenhuma outra potência combatente sofreu, proporcionalmente, perdas iguais. Em termos nominais, ela emergiu como vitoriosa, porém, na realidade, sobreviveu mais do que venceu.¹⁶¹

Além de aspectos políticos e estratégicos, é importante ressaltar que a MMFI representava para os franceses a monopolização da venda do material bélico ao Brasil como parte de sua estratégia para recuperar a economia francesa. Se, por um lado, a França buscava garantir, contratualmente, o monopólio exclusivo sobre a venda de material bélico ao Brasil,

¹⁶⁰ MIALHE, Jorge Luís. O Contrato da Missão Militar Francesa de 1919: direito e história das relações internacionais. Cadernos de Direito, Piracicaba, v. 10(18): 89-119, jan.-jun. 2010. P. 99. Disponível em <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=10&cad=rja&uact=8&ved=0CEsQFjAJahUKEwiX9eHuubbIAhVGipAKHaIzDjw&url=https%3A%2F%2Fwww.metodista.br%2Frevistas%2Frevistas-unimep%2Findex.php%2Fdireito%2Farticle%2Fdownload%2F563%2F167&usq=AFQjCNHBsDkADw7F60o1te_IBExZ_7arpw&bvm=bv.104819420,d.Y2I>. Acessado em 08 de outubro de 2015.

¹⁶¹ BOND, Brian. ALEXANDER, Martin. Liddell Hart e De Gaulle – Doutrinas da Responsabilidade Limitada e da Defesa Móvel. P. 177. In: PARET, Peter. (Org) Construtores da Estratégia Moderna. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001.

por outro lado, conforme aponta Eugênio Garcia, “o governo brasileiro queria ver incluída cláusula em que a França se comprometia a não enviar missões militares a qualquer outro país da América do Sul sem prévio entendimento com o Brasil”¹⁶².

2.3 – Renault FT-17: Guerra de Trincheiras x Guerra de Mobilidade

Depois da implantação da Aviação Militar, a grande inovação francesa no processo de modernização do Exército Brasileiro foi a adoção no Brasil de carros de assalto. A industrialização e a mecânica da guerra revolucionaram a arte da guerra e o teatro de operações. Os materiais de Artilharia, Infantaria, Engenharia, Aviação e de Automóveis, através da industrialização, foram aperfeiçoados e adaptados à guerra moderna.

No campo motorizado, os britânicos foram os primeiros a inovarem o campo de batalha, ao construírem o Mark I. Os franceses, chefiados pelo então coronel Jean-Baptiste Eugène Estienne, criaram dois modelos de carros de assalto: o Saint-Chammond e o Schneider. Após muitas críticas, seguidas de falhas técnicas, os projetos de carros de assalto franceses tiveram influência de Louis Renault e sua equipe, criando um novo e menor modelo de carro de assalto: o Renault FT-17. Conforme descreve João Marcos Louro,

seu desempenho tinha como revolucionário a torre giratória, que permitia disparar suas armas em qualquer alvo ao redor do carro. Foi usado principalmente no acompanhamento e suporte da infantaria. Acabou sendo o melhor tanque leve da primeira Guerra Mundial, sendo utilizado por vários países posteriormente, inclusive os Estados Unidos e o Brasil.¹⁶³

O batismo de fogo do Renault FT-17 ocorreu em maio de 1918 e o primeiro emprego em massa data de 18 de julho deste mesmo ano, quando o general Charles Mangin lançou uma ofensiva em Villers-Cotterêts. De acordo com Expedito Carlos Stephani Bastos, neste

¹⁶² GARCIA, Eugenio V. Entre América e Europa: a política externa brasileira da década de 1920. Brasília: Ed. UnB/Funag, 2006. P. 200. In: MIALHE, Jorge Luís. O Contrato da Missão Militar Francesa de 1919: direito e história das relações internacionais. Cadernos de Direito, Piracicaba, v. 10(18): 89-119, jan.-jun. 2010. P. 99. Disponível em <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=10&cad=rja&uact=8&ved=0CEsQFjAJahUKEwiX9eHuubbIAhVGipAKHaIzDjw&url=https%3A%2F%2Fwww.metodista.br%2Frevistas%2Frevistas-unimep%2Findex.php%2Fdireito%2Farticle%2Fdownload%2F563%2F167&usq=AFQjCNHBSdKADw7F60o1te_IBExZ_7arpw&bvm=bv.104819420,d.Y2I>. Acessado em 08 de outubro de 2015.

¹⁶³ LOURO, João Marcos Macedo. Carros de Assalto: seu primeiro comandante no Brasil-1921. ECS Defesa. UFJF. P. 9. Disponível em <<http://www.ecsbddefesa.com.br/defesa/fts/CA1921.pdf>> Acessado em 09 de outubro de 2015.

confronto, “300 Renault FT-17 (apoiados por uma esquadrilha de 600 aviões) realizaram a primeira de uma série de campanhas vitoriosas, as quais foram decisivas para a rendição alemã em 11 de novembro”¹⁶⁴. Expedito Carlos acrescenta ainda que,

os carros de combate franceses, de todos os modelos, foram empregados em 45 dos 120 dias de confrontos que compreenderam o período entre 15 de julho e 11 de novembro de 1918. Foram mobilizados 2.718 FT-17 e 284 entraram em ação resultando numa perda de 74 unidades. Após o conflito mundial, 369 retornaram aos fabricantes para reparos. Ao todo, 1.991 ficaram disponíveis como reserva para as unidades que os operaram.¹⁶⁵

Além da Renault, outras empresas assumiram a produção do FT-17: Berliet, Delaunay-Belleville, Somua e a Fichet. A produção deste modelo ultrapassou quatro mil unidades e 3.200 foram entregues até o fim da Grande Guerra.

Conforme mencionado, a fim de modernizar o Exército Brasileiro, a França enviou ao Brasil seus melhores oficiais. No decorrer da Guerra na Europa, o Brasil também enviou oficiais para a França. O marechal José Pessôa Cavalcanti de Albuquerque foi um dos oficiais enviados pelo Brasil à França, em 1914, para estagiar na Escola Militar de Saint-Cyr¹⁶⁶. Inserido no contexto da Grande Guerra, na Europa, serviu no 4º Regimento de Dragões do Exército francês e, por bravura, foi promovido ao posto de capitão. Após o fim da Guerra, em 1918, Cavalcanti de Albuquerque foi enviado à França junto com outros 24 membros da Comissão de Estudos de Operações e de Aquisição de Material, e lá realizou curso, onde iniciou seus estudos sobre motorização e mecanização, na Escola de Carros de Combate de Versalhes. Em 1919, servindo no 503º Regimento de Artilharia de Carros-de-Assalto, teve a oportunidade de conhecer os carros-de-combate Renault FT-17. Ao retornar para o Brasil, influenciou o Exército Brasileiro para a aquisição de carros de assalto e, embora tenha escolhido o modelo FT-17, não o considerava o modelo ideal para equipar a força blindada do Exército de seu país.

¹⁶⁴ BASTOS, Expedito Carlos Stephani. Renault FT-17 – O Primeiro Carro de Combate do Exército Brasileiro. Bauru: Taller Comunicação, 2011. P. 9.

¹⁶⁵ BASTOS, Expedito Carlos Stephani. Renault FT-17 – O Primeiro Carro de Combate do Exército Brasileiro. Bauru: Taller Comunicação, 2011. P. 9.

¹⁶⁶ É uma escola militar de ensino superior cujo objetivo é formar oficiais do Exército francês e parte dos oficiais da Gendarmerie.

Em 1921, este oficial assumiu o comando da recém-criada Companhia de Carros de Assalto do Exército¹⁶⁷, a qual aquartelou na Vila Militar, no Rio de Janeiro, as unidades de Renault FT 17 adquiridas pelo Brasil. Cavalcanti de Albuquerque permaneceu no Comando desta Companhia até 1923. Expedito Carlos Stephani Bastos afirma que,

Em 1921, desembarcaram no país 12 novos carros de combate Renault FT-17, oriundos da fábrica francesa Delaunay-Belleville. Eram cinco unidades com torres fundidas Berliet e armados com canhões Puteaux de 37mm; cinco com torres rebitadas Renault e armados com metralhadoras Hotchkiss de 7mm (era o calibre usado no Brasil, enquanto que, na França, era utilizado o 8mm); um outro modelo Berliet com armamentos intercambiáveis Puteaux e Hotchkiss (carro comando); e a versão TSF (telegrafia sem fio), desprovida de torre giratória e utilizada apenas para a comunicação com os escalões superiores.¹⁶⁸

Stephani Bastos reforça que “*essa compra aconteceu antes mesmo da contratação da Missão Militar Francesa, a qual chegaria apenas no ano seguinte, para auxiliar na reestruturação das forças nacionais*”¹⁶⁹. As unidades de Renault FT 17 compradas pelo Brasil foram entregues ao chefe da Missão Militar Brasileira, em Paris, em maio de 1919. Chegando no Brasil no início de 1920, foram depositados no 1º Regimento de Infantaria, no Rio de Janeiro, até serem entregues a Cavalcanti de Albuquerque. Embora tenham permitido ao Exército Brasileiro adentrar na Era dos Blindados de Aço, os FT-17 tiveram pouca aceitação entre os militares mais antigos. Stephani Bastos cita artigo que Cavalcanti de Albuquerque escreveu intitulado *Atestado de Nascimento da arma blindada brasileira*, encontrado no Arquivo Histórico do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas:

Parece inacreditável – e eu mesmo não o creia si não o tivesse verificado pessoalmente, - que o material cuja aquisição nos custou uma soma vultosa – e isso precisamente num momento de aperturas financeiras – como o que atravessamos – como o que atravessamos, estivesse nas condições em que com bastante pesar meu e de todos que me acompanharam, o fui encontrar De facto nem um só dos carros apresentava indícios de ter sido convenientemente lubrificado depois da sua chegada ao Brasil. Encontrei mesmo, em muitos deles, órgãos essenciaes, peças de

¹⁶⁷ Decreto Nº 15.235, de 31 de dezembro de 1921.

¹⁶⁸ BASTOS, Expedito Carlos Stephani. Renault FT-17 – O Primeiro Carro de Combate do Exército Brasileiro. Bauru: Taller Comunicação, 2011. P. 18.

¹⁶⁹ BASTOS, Expedito Carlos Stephani. Renault FT-17 – O Primeiro Carro de Combate do Exército Brasileiro. Bauru: Taller Comunicação, 2011. P. 18.

importância vital para o seu funcionamento, completamente seccas, ameaçadas de inutilização pela ferrugem, resultado do tempo e da incompetência ou descuido das mãos a que foram confiados. Outro tanto observei no armamento. Era tal o estado, por exemplo, em que se encontrava uma das metralhadoras, que, máo grado os cuidados que lhe temos dispensados, ainda não a podemos libertar completamente da acção da ferrugem. Aliás, não foi sómente a falta de lubrificação o mal que encontrei nos nossos carros. Além de maltratados, a maior parte delles apresentava avarias graves.¹⁷⁰

Este mesmo dilema no seio do Exército Brasileiro foi sentido no teatro de operações na Europa no decorrer da Grande Guerra em que a aceitação dos carros de assalto por forças francesas também encontrava dificuldade. De acordo com João Marcos Macedo Louro,

na primeira aparição dos “tanks”, em 15 de setembro de 1916, durante a ofensiva do Somme, os “tanks” até tiveram a surpresa inicial e aterrorizaram os adversários, mas quebraram, a maioria por defeito técnico. Foi um balde de água fria nas esperanças dos criadores do “tank”. Os carros de combate acabaram recebendo descrédito até mesmo dos soldados que lutavam com eles.¹⁷¹

Importante ressaltar que o conceito de guerra de trincheiras¹⁷² ainda perdurava na mentalidade militar europeia. A maior parte da oficialidade do Exército francês ainda não estava preparada doutrinariamente para o emprego tático e estratégico de blindados no teatro de operações. De acordo com L. P. Macedo Carvalho, no prefácio da obra já mencionada de De Gaulle, intitulada *Por um Exército Profissional* ao defender o emprego de blindados no Exército francês, “*declarava estar o Exército integrado por homens despreparados e inexperientes, desprovido de equipamento necessário moderno e carente de especialistas. Em suma, [Charles de Gaulle] vacinava que “haverá terrível desperdício, tanto pessoal como de material, quando chegada a hora de ser colocado à prova”*”¹⁷³. De Gaulle publicou sua obra

¹⁷⁰ BASTOS, Expedito Carlos Stephani. O Brasil na Era dos Blindados. Renault FT-17 no Exército Brasileiro 1921-1942. Clube SOMNIUM – 2004. P. 3. Disponível em < <http://www.clubesomnium.org/sitenovo/images/arquivos/militaria/historia/FT-17.pdf> >. Acessado em 11 de outubro de 2015.

¹⁷¹ LOURO, João Marcos Macedo. Carros de Assalto: seu primeiro comandante no Brasil-1921. ECS Defesa. UFJF. P. 6. Disponível em < <http://www.ecsdefesa.com.br/defesa/fts/CA1921.pdf> > Acessado em 09 de outubro de 2015.

¹⁷² Buracos cavados na terra com cerca de 2,30 metros de profundidade e 2 metros de largura, protegidos por sacos de areia para absorverem as balas e as lascas das bombas, e cercadas por arames farpados e por postos de patrulha. Lá dentro, os soldados se protegiam e se instalavam por longos meses no decorrer das guerras.

¹⁷³ GAULLE, Por um Exército profissional. Rio de Janeiro: José Olympio: Bibliex, 1996. P. 11.

em maio de 1934, quando ainda era tenente coronel de Infantaria do Exército da França. A 2ª Guerra Mundial iniciada, oficialmente, em 1939, demonstrou que De Gaulle estava certo.

Em 1921, Cavalcanti de Albuquerque escreveu o livro intitulado *Tanks na Guerra Européia (1914-1918)*, cujo prefácio foi escrito pelo próprio general Gamelin, então chefe da MMFI. Este livro é considerado pelos estudiosos um verdadeiro tratado sobre o desenvolvimento e emprego de blindados na arte da guerra e no teatro de operações, sendo a primeira obra neste tema publicada na América Latina.

Em 1922, subordinados a um engenheiro francês, juntaram-se mais especialistas franceses à MMFI, os quais foram empregados nas fábricas militares de pólvoras e explosivos. Em suas palavras, o Ministro Pandiá Calógeras afirmou que,

o novo governo tomou a peito continuar as mesmas linhas de reorganização, planejadas por seu antecessor. Foram felizes as consequências. Foi estabelecido um plano de reformas e de ampliações, e sua execução entrou a se realizar: em tempo oportuno, os regulamentos novos ficaram prontos; progrediu o preenchimento dos claros, pelo sorteio; reformou-se a justiça militar; armamento, munição, material de campanha de toda sorte; aviação militar; fábricas militares; instrução e exercícios; quartéis, acampamentos, campos de instrução; escola de tiro e prática das armas; tudo foi objeto de atenção. A grande parada de 1922, ao se celebrar o centenário da independência, pôde se mostrar o desfile de cerca de 30.000 homens, armados, equipados e com todos os serviços em ordem. Tudo isso se referia tão-somente à 1ª Divisão do Exército, a qual conta cinco unidades da mesma categoria.¹⁷⁴

O contrato com a MMFI foi renovado em março de 1923, permitindo a um oficial francês acesso à Escola Militar de Realengo, reduto de formação do oficial do Exército Brasileiro, o qual tornou-se responsável por coordenar o ensino tático que ali era ministrado. Se, por um lado, houve o empenho da oficialidade francesa em consolidar sua doutrina no Exército Brasileiro, por outro, houve empenho pessoal do próprio Cavalcanti de Albuquerque para que a doutrina militar francesa fosse consolidada entre os oficiais da Força. Entre os anos de 1930 e 1934, este militar já como comandante da Escola Militar de Realengo, adotou uma série de medidas para implantar o regulamento francês entre os oficiais do Exército Brasileiro. De acordo com Nabuco de Araújo,

¹⁷⁴ CALÓGERAS, João Pandiá. Formação Histórica do Brasil. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 2009. P. 373.

seu incentivo [de Cavalcanti de Albuquerque] levou à utilização de métodos experimentados no Exército francês para se fortalecer a coesão do corpo de oficiais: reforço do culto aos heróis militares nacionais, vinculando da nação ao Exército; introdução de novas táticas e disciplinas técnicas no currículo escolar. Foi-se aos poucos assimilando os métodos da administração militar francesa. Estabeleciam-se vínculos entre a França e o Brasil que pareciam ir além de relações comerciais. A França era encarada como uma referência permanente, um modelo militar.¹⁷⁵

Bastos Filho acrescenta que, no contrato renovado e assinado em 1932, além de oficiais franceses do Estado-Maior poderem ser encarregados de missões temporárias junto aos Estados-Maiores das Regiões Militares, tinham acesso aos estudos locais de incumbência do Estados-Maiores do Exército Brasileiro, tais como “*mobilização industrial e de pessoal, recursos de toda ordem, vias de acesso, características da população, alvos estratégicos e informações*”¹⁷⁶. Nabuco de Araújo endossa Bastos Filho ao afirmar que, “*entre 1923 e 1930 mais de 100 oficiais brasileiros incorporaram-se à MMF, e entre 1930 e 1934 cinco classes de oficiais oriundos da Escola de Estado-Maior do Exército foram enviadas a escolas militares francesas*”¹⁷⁷. Bastos Filho completa, concluindo que,

para o Estado francês, através da Missão, o Brasil foi um país, na área do Exército, sem segredos táticos ou estratégicos. Os militares contratados dirigiram as escolas, impuseram-lhes currículos, chefiaram fábricas, estipularam-lhes a produção; viajaram oficialmente em nosso País, conheceram-lhe, e estudaram, características, recursos, potencialidades, pontos vulneráveis; conviveram com o homem brasileiro sabendo o que esperar de nossos oficiais e soldados. Foram cerca de vinte anos, tempo mais do que suficiente para, perfeitamente, informarem-se sobre tudo o que lhes podia interessar.¹⁷⁸

¹⁷⁵ ARAÚJO, Rodrigo Nabuco de. A influência francesa dentro do Exército brasileiro (1930 – 1964): declínio ou permanência? REVISTA ESBOÇOS Nº 20 — UFSC, P. 249. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2008v15n20p245/9524>> . Acessado em 12 de outubro de 2015.

¹⁷⁶ BASTOS FILHO, Jayme de Araújo. A Missão Militar Francesa no Brasil. Rio de Janeiro: Bibliex, 1994. p. 107.

¹⁷⁷ ARAÚJO, Rodrigo Nabuco de. A influência francesa dentro do Exército brasileiro (1930 – 1964): declínio ou permanência? REVISTA ESBOÇOS Nº 20 — UFSC, P. 250. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2008v15n20p245/9524>> . Acessado em 12 de outubro de 2015.

¹⁷⁸ BASTOS FILHO, Jayme de Araújo. A Missão Militar Francesa no Brasil. Rio de Janeiro: Bibliex, 1994. p. 108.

Diferente dos exércitos europeus que não estavam preparados doutrinariamente para o emprego dos blindados, no Brasil, os problemas que impediam uma maior aceitação dos blindados por parte dos militares brasileiros eram outros, entre eles, o despreparo profissional dos corpos de praças, sargentos e oficiais, a carência de material bélico em todas as Armas, e, conforme situação descrita por Cavalcanti de Albuquerque quando se deparou com as unidades de RT-17 que seriam enviadas ao Brasil, não havia infraestrutura industrial no Brasil capaz de manter operacionais as unidades que no País chegavam com avarias graves. Ao Brasil, os franceses optaram por vender unidades de FT-17 usadas ou excedentes de guerra. J.B. Magalhães endossa isso ao afirmar que,

os Países ricos de indústria poderosa fazem sua estratégia e sua tática, calcados no seu poder da máquina e tratam do resto subsidiariamente [...]. Os países de indústria pobre têm logicamente de inverter o problema.[...] E aí residem os ensinamentos que mais atenção nos devem merecer, pois, cavalo e forragem, armamentos e equipamentos de infantaria e de cavalaria, podemos criar, plantar e fabricar em abundância, enquanto em relação aos outros seremos sempre forçados a importar. A base de nossa força – a larga base – é uma capacíssima infantaria bem combinada com uma capacíssima cavalaria a cavalo, auxiliadas, sem dúvida, por alguns elementos moto-mecanizados, um mínimo de artilharia, etc.¹⁷⁹

Além de todo acesso que os franceses tiveram ao longo dos vinte anos de MMFI, das dificuldades de aceitação dos blindados por parte dos militares brasileiros, de que a indústria militar referente à arma terrestre estava inteiramente dependente dos franceses, conforme detalhado aqui, a influência francesa no Brasil se deu nos aspectos cultural, econômico e militar. Este cenário foi alterado ainda na década de 1930, quando, a Alemanha, a Itália e os Estados Unidos vão ocupando, gradativamente, seus espaços no mercado de defesa brasileiro. No final da década de 1930, o número de oficiais franceses na MMFI havia sido reduzido drasticamente. O último grupo de oficiais brasileiros enviados à Escola Superior de Guerra francesa, em 1939, antes do começo da 2ª Guerra Mundial, estagiou também no Exército dos EUA e alguns deles participaram da Guerra por meio da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Dentre estes oficiais, encontravam-se: João Batista Magalhães, Fernando Sabóia

¹⁷⁹ MAGALHÃES, J. B.. A cavalaria moderna na frente oriental. A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, n. 354, p. 639, nov. 1943. In: SAVIAN, Elonir José. “Haverá sempre uma Cavalaria”: resistências à mecanização no Exército Brasileiro (1937-1972). XVII Simpósio Nacional de História. Natal, Rio Grande do Norte, 22 a 26 de Julho de 2013. P.p. 7-8. Disponível em <>. Acessado em 12 de outubro de 2015.

Bandeira de Mello, Hugo Panasco Alvim, Nestor Penha Brasil, Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott e Humberto de Alencar Castello Branco. De acordo com Nabuco de Araújo,

o intercâmbio com forças armadas de outros países oferecia uma perspectiva mais ampla do que deveria ser o papel de um Exército moderno nos moldes norte-americano, francês e alemão. A formação de grande parte do oficialato brasileiro foi fortemente influenciada pelo modelo militar francês. Contudo o abandono da influência francesa se anunciava já antes da guerra.¹⁸⁰

Embora no imaginário social brasileiro, houvesse a crença da superioridade militar francesa e das missões militares francesas assegurarem a exclusividade do mercado de defesa brasileiro, isso não significou que a Alemanha não oferecesse ameaça aos planos estratégicos franceses para o Brasil. Em 1921, logo nos primeiros anos da MMFI, o general Gamelin foi informado sobre a contratação de um major do Exército alemão que trabalhava no Serviço Geográfico do Brasil; o qual havia sido contratado como civil, a fim de obter informações geográficas para estudar e viabilizar a estruturação de um posto militar alemão no Rio de Janeiro. O general Gamelin, ao relatar este episódio ao Ministro da Guerra da França afirmou que,

é difícil entender que os brasileiros permitam que um militar alemão da ativa permaneça infiltrado no exército e na marinha brasileira, pois assinaram o Tratado de Versalhes, são membros ativos da Sociedade das Nações e se dizem grandes amigos da França.¹⁸¹

Como mencionado, embora a França e o Brasil tenham adentrado na Era dos Blindados no decorrer da 1ª Grande Guerra, ambas as mentalidades dos Exércitos ainda não estavam preparadas para a guerra de mobilidade. O próprio general Gamelin, que chefiava a

¹⁸⁰ ARAÚJO, Rodrigo Nabuco de. A influência francesa dentro do Exército brasileiro (1930 – 1964): declínio ou permanência? REVISTA ESBOÇOS Nº 20 — UFSC, P. 250. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2008v15n20p245/9524>> . Acessado em 12 de outubro de 2015.

¹⁸¹ Correspondência do general Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 17.06.1921. Paris: Arquivo SHAT, 7N3391.In: BELLINTANI, Adriana. A disputa franco-germânica por influência no Brasil (1920-1930). Revista Eletrônica de Ciências Sociais, História e Relações Internacionais. V. 5, n. 1 (2012). P. 4. Disponível em <

MMFI, dava preferência à defesa estática das fronteiras frente à guerra de mobilidade. Seguindo a lógica da guerra de trincheiras, os franceses criaram um complexo sistema de fortificações nas fronteiras com a Alemanha denominado Linha Maginot. A proposta de construção desta linha foi aprovada pelo Ministério da Guerra francês em 1929. Embora sendo os precursores do emprego de carros de assalto no teatro de operações, a mentalidade de franceses e ingleses ainda estava atrelada a guerra estática nas fronteiras e, se por um lado, a capitulação da França em 1940 constituiu um golpe na campanha dos Aliados; por outro, simbolizou a supremacia do emprego de blindados alemães sobre a estratégia francesa da Linha Maginot. Sobre o que significava o novo tipo de guerra, John Lukacs afirmou as seguintes palavras de Adolf Hitler: *“a próxima guerra será totalmente diferente da última guerra mundial. Ataques de infantaria e formações maciças são obsoletos. Combates frontais encadeados que duram anos em frentes petrificadas não reaparecerão. Eu asseguro isso. Eles eram uma forma degradada de guerra”*¹⁸².

Do ponto de vista interno, a presença alemã entre os militares brasileiros na década de 1930 pode ser compreendida por meio da influência doutrinária alemã no Exército Brasileiro. Embora o Exército Brasileiro tenha optado por uma missão militar francesa ainda existiam militares na força defensores e propagadores dos ideais militares alemães, como o general Pedro Aurélio de Góis Monteiro. Este general sempre se manifestou simpático aos Jovens Turcos, à militarização do país e à politização do Exército Brasileiro¹⁸³, princípios contrários aos da MMFI. Foi em sua gestão como Ministro da Guerra que a MMFI obteve o menor número de oficiais do Exército Brasileiro incorporados.

Diante desta análise, não é de se estranhar a presença de indústrias militares alemães na década de 1930 em território brasileiro. De acordo com Vágner Camilo Alves, em 1934, uma comissão alemã havia estado na América do Sul a fim de promover relações comerciais com os países da região e o Brasil despontou como parceiro de destaque.¹⁸⁴ Camilo Alves acentua que,

Em fins de 1936 foram feitos contatos com a empresa alemã Krupp para aquisição de peças de artilharia, tanto para defesa costeira como para guerra antiaérea. O pagamento seria realizado com a entrega, pelo Brasil, de café, algodão, cacau,

¹⁸² LUKACS, John. O Duelo: Churchill x Hitler: 80 dias cruciais para a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002. P. 66.

¹⁸³ O General Gois Monteiro teve participação ativa na Revolução de 1930, na implementação do Estado Novo em 1937 e foi duas vezes Ministro da Guerra (1934-1935/ 1945-1946).

¹⁸⁴ ALVES, Vagner Camilo. O Brasil e a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002. P. 57.

fumo, borracha e outros produtos, onde Berlim salientava especialmente seu desejo por algodão.¹⁸⁵

O comércio compensado abriu o mercado de defesa brasileiro para os produtos alemães e, em 1938, tornou a Alemanha o maior parceiro comercial do Brasil. De acordo com o embaixador brasileiro na Alemanha, o Reich estava “*pronto e preparado para fornecer ao Brasil qualquer quantidade de material bélico terrestre, aéreo ou naval, inclusive artilharia de qualquer calibre*”¹⁸⁶. Com a Declaração de Guerra do Brasil à Alemanha em agosto de 1942 e a Lei do *Lend Lease* nos EUA¹⁸⁷, o mercado de defesa do Brasil passou a ser depósito de armamentos estadunidenses usados e excedentes de guerra.

¹⁸⁵ ALVES, Vagner Camilo. O Brasil e a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002. P. 59.

¹⁸⁶ ALVES, Vagner Camilo. O Brasil e a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002. P. 59.

¹⁸⁷ Lei de Empréstimo e Arrendamento aprovada em 11 de março de 1942 pelo Governo dos EUA para fornecer material bélico e outros serviços aos Aliados na 2ª Guerra Mundial.

CAPÍTULO 3

AS RELAÇÕES DO GOVERNO DE GAULLE COM O BRASIL

3.1 – De Gaulle, Guerra da Lagosta e a Indústria de Defesa da França

Conforme descrito, na iminência da 2ª Guerra Mundial, os principais fornecedores de armamento militar para as Forças Armadas brasileiras eram empresas de origem alemã e italiana. Em 1939, os EUA, cientes de que Hitler estava desenvolvendo um programa de construção da bomba atômica, decidiram dar início também a um. Reuniram os melhores cientistas que já estavam desenvolvendo pesquisas na área nuclear, em especial, na Universidade de Chicago e criaram o Projeto Manhattan. Segundo Pascal Boniface e Barthélémy Courmont, durante a Conferência de Quêbec, em agosto de 1943, os EUA propuseram à Inglaterra renunciar a sua participação na corrida armamentista da bomba nuclear. Em troca de garantias de que os EUA partilhariam conhecimentos sobre esta arma, a Inglaterra renunciou à corrida.¹⁸⁸

Ao fim da 2ª Guerra Mundial, com a ajuda dos EUA, a Inglaterra conseguiu construir a sua bomba nuclear. Aos franceses lhes fora negado fazer parte da partilha destes conhecimentos, o que conduziu a França a buscar desenvolver a bomba atômica autonomamente e tomar decisões no campo da política que se distanciassem da influência estadunidense.¹⁸⁹ Reforçando esta ideia, Ricardo Corrêa Coelho afirma que,

a atenção do general De Gaulle não seria inteiramente consumida no esforço de unificar a Europa. Além desse alicerce, a França tinha de se afirmar como potência independente diante dos conflitos do mundo. E isso passava pelo estabelecimento de relações comerciais e diplomáticas com países inimigos dos Estados Unidos, pela crítica aberta à ação do exército dos Estados Unidos na Indochina e pela contestação da liderança americana no interior da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan).¹⁹⁰

¹⁸⁸ BONIFACE, Pascal. COURMONT, Barthélémy. *Le Monde Nuclaire: arme nucléaire et relations internationales depuis 1945*. Paris: Armand Coli, 2006. P.87.

¹⁸⁹ Para a França, a tecnologia nuclear agrega um sentimento de identidade nacional, a medida que, apesar das suas limitações políticas e econômicas da época, foram capazes de reunir conhecimentos científicos e desenvolver tecnologias na área nuclear de finalidades pacíficas e não-pacíficas, além de ser inclusa, permanentemente, nos principais centros de decisão da política internacional.

¹⁹⁰ COELHO, Ricardo Corrêa. *O homem que resgatou a honra da França*: São Paulo: Contexto, 2014. P. 205.

A França se esforçou desde a década de 1940 para alcançar o progresso tecnológico por meio do desenvolvimento de pesquisas nucleares. A primeira iniciativa foi criar, em 1945, o Comissariado para a Energia Nuclear. De acordo com Ricardo Corrêa Coelho, “o general De Gaulle não iria se satisfazer em garantir ao seu país plena autonomia e segurança energética e tecnológica no mundo que emergira da Segunda Guerra. Para ele, era também fundamental afirmar a França como um ator independente em um mundo dividido pela Guerra Fria”¹⁹¹.

Em treze de maio de 1960, a França explodiu sua primeira bomba nuclear no deserto do Saara. Em 1959, a França retirou a sua frota no mar Mediterrâneo do comando compartilhado da Otan, em 1963, a França retirou suas forças navais do Atlântico Norte do comando compartilhado da Organização. Em 1966, a França se retirou do comando integrado desta Organização, sem denunciar o Tratado de Defesa Comum. Em março de 1967, a França lançou seu primeiro submarino com propulsão nuclear denominado *Le Redoutable*, em Cherbourg, na Normandia. Ne mesmo ano, este país suspendeu o fornecimento de armas a Israel e a sete países árabes do Oriente Médio e condenou oficialmente o ataque israelense a seus vizinhos na Guerra dos Seis Dias. Desta forma, embora os militares tenham realizado intervenção militar na política do país, com a ajuda dos EUA, a França manteve boas relações com o Brasil. De acordo com Paulo César Gomes,

logo após a eleição, o general de Gaulle enviou um telegrama ao novo presidente, o que foi tido como o reconhecimento oficial da França sobre o novo governo. Assim, ao contrário dos EUA, que foi o primeiro país a reconhecer o regime, a França, inicialmente desconfiada, só o fez depois que Castelo Branco foi escolhido presidente.¹⁹²

O ministério das Relações Exteriores do Brasil teve uma importante contribuição na manutenção das boas relações com a França e, principalmente, na imagem do Brasil na Europa, apesar de a imprensa francesa tecer constantemente críticas negativas sobre a intervenção militar no Brasil. Gomes assinala que,

o serviço diplomático desenvolvia programas de difusão da cultura brasileira, patrocinava viagens de jornalistas franceses ao

¹⁹¹ COELHO, Ricardo Corrêa. O homem que resgatou a honra da França: São Paulo: Contexto, 2014. P. 205.

¹⁹² GOMES, Paulo Cesar. As relações entre a ditadura brasileira e a França durante o governo de Castelo Branco. XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis, SC. 27 a 31 de julho de 2015. P.p. 2-3. Disponível em < http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1435182971_ARQUIVO_Textocompleto.pdf >. Acessado em 14 de outubro de 2015.

Brasil em troca de matérias elogiosas ao país, tentava intervir no tom crítico adotado pela imprensa francesa sobre a situação política do Brasil, esforçava-se para estabelecer acordos de cooperação técnica e econômica com o governo daquele país, buscava monitorar e, quando possível, cercear as atividades políticas contestatórias de brasileiros em território francês, entre outras estratégias. A finalidade última era não apenas divulgar uma imagem favorável do Brasil, reafirmando constantemente que o país vivia sob as regras de um regime democrático, mas controlar a forma como deveríamos ser vistos por aquele Estado e pela opinião pública francesa.¹⁹³

Embora De Gaulle fosse legalista e republicano, em razão de o marechal Humberto Castelo Branco (1964-1967) ser considerado um francófilo, era considerado uma autoridade de respeito pelo presidente francês. Na década de 1930, Castelo Branco serviu na MMFI, cursou a Escola Superior de Guerra, em Paris, e, em 1943, fez parte do primeiro grupo de oficiais brasileiros designados para estagiar nos Estados Unidos no contexto da Segunda Guerra Mundial.

Há um consenso entre os estudiosos de que a tradição de maior autonomia da França remonte aos tempos de Charles de Gaulle na presidência. No entanto, conforme Hugo Suppo elucida que

após a assinatura do armistício franco-alemão de 1940, que levou o Estado francês a colaborar com a potência vencedora, o isolacionismo político francês, a perda de prestígio, e as limitações de uma França reduzida, em todos os sentidos, levaram o governo a optar pela via cultural, única saída possível de ação no exterior.¹⁹⁴

Esta tese confirma que, mesmo a França tendo sucumbido na 2ª Grande Guerra, não perdeu o interesse em exercer sua presença no Brasil. Brasil e França realizaram conjuntamente eventos culturais, como *tournées* artísticas: a do grupo de teatro *Louis Jouvet* e a dos *Petits Chanteurs à la Croix de Bois*, e grandes espetáculos destinados às elites

¹⁹³ GOMES, Paulo Cesar. As relações entre a ditadura brasileira e a França durante o governo de Castelo Branco. XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis, SC. 27 a 31 de julho de 2015. P. 5. Disponível em < http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1435182971_ARQUIVO_Textocompleto.pdf >. Acessado em 14 de outubro de 2015.

¹⁹⁴ SUPPO, Hugo. Intelectuais e artistas nas estratégias francesas de “propaganda cultural” no Brasil (1940-1944). Revista de História Nº 133, 2º semestre de 1995. P. 75. Disponível em < <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB0QFjAAahUKEwiawbXew8fIAhVJHJAKHcQ3BzE&url=http%3A%2F%2Fwww.revistas.usp.br%2Frevhistoria%2Farticle%2FviewFile%2F18770%2F20833&usq=AFQjCNESgRmdSp02X8LNn0mZjaJ44jR-xw> >. Acessado em 15 de outubro de 2015.

brasileiras. Além disso, sob a França de Vichy, o marechal Henri Philippe Benoni Omer Joseph Pétain, líder daquele governo, por meio do *Service des Oeuvres Françaises à l'Etranger*, organizou e intensificou a vinda de numerosos professores franceses para o Brasil, “orientados e encorajados a se transformarem em verdadeiros símbolos da cultura francesa”¹⁹⁵. Suppo complementa afirmando que,

a presença da França no Brasil, fundamentalmente entrelaçada ao mundo "cultural", e até mesmo seus principais produtos exportados eram estreitamente ligados ao génie particular da França: obras de arte, produtos de luxo etc. O regime autoritário de Pétain fará das ações culturais, as únicas possíveis no estrangeiro, um instrumento de propaganda política cujo alvo era a conquista das elites locais, por isso privilegiava-se a qualidade dos produtos. No caso do Brasil, esta estratégia contava com a ajuda do Estado Novo, que silenciava pela censura as atividades dos partidários do general De Gaulle.¹⁹⁶

A tradição de maior autonomia que remonta aos tempos do general Charles de Gaulle na presidência está associada ao antagonismo aos EUA. Como características desta conjuntura, como já citado, além de viabilizar programas nucleares civis e militares, em 1959, a França retirou a sua tropa do mar Mediterrâneo do comando compartilhado da Otan, em 1963, De Gaulle retira as forças navais francesas do Atlântico Norte do comando compartilhado da Organização e assina com a Alemanha Ocidental o Tratado de Eliseu¹⁹⁷, em 1966, a França se retira do comando integrado da Otan sem denunciar o Tratado, em 1967, suspendeu o fornecimento de armas a Israel e condenou oficialmente o ataque israelense na Guerra dos Seis Dias¹⁹⁸ e buscou reintensificar as relações políticas e militares com países no

¹⁹⁵ SUPPO, Hugo. Intelectuais e artistas nas estratégias francesas de “propaganda cultural” no Brasil (1940-1944). Revista de História Nº 133, 2º semestre de 1995. P.p. 76-77. Disponível em < <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB0QFjAAahUKEwiawbXew8fIAhVJHJAKHcQ3BzE&url=http%3A%2F%2Fwww.revistas.usp.br%2Frevhistoria%2Farticle%2FviewFile%2F18770%2F20833&usg=AFQjCNESgRmdSp02X8LNn0mZjaJ44jR-xw> >. Acessado em 15 de outubro de 2015.

¹⁹⁶ SUPPO, Hugo. Intelectuais e artistas nas estratégias francesas de “propaganda cultural” no Brasil (1940-1944). Revista de História Nº 133, 2º semestre de 1995. P. 76. Disponível em < <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB0QFjAAahUKEwiawbXew8fIAhVJHJAKHcQ3BzE&url=http%3A%2F%2Fwww.revistas.usp.br%2Frevhistoria%2Farticle%2FviewFile%2F18770%2F20833&usg=AFQjCNESgRmdSp02X8LNn0mZjaJ44jR-xw> >. Acessado em 15 de outubro de 2015.

¹⁹⁷ Tratado assinado em 22 de janeiro de 1963 por Konrad Adenauer e Charles de Gaulle para formalizar a reconciliação entre alemães e franceses.

¹⁹⁸ Conflito armado provocado por Israel contra uma frente de países árabes composta por Egito, Jordânia e Síria, apoiada por Arábia Saudita, Argélia, Iraque, Kuwait e Sudão, em 1967, alegando que o Egito estava se preparando para fazer guerra em seu território, na qual, sob um ataque preventivo, a Força Aérea israelense destruiu bases militares da Força Aérea egípcia no Sinai.

Terceiro Mundo. De acordo com Antonio Carlos Lessa, “*ao acenar com a concepção de um maior equilíbrio entre as nações, a França revestiu, particularmente, aos olhos dos países do Terceiro Mundo, uma aparência de desprendimento e de generosidade que só poderia granjear-lhe maior prestígio e influência*”¹⁹⁹.

Segundo Nabuco de Araujo, André Normand, adido militar no Brasil de 1955 a 1958, e Henri Lemond, seu sucessor de 1958 a 1961, fizeram um amplo estudo sobre os problemas brasileiros. Uma das principais conclusões a que chegaram era que “*a França tinha dificuldades em oferecer as mesmas oportunidades de compra ao Brasil e os Estados Unidos não ofereciam uma doutrina de guerra apropriada ao teatro de operações brasileiros*”²⁰⁰. Já que o mercado de exportação de armas para o Brasil era uma exclusividade das empresas estadunidenses, em especial, pelos acordos militares desenvolvidos com os EUA pós-2ª Guerra Mundial, era na formação doutrinária que os franceses deveriam atuar *a priori*.

André Normand afirmava que toda ação no Brasil devia ser combinada a uma propaganda política capaz de recuperar a confiança das elites militares brasileiras na França.

²⁰¹ Houve um entendimento em setores militares e diplomáticos franceses de que a França buscasse se reaproximar do Brasil e que atuasse *a priori* na formação doutrinária das Forças Armadas brasileiras, área em que os EUA não haviam exercido tanta influência.

Estes adidos franceses foram surpreendidos por um contencioso com o governo brasileiro que atingiu instâncias militares que, por pouco, não comprometeram as relações diplomáticas entre Brasil e França, entre os anos de 1961 a 1963, que ficou conhecido na história brasileira como “*Guerra da Lagosta*”.

Desde o começo da década de 1950, a França realizava pesca predatória no continente africano, em especial, nas proximidades da costa do Senegal, da Guiné e da Mauritânia, levando ao esgotamento dos bancos de lagosta na região. Em virtude da pesca de lagosta em águas brasileiras ter se tornado bastante atraente aos mercados pesqueiros, barcos especializados em pesca predatória solicitaram autorização através do ministério da Relações Exteriores de seu país para pescar em águas brasileiras. De acordo com Antonio Carlos Lessa,

¹⁹⁹ LESSA, Antonio Carlos. A parceria bloqueada. As relações entre França e Brasil, 1945-2000. Tese de Doutorado. PPGH, UnB. P. 51.

²⁰⁰ ARAÚJO, Rodrigo Nabuco de. A influência francesa dentro do Exército brasileiro (1930 – 1964): declínio ou permanência? REVISTA ESBOÇOS Nº 20 — UFSC, P. 261. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2008v15n20p245/9524>>. Acessado em 27 de outubro de 2015.

²⁰¹ ARAÚJO, Rodrigo Nabuco de. A influência francesa dentro do Exército brasileiro (1930 – 1964): declínio ou permanência? Revista Esboços, Nº 20, UFSC. P. 261. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2008v15n20p245/9524>>. Acessado em 27 de outubro de 2015.

no início de 1961, o governo francês solicitou ao governo brasileiro autorização para três barcos franceses (Gotte, Lonk Ael e La Tramontaine) efetuarem pesquisas nas costas do Nordeste do Brasil, destinadas a averiguar as possibilidades das reservas lagosteiras dessa região. O pedido francês foi apoiado [pelo] Itamaraty junto ao Comando Naval do Recife, que autorizou os barcos franceses a pescarem, com a condição [de] terem a bordo controladores de pesca da Marinha de guerra brasileira, que verificassem os métodos de pesca e seriam informados dos resultados das pesquisas. Tal condição foi aceita pela Embaixada da França no Rio e a operação efetuou-se com a presença, em cada barco, de controladores da Marinha de Guerra do Brasil.²⁰²

Insuflado por associações de pesca, sindicatos de armadores e por grupos políticos locais, o Itamaraty enviou nota ao embaixador da França esclarecendo que, por a lagosta ser um recurso de grande importância econômica para a região nordeste e sua existência estar comprometida pela pesca predatória, o governo brasileiro não poderia permitir que os barcos franceses explorassem a pesca da lagosta em águas brasileiras nordestinas. A partir daí, houve tentativas diversas de entendimentos entre os setores diplomáticos dos dois países, até que duas embarcações especializadas em pesca lagosteira, sem autorização do governo brasileiro, partiram da França com destino ao nordeste brasileiro. Embora o Itamaraty tenha enviado nota ressaltando que a Marinha do Brasil estava autorizada a apreender os lagosteiros que viessem realizar a pesca no Brasil, três embarcações chegaram em águas nordestinas. Em 31 de janeiro, os lagosteiros foram, de fato, apreendidos pela MB no porto de Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte. A fim de não tumultuar os entendimentos diplomáticos, a Marinha do Brasil aceitou a solicitação do governo francês para soltar os lagosteiros e liberou também os produtos da pesca. Embora o governo francês tivesse se comprometido a não mais solicitar a vinda de mais lagosteiros franceses para águas brasileiras, de acordo com Lessa, *“novamente o governo francês, através de sua embaixada, voltou a solicitar ao Governo Brasileiro permissão para a operação de seis lagosteiros na região. Fê-lo em 12/02/1963, quando os seis lagosteiros já se encontravam nas proximidades do litoral brasileiro”*²⁰³. A

²⁰² LESSA, Antonio Carlos, A Guerra da Lagosta e outras guerras: conflito e cooperação nas relações França Brasil (1960-1964). Cena Internacional. P. 112. Disponível em <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5242/1/ARTIGO_GuerraLagostaOutrasGuerras.pdf> . Acessado em 27 de outubro de 2015.

²⁰³ LESSA, Antonio Carlos, A Guerra da Lagosta e outras guerras: conflito e cooperação nas relações França Brasil (1960-1964). Cena Internacional. P. 114. Disponível em <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5242/1/ARTIGO_GuerraLagostaOutrasGuerras.pdf> . Acessado em 27 de outubro de 2015.

fim de manter as boas relações com a França, o governo aceitou a solicitação francesa, permitindo que, em caráter de excepcionalidade, seis barcos lagosteiros realizassem a pesca da lagosta em águas brasileiras. Findo o prazo de doze dias concedidos, o governo brasileiro comunicou que as embarcações não mais estavam autorizadas a explorarem a pesca da lagosta na região. Conforme esclarece Lessa,

não se conformou o Governo Francês com o termo da autorização, pretendendo que a mesma devesse estender-se pela duração normal que atribuía à campanha de pesca, a seu ver de seis semanas. Não atentava a que: a) a autorização tivera caráter excepcional; b) o Brasil fôra posto diante de um fato consumado, uma vez que os seis lagosteiros já se encontravam próximos de seu litoral; c) no prazo, pretendido pelos franceses para a campanha de pesca, estavam incluídos os dias de viagem de ida e volta dos barcos.²⁰⁴

Foi quando o governo francês enviou um contratorpedeiro para águas brasileiras, disposto a cerca de 120 milhas da costa, fora das águas brasileiras, a fim de assegurar que as atividades de pesca da lagosta das embarcações francesas não fossem cessadas. De acordo com Túlio de Souza Muniz,

a “guerra da lagosta” transferiu para o Atlântico Sul o ímpeto colonial francês arrefecido em África, ativando o Dispositivo Pós-Colonial (o DPC), baseado num “pretexto” convincente que o amparasse. O “pretexto francês” – nunca comprovado – era de que a lagosta migrava do Atlântico Norte para o Atlântico Sul, e portanto os armadores franceses poderiam capturá-la onde quer que fosse. Isso bastou para que se justificasse a mobilização da diplomacia e da Marinha francesas.²⁰⁵

O Itamaraty comunicou à imprensa brasileira o ocorrido e enviou instruções para o embaixador brasileiro em Paris para que solicitasse uma audiência com o presidente De Gaulle a fim de tratar o caso diretamente com o presidente da República. O governo francês

²⁰⁴ LESSA, Antonio Carlos, A Guerra da Lagosta e outras guerras: conflito e cooperação nas relações França Brasil (1960/1964). Cena Internacional. P. 115. Disponível em <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5242/1/ARTIGO_GuerraLagostaOutrasGuerras.pdf> . Acessado em 27 de outubro de 2015.

²⁰⁵ MUNIZ, Túlio de Souza. A “Guerra da Lagosta”: um Laboratório para o Golpe Militar de 1964 e suas Abordagens na Imprensa Regional. *Brasiliiana – Journal for Brazilian Studies*. Vol. 2, n.2 (Nov 2013). P. 353. Disponível em <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB0QFjAAahUKEwujmsH75OHIAhWGI5AKHYiJBK8&url=http%3A%2F%2Fojs.statsbiblioteket.dk%2Findex.php%2Fbras%2Farticle%2Fdownload%2F8029%2F13321&usg=AFQjCNHNAI2a2xyjMMyt4PKF5-MbDysG7A&sig2=T1O3mgu6FnZIoXbRbVR2-A>>. Acessado em 27 de outubro de 2015.

propôs, então, uma nova rodada de discussões diplomáticas. No entanto, conforme aponta Lessa, “*com efeito, o envio de uma belonave francesa às águas adjacentes à plataforma continental foi entendido pelos brasileiros como um gesto que indispunha os dois governos a qualquer entendimento*”²⁰⁶. O governo, em plena época de carnaval, pressionado pela imprensa, pela opinião pública, por associações de pesca, sindicatos de armadores e por grupos políticos locais, mobilizou a Marinha de Guerra para as águas nordestinas, a fim de impedir que a exploração da pesca lagosteira não autorizada das embarcações continuasse. Conforme afirmou Orestes Piermatei Filho,

a chegada da Esquadra brasileira à cena de ação, apesar da impossibilidade de se vencer qualquer guerra contra a França, mudou o curso dos acontecimentos, dando clara indicação à França de que o Brasil não aceitaria a situação, o que permitiu que a disputa fosse para o foro diplomático adequado.²⁰⁷

Diante de um agravamento da situação que poderia ocasionar uma guerra entre os dois países, ambos os lados concordaram em desmobilizar seus efetivos militares deslocados para o Nordeste e voltaram a discutir a questão da pesca da lagosta em canais diplomáticos. O governo francês reforçava o apoio às atividades das embarcações lagosteiras francesas em águas brasileiras, alegando que, por a lagosta saltar para se locomover, deveria ser considerada um peixe, como espécie da massa d’água e não como espécie do solo marinho. De acordo com Rodrigo Fernandes More,

o Brasil venceu a disputa diplomática com a França em um episódio que passou para a história marcado pela inteligência e presença de espírito do comandante (depois, almirante) Paulo de Castro Moreira da Silva (1919-1983), oceanógrafo e consultor do Brasil nos debates com a França, que sentenciou com ironia: “Ora, estamos diante de uma argumentação interessante: por analogia, se a lagosta é um peixe porque se desloca dando saltos, então o canguru é uma ave”.²⁰⁸

²⁰⁶ LESSA, Antonio Carlos, A Guerra da Lagosta e outras guerras: conflito e cooperação nas relações França Brasil (1960/1964). Cena Internacional. P. 116. Disponível em < http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5242/1/ARTIGO_GuerraLagostaOutrasGuerras.pdf> . Acessado em 27 de outubro de 2015.

²⁰⁷ PIERMATEI FILHO, Orestes. A Importância Estratégica de uma Força Naval para o Brasil. ECS Defesa. P. 5. Disponível em < <http://www.ecsdefesa.com.br/fts/IEFNB.pdf>> . Acessado em 27 de outubro de 2015.

²⁰⁸ MORE, Rodrigo Fernandes. Quando cangurus voarem: a declaração unilateral brasileira sobre direito de pesquisa além dos limites da plataforma continental – 2010. Revista de Direito Internacional, Brasília, v. 9, n. 1, p. 61-68, jan./jun. 2012. P. 62. Disponível em < <http://www.publicacoes.uniceub.br/index.php/rdi/article/view/1599/1572>> . Acessado em 27 de outubro de 2015.

Nas discussões diplomáticas, a argumentação dos franceses se concentrou na disputa sobre direitos de pesca em águas internacionais e a argumentação da comissão brasileira foi assessorada pelo almirante e oceanógrafo Paulo Moreira da Silva. Diante de seu argumento, a querela foi encerrada em favor do Brasil. De acordo com Lessa,

a Guerra da Lagosta constitui o último ato do espetáculo de incompreensão que caracterizou o bloqueio das relações franco-brasileiras. O episódio fixou os limites da incompreensão ao qual haviam se entregado as partes desde meados da década de cinquenta os governos dos dois países em suas relações bilaterais, contaminando, por extensão, os contatos entre as sociedades. Certamente que do conflito nenhuma das partes saiu vencedora. Os dois governos perderam muito do débil capital de confiança que fora longamente posto à prova desde meados da década de cinquenta, recurso precioso que deveria ter sido utilizado no encaminhamento das questões prementes que sufocavam o pleno desenvolvimento das relações bilaterais.²⁰⁹

Se por um lado, este episódio da história das relações internacionais estremeceu as relações políticas e diplomáticas entre Brasil e França; por outro, serviu como fio condutor para que o novo regime político-militar adotado no Brasil, em 1964, voltasse suas atenções para os limites da plataforma continental e para a defesa naval em águas jurisdicionais brasileiras. Embora a Marinha do Brasil não tivesse condições materiais de exercer poder sobre a área, a ampliação do mar territorial para 200 milhas marítimas em 1970, pelo presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) foi resultado desses esforços.

Discutimos até aqui, as percepções do Brasil com relação a França no período logo posterior à 2ª Guerra Mundial, no entanto, Nabuco de Araújo alerta que, os

relatórios do Itamaraty de 1945 a 1949 mostram, entretanto, que a França está longe de figurar entre os países com os quais o Brasil mantém relações comerciais e diplomáticas freqüentes. A representação diplomática francesa no Brasil é uma das mais reduzidas, sendo equivalente a da China e contando com apenas onze agentes consulares ao final do governo Dutra. Essa apatia da diplomacia francesa no Brasil é devido ao interesse cada vez maior na política européia: antes de começar uma política de expansão comercial, a França precisava afirmar suas posições

²⁰⁹ LESSA, Antonio Carlos. Os vértices marginais de vocações universais: as relações entre a França e o Brasil de 1945 a nossos dias. Revista Brasileira de Política Internacional. vol.43 no.2 Brasília July/Dec. 2000. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292000000200002&script=sci_arttext>. Acessado em 27 de outubro de 2015.

políticas ante a Alemanha e assim tranquilizar seus parceiros europeus.²¹⁰

Além disso, ao longo da segunda metade da década de 1940 e da de 1950, a França se envolveu em dois conflitos em suas antigas colônias: Na Indochina, entre 1946 e 1954, e na Argélia, entre os anos de 1954 e 1962. O episódio da Guerra da Lagosta seria mais uma frente de guerra que a França teria que abrir, desgastando ainda mais a política externa do país diante de um histórico aliado e parceiro estratégico.

Por De Gaulle voltar ao poder com a promessa de resgatar o prestígio e equiparar o poderio militar francês aos das principais potências mundiais da época, em especial, dos EUA, conforme afirma Regiane de Melo, este general

promoveu ampla reforma do aparato de defesa da França, com o propósito de dispor de um instrumento de intervenção coerente e forte do Estado, voltado exclusivamente para a criação de um sistema de produção de armamentos. Convencido da importância estratégica da arma nuclear, teve como prioridade dotar a França dos meios industriais e tecnológicos que possibilitassem a dissuasão nuclear (bomba nuclear e vetores associados; mísseis, submarinos e aviões de caça).²¹¹

De Gaulle entendeu assim, que para atender aos objetivos estratégicos do Estado, o ciclo de produção de um sistema de armas deveria ser gerenciado pelo Estado e, em cinco de abril de 1961, criou a *Délégation Ministérielle pour l'Armement* (Delegação Ministerial para o Armamento - DMA)²¹², cujas principais atividades eram dotar a França de uma força nuclear estratégica independente e de viabilizar programas capazes de sustentar as demandas militares das Forças Armadas francesas. De acordo com o *Comité pour l'Histoire de l'Armement* (Comitê para a História do Armamento),

a criação da DMA ocorreu em um momento em que a política geral da França está passando por mudanças profundas, tanto na

²¹⁰ ARAÚJO, Rodrigo Nabuco de. A influência francesa dentro do Exército brasileiro (1930 – 1964): declínio ou permanência? REVISTA ESBOÇOS Nº 20 — UFSC, P. 255. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2008v15n20p245/9524>> . Acessado em 12 de outubro de 2015.

²¹¹ MELO, Regiane de. Indústria de Defesa e Desenvolvimento. Estudo comparado França-Brasil. Tese, Doutorado, Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, em 2013. P.p. 71-72.

²¹² Em 1977, a DMA é transformada em Delegação Geral do Armamento (DGA) e, seis de outubro de 2009, passou a denominar-se Direção-Geral do Armamento (DGA). Ainda hoje, esta estrutura, vinculada ao Ministério da Defesa da França, mantém a dupla missão de dotar o País de uma força nuclear estratégica independente e de viabilizar programas capazes de sustentar as demandas militares das Forças Armadas francesas.

política interna quanto na política externa, como a política de armamento, a nível da política nuclear dos programas ditos clássicos e da política industrial e de compras, inclusive, nos seus aspectos internacionais.²¹³

A DMA nasceu, *a priori*, constituído por um corpo de Ciências Humanas. O *Comité pour l'Histoire de l'Armement* acrescenta que, “*as ciências sociais são procuradas para ajudar a construir modelos de previsão e ações futuras, que não são baseados apenas em dados mais económicos*”²¹⁴.

Em quatro de abril de 1964, De Gaulle criou outro instrumento para gerenciar as atividades militares francesas: o *Service de la Surveillance Industrielle de l'Armement* (Serviço de Supervisão Industrial do Armamento - Siar), cuja principal atividade era supervisionar a produção de armamentos. Bertrand Warusfel esclarece que, a partir de 1968, a DMA passou a incorporar um corpo próprio de militares, como engenheiros de armamentos. A partir de 1970, outros corpos militares também seriam incorporados à DMA, como os engenheiros navais.²¹⁵ Embora as Forças Armadas francesas, nesta época, já estivessem envidando esforços na construção de armamentos, como o teste da primeira bomba nuclear francesa, em 1960, foi na gestão de De Gaulle que, foi implementada na França uma base industrial e tecnológica de defesa. Conforme elucidada Regiane de Melo,

o General de Gaulle adotou diversas medidas destinadas a dotar a França de toda a infraestrutura necessária para sua independência tecnológica e de capacitação militar. Destacam-se as obras de modernização do arsenal da cidade de Cherbourg e a construção do estaleiro nuclear de l'Ile Longue, na cidade de Brest. De Gaulle criou o centro de pesquisa do Comissariado de Energia Atômica (Commissariat à l'Energie Atomique [CEA]) e o Centro Nacional de Estudos Espaciais (Centre National d'Etudes Spatiales [CNES]), além de centros de testes nucleares no deserto do Saara e no Pacífico.²¹⁶

²¹³ [S/A] *Les origines de la Délégation générale pour l'armement*. Centre Des Hautes Études de L'Armement. 2002. P. 53. Disponível em <http://www.cannes-aero-patrimoine.net/pdf/DGA_origines.pdf>. Acessado em 29 de outubro de 2015.

²¹⁴ [S/A] *Les origines de la Délégation générale pour l'armement*. Centre Des Hautes Études de L'Armement. 2002. P. 48. Disponível em <http://www.cannes-aero-patrimoine.net/pdf/DGA_origines.pdf>. Acessado em 29 de outubro de 2015.

²¹⁵ WARUSFEL, Bertrand. *La Réforme des Structures et des Méthodes de la Délégation Générale pour l'Armement*. Revue DROIT ET DÉFENSE - 97/ 1 p. 50. Disponível em <http://www2.droit.parisdescartes.fr/warusfel/articles/orgDGA_warusfel97.pdf>. Acessado em 28 de outubro de 2015.

²¹⁶ MELO, Regiane de. Indústria de Defesa e Desenvolvimento. Estudo comparado França-Brasil. Tese, Doutorado, Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, em 2013. P. 73.

Como já discutido, De Gaulle se tornou um dos mais prominentes defensores da guerra de mobilidade na França, com emprego maciço de carros de assalto, contrariando os defensores da guerra de trincheiras e da Linha Maginot, como o próprio general Gamelin, chefe da MMFI no Brasil. Muitas das empresas militares terrestres, oriundas ainda dos tempos da 1ª e da 2ª Grandes Guerras, na gestão de De Gaulle foram reconvertidas, reagrupadas ou fechadas, produzindo novas e modernas famílias de carros de assalto leves e pesados. De Gaulle incentivou a criação de novas empresas militares terrestres como o *Groupement Industriel des Armements Terrestres* (Giat), fundado em 1971. Regiane de Melo acrescenta que,

quanto às capacidades industriais, de Gaulle promoveu amplo processo de fusões e de nacionalizações, que resultou na criação de grandes empresas nacionais, todas estatais (arsenais, estabelecimentos públicos, sociedades de Estado), com a exceção da Dassault (aeronáutica). Favoreceu também a constituição, pela iniciativa privada, de um complexo industrial de pequenos fornecedores de equipamentos. O governo francês priorizou a consolidação de grandes “campeões nacionais” em torno das seguintes empresas, por nichos tecnológicos (...).²¹⁷

Diversas empresas militares receberam incentivos do Estado para surgirem e/ou se fortalecerem a partir da gestão de De Gaulle, como a *Direction des Constructions Navales* (DCN). Da implantação do Programa Nuclear Militar Francês, conduzida por De Gaulle, nasceu o *Le Redoutable*, em 1967, e da fundação da *Société Nationale Industrielle Aérospatiale* surgiram aeronaves de asa fixa e rotativas, mísseis e vetores espaciais.

Como foi detalhado anteriormente, o governo francês tinha ciência da concorrência desproporcional que, desde 1942, os EUA realizavam no mercado de defesa brasileiro. Assim, conforme os diplomatas André Normand e seu sucessor na embaixada, Henri Lemond, foi necessário estudar a política externa dos EUA e explorar seus limites. Desse modo, atuariam em áreas em que os EUA não ofereceriam quase ou nenhuma concorrência.

²¹⁷ MELO, Regiane de. Indústria de Defesa e Desenvolvimento. Estudo comparado França-Brasil. Tese, Doutorado, Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, em 2013. P. 73.

3.2 – A Escola Superior de Guerra e a Guerra Revolucionária

Como já foi mencionado, desde o início do século XX, havia correntes de pensamento no seio das Forças Armadas brasileiras que sofreram influências alemã, francesa e estadunidense. Da mesma forma que a derrota da Alemanha na 1ª Grande Guerra não impediu que sua influência fosse sentida entre os militares brasileiros, a vitória dos EUA na 2ª Grande Guerra não impediu que as ideias alemãs e francesas também moldassem a mentalidade militar brasileira na Guerra Fria (1945-1991). Francisco Ferraz defende que

a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, ao lado das forças norte-americanas, foi um divisor de águas na história das Forças Armadas brasileiras. Foi uma experiência que, de várias maneiras, jamais seria esquecida pelos seus integrantes. Em primeiro lugar, a experiência de combate para seus membros foi de fundamental importância para mudar a mentalidade militar brasileira, tanto em termos de doutrina militar (mudança da postura militar defensiva para ofensiva) quanto em termos de direcionamento político, com os oficiais da Força Expedicionária Brasileira (FEB) liderando, a partir de então, a tentativa de acrescentar a agenda da defesa hemisférica interamericana à sua consolidada tradição de envolvimento político.²¹⁸

Desde a instauração do Estado Novo, a indicação de militares para ocupar cargos no governo autoritário contribuiu tanto no processo de politização no Exército Brasileiro quanto na formulação de uma política do Exército Brasileiro²¹⁹. No Estado Novo, militares foram nomeados para direções do Conselho Nacional do Petróleo, Companhia Siderúrgica Nacional, Conselho Nacional de Minas e Metalurgia, Conselho Nacional de Águas e Energia, que, segundo o brasilianista Frank McCann, conferiu a estes militares

experiências variadas, como administradores, negociadores, planejadores e líderes de combate, o que aumentou o conhecimento dos oficiais das forças políticas e econômicas e dos métodos

²¹⁸ FERRAZ, Francisco Cesar. Relações entre civis e militares no Brasil: um esboço histórico. Hist. Ensino, Londrina, vA, p. 115-137, out. 1998. P. 122. Disponível em <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/viewFile/12500/10963>>. Acessado em 19 de outubro de 2015.

²¹⁹ FERRAZ, Francisco Cesar. Relações entre civis e militares no Brasil: um esboço histórico. Hist. Ensino, Londrina, vA, p. 115-137, out. 1998. P. 121. Disponível em <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/viewFile/12500/10963>>. Acessado em 19 de outubro de 2015.

tecnológicos, fazendo com que se comprometessem como nunca com o desenvolvimento nacional²²⁰.

Além disso, a participação do Brasil na 2ª Guerra Mundial deixou um legado para os militares brasileiros que, comparado às demais influências estrangeiras nas Forças Armadas brasileiras, seria difícil imaginar concorrência. As belonaves novas cedidas através do *Lend & Lease*, as instruções e estágios realizados nas escolas militares estadunidenses, a visita do presidente Franklin Delano Roosevelt ao Brasil, a criação da FEB, as comissões militares Brasil-EUA em Washington e no Rio de Janeiro, a vitória aliada no terreno europeu contra inimigos de tradição de superioridade bélica, o *American way of life*, etc foram forças-motrizes que inspiraram militares brasileiros a se envolverem cada vez mais na vida política do País. Diante deste cenário, os EUA despontavam no imaginário coletivo de militares como a potência que auxiliaria o Brasil no seu desenvolvimento.

Inspirado nos modelos de escolas militares estadunidenses, por meio da Lei Nº 785, de 20 de agosto de 1949, a Escola Superior de Guerra foi criada como “*instituto de altos estudos, subordinado diretamente ao Chefe do Estado Maior das Fôrças Armadas e destinado a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para o planejamento da segurança nacional*”²²¹. De acordo com Nilo Dias de Oliveira, a ESG “*seguiu a tendência internacional no período da Guerra Fria que levou a Inglaterra, França e Estados Unidos a criarem estabelecimentos destinados ao preparo de suas nações para uma política de guerra integrada contra o comunismo liderado pela Rússia*”²²². Os militares e boa parte da elite brasileira sentiram a necessidade de que no País existisse uma instituição militar que se preocupasse com as questões nacionais, tanto na esfera da segurança, quanto na esfera do desenvolvimento. René Armand Dreifuss sustentava que a criação da ESG estava vinculada à ideologia estadunidense de combater o comunismo. De acordo com Dreifuss,

a ESG incorporou em solo brasileiro as idéias e as atitudes maniqueístas dominantes no cenário internacional da Guerra Fria. Como uma instituição, a ESG encorajou dentro das Forças Armadas normas de desenvolvimento associado e valores

²²⁰ MCCANN, Frank. A Nação Armada: Ensaio sobre a história do Exército Brasileiro. Recife: Editora Guararapes, 1982. P. 103.

²²¹ Lei Nº 785, de 20 de agosto de 1949.

²²² OLIVEIRA, Nilo Dias. Os primórdios da doutrina de segurança nacional: a escola superior de guerra. História V.29 Nº.2. Franca, São Paulo. Dezembro de 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742010000200008&script=sci_arttext>. Acessado em 19 de outubro de 2015.

empresariais, ou seja, um crescimento cujo curso industrial foi traçado por multinacionais e um Estado guiado por razões técnicas e não políticas.²²³

Realizando estudos que resolvessem os problemas do desenvolvimento socioeconômico, os militares estariam assegurando a ordem e o progresso. Assim, em função da conscientização militar de que o Brasil deveria exercer um papel estratégico interna e externamente, a ESG foi criada pelo governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951).

Os militares e civis que na ESG desenvolviam seus estudos e promoviam discussões passaram a absorver conhecimentos multidisciplinares que influenciaram diretamente suas visões de mundo e o próprio pensamento estratégico nacional. Os civis que eram convidados a fazer parte dos quadros de estudos desta escola exerciam funções chave na economia nacional. De acordo com Maria Celina D'Araújo e Celso Soares, “*os civis eram voluntários, mas aceitos pela sua qualificação profissional, pelas funções que exerciam na vida nacional, na indústria, no comércio ou no próprio governo, inclusive no Itamarati (sic).*”²²⁴ As aulas eram ministradas também por oficiais estrangeiros, em especial, estadunidenses, os quais colaboraram e exerceram influências sobre a Escola e os seus programas de trabalho. Foi nesta Escola, que além de estudos de Geopolítica, Estratégia e Relações Internacionais, o conceito de guerra revolucionária passou a ser estudado e adotado pela elite militar e civil brasileira.

Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), criado em 1961, foi um dos instrumentos utilizados pelos civis e militares pertencentes ao corpo da ESG para preparar o país para a intervenção militar na década de 1960. Conforme elucidou Dreiffus, o Ipes era “*uma organização de classe que reunia a elite orgânica do novo bloco de poder e que expressava, integralmente, a ideologia subjacente aos interesses financeiro-industriais multinacionais e associados*”²²⁵. Este Instituto era a instituição por meio da qual os empresários preparavam documentos, seminários e filmes, que eram disseminados nas empresas, nos grêmios estudantis e nos sindicatos, para influenciar a sociedade brasileira a receber com passividade a ideologia intervencionista. Conforme afirma a jornalista Denise Assis, “*a propaganda massiva e cientificamente preparada por aquele Instituto durante dois anos, hoje se sabe, pavimentou a queda do governo de Jango*”²²⁶.

²²³ DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 79.

²²⁴ D'ARAÚJO, Maria Celina. CASTRO, Celso. (Org) Geisel. Rio de Janeiro: FGV, 1997. P. 108.

²²⁵ DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 482.

²²⁶ ASSIS, Denise. Propaganda e cinema a serviço do Golpe (1962-1964). Rio de Janeiro: Mauad. FAPERJ, 2001. p. 22.

A crise econômica que o Brasil vivenciava na década de 1960 associada à alegada possibilidade de que o presidente João Goulart (1961-1964) promovesse um golpe comunista no Brasil fez com que parte do oficialato militar e parte da elite empresarial brasileira colocassem em prática o planejamento estratégico discutido e disseminado a partir dos estudos realizados na ESG. Este planejamento foi compilado por Golbery do Couto e Silva (1911-1987) e transformado em livro, em 1981, pela Universidade de Brasília (UnB). É possível afirmar que Golbery foi um dos principais teóricos no processo de intervenção militar em 1964. A maior parte dos generais que presidiram o Brasil compartilhava estudos e experiências com Golbery, em especial, o general Ernesto Geisel, os quais, geralmente, realizavam trabalhos e exercícios juntos na ESG. Nesta compilação, Golbery buscou fomentar discussões e disseminar estudos, embora marcadamente ideológicos, sobre o conceito estratégico nacional. Para ele, o Poder Nacional era definido pela soma dos poderes político, econômico, psicossocial e militar.

As tensões políticas que caracterizaram o período posterior ao fim da 2ª Grande Guerra, permitiram o surgimento de novas abordagens teóricas de acordo com bases ideológicas para o conceito de guerra irregular.

Em 1958, o coronel francês Gabriel Bonnet publicou o livro *Guerras Insurrecionais e Revolucionárias*, o qual se tornou uma das obras mais difundidas nas escolas militares da época, sendo, inclusive, publicado pela Biblioteca do Exército (Bibliex), em 1963, cuja apresentação é feita pelo general Carlos de Meira Mattos. De acordo com esta obra, o que diferenciava guerra insurrecional de guerra revolucionária, é que esta era de inspiração marxista-leninista e a primeira era desprovida de motivação ideológica. De acordo com os preceitos lançados nesta obra, somente um exército revolucionário seria capaz de enfrentar a ameaça destes novos tipos de guerra irregular. A experiência francesa na Argélia, massacrando a guerrilha, em 1957, com total liberdade de ação autorizada pelo governo francês, foi a solução para os problemas decorrentes a partir do insucesso do exército francês na Indochina, em 1954. De acordo com Martins Filho, para o coronel Bonnet, “*o conflito indochinês provou ao mundo que os métodos e os meios de guerra clássicos são tão desprovidos de valor quanto moeda falsa*”²²⁷.

O coronel Augusto Fragoso, em maio de 1959, proferiu uma palestra intitulada *Introdução ao estudo da guerra revolucionária* para o curso de Estado-Maior e Comando da

²²⁷ BONNET, Gabriel. *Guerras insurrecionais e revolucionárias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1963, p.230. In: MARTINS FILHO, João Roberto. *A conexão francesa: da Argélia ao Araguaia** *Varia História*. Belo Horizonte, vol.28, n 525 o 48. jul/dez 2012. P. 525. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/vh/v28n48/03.pdf> >. Acessado em 20 de outubro de 2015.

ESG, no Rio de Janeiro. De acordo com João Roberto Martins Filho, esta palestra foi fruto aparentemente de seus próprios estudos diretos da produção francesa, que evidentemente começaram algum tempo antes. Maria Celina Soares D'Araújo destaca as palavras do general Octavio Costa:

Neste momento, estávamos profissionalmente perplexos, sem saber que direção tomar. [...] Então começamos, a literatura militar francesa [...] começa a formular um novo tipo de guerra. Era a guerra infinitamente pequena, a guerra insurrecional, a guerra revolucionária. [...] Isso entrou pelo canal da nossa ESG, e foi ela que lançou as ideias sobre as guerras insurrecional e revolucionária e passou a nelas identificar o quadro da nossa própria possível guerra. Para nós ainda não havia guerra nuclear, a guerra convencional já estava ultrapassada. Mas havia uma guerra que nos parecia estar aqui dentro. [...] Isso tudo contribuiu para a formulação da nossa própria doutrina da guerra revolucionária, que resultou no movimento militar de 64.²²⁸

Rodrigo Nabuco de Araújo e Richard Marin endossam o general Octavio Costa afirmando que,

a difusão do pensamento francês [no Brasil] é garantida pelos adidos militares e pelas missões francesas; no seio do Exército a ação dos agentes franceses é reforçada por oficiais brasileiros que mantêm relações pessoais com os serviços consulares deste país. Podemos destacar Odílio Denis, Aurélio de Lira Tavares e Alfredo Souto Malan, os dois últimos são antigos alunos da Escola Superior de Guerra de Paris, organizam conferências, debates e abrem novas perspectivas para a difusão do pensamento francês.²²⁹

Em razão da derrota do Exército francês na Indochina e da eclosão da rebelião na Argélia, acreditava-se que a doutrina militar francesa não estava preparada para enfrentar o

²²⁸ D'ARAUJO, Maria Celina S. Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. P.p. 77-78. In: MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. Revista Brasileira de Ciências Sociais, V. 23, Nº 67. São Paulo. Junho de 2008. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092008000200004&script=sci_arttext>. Acessado em 16 de outubro de 2015.

²²⁹ NABUCO DE ARAÚJO, Rodrigo. MARIN, Richard. Guerra revolucionária: afinidades eletivas entre oficiais brasileiros e a ideologia francesa (1957 – 1972). Institut Pluridisciplinaire pour les Etudes sur l'Amérique Latine à Toulouse, Université de Toulouse. P.p. 5-6. Disponível em < https://www.academia.edu/7308730/A_guerra_revolucionaria_do_exercito_frances_no_Brasil>. Acessado em 27 de outubro de 2015.

novo tipo de guerra. Desta forma, antes mesmo da Revolução em Cuba, em 1959, a França já havia adotado o modelo de guerra revolucionária em seu Exército.

De acordo com Nabuco de Araújo e Marin, o coronel Charles Lacheroy, Comandante do *Centre Militaire d'Information et de Spécialisation pour l'Outre-Mer*, em 1957, escreveu na *Revue Militaire d'Information*:

na Indochina, no Marrocos, na Tunísia, o Exército francês se deparou diretamente com adversários que conduziam uma guerra revolucionária. Desta forma ele foi levado a refletir sobre esse modo de guerra cujos perigos são conhecidos tanto para a nação quanto para o mundo livre.²³⁰

Estes autores esclarecem que o índice de publicações anteriores que encontraram no final da revista apontava um importante movimento intelectual em torno do conceito de Guerra Revolucionária, atestando o surgimento de uma verdadeira escola de pensamento²³¹. Nabuco de Araújo e Marin acrescentam ainda que, de acordo com as ideias do coronel francês Lacheroy,

o aspecto mais importante da guerra revolucionária é a psicologia do combate e da população, levando em conta os aspectos ideológicos da ação e do moral dos combatentes. A través da observação e da análise do comportamento inimigo os oficiais franceses manifestavam uma certa admiração pela capacidade militar de seus adversários vietminhs que souberam vencer mesmo dispendo de equipamentos menos sofisticados e de exércitos irregulares.²³²

No modelo de guerra importado dos EUA para autores como o padre Joseph Comblin, *“os setores militares [brasileiros] que apoiaram os golpes aparecem como uma simples*

²³⁰ NABUCO DE ARAÚJO, Rodrigo. MARIN, Richard. Guerra revolucionária: afinidades eletivas entre oficiais brasileiros e a ideologia francesa (1957 – 1972). Institut Pluridisciplinaire pour les Etudes sur l'Amérique Latine à Toulouse, Université de Toulouse. P. 3. Disponível em <https://www.academia.edu/7308730/A_guerra_revolucionaria_do_exercito_frances_no_Brasil>. Acessado em 27 de outubro de 2015.

²³¹ NABUCO DE ARAÚJO, Rodrigo. MARIN, Richard. Guerra revolucionária: afinidades eletivas entre oficiais brasileiros e a ideologia francesa (1957 – 1972). Institut Pluridisciplinaire pour les Etudes sur l'Amérique Latine à Toulouse, Université de Toulouse. P. 4. Disponível em <https://www.academia.edu/7308730/A_guerra_revolucionaria_do_exercito_frances_no_Brasil>. Acessado em 27 de outubro de 2015.

²³² NABUCO DE ARAÚJO, Rodrigo. MARIN, Richard. Guerra revolucionária: afinidades eletivas entre oficiais brasileiros e a ideologia francesa (1957 – 1972). Institut Pluridisciplinaire pour les Etudes sur l'Amérique Latine à Toulouse, Université de Toulouse. P. 4. Disponível em <https://www.academia.edu/7308730/A_guerra_revolucionaria_do_exercito_frances_no_Brasil>. Acessado em 27 de outubro de 2015.

marionete ideológica, sem história política ou capacidade de gerar seus próprios mitos, doutrinas ou ideologias”²³³. Assim como Comblin, João Roberto Martins Filho também desconstrói a tese de que conceitos como guerra revolucionária e segurança nacional tenham sido conceitos meramente importados dos EUA. De acordo com Martins Filho,

há alguns problemas básicos nesse tipo de explicação. Em primeiro lugar, ela parte de uma definição excessivamente genérica do ideário da segurança nacional, tanto na forma como foi construído nos Estados Unidos, no início da Guerra Fria, como na forma que tomou nas escolas de guerra de países como Brasil e Argentina. Além disso, essa análise tende a perder especificidades nacionais dos processos de construção do golpismo militar, as quais tiveram consequências importantes na própria configuração das ditaduras que se seguiram. Assim, tudo se passa como se a importação da ideologia da segurança nacional, cuja coesão interna tivesse sido garantida pela doutrina que lhes deu origem.²³⁴

Nabuco de Araújo vai além de Comblin e Martins Filho, ao afirmar que a MMF no Brasil havia deixado um legado permanente no Exército Brasileiro e que a França deveria atuar no campo doutrinário militar brasileiro, área em que os EUA não haviam exercido tanta influência²³⁵. Somente a partir da década de 1960 é que os Estados Unidos reconheceram a insurreição subversiva como principal forma de conflito político militar e dispuseram campanha e meios para enfrentá-lo. A França desde a década de 1950 havia elaborado uma análise comportamental do esteriótipo de um inimigo interno, subversivo, terrorista e apoiado em ideias comunistas. Ao atribuir a introdução do conceito de guerra revolucionária à formulação da Doutrina de Segurança Nacional, Maud Chirio argumenta que, por as perspectivas de guerra convencional e guerra nuclear não se adaptar a realidade geopolítica

²³³ Comblin é professor de teologia em Havard e publicou originalmente o livro “A ideologia da segurança nacional”, em 1977. In: MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. Revista Brasileira de Ciências Sociais, V. 23, Nº 67. São Paulo. Junho de 2008. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092008000200004&script=sci_arttext>. Acessado em 16 de outubro de 2015.

²³⁴ MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. Revista Brasileira de Ciências Sociais, V. 23, Nº 67. São Paulo. Junho de 2008. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092008000200004&script=sci_arttext>. Acessado em 16 de outubro de 2015.

²³⁵ ARAÚJO, Rodrigo Nabuco de. A influência francesa dentro do Exército brasileiro (1930 – 1964): declínio ou permanência? REVISTA ESBOÇOS Nº 20 — UFSC, P. 268. Disponível em < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2008v15n20p245/9524>> . Acessado em 27 de outubro de 2015.

brasileira e por vários oficiais generais brasileiros terem sido discípulos da MMF, o Brasil constituía assim, a porta de entrada das teorias e técnicas francesas de luta antissubversiva.²³⁶

De acordo com Enjolras José de Castro Camargo, as características da Guerra Revolucionária eram: subversiva, na qual visava destruir os princípios morais, pilares da sociedade, universal, em que todos os países do mundo se tornam alvos, indivisíveis, em que só existe um único movimento comunista internacional, permanente, na qual as atividades deste tipo de guerra não param de agir, total, na qual busca atingir todos os indivíduos, e indispensável, concepção segundo a qual, sem o Império comunista no mundo, a sobrevivência do comunismo fica comprometida.²³⁷ Além destas características, Castro Camargo elencou as principais atividades características da Guerra Revolucionária: desmoralização de autoridades governamentais, partidos políticos, chefes militares, corrupção, buscando aliciar cúmplices que, naturalmente, seriam eliminados após a vitória político-partidária, intoxicação, distorcendo políticos neutros com meias-verdades; dissolução, desagregando a organização social através de greves, tumultos populares e terrorismo seletivo, ou seja, eliminar pessoas capazes de manter a população obediente à ordem legal, intimidação, submetendo a população a um estado de caos, insegurança e terror, e a eliminação, aniquilando, deportando e/ou promovendo deportações em massa²³⁸.

Para combater os ditos subversivos, era necessário que os militares usufríssem de seus próprios métodos, em uma guerra psicológica e sem escrúpulos. De acordo com Martins Filho,

se os marxistas propunham uma guerra total, seus inimigos não deveriam hesitar em combatê-los da mesma forma. A nova guerra não admitia negociação, nem compromisso e exigia a abolição das formalidades legais dos regimes democráticos e de qualquer noção de respeito aos direitos humanos. No extremo, implicava na completa desumanização do inimigo.²³⁹

A contrarrevolução foi uma ação intervencionista planejada por militares e civis e significou uma nova interpretação da Guerra Revolucionária, à medida que a ESG oferecia os subsídios doutrinários. Martins Filho, ao citar Augusto Frago afirma que,

²³⁶ CHIRIO, Maud. A Política nos Quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. P. 21.

²³⁷ CAMARGO, Enjolras José de Castro. Estudo de problemas brasileiros. Rio de Janeiro: Bibliex, 1979. P. 99.

²³⁸ CAMARGO, Enjolras José de Castro. Estudo de problemas brasileiros. Rio de Janeiro: Bibliex, 1979. P.p. 100-101.

²³⁹ MARTINS FILHO, João Roberto. A conexão francesa: da Argélia ao Araguaia* Varia História. Belo Horizonte, vol.28, n 525 o 48. jul/dez 2012. P. 526. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/vh/v28n48/03.pdf> >. Acessado em 20 de outubro de 2015.

Em 1958 o Estado-Maior da Armada publicou o fascículo Alguns estudos sobre a guerra revolucionária, coletânea de quatro artigos traduzidos da Revue Militaire d'Information e um da Revue de Defense Nationale e a Escola de Comando e Estado Maior do Exército o Relatório do Seminário de Guerra Moderna. Em maio de 1959, o coronel Augusto Fragoso pronunciou na Escola Superior de Guerra extensa palestra sobre o tema, citando ampla bibliografia da GR. Em setembro do mesmo ano, ato do Chefe do Estado-Maior do Exército nomeava uma comissão para estudar a programação e a coordenação da instrução sobre guerra moderna com ênfase na guerra insurrecional.²⁴⁰

Estas constituiriam as primeiras evidências da adoção de conceitos, como Guerra Revolucionária, Guerra Subversiva e Guerra Psicológica na ESG. Em 1961, documento do Estado-Maior das Forças Armadas (Emfa) definiu Guerra Revolucionária como

guerra interna, de concepção marxista-leninista e de possível adoção por movimentos revolucionários diversos que – apoiados em uma ideologia, estimulados e, até mesmo, auxiliados do exterior – visam à conquista do poder através do controle progressivo, físico e espiritual, da população sobre que é desencadeada, desenvolvendo-se segundo um processo determinado, com a ajuda de técnicas particulares e da parcela da população assim subvertida.²⁴¹

Além de militares reproduzirem estes conceitos nas escolas militares de altos estudos, como a ESG e a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme), em janeiro de 1963, o presidente da União Democrática Nacional (UDN), deputado Bilac Pinto, pronunciou estes conceitos no Congresso Nacional. Ou seja, antes mesmo da intervenção militar de 1964, os conceitos franceses já estavam consolidados nos discursos de autoridades militares e da elite brasileira.

Em 2001, o militar francês Aussaresses Paul publicou um livro de memórias intitulado *Services Spéciaux Algérie 1955-1957 Mon témoignage sur la torture*, no qual detalhou como atuavam os militares que combatiam os insurgentes argelinos entre os anos de 1955 e 1957,

²⁴⁰ MARTINS FILHO, João Roberto. A conexão francesa: da Argélia ao Araguaia* Varia História. Belo Horizonte, vol.28, n 525 o 48. jul/dez 2012. P. 528. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/vh/v28n48/03.pdf> >. Acessado em 20 de outubro de 2015.

²⁴¹ MARTINS FILHO, João Roberto. A conexão francesa: da Argélia ao Araguaia* Varia História. Belo Horizonte, vol.28, n 525 o 48. jul/dez 2012. P. 529. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/vh/v28n48/03.pdf> >. Acessado em 20 de outubro de 2015.

na então guerra psicológica, e como operavam ações clandestinas, como colocação de bombas, saboragens e eliminação de inimigos. A fim de reconstruir as relações políticas, tecer a rede de informações no Brasil e flexibilizar o mercado de defesa brasileiro, Aussaresses Paul foi acionado pela diplomacia francesa para atuar no Brasil. Luciano Felipe dos Santos argumenta que, *“para os franceses, portanto, Aussaresses, significava uma oportunidade de negócios. Para os brasileiros, por sua vez, seu histórico na Indochina e na Argélia carimbavam-no como homem de grande interesse, daí seus cursos na EsNI e no CIGS”*²⁴². Devido à conturbação político-social da década de 1960 que motivou a intervenção civil militar no país, depondo o presidente João Goulart, os articuladores desta intervenção julgaram que o Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI) que até então prestava serviços para o presidente deposto era de eficiência questionável. Assim, o general Golbery do Couto e Silva sugeriu ao presidente Castelo Branco, que apresentasse ao Congresso uma proposta de criar um novo serviço de informações brasileiro. Enfatiza-se assim que, tanto na Doutrina de Segurança Nacional, quanto na formação de pessoal do Serviço de Informação Nacional e de militares no Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS), a ideologia francesa de guerra revolucionária foi profundamente absorvida.

3.3 – Teóricos Franceses e a Estratégia Naval Brasileira

A adoção de concepções estratégicas navais exige estudos meticolosos da história da guerra no mar, dos teóricos que contribuíram na formulação de pensamentos estratégicos e na capacidade cognitiva de absorver ideias e inspirações. De acordo com Rui Otávio Bernardes de Andrade e Nério Amboni,

a base da formação da estratégia é a mente do estrategista, que dá forma aquilo que é feito, através de seu julgamento, intuição, criatividade, experiência adquirida, percepção da realidade e modelos mentais. A responsabilidade social pode vir à tona nas estratégias concebidas justamente devido aos processos mentais dos estrategistas, que podem criar uma estratégia muito valiosa e consistente, baseada em visão e valores.²⁴³

²⁴² SANTOS, Luciano Felipe dos. Paul Aussaresses: Um general francês na ditadura brasileira (um estudo de caso). Tese, Doutorado, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Social. P. 141. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-16012015-185607/pt-br.php>>

²⁴³ ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de. AMBONI, Nério. Estratégia de Gestão: processos e funções do administrador. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. P. 69.

Ao longo do século XIX, as estratégias navais adotadas pela Inglaterra foram fundamentais para a estruturação da Marinha Imperial de Guerra do Brasil. Além de receber navios e contratar oficiais ingleses para compor os quadros de trabalho da Marinha, estes oficiais ajudaram na construção da própria Marinha Imperial, no processo de integração territorial e no reconhecimento internacional do Brasil como Estado independente.

Diversas foram as escolas de pensamento estratégico que influenciaram na adoção de estratégias na Marinha de Guerra do Brasil, desde o século XIX. Em virtude dos grandes encorajados ingleses e dos recursos orçamentários insuficientes para montar forças navais adequadas, o ministro da Marinha da França, almirante Hyacinthe-Laurent-Théophile Aube (1886-1887), criou uma nova escola de pensamento estratégico, que ficou conhecida como *Jeune École*. Esta escola de pensamento influenciou a Marinha francesa no emprego de torpedeiros, velozes e de pequeno porte, armados com os novos torpedos autopropulsados, na multiplicação das bases francesas ao longo do litoral e na guerra de corso²⁴⁴ utilizando cruzadores ligeiros contra o tráfego marítimo inglês. Apesar do pouco tempo que este almirante ficou na pasta ministerial, “*pode influenciar de maneira direta a política de novos meios navais. Como de construção uma de suas primeiras medidas, determinou a construção de 14 cruzadores e 34 torpedeiros*”²⁴⁵. De acordo com João Paulo Soares Alsina Junior,

do ponto de vista defensivo, tratava-se de empregar meios flutuantes pequenos e rápidos, dotados principalmente de torpedos, aptos a lançar ataques inopinados, frequentemente à noite, contra a esquadra adversária. Do ponto de vista ofensivo, o fustigamento da marinha mercante adversária constituía um dos pilares da estratégia proposta pela *Jeune École*.²⁴⁶

Esta escola, ao defender o emprego de torpedos e embarcações menores e rápidas, impediria os bloqueios ingleses e obrigaria a Marinha Real britânica a defender seu tráfego, dispersando as suas forças.

Três situações podem ser elencadas que tornaram esta estratégia obsoleta: a disputa pelas colônias na África entre França e Inglaterra, obrigando os franceses a possuírem uma marinha com meios de maior peso, capaz de sustentar suas investidas coloniais, o surgimento

²⁴⁴ Guerra de corso era a estratégia de ataques esporádicos e múltiplos realizada por unidades navais operando isoladas, lançados contra o tráfego marítimo do inimigo, surpreendendo-o.

²⁴⁵ MATTOS, Leonardo Faria de. Uma “*Jeune École Brasileira*”. Escola de Guerra Naval. 2004. P. 4. Disponível em < <https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/cepe/ensaioCcLeonardoMattos.pdf> >. Acessado em 22 de outubro de 2015.

²⁴⁶ ALSINA JÚNIOR, João Paulo Soares. Rio-Branco, grande estratégia e o poder naval. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

do contratorpedeiro, armado com canhões e baterias secundárias e a publicação do livro *The Influence of Sea Power upon History, 1660-1783*, do almirante estadunidense Alfred Thayer Mahan, em 1890. De acordo com a teoria de Mahan, o domínio do mar traz vitórias na guerra e riquezas na paz. Este almirante desenvolveu sua teoria vislumbrando a projeção da Marinha estadunidense em todas as áreas marítimas do mundo. De acordo com Eli Alves Penha,

Mahan projetou uma marinha de guerra para os Estados Unidos, levando em conta a posição bio-oceânica do país e sua consequente vulnerabilidade, mas que poderia ser rapidamente transformada em vantagem, pois: “A distância que os separa das demais grandes potências é de algum modo uma proteção, mas é também uma armadilha. O motivo que dará aos Estados Unidos uma marinha está provavelmente agora sendo estimulado pelo istmo da América Central”.²⁴⁷

O poder marítimo seria fonte de riqueza e de poder das nações e era decorrente do domínio do mar. A posição geográfica, a configuração física e a extensão do território, a população, o caráter do povo e do governo constituiriam os fatores que, nesta teoria, condicionariam a direção do crescimento do poder naval de um país. De acordo com José Carlos de Araújo Neto, Mahan ressaltava que, “*para adquirir esse poder, é necessário possuir um forte comércio exterior, portanto, uma frota mercante e colônias, além de uma frota de guerra e bases navais para proteger as linhas de comunicação*”²⁴⁸. Mahan teceu sua teoria a partir dos estudos históricos navais dos séculos XVII e XVIII.

A MB acompanhava atentamente os debates internacionais, a fim de elaborar a sua própria Estratégia Naval. De acordo com Silvia Capanema Almeida,

o Brasil procurava se situar nesse debate e acompanhar a corrida armamentista dos países vistos como "mais avançados". Enquanto o pretendido "projeto naval" mal começava a ser discutido no Congresso e nos meios militares, as encomendas feitas a partir de 1896 se destinavam, em sua maior parte, aos grandes construtores europeus, como o grupo inglês Armstrong, os franceses Forges et Chantiers e a sociedade polonesa Vulcain.²⁴⁹

²⁴⁷ ALVES, Eli Penha. *Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul*. Salvador: EDUFBA, 2011. P. 75.

²⁴⁸ ARAÚJO NETO, José Carlos de. *Fundamentos da Formulação Estratégica do Programa de Reaparelhamento Naval Brasileiro de 1906*. Dossiês Militares. Revista Mestrado em História, Vassouras, V. 13, Nº 1. Jan/Jun de 2011. P.91. Disponível em <http://www.uss.br/pages/revistas/revistaMestradoHistoria/v13n12011/pdf/005_Fundamentos_formulcao_estrategica.pdf>. Acessado em 22 de outubro de 2015.

²⁴⁹ ALMEIDA, Silvia Capanema. A modernização do material e do pessoal da Marinha nas vésperas da revolta dos marujos de 1910: modelos e contradições. *Estudos Históricos*, vol.23 no.45 Rio de Janeiro Jan./June 2010.

Se, por um lado, a obsolescência do pensamento estratégico naval brasileiro gerava incertezas quanto à adoção de uma escola de pensamento estratégico; por outro, a rivalidade com a Argentina tornava urgente esta escolha. As relações entre Brasil e Argentina, ao longo do século XIX, podem ser caracterizadas por tensões, instabilidade estrutural e predomínio de rivalidades históricas, políticas, econômicas e socioculturais. Camila Cristina Ribeiro Luis aponta que “*a leitura da política externa baseava-se no fato de que o principal objetivo do Império era impedir a formação do Vice Reinado do Prata em torno de Buenos Aires, desequilibrando o poder regional favorável à estabilidade territorial do Brasil*”²⁵⁰. Do ponto de vista militar, a Argentina era o único país capaz de oferecer ameaça ao poderio que o Brasil exercia no hemisfério Sul no século XIX e início do século XX. De acordo com Francisco Fernando Monteoliva Doratioto,

nesse momento, o Brasil não tinha condições de evitar a alteração do *status quo* regional e de manter a hegemonia que desfrutara no Prata durante parte do século XIX. De fato, economicamente estava em inferioridade em relação à próspera Argentina, o mesmo ocorrendo no plano militar. A Argentina enfrentara, no final do século XIX, o auge das tensões com o Chile e, como consequência, estava bem armada, apesar de, em novembro de 1902, os *Pactos de Mayo*, assinados entre Santiago e Buenos Aires, congelarem as compras navais dos dois países, estabelecendo um clima de paz. Graças à lei do serviço militar obrigatório, de dezembro de 1902, a Argentina podia também mobilizar grande número de soldados. Enquanto isso, o Brasil estava quase desarmado, com sua Marinha de Guerra reduzida a proporções mínimas, devido aos distúrbios políticos ocorridos durante a “República das Espadas”.²⁵¹

Quanto aos debates internacionais sobre as teorias do almirante francês Théophile Aube e do almirante estadunidense Alfred Mahan, Alsina Júnior afirma que “*ambas contribuíram para emprestar plasticidade adicional aos planos de organização da Marinha*

Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862010000100007>. Acessado em 22 de outubro de 2015.

²⁵⁰ LUIS, Camila Cristina Ribeiro. Ao mar, navegar é preciso: o pensamento estratégico da Marinha vis-a-vis à política externa brasileira. 2013. 142 f. Dissertação (mestrado) - UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas, 2013. P. 48. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/96027>>.

²⁵¹ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. A política platina do Barão do Rio Branco. Revista Brasileira de Política Internacional, vol.43 no.2 Brasília July/Dec. 2000. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292000000200006&script=sci_arttext>. Acessado em 9 de março de 2017.

do Brasil. No entanto, é impossível desconhecer o forte viés mahaniano do pensamento dos formuladores navais do país”²⁵². Em 1906, a Marinha de Guerra do Brasil aprovou um ambicioso programa de reaparelhamento que priorizou o pensamento estratégico mahaniano e a aquisição de estaleiros ingleses de três encouraçados de aço. Sob a influência estadunidense, inspirado no *Naval War College*, com a finalidade de melhor qualificar os oficiais, em 1914, a Marinha de Guerra fundou a Escola de Guerra Naval (EGN). Conforme salienta Araújo Neto,

para os pensadores daquele período, a melhor defesa costeira ainda era uma esquadra, não porque as fortificações fossem inúteis, mas porque a destruição da esquadra inimiga é a melhor das defesas. Ou seja, um princípio fundamental da Defesa de Costas, não havia dúvidas, era a supremacia no mar. Contudo, como nenhum país está livre de um ataque surpresa, antes mesmo do início das hostilidades e, como nem todas as nações eram providas de grandes marinhas que as pusessem cobrindo a costa de toda e qualquer agressão, nenhum governo se escusou de assegurar à nação os meios de defesa que a prudência aconselhava.²⁵³

Assim sendo, o emprego de outros meios não foi desconsiderado pela Marinha de Guerra, atenta aos progressos tecnológicos pelos quais passavam as estratégias e meios navais da época. Assim sendo, neste Programa de Reaparelhamento Naval, a aquisição de três submarinos de estaleiros italianos também foi incluída. Conforme descrito em obra produzida pela FGV Projetos,

as embarcações foram encomendadas ao estaleiro Fiat – San Giorgio, em La Spezia, Itália. Em 1911, o Capitão-de-Corveta Filinto Perry foi nomeado chefe da subcomissão que deveria fiscalizar a construção dos três submersíveis que seriam trazidos para o Brasil, bem como estudar capacidades e os procedimentos relacionados ao emprego dos novos navios. Afinal, não bastava encomendar as novas armas, era preciso saber operá-las.²⁵⁴

²⁵² ALSINA JÚNIOR, João Paulo Soares. Rio-Branco, grande estratégia e o poder naval. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

²⁵³ ARAÚJO NETO, José Carlos de. Fundamentos da Formulação Estratégica do Programa de Reaparelhamento Naval Brasileiro de 1906. Dossiês Militares. Revista Mestrado em História, Vassouras, V. 13, Nº 1. Jan/Jun de 2011. P. 88. Disponível em <http://www.uss.br/pages/revistas/revistaMestradoHistoria/v13n12011/pdf/005_Fundamentos_formulacao_estrategica.pdf>. Acessado em 22 de outubro de 2015.

²⁵⁴ [S/A] 100 anos da Força de Submarinos do Brasil. Rio de Janeiro: FGV Projetos, 2014. P. 82

Apesar de, no início do século XX, algumas marinhas já disporem de submarinos, o emprego desta arma não foi considerado na obra de Mahan. Em 1912, o estrategista britânico Julian Stafford Corbett publicou a obra *Some principles of maritime strategy*. Ao contrário de Mahan, Corbett acompanhou bem de perto a revolução tecnológica na arte da guerra e nos teatros de operações, propondo o prolongamento da teoria clausewitziana para a guerra naval. De acordo com Renato Rangel Ferreira, Corbett defendia que, “*as marinhas são apenas um dos instrumentos disponíveis para que os Estados coloquem em prática uma única estratégia para atingir objetivos nacionais definidos pela política, o que deveria abranger tanto as forças do mar, como as de terra e as ações diplomáticas*”²⁵⁵. Este teórico afirmava que a guerra naval não podia se restringir ao lançamento de ofensivas, buscando o domínio do mar. Às Marinhas caberia possuir a capacidade de exercer e desfrutar do domínio alcançado, usando o mar em proveito de uma estratégia mais ampla. De acordo com Salvador Raza,

ao contrário, a teoria estratégica corbettiana funda-se na estratégia da esquadra em potência, que parte de um conceito diferente de comando do mar (fundado na capacidade de utilizar o mar e não de dominá-lo, como queria Mahan) e implica em múltiplo uso da esquadra para um conjunto de funções, que variam de acordo com as circunstâncias e os propósitos da guerra.²⁵⁶

Assim, diferente de Mahan, na teoria corbettiana é possível realizar ações defensivas no mar, obtendo o seu domínio ou evitando que o inimigo o obtenha. O domínio do mar na batalha decisiva preconizada por Mahan só seria possível diante da destruição total do inimigo, o que era raro ocorrer. Sendo o inimigo superior, caberia à Marinha realizar operações de desgaste, visando à rendição pela carência dos meios necessários à sobrevivência do povo inimigo e ao esforço de guerra. Daí a importância de ser uma estratégia de mar e terra. Corbett defendia que a estratégia naval era conduzida buscando atender dois objetivos: o domínio do mar e a defesa das linhas de comunicações marítimas, enfatizando a proteção do comércio. João Roberto Martins Filho acrescenta que,

²⁵⁵ FERREIRA, Renato Rangel. Operações Navais no Século XXI: Tarefas Básicas do Poder Naval para a proteção da Amazônia Azul. Monografia, Escola de Guerra Naval. P. 18. Disponível em <[https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/biblioteca/monografias/cpem/2011/18CPem11%20MONO%20CMG%20\(FN\)%20RENATO.pdf](https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/biblioteca/monografias/cpem/2011/18CPem11%20MONO%20CMG%20(FN)%20RENATO.pdf)>. Acessado em 23 de outubro de 2015.

²⁵⁶ RAZA, Salvador. Pensadores da Guerra no Mar. In: PROENÇA JUNIOR, Domicio. DINIZ, Eugenio. RAZA, Salvador. (Org) Guia de estudos de estratégia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1999. P. 117.

em sua teoria dos meios Corbett aceitava os argumentos do almirante Aube de que havia algo de novo sobre o mar depois da revolução naval iniciada na segunda metade do século XIX. Ao impor limites à ação de uma força superior e ao transformar a antiga tática do bloqueio naval em algo agora muito mais ineficaz, os novos meios (canhoneiras e, posteriormente, contratorpedeiras) afetavam a guerra naval de forma significativa.²⁵⁷

Embora Corbett tenha acompanhado os progressos tecnológicos e a adoção pelas principais marinhas do mundo de submarinos, conforme elucida Nuno Sardinha Monteiro, “*nem Mahan nem Corbett conseguiram antecipar a importância que ele viria a ter logo na I Grande Guerra, nem a revolução que ele implicaria para as operações navais*”²⁵⁸.

Apesar de a Marinha de Guerra do Brasil adotar como estratégia naval a teoria mahaniana de domínio do mar e concentração de forças, é possível identificar a influência da escola de pensamento francesa a partir da adoção de submarinos para a defesa móvel dos portos. Era a Marinha do Brasil buscando absorver conhecimentos históricos e geopolíticos na formulação de um pensamento estratégico que incluísse a guerra de mobilidade. De acordo com Alsina Junior,

para a defesa móvel dos portos e o ataque a portos inimigos, deveriam ser empregados torpedeiras e submarinos. Quanto às primeiras, 12 seriam construídas: seis de 130 t de deslocamento e marcha não inferior a 26 milhas e seis de 50 t e velocidade mínima de 20 milhas. Estas seriam utilizadas, exclusivamente, nas cercanias dos portos e nos rios, enquanto aquelas atuariam de maneira isolada ou em conjunto com a esquadra em ações próximas ao litoral. Os submarinos em número de três. (...) A funcionalidade dos submarinos seria a de atuar nos portos juntamente com as torpedeiras, tornando extremamente perigosa eventual tentativa de força naval hostil impor bloqueio cerrado (próximo) daquelas instalações. Por ser invisível – não havia meios de detecção por sonar naquele momento –, o submarino

²⁵⁷ MARTINS FILHO, João Roberto. Os meios da guerra: reflexões sobre a literatura e uma proposta de pesquisa. Primeiro Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED) São Carlos, 19 a 21 de setembro de 2007. P. 9. Disponível em <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/abed/integra/jo%C3%A3o_roberto_martins_23-09-07.pdf>. Acessado em 23 de outubro de 2015.

²⁵⁸ MONTEIRO, Nuno Sardinha. Mahan, Corbett e o poder naval no séc. XXI. P. 22. Disponível em <http://www.google.com.br/url?sa=t&rc=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&cad=rja&ved=0CEgQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.marinha.pt%2FPT%2Famarinha%2Factividade%2Fareacultural%2Facademiademarinha%2FDocuments%2FMahan%2C%2520Corbett%2520e%2520o%2520poder%2520naval%2520no%2520s%25C3%25A9c.%2520XXI.pdf&ei=DXw0ULqSBIfk8gTdqoH4Dw&usg=AFQjCNGYIY6tudcV_Coq5X5s6cytSiW5bA>>. Acesso em 23 de outubro de 2015.

poderia aproximar-se dos navios que exerciam o bloqueio e lançar torpedos contra eles. Esse perigo seria maior ainda à noite, momento em que os submarinos poderiam coadjuvar o ataque de torpedeiras.²⁵⁹

Neste contexto, a Marinha de Guerra brasileira buscava conciliar a estratégia do domínio do mar de Mahan com a guerra de mobilidade da *École Jeune*.

O Aigrette foi o primeiro submarino francês construído com um motor à Diesel para propulsão de superfície e motor elétrico para operações submersas. A classe Aigrette foi lançada em 1904 e era composta por duas embarcações: o Aigrette e o Cigogne. Estas embarcações possuíam 36 metros de comprimento, quatro metros de largura e eram compostas por, no máximo, quatorze tripulantes. De acordo com Alam Miguel Loyo Ramos, o Aigrette “melhorou o conceito ao usar um motor a diesel para a navegação em superfície. Se construiu um grande número destes submarinos, com 74 concluídos antes de 1914”²⁶⁰. Seus torpedos continham dois tubos externos de 450 mm e há informações de que um deles, pelo menos, tenha sido comissionado no mar Adriático durante a 1ª Grande Guerra. Com o fim desta Guerra, em 1919, ambos os submarinos foram desarmados.

O emprego de submarinos na 1ª Guerra Mundial trouxe numerosas vitórias para a Marinha alemã. Conforme elucida Francisco Porcel Granados,

a primeira vez que os submarinos militares tiveram um impacto significativo em batalha foi na Primeira Guerra Mundial. Embarcações como os U-Boats alemães atuaram em combate na batalha do Atlântico e foram responsáveis pelo afundamento do RMS Lusitania, o que recebe boa parte do crédito da decisão dos Estados Unidos de entrar na guerra.²⁶¹

Por a Inglaterra desconsiderar o submarino como uma arma estratégica, na primeira fase da 1ª Grande Guerra, por exemplo, foi frustrada com impactos negativos em suas operações navais por causa dos submarinos alemães. No entanto, os submarinos, diante das inovações tecnológicas antissubmarinos da época, mostravam-se vulneráveis, em virtude de

²⁵⁹ ALSINA JÚNIOR, João Paulo Soares. Rio-Branco, grande estratégia e o poder naval. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

²⁶⁰ RAMOS, Alam Miguel Loyo. *Historia del submarino*. Disponível em <<http://www.monografias.com/trabajos82/historia-submarino/historia-submarino2.shtml>>;. Acessado em 23 de outubro de 2015.

²⁶¹ GRANADOS, Francisco Porcel. *Desarrollo Tecnológico em La Historia de La Humanidad: inventores e inventos. Drebbel y El Submarino*. Innovación y Experiencias Educativas. P.p.9-10. Disponível em <http://www.csi-csif.es/andalucia/modules/mod_ense/revista/pdf/Numero_27/Francisco_M_Porcel%20Granados_1.pdf>; . Acessado em 23 de outubro de 2015.

seu pouco alcance em profundidade, reduzida autonomia e pouca capacidade de manobra. Os submarinos só submergiam quando realizavam manobras, ficando a maior parte do tempo na superfície e se tornando alvos fáceis da aviação militar e dos contratorpedeiros. A criação do sistema de comboios, por exemplo, permitiu que os ingleses voltassem a ter resultados mais positivos em suas operações no mar. Conforme afirma o próprio almirante e estrategista alemão Karl Dönitz,

devido a esta forma de navegação [sistema de comboios] o oceano havia ficado vazio; os submarinos alemães permaneciam solitários no mar, sem ver e sem encontrar nada durante muito tempo, e logo, de pronto, topavam com um monte de vapores, de 30 a 50, ou mais, rodeados por uma forte barreira de segurança de navios de guerra de diferentes classes. (...) Ainda que o submarino solitário conseguisse afundar um, dois ou mais navios, resultava sempre uma porcentagem mísera.²⁶²

O almirante francês Raoul Castex (1878-1968) foi autor de numerosas obras, entre elas: *Le Grand État-Major Naval*, *Question Militaire d'Actualité*, publicada em 1909, *Synthèse de la Guerre Sous-marine. De Pontchartrain à Tirpitz*, publicado em 1920 e *Théories Stratégiques* publicado entre 1929 e 1935. Raoul Castex, em comparação a Mahan e a Corbett, foi o teórico estrategista que mais considerou o emprego de submarinos em operações navais na 1ª Guerra Mundial. Hervé Coutau-Begarie afirmou que, em *Synthèse de la Guerre Sous-marine*, Castex

trata de salvar, modernizando-a, a doutrina da velha escola: os submarinos alemães tiveram, efetivamente, um grande êxito, mas na ausência de uma ofensiva de superfície, não puderam ser decisivos; ao contrário, a proteção indireta exercida a distância pelos encouraçados da Gran Fleet, que neutralizavam seus homólogos da Hochseeflotte e constituíam dessa maneira, a pedra angular do dispositivo aliado.²⁶³

No entanto, foi seu livro *Théories Stratégiques* que mais repercussão teve na formulação de concepções estratégicas a partir da 2ª Grande Guerra. Embora tenha valorizado as potencialidades defensivas do poder terrestre, defendia a superioridade intrínseca do poder marítimo, já que no mar, o desgaste é menor, devido ao seu estilo envolvente, flexível,

²⁶² DÖNETIZ, Karl. *Diez años y veinte dias*. Madrid: La esfera de los libros, 1997. P. 12.

²⁶³ COUTAU-BEGARIE, Hervé. *El poder marítimo*. Castex y la Estrategia Naval. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales, 1989. P. 30.

enquanto que, em terra, são adotados métodos penetrantes, rígidos e produtores de grande desgaste²⁶⁴. Este almirante francês era um profundo crítico da *École Jeune* alegando que esta desconhecia o significado da força organizada e de sua influência no domínio do mar. Castex defendia que,

o Poder da Nação ou grupo perturbador nasce do esforço para dominar o seu extenso território, o que lhe dá um carácter essencialmente continental (...) o seu objetivo final, que nunca alcança, é conseguir o domínio do mar (...) quando chega ao limite da sua expansão continental, depara com os poderes marítimos contra ela coligados.²⁶⁵

Francisco Carlos Teixeira da Silva esclarece, que, para Castex, “*a estratégia naval era a arte de dispor e acionar os elementos de uma força naval para as ações marítimas com a utilização dos meios aéreos e em conexão com as suas bases, impedindo o inimigo de utilizá-lo*”²⁶⁶. Esta obra de Castex pode ser analisada sob três conceitos principais: espaço, posição geográfica e o perturbador continental. O primeiro conceito diz respeito à relação com a manutenção de uma situação de isolamento, favorável ao posicionamento defensivo contra agressões externas. O segundo conceito se refere à posição geográfica associada aos impulsos dos países voltarem-se para o mar, buscando recursos além-mar que lhes garantam a sobrevivência. E o terceiro conceito inovador, denominado de *perturbador continental*, refere-se ao equilíbrio de poder europeu, periodicamente, ameaçado quando surge um Estado aspirando à hegemonia. Castex tomava por exemplos países em pleno desenvolvimento, tanto econômico quanto demográfico, com ambições expansionistas, que buscavam concretizar no continente, acabando, porém por serem contidos pela coligação de outros Estados, liderada pela potência marítima.²⁶⁷ Nesta teoria, o domínio do mar através da projeção do poder marítimo sobre o continente, evita que o inimigo ataque o território nacional a partir do mar,

²⁶⁴ MARTINS, Raúl François. Geopolítica e Geoestratégia - O Que São e Para Que Servem. Revista Nação e Defesa. P. 59. Disponível em <http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/1585/1/NeD78_RaulFrancoisMartins.pdf>. Acessado em 23 de outubro de 2015.

²⁶⁵ MARTINS, Raúl François. Geopolítica e Geoestratégia - O Que São e Para Que Servem. Revista Nação e Defesa. P. 59. Disponível em <http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/1585/1/NeD78_RaulFrancoisMartins.pdf>. Acessado em 23 de outubro de 2015.

²⁶⁶ TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos (ORG). Enciclopédia de Guerras e Revoluções: V. I : (1901-1919) : a época dos imperialismos e da Grande Guerra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

²⁶⁷ MARTINS, Raúl François. Geopolítica e Geoestratégia - O Que São e Para Que Servem. Revista Nação e Defesa. P. 59. Disponível em <http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/1585/1/NeD78_RaulFrancoisMartins.pdf>. Acessado em 23 de outubro de 2015.

impede que ele usufrua do mar para transportar, abastecer forças militares e exerça nele exploração econômica. De acordo com Teixeira da Silva, “*Castex teve grande influência na elaboração da estratégia naval, durante a Segunda Guerra Mundial e Guerra Fria*”²⁶⁸.

Karl Döenitz, embora seguidor das teorias de Corbett, acreditava que emprego de submarinos era estratégico no corte das linhas de comunicação dos Aliados. Os tratados e convenções determinados com o fim da 1ª Guerra, limitavam os investimentos em armamentos da Alemanha. Em função de um convênio entre a Inglaterra e a Alemanha de 18 de junho de 1935, esta última teria que reduzir seu armamento em 35% em relação à Inglaterra. O rearmamento, promovido por Adolf Hitler, trouxe sérias discussões para o almirantado alemão, à medida que se perguntavam quais tipos de navios de guerra deveriam construir para enfrentar uma potência continental europeia. De acordo com Döenitz, embora o submarino fosse um bom vetor de torpedos, era um mau vetor de artilharia. Embora tivesse bons resultados na colocação de minas, era demasiado lento sobre a água, comparado com os demais navios de guerra. Além disso, era pouco eficiente na cooperação em operações táticas e o reduzido tamanho de seu campo visual dificultava as funções de reconhecimento.²⁶⁹ Gradativamente, ano a ano, Döenitz ia convencendo o almirantado a investir na construção de cada vez mais submarinos, investimentos em pesquisas científicas e tecnológicas, que contornassem essas limitações apresentadas. Em conformidade com o aumento do clima de tensão entre Alemanha e a Inglaterra, em 1938, Döenitz propôs o seguinte ao almirantado alemão:

já em tempos de paz deveria estar estacionada uma flotilha submarina em águas estrangeiras, para, durante a paz, exercer uma pressão militar estratégica que impedisse a guerra, ou bem para, em caso de guerra, poder cortar os enlaces mais importantes do adversário.²⁷⁰

Em setembro de 1939, de um total de 63 submarinos da Marinha alemã, apenas 46 estavam em condições de entrar em combate imediatamente e, destes 46, apenas 22 unidades eram oceânicas. No final deste mesmo ano, os submarinos alemães haviam afundado um total de 114 navios aliados e perdido apenas nove unidades. Em 1940, estas mesmas belonaves haviam afundado 471 navios Aliados. Em 1941, estas belonaves afundaram 432 navios

²⁶⁸ TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos (ORG). Enciclopédia de Guerras e Revoluções: V. I : (1901-1919) : a época dos imperialismos e da Grande Guerra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

²⁶⁹ DÖNETIZ, Karl. *Diez años y veinte días*. Madrid: La esfera de los libros, 1997. P. 34.

²⁷⁰ DÖNETIZ, Karl. *Diez años y veinte días*. Madrid: La esfera de los libros, 1997. P. 40

Aliados e, em 1942, já com os EUA na Guerra, afundaram mais de 1.100 navios de tipos diferentes. Neste mesmo ano, a Alemanha perdeu 87 submarinos e quatro mil tripulantes.²⁷¹

Em janeiro de 1943, Döenitz foi nomeado por Hitler comandante da Marinha alemã. De acordo com Döenitz, “na maior parte das categorias distintas de barcos, as perdas ultrapassavam já o ritmo das novas construções e que o programa então vigente não bastaria para cobrir os ditos furos. Ordenei, então, que se preparasse um programa maior de construções navais”²⁷². A guerra havia demonstrado que era necessário naquele momento investir mais na construção de meios ofensivos, como lanchas rápidas e submarinos, do que desenvolver o programa previsto de construções navais para o ano de 1943, a fim de compensar as grandes perdas provocadas pelos inimigos. Além disso, segundo este almirante alemão, “em outras categorias de barcos, como consequência dos ataques aéreos, não foi possível obter um aumento de novas construções e outras foram reduzidas intencionalmente devido a diminuição de sua importância do ponto de vista bélico”²⁷³.

Como os submarinos até então empregados nos teatros de operações passavam a maior parte do tempo na superfície, em virtude da reduzida autonomia, não era considerada uma arma estratégica pelas potências ocidentais. No entanto, quando a Alemanha Nazista desenvolveu e lançou a partir de junho de 1943, no curso da Guerra, uma nova classe de submarinos, com uma plataforma muito mais resistente do que os das classes anteriores e com um alcance de profundidade superior a duzentos metros, os submarinos passaram a dispor de um novo olhar dos estrategistas navais. Segundo Romaña,

os revolucionários submarinos do Tipo XXIA representavam, no que se refere ao deslocamento, 1.819 toneladas na superfície e 2.114 em imersão. Suas dimensões externas foram fixadas pelos projetistas em um comprimento total de 76,7 metros, uma largura de 6,7 metros e de um calado de 6,3 metros. Seu aparelho propulsor se compunha de dois motores diesel MAN MGV 40/46 (4 mil cavalos-vapor), dois motores elétricos principais SSW GU (5 mil cavalos-vapor) e dois motores elétricos silenciosos SSW GV (226 cavalos-vapor).²⁷⁴

Conforme aponta Paul Fontenoy, uma das circunstâncias que mudaram radicalmente o paradigma de operações submarinas ocidentais imediatamente após a 2ª Guerra Mundial foi “o advento de verdadeiros submarinos – inspirados em barcos alemães de tipo XXI, cuja

²⁷¹ ROMAÑA, José Miguel. As armas secretas de Hitler. São Paulo: Madras, 2010. P. 356.

²⁷² DÖNETIZ, Karl. *Diez años y veinte dias*. Madrid: La esfera de los libros, 1997. P. 354.

²⁷³ DÖNETIZ, Karl. *Diez años y veinte dias*. Madrid: La esfera de los libros, 1997. P. 361.

²⁷⁴ ROMAÑA, José Miguel. As armas secretas de Hitler. São Paulo: Madras, 2010. P. 364.

tecnologia tornou-se acessível a todos os aliados”²⁷⁵. Os cientistas e submarinistas da época acreditavam que estes submarinos constituíam uma verdadeira revolução tecnológica na estratégia naval. Ao findar da Guerra, unidades deste tipo de submarino foram divididas entre os Aliados a fim de estudar detalhadamente seus mecanismos e inovações tecnológicas. Segundo Romaña,

o U-3503 foi analisado pela Armada sueca. A Royal Navy incorporou em suas fileiras o U-3017, agora como N-41, prestando serviço ativo até 1949. Os Estados Unidos contaram com o U-2512 e o U-3008 até 1954. A Marinha soviética dispôs de quatro exemplares: U-3515, U-2529, U-3035 e U-3041, renomeados em suas listas de B-27 a B-30, mantendo-os em atividades até 1963. A França não quis perder a oportunidade e contou com o U-2508 para convertê-lo no Roland Morillot, que se manteve navegando até 1958.²⁷⁶

Um dos mais influentes estudiosos estrategistas franceses do século XX foi o cientista político Hervé Coutau-Bégarie (1956-2012). Este estrategista foi autor de diversas obras, tais como: *La puissance maritime soviétique*, publicado em 1983, *Le problème du porte-avions*, publicado em 1990, *L’histoire maritime en France*, publicado em 1998, e *Traité de Stratégie*, publicado em 2003 e traduzido em seis idiomas, inclusive, no Brasil.

De acordo com Coutau-Bégarie, a oposição entre o método histórico de Mahan e de Corbett e o método pragmático de diversos grupos que se agrupam sob a denominação genérica de *Jeune École* marca o ritmo de toda a história do pensamento naval, seja no nível tático, seja no nível estratégico: o eterno conflito entre o curso e a batalha. Neste sentido, este estudioso acredita que as teses sustentadas pela *Jeune École* e por Mahan não se configuram como estratégias navais, mas sim, métodos que podem, inclusive, direcionar para a adoção de uma mesma estratégia. Coutau-Bégarie foi um dos maiores defensores das ideias de Raol Castex e afirma que este almirante francês

captou e enunciou perfeitamente este conflito de métodos. É sim dúvida por ele que ele conseguiu superar esta oposição e erigir uma teoria sintética. Do ponto de vista histórico, é necessário delinear a existência de um ponto capital para explicar por que esta distinção metodológica não será suficiente para estruturar uma história do pensamento naval: é abusivo similar o método

²⁷⁵ FONTENOY, Paul. *Submarines: an illustrated history of their impact*. Santa Barbara: ABC-Clio, 2007. P. 49.

²⁷⁶ ROMAÑA, José Miguel. *As armas secretas de Hitler*. São Paulo: Madras, 2010. P. 374.

materialista à École Jeune. O estado dos armamentos nos anos 1880-1900 depois que o método materialista conduz, naquele momento, à apologia do torpedeiro, logo do submarino, mas em outro contexto o mesmo método poderia conduzir a resultados totalmente opostos. Se viu antes de 1914 com o entusiasmo pelo dreadnought, encouraçado armado com canhões de grande calibre, capazes de disparar forte e longe. A escola materialista se encontra, desta maneira e por azar, na mesma frequência que sua rival histórica. A estratégia para a batalha preconizada por todas as frotas em 1914 se devia, pelo menos, tanto ao All Big Gun Ship inventado pelo engenheiro italiano Cuniberti e tornado realidade pelo Lord Fisher, como as teses mahanianas que não haviam feito mas aportar uma justificativa histórica a uma evolução fundamentalmente técnica.²⁷⁷

De acordo com Coutau-Beagrie, a 2ª Grande Guerra, em termos navais, gerou uma abundante literatura, porém, até fins da década de 1980, pouco estudada em profundidade. Mencionou que apenas dois trabalhos sobre a 2ª Guerra, mereciam, naquele contexto, ser repassados para a posteridade: Herbert Rosinski, em sua obra *Brassey's Naval Annual*, circulada entre 1939 e 1947, e Bernard Brodie, com suas obras *Seapower in the Strategy*, publicado em 1941, e *A Guide to Naval Strategy*, publicada em 1943. Embora acreditasse que estes autores fossem uns dos mais brilhantes estudiosos navais do século XX pós-2ª Guerra, argumentava que, estes autores ainda não compreenderam as mudanças pelas quais passou a estratégia naval, em razão da substituição do encouraçado pelo porta-aviões como *capital ship*, Em suas palavras, “*assim como Mahan havia negado a reconhecer o momento crucial do dreadnought e do submarino, seus sucessores não quiseram admitir a revolução do porta-aviões que arrasa com os fundamentos do pensamento naval clássico*”²⁷⁸. Até fins da década de 1980, a estratégia naval estaria carente de teorias.

Eli Penha Alves afirma que até a década de 1980, somente EUA e União Soviética²⁷⁹ conseguiram expandir a sua frota naval pelo mundo. “*Com o fim da Guerra Fria, no entanto, este esforço [da URSS] diminuiu consideravelmente, mas não impede a Rússia de continuar sendo a segunda força naval do mundo*”²⁸⁰. De acordo com Penha Alves, o cientista francês Pierre Papon afirmou que, “*as outras potências navais (Grã-Bretanha e França), ainda não*

²⁷⁷ COUTAU-BEGARIE, Hervé. *El poder marítimo. Castex y la Estrategia Naval*. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales, 1989. P. 12.

²⁷⁸ COUTAU-BEGARIE, Hervé. *El poder marítimo. Castex y la Estrategia Naval*. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales, 1989. P. 33.

²⁷⁹ O principal teórico do poder marítimo soviético foi Sergei Gorshkov cujas ideias foram expostas em seu livro *O Poder Marítimo do Estado*.

²⁸⁰ ALVES, Eli Penha. *Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul*. Salvador: EDUFBA, 2011. P. 77.

desenvolveram mecanismos capazes de assegurarem presença naval em todos os pontos do globo”²⁸¹.

Embora o Brasil desde o início do século XX tenha se dotado de *dreadnought*, torpedeiros, contratorpedeiros e submarinos, a Marinha de Guerra do Brasil priorizou a escola de pensamento mahaniana e, desde a década de 1920, quando contratou uma Missão Naval estadunidense para reformar a administração da força, adotou os EUA, substituindo os ingleses como principal aliado estratégico.

Frente à familiaridade da Marinha de Guerra brasileira com a estratégia naval mahaniana e aos ataques alemães a embarcações mercantes em águas jurisdicionais brasileiras, a instituição naval brasileira, em parceria com os EUA, direcionou seus esforços para a defesa das linhas de comunicação²⁸² do Atlântico Sul. No entanto, é possível afirmar que não havia no seio da instituição naval brasileira uma maior sistematização sobre o poder marítimo como um todo, apenas mensurava-se o coeficiente de maritimidade e continentalidade²⁸³.

De acordo com Eli Penha Alves, considera-se o general Mario Travassos o precursor dos estudos geopolíticos no Brasil, à medida que, *“embora não tenha desenvolvido reflexões marítimas específicas para o Brasil, ele foi o pioneiro autor a admitir a influência que certos fatores geográficos relacionados ao mar (redes hidrográficas e portos), poderiam ter na projeção geopolítica brasileira”*²⁸⁴.

Junto a Golbery do Couto e Silva e do general Mario Travassos, outros expoentes professores da ESG, como o general Carlos de Meira Mattos, destacaram-se em seus estudos, contribuindo com novas concepções estratégicas nacionais das três Forças Armadas. O general Meira Mattos, além de professor de Geopolítica da ESG, foi também professor da Escola de Guerra Naval e da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica. Segundo Meira Mattos,

a proteção de nossas linhas de comunicação no Atlântico Sul, de nosso comércio exterior e de nossas águas territoriais exige que tenhamos uma estratégia marítima, a qual será parte de uma estratégia geral para o Atlântico Sul. Por outro lado, parece difícil, em casos de conflito de dimensões mundiais, separar-se a estratégia do Atlântico Sul de uma estratégia geral para este

²⁸¹ PAPON, Pierre. *Géopolitique des océans*. Paris: Odile Jacob, 1996. In: ALVES, Eli Penha. *Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul*. Salvador: EDUFBA, 2011. P. 77.

²⁸² Tarefa naval que busca garantir o acesso marítimo à embarcações civis e militares nacionais e aliadas.

²⁸³ PENHA, Eli Alves. *Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul*. Salvador: EDUFBA, 2011. P. 91

²⁸⁴ PENHA, Eli Alves. *Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul*. Salvador: EDUFBA, 2011. P. 92.

oceano. Nossa projeção vai um pouco mais além dos limites geodésicos do Atlântico Sul, como veremos em seguida.²⁸⁵

Em virtude do bloqueio submarino alemão nas costas brasileiras, as linhas de comunicação do Brasil no Atlântico Sul foram comprometidas e, devido ao sucateamento do material de defesa naval em que a Marinha de Guerra do Brasil, se encontrava, viu-se obrigada a entrar na 2ª Grande Guerra em favor dos EUA. De acordo com Meira Mattos, utilizando as palavras do brigadeiro Lavanère-Wanderley, no ensaio *Operações Aéreas no Atlântico Sul* aponta que, “o oceano Atlântico, da linha Trinidad-Arquipélago de Cabo Verde para o Sul constitui um único teatro de operações que interessa de perto ao Brasil”²⁸⁶. Meira Mattos propôs então, a fim de projetar o Brasil no Atlântico Sul, uma comunidade de interesses que reunisse os países que circundam esta parte do oceano Atlântico. Esta pode ser considerada a base da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (Zopacas), fundada em 1986. De acordo com Camila Cristina Ribeiro Luis,

para Meira Mattos, existem três aspectos fundamentais a serem considerados na análise da importância de uma determinada área marítima, no caso o Atlântico Sul: seu valor como rota marítima e para o uso das forças militares; sua relevância para projeção de poder sobre determinadas áreas terrestres; e seu destaque como fonte de recursos. Dessa forma, o objetivo visado pelo poder naval de um determinado Estado, ou grupo de Estados, é assegurar a utilização de tais vantagens existentes e negá-las ao inimigo.²⁸⁷

A Zopacas pode ser enquadrada como aliança cooperativa. Embora na ESG também se desenvolvessem estudos sobre doutrinas e estratégias navais, como foi demonstrado, era na EGN que os oficiais da Marinha do Brasil realizavam estudos que buscassem consolidar doutrinas de pensamento estratégico naval nacionais, incorporando conhecimentos e adaptando doutrinas estrangeiras nas diretrizes da instituição naval brasileira.

S. A. Val classifica a estrutura da Escola de Guerra Naval em três fases: a primeira fase é a da implantação, que foi de 1914 até 1945; a segunda fase é a da busca da identidade enquadrada entre os anos de 1946 a 1962, e a terceira fase é a consolidação que se estruturou

²⁸⁵ MATTOS, Carlos de Meira. *A geopolítica e as Projeções do Poder*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1977. P. 119.

²⁸⁶ MATTOS, Carlos de Meira. *A geopolítica e as Projeções do Poder*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1977. P. 120.

²⁸⁷ MATTOS, Carlos de Meira. *O Atlântico Sul: sua importância estratégica*. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, v.6, n.688, 1983. In: LUIS, Camila Cristina Ribeiro. *Pensamento Geopolítico Brasileiro e a Construção do Espaço Político Sul-Atlântico*. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*. VI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa. 2012. P. 7. Disponível em < <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/rbed/article/view/48752/31345> >. Acessado em 28 de outubro de 2015.

de 1963 até 1992.²⁸⁸ Desde sua implantação, diversos cursos foram criados na Escola, desde a preparação da formação dos capitães-tenentes até dos capitão-de-mar-e-guerra, que, possivelmente, chegarão ao posto do almirantado.

Em virtude das novas perspectivas para a Marinha do Brasil a partir da década de 1970, ocorreram mudanças na mentalidade estratégica no seio desta instituição. Conforme elucida Eli Penha,

a partir do Governo Médici, as premissas ideológicas contidas na concepção de “fronteira oriental” são paulatinamente substituídas pela interpretação do Atlântico Sul como espaço estratégico para a geopolítica brasileira, tanto em relação às suas facilidades de navegação quanto no sentido da sua incorporação à estratégia nacional da qual a primeira delas foi a extensão do mar territorial para 200 milhas. Repudiando suas posições anteriores sobre a liberdade dos mares, o governo brasileiro adota uma posição mais radical que os outros países sul-americanos onde o país passaria a exercer todas as prerrogativas de soberania e retingindo os direitos dos navios estrangeiros de circularem livremente nesta zona.²⁸⁹

A concepção de “*fronteira oriental*” a que Penha se refere está vinculada a orientação e alinhamento ideológico entre Brasil e EUA nos governos de Castello Branco (1964-1967) e Costa e Silva (1967-1969), e nas questões da independência das colônias portuguesas e nas relações diplomáticas com governo segregacionista da África do Sul. A partir do Governo Emílio Médici (1969-1974), o alinhamento da manutenção das linhas de comunicação foi substituído “*pela interpretação do Atlântico Sul como espaço estratégico para a geopolítica brasileira, tanto em relação às suas facilidades de navegação quanto no sentido da sua incorporação à estratégia nacional da qual a primeira delas foi a extensão do mar territorial para 200 milhas*”²⁹⁰. Corroborando com Penha, Camila Cristina Ribeiro Luis endossa que,

²⁸⁸ VAL, S. A. A Escola de Guerra Naval e a formação dos quadros de elite da Marinha do Brasil. Dissertação Mestrado, UFF, Niterói, 1995. In: SILVEIRA, Cláudio de Carvalho. A criação e o desenvolvimento do Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM) da Escola de Guerra Naval. P. 23. In: [S/A] Navigator: Subsídios para a História Marítima do Brasil. Nº 3, de junho de 2006.

²⁸⁹ PENHA, Eli Alves. A fronteira oriental brasileira e os desafios da segurança regional no Atlântico Sul. Revista da Escola de Guerra Naval.V. 18, n. 1 (2012). P. 119. Disponível em <<http://jmksistemas.com.br/ojs/index.php/revistadaegn/article/view/11/v186.pdf>>. Acessado em 9 de março de 2017.

²⁹⁰ PENHA, Eli Alves. A fronteira oriental brasileira e os desafios da segurança regional no Atlântico Sul. Revista da Escola de Guerra Naval.V. 18, n. 1 (2012). P. 119. Disponível em <<http://jmksistemas.com.br/ojs/index.php/revistadaegn/article/view/11/v186.pdf>>. Acessado em 9 de março de 2017.

neste sentido, a sistematização do pensamento estratégico naval, concretizado no Plano Estratégico da Marinha, na década de 1970, representou a retomada de proeminência da Marinha na condução da ação externa do Brasil no Atlântico Sul, especialmente na formulação da defesa. Neste momento, ganhou impulso o projeto nuclear da Marinha, atrelado à concepção estratégica da Marinha para construção de capacidade oceânica, com objetivo de possibilitar atuação decisiva no Atlântico Sul para controle das rotas marítimas de acesso ao território brasileiro e projeção de poder até mesmo além do Atlântico Sul.²⁹¹

Como foi mencionado anteriormente, devido à familiaridade da Marinha do Brasil com a estratégia naval mahaniana, a partir da entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial, em agosto de 1942, a estratégia naval brasileira foi a de defender as linhas de comunicações aliadas no Atlântico Sul por meio da guerra antissubmarino. Com o fim da Guerra, os EUA continuaram a facilitar a aquisição de meios de guerra; porém, de tecnologias obsoletas ou de excedentes de guerra. Para além das questões de soberania envolvendo a pesca internacional em águas jurisdicionais brasileiras tratadas neste trabalho no episódio da Guerra da Lagosta, as pesquisas geológicas da Petrobras revelaram a existência de jazidas petrolíferas além daquele limite. Foi, em grande medida, para exercer soberania jurídica sobre essas jazidas que o presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) optou por prolongar o mar territorial brasileiro, de doze para duzentas milhas marítimas, em 1970. Diante das novas perspectivas que as novas pesquisas de exploração oceânicas trouxeram para o Brasil, tanto na área da Marinha Mercante quanto na área de construção naval, os meios de guerra com tecnologias obsoletas estadunidenses não mais atendiam as necessidades marítimas do país. A entrada da MB na era nuclear também foi resultado destes esforços científicos do final da década de 1960.

A maior visibilidade que a pesca nacional passou a ter nas questões políticas e econômicas do País, a descobertas de novas jazidas petrolíferas em águas rasas, o prolongamento da plataforma continental para 200 milhas, a retomada da construção naval e o aumento das demandas na Marinha Mercantes, na década de 1970, recolocaram o Atlântico Sul em evidência nas relações internacionais. Estes fatores impulsionaram novos estudos e novas concepções teóricas a cerca da estratégia naval brasileira.

²⁹¹ LUIS, Camila Cristina Ribeiro. Ao mar, navegar é preciso: o pensamento estratégico da Marinha vis-a-vis à política externa brasileira. Dissertação, (Mestrado em Relações Internacionais) – UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas de Pós-graduação em Relações Internacionais. São Paulo, 2013. P. 132. Disponível em < http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/96027/luis_ccr_me_mar.pdf?sequence=1 >. Acessado em 27 de outubro de 2015.

Desde 1947, Brasil e Argentina eram signatários do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar). Este Tratado determinava que, em uma hipótese de conflito generalizado, ambos os países cooperariam juntos com os EUA na defesa das linhas de comunicação do Atlântico Sul. Contudo, devido aos fatores mencionados mais acima, os militares da Marinha que eram desfavoráveis à continuidade dos acordos militares com os EUA, em especial do Acordo de Assistência Militar, alegavam que as aquisições de defesa naval enviadas para o Brasil constituíam uma herança anti-submarina, característica da II Guerra Mundial e da subordinação das Forças Armadas brasileiras à Doutrina de Segurança Nacional estadunidense para a América Latina.

Como resultado desta crescente inconformidade de militares da Marinha nesta linha de pensamento estratégico, em 1977, o Brasil denunciou o Acordo de Assistência Militar com os EUA. Foi neste contexto que a MB iniciou a sua saga histórica para viabilizar a construção em território nacional de um submarino com propulsão nuclear, impactando não só na doutrina de guerra naval como na própria formação de submarinistas e na criação da Divisão de Mergulhadores de Combate, atual Grupamento de Mergulhadores de Combate (Grumec), na Marinha do Brasil. Apesar de, desde 1914, a Marinha do Brasil ter uma Flotilha de Submersíveis, atual Força de Submarinos (Forsub), a Escola de Submarinos somente foi criada em 1963. Já a Divisão de Mergulhadores de Combate somente foi criada em três de abril de 1970, quando a Marinha do Brasil enviou mergulhadores para a França a fim de absorver conhecimentos e técnicas de combate no mar a partir de submarinos.²⁹²

Em 1978, o então capitão-tenente Othon Luis Pinheiro da Silva retornou do MIT, nos EUA, com a proposta de construir no Brasil um submarino nuclear, a corrente naval desfavorável a priorização da defesa das linhas de comunicação no Atlântico Sul endossada pelos EUA desde a 2ª Guerra na estratégia naval brasileira ganhou mais um impulso na formulação de uma nova estratégia naval para a MB. Este tema será mais bem aprofundado no **Capítulo 5**.

²⁹² No entanto, a configuração atual do Grumec surgiu em 1998, tendo como referência o comando de elite Seal, da Marinha dos EUA.

CAPÍTULO 4

A BUSCA PELO DOMÍNIO AEROESPACIAL

4.1 - A Indústria Aeroespacial Nacional e a Busca por Maior Independência Tecnológica

Entre as décadas de 1940 e 1960, apenas dois modelos de aviões militares foram adquiridos da França pela FAB: trinta caças a jato *Morane-Saulnier* M.S.760 para serviço de ligação e treinamento e sete caças a jato *Fouga Magister* CM-170 para a Esquadrilha da Fumaça.

O *Morane-Saulnier* M.S.760 voou pela primeira vez em 1954 e começou a ser fabricado em série pela *Aeroplanes Morane-Saulnier* em 1958. Este avião foi projetado para transportar dois tripulantes e dois passageiros e era dotado de dois turbojatos *Turbomeca Marboré* II de 880 lb de empuxo. A primeira unidade desta classe foi incorporada a FAB em 1960. Esta força adquiriu trinta unidades do *Morane-Saulnier* M.S. 760 e as empregou em missões de ligação, treinamento e fotografia aérea.

O *Fouga Magister* CM-170 era um caça a jato de instrução desenvolvido pela empresa francesa *Aérospatiale*. No Brasil recebeu a designação T-24 e, devido a sua reduzida autonomia, serviu somente até 1974 na Esquadrilha da Fumaça. Embora os aviões militares da FAB a partir da década de 1940 fosse majoritariamente de origem estadunidense, desde antes da criação do Ministério do Ar, autoridades militares brasileiras preocupavam-se com questões políticas e econômicas do Estado brasileiro. Isso se refletiu tanto no apoio que militares prestaram na Revolução de 1930 e na Revolução Constitucionalista de 1932 quanto na instauração do Estado Novo (1937-1945). Na concepção da doutrina política-militar da própria criação deste Ministério, em 1941, dois dos itens elencados foram o lançamento das bases para implantação definitiva da indústria aeronáutica brasileira e a institucionalização da pesquisa, com vistas ao desenvolvimento tecnológico nacional.

Durante a 2ª Grande Guerra, dois modelos de aeronaves fabricados por empresas brasileiras foram operados pela FAB: o Aerotec 122 e o Neiva N56-B Paulistinha.

O Aerotec 122 foi um monomotor metálico, biplace, de treinamento primário da Aerotec Tecnologia Aeronautica Ltda (Aerotec). Este modelo foi projetado por Carlos Gonçalves e José Carlos de Sousa Reis e, posteriormente, recebeu outros nomes. O primeiro voo do protótipo nacional ocorreu em junho de 1965. Em 1967, a FAB assinou um contrato para a aquisição de trinta exemplares deste modelo. O Aerotec 122 foi designado para

instruções na Academia da Força Aérea. Além de a Sociedade Aerotec fabricar versões civis para os aeroclubes brasileiros, exportou unidades para a Bolívia e para o Paraguai. No total, a empresa fabricou 130 aviões e a FAB adquiriu mais de setenta aeronaves desta empresa.

O Neiva T-25 Paulistinha foi um monomotor de treinamento básico e ataque leve, com motor a pistão, construído pela Indústria Aeronáutica Neiva. Esta empresa é uma fabricante nacional de aeronaves e componentes para aeronaves. O Neiva T-25 Paulistinha foi designado para instrução avançada de cadetes da FAB.

Ambos os modelos de aeronaves tiveram seu início de produção em série na década de 1960 e resultados de esforços nacionais.

Desde a década de 1950, preocupada com as imensas dificuldades das indústrias nacionais em alavancar o setor aeronáutico no país, a FAB buscou institucionalizar a pesquisa, criando uma escola de Engenharia Aeronáutica e um centro de pesquisas sobre tecnologia aeronáutica²⁹³, na década de 1950, e implantar definitivamente a indústria aeronáutica brasileira, criando a Embraer, na década de 1960. De acordo com Forjaz,

o projeto estratégico da Aeronáutica, do qual derivou posteriormente a fundação da Embraer, priorizou a formação de recursos humanos de alto nível, capazes não só de absorver os conhecimentos tecnológicos que surgiam de forma acelerada no cenário internacional, mas também de buscar soluções adequadas ao contexto nacional, numa época em que o Brasil se caracterizava por uma economia predominantemente agrícola e, portanto, altamente dependente dos produtos industrializados vindos do exterior. As lideranças da Aeronáutica sabiam da impossibilidade de montar uma indústria aeronáutica naquele estágio de desenvolvimento da economia brasileira. Assim, para ajudar a criar as condições necessárias para seu estabelecimento no futuro, optaram por desenvolver antes uma escola de engenharia aeronáutica e um centro de pesquisa sobre tecnologia aeronáutica.²⁹⁴

Estes centros de ensino e pesquisa aeronáutica buscaram suprir desde as demandas industriais e econômicas até as da aviação civil brasileira, formando engenheiros aeronáuticos qualificados que originaram no país novas especializações como eletrônica, mecânica e infraestrutura aeronáuticas entre outras. A criação destes centros tinha por objetivo dotar o

²⁹³ Precusores do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), criado em 1950, e do Centro Técnico de Aeronáutica (CTA), atual Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial, criado em 1953, ambos instalados em São José dos Campos, em São Paulo.

²⁹⁴ FORJAZ, Maria Cecília Spina. As origens da Embraer. Tempo Soc. vol.17 no.1 São Paulo June 2005. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702005000100012&script=sci_arttext&tlng=es >. Acessado em 17 de outubro de 2015.

Brasil de recursos humanos e de servir como berço da tecnologia aeronáutica nacional e da própria indústria aeroespacial. Nos laboratórios de pesquisa foram iniciados projetos pioneiros de prospecção científica e tecnológica que estimularam o surgimento de outras indústrias. Forjaz acrescenta que,

ao longo dos anos, seus laboratórios evoluíram para estruturas mais complexas, em função da demanda e dos novos conhecimentos, dando lugar aos três institutos atualmente existentes: o Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), o Instituto de Estudos Avançados (IEAv) e o Instituto de Fomento e Coordenação Industrial (IFI).²⁹⁵

O primeiro ministro da Aeronáutica foi o civil Joaquim Pedro Salgado Filho (1941-1945). Esta escolha foi feita para não haver disputas entre as duas outras Armas. Getúlio Vargas confiou a Salgado Filho a missão de gerenciar a fusão da Aviação Militar e da Aviação Naval em uma única Arma. A fim de atender as necessidades da nova Arma, este ministro criou a Escola da Aeronáutica, a Escola de Especialistas da Aeronáutica e Bases Aéreas da FAB em Recife, no estado de Pernambuco, em Salvador, no estado da Bahia, em Natal, no estado do Rio Grande do Norte, e transformou o Aeroporto Bartolomeu de Gusmão na sede do 1º Regimento de Aviação, que foi denominada Base Aérea de Santa Cruz, em 16 de janeiro de 1943. De acordo com Manuel Cambeses Júnior,

a Salgado Filho caberia harmonizar os interesses simultâneos de segurança nacional, desenvolvimento econômico, tecnológico e social, embutidos nos elementos essenciais do Poder Aéreo: a Força Aérea, a Aviação Civil, a Infraestrutura Aeronáutica, a Indústria Aeronáutica, os estabelecimentos de Tecnologia Aeronáutica, as instalações e os engenhos aeronáuticos.²⁹⁶

Sob a gestão do ministro da Aeronáutica Salgado Filho, o então tenente coronel, Casimiro Montenegro Filho, oriundo da Aviação Militar do Exército, visitou bases aéreas estadunidenses e o *Massachusetts Institute of Technology* (MIT). Ao voltar para o Brasil desta visita, foi criado o *Plano Smith*. Este plano foi elaborado pelo chefe do departamento de

²⁹⁵ FORJAZ, Maria Cecília Spina. As origens da Embraer. Tempo Soc. vol.17 no.1 São Paulo June 2005. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702005000100012&script=sci_arttext&tlng=es >. Acessado em 17 de outubro de 2015.

²⁹⁶ CAMBESES JÚNIOR, Manuel. Joaquim Pedro Salgado Filho, Primeiro Ministro da Aeronáutica. Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica. P. 4. Disponível em < https://www.incaer.aer.mil.br/opusculo_salgado.pdf >. Acessado em 22 de outubro de 2015.

Aeronáutica do MIT, Richard H. Smith, por solicitação de Montenegro Filho, para a criação do Centro Tecnológico da Aeronáutica, atual CTA. Segundo Sergio Luiz Marques Filho,

o CTA era composto por um centro de ensino de tecnologia chamado Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) que foi criado em 1948 e que seria voltado para a formação de engenheiros aeronáuticos, e um centro de pesquisa criado em 1953, que foi chamado Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento (IPD) no qual seriam realizadas pesquisas, estudos e análises relacionadas à aeronáutica.²⁹⁷

Richard Smith foi contratado a pedido de Casimiro Filho ao ministro Salgado Filho por um tempo de seis meses no Brasil, a fim de criar o CTA. Durante este tempo no Brasil, Casimiro Filho levou Smith para conhecer vários locais para a instalação deste Centro. Casimiro propôs a Smith que o local selecionado fosse São José dos Campos, em razão de ser um planalto, estar próximo de São Paulo, que já era centro mais adiantado em matéria de tecnologia, tinha estrada de ferro e rodovia e a área pertencia à prefeitura. De acordo com a FAB,

o “Plano Smith” estabelecia a criação de um Centro Técnico que seria constituído por dois Institutos coordenados e tecnicamente autônomos – um para o ensino técnico superior e outro para pesquisa e cooperação com a indústria de construção aeronáutica, com a aviação militar e com a aviação comercial. Ainda segundo a concepção do Plano, quando nos laboratórios houvesse produtos com potencial de comercialização, seriam fundadas empresas.²⁹⁸

Salgado Filho teve que deixar a pasta ministerial em virtude da deposição de Getúlio Vargas, em 1945; no entanto, o seu sucessor, o brigadeiro Armando Figueira Trompowsky de Almeida deu continuidade aos projetos iniciados por Casimiro Filho. Ao criar o IPD, o objetivo de Casimiro Filho era que os engenheiros formados nas escolas desenvolvessem pesquisas e desenvolvimento em aeronáutica, eletrônica, materiais, sistemas e equipamentos especiais para a aviação civil e militar, criando, por exemplo, túnel aerodinâmico e laboratório de motores.

²⁹⁷ MARQUES FILHO, Sergio Luiz. Lições de Inovação do pai da aviação: Como construir organizações inovadoras. Curitiba: ProAdvance, 2013. P.p. 109-110.

²⁹⁸ Página Oficial do Instituto de Aeronáutica e Espaço. Disponível em < <http://www.iae.cta.br/site/page/view/pt.historico.html#/5>>. Acessado em 21 de outubro de 2015.

Além de Smith, Casimiro Filho trouxe outros pesquisadores de diversas nacionalidades para o CTA. O alemão engenheiro aeroespacial Henrich Focke, fundador da empresa *Focke-Wulf*, também veio ao Brasil a convite deste militar brasileiro. Em razão dos projetos inovadores na área de aviação militar que ele vinha desenvolvendo desde a década de 1930, tais como os aviões militares *Focke-Wulf Fw 190* e *Focke-Wulf Fw 200*, Focke e outros engenheiros alemães foram contratados pela FAB para atuar no CTA. De acordo com Forjaz,

a missão estrangeira que veio formar o ITA era composta de professores de várias nacionalidades, apesar da predominância norte-americana ou de alemães radicados nos Estados Unidos depois da guerra. Entre eles estavam Francis Dominic Murnaghan (autoridade mundial em Matemática), Theodor Theodorsen (conhecido mundialmente na área da Aerodinâmica), Charles Ingram Stanton, F. C. Phillips, J. Younger, R. N. Dubois, T. V. Jones, e os alemães do departamento de Mecânica, Heinrich Peters, Otto Weinbaum e W. Kotenberg. Para trabalhar com os especialistas estrangeiros e depois substituí-los, o Ministério da Aeronáutica contratou eminentes professores brasileiros, entre os quais Fernando Pessoa Rebello, Jacek Piotr Gorecki, Paulo Ernesto Tolle, Paulus Aulus Pompéia, Octávio Gaspar de Souza Ricardo, Jeremias Chrispim e Álvaro Miguez Bastos da Silva.²⁹⁹

Importante salientar que o projeto do avião Bandeirante, que será detalhado mais à frente, surgiu por meio de parceria estrangeira com engenheiros formados pelo ITA neste contexto histórico.

Criado na década de 1960, o IAEv, como Instituto de Atividades Espaciais, é responsável pela pesquisa espacial, projetando foguetes de pesquisa e satélites artificiais. Foi por meio da Divisão de Atividades Espaciais do IPD que tiveram início as atividades espaciais brasileiras, quando em 1961, a FAB decidiu investir no desenvolvimento de pequenos foguetes de sondagem meteorológica. A princípio, a coordenação destas atividades e de seus lançamentos no espaço eram realizadas no Centro de Lançamento Barreira do Inferno (CLBI), em Natal, no estado do Rio Grande do Norte. Esta se tornou a primeira base aérea de foguetes da região sul americana. O primeiro lançamento de foguete, ocorreu no mesmo ano de sua inauguração. Fabricado nos EUA, o foguete de sondagem espacial *Nike*

²⁹⁹ FORJAZ, Maria Cecília Spina. As origens da Embraer. Tempo Soc. vol.17 no.1 São Paulo June 2005. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702005000100012&script=sci_arttext&tlng=es >. Acessado em 17 de outubro de 2015.

Apache foi lançado ao espaço em 15 dezembro de 1965. Os técnicos civis e militares da FAB que participaram deste projeto receberam treinamento nos EUA.

Outro passo dado pela FAB para a efetiva participação do Brasil nas atividades de pesquisa científica e tecnológica espaciais foi a criação das bases precursoras do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), em 1961. De acordo com Othon Cabo Winter e Antonio Fernando Bertachini de Almeida Prado,

até o final da década de 70, o INPE se envolveu com trabalhos pioneiros nas áreas de meteorologia, comunicação e observação da Terra por satélite, que viabilizaram a implantação de importantes projetos como, por exemplo, o projeto MESA (recepção e interpretação de imagens meteorológicas), SERE (levantamento de recursos terrestres através de sensoriamento por satélites e aeronaves), e SACI, (para aplicação de um satélite de comunicações em um programa de educação à distância).³⁰⁰

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, duas experiências espaciais que ocorreram no CLBI merecem ser destacadas: a primeira, ocorrida entre 1966 e 1978 que contou com a participação do Inpe e da *National Aeronautics and Space Administration* (NASA) denominada Projeto Exametnet, responsável pela montagem de uma rede de experimentos meteorológicos, e a segunda foi o Projeto Ozônio, ocorrido entre os anos de 1978 e 1990, responsável por estudar a camada de ozônio. Em virtude do crescimento populacional ao redor da base; tornou-se inviável a ampliação da base espacial de Natal. Assim, em 1º de março de 1983, foi inaugurado o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), no Maranhão, e as atividades espaciais da FAB também passaram a ser realizadas lá. A seleção do sítio onde funciona a segunda base de lançamentos espaciais da FAB foi estratégica, à medida que, em virtude da proximidade desta base com a Linha do Equador, o consumo de combustível para o lançamento de satélites é reduzido comparado com bases espaciais em maiores latitudes. Quanto maior a proximidade da Linha do Equador maior a velocidade da rotação do planeta; o que a torna ideal para o lançamento de veículos à órbita geoestacionária, à medida que quase não há necessidade de modificar a sua trajetória. Neste sentido, o CLA, no mercado internacional espacial, tornou-se um potencial competidor dos europeus. É na Guiana Francesa³⁰¹ que, desde 1964, funciona o Centro Espacial de Kourou. Este Centro é

³⁰⁰ WINTER, Othon Cabo. PRADO, Antonio Fernando Bertachini de Almeida. *A conquista do Espaço: do Sputnik à Missão Centenário*. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2007. P. 153.

³⁰¹ Importante destacar que a Guiana Francesa é uma área rica em recursos minerais, em especial, o ouro e compartilha a floresta Amazônica com o Brasil.

compartilhado por três grandes sócios: a Agência Espacial Europeia (ESA), a Sociedade Arianespace, na qual participam dez países europeus, e a Agência Espacial Francesa (CNSE). De acordo com representante da CNSE, Bernard Chemoul, emna base espacial de Kourou,

a velocidade de rotação dá ao foguete um impulso extra de 460 metros por segundo, o que economiza combustível. Este chamado ‘efeito estilingue é maior que o de qualquer outra base no mundo. Essa energia adicional significa que os foguetes podem lançar satélites maiores ou outra carga útil com menos despesas.³⁰²

Entre fevereiro de 1990 até agosto de 2003, mais de dezessete veículos foram lançados à órbita geostacionária com sucesso. Em 22 de agosto de 2003, seria lançado o Veículo Lançador de Satélites VLS-1 V03, fruto da Operação São Luís. Esta Operação tinha por objetivo colocar em órbita geostacionária circular equatorial a 750 km de altitude o microsatélite meteorológico Satec do Inpe e o nanosatélite Unosat da Universidade do Norte do Paraná. Dois dias antes da data prevista, um incêndio seguido de explosões destruiu o veículo na sua plataforma de lançamento matando 21 servidores civis, onze engenheiros e dez técnicos do CTA.

O coordenador da Operação São Luís, major-brigadeiro Tiago Ribeiro, em entrevista à Agência Brasil, um dia após ao acidente “*descartou a possibilidade de erro técnico por parte da equipe do CTA*”³⁰³. A operação envolvia, ao todo, 235 pessoas e resultaria no lançamento do VLS-1 no dia 25 de agosto daquele ano. A causa do incêndio ainda é desconhecida e há muita polêmica. De fato, o lançamento deste VLS já havia sido adiado algumas vezes, por diversas razões, entre elas: após a equipe técnica detectar o rompimento intencional de cabos elétricos em 1999, o veículo teve que ser derrubado em pleno vôo, o rompimento na proteção plástica do *cluster* de quatro foguetes auxiliares presos ao corpo principal do VLS, dois ignitores dos propulsores foram instalados dias antes; o que só deveria ocorrer horas antes do lançamento, trocas de Comando no CTA e na Agência Espacial Brasileira (AEB), motivando problemas administrativos e suspensão do lançamento do VLS etc. Em audiência pública realizada em nove de setembro de 2003, em sessão conjunta da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (Creden) e da Comissão de Ciência e Tecnologia,

³⁰² Guiana abriga principal centro espacial europeu. Gazeta do Povo, 05 de abril de 2014. Disponível em < <http://www.gazetadopovo.com.br/mundo/guiana-abriga-principal-centro-espacial-europeu-8opmp7oavuoXu2w2v0lwumury> >. Acessado em 18 de outubro de 2015.

³⁰³ Coordenador da "Operação São Luís" não acredita em erro técnico dos servidores, Agência Brasil, 24 de agosto de 2003. Disponível em < <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2003-08-24/coordenador-da-operacao-sao-luis-nao-acredita-em-erro-tecnico-dos-servidores> >. Acessado em 18 de outubro de 2015.

Comunicação e Informática (CCTCI) da Câmara dos Deputados, a explanação das medidas de segurança por parte do comandante da Aeronáutica, tenente-brigadeiro-do-ar Luiz Carlos da Silva Bueno, atendeu satisfatoriamente, refutando as notícias veiculadas sobre “navios estrangeiros operando com sinais eletrônicos na área, bem como a existência de outros sinais espúrios e hostis”³⁰⁴. No entanto, o consultor legislativo da Câmara dos Deputados alerta que, “entretanto, sabe-se que medidas de segurança não são absolutas e, mesmo que elas possam ter coibido interferências externas, se de fato foi assim, é evidente que elas não puderam prevenir o que quer que tenha sido que levou ao acionamento do ignitor”³⁰⁵.

Todas as instalações de ensino e pesquisa tornaram-se polos irradiadores de ciência tecnologia, permitindo a criação de numerosas empresas aeronáuticas, em geral, fundadas por engenheiros formados pelo ITA, das quais algumas das mais importantes foram as já citadas Sociedade Construtora Aeronáutica Neiva, a Aerotec Tecnologia Aeronautica Ltda (Aerotec), a Avibras Indústria Aeroespacial S.A. (Avibras) e a Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (Embraer).

Até a década de 1960, não havia no Brasil empresas capazes de construir aviões que interligassem cidades do interior às capitais, os chamados transportes aéreos regionais. De acordo com Forjaz,

baseados nessas idéias nacionalistas, os pioneiros da Aeronáutica, orientados por professores norte-americanos, pretendiam montar um tripé de organizações integradas - ensino, pesquisa tecnológica, indústria -, de modo a assegurar a

³⁰⁴ ROCHA, Fernando Carlos Wanderley. Acidente com Veículo Lançador de Satélites (VLS-1 V03) no Centro de Lançamento de Alcântara. Câmara dos Deputados. Consultoria Legislativa. Brasília, DF. 2004. P. 34. Disponível em <
[³⁰⁵ ROCHA, Fernando Carlos Wanderley. Acidente com Veículo Lançador de Satélites \(VLS-1 V03\) no Centro de Lançamento de Alcântara. Câmara dos Deputados. Consultoria Legislativa. Brasília, DF. 2004. P. 35. Disponível em <](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=5&cad=rja&uact=8&ved=0CDYQFjAEahUKEwjj_rrR1MzIAhVGS5AKHS67CbM&url=http%3A%2F%2Fwww2.camara.leg.br%2Fatividade-legislativa%2Fcomissoes%2Fcomissoes-permanentes%2Fcredn%2Fdocumentos%2Fpublicacao%2Fanteriores%2Facidente%2520base%2520de%2520alcantara&usq=AFQjCNHHqtOkpRDrS2f3eebU83ngFn9PCw&sig2=OMcVmWojIC5JsF5OQVx_rQ&bvm=bv.105454873,d.Y2I>”. Acessado em 18 de outubro de 2015.</p>
</div>
<div data-bbox=)

possibilidade do desenvolvimento industrial no campo da aviação.³⁰⁶

Identificando a demanda por tráfego aéreo regional, engenheiros formados pelo ITA, liderados por Ozires Silva, então chefe de operações do departamento de Aeronaves do IPD, decidiram viabilizar esta ideia, mas, como não tinham experiência em projetar aviões, recorreram ao engenheiro aeronáutico francês Max Holste (1913-1998), o qual estava em visita ao Brasil, para propor a ideia. Holste era o fundador da empresa de aviação civil e militar francesa que carregava seu nome, famosa por desenvolver os modelos de aviões Broussard, adquiridos pela Força Aérea francesa. De acordo com Ozires Silva,

começamos a conversar e eu me convenci de que Holste tinha a experiência prática que nos faltava. Seria a pessoa ideal para nos ajudar a desenvolver aqueles projetos que seriam um bom ponto de partida para uma futura indústria aeronáutica no Brasil. Como sempre, pensando naquela ideia de construir aeronaves para vôos regionais, me deixei levar pelo entusiasmo e procurei convencê-lo a vir para o Brasil para trabalhar conosco. Max, entusiasmado, disse que aquele era o tipo de projeto que o faria ficar aqui. Neste momento, pensei comigo: “Silva não faz avião, mas Holste pode fazer”.³⁰⁷

Holste aceitou o desafio de projetar e desenvolver no Brasil, em 1965, um avião que pudesse atuar em aeroportos menores com menos recursos. O engenheiro francês e os engenheiros brasileiros desenvolveram uma aeronave que foi batizada IPD-6504. Posteriormente, por sugestão do brigadeiro Paulo Victor da Silva, então diretor do CTA, a aeronave passou a ser denominada Bandeirante³⁰⁸. Este brigadeiro foi um entusiasta do projeto e viabilizou esforços para que o Bandeirante se tornasse realidade. Ozires Silva mencionou que “o próprio ITA colaborou, cedendo técnicos e professores – profissionais que vinham trabalhar conosco sem perder a condição de funcionários públicos, o que lhes garantia estabilidade e uma série de outras vantagens”³⁰⁹. A aeronave desenvolvida era um bimotor de asa baixa com capacidade para nove passageiros. O protótipo da aeronave foi

³⁰⁶ FORJAZ, Maria Cecilia Spina. As origens da Embraer. Tempo Soc. vol.17 no.1 São Paulo June 2005. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702005000100012&script=sci_arttext&tlng=es >. Acessado em 21 de outubro de 2015.

³⁰⁷ SILVA, Ozires. Cartas a um jovem empreendedor: realize seu sonho, vale a pena. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. P. 54.

³⁰⁸ Em alusão aos bandeirantes que desbravaram o interior do Brasil na busca pela integração nacional no séculos XVII e XVIII.

³⁰⁹ SILVA, Ozires. Cartas a um jovem empreendedor: realize seu sonho, vale a pena. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. P. 66.

desenvolvido em 1967 e seu primeiro voo de teste ocorreu em outubro de 1968. O major José Mariotto Ferreira foi o piloto. O primeiro voo oficial do Bandeirante foi realizado no mesmo mês na presença do então ministro da Aeronáutica, brigadeiro Márcio de Souza e Mello, e do almirante Augusto Rademaker, ambos membros da Junta Militar que governava o país naquele momento.

Em 1969, em outra oportunidade, o Bandeirante fez um voo em Brasília, capital federal, tendo o presidente da República, então general Artur da Costa e Silva, como tripulante. Nesta ocasião,

o Major Ozires Silva contou-lhe os planos e a oportunidade em se criar uma empresa genuinamente brasileira para a construção de aviões. Dias mais tarde, o presidente da república realizou a reunião ministerial cuja pauta discutiu a aquisição de aviões supersônicos, o plano do Centro Integrado de Defesa Aérea e de Controle de Tráfego Aéreo (Cindacta) e uma indústria aeronáutica nacional.³¹⁰

A Embraer foi fundada em agosto de 1969 por engenheiros formados pelo ITA, já recebendo uma encomenda da FAB de oitenta unidades do Bandeirante com capacidade para quinze passageiros. Em 1972, a Embraer realizou o primeiro vôo do Bandeirante de série. Além desta encomenda, a Embraer foi contratada pelo governo brasileiro para fabricar o jato de treinamento avançado e ataque ao solo Aermacchi MB-326, sob licença da empresa italiana Aermacchi. Este modelo é um dos primeiros aviões militares produzidos sob licença pela Embraer. Este modelo é denominado no Brasil de EMB 326 Xavante.

4.2 – Mirage: a Defesa Aérea de Brasília e a Nova Doutrina Supersônica

Em 10 de abril de 1938, a empresa estadunidense de transporte aéreo *Pan American World Airways*, através de sua subsidiária no Brasil, a Panair do Brasil, construiu a Estação Radiogoniométrica, a fim de atender suas necessidades operacionais de voos nas proximidades da Fazenda Val-de-Cans, então pertencente à Companhia Port of Pará, na região amazônica. As aeronaves pousavam e decolavam, tendo como apoio essa área da Fazenda Val-de-Cans. No início da década de 1940, as pistas do então Aeroporto de Val-de-Cans foram concluídas.

³¹⁰ MARQUES FILHO, Sergio Luiz. Lições de Inovação do pai da aviação: Como construir organizações inovadoras. Curitiba: ProAdvance, 2013. P. 111.

Com a criação do Ministério da Aeronáutica, criou-se também a Diretoria de Rotas Aéreas³¹¹, cuja competência passou a ser

tratar das questões relativas aos meios de auxílio e proteção à navegação aérea, ao estabelecimento das regras de tráfego aéreo, à organização, desenvolvimento e fiscalização das rotas aéreas nacionais; à organização e funcionamento do Correio Aéreo Nacional e dos Serviços Rádio-meteorológicos e do Serviço Foto-cartográfico que for de seu interesse.³¹²

Criou-se também, o Serviço de Rotas da Primeira Zona Aérea, principal apoio da Diretoria de Rotas Aéreas em toda a região amazônica. De acordo com informações oficiais do atual Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea), a história da criação dos Centros Integrado de Defesa Aérea e de Controle de Tráfego Aéreo,

remonta ao final da década de 30, quando foi concedida à cidade de Belém a primazia da instalação de uma Estação Radiogoniométrica pela Panair do Brasil. Alojada para atender às necessidades operacionais da Pan American World Air Airways, as instalações terminaram por viabilizar, em 1942, as estruturas e os recursos necessários para a criação do Serviço Regional de Proteção ao Voo de Belém (SRPV-BE) - o primeiro do gênero na Região Norte do país. Era o embrião do serviço de controle do espaço aéreo na região, que por muitos anos dependeu desta unidade isolada.³¹³

Em 18 de agosto de 1942, a primeira Torre de Controle, em Val-de-Cans, foi concluída e, no ano seguinte, o primeiro Controle de Aproximação foi criado. Nesta época, por a FAB não dispor de pessoal especializado, em especial na parte de navegação aérea, *“como solução imediata, muitos militares e civis foram enviados aos Estados Unidos para que, através de cursos, pudessem satisfazer às necessidades mais prementes da FAB”*³¹⁴ e, ao retornarem contribuindo assim, com as operações da Torre de Controle e do Controle de Aproximação. Como esta solução tornou-se demasiadamente onerosa, a FAB criou duas instituições de ensino aeronáutico: a Escola de Especialistas de Aeronáutica, sediada na Ponta

³¹¹ Diretoria de Rotas Aéreas era o nome que deu origem ao atual Departamento de Controle do Espaço Aéreo.

³¹² Decreto-Lei Nº 3.730, de 18 de outubro de 1941.

³¹³ Site oficial do Centro Integrado de Defesa Aérea e de Controle de Tráfego Aéreo IV. DECEA. Força Aérea Brasileira. Disponível em < <http://www.cindacta4.decea.gov.br/institucional/historico.html> >. Acessado em 24 de outubro de 2015.

³¹⁴ Página oficial da Escola de Especialistas da Aeronáutica. Disponível em < <http://www.eear.aer.mil.br/index.php/2013-05-02-22-57-36/2013-05-02-22-59-44.html> >. Acessado em 25 de outubro de 2015.

do Galeão, Ilha do Governador, no Rio de Janeiro, e uma Escola Técnica de Aviação, na cidade de São Paulo. Nesta última, a FAB contratou a *Organização John Paul Ridle Aviation Technical School*, a qual instalou-se em São Paulo, com acervo, técnicos, professores e administradores, a fim de complementar a formação de especialistas em aeronáutica, suprimindo a carência de pessoal especializado nas diversas bases aéreas das demandas geradas com o aumento do volume de tráfego no país. Como fruto destes investimentos, em 1947, foi criado o primeiro Centro de Controle Aéreo, em Val-de-Cans, em Belém, e do Serviço de Rotas da 4ª Zona Aérea³¹⁵, em São Paulo.

Até o final da década de 1960, o Serviço de Rotas da Primeira Zona Aérea, em Belém, operou como principal apoio técnico da Diretoria de Rotas Aéreas em toda região amazônica, prestando serviços que englobavam tráfego aéreo (torre de controle e controle de aproximação), comunicações, meteorologia e todas as missões referentes à segurança de voo.

Embora o processo de interiorização do Brasil tenha um passado colonial, através das bandeiras, das atividades mineradoras, da expansão do gado e das demarcações limítrofes territoriais que chegaram até o início do século XX e da transferência da capital para o interior do Brasil, projeto criado por José Bonifácio na primeira metade do século XIX e ressuscitado na própria Constituição de 1891, foi na segunda metade do século XX, no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) que este projeto foi retomado e implementado. Até o governo JK, diversos presidentes tomaram para si a causa da transferência da capital para o interior. O projeto *Quadrilátero Cruls* teve início na gestão de Floriano Peixoto (1891-1894), em 1892. Coube ao cientista Luiz Cruls, Diretor do Observatório Nacional, criar uma comissão exploradora do Planalto Central brasileiro e elaborar um relatório identificando possíveis áreas para sediar a nova capital federal. Entre diversas paralisações, o projeto foi retomado por Vargas, que determinou que a FAB realizasse um levantamento aéreo do *Quadrilátero Cruls*, a qual demarcou quase seis mil km² de área, abrangendo terras dos municípios goianos de Planaltina, Luziânia e Formosa. O projeto só foi concluído na gestão de Café Filho (1954-1955). De acordo com José William Vesentini,

em suma, o discurso geopolítico brasileiro desde a década de 1920 vem insistindo na transferência da Capital Federal para o “Planalto Central”. Essa preocupação expressa-se nas obras de geopolítica, em conferências, artigos na imprensa, ensaios em revistas como o *Boletim Geográfico*, a *Revista Brasileira dos Municípios* e outras; e, principalmente, em periódicos militares

³¹⁵ Serviço de Rotas da 4ª Zona Aérea foi o nome que recebeu, originalmente, o atual Serviço Regional de Proteção ao Voo de São Paulo (SRPV-SP)

(revistas *A defesa Nacional*, *Revista do Clube Militar e Segurança & Desenvolvimento*.³¹⁶

A transferência da capital federal para Brasília e a implementação do programa de Estado de interiorização e integração regional na Amazônia, conseqüentemente, aumentaram as demandas de segurança de tráfego aéreo e as preocupações de defesa área. Boa parte dos militares brasileiros, por razões de defesa, eram favoráveis à transferência da capital para Brasília. Por isso, conforme Sergio Luiz Marques Filho, anteriormente, em reunião ministerial realizada em 1969, o presidente Costa e Silva colocou em pauta a criação do plano do Centro Integrado de Defesa Aérea e de Controle de Tráfego Aéreo (Cindacta) e a aquisição de aviões de caça supersônicos.

O Aeroporto Internacional de Brasília foi inaugurado antes mesmo da data oficial da transferência da capital para Brasília. No mesmo complexo deste aeroporto, em três de dezembro de 1963, a FAB criou a Base Aérea de Brasília (BABR). Esta Base foi criada para transporte dos presidentes e, por isso, abriga o Grupo de Transporte Especial (GTE), responsável pelo transporte aéreo de presidentes da República, ministros e demais autoridades, incluindo, autoridades estrangeiras em visita ao Brasil. Em maio de 1969, foi incorporado a esta Base o 6º Esquadrão de Transporte Aéreo (Esquadrão Guará), responsável por missões de transporte militar, salvamento, misericórdia e de apoio ao Correio Aéreo Nacional e a organizações militares e civis brasileiras. O 6º ETA também auxilia o GTE em atividades de transporte de autoridades brasileiras e estrangeiras.

Em onze de maio de 1972, o Governo brasileiro criou a Comissão de Implantação do Sistema de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo (Sisdacta).³¹⁷

Em 14 de novembro de 1973, o Governo brasileiro aprovou a criação do Núcleo do Centro Integrado de Defesa Aérea e de Controle de Tráfego Aéreo (Nucindacta), responsável pela realização de estudos e pela elaboração dos atos necessários para a organização e a instalação do Centro Integrado de Defesa Aérea e de Controle de Tráfego Aéreo (Cindacta). De acordo com este documento, caberia a este Centro Integrado vigiar e controlar a circulação aérea geral e a condução das aeronaves que têm por missão a manutenção da integridade e da soberania no espaço aéreo brasileiro.³¹⁸ Embora, o mesmo decreto autorize a criação também dos Destacamentos de Proteção ao Vôo, Detenção e Telecomunicações, apenas, em setembro de 1974, o governo aprovou o seu regulamento. Estes Destacamentos tinham por finalidade

³¹⁶ VESENTINI, José Willian. *A Capital da Geopolítica*. São Paulo: Ática, 1987. P. 86-87.

³¹⁷ Portaria Ministerial nº 35-GM4, de 11 de maio de 1972.

³¹⁸ Decreto Nº 73.160, de 14 de novembro de 1973

operar e manter os equipamentos de proteção ao vôo, detecção e telecomunicações do Sisdacta.

O primeiro Cindacta³¹⁹ foi instalado em Brasília e sua área de cobertura era o quadrilátero Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Brasília, monitorando também os espaços aéreos de partes de Goiás e Mato Grosso. Este Centro Integrado é constituído por cerca de oito Destacamentos que operam radares. Por questões orçamentárias, o Nucindacta propôs um sistema único, compartilhando os mesmos equipamentos de auxílio à navegação, torre de controle, aproximação e pouso, controle dos movimentos aéreos, recursos de comunicação, detecção etc, para realizar missões tanto de Controle do Tráfego Aéreo quanto de Defesa Aérea. Além disso, a maior parte das Bases Aéreas da FAB estão localizadas próximas a aeroportos civis nacionais.

No quesito defesa aérea, como já mencionado anteriormente, a vida útil dos caças *Gloster Meteor* havia sido encerrada prematuramente, devido a problemas estruturais nas aeronaves. Embora, a FAB tenha conseguido comprar 33 unidades dos tão sonhados *F-80C Shooting Star*, quando no Brasil chegaram, a tecnologia já havia sido substituída pelos caças supersônicos. Conforme esclarecem Paulo Cezar Franco e Silva Filho e Giuliano Gardolinski Venson,

o fim da vida operacional dos veteranos jatos Lockheed AT-33 Shooting Star, em uso nos principais esquadrões operacionais de caça da FAB, assim como a necessidade de aquisição de uma aeronave que fizesse a transição para a primeira aeronave supersônica da FAB, que estava em fase final de seleção e levando-se em consideração que tais aeronaves aumentam os requisitos básicos para o treinamento de pilotos militares, obrigou as autoridades da aeronáutica a iniciarem a escolha de uma aeronave que atendesse tal demanda.³²⁰

A escolha do novo modelo de caça de combate que substituiria o *Gloster Meteor* na FAB estava profundamente relacionada às preocupações dos militares com a defesa aérea da capital federal. Porém, além de mudança de mentalidade doutrinária e capacitação dos pilotos da FAB, os caças supersônicos requereriam uma base aérea com especificações estruturais adequadas à tecnologia. Ou a FAB adequaria antigas bases aéreas, ou teria que criar uma nova

³¹⁹ Denominado Cindacta I.

³²⁰ SILVA FILHO, Paulo Cezar Franco e. VENSON, Giuliano Gardolinski. Theoretical Study of Military Aircraft EMBRAER AT-26 Xavante Remotorization. Engineering Research. V. 3, n. 5, p. 16-32, October / 2012. P.p. 20-21. Disponível em < <http://www.engres.org/ojs/index.php/engres/article/viewFile/26/pdf>>. Acessado em 25 de outubro de 2015.

base só para abrigar os novos caças supersônicos que estavam em fase de seleção. A escolha do local que abrigaria os novos caças teria que levar em consideração aspectos, como estudos geográficos, intensidade de tráfego aéreo, viabilidades locais, topografia, distância de povoações, interferências de rádio etc. Em dez de agosto de 1969, o então ministro da Aeronáutica, marechal do ar Márcio de Souza e Mello, escolheu a cidade de Anápolis para sediar a Base da FAB. Anápolis é uma cidade do interior do estado de Goiás, situada no Planalto Central brasileiro.

A construção das instalações do Núcleo da 1ª Ala de Defesa Aérea (Nualada) da FAB teve início em fevereiro de 1970. A responsabilidade deste Núcleo era viabilizar as condições necessárias para o funcionamento da nova base aérea e para o emprego da defesa aérea no Brasil, a qual seria realizada pela então 1ª Ala de Defesa Aérea (1ª Alada), encarregada de operar os novos caças supersônicos. Foram consideradas como instalações prioritárias o prédio de comando, sistemas de comunicação, hangares para abrigar os esquadrões das aeronaves e dos esquadrões de manutenção e suprimento, cassino dos oficiais, instalações para alojamentos, residências e pista de pouso. Conforme elucida Kasseb, *“toda a pista teve que ser dimensionada para receber os novos interceptadores, com adaptação de seu comprimento e sua resistência material de concretagem, pois se previa a operação com aviões pesados”*³²¹. Diferente de outras bases aéreas, a pista de pouso desta unidade operacional da FAB foi construída para uso exclusivo de aeronaves militares. A conclusão da construção da base ocorreu em 23 de agosto de 1972, data oficial de inauguração da pista, com comprimento inicial de 1.500 metros. De acordo com Kasseb, *“esse dia foi comemorado com o pouso de um avião Beechcraft C-45, pilotado pelo então Comandante do Comando de Defesa Aérea (COMDA), Brigadeiro Paulo Costa, e seu chefe de Estado-Maior, Coronel-Aviador Lauro Ney Menezes”*³²².

Em 1979, a Nualada passou a denominar-se, oficialmente, Base Aérea de Anápolis (BAAN)³²³ e, com a desativação da 1ª Alada, os caças Mirage passaram a ser operados pelo 1º Grupo de Defesa Aérea (1º GTA)³²⁴.

Segundo Álvaro Panazzolo, em 1947, um avião experimental pilotado por Chuck Yeager tornou possível a propulsão por reação romper a barreira natural da velocidade de

³²¹ KASSEB, P. F. Mirage III – EBR/DBR – na Força Aérea Brasileira: antecedentes e legados. ZLC: Guarulhos/SP, 2008. P. 46.

³²² KASSEB, P. F. Mirage III – EBR/DBR – na Força Aérea Brasileira: antecedentes e legados. ZLC: Guarulhos/SP, 2008. P. 46.

³²³ Desde o ano 2000, a BAAN, além de abrigar o 1º GDA, passou a abrigar também o 2º Esquadrão do 6º Grupo de Aviação (2º/6º GAv), também conhecido por Esquadrão Guardião, o qual realiza missões avançadas de alerta aéreoantecipado e de sensoriamento remoto.

³²⁴ Também conhecido como Esquadrão Jaguar.

1.235 km/h. Esta façanha tornou a barreira da velocidade do som o grande marco para a medição de velocidade.³²⁵ A entrada do Brasil na era supersônica, em plena década de 1970, exigiu uma mudança de mentalidade doutrinária na Força Aérea. Era a primeira vez que a FAB operaria um caça a jato específico para missões de interceptação aérea³²⁶. Até então, a mentalidade doutrinária que predominava na FAB eram teorias e estudos sobre domínio do ar como as dos estrategistas pioneiros, como Dohuet e Mitchell.

As experiências apreendidas a partir da Guerra da Coreia foram revolucionárias sob diversos pontos de vista. O oficial aviador John Richard Boyd (1927-1997) era um militar da Força Aérea dos EUA que revolucionou o combate aéreo ainda no curso daquela guerra. Pilotando o caça F-86 Sabre, Boyd apreendeu que a capacidade de observação aprimorada, aliada à maior agilidade da aeronave, apresentava grandes chances de sucesso no combate aéreo. Conforme elucidado por Jose María Prats Marí,

os Mig eram, muitos aspectos, tecnologicamente superiores aos aviões americanos, mas tinha um ponto de vulnerabilidade: a resposta do avião aos comandos de vôo era mais lenta que a dos aviões americanos. Esta limitação dos Mig acabaria sendo seu “Calcanhar de Aquiles”. O potente sistema hidráulico que movia os controles de vôo dos Sabre, proporcionava aos pilotos americanos uma vantagem decisiva sobre seus oponentes na luta corpo a corpo: a capacidade de passar de uma manobra a outra muito mais rapidamente. Desta forma, no instante em que o Mig iniciava a reação a uma manobra inicial do Sabre, este, graças a uma rápida contramanobra, rompia a inércia inicial e convertia o movimento do Mig em inapropriado para a nova situação criada pelo americano.³²⁷

³²⁵ PANAZZOLO NETO, Álvaro. As políticas de reaparelhamento da FAB: Associações entre Política Externa e Forças Armadas. Dissertação, Mestrado, UNB. Brasília. 2013. P. 47. Disponível em < http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13367/1/2013_AlvaroPanazzoloNeto.pdf >. Acessado em 26 de outubro de 2015.

³²⁶ Missão aérea destinada a interceptar aeronaves, a fim de identificá-las, restringir-lhes o movimento ou destruí-las.

³²⁷ Tradução livre da autora: “*Los Mig eran, en muchos aspectos, tecnológicamente superiores a los aviones americanos, pero tenían un punto débil: la respuesta del avión a los mandos de vuelo era más lenta que la de los aviones americanos. Esta limitación de los Mig acabaría siendo su “Talón de Aquiles”. El potente sistema hidráulico que movía los controles de vuelo de los Sabre, proporcionaba a los pilotos americanos una ventaja decisiva sobre sus oponentes en la lucha cuerpo a cuerpo: la capacidad de pasar de una maniobra a otra mucho más rápidamente. De este modo, en el instante en que el Mig comenzaba a reaccionar a una maniobra inicial del Sabre, éste, gracias a una rápida contramanobra, rompía la inercia inicial y convertía el movimiento del Mig en inapropiado para la nueva situación creada por el americano.*”. In: MARÍ, Jose Maria Prats. *La Guerra de Mando y Control y la Teoría OODA LOOP*. P. 32. Disponível em < <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=24&cad=rja&uact=8&ved=0CC0QFjAD0BRqFQoTCPbR592y38gCFUgSkAoduv4AhQ&url=http%3A%2F%2Fdialnet.unirioja.es%2Fdescarga%2Farticulo%2F4604097.pdf&usg=AFQjCNFoSMI3A7AWtXBswc1UZKHODT5-JA&bvm=bv.105841590,d.Y2I> >. Acessado em 26 de outubro de 2015.

Durante a Guerra, Boyd desenvolveu o conceito de manobra batizado de *flat-plate-the-bird*, segundo o qual, no combate aéreo, ele reduzia a velocidade da sua aeronave diante da aeronave inimiga, permitindo que esta a ultrapassasse (*overshoot*) e manobrava finalizando com rajadas certeiras no alvo inimigo. A maior capacidade de manobra e a maior energia das aeronaves permitem que elas explorem novas posições no combate aéreo. Ao repassar esses conhecimentos para os pilotos, a superioridade tática dos caças estadunidenses frente aos caças russos MiG-15 resultou em 792 MiGs abatidos.

De acordo com Boyd, a incerteza, a complexidade e a desordem caracterizam o meio ambiente produzindo o caos, assim, este estrategista criou o ciclo de tomada de decisão conhecido por Observação, Orientação, Decisão e Ação (OODA) como estratégia de superação do caos. Segundo Telmo Roberto Machry,

usando essa construção, advoga que obterá sucesso aquele que conseguir completar o ciclo com vantagem de tempo sobre o oponente, de forma que os atrasos de cada ciclo somados começam a prejudicar o tempo de reação do inimigo, conduzindo o sistema de comando e controle do adversário rumo ao colapso. A sobrecarga no sistema operacional provoca a desorientação mental do sistema de comando e controle do oponente, afetando a vontade moral e, conseqüentemente, a operacionalidade dos meios físicos.³²⁸

Quando foi para a reserva, Boyd se tornou consultor da Força Aérea dos EUA e do Pentágono. Os conceitos desenvolvidos por Boyd ampliaram os conhecimentos teóricos e doutrinários sobre domínio do ar, à medida que desenvolveram uma estrutura mental que viabilizou tomadas de decisões táticas e operacionais e possibilitou a conquista do objetivo estratégico, influenciando decisivamente no desenvolvimento das novas gerações de caças e nos manuais militares das forças aéreas dos EUA e de países ocidentais. Enquanto nos EUA, a revolução tecnológica se dava pela nova geração de caças supersônicos que explorassem novas posições no combate aéreo, considerando energia e manobrabilidade, como fatores determinantes na superioridade aérea, no Brasil, a FAB estava buscando novas tecnologias que realizassem interceptação aérea, considerando a velocidade como fator mais importante no combate aéreo.

³²⁸ MACHRY, Telmo Roberto. O Poder Aéreo e a Estratégia da Paralisia de John Warden. ReservAer. Disponível em < <http://www.reservaer.com.br/est-militares/poderaereo.html> >. Acessado em 26 de outubro de 2015.

Por os EUA insistirem na negativa de vender ao Brasil novas tecnologias de aviões de caça, a FAB enviou oficiais para sondar novas tecnologias de empresas e forças aéreas europeias.

Como foi mencionado no capítulo anterior, desde 1958, De Gaulle havia imprimido uma nova orientação estratégica para as Forças Armadas francesas com a implantação da Base Industrial e Tecnológica de Defesa. Segundo Regiane de Melo,

De Gaulle lançou grandes programas de armamentos, dos quais se destacam os relacionados aos três componentes originais das forças nucleares: o avião de caça *Mirage IV* (1964), os mísseis solo-solo (1968) e o submarino nuclear lançador de foguetes *Le Redoutable* (1971).³²⁹

Em 1968, a FAB enviou alguns oficiais para a França para sondar a empresa Marcel Dassault sobre uma possível aquisição dos caças supersônicos Mirage.

O Mirage III era um dos modelos de caças supersônicos mais bem conceituado no Pós-Guerra Fria. Este modelo realizou seu primeiro voo em 17 de novembro de 1956 e foi o primeiro caça europeu a atingir uma velocidade supersônica de Mach 2³³⁰. O Mirage chegou a ser o principal avião de defesa aérea da Força Aérea Francesa e foi usado por 21 nações. O sucesso dos caças Mirage III nas campanhas israelense na Guerra dos Seis Dias, atacando bases aéreas e pistas de aeroportos egípcios pesou na escolha do novo modelo de caça supersônico da FAB.

Em 10 de maio de 1970, o então ministro da Aeronáutica brasileiro, marechal do ar Márcio de Souza e Mello, anunciou a escolha do Mirage III³³¹ para equipar a primeira aeronave de interceptação na América do Sul na missão precípua de defender o espaço aéreo da capital federal. De acordo com Kasseb,

o mês de maio de 1972 foi o escolhido para o envio dos oito primeiros oficiais aviadores brasileiros à França. Para o curso em Mirage III. Eram oficiais com mais de 700 horas de voo, com experiência em jato e que, em sua maioria, já haviam operado com aeronaves como Gloster Meteor, F-8, Lockheed F-80 e T-33, somando uma vasta vivência operacional e administrativa na Força Aérea Brasileira. Eram, portanto, os “homens-chave”. Foram eles que, antes de partirem para a

³²⁹ MELO, Regiane de. Indústria de Defesa e Desenvolvimento. Estudo comparado França-Brasil. Tese, Doutorado, Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, em 2013. P. 74.

³³⁰ Medida definida como a razão entre a velocidade do caça e a velocidade do som

³³¹ No Brasil, o Mirage III passou a ser classificado como Mirage F-103.

França, participaram ativamente da fase pioneira do Sistema de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo (SISDACTA) que começava a tomar forma.³³²

Estes oito oficiais aviadores pioneiros escolhidos pela FAB para absorver conhecimentos na França seriam os responsáveis pela implantação da nova mentalidade doutrinária para caças de interceptação aérea na Força. Esses pilotos ficaram conhecidos na história da aviação brasileira como *Dijon Boys* por terem ido e se instalado na Base Aérea de Dijon-Longvic para absorver conhecimentos sobre o Mirage. Esta Base da Força Aérea francesa está localizada na cidade de Dijon, na região francesa de Borgonha e abrigava o 2º Esquadrão de Caça, Esquadrão de Treinamento, Esquadrão de Formação dos Comandantes do Ar e o Comando de Paraquedistas do Ar. Os *Dijon Boys* ficaram instalados no 2º Esquadrão de Caça desta Base, onde operavam os caças Mirage IIIB de treinamento e adaptação. A partir desta primeira fase, os *Dijon Boys* passaram a operar em unidades de caças francesas diferenciadas, recebendo novos conhecimentos sobre interceptação, manobras de combate e ataque ao solo. Na terceira fase do curso, os pilotos brasileiros, depois de 45 horas de voo adquiridos na 2ª fase, retornaram ao 2º Esquadrão de caças da Base de *Dijon* e realizaram o sobrevoo ao redor dela pilotando o Mirage francês. De acordo com o brigadeiro Lauro Ney Menezes,

adicionadas às exigências básicas anteriores que já tinham sido satisfeitas, o voo em grandes altitudes e velocidades trouxe suas demandas particulares. Esses novos parâmetros exigiram novas atitudes quanto ao controle do espaço aéreo, do controle do tráfego aéreo, das telecomunicações, da meteorologia em altitude e de suas correntes de jato, dos níveis de congelamento, da cartografia para a navegação em grande altitude, dos procedimentos para o voo por instrumentos etc.[...] Os novos sistemas de visada, a nova geração de armas e munição, a aerodinâmica e os materiais, a engenharia motorística, os efeitos das altitudes e velocidade etc. passaram ao cotidiano dos Pilotos de Caça. E, somados a isso, as novas habilidades de pilotagem exigidas para desempenhar as tarefas de emprego dos armamentos, com nova plataforma e em novo cenário.

Embora os oficiais da FAB já conhecessem a nova tecnologia, passaram apenas seis meses na Base Aérea de Dijon, submetidos a um intenso treinamento oferecido pela Força Aérea francesa e pelas empresas que participaram na construção da aeronave. No total, 110

³³² KASSEB, P. F. *Mirage III – EBR/DBR – na Força Aérea Brasileira: antecedentes e legados*. ZLC: Guarulhos/SP, 2008. P. 41.

militares da FAB estiveram na Base Aérea de Dijon, para aprenderem todos estes novos conhecimentos sobre o Mirage. Ao retornarem para o Brasil, os *Dijon Boys* foram responsáveis por transmitir estes conhecimentos a outros militares da FAB que, junto com eles, realizariam a manutenção dos Mirage. Em São José dos Campos, foi criado o Curso do Mirage III, em nível avançado, para capacitar pessoal especializado em Mirage. Os F-103 Mirage III voaram na FAB durante 32 anos, participaram das principais operações militares nesse período e especializaram mais de 220 pilotos em missões de interceptação em defesa aérea. Em 31 de dezembro de 2005, essas aeronaves foram desativadas e substituídas, temporariamente, por novos modelos de caças Mirage.

4.3 – A Era das Asas Rotativas e Mísseis Franceses no Brasil

Em 1969, assumiu a presidência francesa Georges Pompidou (1969-1974) com a promessa de reinserir a política externa da França em um novo contexto estratégico, no qual uma das prioridades seria a reaproximação com países europeus, sob condições diferentes das propostas por De Gaulle. Se, por um lado, distanciou-se do pensamento político-estratégico gaullista com relação à Europa; por outro, manteve a linha de pensamento político-estratégica gaullista com o Brasil. Charbonnel elucida que, “*o governo de Georges Pompidou (1969-1974) deu seguimento à consolidação do sistema idealizado por De Gaulle. Concedeu especial ênfase à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico*”³³³. Antônio Carlos Lessa endossa este pensamento indicando o claro interesse de Pompidou, nesta nova fase da relação, em participar de diferentes programas estratégicos implementados no Brasil. Conforme este autor aponta,

é certo que se verificou o interesse do empresariado francês em participar dos diferentes projetos de infra-estrutura que se implementava no Brasil nesse período, como no campo dos equipamentos elétricos, do material ferroviário, da expansão siderúrgica, das indústrias química e petroquímica, dos equipamentos portuários, das indústrias aeronáutica e das telecomunicações, da indústria mecânica, da mineração, e do material bélico, mas não se estabeleceu, apesar de tantas

³³³ CHARBONNEL, J. *La volonté globale d'industrialisation du Général de Gaulle e du Président Georges Pompidou*. PASCALON, P.; HEBERT, J-P. (Orgs.), 2010, p. 29-32. In: MELO, Regiane de. *Indústria de Defesa e Desenvolvimento. Estudo comparado França-Brasil*. Tese, Doutorado, Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, em 2013. P. 74.

oportunidades, uma ação decisiva que lhes permitissem se amparar de parcelas mais expressivas do mercado brasileiro.³³⁴

Considerando que, na área de Defesa, em 1977, o Brasil havia denunciado o Acordo de Assistência Militar com os EUA e que o mercado de defesa havia se reaberto para novas parcerias estratégicas com a Europa, reabriu-se no mercado brasileiro a oportunidade para a indústria de defesa atuar. De acordo com Regiane de Melo,

no início dos anos 1980, a indústria de defesa francesa dispunha, como idealizado por de Gaulle, de uma força de dissuasão nuclear crível e de todos os equipamentos militares necessários para sua defesa e segurança. A França contava, assim, com uma BITD forte e independente nos setores aéreo, espacial, nuclear, terrestre e naval.³³⁵

Em 1974, Valéry René Marie Georges Giscard d'Estaing (1974-1981) assumiu a presidência da França. Embora comprometidos mais com o institucionalismo europeu, tanto Pompidou quanto Valéry Giscard d'Estaing envidaram esforços para fortalecer e projetar as indústrias de defesa francesas no mercado de defesa brasileiro, em especial, o aeronáutico.

Foi na gestão de Pompidou que esta Delegação passou a centralizar e coordenar todo o esforço de pesquisa em tecnologias militares franceses, ao ser criada a *Direction des Recherches, Études et Techniques de l'Armement* (Departamento de Pesquisa, Estudos e Técnicas - DRET). Regiane de Melo afirma que, rapidamente, o DRET “se consolidou como “ator nacional essencial na busca da excelência tecnológica”³³⁶ e que, “com a criação do departamento, a DGA visou a compartilhar os investimentos pesados de implementação e de manutenção e evitar duplicações na indústria”³³⁷. Hélène Masson endossa as palavras de Regiane esclarecendo que,

depois dos anos 1960, um movimento de concentração industrial vê a constituição de um produtor principal para cada tipo de produção, líder em seu setor: Thomson (eletrônica), DCN

³³⁴ LESSA, Antonio Carlos. Os vértices marginais de vocações universais: as relações entre a França e o Brasil de 1945 a nossos dias. Revista Brasileira de Política Internacional. vol.43 no.2 Brasília July/Dec. 2000. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292000000200002&script=sci_arttext>. Acessado em 29 de outubro de 2015.

³³⁵ MELO, Regiane de. Indústria de Defesa e Desenvolvimento. Estudo comparado França-Brasil. Tese, Doutorado, Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, em 2013. P. 75.

³³⁶ MELO, Regiane de. Indústria de Defesa e Desenvolvimento. Estudo comparado França-Brasil. Tese, Doutorado, Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, em 2013. P. 74.

³³⁷ MELO, Regiane de. Indústria de Defesa e Desenvolvimento. Estudo comparado França-Brasil. Tese, Doutorado, Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, em 2013. P. 74.

(naval), Aerospatiale (aeronáutico), Dassault aviation (aviação de combate), GIAT Industries (terrestre). Estes cinco grupos realizaram, sozinhos, cerca de dois terços da produção total de armamentos da França durante este período.³³⁸

Em 1977, a DMA foi transformada em Delegação Geral do Armamento (DGA).

Todo este esforço industrial e tecnológico francês iniciado por De Gaulle garantiu que a França dominasse todas as etapas de produção em produtos estratégicos de defesa. Destas empresas citadas acima, duas se destacaram no mercado de defesa brasileiro, a *Dassault Aviation*, que, desde o início da década de 1970, aceitou o desafio de inserir a FAB na era de caças supersônicos, e a *Société Nationale Industrielle Aérospatiale*.

A *Aérospatiale* era fruto da fusão das empresas públicas francesas *Sud Aviation*, *Nord Aviation* e *Société d'Études et de Réalisation d'Engins Balistiques* (Sereb) no ano de 1970. Suas atividades tiveram início em 1971. Esta sociedade, originalmente, tinha três divisões: a de Aeronáutica, a de Helicópteros e a de Espaço e Defesa. As tecnologias de asas fixas e asas rotativas têm em comum os mesmos conceitos básicos de aeroelasticidade, aerodinâmica, e resistência estrutural.

No início da década de 1970, uma associação industrial iniciou sondagens para desenvolver no Brasil uma linha de helicópteros em parceria com a *Aérospatiale*. Em virtude do sucesso que a Embraer já havia apresentado no desenvolvimento de um caça em cooperação com empresas italianas, esta associação recorreu a Ozires Silva para tentar viabilizar o projeto junto dos ministérios militares. Ozires Silva aceitou o desafio e entrou em contato com a *Aérospatiale*, a qual concordou com a proposta brasileira e propôs a fabricação da linha de produção do *SA341 Gazelle*. O projeto deste modelo pertencia à antiga *Sud Aviation*. O início de sua produção data de 1967 e era um dos mais modernos helicópteros da época. De acordo com Paulo Laux, “*um dos itens nobres dessa máquina polivalente era o seu revolucionário motor de cauda, conhecido como Fenestron, cujas lâminas giravam silenciosamente embutidas no interior de um invólucro circular*”³³⁹. A Embraer então, enviou uma comitiva composta por oficiais pilotos brasileiros, mais um representante da Embraer, para conhecer as instalações fabris da *Aérospatiale*, em Marignane, no sul da

³³⁸ MASSON, Hélène. Indústrias de defesa na França e na Europa: emergência, mutação, perspectivas de evolução. Rev. Bra. Est. Def. ano 1, nº 1, jul./dez. P. 151. Disponível em <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=6&cad=rja&uact=8&ved=0CDoQFjAFahUKEwj4voi65ObIAhVBj5AKHAB6Dcw&url=http%3A%2F%2Fseer.ufrgs.br%2Findex.php%2Fbed%2Farticle%2Fdownload%2F46676%2F30878&usg=AFQjCNEqZGGve0scD6KUR92JJ8dOLYirQw&sig2=VL1rnUccwUnuGCFwKkvlQg&bvm=bv.106130839,d.Y2I>>. Acessado em 29 de outubro de 2015.

³³⁹ LAUX, Paulo. Helibras 35 Anos: a Saga da Única Fabricante de Helicópteros do Brasil. São Paulo: Convergência, 2003. P. 11.

França. Assim que a comitiva voltou ao Brasil se reuniu por dois meses com técnicos da Embraer, em São José dos Campos, para verificar a viabilidade do projeto. Os técnicos avaliaram que o modelo de aeronave proposto pela empresa francesa seria demasiadamente arriscado, à medida que se encontrava no estado da arte e se configuraria um salto tecnológico muito alto que a empresa brasileira não teria condições de acompanhar. Após três meses, a Embraer levou a proposta aos três ministros militares, prontificando-se realizar uma *joint venture* com a empresa francesa para a fabricação de helicópteros da linha Ecureuil³⁴⁰ nas versões militar e civil no Brasil. Ozires Silva conduziu a proposta do projeto aos ministros militares, no entanto, não demonstraram interesse na proposta de apoiar a instalação de uma fabricante de helicópteros em território nacional e a tentativa se frustrou.

O ministério da Aeronáutica, em 1977, recobrou o antigo projeto que lhe foi proposto e procurou no Instituto de Fomento à Indústria (IFI), os meios para viabilizar o desenvolvimento de uma indústria de asas rotativas, aos moldes da Embraer. O ministério da Aeronáutica decidiu por então, promover uma licitação internacional, mediante a condição de que a empresa estrangeira aceitasse instalar a fábrica em território nacional. Permaneceria em condições de sócia minoritária de capital e a empresa a ser criada não poderia apresentar déficit na balança de divisas. De acordo com Candau, “*dados de 1982 revelavam que cerca de 55% dos 38.000 helicópteros em operação no mundo eram militares. Por outro lado, a frota brasileira não ultrapassava a casa de 130 aparelhos. No mesmo ano, voavam na França cerca de 1500 aeronaves de asa rotativa*”³⁴¹. Diversas empresas se interessaram na licitação, inclusive, empresas que já haviam vendido helicópteros para as Forças Armadas brasileiras. O coronel da FAB, engenheiro formado pelo ITA, Nivaldo Alves da Silva, relatou que, “*não foi só a Aérospatiale que entrou com o projeto. Havia também as propostas da Agusta, da Bell, da Sikorsky e mais outra*”³⁴². De acordo com este militar,

pouco a pouco, o Conselho de Desenvolvimento Industrial do Ministério mandava os projetos para o CTA, onde eu tinha uma equipe técnica de 25 homens para analisar cada um deles. Um após outro, nós avaliamos todos os projetos internacionais que

³⁴⁰ No Brasil, este modelo é chamado de Esquilo.

³⁴¹ CANDAU, Jean F. Helicópteros militares. Defesa Latina, ano 2, v. 15, mar. /abr. 1982. In: MERQUIOR, Douglas M. As Bases para o Surgimento de uma Indústria Aeronáutica Brasileira de Asas Rotativas. Monografia, Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia, ESG. Rio de Janeiro. 2013. P. 26. Disponível em < <http://200.143.206.219/images/Monografias/2013/SILVAJUNIOR.pdf> >. Acessado em 29 de outubro de 2015.

³⁴² LAUX, Paulo. Helibras 35 Anos: a Saga da Única Fabricante de Helicópteros do Brasil. São Paulo: Convergência, 2003. P. 19.

nos chegaram às mãos. Na época eu era o responsável por essas avaliações.³⁴³

Em 1977, o projeto proposto pela *Aérospatiale* foi aceito pelo CTA e a equipe técnica enviou o parecer para o Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), no Rio de Janeiro, com a decisão já tomada.

Em abril de 1978, nascia a empresa Helicópteros do Brasil S. A. (Helibras), única fabricante de helicópteros da América Latina, na qual 45% pertenciam à empresa francesa *Aérospatiale*, 22,5% pertenciam à Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais, outros 22,5% pertenciam à Minas Gerais Participações e a Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul participava com 10%. O governador do estado de Minas Gerais, Aureliano Chaves, desenvolvia uma política de incentivos à criação de pólos industriais³⁴⁴, o que justifica participação dessas empresas na sociedade.

Laux conta que, nas palavras de Nivaldo, “*o grau acentuado de tecnologias novas e avançadas comparadas com as aeronaves dos vários fabricantes foi um dos valores determinantes que viabilizou a melhor escolha, que foi a Aérospatiale*”³⁴⁵. A previsão era de que fossem construídos duzentos helicópteros Esquilo em um prazo de dez anos no Brasil, resultando em um total de quase 60% de índice de nacionalização. Nivaldo Alves da Silva se tornou o primeiro diretor superintendente da Helibras. Laux concluiu que,

no início de 1978, a proposta recebeu o aval definitivo do CDI. Mas, a despeito das qualidades do Esquilo, na opinião unânime dos principais executivos que participaram da constituição do primeiro núcleo da Helibras, a *Aérospatiale* não ganhou apenas com um projeto de helicóptero. Ela ganhou com um projeto de indústria.³⁴⁶

Itajubá foi a cidade escolhida no sul de Minas Gerais para abrigar a primeira fábrica da Helibras. De acordo com Marcos José Barbieri Ferreira *et al*, além de Itajubá estar próxima de São José dos Campos, o centro industrial da aeronáutica brasileira, a cidade mineira já possuía

³⁴³ LAUX, Paulo. Helibras 35 Anos: a Saga da Única Fabricante de Helicópteros do Brasil. São Paulo: Convergência, 2003. P. 19.

³⁴⁴ FERREIRA, Marcos José Barbieri. ARAÚJO, Rogério Dias de Araújo. MELLO, Carlos Henrique Mello. MARQUES, Rosane Marques. Indústria Aeronáutica: Segmento de Fabricação de Helicópteros. Relatório de Acompanhamento Setorial. ABDI. Volume II. Outubro de 2008. P. 9. Disponível em <<http://www.abdi.com.br/Estudo/Aeron%C3%A1utica%20-%20outubro2008.pdf>>. Acessado em 29 de outubro de 2015.

³⁴⁵ LAUX, Paulo. Helibras 35 Anos: a Saga da Única Fabricante de Helicópteros do Brasil. São Paulo: Convergência, 2003. P. 21.

³⁴⁶ LAUX, Paulo. Helibras 35 Anos: a Saga da Única Fabricante de Helicópteros do Brasil. São Paulo: Convergência, 2003. P. 21.

um pólo industrial, contando assim com certa qualificação da mão-de-obra³⁴⁷. Além disso, os incentivos fiscais e financeiros das prefeituras e dos governos, estadual e federal, a grande oferta de mão de obra, oferta de mão de obra qualificada e pela facilidade de escoamento da produção através das rodovias se tornaram atrativos para a implantação da nova fábrica.

Em 1977, a Marinha do Brasil procurou a *Aérospatiale* a fim de propor a compra de helicópteros modelo Esquilo. Assim que, a Helibras foi constituída, a Marinha nomeou o então capitão-de-corveta, instrutor de voo, Pedro Augusto Bittencourt Lynch como delegado deste projeto, o qual passou um ano dentro do hangar X-10 do CTA, na companhia de funcionários franceses da *Aérospatiale* para absorver conhecimentos técnicos do modelo. Lynch relatou o seguinte: “foi nessa fase que eu cheguei, nomeado delegado da Marinha em uma fábrica que ainda nem existia”³⁴⁸. Findada esta primeira etapa, Lynch foi nomeado chefe do departamento de Projetos da Diretoria de Aeronáutica da Marinha e foi o responsável também por receber os helicópteros. De acordo com Laux, “o militar conta que, à medida que chegavam os primeiros caixotes para a montagem dos Esquilo – que já vinham semiprontos da França – ele precisava voar 50 horas em cada um deles”³⁴⁹. Foi quando ele teve a ideia de criar uma prova de avaliação de São José do Campos até Manaus. As encomendas à empresa francesa resultaram em um total de seis unidades da aeronave. Assim que montou a última aeronave, foi nomeado o comandante do Esquadrão e teve que ser o responsável pela formação dos pilotos. Segundo Laux, Lynch relata que tinha “36 pilotos que não sabiam pilotar, e eu tive que ensinar a todos eles. Dois meses depois, tínhamos 36 pilotos operacionais no equipamento”³⁵⁰. O militar relata ainda que para o Esquilo ganhar o respeito da Marinha teve que passar por algumas provas de fogo. A primeira foi passar pela prova do *Pedro*. Em todas as operações militares de decolagem e pouso de aeronave desde um navio aeródromo, tem que haver um helicóptero a cerca de 500 metros dos navios para realizar o resgate dos pilotos caso ocorra algum acidente. O *Pedro* é um termo de Marinha para se referir ao helicóptero que faz o resgate dos pilotos. Foi realizada uma missão de treinamento com o navio aeródromo brasileiro Minas Gerais usando bonecos como pilotos e o Esquilo

³⁴⁷ FERREIRA, Marcos José Barbieri. ARAÚJO, Rogério Dias de Araújo. MELLO, Carlos Henrique Mello. MARQUES, Rosane Marques. Indústria Aeronáutica: Segmento de Fabricação de Helicópteros. Relatório de Acompanhamento Setorial. ABDI. Volume II. Outubro de 2008. P. 9. Disponível em <<http://www.abdi.com.br/Estudo/Aeron%C3%A1utico%20-%20outubro2008.pdf>>. Acessado em 29 de outubro de 2015.

³⁴⁸ LAUX, Paulo. Helibrás35 Anos: a Saga da Única Fabricante de Helicópteros do Brasil. São Paulo: Convergência, 2003. P. 16.

³⁴⁹ LAUX, Paulo. Helibrás35 Anos: a Saga da Única Fabricante de Helicópteros do Brasil. São Paulo: Convergência, 2003. P. 16.

³⁵⁰ LAUX, Paulo. Helibrás35 Anos: a Saga da Única Fabricante de Helicópteros do Brasil. São Paulo: Convergência, 2003. P. 17.

passou na primeira prova de fogo. Lynch foi então, até o seu comandante e perguntou se ele estava satisfeito com a aeronave. O comandante disse a ele, então, que ainda não tinha certeza da confiabilidade da aeronave à medida que o teste havia sido feito com bonecos. Lynch conta que um dos membros de sua equipe se voluntariou e foi jogado ao mar. O resgate foi realizado pelo Esquilo com sucesso em noventa segundos. Essa era a segunda prova de fogo que o Esquilo havia passado. A terceira prova ocorreu nas missões de apoio de fogo, na qual o Esquilo participou de operações realizadas no Pantanal e mais uma vez, a aeronave comprovou sua confiabilidade.

A Aviação Naval brasileira incentivou a produção de helicópteros do Brasil e se tornou a primeira operadora nacional do helicóptero Esquilo. Muitos desconfiavam se a Helibras poderia ser uma indústria de asas rotativas de ponta. De acordo com Laux,

independentemente do local escolhido, não foram poucos aqueles que se opuseram, ainda em tese, ao projeto da implantação da sofisticada indústria no Brasil. Autoridades, parte da imprensa, empresas concorrentes cujos projetos não haviam sido escolhidos, apontavam a nova indústria como uma empresa meramente de montagem, descrentes de que um dia a empreitada pudesse vir a dar certo. Sempre havia também aquela história de que as máquinas eram construídas na França para depois serem despachadas semiprontas para o Brasil. Mineiramente falando, a desconfiança era enorme.³⁵¹

Já em 1981, o cronograma de nacionalização das peças do Esquilo teve que ser adiado por a Helibras alegar ao CDI que não conseguiria cumprir a meta de 57%. No ano seguinte, a empresa estipulou a meta de *“que somente em 1991 seriam nacionalizadas as partes nobres do helicóptero, incluindo-se as pás, as caixas de redução e a cabeça do rotor, três componentes tecnologicamente complexos de um helicóptero”*³⁵².

A partir de 1982, a Helibras passou a oferecer serviço pós-venda aos clientes. De acordo Solange Galante, *“em 1982, recebida uma notificação de pane ou simples manutenção*

³⁵¹ LAUX, Paulo. Helibras 35 Anos: a Saga da Única Fabricante de Helicópteros do Brasil. São Paulo: Convergência, 2003. P. 24.

³⁵² MERQUIOR, Douglas M. As Bases para o Surgimento de uma Indústria Aeronáutica Brasileira de Asas Rotativas. Monografia, Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia, ESG. Rio de Janeiro. 2013. P. 26. Disponível em < <http://200.143.206.219/images/Monografias/2013/SILVAJUNIOR.pdf> >. Acessado em 29 de outubro de 2015.

de rotina, a Helibras providenciava o despacho da peça solicitada para o operador em no máximo em 48 horas, mesmo que fosse um helicóptero no meio da selva”³⁵³.

Em 1984, a FAB encomendou à Helibras a produção de trinta helicópteros Esquilo monoturbina, onze helicópteros biturbina e dez helicópteros Super Puma. Este último modelo teve sua produção iniciada em 1978 pela *Aérospatiale*.

Entre os anos de 1983 e 1985, a Helibras fechou mais dois contratos para o fornecimento de helicópteros para a Marinha do Brasil. Pela primeira, a empresa brasileira de asas rotativas participava do desenvolvimento e instalação do sistema de armamento para os helicópteros Esquilo.

Em 1986, a Aviação Militar do Exército Brasileiro (AvEx) é recriada pelo então ministro da Guerra, general de Exército Leônidas Pires Gonçalves.³⁵⁴ Com a criação desta organização militar, mais uma oportunidade de mercado estava se abrindo para a Helibras. Em 1988, a Helibras venceu sua primeira concorrência internacional através do consórcio *Aérospatiale*/Helibras/Engesa para o fornecimento de dezesseis helicópteros Esquilo e 36 helicópteros modelo *Panther* para equipar os pelotões da AvEx.

O *Panther* se configurou como o terceiro modelo de helicóptero que a *Aérospatiale* conseguiu assegurar a venda no Brasil. Este modelo realizou seu primeiro voo em 1984, iniciou sua produção em 1986 e foi projetado pela empresa francesa em duas versões, uma naval e outra para a força terrestre. A versão naval foi projetada e equipada com sistemas específicos para a realização das tarefas navais e missões que empreguem mísseis anti-navio de longo alcance. Diferente do nível de complexidade das pás das hélices do Esquilo, as do *Panther* podem ser dobradas e removidas com facilidade, o que, comparado ao outro modelo, barateia um pouco o seu custo de produção. De acordo com Solange Galante,

além das aeronaves, este contrato de aquisição da frota inicial da Aviação do Exército incluía também o fornecimento de ferramental especializado para manutenção, suprimentos para os anos iniciais de operação, treinamento de mais de 200 pilotos e mecânicos militares, documentação técnica com atualização permanente, serviços de nacionalização da manutenção e assistência técnica em campo com base operacional nas

³⁵³ GALANTE, Solange. HELIBRAS – 30 Anos – As Asas Rotativas do Brasil. Revista Flap. P. 4. Disponível em < http://www.revistaflap.com.br/web/_FILES/upload/24042012-114724-Helibras30anos.pdf >. Acessado em 29 de outubro de 2015.

³⁵⁴ Em 1941, com a criação do Ministério da Aeronáutica, foram extintas a Escola de Aviação Militar e a Escola de Aviação Naval.

instalações do AvEx, assistência renovada periodicamente até os dias atuais.³⁵⁵

Além de helicópteros, aviões e vetores espaciais, já na década de 1970, a *Aérospatiale* também produzia mísseis da família *Exocet*. O projeto desta família, originalmente, pertencia a empresa francesa *Nord-Aviation*, e sua construção data de 1967. Além da família *Exocet*, esta empresa também produzia as famílias de mísseis AA.20, AS-20, AS-30, SS.10, SS.11 e SS.12/AS.12. Entre 1970 e 1974, com a fusão que resultou na fundação da *Aérospatiale*, esta sociedade francesa passou a produzir a família *Exocet*. As versões produzidas desta família pela *Aérospatiale* são as seguintes: MM38, AM38, AM39, SM39 e MM40. O *layout* de todas as versões dos *Exocet* é o mesmo. Esta família foi a primeira geração de míssil anti-navio com capacidade *sea skimming*³⁵⁶.

O interesse da Marinha do Brasil em mísseis remonta ao final da década de 1970. Embora desde essa década, esta Força importasse a versão MM38 da *Aérospatiale*, paralelamente, a força iniciou a seleção de uma equipe de engenheiros para desenvolver autonomamente um míssil anti-navio em território nacional. No início da década de 1980, esta equipe teve autorização e foi enviada pela Marinha para cursar mestrado em Engenharia Aeronáutica no MIT. De acordo com o almirante Ronaldo Fiúza de Castro, “o objetivo da Marinha do Brasil era desenvolver um míssil que estivesse ao alcance dos sensores dos navios brasileiros, ou seja, aproximadamente, 60 km”³⁵⁷. Este militar, na época capitão de corveta do Corpo da Armada, foi um dos selecionados pela Marinha para ir ao MIT e cursou o mestrado em Engenharia Aeronáutica nas áreas de controle, navegação e guiagem de mísseis.

Devido ao elevado custo do desenvolvimento deste projeto nacional, a Marinha do Brasil continuou importando mísseis da *Aérospatiale*, o que, resultou em um total de oito lançadores, 22 mísseis MM38 e 25 mísseis MM40. Este último é uma versão aperfeiçoada do MM38 com melhorias no computador de guiamento, no alcance, no controle de altitude, no sistema de controle, no radar, na capacidade de manobra entre outras. Esta nova versão foi projetada em 1976 e sua produção foi iniciada em 1981.

³⁵⁵ GALANTE, Solange. HELIBRAS – 30 Anos – As Asas Rotativas do Brasil. Revista Flap. P. 4. Disponível em < http://www.revistaflap.com.br/web/_FILES/upload/24042012-114724-Helibras30anos.pdf >. Acessado em 29 de outubro de 2015.

³⁵⁶ Capacidade que um míssil tem de voar bem baixo sobre a superfície do mar, mas alto o suficiente para atingir o alvo. Em geral, os *Exocet* só são detectados pelos inimigos a 6km do alvo, no qual o tempo de reação é demasiado curto para evitar a colisão.

³⁵⁷ Entrevista do vice almirante Ronaldo Fiúza de Castro, atual gerente do projeto de desenvolvimento de míssil anti-navio da Marinha do Brasil, à Fernanda Corrêa, em 2 de fevereiro de 2011, no Edifício Tamandaré, no Rio de Janeiro.

A *Aérospatiale* era uma das empresas que recebiam subsídios da DGA, órgão vinculado ao ministério da Defesa francês. De acordo com Regiane de Melo,

esse sistema de produção de armamentos, institucionalizado em torno da DGA, funcionou sem maiores alterações até o final da década de 1980, garantindo grande estabilidade aos produtores e planejamento perene de atividades. O sistema não previa efetiva concorrência. Critérios de segurança de produção e de respeito dos prazos de entrega, assim como de capacitação técnica, eram priorizados em relação aos de custo (o que levou a sobrecustos consideráveis em alguns programas).³⁵⁸

Com o fim da Guerra Fria, o discurso pacifista internacional reorientou as alianças estratégicas da França no nível europeu. Além disso, o discurso pacifista que tomou conta da Europa, de acordo com Masson, contestou o papel econômico do Estado e deslegitimou o setor público na manutenção dos subsídios das indústrias de defesa nacionais, orientando as indústrias a se transformarem em sociedades anônimas e a abrirem seus capitais³⁵⁹. Regiane de Melo concorda com Masson afirmando que,

o sistema gaullista de produção de armamentos se viu profundamente abalado pela onda neoliberal, que, ao pregar desregulamentação, privatização, abertura do capital das empresas públicas e desengajamento do Estado de atividades de produção, questionava as próprias bases do sistema de produção de armamentos: lugar central do Estado, empresas estatais, prioridade dos objetivos político-estratégicos e compromisso social do Estado com as empresas e seus assalariados.³⁶⁰

Além do questionamento europeu sobre o poder do Estado na gestão da Defesa, os altos custos da manutenção da política de armamentos baseada em independência tecnológica

³⁵⁸ MELO, Regiane de. Indústria de Defesa e Desenvolvimento. Estudo comparado França-Brasil. Tese, Doutorado, Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, em 2013. P.75. Disponível em < http://funag.gov.br/loja/download/1112_Industria_de%20defesa_e_desenvolvimento_estrategico.pdf>. Acessado em 29 de outubro de 2015.

³⁵⁹ MASSON, Hélène. Indústrias de defesa na França e na Europa: emergência, mutação, perspectivas de evolução. Rev. Bra. Est. Def. ano 1, nº 1, jul./dez. P. 152. Disponível em < <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=6&cad=rja&uact=8&ved=0CDoQFjAFahUKEwj4voi65ObIAhVBj5AKHaB6Dcw&url=http%3A%2F%2Fseer.ufrgs.br%2Findex.php%2Fbed%2Farticle%2Fdownload%2F46676%2F30878&usg=AFQjCNEqZGGve0scD6KUR92JJ8dOLYirQw&sig2=VL1rnUccwUnuGCFwKkvlQg&bvm=bv.106130839,d.Y2I>>. Acessado em 29 de outubro de 2015.

³⁶⁰ MELO, Regiane de. Indústria de Defesa e Desenvolvimento. Estudo comparado França-Brasil. Tese, Doutorado, Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, em 2013. P.76 Disponível em < http://funag.gov.br/loja/download/1112_Industria_de%20defesa_e_desenvolvimento_estrategico.pdf>. Acessado em 29 de outubro de 2015.

e industrial, de acordo com Jean-Francois Coutris³⁶¹, razões internas na própria DGA também explicam as mudanças no sistema gaullista de Defesa, tais como: o sistema estar inteiramente voltado para satisfazer as necessidades de projetos específicos das Forças Armadas francesas, como a dissuasão nuclear. Cumprido o objetivo do projeto, não havia mais propósito para o sistema ter continuidade. O sistema não tinha por objetivo a rentabilidade e a competitividade, o que limitou a capacidade de exportação e o enfraquecimento de muitas empresas. A DGA não se habilitou para produzir grandes sistemas complexos e heterogêneos de defesa, mas sim, permitiu que a iniciativa privada exercesse estas funções. Por último, Coutris acusa a DGA de não incorporar tecnologias oriundas do mundo civil.

Diante deste cenário, pós fim da Guerra Fria, o governo francês buscou reestruturar as empresas de Defesa, vinculadas a DGA, com a finalidade de suprimir as duplicações e promover parcerias industriais na forma de, como já mencionado, sociedades anônimas e capitais abertos. Diversos conglomerados de defesa surgiram nesta época na França, entre eles: a francesa *Mécanique Avion Traction* (Matra) e a *Marconi Space Systems* se fundiram através de *joint venture* e surgiu a *Matra Marconi Space*, a *Thomson CSF* se fundiu com o grupo britânico Racal. Em primeiro de janeiro de 1992, as divisões de helicópteros da *Aérospatiale* se fundiram com a empresa alemã *Daimler Chrysler Aerospace* resultando na *Eurocopter Group*. A *European Aeronautic Defence and Space Company* (EADS) foi o resultado da fusão da francesa *Aérospatiale-Matra* com a alemã *Daimler Chrysler Aerospace AG* (Dasa) e a espanhola *Construcciones Aeronáuticas S.A.* (Casa). De acordo com Regiane de Melo,

o conglomerado EADS estruturou-se em torno de quatro grandes filiais: Airbus (aeronáutica), Astrium (espaço), Cassidian (defesa) e Eurocopter (helicópteros). A empresa também passou a ter participações importantes na European Missile Industry [MBDA Missile Systems] (MBDA) (mísseis), Ariespace (espaço), ATR (aeronáutico) e Aerolia (peças de avião), dentre outros. A MBDA foi criada em 2001, reagrupando as atividades na área de mísseis da Aérospatiale e

³⁶¹ COUTRIS, J-F. *Systémiers et équipementiers : une harmonie nécessaire*. In: PASCALON, P. & HEBERT, J-P. *La politique industrielle d'armement et de Défense de la Ve République : evolution, bilan et perspectives*. Paris: l'Harmattan, 2010, p. 229-242. In: MELO, Regiane de. *Indústria de Defesa e Desenvolvimento. Estudo comparado França-Brasil*. Tese, Doutorado, Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, em 2013. P.77 Disponível em <http://funag.gov.br/loja/download/1112_Industria_de%20defesa_e_desenvolvimento_estrategico.pdf>. Acessado em 29 de outubro de 2015.

da Matra, francesas, da Aerospace e GEC, britânicas, da italiana Finmeccanica e da alemã Dasa.³⁶²

A partir da fusão, em 1992 a Helibras passa também a pertencer ao *Eurocopter Group*. De acordo com René Dellagnezze,

desde sua criação, em 78, a Helibras já produziu e entregou ao mercado cerca de 500 helicópteros, entre eles 70% do modelo Esquilo. Aproximadamente 10% da produção total é exportada para países latino-americanos, como Argentina, Bolívia, Chile, México, Paraguai, Uruguai e Venezuela.³⁶³

No mesmo ano em que a Helibras se tornou membro do *Eurocopter Group*, a empresa fechou três importantes contratos: o primeiro foi para a aquisição e instalação de sistema de armas nos helicópteros Esquilo e o fornecimento de vinte helicópteros modelo Fennec para o Exército Brasileiro e o terceiro contrato foi a venda do primeiro helicóptero *Eurocopter EC135* para o mercado executivo no Brasil.

A *Aérospatiale* produziu as suas famílias de mísseis até 1999. Neste ano, a divisão *Space and Defense* da *Aérospatiale* foi também absorvida pela *Matra Missiles* e esta *joint venture* continuou a produzir todas estas famílias de mísseis. Em dezembro de 2001, a *Aérospatiale* e a *Matra Missiles* se fundiram à empresa italiana *Finmeccanica S.P.A.* e à empresa inglesa *BAE Systems*, gerando o consórcio denominado MBDA. A partir desta data, de acordo com o almirante Fiúza, o “*consórcio comunicou à Marinha do Brasil que não mais produziria o míssil MM38, apenas produziria a versão MM40 dos Exocet*”³⁶⁴. Esta notícia se configurou como um grande problema no seio da instituição naval e deu origem à retomada do antigo projeto de desenvolver um míssil autonomamente, nacionalizando partes do míssil MM38, como será visto no próximo capítulo.

³⁶² MELO, Regiane de. Indústria de Defesa e Desenvolvimento. Estudo comparado França-Brasil. Tese, Doutorado, Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, em 2013. P.78 Disponível em < http://funag.gov.br/loja/download/1112_Industria_de%20defesa_e_desenvolvimento_estrategico.pdf>. Acessado em 29 de outubro de 2015.

³⁶³ DELLAGNEZZE, René. 200 Anos da Indústria de Defesa no Brasil. ECS Defesa. Disponível em < <http://www.ecsdefesa.com.br/defesa/fts/200ANOS.pdf>>. Acessado em 29 de outubro de 2015.

³⁶⁴ Entrevista do Vice Almirante Ronaldo Fiúza de Castro, atual gerente do projeto de desenvolvimento de míssil anti-navio da Marinha do Brasil, à Fernanda Corrêa, em 2 de fevereiro de 2011, no Edifício Tamandaré, no Rio de Janeiro.

CAPÍTULO 5

POLÍTICAS PÚBLICAS E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA PARA A DEFESA NACIONAL NO SÉCULO XXI

5.1 – Políticas Públicas de Defesa

Como discutido no **Capítulo 3**, com o fim da Segunda Guerra Mundial, os militares brasileiros voltaram suas preocupações para estudar o fenômeno da guerra e interagir com instituições militares de ensino estrangeiras, como o *National War College*, a fim de implantar em território nacional uma escola de ensino superior militar. Em 1949, nasceu a Escola Superior de Guerra e, com a intervenção civil-militar de 1964, nasceu a Doutrina de Segurança Nacional. De acordo com Cecília Maria Bouças Coimbra,

o ponto de partida da Doutrina de Segurança Nacional foi a revisão do conceito de "defesa nacional". Concebido tradicionalmente como proteção de fronteiras contra eventuais ataques externos, este conceito, ao final dos anos 50, mudou para uma nova doutrina: a luta contra o inimigo principal, as "forças internas de agitação". Esta revisão apoiava-se na bipolarização do mundo advinda com a chamada "guerra fria". De um lado, os alinhados com a "democracia": os Estados Unidos e seus aliados; de outro, os comprometidos com o "comunismo internacional": a União Soviética, os países "satélites" e "os comunistas".³⁶⁵

Em virtude dos ensinamentos trazidos por militares estadunidenses e franceses às escolas de ensino superior militar brasileiras sobre Guerra Revolucionária, a DSN se transformou em Lei em 1968 e o inimigo deixou de ser exclusivamente o externo e passou a incluir também o interno; voltando o emprego das estratégias, táticas e logísticas militares para combater todos aqueles que questionavam o regime autoritário então implantado. Coimbra acrescenta que,

segundo Golbery, a Doutrina de Segurança Nacional fazia uma comparação entre segurança e bem-estar social. Ou seja, se a "segurança nacional" está ameaçada, justifica-se o sacrifício do bem-estar social, que seria a limitação da liberdade, das

³⁶⁵ COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Doutrinas de segurança nacional: banalizando a violência. P. 10. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/pe/v5n2/v5n2a02.pdf> >. Acessado em 18 de janeiro de 2016.

garantias constitucionais, dos direitos da pessoa humana. Foram estes princípios de "segurança nacional" que nortearam a subjetividade oficial em vigor à época: a caça ao "inimigo interno". Para isto, foi amplamente modificado o sistema de segurança do Estado brasileiro.³⁶⁶

Para apoiar o regime autoritário recém instituído no Brasil, em 1964, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) criou o Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI) a fim de estudar e adaptar a indústria paulista às necessidades das FAs e à produção de material bélico. Segundo José Wladimir Freitas da Fonseca,

este grupo visava preparar as indústrias e as Forças Armadas para o período em que se supunha que intensos combates seriam travados entre forças do governo e a guerrilha antigolpe. Havia, desta forma, uma justificativa imediata para um esforço de produção local de material bélico.³⁶⁷

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, diversas palestras e seminários ocorreram, reafirmando o interesse da indústria paulista em prestar sua colaboração e garantir a vitória do Estado contra a subversão. Em 1973, inclusive, o empresário Quirino Grassi propôs, em seminário na ESG, a criação de um fundo com contribuições de cada Arma a fim de ampliar as relações comerciais com o setor privado. Eduardo Henrique Becker Deglilesposti elucida que a crise econômica brasileira, na década de 1960, nas palavras de Renato Dagnino, foi utilizada *“como justificativa para a implementação de tal indústria, pois em consequência da falta de condições financeiras para importar equipamentos novos, a solução seria a mobilização de empresários no sentido de fabricar internamente alguns itens necessários”*³⁶⁸. Deglilesposti completa que, *“segundo o mesmo autor, foi também essa difícil conjuntura econômica interna que estimulou o interesse dos empresários, principalmente aqueles ligados à Fiesp, a utilizar a capacidade ociosa de suas fábricas e converter parte delas para a produção de armamentos”*³⁶⁹.

³⁶⁶ COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Dourinas de segurança nacional: banalizando a violência. P. 10. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/pe/v5n2/v5n2a02.pdf> >. Acessado em 18 de janeiro de 2016.

³⁶⁷ FONSECA, José Wladimir Freitas da. O desenvolvimento da indústria bélica no Brasil e seu processo de Spin-off. Revista de Economia Política, V. 20, Nº 3, (79), Julho-Setembro de 2000. P. 145. Disponível em < <http://www.rep.org.br/pdf/79-8.pdf> >. Acessado em 18 de janeiro de 2016.

³⁶⁸ DEGLILESPOSTI, Eduardo Henrique Becker. A Indústria de Defesa Brasileira: o setor de carros de combate e a Engesa. Dissertação, UNESP, Araraquara, Maio de 2006 P.p. 58-59. Disponível em < <http://wwws.fclar.unesp.br/agenda-pos/economia/869.pdf> >. Acessado em 18 de janeiro de 2015.

³⁶⁹ DEGLILESPOSTI, Eduardo Henrique Becker. A Indústria de Defesa Brasileira: o setor de carros de combate e a Engesa. Dissertação, UNESP, Araraquara, Maio de 2006 P. 58. Disponível em < <http://wwws.fclar.unesp.br/agenda-pos/economia/869.pdf> >. Acessado em 18 de janeiro de 2015.

Em virtude da crise econômica brasileira que se aprofundou no final da década de 1970, o investimento do governo nas FAs foi cada vez mais reduzido e, conseqüentemente, impactou negativamente na relação entre os militares e o empresariado nacional.

As décadas de 1980 e 1990, principalmente, com o fim da Guerra Fria, constituíram períodos de desprestígio e indefinição tanto para a indústria de defesa quanto para a política de defesa no Brasil.

Em 1996, com a criação da Câmara de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (Creden) no Conselho de Governo e a publicação da Política de Defesa Nacional (PDN), o tema Defesa Nacional voltou ao cerne das discussões políticas no País. Na concepção de Eliézer Rizzo de Oliveira,

a Política de Defesa Nacional é uma declaração política, de tom diplomático e militar, que um Estado torna pública sobre a natureza estratégica e a organização da sua defesa. Esta proclamação, que se destina ao campo internacional e à sociedade nacional, aborda as razões de Estado que condicionam a política mais dramática a ser eventualmente concretizada – a guerra – para a preservação de um Estado enquanto entidade política soberana.³⁷⁰

Como analisado no 2º capítulo, defesa nacional é uma atividade política de monopólio do Estado. A Política de Defesa Nacional é considerada uma política pública de longo prazo por ter origem e amparo no Poder Público exercido pelo Estado e seu objetivo principal garantir resposta, pela expressão militar, na defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra agressões externas. Segundo Érica Winand e Héctor Luis Saint-Pierre,

a reformulação da Defesa brasileira pautou-se na ideia de "otimizar o sistema de defesa nacional, formalizar uma política de defesa sustentável e integrar as três Forças, racionalizando as suas atividades". Também compuseram os objetivos desta reformulação o alcance da transparência e da democracia no debate referente a este tema, uma maior articulação entre civis e militares e, também, entre as FA e o Itamaraty.³⁷¹

³⁷⁰ OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. Democracia e defesa nacional: a criação do Ministério da Defesa na presidência de FHC. Barueri: Manole, 2005. Capítulo 8.

³⁷¹ WINAND, Érica. SAINT-PIERRE, Hector. A fragilidade da condução política da defesa no Brasil. História vol.29 no.2 Franca Dec. 2010. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742010000200002&script=sci_arttext>. Acessado em 18 de janeiro de 2016.

Embora o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) tenha trazido os temas Defesa e Segurança para o debate político, a PDN então publicada não ofereceu uma visão definida e clara sobre o emprego das FAs e, segundo Winand e Saint-Pierre, “*nem cumpriu os objetivos norteadores da revisão da Defesa do Brasil, gerando discussões que perduraram até o governo Lula*”³⁷². Estes autores esclarecem que,

durante a campanha eleitoral que colocaria Lula no poder, o candidato apresentou aos militares as seguintes propostas para o setor da Defesa: Orçamento para as três forças, exigindo a participação do Congresso em debates de projetos de Defesa de quatro em quatro anos; investimentos destinados à recuperação do setor de inteligência; reforço das áreas de fronteiras, principalmente na região amazônica; revogação do Tratado Inter-Americano de Assistência Recíproca (TIAR) e a substituição deste por um de cooperação regional; fomento de movimento de cooperação militar liderada pelo Brasil; acabar gradualmente com a obrigatoriedade do serviço militar e substituí-lo pelo civil; dar continuidade à compra dos caças, dando prioridade ao consórcio que propiciar transferência de tecnologia do software e geração de empregos. Durante a apresentação do seu programa aos militares, abarcou temas como: equipamento das forças; plano de Defesa Nacional; aumento em quatro anos de 1% para 2% do Produto Interno Bruto do País (PIB) os recursos do Orçamento destinados à Pesquisa e Tecnologia de Defesa; aumento dos salários e retomada da paridade da aposentaria entre militares da ativa e inativos, cassada por meio de uma Medida Provisória editada pelo presidente FHC. Quanto ao serviço militar, Lula disse que poderia ser instrumentalizado como forma de inserção social dos jovens brasileiros que estão fora do mercado de trabalho.³⁷³

Lula assumiu a presidência em primeiro de janeiro de 2003 e, em sua gestão, a Política de Defesa Nacional foi revisada e foram lançadas a Política Nacional da Indústria de Defesa (PNID), em 2005, e a Estratégia Nacional de Defesa, em dezembro de 2008.

Após a aprovação da PNID, em virtude da necessidade de modernização produtiva e organizacional, capacitação tecnológica e recursos humanos especializados, o MD lançou em 2008 a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) para a implementação do Complexo da Indústria de Defesa. De acordo com Ariela Diniz Cordeiro Leske,

³⁷² WINAND, Érica. SAINT-PIERRE, Hector. A fragilidade da condução política da defesa no Brasil. História vol.29 no.2 Franca Dec. 2010. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742010000200002&script=sci_arttext>. Acessado em 18 de janeiro de 2016.

³⁷³ WINAND, Érica. SAINT-PIERRE, Hector. A fragilidade da condução política da defesa no Brasil. História vol.29 no.2 Franca Dec. 2010. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742010000200002&script=sci_arttext>. Acessado em 18 de janeiro de 2016.

para a execução das ações e para os recursos da PDP, serão utilizados instrumentos como incentivos fiscais, capital de risco, crédito e subvenção. O governo também pretende atuar através do seu poder de compra, das compras administrativas e das empresas estatais. Ainda se pretende disponibilizar apoio técnico às empresas como a promoção comercial, garantias à propriedade intelectual, além da capacitação de recursos humanos e empresariais.³⁷⁴

É o nível de desenvolvimento do setor de Defesa que tem definido o nível de produtividade e de investimentos privados e o próprio potencial exportador do setor. Os recursos alocados para o setor são oriundos do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), do Banco Nacional para o Desenvolvimento Econômico Social (BNDES), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e serão contemplados por medidas fiscais e tributárias, tais como isenção fiscal e depreciação acelerada. Estas ações coordenadas têm atraído o interesse de setores privados e de empresas estrangeiras.

Em agosto de 2011, o governo lançou o Plano Brasil Maior (PBM), uma nova política de desenvolvimento industrial, de inovação e de comércio exterior. Sobre o PBM, Leske assinala que,

diferentemente da publicação da PDP, o Plano não chegou a definir as áreas estratégicas, sendo apontadas 5 diretrizes estruturantes, a saber: o fortalecimento das cadeias produtivas, ampliação e criação de novas competências tecnológicas e de negócios, desenvolvimento das cadeias de suprimento em energia, diversificação das exportações e consolidação de competências na economia do conhecimento natural.³⁷⁵

Por meio da Lei Nº 12.598, de março de 2012, esta política foi transformada em lei e estabeleceu “*normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa e dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa*”³⁷⁶. De acordo com esta Lei, produtos estratégicos de defesa são todos aqueles “*que, pelo conteúdo tecnológico, pela dificuldade de obtenção ou pela imprescindibilidade, seja de*

³⁷⁴ LESKE, Ariela Diniz Cordeiro. Inovação e políticas na indústria de defesa brasileira. Tese, Doutorado, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Abril, 2013. P. 124. Disponível em <http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/ppge/Ariela_Leske.pdf>. Acessado em 23 de janeiro de 2016.

³⁷⁵ LESKE, Ariela Diniz Cordeiro. Inovação e políticas na indústria de defesa brasileira. Tese, Doutorado, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Abril, 2013. P. 140. Disponível em <http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/ppge/Ariela_Leske.pdf>. Acessado em 23 de janeiro de 2016.

³⁷⁶ Lei Nº 12.598, de 21 de março de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12598.htm. Acessado em 23 de dezembro de 2015.

interesse estratégico para a defesa nacional”³⁷⁷ e as empresas estratégicas de defesa, cadastradas assim pelo MD terão acesso a regimes especiais tributários e financiamentos para programas, projetos e ações relativos, respectivamente, aos bens e serviços de defesa nacional. Por meio do credenciamento da Comissão Mista da Indústria de Defesa (CMID), formada por representantes do MD e comandos militares, além de representantes dos ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o do Planejamento, Orçamento e Gestão, o da Ciência, Tecnologia e Inovação e o Ministério da Fazenda, as empresas que se candidataram foram, oficialmente, divulgadas pelo MD, em novembro de 2013, como Empresas Estratégicas de Defesa (EED).

No mesmo ano em que o MD lançou a PDP para o Complexo de Defesa, lançou também a Estratégia Nacional de Defesa (END). Entende-se aqui, estratégia nacional como uma ação efetiva de uma nação, na qual o Estado orienta a ação das Forças Armadas, reduzindo as vulnerabilidades e aumentando a sensação de segurança nacional. Marco César de Moraes acredita que a perda da capacidade operacional das Forças Armadas brasileiras no século XXI tem duas causas: o orçamento limitado desde as crises econômicas que abateram o país a partir da década de 1980, e a ausência de um maior diálogo entre militares, acadêmicos e políticos para debater assuntos militares. A END foi lançada para corrigir estas distorções. De acordo com Moraes,

o objetivo central da END é modernizar a estrutura nacional de defesa, com foco em ações estratégicas de médio e longo prazo, atuando na reorganização das Forças Armadas, na reestruturação da Indústria Nacional de Material de Defesa e na adoção de política de composição de efetivos das Forças Componentes. Preconiza o trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença como capacidades básicas a serem desenvolvidas pelas Forças.³⁷⁸

As diretrizes da END são as seguintes: dissuasão, organização das Forças Armadas sob a égide do trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença, desenvolvimento das capacidades de monitorar e controlar o espaço aéreo, o território e as águas jurisdicionais nacionais e mobilidade estratégica. De acordo com este documento,

³⁷⁷ Lei Nº 12.598, de 21 de março de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12598.htm. Acessado em 23 de dezembro de 2015.

³⁷⁸ MORAES, Marco César de. A Estratégia Nacional de Defesa e o Orçamento da União. Revista das Ciências Militares, ECEME, Nº 21, 2010. P. 3. Disponível em < <http://www.eceme.ensino.eb.br/meiramattos/index.php/RMM/article/view/42> >. Acessado em 24 de janeiro de 2016.

o imperativo de mobilidade ganha importância decisiva, dadas a vastidão do espaço a defender e a escassez dos meios para defendê-lo. o esforço de presença, sobretudo ao longo das fronteiras terrestres e nas partes mais estratégicas do litoral, tem limitações intrínsecas. É a mobilidade que permitirá superar o efeito prejudicial de tais limitações.³⁷⁹

A Amazônia e a Amazônia Azul³⁸⁰ são as principais áreas nevrálgicas de atuação geoestratégica das Forças Armadas brasileiras. Conforme apontada pela END, “a Amazônia representa um dos focos de maior interesse para a defesa. A defesa da Amazônia exige avanço de projeto de desenvolvimento sustentável e passa pelo trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença”³⁸¹. Isso exige que as Forças Armadas possuam estruturas de transporte e de comando e controle para operar em inúmeras circunstâncias sob as condições mais adversas impostas por um conflito armado. Além de empresas estatais e privadas, o Exército, desde a década de 1940, dispõe de órgãos responsáveis pelo desenvolvimento científico e tecnológico de produtos de defesa³⁸². O atual Centro Tecnológico do Exército (CTEx), inaugurado por Decreto nº 84.095, de 16 de outubro de 1979, é o órgão do Exército responsável pela realização da pesquisa científica, o desenvolvimento experimental e a aplicação do conhecimento visando à obtenção de produtos de defesa de interesse da Força. O radar de defesa antiaérea Saber M60, por exemplo, foi desenvolvido pelo CTEx para vigilância aérea de baixa altura na região da fronteira amazônica. De acordo com informações do CTEx,

o Radar SABER M60 teve sua Avaliação concluída com sucesso em 2010 e foi adotado pelo Exército em 2012, apesar de já estar em emprego desde 2011 em Unidades de Defesa Antiaérea no Exército, Marinha e Força Aérea, bem como atividades de Vigilância de Espaço Aéreo pelo Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM. Até

³⁷⁹ Estratégia Nacional de Defesa. Ministério da Defesa. P. 11. Disponível em < http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf >. Acessado em 24 de janeiro de 2016.

³⁸⁰ Termo cunhado pelo então Comandante da Marinha, Almirante Roberto Guimarães Carvalho, para se referir as riquezas brasileiras alocadas da parte sul do oceano Atlântico.

³⁸¹ Estratégia Nacional de Defesa. Ministério da Defesa. P. 14. Disponível em < http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf >. Acessado em 24 de janeiro de 2016.

³⁸² Em 1946, o então Ministério da Guerra criou o Serviço de Tecnologia (ST), órgão responsável pela normalização, tecnologia industrial e evolução técnico-científica do material de guerra do Exército. A partir da década de 1950, este órgão recebeu outros nomes. Somente em 1979, o antigo ST passou a denominar-se Centro Tecnológico do Exército (CTEx).

fevereiro de 2015 foram produzidos 25 (vinte e cinco) radares.
383

Este produto está diretamente relacionado à diretriz monitoramento/controlado. Além deste radar de defesa antiaérea ser um produto de defesa desenvolvido em instalações científicas e tecnológicas do Exército, ele detecta ameaças aéreas a uma distância de até sessenta km e pode ser integrado a sistemas de armas baseados em canhões ou mísseis antiaéreos, como o Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro (Sisdabra) e o Sistema de Controle de Espaço Aéreo Brasileiro (Sisceab), e visa à proteção de pontos e áreas sensíveis, como indústrias, usinas e instalações governamentais.

Outro produto de defesa desenvolvido pelo CTEEx que está diretamente relacionado à diretriz mobilidade é a Viatura Leve de Emprego Geral Aerotransportável (Chivunk). Segundo informações do CTEEx, esta viatura

foi desenvolvida para atender às necessidades doutrinárias e operacionais das Forças de Ação Rápida do Exército Brasileiro (Homologada pelo Relatório de Avaliação nº 020/11). Sua grande versatilidade permite adaptá-la para realizar ações de ressuprimento, transporte de material, evacuação de feridos e lançamento de fôcos. A tração total e a robustez da suspensão independente nas quatro rodas conferem excepcional mobilidade à viatura. Suas características permitem o transporte de 4 viaturas em aeronave C-130, como carga externa de helicóptero, e ainda o lançamento de paraquedas.³⁸⁴

Em 2006, o Exército contratou a empresa privada brasileira Columbus Comercial Importadora e Exportadora para fabricar protótipos, elaborar manuais técnicos, treinar pessoal e prestar assessoria técnica para o Chivunk. Em janeiro de 2012, o Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército (DCT) homologou o relatório de avaliação elaborado pelo CTEEx referente ao protótipo do Chivunk. Dentre os parceiros do CTEEx, além das Forças Armadas brasileiras, instituições de pesquisa e empresas públicas e privadas, encontram-se agências governamentais de fomento à pesquisa, como a Fundação de Apoio à Pesquisa,

³⁸³ Radar de Defesa Antiaérea de Baixa Altura SABER M60. Centro Tecnológico do Exército Brasileiro (CTEEx). Exército Brasileiro. Ministério da Defesa. Disponível em < <http://www.ctex.eb.br/index.php/projetos-finalizados/97-radar-de-defesa-antiaerea-de-baixa-altura-saber-m60>>. Acessado em 24 de janeiro de 2016.

³⁸⁴ Viatura Leve de Emprego Geral Aerotransportável (VLEGA CHIVUNK). Centro Tecnológico do Exército Brasileiro (CTEEx). Exército Brasileiro. Ministério da Defesa. Disponível em < <http://www.ctex.eb.br/index.php/projetos-em-andamento/90-viatura-leve-de-emprego-geral-aerotransportavel-vlega-chivunk>>. Acessado em 24 de janeiro de 2016.

Desenvolvimento e Inovação do Exército Brasileiro (Fapeb), a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep).

Quanto à área jurisdicional de competência da Marinha do Brasil, de acordo com a END, “a construção de meios para exercer o controle de áreas marítimas terá como foco as áreas estratégicas de acesso marítimo ao Brasil”³⁸⁵. Estas áreas geoestratégicas são a faixa que vai de Santos a Vitória e a área em torno da foz do rio Amazonas. Nesta faixa litorânea, encontra-se a área do pré-sal, situada abaixo da camada de sal do subolo marinho. Revelada a existência desta reserva estratégica de petróleo em 2005 pela Petrobras, segundo Flávio André Monteiro Gueiros,

a Petrobras levou cinco anos para desenvolver a tecnologia (aquisição e principalmente interpretação de dados sísmicos das bacias marítimas, além da caracterização de modelos geológicos, dentre outros) e endereçar as questões críticas relativas à perfuração da camada de sal.³⁸⁶

Em junho de 2007, o jurista brasileiro Nelson Jobim assumiu o ministério da Defesa com a promessa de resolver a crise do setor aéreo. Dois acontecimentos registrados no mês de novembro deste ano marcaram o início dos novos tempos nas políticas de defesa nacional: a descoberta de petróleo na camada pré-sal e o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) da Defesa. O pré-sal se tornou um marco na história da indústria petrolífera mundial, à medida que a estimativa é de que contenha o equivalente a aproximadamente 1,6 trilhão de metros cúbicos de gás e óleo. A perspectiva é de que esta reserva de óleo seja a quarta maior do mundo. Nas palavras de Jobim sobre a defesa do pré-sal:

não pensem que vamos conseguir proteger essa reserva exclusivamente com navios de superfície. Agora, basta abrir o Google Earth [programa de imagens por satélite da internet] para localizar a sua casa. Estrategicamente, um navio é

³⁸⁵ Estratégia Nacional de Defesa. Ministério da Defesa. P. 39. Disponível em < http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf >. Acessado em 24 de janeiro de 2016.

³⁸⁶ GUEIROS, Flávio André Monteiro. Ação estratégica e mudança institucional: o caso do Pré-sal. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, 2011 P. 28. Disponível em < <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7689/1/88.pdf> >. Acessado em 24 de janeiro de 2016.

importantíssimo, mas é algo identificável. Não precisamos do urânio para bomba atômica, isso é bobagem.³⁸⁷

Além de defender o emprego de submarinos na defesa do pré-sal, anunciou investimentos na modernização das Forças Armadas (FAs), os quais tinham por objetivo garantir a posição de protagonista do Brasil na América do Sul.³⁸⁸

Neste contexto, é possível afirmar que, a dependência do Brasil em relação ao mar se configura como uma enorme vulnerabilidade, à medida que, se se paralisar as atividades do comércio marítimo nacional, paralisa-se a economia do País. Conforme sinaliza Eliane Octaviano Martins,

o país necessita, portanto, dentre outras medidas, que a Marinha de Guerra seja imediatamente dotada de navios de primeira geração e de meios flutuantes, aéreos e anfíbios adequados, em quantidade suficiente para garantir uma presença naval permanente na Amazônia Azul, além de representar os interesses nacionais ou projetar o poder e a influência do país no exterior¹³. Evidentemente, uma das prioridades da política nacional de defesa do governo brasileiro se assenta no uso do mar para fins lícitos.³⁸⁹

As tarefas estratégicas da Marinha do Brasil nas áreas de atuação geoestratégica são: controle de áreas marítimas, projeção de poder e negação do uso do mar. A fim de exercer o controle de áreas marítimas, a Marinha disporá de navios de grande porte, capazes de operar e de permanecer por longo tempo em alto mar, de navios de porte menor, responsáveis pelo patrulhamento do litoral e dos principais rios navegáveis e trabalhará em conjunto com a Força Aérea, através da Aviação Naval, para garantir a superioridade aérea local em situação de conflito armado. A fim de projetar poder, a força naval dispõe de meios de fuzileiros navais em condições permanentes de pronto emprego para a defesa de instalações críticas militares e civis em áreas de conflito armado, em operações internacionais de paz, em operações humanitárias ou em quaisquer partes que o Estado brasileiro determinar. Conforme estabelecido pela END, “*o Corpo de Fuzileiros Navais consolidar-se-á como a força de*

³⁸⁷ Jobim quer submarino para proteger reserva de petróleo. Folha de São Paulo, 16 de novembro de 2007. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u346082.shtml> >. Acessado em 3 de janeiro de 2016.

³⁸⁸ "PAC da Defesa" dará ao Brasil posição de "protagonista", diz Jobim. Folha de São Paulo, 23 de novembro de 2007. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u347894.shtml> >. Acessado em 3 de janeiro de 2016.

³⁸⁹ MARTINS, Eliane Octaviano. Amazônia Azul, Pré-Sal, Soberania e Jurisdição Marítima. P. 87. Disponível em < <http://www.jf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/view/1398/1371> >. Acessado em 24 de janeiro dev 2016.

caráter expedicionário por excelência”³⁹⁰. A tarefa estratégica de negação do uso do mar é considerada por este documento como prioritária em relação as duas outras tarefas. A END define que,

para assegurar o objetivo de negação do uso do mar, o Brasil contará com força naval submarina de envergadura, composta de submarinos convencionais e de submarinos de propulsão nuclear. O Brasil manterá e desenvolverá sua capacidade de projetar e de fabricar tanto submarinos de propulsão convencional como de propulsão nuclear. Acelerará os investimentos e as parcerias necessários para executar o projeto do submarino de propulsão nuclear. Armará os submarinos, convencionais e nucleares, com mísseis e desenvolverá capacitações para projetá-los e fabricá-los. Cuidará de ganhar autonomia nas tecnologias cibernéticas que guiam os submarinos e seus sistemas de armas, e que lhes possibilitem atuar em rede com as outras forças navais, terrestres e aéreas.³⁹¹

Sobre a Estratégia Naval Brasileira e a construção de submarinos, abordaremos mais à frente com maior profundidade. A Marinha do Brasil emprega submarinos na estratégia naval brasileira, desde 1914 quando foi criada a Força de Submarinos (Forsub). No contexto da Segunda Guerra Mundial, estas belonaves de origem italiana, cuja classe foi denominada *Foca*, foram empregadas na defesa das linhas de comunicação dos Aliados no litoral do Nordeste brasileiro. A partir da década de 1950, a Forsub passou a dispor de submarinos Diesel-elétricos mais modernos de origem estadunidense, inglesa e alemã. Na década de 1970, iniciou-se um programa de desenvolvimento de submarinos com propulsão nuclear. Este programa foi subdividido em duas etapas: ciclo do combustível nuclear e reator nuclear. Ambas as etapas já foram concluídas pela Marinha do Brasil em suas instalações científicas e tecnológicas em parcerias com instituições, agências de fomento de pesquisa e empresas públicas brasileiras. A fim de queimar etapas e acelerar a construção do submarino nuclear, conforme será esclarecido mais à frente, a Marinha do Brasil assinou contratos de transferência de tecnologia com a estatal francesa *Direction des Constructions Navales* (DCNS) para as fases de projeto e construção de quatro submarinos convencionais modelo Scorpène e do sistema de plataforma de um submarino com propulsão nuclear.

³⁹⁰ Estratégia Nacional de Defesa. Ministério da Defesa. P. 21. Disponível em <
http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf
>. Acessado em 24 de janeiro de 2016.

³⁹¹ Estratégia Nacional de Defesa. Ministério da Defesa. P. 21. Disponível em <
http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf
>. Acessado em 24 de janeiro de 2016.

Da mesma forma que o desenvolvimento do radar de defesa antiaérea pelo CTEEx, a aquisição destes submarinos também atende a duas diretrizes da END: mobilidade estratégica e dissuasão. Ao dissertar sobre a END, Eliézer Rizzo de Oliveira cita Jaime Garcia, cientista político e coronel da reserva do Exército do Chile, para elucidar o conceito que desenvolve para a América do Sul, no qual elucida a transformação que um documento como a END pode propiciar às Forças Armadas. Este conceito surgiu na década de 1970 em virtude do debate internacional acerca da Evolução em Assuntos Militares (EAM) e da Revolução em Assuntos Militares (RAM). Nos EUA, por exemplo, em ambientes militares, transformação significa a mudança de um modelo atual para uma nova concepção estratégica para as Forças Armadas. De acordo com Oliveira, Garcia afirma que o conceito de transformação se desenvolve a partir de três pilares: destinação, base constitucional e capacidades. Em suas palavras:

na América Latina, transformar as forças armadas significa uma mudança radical na sua destinação, nas normas que as regem e nas suas capacidades. [...] Hoje, se trabalha simultaneamente com três conceitos. [...] Adaptação que consiste em adequar as estruturas existentes para continuarem cumprindo as tarefas previstas. Modernização é otimizar as capacidades para cumprir da melhor maneira as missões previstas e Transformação é desenvolver novas capacidades para cumprir novas missões ou desempenhar novas funções em combate.³⁹²

A leitura que Oliveira realiza da END é que os órgãos, instituições e acadêmicos envolvidos em sua elaboração buscam promover um processo de modernização, à medida que otimizam as atuais capacidades em vista de missões habituais, e de transformação, haja vista desenvolverem novas capacidades e estruturas das Forças Armadas. Este autor argumenta que *“uma notável distância separa a Estratégia Nacional de Defesa da Política de Defesa Nacional: trata-se da Segurança Nacional”*³⁹³. Enquanto a Política de Defesa Nacional incorporou e reproduziu conceitos da ESG e da ONU, segundo Oliveira, a END inova ao *“englobar gerenciamento de crises, sistemas de inteligência, terrorismo e antiterrorismo,*

³⁹² Jaime Garcia Covarrubias, “A Transformação da Defesa nos EUA e sua Aplicação na América Latina”, *Military Review* (edição brasileira), maio-junho de 2005, p. 85. In: OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *A Estratégia Nacional de Defesa e a Reorganização e Transformação das Forças Armadas*. Interesse Nacional, Abril/junho de 2009. P. 75. Disponível em < <http://www.resdal.org.ar/producciones-miembros/estrategia-nacional-defensa-eliezer-rizzo.pdf> >. Acessado em 24 de janeiro de 2016.

³⁹³ OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *A Estratégia Nacional de Defesa e a Reorganização e Transformação das Forças Armadas*. Interesse Nacional, Abril/junho de 2009. P. 75. Disponível em < <http://www.resdal.org.ar/producciones-miembros/estrategia-nacional-defensa-eliezer-rizzo.pdf> >. Acessado em 24 de janeiro de 2016.

segurança de infraestrutura, segurança química e nuclear, segurança cibernética, doenças tropicais, busca e salvamento em operações internacionais, etc”³⁹⁴.

A END pode ser analisada sobre a perspectiva de três eixos estruturantes: o primeiro se refere a organização e orientação das Forças Armadas no desempenho de suas tarefas constitucionais em tempos de guerra e em tempos de paz. Além de especificar as diretrizes em práticas e capacitações operacionais de cada uma das Forças Armadas, determina a linha de evolução tecnológica e as hipóteses de emprego das três Forças no resguardo do território, das águas jurisdicionais e do espaço aéreo brasileiro. Atribuída ao conceito de flexibilidade, este documento prioriza três setores estratégicos: cibernético, sob responsabilidade do Exército, o nuclear, sob os cuidados da Marinha, e o espacial, sob competência da Força Aérea. O segundo eixo refere-se à reorganização da indústria de material de defesa, o qual prioriza o desenvolvimento de capacitações tecnológicas independentes. Além de condicionar as parcerias com países e empresas estrangeiras ao desenvolvimento progressivo de pesquisa e de produção no País e organizar o regime legal, regulatório e tributário da indústria de defesa nacional, a END determina que a pesquisa avançada seja aplicada em programas estratégicos e o desenvolvimento de tecnologias de defesa seja focado no desenvolvimento de capacitações operacionais. O terceiro eixo trata o efetivo das Forças Armadas, do serviço militar obrigatório e da mobilização nacional. A profissionalização e o recrutamento obrigatório foram mantidos nas Forças Armadas. Além disso, a END determina que a evolução tecnológica das Forças Armadas seja instrumento da mobilização nacional, apoiando a formação de especialistas civis em assuntos de defesa por meio um amplo espectro de programas e de cursos que versem sobre a defesa nas universidades. De acordo com a END,

a Escola Superior de Guerra deve servir como um dos principais instrumentos de tal formação. Deve, também, organizar o debate permanente, entre as lideranças civis e militares, a respeito dos problemas da defesa. Para melhor cumprir essas funções, deverá a Escola ser transferida para Brasília, sem prejuízo de sua presença no Rio de Janeiro, e passar a contar com o

³⁹⁴ OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. A Estratégia Nacional de Defesa e a Reorganização e Transformação das Forças Armadas. Interesse Nacional, Abril/junho de 2009. P. 75. Disponível em < <http://www.resdal.org.ar/producciones-miembros/estrategia-nacional-defensa-eliezer-rizzo.pdf> >. Acessado em 24 de janeiro de 2016.

engajamento direto do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e dos Estados-Maiores das três Forças.³⁹⁵

Em agosto de 2005, o Ministério da Defesa, em parceria com a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), lançou o Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional (Pro-defesa) por meio de um edital. Este edital convidava instituições de ensino superior do País a apresentarem projetos em parceria com instituições de ensino superior militares para implantar redes de cooperação acadêmica em território nacional na área de Defesa Nacional. A proposta do Pró-Defesa era formar recursos humanos, mestres e doutores, na área da Defesa Nacional. De acordo com o Ministério da Defesa, os objetivos específicos do Programa eram:

a) contribuir para a criação, o fortalecimento e a ampliação de programas de pós-graduação *stricto sensu* no País que tratem de assuntos relativos à Defesa Nacional; b) estimular a criação, o fortalecimento e a ampliação de áreas de concentração em programas de pós-graduação *stricto sensu* existentes no País; c) ampliar a produção científica sobre questões relacionadas à Defesa Nacional; d) promover o intercâmbio de conhecimentos na comunidade acadêmica brasileira, estimulando o estabelecimento de parcerias (redes de pesquisa e/ou consórcios interinstitucionais) entre IES, Instituições Militares de Ensino e Pesquisa, Centros de Estudos Estratégicos, entre outras instituições capacitadas a desenvolver estudos acadêmicos, que, de forma articulada, desenvolvam programas de pesquisa sobre assuntos relativos à Defesa Nacional; e) apoiar a formação de recursos humanos em nível de pós-graduação *stricto sensu* capacitados para atuar na área de Defesa Nacional; e f) estimular o diálogo entre especialistas civis e militares sobre assuntos atinentes à Defesa Nacional.

De acordo com a Capes e o MD, os projetos das instituições de ensino superior recomendados após reunião nos dias oito e nove de dezembro de 2005, foram das seguintes instituições: Universidade Federal Fluminense, Instituto Militar de Engenharia, Instituto Tecnológico da Aeronáutica, Instituto de Estudos Avançados, Universidade de Brasília, Universidade Estadual Paulista e da Fundação Getúlio Vargas/ Rio.³⁹⁶ Nos anos seguintes,

³⁹⁵ Estratégia Nacional de Defesa. Ministério da Defesa. P. 20. Disponível em < http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf >. Acessado em 24 de janeiro de 2016.

³⁹⁶ Resultado da Avaliação Pro-Defesa - Projetos Recomendados. Reunião 8 e 9/12/2005. Ministério da Defesa. Disponível em <

outros editais foram publicados e mais instituições de ensino superior civis e militares passaram a integrar o Pro-Defesa. Embora o caráter deste Programa não fosse permanente, boa parte das universidades que participaram dos editais mantiveram o interesse na proposta do MD, seja mantendo linhas de pesquisa em programas de pós-graduação de áreas afins seja criando programas de pós-graduação na área de Segurança Internacional e Defesa Nacional. Um dos maiores legados deste Programa é a Universidade Federal Fluminense que, não só manteve a área de concentração em Estudos Estratégicos vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política para a formação de doutores até 2012, mas, também criou o Instituto de Estudos Estratégicos, o qual abriga a graduação em Relações Internacionais com ênfase em Estudos Estratégicos, a Pós-Graduação em Estudos Estratégicos (Ppgest) e um Núcleo de Estudos Avançados. Outro legado foi a criação do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 2010, formando mestres e doutores em áreas estratégicas.

Em 2007, foi criada a Associação Brasileira de Estudos de Defesa (Abed), a qual até 2014 realiza encontros nacionais anuais reunindo a comunidade acadêmica e militares para apresentarem trabalhos acadêmicos produzidos em instituições de ensino superior, civis e militares, brasileiras e estrangeiras. De acordo com nota do MD,

graças ao esforço empreendido por instituições como a Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED) e a iniciativas como o Pró-Defesa, de estímulo pesquisas que visem desenvolver e consolidar o pensamento brasileiro nesse setor, o registro de trabalhos acadêmicos relativos à Defesa Nacional aumentou significativamente nos últimos anos.³⁹⁷

Instituições militares de ensino superior também receberam estímulo do Ministério da Educação e Cultura (MEC), ao serem reconhecidas pela Capes. O Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Defesa (Pged), do Instituto Militar de Engenharia (IME), foi reconhecido com conceito quatro pela Capes. Em dezembro de 2008. O Programa é aberto para civis e militares e possui três linhas de pesquisa: Comunicações e Inteligência em Sistemas de Defesa, Mecatrônica e Sistemas de Armas e Modelagem e Simulação em Sistemas de Defesa. O Mestrado Profissional em Ciências Aeroespaciais, vinculado ao Progra

http://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/ProjetosRecomendados_ProDefesa.pdf>. Acessado em 24 de janeiro de 2016.

³⁹⁷ Defesa e Academia. Ministério da Defesa. Disponível em < <http://www.defesa.gov.br/ensino-e-pesquisa/defesa-e-academia>>. Acessado em 24 de janeiro de 2016.

de Pós-Graduação da Universidade da Força Aérea também foi reconhecido com a nota quatro pela Capes em 2012.

Antes do Pro-Defesa, o esforço em produzir conhecimento na área de Defesa Nacional era mais individual do que institucional. Além da Abed, atualmente, a área de Defesa dispõe do Curso de Extensão em Defesa Nacional, do Concurso de Dissertações e Teses sobre Defesa Nacional, do Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional, do Concurso de Monografia sobre Defesa Nacional e há a expectativa de que o Ministério da Defesa abra concurso para selecionar civis para compor seus quadros de trabalho. De acordo com o diplomata Paulo Roberto de Almeida,

cabe registrar, mais uma vez, o aspecto positivo da divulgação da END, pelo simples fato de existir e de permitir debates públicos em torno de ‘uma’ END e, sem pretender retomar um chavão que diria que ‘uma outra END é possível’, sublinhe-se apenas que ela começa o debate sobre onde, e com que instrumentos, o Brasil quer chegar em matéria de defesa e de segurança estratégica.³⁹⁸

Este maior engajamento da sociedade civil no pensamento estratégico de defesa e o diálogo e maior aproximação com os militares também pode ser considerado outro legado do Pro-Defesa. De acordo com Celso Amorim na abertura do Seminário Estratégias de Defesa Nacional, realizado no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, em novembro de 2012, “*o envolvimento do conjunto da população no debate sobre as questões da paz e da guerra é da essência da democracia*”³⁹⁹.

Em primeiro de janeiro de 2011, Dilma Rousseff assumiu a presidência do país. Inicialmente, manteve Nelson Jobim a frente do ministério da Defesa. Em quatro de agosto deste mesmo ano, Celso Amorim foi empossado como novo ministro da Defesa do governo de Dilma. A presidenta se comprometeu a manter todos os compromissos assumidos na gestão anterior na área de Defesa. Por meio do Decreto Nº 7.438, de onze de fevereiro de 2011, ela instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial com o objetivo de elaborar estudos sobre temas pertinentes a criação e elaboração do Livro Branco de Defesa Nacional. Em

³⁹⁸ ALMEIDA, Paulo Roberto. Estratégia Nacional de Defesa: comentários dissidentes. Jornal de Defesa. P. 4. Disponível em <http://database.jornaldefesa.pt/politicas_de_defesa/outras/Estrat%C3%A9gia%20Nacional%20de%20Defesa%20coment%C3%A1rios%20dissidentes.pdf>. Acessado em 24 de janeiro de 2016.

³⁹⁹ Defesa Nacional e Pensamento Estratégico Brasileiro. Conferência do Ministro da Defesa, Celso Amorim, na abertura Seminário Estratégias de Defesa Nacional Brasília, 27 de novembro de 2012. P. 2. Disponível em <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/Pronunciamentos/Ministro_defesa/novembro/palestra_defesa_nacional_pensamento_estrategico_27_novembro_2012.pdf>. Acessado em 24 de janeiro de 2016.

parceria com outros órgãos ministeriais, o MD organizou diversos seminários e concursos de artigos científicos sobre este Livro. Ao todo foram organizados sete seminários com os seguintes temas, locais e datas de realização:

- 1º Seminário: A sinergia entre a defesa e a sociedade – março de 2011 – Campo Grande – MS
- 2º Seminário: O ambiente estratégico para o século XXI – abril de 2011 – Porto Alegre – RS
- 3º Seminário: O ambiente estratégico para o século XXI – junho de 2011 – Manaus - AM
- 4º Seminário: A Defesa e o Instrumento Militar – junho de 2011 – Recife - PE
- 5º Seminário: Transformação da Defesa – julho de 2011 – Rio de Janeiro – RJ
- 6º Seminário: Transformação da Defesa e Financiamento da Defesa – agosto de 2011 – São Paulo - SP
- 7º Seminário: Encerramento dos trabalhos e lançamento do Livro Branco de Defesa Nacional – novembro de 2012 – Brasília

Nas oficinas, os temas eram os seguintes: Estado brasileiro e a identidade nacional, o ambiente estratégico do século XXI, a defesa e o instrumento militar, a sinergia entre defesa e sociedade, transformação da defesa e financiamento de defesa. Os profissionais destas oficinas temáticas e especialistas convidados apresentaram *workshops* com os temas das oficinas. O MD realizou parcerias com revistas científicas renomadas das áreas de Relações Internacionais, Ciência Política e Economia a fim de publicarem artigos sobre temas pertinentes ao Livro Branco.

Em cinco de abril de 2011, durante cerimônia de apresentação das insígnias das Ordens do Mérito da Defesa e das Forças Armadas, Rouseff discursou o seguinte:

conheço plenamente as linhas essenciais do plano diretor elaborado pelo ministro Nelson Jobim. Em um país ainda socialmente desigual como o Brasil, poderia parecer tentadora a noção de que a modernização e o dimensionamento das Forças Armadas constituiriam esforço ocioso, prejudicial ao investimento em outros setores prioritários. Isso é um grande engano. O certo é que a defesa não pode ser considerada elemento menor da agenda nacional. É importante também que o conjunto dos brasileiros compreenda a importância de seu engajamento nos assuntos relacionados à defesa. A sociedade

civil precisa compreender que os temas de defesa não são exclusividade dos militares. Uma boa oportunidade para o envolvimento civil nessa seara são as discussões em torno do Livro Branco de Defesa Nacional. Atualmente em elaboração, o Livro permitirá que a sociedade civil aprofunde seus conhecimentos sobre os temas militares e também servirá para ampliar o conhecimento do próprio estamento militar sobre si mesmo.⁴⁰⁰

Em 2012, o MD publicou o Livro Branco da Defesa Nacional. O Livro Branco, em geral, é um documento oficial publicado por um governo ou uma organização internacional descrevendo e/ou esclarecendo uma política de longo prazo. Originalmente, o termo surgiu na Inglaterra, onde o governo local publicava documentos oficiais sobre minutas de políticas de Estado. Atualmente, diversos países publicam e divulgam Livros Brancos da Defesa, tais como os EUA, a Rússia, a Espanha, a França, a África do Sul, a Argentina, a China, Brasil etc.

O Livro Branco da Defesa do Brasil tem por objetivo principal esclarecer a sociedade brasileira e a comunidade internacional das políticas e ações que norteiam os procedimentos de segurança e defesa da soberania brasileira. Outro objetivo, mas não menos importante, é compartilhar com a comunidade internacional as motivações e finalidades do sistema de defesa do Brasil a fim de, segundo o MD, “*constituir mecanismo de construção de confiança mútua entre o Brasil e as nações amigas, especialmente as vizinhas*”⁴⁰¹. Segundo o então Ministro da Defesa Amorim, em conferência na abertura do Seminário Estratégias de Defesa Nacional, em março de 2012,

a publicação do Livro Branco, pioneira no Brasil, cumpre duplo propósito: de um lado, comunica com transparência à sociedade os objetivos traçados para sua defesa bem como as carências que terão de ser supridas para a sua realização; de outro, sinaliza as estratégias de preservação dos interesses brasileiros, de modo a manter os altos níveis de confiança junto a nossos parceiros no exterior.⁴⁰²

⁴⁰⁰ Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de apresentação das insígnias das Ordens do Mérito da Defesa e das Forças Armadas. Palácio do Planalto, Brasília, 05 de abril de 2011. Disponível em < <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-apresentacao-das-insignias-das-ordens-do-merito-da-defesa-e-das-forcas-armadas>>. Acessado em 25 de janeiro de 2016.

⁴⁰¹ Livro Branco de Defesa Nacional. Ministério da Defesa. Disponível em <<http://www.defesa.gov.br/index.php//estado-e-defesa/livro-branco-de-defesa-nacional>>. Acessado em 25 de janeiro de 2016.

⁴⁰² Defesa Nacional e Pensamento Estratégico Brasileiro. Conferência do Ministro da Defesa, Celso Amorim, na abertura Seminário Estratégias de Defesa Nacional, Brasília, 27 de novembro de 2012. P. 3. Disponível em <

Eliézer Rizzo de Oliveira endossa o discurso de Amorim, afirmando que o Livro Branco da Defesa “*é um instrumento de ampliação da legitimidade social da Defesa Nacional e, no plano externo, de consolidação das relações de confiança com a região e o âmbito mundial*”⁴⁰³. Tanto no âmbito interno, quanto no âmbito externo, o Livro Branco foi o documento mais democrático e mais transparente do setor de Defesa, haja vista a ampla participação da comunidade acadêmica, do setor empresarial e demais atores envolvidos na elaboração do documento, e na tentativa de esclarecer à comunidade internacional os anseios do Brasil, reforçando o diálogo e a cooperação entre os países, em especial, nos seus entornos geoestratégicos. No âmbito internacional, Pedro Casas e Rúbia Rodrigues argumentam que,

deve-se ressaltar que, ainda que publicado o Livro Branco de Defesa Nacional, representando um avanço inestimável ao posicionamento do Brasil perante o ambiente internacional, é necessária uma discussão permanente dos princípios e dos objetivos da estratégia de defesa nacional para que novos temas emergentes sejam incorporados à discussão e a política de Estado não seja transformada em política de um governo.⁴⁰⁴

Enquanto a END define a faixa que vai de Santos a Vitória e a região amazônica como áreas nevrálgicas de atuação geoestratégica das Forças Armadas brasileiras, o Livro Branco da Defesa enfatiza que suas áreas de interesse geoestratégico imediato são a América do Sul, o Atlântico Sul e a costa ocidental da África. Embora o diálogo, a cooperação, o multilateralismo e o respeito ao Direito Internacional sejam características identitárias da política externa brasileira, o Brasil comunga do interesse em acelerar o processo de reestruturação do sistema internacional, propondo um sistema multipolar caracterizado pela coexistência democrática e cooperativa de potências tradicionais e potências emergentes. Conforme estabelecido pelo Livro Branco de Defesa,

http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/Pronunciamentos/Ministro_defesa/novembro/palestra_defesa_nacional_pensamento_estrategico_27_novembro_2012.pdf >. Acessado em 24 de janeiro de 2016.

⁴⁰³ OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. A Estratégia Nacional de Defesa e a Reorganização e Transformação das Forças Armadas. Interesse Nacional, Abril/junho de 2009. P. 83. Disponível em <<http://www.resdal.org.ar/producciones-miembros/estrategia-nacional-defensa-eliezer-rizzo.pdf> >. Acessado em 24 de janeiro de 2016.

⁴⁰⁴ CASAS, Pedro. RODRIGUES, Rúbia. O Livro Branco de Defesa Nacional. Conjuntura Internacional. PUC Minas. P. 4. Disponível em <http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20120131104029.pdf >. Acessado em 25 de janeiro de 2016.

diante das incertezas em relação aos cenários futuros, o custo do não engajamento do Brasil na construção da ordem internacional nascente pode ser muito maior do que o ônus imediato, que é o investimento na capacitação, no preparo e no desenvolvimento de meios necessários ao exercício da soberania. A consolidação de estruturas de governança multilateral representativas da nova distribuição de poder mundial é um interesse do País, que exige coordenação estreita entre as políticas externa e de defesa, na medida em que esta oferece àquela salvaguarda, apoio e logística, imprescindíveis para a atuação do Brasil no cenário internacional.⁴⁰⁵

Embora haja o reconhecimento neste documento de que a ordem internacional continue a ser determinada predominantemente pela relação entre Estados, o Brasil compartilha da percepção de que as novas ameaças⁴⁰⁶ influenciam no ambiente internacional deste século. Abordaremos os entornos geoestratégicos com maior profundidade no **Capítulo 6**.

Outra reflexão possível é comparar a END e o Livro Branco de Defesa, quanto ao tema Transformação. Conforme Eliézer Rizzo de Oliveira ressaltou, a END lançou as bases para uma maior discussão quanto à rearticulação da indústria de defesa, no entanto, foi o Livro Branco que discutiu com maior profundidade o conceito de Transformação da Defesa. Este conceito surgiu a partir da década de 1970, fruto das discussões sobre a Evolução em Assuntos Militares (EAM) e a Revolução em Assuntos Militares (RAM), as quais orientaram a necessidade de, periodicamente, romper padrões, criando assim novas capacidades e novos conceitos e possibilitando que a inovação supere desafios inesperados. Conforme consta no Livro,

a efetividade de um processo de transformação é proporcional à capacidade de aquisição e aplicação de tecnologia de ponta nas fases de pesquisa e desenvolvimento de novos sistemas de armas e plataformas. Como pode ser observado nos vários exemplos disponíveis, esse processo é de longa duração, podendo estender-se por 20 anos ou mais.⁴⁰⁷

⁴⁰⁵ Livro Branco da Defesa do Brasil. Ministério da Defesa. P. 27. Disponível em < <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf> >. Acessado em 25 de janeiro de 2016.

⁴⁰⁶ Entendidas pelo documento, como: “As implicações para a proteção da soberania, ligadas ao problema mundial das drogas e delitos conexos, a proteção da biodiversidade, a biopirataria, a defesa cibernética, as tensões decorrentes da crescente escassez de recursos, os desastres naturais, ilícitos transnacionais, atos terroristas e grupos armados à margem da lei explicitam a crescente transversalidade dos temas de segurança e de defesa”. In: Livro Branco da Defesa do Brasil. Ministério da Defesa. P. 28. Disponível em < <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf> >. Acessado em 25 de janeiro de 2016.

⁴⁰⁷ Livro Branco da Defesa do Brasil. Ministério da Defesa. P. 191. Disponível em < <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf> >. Acessado em 25 de janeiro de 2016.

Esta transformação exige mudanças nas doutrinas de emprego de tropas em ambientes multifacetados e na capacitação das Forças Armadas. Neste sentido, a mudança se dará por meio de três eixos: Plano de Articulação e Equipamento de Defesa (Paed), modernização da gestão e reorganização da Base Industrial de Defesa.

O Paed é o principal instrumento de que o Estado dispõe para garantir o provimento dos meios e da infraestrutura para as Forças Armadas brasileiras. Este Plano tem por finalidade planejar e executar aquisições de produtos de defesa associadas aos projetos e programas estratégicos das Forças Armadas, ao mesmo tempo em que busca organizar e sustentar o complexo industrial de defesa.

Os projetos prioritários do Exército Brasileiro são: Recuperação da Capacidade Operacional, Defesa cibernética, Guarani, Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (Proteger), Sistema de Defesa Antiaérea e Sistema de Mísseis e Foguetes Astros 2020. O projeto do Exército que, ao longo de 23 anos, tem previsão de receber a maior quantia de verba por meio do Paed, na ordem de quase 21 milhões de reais, é o da implantação da Nova Família de Blindados de Rodas (NFBR).

Os projetos prioritários da Força Aérea Brasileira são: Gestão Organizacional e Operacional do Comando da Aeronáutica, Recuperação da Capacidade Operacional, Controle do Espaço Aéreo, Capacitação Operacional da FAB, Capacitação Científico-Tecnológica da Aeronáutica, Fortalecimento da Indústria Aeroespacial e de Defesa Brasileira, Desenvolvimento e Construção de Engenheiros Aeroespaciais, Apoio aos Militares e Civis do Comando da Aeronáutica e Modernização dos Sistemas de Formação e Pós-Formação de Recursos Humanos.

Desde a década de 1990, quando o governo brasileiro iniciou as discussões e abriu licitações para renovar a frota de caças multifuncionais por meio da aquisição de um novo modelo de caça para missões de defesa do espaço aéreo, em substituição aos Mirage, por meio de um Projeto denominado FX, a empresa francesa Dassault se candidatou. Por questões eleitoreiras, o Programa foi adiado para o próximo governo. No entanto, segundo Clarice Moreira de Moraes,

os antigos e quase sucateados Dassault Mirage da FAB tiveram de ser aposentados e, como medida emergencial, foi adquirido um lote de caças franceses Mirage 2000C, que tinham a previsão

de servirem por dez anos, enquanto se planejava uma nova substituição de toda a frota de caças do Brasil.⁴⁰⁸

Em 2006, a FAB adquiriu um lote usado de caças Mirage 2000C da França para cumprir missões de defesa aérea de Brasília. A previsão inicial era de que estes caças voassem pela FAB até 2011, no entanto, a Força realizou ajustes em seis aeronaves e prolongou a vida útil dos Mirage 2000C até 2013. A END criou a oportunidade para a FAB transformar seu pleito por novos caças em uma necessidade estratégica de Estado. Conforme consta neste documento,

dentre todas as preocupações a enfrentar no desenvolvimento da Força Aérea, a que inspira cuidados mais vivos e prementes é a maneira de substituir os atuais aviões de combate no intervalo entre 2015 e 2025, uma vez esgotada a possibilidade de prolongar-lhes a vida por modernização de seus sistemas de armas, de sua aviônica e de partes de sua estrutura e fuselagem.⁴⁰⁹

Em 2009, a FAB realizou visitas técnicas às empresas licitadas e realizou os voos de avaliação das aeronaves participantes do Projeto F-X2. O objetivo destas avaliações era verificar aspectos técnicos, operacionais, logísticos e industriais. Foram visitadas e avaliadas instalações industriais e logísticas, oficinas de manutenção, laboratórios de desenvolvimento de sistemas e esquadrões operacionais. De acordo com o brigadeiro Antonio Carlos Moretti Bermudez, chefe do Centro de Comunicação Social da Aeronáutica,

durante o mês de março, a Gerência do Projeto F-X2 (GPF-X2) reuniu-se com sua equipe e promoveu uma série de esclarecimentos com as três empresas participantes, no intuito de dirimir dúvidas e aprimorar o conteúdo das respectivas ofertas com relação aos requisitos do COMAER, mantendo o foco nos aspectos comerciais; técnicos; operacionais; logísticos; de compensação comercial (Offset), industrial e tecnológica, e de transferência de tecnologia.⁴¹⁰

⁴⁰⁸ MORAIS, Clarice Moreira de. Renovação dos caças brasileiros e seus desdobramentos: de FHC a Lula. Conjuntura, PUC Minas. 23 de outubro de 2010. P. 1. Disponível em <http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20101108102118.pdf?PHPSESSID=0d8127bc0d7ee7bf90f8750ebb581277>. Acessado em 26 de janeiro de 2016.

⁴⁰⁹ Estratégia Nacional de Defesa. Ministério da Defesa. P. 30. Disponível em <http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf>. Acessado em 24 de janeiro de 2016.

⁴¹⁰ FX2: Visitas técnicas e voos de avaliação. Força Aérea Brasileira, 30 de março de 2009. Disponível em <<http://www.fab.mil.br/noticias/mostra/2577/FX2:%20Visitas%20t%C3%A9cnicas%20e%20voos%20de%20avalia%C3%A7%C3%A3o>>. Acessado em 26 de janeiro de 2016.

As empresas participantes da licitação do Projeto FX2 eram a Boeing, dos EUA, a SAAB, da Suécia, e novamente a francesa *Dassault*. Aproveitando-se das negociações em andamento com o Brasil para a aquisição de submarinos e helicópteros em 2009, Sarkozy incluiu a transferência de tecnologia dos caças *Rafale* no Projeto FX2. Clarice Moreira de Moraes enfatiza que,

de acordo com o professor Antônio Jorge Ramalho (especialista em defesa do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília), caso o Presidente opte pelo *Rafale*, terá que justificar muito bem a escolha, pois já foi apontado por relatórios da FAB que este, além de ser a opção mais cara, não é a que agrega mais vantagens ao país. O professor ainda acrescenta que do ponto de vista técnico esta escolha parece absurda, pois a melhor escolha seria pelo sueco *Gripen*, devido ao custo tanto de produção quanto manutenção, maior transferência de tecnologia para o país e sua funcionalidade perante as demandas da Força Aérea Brasileira.⁴¹¹

Apesar da manifestação do presidente Lula em favor do caça *Rafale*, a decisão do FX2 foi adiada para o próximo governo. Dilma havia reiniciado em 2012 as negociações para a aquisição do novo caça para a FAB, quando o escândalo da espionagem estadunidense paralisou mais uma vez o Projeto. Em 2013, a presidenta reabriu a concorrência para a escolha dos novos caças do FX-2 e, em entrevista coletiva à imprensa, o então ministro da Defesa, Celso Amorim anunciou que a empresa escolhida para desenvolver o novo caça multimissão brasileiro seria a sueca SAAB.

Se, por um lado, a França perdeu na concorrência do FX2, por outro, foi contemplada por outro projeto prioritário da FAB: o HX-BR. Este Programa envolve a aquisição com transferência de tecnologia de cinquenta helicópteros EC-725. Este Programa será detalhado mais à frente.

Os projetos prioritários da Marinha que compõem o Paed são os seguintes: Recuperação da Capacidade Operacional, Programa Nuclear da Marinha (PNM), Construção do Núcleo do Poder Naval, Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (Sisgaaz),

⁴¹¹ MORAIS, Clarice Moreira de. Renovação dos caças brasileiros e seus desdobramentos: de FHC a Lula. Conjuntura, PUC Minas. 23 de outubro de 2010. P. 4. Disponível em <http://www.pucminas.br/imagadb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20101108102118.pdf?PHPSESSID=0d8127bc0d7ee7bf90f8750ebb581277>. Acessado em 26 de janeiro de 2016.

Complexo Naval da 2ª Esquadra / 2ª Força de Fuzileiros da Esquadra (2ª FFE), Segurança da Navegação e Pessoal.

A responsabilidade de selecionar os projetos estratégicos da Marinha foi da própria força. De todos os projetos prioritários, o que mais receberá verbas por meio do Paed é Construção do Núcleo do Poder Naval. Este projeto, iniciado em 2009, terá durabilidade de 38 anos. Este projeto permitirá à Força substituir gradualmente as plataformas de combate navais, aeronavais e de fuzileiros navais. Por o limite dos ciclos de vida dos materiais já estarem definidos, este projeto é essencial para ampliar a capacidade operacional da Marinha do Brasil. No escopo deste projeto se encontram: o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub), o Programa de Obtenção de Meios de Superfície (Prosuper), o projeto e a construção de 27 navios-patrolha de quinhentas toneladas em território nacional, o Programa de Obtenção de Navio Anfíbio (Pronanf), o Projeto de Obtenção de Navios-Aeródromos (Pronae) e a aquisição de três navios-patrolha oceânicos de 1,8 mil toneladas.

Dos projetos prioritários, o mais antigo é o Programa Nuclear da Marinha (PNM) iniciado em 1979. A previsão de conclusão deste Programa é de 2031. Nestes 52 anos em que vigorará este projeto, a pretensão do Paed é de investir cerca de até quatro milhões e duzentos mil reais. Este projeto inclui o ciclo do combustível nuclear, o Laboratório de Geração de Energia Núcleo-Elétrica (Labgene), o protótipo de reator nuclear tipo PWR, o reator do primeiro Submarino de Propulsão Nuclear Brasileiro (SNBR) e a infraestrutura do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP). De acordo com o Livro Branco, *“o PNM e o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) estão intimamente ligados. A exequibilidade do PROSUB depende do desenvolvimento do sistema de propulsão nuclear, foco do PNM”*⁴¹². Conforme ressaltado pelo MD,

o Programa Nuclear da Marinha dará ao Brasil capacidade técnica para o projeto, a construção e operação de plantas núcleo-elétricas de tecnologia nacional. A energia gerada por essas plantas poderá ser utilizada tanto para a propulsão de meios navais, como os submarinos SN-BR, de propulsão nuclear, quanto para a alimentação de redes elétricas urbanas e rurais.⁴¹³

⁴¹² Livro Branco da Defesa do Brasil. Ministério da Defesa. P. 194. Disponível em < <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdl.pdf> >. Acessado em 25 de janeiro de 2016.

⁴¹³ Projetos estratégicos da Marinha. Ministério da Defesa. Disponível em < <http://www.defesa.gov.br/industria-de-defesa/paed/projetos-estrategicos/projetos-estrategicos-da-marinha-do-brasil> >. Acessado em 26 de janeiro de 2016.

Embora o PNM e o Prosub tenham uma íntima relação, não haverá participação de empresas de defesa francesas no PNM. Toda parte nuclear do projeto do submarino com propulsão nuclear está sendo desenvolvida pela Marinha do Brasil. Contudo, por se configurar também como um programa de transbordamento, os principais benefícios do PNB para a sociedade são: fomento da indústria nacional, arrasto tecnológico, domínio de tecnologia sensível, capacitação e aprimoramento de mão de obra e desenvolvimento de planta núcleo-elétrica de emprego dual.

5.1.1 – As reformulações na política de exportação das indústrias de defesa francesas e a transferência de tecnologia

Tecnologia industrial é o conjunto de conhecimentos, informações e técnicas destinados à produção e comercialização de bens e serviços. Em geral, as empresas se utilizam de dois meios para ter acesso à tecnologia industrial: pesquisa & desenvolvimento (P&D) e bens de capital. A P&D é responsável pelas atividades internas da empresa, tais como contratação de serviços ou cooperação tecnológica e os bens de capital se referem às tecnologias adquiridas sob a forma de máquinas e equipamentos. De acordo com João Roberto Loureiro de Mattos e Leonam dos Santos Guimarães, *“a aquisição tecnológica está associada à decisão de se definir até que ponto a empresa pretende se envolver no processo de P&D – pesquisa básica, pesquisa aplicada ou desenvolvimento para obter novas tecnologias e quais opções serão usadas para isso”*⁴¹⁴. A capacidade industrial e tecnológica do setor de defesa europeu é inquestionável, no entanto, o futuro destas empresas depende da heterogeneidade e da inovação das políticas públicas de aquisição de armamentos.

O Brasil consolidou a sua base industrial, principalmente, pela importação em massa de tecnologias. Por as empresas estrangeiras que aqui se instalavam trazerem seus processos de produção, não houve maiores ganhos científicos e tecnológicos nem para a comunidade científica nem para o empresariado brasileiro. Na maior parte das vezes, a aquisição de tecnologia das empresas brasileiras se deu através de bens de capital, ou seja, na compra de maquinários, equipamentos, treinamento de pessoal, manuais etc.

Adriana Aurea e Antônio Carlos Galvão afirmam que,

⁴¹⁴ MATTOS, João Roberto Loureiro de. GUIMARÃES, Leonam dos Santos. Gestão da Tecnologia e Inovação: uma abordagem prática. São Paulo: Saraiva, 2005. P. 54.

a importação explícita de tecnologia encontrou um ambiente propício para se afirmar como forma preponderante de internacionalização de inovações. As remessas sob a forma de contratos de transferência de tecnologia adquiriram maior importância no período pós-64.⁴¹⁵

Especificamente, no caso da relação França-Brasil na área de defesa, como analisado nos capítulos anteriores, a maior parte das negociações envolveram compras de oportunidade, treinamento de pessoal, parcerias entre empresas com um mínimo de cooperação tecnológica etc. A partir da década de 1970, os governos brasileiros motivados pelo desejo em modificar o *status* do país no sistema internacional, deram início a projetos estratégicos militares por meio de desenvolvimento autônomo, como o do submarino com propulsão nuclear e o do míssil anti-navio, e por meio de cooperação tecnológica, como o desenvolvimento do caça de combate do Programa AMX. Compras de oportunidade, importação de cérebros, desenvolvimento autônomo, cooperação tecnológica, sociedades de propósitos específicos, transferência de tecnologia são estratégias de que empresas e instituições se utilizam. Destas estratégias, a que menos foi utilizada pelas Forças Armadas brasileiras é a transferência de tecnologia.

No Brasil, a maior parte dos estudos sobre política de transferência de tecnologia estão associados a teorias econômicas schumpeterianas, as quais entendem os progressos tecnológicos como um elemento fundamental para o desenvolvimento econômico em economias capitalistas.⁴¹⁶ Segundo Schumpeter,

a inovação tecnológica cria uma ruptura no sistema econômico, tirando-a do estado de equilíbrio, alterando, desta forma, padrões de produção e criando diferenciação para as empresas. Ela representa papel central na questão do desenvolvimento econômico regional e de um país.⁴¹⁷

⁴¹⁵ AUREA, Adriana Pacheco. GALVÃO, Antônio Carlos F. Importação de tecnologia, acesso às inovações e desenvolvimento regional: o quadro recente no Brasil. Revista Textos para Discussão, Nº. 616, Brasília, dezembro de 1998. P. 13.

⁴¹⁶ TORRES, Ricardo Lobato. A “inovação na teoria econômica: uma revisão”. VI Encontro de Economia Catarinense, Associação dos Pesquisadores em Economia Catarinense. P. 2. Disponível em <http://www.apec.unesc.net/VI_EEC/sessoes_tematicas/Tema6-Tecnologia%20e%20Inova%C3%A7ao/Artigo-3-Autoria.pdf>. Acessado em 25 de janeiro de 2016.

⁴¹⁷ SANTO, Adriana dos. FAZION, Cíntia. MEROE, Giuliano de. Inovação: um estudo sobre a evolução do conceito de Schumpeter. Revista, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Faculdade de Economia e Administração (FEA), Departamento de Administração. P. 4. Disponível em <<http://revistas.pucsp.br/index.php/caadm/article/view/9014/6623>>.

Nesta concepção, a intensidade de inovação está relacionada ao tamanho das empresas. Uma inovação, na perspectiva schumpeteriana, somente está completa quando há uma negociação comercial que envolve uma invenção que produza lucro. Nathan Rosenberg, herdeiro desta teoria, desenvolveu o conceito *focusing devices*, no qual este autor propõe soluções aos gargalos tecnológicos, balizadas pelo estado do conhecimento relativo que a entidade possui sobre uma tecnologia ou um conjunto de tecnologias. A fim de solucionar estes gargalos, Rosenberg desenvolveu dois conceitos: *learning-by-using* (LBU) e *learning-by-doing* (LBD). Ambos estão relacionados ao processo de aprendizado tecnológico. Rosenberg definiu que,

no caso do LBU, tem-se o resultado derivado do aprendizado via uso, que é conscientemente perseguido e que é revertido numa melhoria das condições de produção e uso de um produto. No caso do LBD, o resultado é derivado do aprendizado via processo produtivo, que pode surgir mediante a existência de gargalos nesse processo. O LBD consiste no desenvolvimento cada vez maior da habilidade nos estágios de produção. De fato, à medida que a tecnologia for se aperfeiçoando com a produção acumulada e/ou advindas do uso do produto - fruto de melhorias implementadas no decorrer da atividade produtiva - ocorrerá a redução dos custos por unidade produzida. Daí a importância dos gastos com P&D e com as inovações.⁴¹⁸

Se a transferência de tecnologia for entendida como parte do processo de inovação, esta estratégia de aquisição de defesa terá maiores chances de apresentar resultados positivos na solução de gargalos tecnológicos.

Os contratos de transferência de tecnologia são concebidos no âmbito de P&D e, geralmente, entendem-se estes contratos como o processo por meio do qual um conjunto de conhecimentos, habilidades e procedimentos referentes à produção são transferidos, por negociação de caráter econômico, de uma entidade a outra, ampliando a capacidade de inovação da entidade apta a receber a tecnologia. Segundo Denis Borges Barbosa,

paga-se pela tecnologia, obviamente, quando não se a tem; quando, factualmente, o empresário que necessita do corpo de conhecimentos tecnológicos não o pode obter senão por aquisição onerosa. A não disponibilidade da tecnologia é uma

⁴¹⁸ SHIKIDA, Pery Francisco Assis. BACHA, Carlos José Caetano. Notas sobre o modelo schumpeteriano e suas principais correntes de pensamento. Teor. Evid. Econ., Passo Fundo, v. 5, n. 10, p. 107-126, maio 1998. P.p. 114-115. Disponível em < <http://www3.ceunes.ufes.br/downloads/2/juniorsan-Shikida%20e%20Bacha.pdf> >. Acessado em 25 de janeiro de 2016.

condição usualmente descrita como “segredo”, se bem que tal expressão seja um tanto vasta e imprecisa. Não importa que todos os empresários de um setor disponham de uma tecnologia; se o novo competidor que entra no mercado dela não tem controle, e é obrigado a pagar por ela, há segredo (*secretus* = afastado) em relação a este.⁴¹⁹

Além da legislação normativa referente à transferência de tecnologia do exterior, os países receptores devem considerar a legislação tributária, a legislação cambial e as normas e práticas dos órgãos governamentais de controle e intervenção no domínio econômico daqueles países.

Especificamente no caso dos países dispostos a ceder a tecnologia, há de se considerar as reformulações das políticas de exportação de produtos de defesa e como as empresas francesas têm se destacado no mercado ao incluir a transferência de tecnologia nas negociações.

Para as indústrias de defesa europeias, se por um lado, o mercado americano continua a ser sinônimo de oportunidades de negócios e novas dinâmicas industriais, por outro, é também estigmatizado por um cenário feroz de competição e por uma relação especial cliente/fornecedor. Após uma década de crescimento contínuo e exponencial das vendas de defesa e, mesmo no ano de 2011, as indústrias de defesa estadunidenses terem entrado em uma fase de reestruturação e estabilização do seu volume de negócios no mercado doméstico, Hélène Masson assegura que a situação atual do mercado de defesa não é comparável com a da década de 1990, caracterizada por fusões e aquisições entre as principais empresas do departamento de Defesa dos EUA. As estratégias estadunidenses para reestruturar, estabilizar e diversificar a política de negócios das suas indústrias têm como foco os pequenos e médios fornecedores de produtos de defesa. Masson exemplifica mencionando que a *General Dynamics* venceu seu concorrente na área de veículos terrestres e proteção de forças através das aquisições de uma empresa de reparação naval, *Metro Machine*, e de um provedor de sistemas de informação, *Vangent Holding Corp.* De acordo com esta cientista política francesa, no setor industrial europeu, entre os anos de 2011 e 2012, o processamento de dados estatísticos revelou uma tendência de queda das despesas de capital, seguida de custos com o pessoal e como resultado desta política, obteve-se a redução do tamanho das Forças Armadas

⁴¹⁹ BARBOSA, Denis Borges. Tipos de Contratos de propriedade industrial e transferência de tecnologia. P. 3. Disponível em <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=4&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKewi7_PD-hcbKAhUCNSYKHfPiAnIQFggtMAM&url=http%3A%2F%2Fdenisbarbosa.addr.com%2F130.doc&usg=AFQjCNFdJL-wfS-CiKRjfwzFoKB5NYmWOG&bvm=bv.112454388,d.eWE>. Acessado em 25 de janeiro de 2016.

da maioria dos países europeus. Em tempos em que as Forças Armadas europeias têm envidado cada vez mais esforços, a redução da dívida pública se tornou um dilema para a política de despesas de capital destes países. Diante deste quadro, somado à necessidade de redução de custos de programas militares, as estratégias de reconfiguração da política de aquisição de defesa se tornaram a alavanca do setor de defesa dos países europeus.

No mercado de defesa estadunidense, empresas europeias como Thales, EADS e Saab concorrem como empresas britânicas e italianas. Embora a Thales não tenha o mesmo sucesso de consolidação no mercado estadunidense que *BAE Systems* e a *Finmeccanica*, por exemplo, esta empresa francesa emprega nos EUA 2.300 funcionários e realiza neste país 10 % das suas vendas. Por o mercado de segurança e defesa dos Estados Unidos apresentar oportunidades comerciais significativas e por as empresas estadunidenses estarem submetidas a um rigoroso controle legislativo no que tange a equipamentos, técnicas, dados e processos tecnológicos de origem estadunidense, as empresas francesas têm buscado cada vez mais penetrar nele. As empresas francesas consideram a regulação o maior risco para as suas investidas no mercado estadunidense. Já na América Latina, a conquista do mercado e processos de transferência de tecnologia caminham juntos nas investidas francesas na região. Masson explica que,

na América Latina, e em geral em todos os grandes mercados de exportação, os Estados compradores aspiram reconstruir as suas capacidades tecnológicas e industriais de defesa, ou mesmo para criar a partir do zero um setor industrial específico, através da transferência de tecnologia negociada como parte de um quadro de acordos offsets. As transferências de tecnologia se tornaram o principal critério imposto para ganhar as licitações relacionadas à programas de renovação de equipamentos das forças armadas da região. Os contratos de exportação agora envolvem, e quase sistematicamente, as transferências de know-how, a implantação da capacidade de execução (e, se necessário) no território do estado do cliente, bem como parcerias com a indústria local.⁴²⁰

⁴²⁰ Tradução livre da autora: “ *Amérique latine, et plus généralement sur l’ensemble des marchés Grand export, les États acheteurs ambitionnent de reconstituer leurs capacités technologiques et industrielles de défense, voire de créer ex nihilo une filière industrielle spécifique, grâce aux transferts de technologies négociés dans le cadre d’accords offsets. As transferências de tecnologia tornaram-se um importante critério et imposé pour remporter les appels d’offres liés aux programmes de renouvellement des équipements des forces armées de la région. Les contrats d’exportation impliquent désormais, et de manière quasi systématique, des transferts de savoir faire, l’implantation de capacités de production (et le cas échéant de développement) sur le sol de l’État client, ainsi que des partenariats avec les industriels locaux.* ” In: MASSON, Hélène. *L’industrie de défense européenne et les marchés d’Amérique du Nord et d’Amérique latine: entre attractivité et maîtrise des risques*. P.p. 295-329. In: BRUNELLE, Dorval. (ORG) *Communautés atlantiques / Atlantic Communities: asymétries et convergences*. Montréal: l’Institut d’Études Internationales de Montréal, 2012. Disponível em <http://classiques.uqac.ca/contemporains/masson_helene/industrie_defense_europeenne/industrie_defense_europeenne_texte.html>. Acessado em 26 de abril de 2016..

Conforme evidenciado, a França tem reformulado a sua política de exportação de produtos de defesa para atender as especificidades de mercados em que deseja penetrar. Na América Latina, o foco francês está voltado para os mercados de defesa da Argentina, Brasil, Chile e México. Embora haja um histórico de mais de cem anos de acordos comerciais entre França e Brasil para a venda de produtos de defesa, especialmente, no Brasil, há um anseio estratégico francês para se consolidar no mercado de defesa local. Para isso, a França tem realizado estudos sistemáticos sobre as Forças Armadas, as políticas públicas, a legislação e as indústrias de defesa brasileiras. Exemplo disso é o recente trabalho publicado pela *Fondation pour la Recherche Stratégique* (FRS)⁴²¹, o qual analisa a cadeia produtiva da base industrial de defesa do Brasil desde a legislação e gastos de defesa, até os principais atores industriais que operam no setor, suas estratégias e parceiros estratégicos.⁴²²

Dentre os autores deste trabalho, encontram-se os pesquisadores franceses Hélène Masson e Kévin Martin e o pesquisador brasileiro Eduardo Siqueira Brick. Este pesquisador é um dos responsáveis pela implementação de um novo conceito metodológico para avaliar a cadeia produtiva da indústria de defesa denominado Base Logística de Defesa (BLD), aprimorado pelo Instituto de Estudos Estratégicos (Inest) da Universidade Federal Fluminense (UFF). De acordo com este conceito, “*BLD é o agregado de capacitações, tecnológicas, materiais e humanas, necessárias para desenvolver e sustentar a expressão militar do poder, mas também profundamente envolvidas no desenvolvimento da capacidade e competitividade industrial do país como um todo*”⁴²³ Este conceito foi desenvolvido pelo militar estadunidense George C. Thorpe's ao publicar o trabalho intitulado *Pure Logistics. The science of war preparation*, em 1917. De acordo com Thorpe's,

foi o suíço Baron Antoine Henry Jomini - que serviu como oficial de Napoleão e que escreveu extensivamente sobre as campanhas militares do período - quem fez o primeiro uso significativo do termo logística. Em seu resumo clássico de Arte da Guerra, publicado em 1838, Jomini estabeleceu a logística

⁴²¹ Fundação francesa, criada em 1992, de referência em pesquisa estratégica que, mediante contratos, presta serviços para ministérios e agências francesas, instituições europeias, organizações e empresas internacionais.

⁴²² MASSON, Hélène. BRICK, Eduardo Siqueira. MARTIN, Kévin. *Production d'armement: le Brésil en quête d'autonomie. Fondation pour la Recherche Stratégique*. Junho de 2015. Disponível em <http://mercury.ethz.ch/serviceengine/Files/ISN/192430/ipublicationdocument_singledocument/dc85cfed-8074-4c2d-92b9-e012d3a76cb6/fr/RD_201502.pdf>. Acessado em 03 de maio de 2016.

⁴²³ BRICK, Eduardo Siqueira. Base Logística de Defesa: conceituação, composição e dinâmica de funcionamento. V Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa, 9 de agosto de 2011. P. 6. Disponível em <<http://www.defesa.uff.br/images/Textos/Artigos/Base%20Logstica%20de%20Defesa.pdf>>. Acessado em 03 de maio de 2016.

como uma das cinco ferramentas básicas para a realização de guerra, as outras sendo estratégia, grandes táticas, engenharia (pelo que ele mencionava fortificação apenas) e táticas menores.
424

A concepção de Thorpe's sobre logística se assemelha à de Jomini, na qual estratégia e tática são consideradas parte da conduta da guerra e a logística provedora dos meios. No entanto, estes meios não estariam limitados às funções de abastecimento e transporte, mas sim, os aspectos mais abrangentes que podem ser considerados como parte da economia de guerra, tais como o planejamento e execução da movimentação e do apoio as Forças Armadas. Por a logística ser considerada por Jomini e Thorpe's como uma unidade, a logística de defesa é considerada assim, pela BLD, como um todo orgânico, que não deve ser confundido com a estratégia e a tática. Assim, a aquisição de meios pode se entendida também como um sistema complexo que cria e sustenta a capacidade militar para emprego tático, visando ao alcance dos objetivos estratégicos. Além dos EUA, a França também adota o conceito de BLD e uma das principais características comuns neste modelo é que o planejamento e execução da logística de defesa está fora do controle das Forças Armadas. Especificamente no caso francês, a DGA está sob controle do Ministério da Defesa e não do Estado-Maior das Forças Armadas. No Brasil, é possível observar que a logística de defesa está em fase de transição. Conforme analisado no decorrer deste trabalho, em especial, nas relações comerciais entre França e Brasil na área de defesa, não há um histórico de inovações radicais na cadeia industrial brasileira. Isso significa que um dos maiores problemas centrais no desenvolvimento de uma BLD é a questão tecnológica. Waldimir Pirró e Longo elucidam que,

na área industrial, o desenvolvimento cobre a lacuna existente entre a pesquisa e a produção e, geralmente, envolve a construção e operação de plantas-piloto (engenharia de processo), construção e teste de protótipos (engenharia de produto), realização de ensaios em escala natural e outros experimentos necessários à obtenção de dados para o dimensionamento de uma produção em escala industrial. (...). Os conhecimentos gerados pela pesquisa e desenvolvimento experimental, podem exigir diferentes graus de elaboração para chegarem ao mercado como bens ou serviços, ou para serem

⁴²⁴ Tradução livre da autora: “it was the Swiss Baron Antoine Henry Jomini – who had served as a Napoleonic staff officer and who wrote extensively about the military campaigns of the period – who made the first significant use of the term logistics. In his classic *Summary of the Art of War*, published in 1838, Jomini established logistics as one of five basic tools for conducting war, the others being strategy, grand tactics, engineering (by which he meant fortification only), and minor tactics.” In: THORPE'S, George C. *Pure Logistics. The science of war preparation*. Washington: National Defence University Press, 1986. P. 28.

empregadas numa unidade produtiva. Essa elaboração exige os serviços especializados de engenharia. A engenharia faz a concepção da produção do bem ou do serviço, estuda sua viabilidade técnica e econômica, projeta e implanta as instalações físicas, e conforme o caso, opera e faz a manutenção das mesmas.⁴²⁵

Semelhante à França, boa parte das grandes empresas brasileiras se originaram do Estado. A Petrobras, a Embraer, a Embrapa, a Vale do Rio Doce, Eletrobras, Telebras, a Nuclebras Equipamentos Pesados (Nuclep), as Indústrias Nucleares do Brasil (INB), a Indústria de Material Bélico (Imbel), a Empresa de Engenharia Naval (Emgepron) e mais recentemente a Amazul são exemplos disso. Como analisado, exceto no caso das estatais, as inovações na indústria brasileiras estavam limitadas à compra de maquinário e os investimentos diretos estrangeiros nestas empresas priorizavam a adaptação de produtos para a sua inserção no mercado nacional. Não havia interesse das empresas estrangeiras nem maiores restrições nacionais em exigir transferência de tecnologia. Conforme Rafael Ramalho Dubeux descreve, enquanto “*os grupos privados de capital nacional, de modo geral, mantinham relações com o poder público exclusivamente no âmbito do financiamento e da proteção de mercado*”⁴²⁶, “*a academia brasileira, por sua vez, se voltou prioritariamente à formação de mão de obra e à produção científica, e não tanto ao desenvolvimento de tecnologia com finalidade comercial*”⁴²⁷. O hiato provocado pela secundarização do desenvolvimento tecnológico nas empresas brasileiras e pela ausência de políticas públicas voltadas para o fomento a P&D no século XX contribuíram significativamente para o relativo atraso econômico que países como Argentina, Brasil e México apresentaram, quando comparados com o desempenho de países como Japão, Taiwan e Coreia do Sul, todos de economia em ascensão no mesmo período.

A END, ao propor a transferência de tecnologia como solução complementar ao processo de desenvolvimento autônomo nas Forças Armadas, endossa as teorias econômicas schumpeterianas, ao relacionar a estratégia brasileira de defesa à estratégia nacional de

⁴²⁵ LONGO, Waldimir Pirró e. Indústria de Defesa: Pesquisa, Desenvolvimento Experimental e Engenharia Revista da Escola Superior de Guerra, vol.25, n.52, p. 7-37, Rio de Janeiro, RJ, (2011). P. 6. Disponível em <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwja853ft77MAhVKgJAKHahODoAQFggiMAE&url=http%3A%2F%2Fwww.waldimir.longo.nom.br%2Fartigos%2F124.doc&usg=AFQjCNHShcx1RpgHIJUQHWWAr29nbcyP0A&bvm=bv.121070826,d.Y2I>>. Acessado em 03 de maio de 2016.

⁴²⁶ DUBEUX, Rafael Ramalho. Inovação no Brasil e na Coreia do Sul. Os efeitos do novo regime internacional de patentes sobre as estratégias de desenvolvimento econômico. Curitiba: Juruá, 2010. P. 60.

⁴²⁷ DUBEUX, Rafael Ramalho. Inovação no Brasil e na Coreia do Sul. Os efeitos do novo regime internacional de patentes sobre as estratégias de desenvolvimento econômico. Curitiba: Juruá, 2010. P. 60.

desenvolvimento e tem por meta diminuir este hiato tecnológico mantido por todo o século XX. A END endossa que a estratégia nacional de desenvolvimento motiva e fornece o escudo para a estratégia nacional de defesa. Conforme consta neste documento, *“cada uma reforça as razões da outra. Em ambas, se desperta para a nacionalidade e constrói-se a Nação. Defendido, o Brasil terá como dizer não, quando tiver que dizer não. Terá capacidade para construir seu próprio modelo de desenvolvimento”*⁴²⁸.

Alice Amsden, em seu livro *A Ascensão do Resto*, aponta que o que transformou os países de ascensão tardia em emergentes foi o significativo aumento do Estado com gastos em P&D.⁴²⁹ Como exemplo, Amsden cita a participação brasileira na era de computadores. Segundo a autora,

na indústria de computadores do Brasil, cuja substituição de importações se baseava no princípio controverso da integração retroativa, tal política requeria, entre outras coisas um investimento correspondente em pesquisa e desenvolvimento, que no caso brasileiro não existia. A fraqueza dos esforços de pesquisa é uma razão para que a política brasileira para a indústria de computação tenha sofrido duras críticas.⁴³⁰

Após tecer críticas ao ilusionismo do livre mercado, Amsden reforça o papel empreendedor do Estado, mesmo em tempos de crise econômica, afirmando que foram os investimentos em P&D que diferenciaram a ascensão entre os países emergentes na década de 1990. Conforme descreve,

Mesmo a Índia, cujo sistema nacionalista de inovação ficava atrás do da China, da Coréia e de Taiwan em termos de orientação industrial, se distanciou de Argentina, Brasil, Chile e México nesse sentido. “Centros de Excelência” na Índia ajudaram a sustentar líderes nacionais em setores estratégicos, como o laboratório de P&D da Telco na indústria automobilística. As leis do governo na década de 1990 procuraram melhorar os incentivos privados à P&D, a comercialização pública dos resultados da P&D e as parcerias entre institutos públicos e privados. O transbordamento industrial de laboratórios governamentais de P&D ligados a

⁴²⁸ Estratégia Nacional de Defesa. Ministério da Defesa. P. 8. Disponível em < http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf >. Acessado em 24 de janeiro de 2016.

⁴²⁹ AMSDEN, Alice. *A Ascensão do Resto. Os desafios ao Ocidente de economias com industrialização tardia.* São Paulo: UNESP, 2009. P. 424.

⁴³⁰ AMSDEN, Alice. *A Ascensão do Resto. Os desafios ao Ocidente de economias com industrialização tardia.* São Paulo: UNESP, 2009. P. 424.

defesa e saúde era alto, proporcionando a base para a perícia, no nível das firmas, na manufatura de equipamentos elétricos pesados e fármacos.⁴³¹

Dentro desta linha de pensamento, há um consenso entre muitos países que estão tentando recuperar o atraso de suas economias, de que o Estado tem um papel significativo na criação de conhecimentos e na mobilização de recursos que permitam a difusão do conhecimento e da inovação em todas as esferas da economia. De acordo com Mariana Mazzucato, “*o Estado precisa também comandar o processo de desenvolvimento industrial, criando estratégias para o avanço tecnológico em áreas prioritárias*”⁴³². Mazzucato tece críticas aos neoschumpeterianos ao afirmar que inovação não é sinônimo de P&D, à medida que, se a empresa não dispuser dos ativos complementares necessários, P&D pode se tornar apenas um custo. Nestas condições, a autora ressalta que, “*é fundamental identificar as condições específicas que precisam estar presentes na empresa para permitir que os gastos em P&D afetem positivamente seu crescimento*”⁴³³.

Amsden e Mazzucato concordam que países que estejam buscando recuperar o atraso de suas economias devam definir áreas prioritárias para que o Estado atue como empreendedor. Mazzucato cita o exemplo da Agência de Projetos de Pesquisa Avançada de Defesa (Darpa) dos EUA. Criada no final da década de 1950, para contrabalançar o desenvolvimento tecnológico da URSS, além de financiar a ciência pura, direcionar recursos para áreas específicas, a Darpa intermediava as negociações entre o setor público e o privado e facilitava a comercialização. Conforme argumenta a autora,

indo muito além do simples financiamento das pesquisas, a DARPA financiou a formação de departamentos de ciência da computação, deu apoio a start-ups com pesquisas iniciais, contribuiu para a pesquisa de semicondutores, apoiou a pesquisa de interface homem-computador e supervisionou os estágios iniciais da internet.⁴³⁴

Mazzucato complementa ainda que, “*com a tarefa de intermediação, os funcionários da DARPA não apenas desenvolveram laços entre aqueles envolvidos no sistema de rede,*

⁴³¹ AMSDEN, Alice. A Ascensão do Resto. Os desafios ao Ocidente de economias com industrialização tardia. São Paulo: UNESP, 2009. P. 479.

⁴³² MAZZUCATO, Mariana. O Estado empreendedor. Desmascarando o mito do setor público vs setor privado. São Paulo: Portfolio/ Penguin, 2014. P. 71.

⁴³³ MAZZUCATO, Mariana. O Estado empreendedor. Desmascarando o mito do setor público vs setor privado. São Paulo: Portfolio/ Penguin, 2014. P. 76.

⁴³⁴ MAZZUCATO, Mariana. O Estado empreendedor. Desmascarando o mito do setor público vs setor privado. São Paulo: Portfolio/ Penguin, 2014. P.p. 112-113.

como contribuíram para expandir o pool de cientistas e engenheiros trabalhando em áreas específicas”⁴³⁵.

A maior parte dos especialistas brasileiros em desenvolvimento econômico exigem o rompimento com o modelo de desenvolvimento existente por estar exaurido e, no que se relaciona à produtividade do país, sugerem o estímulo ao empreendedorismo que desenvolva P&D, que permita o maior acesso ao crédito, a tecnologias, às práticas avançadas em grandes setores da economia, reinventando novas instituições, e acesso aos mercados mundiais. Mangabeira Unger, ex-ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), é defensor desta proposta. Além de defender a reformulação da atual legislação ambiental e tributária, defende que a estratégia nacional de desenvolvimento só será efetiva se houver políticas públicas que aproveitem as vocações existentes em cada região, o que ele chama de empreendedorismo de vanguarda.

Especificamente no caso da Defesa, em entrevista ao jornal *Diário do Grande ABC*, em setembro de 2015, Unger esclareceu que para que a região do Grande ABC alavanque o desenvolvimento da indústria de defesa, três iniciativas devem ser implementadas:

Em primeiro lugar, facilitar a localização física das cadeias produtivas da indústria de Defesa, a começar pela aeroespacial. Em segundo, avançar no novo modelo de educação técnica, que não deve ser aquele tradicional, alemão, que copiamos no Brasil, de ensinar ofícios rígidos e profissões convencionais pelo uso das máquinas tradicionais, como os tornos. Deve ser educação técnica avançada que ensine as capacitações flexíveis e genéricas, chamadas de metacapacitações, exigidas por tecnologias contemporâneas, como são as impressoras 3D. Em terceiro, o poder público, os prefeitos associados, precisam organizar centros ou laboratórios, chamados em muitos países de fablabs, laboratórios de fabricação em manufatura aditiva, que disponibilizem tecnologias contemporâneas, como as impressoras 3D, a baixo custo, para empresas pequenas e médias de vanguarda. É um grande caminho para a região, e o melhor instrumento para essa trajetória é a cooperação federativa horizontal.⁴³⁶

⁴³⁵ MAZZUCATO, Mariana. O Estado empreendedor. Desmascarando o mito do setor público vs setor privado. São Paulo: Portfolio/ Penguin, 2014. P.p. 112-113.

⁴³⁶ Entrevista de Mangabeira Unger, então Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos, ao Diário do Grande ABC Defesa, em 8 de setembro de 2015. P. 2. Disponível em <http://www.robertounger.com/portuguese/pdfs/politica_exterior/entrevistas/Entrevista%20Diario%20do%20Grande%20ABC%20Defesa.pdf>. Acessado em 27 de janeiro de 2016.

Unger critica o modelo fordista industrial, baseado na produção em grande escala de bens e serviços padronizados por maquinários e processos produtivos, mão de obra semi especializada e relações de trabalho muito hierárquicas e especializadas. Unger acrescenta que, “*um dos terrenos privilegiados para o vanguardismo produtivo é a indústria de Defesa, que em todo o mundo é um contexto para o avanço tecnológico e produtivo*”⁴³⁷. Para promover um empreendedorismo de vanguarda, o Brasil deve superar este modelo retrógrado, no qual a maior parte da mão-de-obra se encontra excluída dessas vanguardas de produção, e se inserir em um novo modelo de produção, densa em conhecimento, flexível, descentralizada, customizada e voltada para a inovação permanente. Unger, que participou ativamente da elaboração da END, faz duas críticas a este documento: a desconexão entre a pesquisa e a produção no complexo industrial de defesa e a falta de um regime jurídico especial para as indústrias privadas do setor de defesa. Nesta ótica, a END está orientando o Estado a produzir apenas na ponta, conduzindo pesquisas avançadas sem vazão produtiva. Ao isentar as empresas privadas das regras do regime geral de compras públicas, o Estado passaria a ter o poder estratégico nas empresas privadas do setor, seja por meio do Direito Público, como um marco regulatório, seja por meio do Direito Privado, como a *goldenshare*⁴³⁸.

Sobre a reinvenção do Brasil e a nova estratégia nacional de desenvolvimento, Unger defende que,

o Governo está comprometido. É uma estratégia baseada em capacitações educacionais e oportunidades produtivas. A maior parte das nossas empresas continua afundada em um primitivismo produtivo, embora tenhamos uma cultura empreendedora vibrante. Uma parte dessa estratégia é tirar as empresas de seu primitivismo e fomentar o empreendedorismo de vanguarda no Brasil. Para isso, precisamos de um choque de ciência e tecnologia. (...) E o complexo industrial de defesa, inclusive os setores estratégicos – nuclear, cibernético e o espacial – representa um terreno privilegiado para desenvolver o vanguardismo tecnológico.⁴³⁹

⁴³⁷ Entrevista de Mangabeira Unger, então ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos, ao Diário do Grande ABC Defesa, em 8 de setembro de 2015. P. 2. Disponível em <http://www.robertounger.com/portuguese/pdfs/politica_exterior/entrevistas/Entrevista%20Diario%20do%20Grande%20ABC%20Defesa.pdf>. Acessado em 27 de janeiro de 2016.

⁴³⁸ Poder de controle ou veto do Estado nas empresas privadas.

⁴³⁹ Mangabeira: o Brasil é um protetorado americano! Conversa Fiada, em 30 de julho de 2015. Disponível em <<http://www.conversaafiada.com.br/tv-afiada/2015/07/30/mangabeira-o-brasil-e-um-protetorado-americano>>. Acessado em 27 de janeiro de 2016.

Embora uma ponta do vanguardismo já esteja contemplada na END, o ponto de partida é entender que, além do acesso a crédito, é preciso combinar, como já discutido, com acesso a tecnologias, a práticas avançadas e aos mercados mundiais. O compromisso do Estado com os setores estratégicos, no complexo industrial de defesa, é um instrumento de soerguimento do país.

Segundo Unger, o Brasil é um caso único na história mundial em que se emerge como potência sem pretensões imperiais. No entanto, para que se desenvolva e se defenda, o Brasil precisa ter tecnologia de vanguarda para que não dependa das grandes potências mundiais. O ponto de chegada, de acordo com este modelo proposto, é um novo marco institucional e a concorrência cooperativa. O ponto de largada é a implantação de uma nova cultura industrial, caracterizada por inovações radicais, conectando a pesquisa avançada à produção e pelo domínio de capacitações genéricas. Embora Unger seja um defensor da maior proximidade entre Brasil e EUA, defende que somente por meio da independência tecnológica, o Brasil terá condições de discutir com os EUA, por meio de práticas e não modelos teóricos doutrinários, a sua posição estratégica no seu entorno geoestratégico americano. De acordo com Juliano Scherner Rossi,

a aspiração à potência regional, segundo o raciocínio exposto na Estratégia Nacional de Defesa, passa igualmente pela aquisição de produtos de defesa modernos e pela capacidade de produzi-los. Como país em desenvolvimento, há entretanto, lacunas tecnológicas que precisam ser vencidas. Por sua vez, é geralmente aceito que uma das formas de redução dessas lacunas tecnológicas é a transferência de tecnologia, a qual, toda via, deve ser feita segundo alguns cuidados.⁴⁴⁰

De acordo com Waldimir Pirró e Longo,

o uso da palavra transferência, ao invés de venda ou de aluguel, dá ideia que o cedente transmitirá ao receptor todos os conhecimentos que geraram a tecnologia e, portanto, o seu domínio. Normalmente, porém, o que ocorre é uma venda, na qual o vendedor esconde os conhecimentos (know why) e entrega as instruções (know how). Assim os contratos de transferência de tecnologia podem propiciar ou não sua transferência na verdadeira acepção da palavra. O processo de transferência é bastante complexo e difícil, exigindo, além da disposição do cedente, competência e determinação de quem

⁴⁴⁰ ROSSI, Juliano Scherner. *Compensações tecnológicas (OFFSET): segredo empresarial e transferência internacional de tecnologia de defesa*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015. P. 13.

recebe os conhecimentos. A verdadeira transferência de tecnologia ocorre quando o receptor absorve o conjunto de conhecimentos que lhe permitem adaptá-la às condições locais, aperfeiçoá-la e, eventualmente, criar nova tecnologia de forma autônoma.⁴⁴¹

A transferência de tecnologia é entendida assim, como parte do processo de inovação na empresa. Cabe ao receptor da tecnologia dominar os conhecimentos necessários que lhe permitam adaptar a tecnologia transferida, no âmbito da P&D, e aperfeiçoá-la, de forma que uma nova tecnologia surja. Corroborando com Longo, Rossi sustenta que,

a capacidade de as tecnologias darem bons resultados do ponto de vista técnico como do desenvolvimento econômico depende do ambiente físico, social, econômico e tecnológico em que devem operar. Isso é especialmente importante quando as tecnologias são transferidas de países desenvolvidos para países em desenvolvimento.⁴⁴²

É de suma importância que as instituições públicas brasileiras envolvidas em processos de transferência de tecnologia conheçam o ambiente político, econômico, sociocultural, tecnológico e militar dos países desenvolvidos que a transferem. Rodrigo Fracalossi de Moraes sustenta que,

o Livro Branco de Defesa da França de 2008 indicou a relevância do mercado externo e a necessidade de o governo promover políticas de apoio à exportação de produtos de defesa. Enfatizou, ainda, a necessidade de se oferecer aos clientes um pacote de equipamentos atrativo, ampliando as chances de celebração dos negócios.⁴⁴³

Como analisado anteriormente, o governo francês teve que reformular a sua política de exportação de produtos de defesa para aumentar a participação de suas indústrias em novos

⁴⁴¹ LONGO, Waldimir Pirró e. Conceitos básicos sobre ciência, tecnologia e inovação. Disponível em < <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKewjIrfCJ-NDKAhWDF5AKHWWAAwMQFggtMAI&url=http%3A%2F%2Fwww.waldimir.longo.nom.br%2Fartigos%2F50.doc&usq=AFQjCNHNbd96Rqkq2NzJ5OD77hTLPgcmjA&sig2=PLkEbiUFXwggG-8A-L5nw&bvm=bv.113034660,d.Y2I>>. Acessado em 21 de fevereiro de 2016.

⁴⁴² ROSSI, Juliano Scherner. Compensações tecnológicas (OFFSET): segredo empresarial e transferência internacional de tecnologia de defesa. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015. P. 61.

⁴⁴³ MORAES, Rodrigo Fracalossi de. Intermediação estatal nas exportações de equipamentos militares: As experiências da Rússia e da França. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), No. 1963. P. 56. Disponível em < <https://www.econstor.eu/dspace/bitstream/10419/121630/1/797127798.pdf> >. Acessado em nove de fevereiro de 2016.

mercados. O governo francês atribuiu maior importância ao pós-venda e adequou o sistema de defesa exportado à capacitação operacional e à manutenção dos clientes. Moraes acrescenta que,

parte-se da perspectiva de que o Estado-cliente busca não apenas a aquisição de equipamentos, mas um apoio completo na satisfação de suas necessidades de segurança. Um determinado governo nacional pode não ter conhecimento adequado acerca dos sistemas de defesa mais capazes de garantir a segurança nacional e/ou não ter condições de gerenciar projetos envolvendo sistemas de defesa complexos. Esta “consultoria” seria, portanto, fundamental.⁴⁴⁴

Neste sentido, a transferência de tecnologia é parte da reformulação da política de exportação de produtos de defesa da França, na conquista de novos mercados.

5.1.1.1 – Programa de desenvolvimento de submarinos

A crise econômica que assolou o Brasil a partir da década de 1980, enfraqueceu o debate político sobre a política de transferência de tecnologia no Brasil. Contudo, no segundo mandato presidencial de Lula, a transferência de tecnologia para programas estratégicos voltou a fazer parte do debate político.

Desde julho de 2007, quando Jobim tomou posse no ministério da Defesa, havia assumido o compromisso político de reaparelhar as Forças Armadas brasileiras. Em outubro deste mesmo ano, Jobim, ao participar de audiência pública promovida pela Creden no plenário três da Câmara dos Deputados, defendeu publicamente “*que o reaparelhamento das Forças Armadas terá que ser feito com transferência de tecnologia para o Brasil, caso haja necessidade de importação nessa área*”⁴⁴⁵. A fim de viabilizar esta opção de aquisição tecnológica, Jobim e os comandantes militares recorreram aos países que estariam dispostos a repassar conhecimentos estratégicos para as Forças Armadas brasileiras.

⁴⁴⁴ MORAES, Rodrigo Fracalossi de. Intermediação estatal nas exportações de equipamentos militares: As experiências da Rússia e da França. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), No. 1963. P. 56. Disponível em < <https://www.econstor.eu/dspace/bitstream/10419/121630/1/797127798.pdf> >. Acessado em nove de fevereiro de 2016.

⁴⁴⁵ Jobim defende transferência de tecnologia para militares. Agência Câmara de Notícias, 31 de outubro de 2007. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/112889.html> >. Acessado em 27 de janeiro de 2016.

Em janeiro de 2008, o ministro da Defesa e comandantes militares visitaram instalações militares e discutiram acordos de cooperação técnica e tecnológica na França e na Rússia. De acordo com o posicionamento da Marinha do Brasil,

não obstante ter logrado êxito na construção de submarinos no AMRJ, falta à Marinha a capacidade de desenvolver projetos de submarinos. O caminho seguido pelas potências que produzem submarinos nucleares foi o de, a partir do pleno domínio do projeto de convencionais, evoluir, por etapas, para um submarino nuclear, cujos requisitos, em termos de tecnologia e controle de qualidade, superam em muito aqueles de um convencional. Assim, o caminho natural para o Brasil seria, da mesma forma, o de desenvolver sucessivos protótipos, até que se chegasse a um projeto razoável, para abrigar uma planta nuclear. Como não se dispõe do tempo nem dos recursos necessários para tanto, a solução delineada pela MB, no intuito de – com segurança – saltar etapas, foi a de buscar parcerias estratégicas com países detentores de tais tecnologias e que estivessem dispostos a transferi-la.⁴⁴⁶

Naquele contexto, a ambição por transferência de tecnologia era preterida pelo MD para a construção de submarinos convencionais e partes do nuclear. Como a França e a Rússia eram os únicos países que, na atualidade, constroem submarinos convencionais e nucleares, em seus estaleiros, estes países foram os selecionados para as investidas do governo brasileiro. Havia o interesse brasileiro de adquirir também caças e helicópteros militares. A Rússia ofereceu ao Brasil o submarino diesel-elétrico Amur e, desde a década de 1990, oferecia ao Brasil caças *Sukhoi*. A França ofereceu ao Brasil caças *Rafale*, helicópteros *Panther*, submarinos convencionais e o sistema de plataforma do submarino com propulsão nuclear com transferência de tecnologia. Por a oferta francesa ser mais atraente aos interesses brasileiros, neste mesmo mês, o Brasil assinou acordo técnico com a França, a fim de aprofundar as discussões sobre a parceria estratégica entre os dois países, prevendo capacitação tecnológica e modernização das FAs brasileiras. De acordo com o deputado francês Jean-Claude Mignon, representante da Comissão de Relações Exteriores na Assembleia Nacional francesa, ao autorizar a aprovação deste acordo técnico da França com o Brasil, este acordo

⁴⁴⁶ SUBMARINO SCORPÈNE: A POSIÇÃO DA MARINHA. Marinha do Brasil. Disponível em: http://www.mar.mil.br/menu_v/ccsm/temas_relevantes/submarino_Escorpene.html . Acessado em 3 de janeiro de 2016.

de 29 de janeiro 2008 tem o duplo objetivo. Ele dá um estatuto jurídico mais estável para inúmeras colaborações já em andamento, e também fortalecer as relações militares franco-brasileiras, e expandir para novas áreas. Isto antecipa esta intensificação provável da nossa parceria estratégica com este país.⁴⁴⁷

Em dezembro de 2008, o comandante da Marinha, almirante Julio Soares de Moura Neto, tornou pública na página da Força uma nota intitulada *Submarino Scorpène: a posição da Marinha* justificando as razões para escolher a França como parceira estratégica no processo de transferência de tecnologia para submarinos:

o acordo com a França, país que possui grande experiência no assunto e tecnologia bastante moderna, visa abreviar as etapas da parte não nuclear do submarino de propulsão nuclear, com a transferência de tecnologias de projeto e construção. Existe também um grande interesse da Marinha em conseguir que empresas francesas transfiram a indústrias nacionais a capacidade de fabricação de importantes equipamentos, que possuem requisitos de desempenho bastante rigorosos, exigidos para a operação em condições extremamente severas, como é o caso de submarinos.⁴⁴⁸

A empresa francesa diretamente envolvida no processo de transferência de tecnologia para o Prosub é a estatal DCNS.

Na década de 1990, a fim de elaborar um projeto de submarino inovador, a estatal DCNS e a espanhola Navantia uniram esforços e produziram os Scorpènes, submarinos projetados com sistema de propulsão de ar independente (AIP).⁴⁴⁹ Este modelo, além de permitir autonomia em submersão superior a três semanas, é capaz de realizar numerosas funções, como caçar outros submarinos, entregar comandos a seus destinos, coletar informações, entre outras. De acordo com a DCNS,

⁴⁴⁷ Tradução livre da autora: “L'accord du 29 janvier 2008 remplit un double objectif. Il donne un statut juridique plus stable aux nombreuses coopérations déjà engagées et permet également de renforcer les relations militaires franco-brésiliennes, et de les élargir à de nouveaux domaines. Il préfigure en cela l'intensification probable de notre partenariat stratégique avec ce pays.” In: *Commission des Affaires Étrangères sur le Projet de Loi N° 1265, Assemblée Nationale*. Disponível em: <http://www.assemblee-nationale.fr/13/rapports/r1294.asp> . Acessado em 3 de janeiro de 2016.

⁴⁴⁸ Submarino Scorpène: a posição da Marinha - Submarinos na estratégia naval brasileira. Defesanet, 22 de dezembro de 2008. Disponível em < <http://www.defesanet.com.br/prosub/noticia/1926/SUBMARINO-SCORPENE--A-POSICAO-DA-MARINHA-Submarinos-na-estrategia-naval-brasileira> >. Acessado em 27 de janeiro de 2016.

⁴⁴⁹ Scorpène : Fin du litige entre DCNS et Navantia. Mer et Marine, 15 de novembro de 2010. Disponível em < <http://www.meretmarine.com/article.cfm?id=114506&u=77291> >. Acessado em 27 de janeiro de 2016.

outras vantagens cruciais que diferenciam a classe de submarinos scorpène de seus concorrentes: o seu alto grau de segurança e confiabilidade, o sistema de combate eficiente que lhe permite compilar informações de todos os tipos de sensores e de usar todos os tipos de armas, a sua capacidade de se comunicar quando submerso, sua reduzida exigência de tripulação, etc.⁴⁵⁰

Em 2009, a parceria *DCNS-Navantia* teve fim; porém, por o projeto original ser da estatal francesa, esta continuou à frente da construção e da comercialização da classe Scorpène. Atualmente, no mercado de submarinos, os Scorpènes da França disputam mercado com os IKLs do consórcio anglo-germânico *HDW/ MFI*, os S-80 da empresa espanhola *Navantia* e com o Amur dos russos. Os principais compradores dos Scorpènes da *DCNS* foram o Chile, em 1977, a Malásia, em 2002, a Índia, em 2005, e o Brasil, em 2008. Dos quatro países com que a França negociou a venda de submarinos da classe scorpène, apenas dois podem ser considerados estratégicos: a Índia e o Brasil, pois, nas negociações com ambos os países, a transferência de tecnologia foi condição *sine qua non* para seus fechamentos. Recentemente, a Austrália anunciou a aquisição de doze unidades do modelo *Shortfin Barracuda* em substituição aos seus modelos obsoletos russo e alemão. Este modelo francês é uma versão diesel-elétrica de 4.500 toneladas do submarino nuclear francês Barracuda, o qual possui 4.700 toneladas.

Na década de 1970, paralelamente, ao início do desenvolvimento do projeto do submarino com propulsão nuclear brasileiro, a Marinha do Brasil decidiu comprar submarinos diesel-elétricos. Nesta época, o mercado internacional de exportação de submarinos era disputado pela classe francesa Agosta, pela inglesa Oberon, pela soviética Foxtrot e pela classe alemã IKL 209. A MB optou então pela classe alemã. Conforme **anexo B**, de acordo com a Diretoria Geral de Material da Marinha (DGMM),

naquela época, foi escolhido o modelo desenvolvido pela firma alemã Ingenieur Kontor Lubeck (IKL), cujo estaleiro detentor da tecnologia de construção era o Howaldtswerke Deutsche Werft (HDW). Um primeiro submarino, o Tupi, foi construído nesse estaleiro, de 1984 a 1989, com participação intensiva de engenheiros e técnicos da MB, seguindo-se os submarinos Tamoio, Timbira, Tapajó e Tikuna, todos construídos pelo pessoal da Marinha, no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ), entre os anos de 1982 a 2005, com forte participação

⁴⁵⁰ *Scorpene DCNS. A new benchmark for performance.* Disponível em < <http://en.dcnsgroup.com/naval/products/scorpene/?product-category=ssks> >. Acessado em 27 de janeiro de 2016.

da Nuclebrás Equipamentos Pesados AS (Nuclep), além da assistência técnica da HDW.⁴⁵¹

Por a transferência de tecnologia para projetar submarinos não estar prevista contratualmente na aquisição dos submarinos alemães, não foi desenvolvida no Brasil a capacidade para projetar submarinos. Em setembro de 2010, a DCNS inaugurou em Cherbourg, a Escola de Projeto de Submarinos, na qual engenheiros e técnicos da Marinha do Brasil e empresas brasileiras foram selecionados para absorver conhecimentos de projeto de submarinos. De acordo com Pierre Quinchon, Diretor da Divisão de Submarinos da DCNS, no dia da inauguração desta Escola, este programa confirma a capacidade da DCNS em conduzir parcerias inovadoras na prestação de serviços aos seus clientes internacionais no quadro de transferências de tecnologia sob controle e é motivo de orgulho para a empresa permitir que o Brasil adquira *know-how* de primeira linha do mundo no domínio de defesa naval.⁴⁵² No entanto, Quinchon, ao ser questionado em uma coletiva de imprensa sobre como a DCNS lida com os riscos associados à transferência de tecnologia afirmou que, neste tipo de transação, não iriam ser necessários maiores esforços no processo de transferência de tecnologias futuras que não fossem de interesse da empresa.⁴⁵³ Quinchon complementa afirmando que o modelo de transferência de tecnologia adotado pela empresa tem a aceitabilidade de todos, inclusive, do cliente.⁴⁵⁴ A Marinha do Brasil, em sua justificativa pela escolha do Scorpène, esclareceu que,

algumas características do projeto do Submarino Scorpène merecem especial destaque. Diferentemente do usual, apesar de tratar-se de um submarino convencional, seu projeto não constitui evolução de uma classe convencional anterior; pelo contrário, seu casco hidrodinâmico é derivado do submarino nuclear “Rubis/Amethyste”, mas mais compacto. Essa classe de submarinos, denominada classe Rubis, tem seis unidades em operação na Marinha Francesa. Além disso, emprega

⁴⁵¹ Entrevista concedida pelo Comandante Arlei, da Diretoria Geral de Material da Marinha do Brasil, à Fernanda Corrêa, em 15 de junho de 2011. Arquivo Pessoal.

⁴⁵² *Lorient: Une école de conception pour les sous-marins brésiliens*. Mer et Marine, 17 de setembro de 2010. Disponível em <<http://www.meretmarine.com/article.cfm?id=113975&u=77291>>. Acessado em 27 de janeiro de 2016.

⁴⁵³ *DCNS a commencé les transferts de technologies vers le Brésil*. La Tribune, 16 de setembro de 2010. Disponível em <<http://www.latribune.fr/entreprises-finance/industrie/aeronautique-defense/20100916trib000549553/dcns-a-commence-les-transferts-de-technologies-vers-le-bresil.html>>. Acessado em 27 de janeiro de 2016.

⁴⁵⁴ *DCNS a commencé les transferts de technologies vers le Brésil*. La Tribune, 16 de setembro de 2010. Disponível em <<http://www.latribune.fr/entreprises-finance/industrie/aeronautique-defense/20100916trib000549553/dcns-a-commence-les-transferts-de-technologies-vers-le-bresil.html>>. Acessado em 27 de janeiro de 2016.

tecnologias usadas nos submarinos nucleares franceses, como o sistema de combate SUBTICS. Em decorrência, dentre as vantagens que apresenta, seu projeto destaca-se por facilitar uma rápida transição para o nuclear, haja vista sua forma de casco clássica daquele tipo de submarinos, com hidrodinâmica apropriada para elevados desempenhos em velocidade e manobra.⁴⁵⁵

Ao interpretar este esclarecimento oficial, é possível afirmar que, mesmo que a DCNS possa não cumprir o acordo e não transferir os itens estratégicos para a Marinha do Brasil, construir o submarino com propulsão nuclear, o fato de a plataforma interna do submarino Scorpène ser derivado de uma plataforma interna do submarino nuclear Rubis e haver a possibilidade de uma rápida transição do convencional para o nuclear, aumentam as chances de a Marinha do Brasil absorver conhecimentos que lhe permitam projetar submarinos com propulsão nuclear.

Em 2009, conforme **anexo C**, a Marinha do Brasil criou a Coordenadoria-Geral do PROSUB (Cogesn) para gerenciar as atividades do Programa. Segundo esta Coordenadoria,

no âmbito do PROSUB, a transferência de tecnologia é definida como o conjunto de conhecimentos, informações, técnicas e expertise que constituem o “know how” necessário ao cumprimento do Objeto Precípulo do Contrato, a qual seja a obtenção, pela Marinha do Brasil (MB), do primeiro Submarino de Propulsão Nuclear Brasileiro – SN-BR.⁴⁵⁶

Sob supervisão e aprovação da Cogesn, a DCNS seleciona as empresas brasileiras que participarão do processo de absorção de tecnologia. As áreas do Prosub que a Marinha ambiciona nacionalizar são: segurança, tratamento do ar, habilidade (suporte à vida), sistemas de combate, sistema de armas, eletricidade e automação, sistema de propulsão, sistema de gerenciamento de plataforma, mastros, tubulações de ar, materiais compostos, sistema hidráulico, sistema de ar comprimido e sistemas mecânicos. Numerosas empresas brasileiras se manifestaram interessadas, tanto em participar do Prosub, quanto dos *offsets* advindos dele.

Em setembro de 2009, a Diretoria Geral de Material da Marinha (DGMM) assinou todos os documentos contratuais referentes ao Prosub, tendo como partes o Consórcio Baía de

⁴⁵⁵ Submarino Scorpène: a posição da Marinha - Submarinos na estratégia naval brasileira. Defesanet, 22 de dezembro de 2008. Disponível em < <http://www.defesanet.com.br/prosub/noticia/1926/SUBMARINO-SCORPENE--A-POSICAO-DA-MARINHA-Submarinos-na-estrategia-naval-brasileira> >. Acessado em 27 de janeiro de 2016.

⁴⁵⁶ Entrevista concedida pelo Almirante Hecht, então Gerente do PROSUB, à Fernanda Corrêa, em 15 de fevereiro de 2011. Arquivo Pessoal.

Sepetiba (CBS, constituído pela DCNS e pela construtora brasileira Norberto Odebrecht S.A (Odebrecht), a DCNS, a Odebrecht, e a Ítauaí Construções Navais S.A. (ICN), uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) constituída pela DCNS, pela Odebrecht e pela Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron). Esta empresa naval é a representante da Marinha do Brasil no Consórcio ICN e detém uma Ação Preferencial Especial, a *Golden Share*⁴⁵⁷. Esta ação preferencial se configura como um meio de acompanhamento do cumprimento do propósito estratégico da SPE.

Segundo memorando enviado pelo comando da Marinha aos chefe do Estado Maior da Armada, ao comandante-geral do Corpo de Fuzileiros Navais, ao comando de Operações Navais, ao diretor-geral de Material de Marinha, ao secretário-geral da Marinha e ao diretor-geral de Pessoal da Marinha, o relacionamento entre a França e o Brasil no âmbito do Acordo de Cooperação assinados entre os ministérios da Defesa dos dois países, intitulado *Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) e sua Governança*, de oito de junho de 2010, foi processado em quatro instâncias: política, diplomática, institucional e comercial.⁴⁵⁸ A nível político, a relação é entre o comandante da Marinha e o chefe do Estado-Maior da *Marine Nationale Française* (MNF). Em nível diplomático, a relação é estabelecida entre a DGMM e a DGA. De acordo com este memorando,

esse relacionamento será desenvolvido no âmbito do Comitê de Cooperação Conjunto França-Brasil, que é co-presidido pelo Diretor de Desenvolvimento Internacional da DGA, por parte da França, e pelo Diretor-Geral de Material da Marinha, por parte do Brasil. O Comitê conta com a participação de outros Ministérios (Relações Exteriores, Defesa e Fazenda) de ambos os países, conforme estabelecido no Artigo V do Acordo de Cooperação e detalhado no Artigo 5.3 do Arranjo Técnico. O Comitê dispõe, pelo lado francês, de um Secretário e, do lado brasileiro, de um Secretariado, coordenado por um Secretário, representante da DGMM, ASSISTIDO POR DOIS Secretários-Adjuntos, um da Coordenação-Geral do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (COGESN) e outro do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP).⁴⁵⁹

⁴⁵⁷ Ação especial que confere direitos particulares e disposições estatutárias especiais e incidem sobre decisões de carácter estratégico para a empresa.

⁴⁵⁸ Memorando N° 5/2010 do Comando da Marinha Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) e sua Governança, de oito de junho de 2010. Marinha do Brasil. Arquivo Pessoal.

⁴⁵⁹ Memorando N° 5/2010 do Comando da Marinha Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) e sua Governança, de oito de junho de 2010. Marinha do Brasil. P. 2. Arquivo Pessoal.

Em nível comercial, a relação entre a França e Brasil, foi estabelecida, pela parte francesa, através dos Consórcios CBS e ICN, e pela parte brasileira, por meio da Cogesn. Embora a Cogesn seja a responsável pela execução do Prosub, esta Coordenadoria está subordinada à DGMM. Além de um Contrato de Financiamento Externo, sob a execução da Cogesn, há um conjunto de sete contratos comerciais assinados com a DCNS, a Odebrecht, CBS e ICN. Seguem os contratos dispostos *online* pela Marinha do Brasil⁴⁶⁰:

- Contrato Nº 1 - assinado com a DCNS e com a Itaguaí Construções Navais (ICN), que trata da construção de quatro submarinos convencionais e é dividido em pacote de materiais e construção.
- Contrato Nº 2 - assinado com a DCNS e a ICN, que trata da construção do primeiro submarino com propulsão nuclear brasileiro, é dividido em pacote de materiais e serviços para o seu desenvolvimento e sua construção.
- Contrato Nº 3 - assinado com a DCNS, que trata da aquisição de trinta torpedos F21 e cinquenta despistadores de torpedo.
- Contrato Nº 4 - assinado com a Construtora Odebrecht, que trata do projeto e da construção do Estaleiro, da Base Naval e da Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas (Ufem).
- Contrato Nº 5 - assinado com o Consórcio Baía de Sepetiba (CBS), que trata da Administração, do Planejamento e da Coordenação do Objeto Precípua (projeto e construção do submarino com propulsão nuclear).
- Contrato Nº 6 - assinado com a DCNS, que trata da transferência de tecnologia de projeto e construção dos quatro submarinos convencionais, do desenvolvimento do projeto do submarino com propulsão nuclear e de fornecimento de informações técnicas para o projeto do Estaleiro, da Base Naval e da Ufem.
- Contrato Nº 8 - assinado com a DCNS, referente aos *offsets*.

No processo de transferência de tecnologia para os submarinos convencionais, além da qualificação de recursos humanos de diversos níveis e especialidades para a construção e detalhamento de projeto da seção modificada do submarino, está incluída também a consultoria técnica durante a construção e a realização do projeto. Além de profissionais que participaram das construções e modernizações dos submarinos tipo IKL do Arsenal de

⁴⁶⁰ Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB). Marinha do Brasil. P. 6. Disponível em < https://www.mar.mil.br/hotsites/sala_imprensa/pdf/temas/snbr.pdf>. Acessado em 27 de janeiro de 2016.

Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ), para esta atividade, a Força incorporou também profissionais de empresas, como Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A (Nuclep) e ICN.

Em nível de cooperação entre as Marinhas do Brasil e da França, a relação no âmbito do Acordo de Cooperação foi estabelecida entre os setores Operativo e de Pessoal da Marinha do Brasil e seus homólogos da MNF. Por meio deste Memorando Nº 5/2010, o comando da Marinha criou também o Comitê de Acompanhamento do Prosub, o Comitê de Controle e Fiscalização, o Comitê Especial da SPE, o Órgão Gestor do Corpo Técnico, Fiscais dos Contratos, Representação para exercer os direitos relativos à *Golden Share* e a Controladoria dos Contratos.

Em 26 de abril de 2016, a DCNS informou que o governo australiano a havia escolhido como principal parceira internacional na aquisição de doze submarinos modelo scorpène para a Marinha Real Australiana. No segmento de submarinos convencionais, as principais concorrentes da DCNS são as empresas da Alemanha e da Rússia. Em fevereiro de 2015, o governo australiano havia convidado a empresa alemã TKMS, o consórcio japonês formado pelas empresas Mitsubishi Heavy Industries e Kawasaki Shipbuilding e a francesa DCNS. A empresa alemã oferecia uma nova versão comercial de alta performance da HDW tipo 216 e o consórcio japonês propôs a aquisição do modelo Soryu, uma versão diesel-elétrica da qual a Força de Autodefesa Marítima do Japão opera. Ambos os modelos de submarinos podem ser equipados com sistema AIP.

Em anúncio oficial no qual estariam presentes as seguintes autoridades australianas: o primeiro-ministro, Malcolm Turnbull, o ministro da Defesa, Marise Payne, o ministro da Indústria, Inovação e Ciência, Christopher Pyne e o comandante da Marinha Real, o vice almirante Tim Barrett. De acordo com informações da empresa,

a decisão foi motivada pela capacidade da DCNS para melhor atender todas as exigências do governo. Esta inclui um desempenho superior do sensor e características stealth bem como alcance e resistência similar ao submarino da classe Collins. As considerações do governo incluíram custo, cronograma, programa de execução, suporte à vida e o envolvimento da indústria australiana.⁴⁶¹

⁴⁶¹ Tradução livre da autora: “*The decision was driven by DCNS’s ability to best meet all of the Australian Government’s requirements. These included superior sensor performance and stealth characteristics, as well as range and endurance similar to the Collins Class submarine. The Government’s considerations also included cost, schedule, program execution, through-life support and Australian industry involvement.*” In: *Australian government selects DCNS for the sea 1000 future submarine programa. DCNS*, em 26 de abril de 2016. Disponível em < <http://en.dcnsgroup.com/news/australian-government-selects-dcns-for-the-sea-1000-future-submarine-program/>>. Acessado em 29 de agosto de 2016.

A Austrália decidiu investir na aquisição de doze modelos scorpène para proteger o comércio e garantir a segurança marítima por meio de um Programa de Submarinos denominado SEA1000. De acordo com informações do próprio programa, “*será o maior programa de aquisição de Defesa na história da Austrália e representa um investimento na ordem de US\$ 50 bilhões em segurança da Austrália*”⁴⁶². Tal qual os programas navais de aquisição de submarinos da Índia e do Brasil, o SEA1000 atende a uma missão de longo prazo.

Os centros industriais da DCNS, na França, são: Lorient, onde se encontra a parte de concepção do submarino, parque tecnológico de Sophia-Antipolis, onde são fabricados os sonares, Cherbourg, onde se encontra a produção, Ruelle, na qual se encontra a fábrica de equipamentos estratégicos, Saint-Tropez, onde se concentra a produção de torpedos, Nantes-Indret, onde se desenvolve a propulsão e, Toulon, onde se desenvolve o sistema de combate de submarinos. De acordo com a Marinha do Brasil,

a maior parte dos treinamentos foi feita, inicialmente, em Cherbourg, onde os brasileiros acompanharam a construção das seções dianteiras do primeiro submarino do PROSUB, o S-BR1. O grupo reunia mais de duzentos profissionais da Marinha do Brasil, Itaguaí Construções Navais (ICN) e NUCLEP. Lá eles puderam se qualificar em diversos serviços como soldagem, conformação de peças, fabricação de estruturas, entre outros.⁴⁶³

No processo de transferência de tecnologia para o sistema de plataforma do submarino com propulsão nuclear, a qualificação de engenheiros de diversos níveis e especialidades na França, teve durabilidade de cerca de dois anos, a partir de julho de 2012. Sobre a Escola de Projeto de Submarinos, em Lorient, a Marinha do Brasil informa que,

foi onde 31 engenheiros militares e servidores civis da Marinha do Brasil começaram a receber conhecimentos técnicos para projetar submarinos. Entre os exercícios, fizeram o projeto reduzido de um submarino convencional e de um com propulsão nuclear. Por dois anos, eles receberam dos franceses treinamento teórico e prático. (...) De volta ao Brasil, depois da capacitação na França, os engenheiros repassam os conhecimentos

⁴⁶² Tradução livre da autora: “*It will be the largest Defence procurement program in Australia’s history and represents an investment in the order of \$50 billion in Australia’s security.*” In: *Program SEA1000*. Disponível em < <http://sea1000.gov.au/the-program/>>. Acessado em 29 de agosto de 2016.

⁴⁶³ PROSUB. Marinha do Brasil. Disponível em < <https://www1.mar.mil.br/prosub/transferencia-nuclear>>. Acessado em 15 de fevereiro de 2017.

adquiridos. Além de multiplicadores dos conhecimentos, os engenheiros qualificados passam a trabalhar na elaboração do projeto do submarino com propulsão nuclear brasileiro, contando com o apoio técnico da DCNS. Para tanto, foi inaugurado o Escritório Técnico de Projetos no Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP). A equipe dedicada ao SN-BR conta com cerca de 200 engenheiros e projetistas e tende a crescer, chegando a integrar 600 profissionais. A transferência de tecnologia representa também a presença dos franceses no dia a dia do PROSUB no Brasil. Eles vêm acompanhando a fabricação do casco resistente na NUCLEP, a construção e as atividades da UFEM, assim como as obras da Base Naval e dos Estaleiros. No projeto do SN-BR, os franceses não participam do desenvolvimento da planta nuclear, mas contribuem na qualificação de engenheiros de diversas especialidades para a realização do desenho básico; e prestam assistência técnica, tanto no Brasil como na França.⁴⁶⁴

Quanto ao processo de transferência de tecnologia para o projeto e construção da Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas (Ufem) e do Estaleiro e Base Naval (EBN), a DCNS será a responsável junto da empresa brasileira *Odebrecht*, de apresentar requisitos, informações técnicas, avaliação, certificação do projeto e consultoria técnica durante a construção.

Embora Prosub e Programa Nuclear da Marinha sejam programas navais diferentes, as instalações científicas e tecnológicas da Marinha do Brasil no Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), como o Centro Experimental Aramar (CEA), oferecem suporte ao Prosub. No CEA⁴⁶⁵, atualmente, encontram-se, a Unidade piloto para fabricação de UF₆ (Usex), o Laboratório de Enriquecimento Isotópico (LEI), a Unidade Piloto de Enriquecimento (Uside), o Laboratório de materiais nucleares (Labmat), o Labgene, a Armazenagem de Materiais Nucleares (Armar) e a Unidade de Células Quentes Piloto (UCQP). Estas unidades, em operação nas dependências do CEA, desde 2012, tornaram possível o Brasil dominar todas as etapas do combustível, desde a extração do urânio até a reconversão e fabricação do elemento combustível, fonte geradora de calor para geração de energia elétrica.

A Usex é a unidade piloto onde o minério beneficiado de urânio, o *yellow cake*, é convertido em hexafluoreto de urânio (UF₆) gasoso, tornando possível uma produção dimensionada de quarenta toneladas de UF₆ natural por ano, em escala industrial. O Labgene

⁴⁶⁴ PROSUB. Marinha do Brasil. Disponível em < <https://www1.mar.mil.br/prosub/transferencia-nuclear>>. Acessado em 15 de fevereiro de 2017.

⁴⁶⁵ Área experimental do CTMSP.

atende diretamente ao propósito de construção do reator nuclear para propulsão naval. Sua missão é validar as condições de projeto e ensaiar todas as condições de operação possíveis para uma planta de propulsão nuclear do tipo PWR⁴⁶⁶ para submarinos. Este laboratório será composto por onze prédios principais, entre eles, os prédios do reator e das turbinas.

Em agosto de 2016, o jornal australiano *The Australian* tornou público o vazamento de informações sigilosas que comprometem a aquisição e operação dos submarinos Scorpène indianos alarmando as marinhas da Índia, do Brasil e da Austrália. Conforme alegou este jornal,

em abril, a DCNS, que é dois terços de propriedade do governo francês, venceu a licitação muito questionada pela Alemanha e pelo Japão para projetar 12 novos submarinos para a Austrália. A proposta de submarino proposto para a Austrália – o ainda em construção Shortfin Barracuda - foi escolhido em detrimento de seus rivais, porque foi considerado o mais silencioso na água, tornando-o perfeitamente adequado para operações de coleta de inteligência contra a China e outros na região.⁴⁶⁷

Apesar do autor do vazamento prometer entregar um disco confidencial ao governo australiano, a DCNS conseguiu, em 29 de agosto de 2016, uma liminar do Tribunal australiano que proíbe a publicação de mais de 22 mil páginas de relatório contendo dados sigilosos do submarino Scorpène pelo *The Australian*. As Marinhas da Índia e da Austrália, consultadas pelas imprensas locais, demonstraram-se preocupadas com o vazamento de dados sigilosos que abordam desde sistemas de comunicação, de combate, de sensores submarinos e de superfície, profundidade até velocidade de deslocamento, de comando e controle, de navegação e sistema de armas dos submarinos indianos.

Ciente de que o vazamento de dados dos submarinos franceses pode comprometer o próprio equilíbrio de poder indiano na região, o governo indiano exigiu que a DCNS inicie urgente uma investigação. O ministério da Defesa da Índia criou um comitê de alto nível para investigar o problema. O comandante da Marinha indiana, almirante Sunil Lamba, buscou

⁴⁶⁶ O modelo de reator empregado nos submarinos nucleares e desenvolvido pela Marinha do Brasil é do tipo de água pressurizada (*Pressurized Water Reactor* - PWR) constituído por três circuitos: primário, secundário e de refrigeração.

⁴⁶⁷ Tradução livre da autora: “In April DCNS, which is two-thirds owned by the French government, won the hotly contested bid over Germany and Japan to design 12 new submarines for Australia. Its proposed submarine for Australia — the yet-to-be-built Shortfin Barracuda — was chosen ahead of its rivals because it was considered to be the quietest in the water, making it perfectly suited to intelligence-gathering operations against China and others in the -region.” In: *Our French submarine builder in massive leak scandal*. *The Australian*, em 29 de agosto de 2016. Disponível em < <http://www.theaustralian.com.au/national-affairs/defence/our-french-submarine-builder-in-massive-leak-scandal/news-story/3fe0d25b7733873c44aaa0a4d42db39e>>. Acessado em 29 de agosto de 2016.

amenizar a gravidade do problema, em comunicação oficial com a imprensa local, afirmando que embora a questão não seja de grande preocupação, a Comissão terá cerca de um mês para analisar a situação e quais medidas devem ser tomadas para mitigar o problema.⁴⁶⁸ Embora o ministro da Indústria, Inovação e Ciência da Austrália, Pyne tenha afirmado que o vazamento não teve influência em todo o projeto australiano⁴⁶⁹, tanto Pyne quanto o primeiro ministro australiano Turnbull solicitaram urgência na investigação pela DCNS e apontaram riscos a segurança cibernética da empresa.

A Marinha do Brasil foi consultada pela mídia especializada *Indústria de Defesa & Segurança*. Em resposta a esta mídia especializada, de acordo com o almirante Flávio Augusto Viana Rocha, diretor do Centro de Comunicação Social da Marinha (CCSM), embora a Marinha esteja acompanhando atentamente a evolução do problema,

o possível vazamento não está relacionado ao programa de obtenção dos submarinos da classe “Scorpène” em construção no Brasil (S-BR), em parceria com a DCNS. Os submarinos brasileiros foram projetados atendendo a especificações estabelecidas pela Marinha do Brasil, o que indica haver diferenças entre nosso submarino e os de outros países.⁴⁷⁰

Até o presente momento, não houve maiores informações das autoridades navais brasileiras sobre o episódio do vazamento de informações ou das apurações da DCNS acerca do ocorrido nem de instalar comitê investigativo para mitigar possíveis problemas futuros.

5.1.1.2 – Míssil antinavio-superfície

No contexto da transferência de tecnologia francesa para a Marinha do Brasil, o país europeu aceitou colaborar no processo deste processo para a Força desenvolver dois Programas: o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub) e o Míssil Antinavio-Superfície (Man-sup).

⁴⁶⁸ *Scorpene submarine data leak: French firm asked to launch investigation, says Navy chief Sunil Lanba*. DNA Índia, em 29 de agosto de 2016. Disponível em < <http://www.dnaindia.com/india/report-scorpene-submarine-data-leak-french-firm-asked-to-launch-investigation-says-navy-chief-sunil-lanba-2250075> >. Acessado em 29 de agosto de 2016.

⁴⁶⁹ *Australian minister says French submarine leak 'embarrassing'*. Indian Express, em 26 de agosto de 2016. Disponível em < <http://indianexpress.com/article/india/india-news-india/australian-minister-says-french-scorpene-submarine-leak-embarrassing-2998035/> >. Acessado em 29 de agosto de 2016.

⁴⁷⁰ PROSUB> Marinha esclarece posição sobre submarino ‘Scorpène’. Indústria de Defesa & Segurança, em 26 de agosto de 2016. Disponível em < <http://defesaeseguranca.com.br/prosub-marinha-esclarece-posicao-sobre-submarino-scorpene/> >. Acessado em 29 de agosto de 2016.

Para o cumprimento da primeira área, a Força decidiu retomar um projeto de desenvolvimento de míssil antinavio da década de 1970. Na época, em parceria com o *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), a Marinha formou uma equipe de engenheiros aeronáuticos, nas áreas de controle, navegação e guiagem de mísseis. Conforme já foi discutido no **Capítulo 4**, o míssil da classe Exocet MM38 passou a ser produzido por M. Guillot, então diretor técnico da estatal francesa *Nord Aviation*. No início da década de 1970, a *Nord* se funde com a *Aerospatiale*, constituindo um consórcio que passa a exportar este míssil. Por determinação política, a Marinha do Brasil abandonou o projeto do míssil nacional e passou a importar o Exocet MM38 do consórcio europeu. Com a fusão de outras empresas européias, na década de 1990, o consórcio passou a ser denominado MBDA. Em 2001, a MBDA passa por novas fusões e novas determinações, dentre elas, a decisão de não mais produzir o *Exocet* MM38, mas sim, uma nova versão: o Exocet MM40. Conforme **anexo A**, de acordo com o Gerente do Man-sup, o almirante Ronaldo Fiúza de Castro,

houve muitas negociações e busca de novas parcerias internacionais para o desenvolvimento de um míssil antinavio, como Israel, mas além dos valores estarem muito além das possibilidades do orçamento naval brasileiro, não houve comprometimento das empresas estrangeiras em transferir tecnologia.⁴⁷¹

Assim, em 2003, a opção da Marinha do Brasil foi não mais adquirir mísseis no exterior, mas sim, retomar o projeto do míssil nacional. Entre 2003 e 2005, a Força investiu no desenvolvimento de plataformas para lançamento de mísseis e, “em 2005, o Instituto de Pesquisas da Marinha (IPqM), sob supervisão da Diretoria de Sistemas de Armas da Marinha (DSAM), conseguiu adaptar um lançador de míssil MM38 para um lançador de MM40”⁴⁷². Isso possibilitou que a Marinha do Brasil estivesse pronta para a outra etapa: o míssil nacional. A Força comunicou ao consórcio europeu que descartaria as unidades do MM38; porém, nacionalizaria o motor-foguete desta classe de mísseis e construiria as demais partes do míssil, com ou sem ajuda técnica do consórcio. Conforme descrito no **anexo A**, a Marinha convidou alguns oficiais brasileiros, em especial, o próprio almirante Fiúza, oficial da Armada que, na década de 1970, havia sido enviado pela Força para o MIT para se formar em Engenharia Aeronáutica e, atualmente, é o gerente deste projeto naval. Em 2008, a MBDA

⁴⁷¹ Entrevista do Vice-Almirante Ronaldo Fiúza de Castro, da Divisão de Míssil Antinavio da Marinha do Brasil, concedida a Fernanda Corrêa em 2 de fevereiro de 2011. Arquivo Pessoal.

⁴⁷² Entrevista do Vice-Almirante Ronaldo Fiúza de Castro, da Divisão de Míssil Antinavio da Marinha do Brasil, concedida a Fernanda Corrêa em 2 de fevereiro de 2011. Arquivo Pessoal.

voltou atrás e decidiu prestar suporte técnico à Força Naval brasileira. De acordo com Regiane de Melo,

a cooperação com a MBDA em mísseis também é vista como um sucesso. Além de permitir a fabricação no Brasil, com tecnologia brasileira, do motor do Exocet MM40, prevê também o desenvolvimento no país dos mísseis que vão equipar os helicópteros EC-725 e as corvetas Tamandaré. O projeto do Exocet envolveu investimento de R\$ 75 milhões e contemplou ampla transferência de tecnologia em área sensível.⁴⁷³

Por meio de relatórios técnicos, tanto a Marinha do Brasil quanto as empresas brasileiras envolvidas têm absorvido conhecimentos específicos na área de mísseis. Ao ser inquirido sobre o papel da transferência de tecnologia neste projeto, o almirante Fiúza afirma, que *“a transferência de tecnologia ocorre em um momento mágico, em que o conhecimento científico é adquirido durante o processo de desenvolvimento”*⁴⁷⁴. Além disso, a MBDA só é remunerada mediante a plena satisfação tanto da Marinha quanto das empresas brasileiras com os relatórios técnicos enviados pelos peritos do consórcio. Regiane de Melo acrescenta ainda que, *“a MBDA tem a intenção de se juntar com a Avibras e outras empresas, de forma minoritária, para desenvolver no Brasil todo um sistema de defesa antiaérea”*⁴⁷⁵.

Dentre as empresas e laboratórios brasileiros envolvidos, no Man-sup encontram-se a Avibrás, a qual desenvolveu o motor foguete, a Mectron, responsável pelo sistema de telemetria e apoio técnico para lançamentos, a Ares, responsável pelo lançador, o Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), responsável pelos sistemas inerciais, o Instituto de Pesquisas da Marinha (IPqM), responsável pela plataforma inercial e a Ominys, a qual desenvolveu o *seeker*, um complexo sistema de radar nacional responsável por receber e amplificar os sinais emitidos pelo transmissor do radar e refletidos no alvo, no caso, o navio a ser abatido. Como boa parte das empresas envolvidas também contam com capital internacional, o critério escolhido pela gerência do projeto foi que os engenheiros, cientistas e técnicos envolvidos no projeto sejam de nacionalidade brasileira.

⁴⁷³ MELO, Regiane de. Indústria de Defesa e Desenvolvimento. Estudo comparado França-Brasil. Tese, Doutorado, Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, em 2013. P. 216.

⁴⁷⁴ Entrevista do Vice-Almirante Ronaldo Fiúza de Castro, da Divisão de Míssil Antinavio da Marinha do Brasil, concedida a Fernanda Corrêa em 2 de fevereiro de 2011. Arquivo Pessoal.

⁴⁷⁵ MELO, Regiane de. Indústria de Defesa e Desenvolvimento. Estudo comparado França-Brasil. Tese, Doutorado, Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, em 2013. P. 216.

Em evento comemorativo em alusão à conclusão do modelo funcional do radar do míssil antinavio Man-sup, em São Bernardo do Campo, em 22 de janeiro de 2014, Edgard Menezes, presidente da Omnisys, afirmou que,

a Omnisys tem orgulho de ter sido escolhida como a empresa responsável por esse sistema tão importante e complexo. Trata-se de um desenvolvimento inédito onde utilizamos as diversas áreas da engenharia no seu mais alto grau de complexidade para obtenção de um produto, cujo principal objetivo é garantir a soberania do nosso país, bem como avançar rumo à nossa independência tecnológica.⁴⁷⁶

Desde 2006, a Omnisys integrava o grupo francês Thales. Em 2011, este grupo francês comprou 100% do capital da Omnisys. Neste mesmo ano, ao anunciar a compra integral da empresa brasileira, Laurent Mourre, Diretor do grupo Thales no Brasil, afirmou que,

a Omnisys já faz parte da cadeia de produção da Thales Global. A empresa vai gerir a transferência de tecnologia para os principais programas que deverão ser lançados no Brasil nos próximos anos. Nossa estratégia de transferência de tecnologia, criação de uma base industrial local e participação dos parceiros locais em P&D, é totalmente alinhada com a política de investimento do governo brasileiro.⁴⁷⁷

O grupo Thales, por intermédio da Omnisys, entende por transferência de tecnologia a criação de uma base industrial e colaboração entre parceiros locais no processo de P&D. A empresa brasileira desde a década de 1990, quando foi fundada, tinha expertise e mercado nas áreas de radares de controle de tráfego aéreo, radares de previsão meteorológica, radares para localização de armas, guerra eletrônica e sistemas de mísseis navais. De acordo com informações do próprio grupo francês, há quarenta anos a empresa vem expandindo suas operações no Brasil, ampliando seu portfólio de negócios no país.⁴⁷⁸ De acordo com Yuri Vasconcelos, o francês Lionel Collot, Diretor da área de engenharia da Omnisys, a justificar a razão da fusão desta empresa com a francesa, em 2011, afirmou que, “*essa decisão foi*

⁴⁷⁶ Omnisys e Marinha celebram conclusão do modelo funcional do radar autodiretor do míssil antinavio MANSUP. Poder Naval Online, em 22 de janeiro de 2014. Disponível em < <http://www.naval.com.br/blog/2014/01/22/omnisys-e-marinha-celebram-conclusao-do-modelo-funcional-do-radar-autodiretor-seeker-do-missil-antinavio-mansup/> >. Acessado em 27 de janeiro de 2016.

⁴⁷⁷ Thales acquires 100% of Omnisys. Página Oficial do Grupo Thales, 28 de setembro de 2011. Disponível em < <https://www.thalesgroup.com/en/content/thales-acquires-100-omnisys> >. Acessado em 27 de janeiro de 2016.

⁴⁷⁸ Thales acquires 100% of Omnisys. Página Oficial do Grupo Thales, 28 de setembro de 2011. Disponível em < <https://www.thalesgroup.com/en/content/thales-acquires-100-omnisys> >. Acessado em 27 de janeiro de 2016.

tomada em reconhecimento à capacitação técnica e liderança da Omnisys nos setores de micro-ondas, eletrônica, defesa e radar. A partir daí, a parceria se fortaleceu até que a empresa acabou virando um braço da Thales no Brasil”⁴⁷⁹. A área de P&D da Omnisys é dividida em três setores: eletrônica e *software*, micro-ondas e analógicos, responsável por projetos de radares, e escritório de *design*, que cuida do *layout*, e da documentação das inovações. Cerca de setenta técnicos e engenheiros brasileiros responsáveis pelas inovações na Omnisys estão sob responsabilidade do grupo francês. Destes setenta, 25 pesquisadores mestres e doutores trabalham no Man-sup. A Thales mantém um programa de formação de recursos humanos denominado Cifre-Brasil, o qual envolve o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e seu homólogo francês, a *Agence National pour la Recherche Technologique* (ANRT), no qual pesquisadores brasileiros são enviados para cursar doutorado na França, em contato permanente com a Thales e, ao voltarem para o Brasil trabalham na *Omnisys*. Conforme esclarece Vasconcelos, “*para capacitar seus funcionários, a Thales mantém cinco centros de pesquisa e tecnologia espalhados pelo mundo, em Cingapura, França, Canadá, Reino Unido e Holanda, além de um centro de treinamento, a Thales Université, nos arredores de Paris*”⁴⁸⁰.

5.1.1.3 – Airbus Helicopters, Helibras e helicópteros EC725

Conforme descrito no **Capítulo 4**, a *Eurocopter* foi fundada em 1992, fruto da fusão das divisões de helicópteros da *Aérospatiale*, *Matra* e da *Daimler Chrysler Aerospace AG* (DASA). A *Eurocopter* pertencia ao *Grupo EADS*, que controlava também a *Airbus* e a *Airbus Military*. Em 2014, o *Grupo EADS* sofreu uma reformulação organizacional e a *Eurocopter* passou a ser *Airbus Helicopters*.

O H-XBR faz parte do projeto prioritário Capacitação Operacional da FAB. Embora, a imprensa tenha noticiado na época que o interesse brasileiro era adquirir helicópteros franceses Panther, em 23 de dezembro de 2008, por meio do Acordo de Cooperação Industrial, a França firmou parceria com o Brasil para o desenvolvimento de cinquenta helicópteros *EC-725 Cougar* com transferência de tecnologia. Este Acordo sob a forma de Consórcio *Eurocopter-Helibras*, tem a ambição de realizar 24 projetos de Cooperação

⁴⁷⁹ VASCONCELOS, Yuri. De mísseis a radares. Revista Pesquisa, Fapesp, ed 212. Outubro de 2013. Disponível em < <http://revistapesquisa.fapesp.br/2013/10/17/de-misseis-a-radares/> >. Acessado em 27 de janeiro de 2016.

⁴⁸⁰ VASCONCELOS, Yuri. De mísseis a radares. Revista Pesquisa, Fapesp, ed 212. Outubro de 2013. Disponível em < <http://revistapesquisa.fapesp.br/2013/10/17/de-misseis-a-radares/> >. Acessado em 27 de janeiro de 2016.

Industrial que associa o desenvolvimento tecnológico ao fortalecimento da indústria de defesa brasileira, especificamente, voltada para a área aeronáutica de asas rotativas. De acordo com informações da Força Aérea Brasileira,

no âmbito do projeto foram adquiridos 50 helicópteros EC725 para atender as demandas das Forças Armadas, numa contratação conjunta pioneira. O Projeto H-XBR configura a mais recente atuação do Governo Federal para alavancar a indústria brasileira na capacitação tecnológica para conceber, desenvolver e produzir aeronaves de asas rotativas. Por meio de um acordo de cooperação industrial a empresa francesa Eurocopter transfere a tecnologia das aeronaves para empresas beneficiárias no Brasil.⁴⁸¹

Todas as Forças Armadas brasileiras são operadoras de versões mais antigas deste modelo, como os helicópteros Puma, Super Puma e Cougar, e, com base na satisfação da Força, desenvolverem este tipo de aeronave inteiramente em território nacional se tornou o pilar do processo de transferência de tecnologia.

O EC 725 é um helicóptero biturbina médio da classe de onze toneladas. Este modelo além de possuir alta reserva de potência, podendo desempenhar alta velocidade com grande alcance, engloba o estado da arte em aviônicos, telas LCD multifunções, sistema de monitoramento do veículo e sistema de controle automático de voo. Por ter grande volume para carga e acomodações, permite um *layout* diversificado de transporte de até 29 militares, mais os dois pilotos. Desenvolvido pela *Airbus Helicopters*, esta nova linha de helicópteros foi projetada para o desempenho de missões multifacetadas, tais como busca e resgate de combate, transporte tático de longa distância, transporte aeromédico, missões navais e apoio logístico. Este modelo, inclusive, é empregado em operações *offshores* na camada pré-sal.

Em 20 de dezembro de 2010, em discurso em alusão ao recebimento das primeiras três unidades encomendadas à *Eurocopter* entregues as três Forças Armadas brasileiras, o então ministro Jobim afirmou que, “*um primeiro grupo de engenheiros e técnicos já realizou treinamentos na França neste semestre depois de ter participado de uma etapa preliminar para familiarização com o equipamento, totalmente realizada no Brasil*”⁴⁸². Estas três

⁴⁸¹ FAB reconhece transferência de tecnologia de helicópteros para indústria nacional. Força Aérea Brasileira, 12 de dezembro de 2013. Disponível em < <http://www.fab.mil.br/noticias/mostra/17383/REAPARELHAMENTO%20%E2%80%93%20FAB%20reconhec%20transfer%C3%Aancia%20de%20tecnologia%20de%20helic%C3%B3pteros%20para%20ind%C3%BAstria%20nacional> >. Acessado em 27 de janeiro de 2016.

⁴⁸² Discurso do ministro da Defesa no recebimento dos primeiros helicópteros EC-725. Ministério da Defesa, 20 de dezembro de 2010. Disponível em < <http://www.defesa.gov.br/index.php/noticias/3610-20122010-defesa->

unidades foram as únicas das cinquenta encomendadas produzidas na França. As próximas unidades entregues estão sendo produzidas na Helibras com escala gradativa de nacionalização de, no mínimo, 50% até o final do contrato. As empresas que participam deste processo de transferência de tecnologia estão homologadas para fornecer peças tanto para o modelo *EC 725* quanto para outras aeronaves da *Eurocopter* e da Helibras. Até o ano de 2010, esta empresa brasileira funcionava com um total de trezentos funcionários. A partir de 2011, a pretensão era de que este número duplicasse, podendo chegar até a mil funcionários em três anos.

Em Itajubá, município do estado de Minas Gerais, está sendo desenvolvido o segundo polo aeroespacial brasileiro⁴⁸³ e uma plataforma de exportação de aeronaves de asas rotativas civis e militares para a América do Sul, o que atenderá a demanda cada vez maior de aeronaves de asas rotativas e a oferta de serviços e suporte ao cliente.

A *Eurocopter* aumentou a escala de produção e o índice de nacionalização da Helibras. Um dos objetivos do governo de Minas Gerais em incentivar a criação deste segundo pólo é, além de consolidar a implantação deste polo industrial aeronáutico em Minas, produzir helicópteros com tecnologia brasileira e atrair também fornecedores do Rio de Janeiro e de São Paulo. Segundo informações da Helibras, “*uma moderna linha de montagem foi implantada na fábrica e investidos R\$420 milhões para a construção de um hangar, além de adequações físicas na empresa, como um novo banco de testes, cabine de pintura e obras relacionadas à expansão*”⁴⁸⁴. Narcio Rodrigues, secretário de estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais, no Seminário sobre *Desenvolvimento do Setor Aeronáutico de Asas Rotativas no Brasil*, em outubro de 2011, afirmou que,

um helicóptero completamente brasileiro representa um passo gigantesco para que possamos ganhar competitividade e para que o país possa estar num outro patamar no desenvolvimento científico/tecnológico. Este evento marca o nosso compromisso em patrocinar os estudos para viabilização do CTH.⁴⁸⁵

Durante este Seminário, foi assinada a carta de intenções propondo a criação do

discurso-do-ministro-da-defesa-no-recebimento-dos-primeiros-helicopteros-ec-725 >. Acessado em 27 de janeiro de 2016.

⁴⁸³ O primeiro polo é o de São José dos Campos, município do estado de São Paulo.

⁴⁸⁴ A nova fase do projeto H-X BR. Helibras, primeiro de março de 2014. Disponível em <https://www.Helibras.com.br/wp-content/uploads/2014/04/aviao_revue_ec725.pdf>. Acessado em 27 de janeiro de 2016.

⁴⁸⁵ Complexo pode ser instalado em Itajubá. Diário do Comércio, oito de outubro de 2011. Disponível em <http://diariodocomercio.com.br/noticia.php?tit=complexo_pode_ser_instalado_em_itajuba&id=33641>. Acessado em 27 de janeiro de 2016.

Centro Tecnológico de Helicópteros (CTH), em Itajubá. O evento foi promovido pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), pela Helibras e pela Universidade Federal de Itajubá (Unifei). Este Centro tem por principal missão viabilizar a realização de pesquisas que contribuam com o desenvolvimento do polo industrial em Itajubá, estabelecendo parcerias com universidades brasileiras para aumentar a oferta de cursos universitários voltados para mercado de trabalho na área de asas rotativas, na formação de profissionais qualificados para áreas tecnológicas e de engenharia, em especial, em simuladores e no atendimento da demanda de projetos. Operações complexas, como testes em equipamentos, tais como ensaios em pás de rotores, com a construção do CTH, deixariam de ser realizadas no exterior e passariam a ser realizadas em território nacional. O projeto do CTH será custeado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) e o Centro será financiado com recursos da Finep e do BNDES. Cerca de 75% da área do Parque Tecnológico pertencem à Unifei.

A responsável pelo gerenciamento de projetos de aquisição, desenvolvimento e modernização de sistemas de defesa para a Força Aérea Brasileira é a Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate (Copac). Esta Comissão é subordinada ao Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) e sua origem remonta ao projeto do jato A-1, desenvolvido na década de 1980, em uma parceria do Brasil com a Itália. A Copac já conduziu cerca de trezentas iniciativas de *offset* entre seus vários projetos de aquisição ou modernização de material para a Força Aérea Brasileira. Com a finalidade de discutir, avaliar e apontar soluções relacionadas ao andamento dos diversos projetos de *offset* em que a Copac está envolvida, periodicamente, são realizadas as Reuniões de Gerenciamento do Acordo do Projeto H-XBR com a participação de diversas instituições e empresas brasileiras. Ainda sobre esta Comissão, conforme elucida a FAB,

o corpo funcional é formado por militares e civis das áreas de aviação, intendência, engenharia, serviços jurídicos e contabilidade, além de especialistas de aeronáutica. Representantes da Marinha do Brasil e do Exército também atuam na COPAC, que desenvolve suas atividades em parceria com instituições, como a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e os Ministérios das Relações Exteriores (MRE), Ciência e Tecnologia (MCT), e Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).⁴⁸⁶

⁴⁸⁶ FAB tem novo responsável por projetos de reequipamento. Força Aérea Brasileira, nove de abril de 2015. Disponível em < <http://www.fab.mil.br/noticias/mostra/21891/COMANDO%20->

Em dezembro de 2011, os então presidentes da Copac, brigadeiro Carlos de Almeida Baptista Junior, e da Helibras, Eduardo Marson Ferreira, assinaram o contrato de suporte logístico para a frota de helicópteros *EC 725* das Forças Armadas. O contrato prevê o fornecimento de materiais e a prestação de serviços para dar suporte à operação destas aeronaves, terá duração de cinco anos e o investimento será de R\$ 149 milhões. Conforme esclarece a FAB,

o contrato de suporte logístico foi estruturado, tendo por meta garantir a disponibilidade da frota de helicópteros EC-725 em níveis superiores a 80%. Para tanto foi adotado o conceito logístico do “Time and Material”, pelo qual a empresa contratada fica responsável pelo gerenciamento e guarda, em suas instalações, dos itens reparáveis de propriedade e uso exclusivo da contratante, assim como pela prestação de serviços de inspeções, reparos e assistência técnica, em todo o território nacional, de modo a atender a demanda de operação das Forças Armadas.⁴⁸⁷

Em setembro deste ano, a Copac, responsável pelo Projeto H-XBR, assinou o Contrato de Suporte Logístico com a empresa Turbomeca do Brasil, para a manutenção dos motores. Logo depois, a Copac encerrou as negociações deste contrato para a manutenção da célula e respectivos sistemas, junto à Helibras.

Em outubro de 2012, a duplicação da fábrica da Helibras foi inaugurada. A nova área ocupa onze mil metros quadrados. Os R\$ 420 milhões mencionados que foram investidos pela empresa em infraestrutura também foram utilizados no treinamento de funcionários brasileiros na *Airbus Helicopter*, na França, e na vinda de técnicos estrangeiros ao Brasil, para acompanharem a implantação da nova linha dos *EC 725* em território nacional. De acordo com informações da Helibras,

dividida em módulos, as contrapartidas do offset de transferência de tecnologia vêm sendo continuamente entregues, como ficou demonstrado quando a Comissão Coordenadora do

%20FAB%20tem%20novo%20respons%C3%A1vel%20por%20projetos%20de%20reequipamento >. Acessado em 28 de janeiro de 2016.

⁴⁸⁷ Reaparelhamento - Força Aérea assina contrato de suporte logístico para frota de helicópteros EC-725. Força Aérea Brasileira, 21 de dezembro de 2011. Disponível em <<http://www.fab.mil.br/noticias/mostra/9625/REAPARELHAMENTO--For%C3%A7a-A%C3%A9rea-assina-contrato-de-suporte-log%C3%ADstico-para-frota-de-helic%C3%B3pteros-EC-725>>. Acessado em 28 de janeiro de 2016.

Programa Aeronave de Combate (COPAC) realizou, durante a 14ª Reunião de Gerenciamento do acordo do Projeto-H-XBR, o reconhecimento da primeira fase da transferência de tecnologia dos helicópteros militares EC 725. O evento, realizado em dezembro de 2013, com a participação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), comprovou o grau de investimentos feitos na indústria brasileira por meio do projeto.⁴⁸⁸

Em primeiro de outubro de 2013, o ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e a Unifei assinaram um contrato, no qual esta receberia verba deste Ministério para verificar o cumprimento dos termos do Acordo de Compensação e Cooperação Industrial do Programa H-XBR e avaliar os impactos dos processos de transferência de tecnologia nas empresas diretamente envolvidas no programa.⁴⁸⁹ Dentre os objetivos específicos estabelecidos neste contrato, encontram:

- a) avaliar o impacto na competitividade global das empresas envolvidas de forma direta no Programa, com ênfase, mas não somente, nos aspectos de produtividade e domínio das novas tecnologias absorvidas;
- b) avaliar o impacto nas empresas envolvidas de forma indireta no Programa H-XBR
- c) catalogar todas as empresas afetadas direta ou indiretamente pelo Programa H-XBR.
- d) monitorar um conjunto de indicadores de cada uma destas empresas, de forma a permitir a avaliação dos impactos causados pelo Programa H-XBR na competitividade global destas empresas, respondendo as seguintes questões:
 - a. as empresas beneficiárias do projeto continuam a fornecer para o consórcio HB/EC produtos ou serviços relacionados à tecnologia absorvida para as aeronaves objeto do Contrato HXBR?
 - b. as empresas beneficiárias do projeto passaram a ser fornecedoras para o consorcio HB/EC de produtos ou serviços de base tecnológica, similares ou relacionados à tecnologia absorvida, para outras aeronaves?
 - c. as empresas beneficiárias do Projeto tornaram-se fornecedores de produtos de base tecnológica para a indústria aeronáutica em geral, e em

⁴⁸⁸ A nova fase do projeto H-X BR. Helibrás, primeiro de março de 2014. Disponível em < https://www.Helibras.com.br/wp-content/uploads/2014/04/aviao_revue_ec725.pdf>. Acessado em 27 de janeiro de 2016.

⁴⁸⁹ Processo Nº: 52001.001738/2013-19. Termo de Cooperação Nº 18/2013. MDIC. Primeiro de outubro de 2013. P. 6. Disponível em < http://unifei.edu.br/files/RCD%20-Proc.23088.4475_2013-81.pdf>. Acessado em 28 de janeiro de 2016.

particular para outros fabricantes de helicópteros?

- d. As empresas beneficiárias do Projeto tornaram-se fornecedores de outros produtos/ serviços com base na tecnologia absorvida oriunda do Projeto HXBR?
- e) verificar continuamente a execução das etapas dos Projetos de Cooperação Industrial.
- f) emitir relatórios técnicos semestrais, com o propósito de fornecer informações que subsidiam ao Reconhecimento de Créditos de Cooperação Industrial.
- g) apoiar a atividade de reconhecimento de Créditos de Cooperação Industrial referentes às etapas executadas dos Créditos de Cooperação Industrial consubstanciados nos Relatórios Técnicos Emitidos.
- h) avaliar no relatório final, do período de 04 (quatro) anos, o conjunto de indicadores à luz do marco teórico de avaliação de política industrial.

Os recursos destinados pelo MDIC para a Unifei neste contrato são da ordem de um milhão de reais, divididos em quatro parcelas durante os quatro anos de duração, que se estende de 2013 a 2016. O contrato estará vigente até 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado por termo aditivo, se houver interesse das partes envolvidas.

Em novembro de 2013, a Unifei e a Helibras assinaram também um Memorando de Entendimento para determinar atividades comuns de desenvolvimento e engenharia entre elas, as horas de trabalho a serem executadas pela Universidade em conjunto com outros parceiros da Helibras, no projeto H-BXR, proposto no edital do *Inova Aerodefesa*⁴⁹⁰. A disponibilidade de recursos pelas instituições envolvidas (Finep, BNDES, MD e AEB) no Edital de 2013 foi contemplada na ordem de dois bilhões e novecentos milhões de reais, referentes aos anos de 2013 a 2017. No resultado final da etapa de seleção dos planos de negócios de empresas brasileiras, a Helibras teve planos de negócios aprovados nas quatro linhas temáticas do Edital (aeroespacial, defesa, segurança e materiais especiais).

Em dezembro de 2014, o brigadeiro José Augusto Crepaldi Affonso, novo presidente desta Comissão, durante o *workshop Offset – Atualizações e Perspectivas*, promovido pelo DCTA em cooperação com o Centro para a Competitividade e Inovação do Cone Leste Paulista (Cecompi), em São José dos Campos, esclareceu que, “a COPAC exerce uma mescla de atividades englobando processos de seleção de sistemas complexos, negociação e gestão

⁴⁹⁰ Iniciativa da Finep, BNDES, Ministério da Defesa e Agência Espacial Brasileira para apoiar Planos de Negócios de empresas brasileiras que contemplem temas comprometidos com a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação das cadeias produtivas dos setores Aeroespacial, Defesa e Segurança.

de contratos e acordos de compensação e gerenciamento de grandes projetos, para falar das mais evidentes”⁴⁹¹. Tanto os caças suecos *Gripen NG* e o cargueiro brasileiro KC-390, quanto os mísseis A-Darter e o EC 725 constituem novos projetos de *offset* que irão beneficiar diversas empresas e instituições brasileiras. Em abril de 2015, em solenidade no comando da Aeronáutica, em Brasília, o brigadeiro Crepaldi deixou a Copac e assumiu a diretoria da Secretaria de Produtos de Defesa (Seprod) do MD. O novo presidente da Copac passou a ser o brigadeiro Paulo Roberto de Barros Chã.

Vale ressaltar que, há uma sinergia de esforços entre as três Forças Armadas, para melhorarem a eficiência dos resultados nos processos de transferência de tecnologias e *offsets* em todos os projetos estratégicos das Forças. Um exemplo que cabe destacar é o Curso Especial de Negociação de Contratos Internacionais e Acordos de Compensação, com carga horária de setenta horas, no qual oficiais e civis assemelhados são qualificados para desempenhar funções atinentes à negociação e ao acompanhamento de contratos internacionais. Na edição de 2015, participaram 32 militares e civis assemelhados da Marinha, dois oficiais do Exército Brasileiro e cinco oficiais da Força Aérea Brasileira. O almirante Ivan Taveira Martins, diretor da Diretoria Técnica de Enriquecimento Isotópico das INB, com o tema *A Experiência Adquirida no Processo de Negociação no Contrato do PROSUB*, e o brigadeiro Paulo Roberto de Barros Chã, presidente da Copac, com o tema *A Experiência da Força Aérea Brasileira no Projeto FX-2*, foram palestrantes na edição deste curso.

5.2. – Amazônia Azul Tecnologia de Defesa S.A.

Conforme explanação da Marinha do Brasil,

com o propósito de abrigar os recursos humanos alocados ao Programa Nuclear da Marinha (PNM) e ao PROSUB, foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pela Presidenta da República a Lei nº 12.706, em 08 de agosto de 2012, que autoriza a criação da empresa Amazônia Azul Tecnologia de Defesa (AMAZUL). Essa empresa pública tem como propósito estancar a evasão de mão-de-obra e possibilitar contratações de

⁴⁹¹ Aeronáutica realiza seminário sobre offset. 12 de dezembro de 2014. Disponível em <<http://www.fab.mil.br/noticias/mostra/21099/IND%C3%A9ASTRIA%20-%20Aeron%C3%A9utica%20realiza%20semin%C3%A9rio%20sobre%20offset>>. Acessado em 28 de janeiro de 2016.

pessoas com a qualificação apropriada, mediante a adequação salarial.⁴⁹²

De acordo com a Marinha do Brasil, um dos principais óbices na construção do futuro submarino com propulsão nuclear é a formação de recursos humanos. Em razão do contingenciamento do setor de defesa, dos diversos cortes orçamentários e das diversas atividades do projeto, a continuidade das pesquisas no projeto foi comprometida. A solução encontrada, em 2012, foi criar uma nova estatal, a Amazônia Azul Tecnologia de Defesa (Amazul), vinculada à MB e ao MD, com o propósito de abrigar os recursos humanos alocados ao PNM e ao Prosub. Esta empresa é fruto das discussões geradas a partir da criação do Comitê de Desenvolvimento do PNB, em meados de 2008, cujo principal objetivo era fixar diretrizes e metas para o PNB e supervisionar sua execução. Durante reunião desse Comitê, a criação de uma empresa denominada Amazul foi proposta para solucionar os problemas referentes a recursos humanos do PNB⁴⁹³.

A nova empresa pública é uma cisão de outra estatal vinculada à MB chamada Emgepron. Os funcionários especializados do setor nuclear desta empresa foram transferidos para a nova estatal, executando as mesmas funções para as quais prestaram concurso público. A princípio, a nova estatal iniciou suas atividades com os mil e cem funcionários transferidos da Emgepron.

Um dos objetivos da Amazul é conter a evasão de recursos humanos estratégicos que tanto prejudicou os programas nucleares nacionais por questões salariais e pela falta de um plano de carreira. Assim, por meio da Lei Nº 12.706, de oito de agosto de 2012, o governo federal autorizou a cisão parcial da Emgepron, transformando seu setor nuclear na Amazul. Nesse sentido, o primeiro grande passo desta nova empresa, ao herdar os mais de mil empregados da Emgepron, foi a contratação de um Plano de Cargos, Remuneração e Salários (PCRC). O PCRC nivelou a remuneração dos empregados aos valores praticados no mercado e criou um plano que permite o desenvolvimento da carreira do empregado. Este plano de carreira se tornou também um instrumento de gestão de pessoas para a Amazul, a medida que a empresa passou a dispor de melhores condições de atrair, reter e capacitar recursos humanos estratégicos e tornará possível que a empresa ganhe flexibilidade organizacional e aumente sua capacidade de inovação e seu patrimônio de conhecimento, alcançando assim seus

⁴⁹² Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB). Marinha do Brasil. P. 7. Disponível em <https://www.mar.mil.br/hotsites/sala_imprensa/pdf/temas/snbr.pdf>. Acessado em 27 de janeiro de 2016.

⁴⁹³ Em 2009, o PNM foi, oficialmente, incorporado ao PNB.

objetivos estratégicos. De acordo com o PCRC da empresa, “o eixo norteador deste Plano é o desenvolvimento e a valorização dos empregados, no pressuposto de que o desenvolvimento e os resultados da AMAZUL dependem do patrimônio das competências de todos os empregados, alinhado espontaneamente aos objetivos organizacionais”⁴⁹⁴. Acrescenta ainda que o

PCRC não busca corrigir as defasagens salariais individuais, mas ao ser composto por uma nova tabela salarial, compatível com os valores praticados no mercado de trabalho, e ao adotar o conceito de competência na sua elaboração, possibilita, no curto prazo, a valorização dos empregados que se desenvolvam e que, efetivamente, contribuam para os resultados da AMAZUL.⁴⁹⁵

De acordo com o Estatuto Social da empresa, o regime jurídico referente ao novo contingente de pessoal que será incorporado à Amazul é o da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e legislação complementar respectiva, “condicionada a admissão a prévias aprovações em concurso público de provas ou de prova e títulos, ressalvadas as hipóteses de cargo em comissão de livre nomeação e exoneração, para as quais deverão ser observadas as regras específicas de cada regime e as normas editadas pela Diretoria Executiva”⁴⁹⁶.

Até 31 de dezembro de 2014, havia na estatal 1.511 empregados, dos quais 72 empregados estavam afastados pelo INSS, considerando o contingente de São Paulo, Iperó e Rio de Janeiro. Isto significa que havia um total de 651 empregados da empresa em São Paulo, 746 em Iperó e 42 no Rio de Janeiro.

É possível analisar o quadro de pessoal da Amazul por meio de três parâmetros: escolaridade, faixa etária e gênero. Por distribuição em nível de escolaridade, a maior concentração de empregados possui ensino médio completo, 543 empregados com nível superior completo e um total de 154 mestres e doutores trabalhando na estatal. Sobre a distribuição por nível de escolaridade, a empresa informa por mensagem administrativa que,

observa-se, ainda, uma quantidade expressiva de empregados

⁴⁹⁴ Plano de Cargos, Remuneração e Carreira – PCRC. AMAZUL. Marinha do Brasil. P. 3. Disponível em <[https://www1.mar.mil.br/AMAZUL/sites/www.mar.mil.br.AMAZUL/files/upload/Plano_de_Cargos_Remunera%C3%A7%C3%A3o_e_Carreira_v16%20\(1\).pdf](https://www1.mar.mil.br/AMAZUL/sites/www.mar.mil.br.AMAZUL/files/upload/Plano_de_Cargos_Remunera%C3%A7%C3%A3o_e_Carreira_v16%20(1).pdf)>.. Acessado em 21 de setembro de 2015.

⁴⁹⁵ ⁴⁹⁵ Plano de Cargos, Remuneração e Carreira – PCRC. AMAZUL. Marinha do Brasil. P. 3. Disponível em <[https://www1.mar.mil.br/AMAZUL/sites/www.mar.mil.br.AMAZUL/files/upload/Plano_de_Cargos_Remunera%C3%A7%C3%A3o_e_Carreira_v16%20\(1\).pdf](https://www1.mar.mil.br/AMAZUL/sites/www.mar.mil.br.AMAZUL/files/upload/Plano_de_Cargos_Remunera%C3%A7%C3%A3o_e_Carreira_v16%20(1).pdf)>. Acessado em 21 de setembro de 2015.

⁴⁹⁶ Estatuto Social da AMAZUL. Disponível em <https://www1.mar.mil.br/amazul/sites/www.mar.mil.br.amazul/files/upload/estatuto-amazul-registrado-jucesp_0.pdf#overlay-context=estatuto-social%3Fq%3Destatuto-social>. Acessado em 21 de setembro de 2015.

situada na faixa etária acima de 51 anos (40,3%). Através do concurso realizado em 2014, iniciou-se o processo de migração de conhecimento para os empregados recém-contratados, a fim de que não haja perda das informações técnico/científicas adquiridas ao longo dos muitos anos de existência do PNM, em função de aposentadorias que se avizinham.⁴⁹⁷

Contrariando o diagnóstico do setor nuclear, em geral, o número somado de empregados com idade superior a sessenta anos é menor a faixa estaria de dezoito a trinta anos. Isso significa que o setor nuclear brasileiro está se renovando e tem atraído o interesse da juventude através dos cursos de formação técnica e universitária pelo país. Até bem pouco tempo, somente a USP oferecia a graduação em Engenharia Nuclear no Brasil. Atualmente, além da USP, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e o Instituto de Engenharia Nuclear (IEN) também oferecem. Na distribuição por gênero, 73% dos empregados da Amazul são do sexo masculino e apenas 27% do sexo feminino.

De 2013 à 2015 foram realizados mais concursos públicos para preenchimento de vagas administrativas, pessoal técnico de níveis médio e superior, em especial, para contratação de engenheiros. Haverá novos concursos para a composição do quadro de pessoal da Amazul que poderão integrá-lo via contrato mediante concurso público de provas e títulos e contrato por tempo determinado por processo seletivo simplificado por até dois anos.

Dentre os serviços oferecidos pela empresa se encontram: o desenvolvimento de novas tecnologias, gestão de pessoas e de conhecimento, comercialização de produtos, prestação de serviços técnicos, gerenciamento de projetos, implantação e gestão de empreendimentos e operação de instalações. Quanto aos projetos que a estatal participa, pode ser mencionado o Labgene⁴⁹⁸, o qual está sendo construído em Aramar, no município Iperó, em São Paulo, o enriquecimento e conversão de urânio e a produção de materiais nucleares, projetos a cargo da Cogesn, como o Estaleiro e Base Naval de Itaguaí, no Rio de Janeiro, a construção de submarinos convencionais da classe Scorpène e o detalhamento do projeto do submarino nuclear. Serão nas instalações da Amazul que os engenheiros brasileiros formados pela Escola de Projetos de Submarinos, na França, junto com o novo corpo de engenheiros concursados, projetarão o submarino de propulsão nuclear. Além disso,

⁴⁹⁷ Mensagem administrativa da AMAZUL. P. 6. Disponível em <<https://www1.mar.mil.br/AMAZUL/sites/www.mar.mil.br/AMAZUL/files/upload/relatorio-administracao-AMAZUL-final.pdf>>. Acessado em 21 de setembro de 2015.

⁴⁹⁸ O Labgene será utilizado para validar as condições de projeto e ensaiar todas as condições de operação possíveis para uma instalação de propulsão nuclear, atuando como um protótipo em terra da propulsão do futuro submarino nuclear brasileiro.

na área do Programa Nuclear Brasileiro, a empresa cooperará com o desenvolvimento de projetos da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), Eletronuclear, Indústrias Nucleares Brasileiras (INB) e Nuclebrás Equipamentos Pesados (Nuclep). Um dos projetos, a cargo da CNEN, é o desenvolvimento do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB), que permitirá ao Brasil tornar-se autossuficiente na produção de radiofármacos, substâncias essenciais na medicina nuclear. Os radioisótopos também têm aplicações na indústria e na agricultura, para melhoria dos processos de produção, e em estudos ambientais.⁴⁹⁹

Dentre os processos finalísticos da Amazul se encontram a participação no Labgene, no Laboratório de Fusão Nuclear (LFN), no Repositório Brasileiro de Baixo e Médio Níveis de Radiação (RBMN), no Reator Multipropósito Brasileiro (RMB), no Veículo de Imersão Profunda (VIP), no desenvolvimento de Pequenos Reactores Modulares nacionais (SMR), no EBN, no Programa de Qualificação Ambiental de Equipamentos Elétricos de Angra 1 (PQAEE), na Implantação das UTSI em cascata, que consiste na Fábrica de Combustível Nuclear-Enriquecimento (FCN-E), na implantação da fábrica de ultracentrífugas, no Monitoração Ambiental da Eletronuclear, na viabilização da comércio de produtos e serviços próprios e de parceiros, na participação na produção de combustível nuclear, na participação no depósito complementar de armazenamento de combustível nuclear, na obtenção e manutenção de licenciamentos na área nuclear, no fomento à produção industrial nacional, no fortalecimento e na harmonização das relações com instituições públicas de interesse, no fortalecimento conjunto das organizações representativas, como a Associação Brasileira de Energia Nuclear (Aben) e na *American Nuclear Society* (ANS), e na promoção de parcerias para a qualificação institucional e profissional.

Em mensagem administrativa de 2014, a Diretoria Executiva da empresa informou que,

foram comercializadas, para as Indústrias Nucleares do Brasil (INB), pastilhas de urânio gadolína, destinadas à confecção de varetas para o equipamento de testes denominado RODSCANNER, no valor de R\$ 350.000,00, com pagamento previsto para o exercício de 2015. A contratação da AMAZUL foi feita com dispensa de licitação, com base no Art. 9º da Lei de criação da AMAZUL (Lei nº 12.706/12). O Centro Tecnológico

⁴⁹⁹ Site da AMAZUL. Marinha do Brasil. Disponível em < <https://www1.mar.mil.br/AMAZUL/?q=projetos>>. Acessado em 21 de setembro de 2015.

da Marinha em São Paulo (CTMSP), cujos produtos e serviços são comercializados pela AMAZUL, desenvolveu tecnologia de fabricação de pastilhas com gadolínio para a INB, tendo tido sucesso nesse projeto e estando plenamente qualificado para fornecer esse tipo de combustível.⁵⁰⁰

Em sete de abril de 2014, foi autorizada pela Resolução do Conselho de Administração da Amazul a criação da Unidade Operacional (UO) do CTMSP. Em 14 de abril deste mesmo ano, entrou em vigor o Regulamento desta UO. Por meio deste Regulamento, cabe à estatal designar empregados para exercer atividades nesta unidade, mediante solicitação e funções estabelecidas pelo próprio CTMSP. Por enquanto, só existe esta UO, mas, há a perspectiva de criar outras na Cogesn/DGMM e na Cnen. As UOs, hierarquicamente, estão subordinadas à diretoria Técnico-Comercial da estatal. Importante ressaltar que, qualquer empregado da empresa, do quadro permanente ou temporário, pode ser designado para trabalhar em unidades operacionais, mediante solicitação, com base no Estatuto Social. Na UO do CTMSP, a estatal mantém empregados trabalhando no Labgene, na Usexá, na Fábrica de ultracentrífugas e no EBN.

A visão de futuro da empresa para 2030 é *“ser detentora de tecnologia própria, nas áreas nuclear e de construção de submarinos, e ser reconhecida nacional e internacionalmente pela excelência de seus produtos e de seus serviços”*⁵⁰¹. Neste sentido, desde 2013, conforme mensagem administrativa do diretor-presidente, a Amazul tem se lançado na *“prospecção de clientes nas áreas de construção de submarinos e tecnologia nuclear, conforme a sua destinação expressa na Lei nº 12.706/2012, bem como de outros projetos que possam trazer em sua execução alguma sinergia para os negócios da empresa”*⁵⁰².

Em fevereiro de 2014, foi anunciado que a empresa assinou protocolo de intenções com a Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia (FDTE), ligada à Escola Politécnica da USP (Poli-USP), para formação de parcerias, intercâmbio de informações, convênios e acordos de cooperação técnico-científica dentro das áreas de atuação das duas

⁵⁰⁰ Mensagem administrativa. AMAZUL. P. 5. Disponível em <https://www1.mar.mil.br/amazul/sites/www.mar.mil.br.amazul/files/upload/Relatorio%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20AMAZUL_2014.pdf#overlay-context=relatorio-administra%25C3%25A7%25C3%25A3o%3Fq%3Drelatorio-administra%25C3%25A7%25C3%25A3o>. Acessado em 21 de setembro de 2015.

⁵⁰¹ Plano Estratégico da AMAZUL. Marinha do Brasil. P. 27. Disponível em https://www1.mar.mil.br/AMAZUL/sites/www.mar.mil.br.AMAZUL/files/upload/Plano_Estrat%C3%A9gico_AMAZUL_13JUL.pdf. Acessado em 21 de setembro de 2015.

⁵⁰² Mensagem administrativa da AMAZUL. P. 5. Disponível em <<https://www1.mar.mil.br/AMAZUL/sites/www.mar.mil.br.AMAZUL/files/upload/relatorio-administracao-AMAZUL-final.pdf>>. Acessado em 21 de setembro de 2015.

instituições.⁵⁰³ O acordo entre a Amazul e a FDTE foi materializado em cinco de setembro deste mesmo ano, no qual estará sob responsabilidade da estatal a realização de pesquisa, desenvolvimento e implantação do Projeto Conceitual do Complexo Radiológico do EBN da MB, que está sendo projetado pelo CTMSP.

Em entrevista para o *site* da Fundação, o diretor-presidente da estatal, almirante

Ney Zanella dos Santos lembrou que esta não é a primeira vez que a Marinha do Brasil - agora por intermédio da AMAZUL - se une à Universidade de São Paulo, apoiada pela FDTE, para gerar inovação e progresso para a ciência e a engenharia nacionais, agregando valor a projetos de grande interesse para a sociedade brasileira, em prol do desenvolvimento nacional.⁵⁰⁴

A parceria entre a MB e a Poli-USP data da década de 1950 e desde então estas instituições têm firmado parcerias em numerosos programas e projetos estratégicos. Ainda de acordo com a mensagem administrativa do almirante Zanella,

os principais projetos prospectados junto à COGESN foram: a) Projeto de Detalhamento para construção do SN-BR. A ser desenvolvido por uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) a ser criada com a participação da AMAZUL, de uma empresa nacional de engenharia e de uma empresa internacional com experiência neste setor. b) Projeto do Sistema de Combate do SN-BR. A ser desenvolvido pela mesma SPE acima citada. c) Projeto dos Sistemas de Comando e Controle de Plataforma do SN-BR. A ser desenvolvido pela mesma SPE acima citada. d) Projeto do Complexo Radiológico do Estaleiro e Base Naval. A ser desenvolvido por uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) a ser criada com a participação da AMAZUL e de uma empresa nacional de engenharia. Este projeto envolve as áreas de conhecimento da engenharia civil, nuclear e naval para construção de submarinos e estaleiros. Nestas instalações, será realizada a recarga de combustível nuclear.⁵⁰⁵

Em quinze de dezembro de 2014, a Mectron, empresa controlada pela Odebrecht Defesa e Tecnologia (ODT), anunciou a celebração de contrato com a Amazul no apoio

⁵⁰³ Site da MAZUL. Disponível em < http://192.185.216.43/~desenvol/amazonia_azul/?q=poli-sp >. Acessado em 21 de setembro de 2015.

⁵⁰⁴ AMAZUL e FDTE assinam acordo. Site da FDTE. Disponível em < <http://www.fdte.org.br/Boletins/Detalhe/65> >. Acessado em 21 de setembro de 2015.

⁵⁰⁵ Mensagem administrativa da AMAZUL. P. 6. Disponível em <<https://www1.mar.mil.br/AMAZUL/sites/www.mar.mil.br/AMAZUL/files/upload/relatorio-administracao-AMAZUL-final.pdf>>. Acessado em 21 de setembro de 2015.

técnico nos serviços de engenharia para participação no desenvolvimento do Sistema Integrado de Gerenciamento da Plataforma (*Integrated Platform Management System - IPMS*) do submarino com propulsão nuclear brasileiro. Este Sistema Integrado é o sistema computacional com função de controlar e monitorar diversos equipamentos de submarinos. De acordo com informações da Mectron, *“com prazo de conclusão de dois anos, os trabalhos serão iniciados em fevereiro de 2015 e realizados por uma equipe de engenheiros da Mectron, juntamente com especialistas da Marinha. Os serviços serão realizados no escritório técnico de projetos e submarino localizado no CTMSP - Centro Tecnológico da Marinha, em São Paulo”*⁵⁰⁶. Gustavo Ramos, diretor-superintendente da ODT/Mectron, em entrevista afirmou o seguinte: *“estamos orgulhosos por mais esta conquista e com a crescente participação da Mectron no PROSUB, assegurando o domínio tecnológico nacional não só para a estrutura dos submarinos, já sendo fabricada no país pela ICN, mas também para os complexos sistemas neles embarcados”*⁵⁰⁷.

O ambicioso programa de construção de submarinos nucleares e a exploração de petróleo em águas profundas propiciou ao Brasil conhecimentos, habilidades e competências técnicas e tecnológicas que nos permitiram vantagens comparáveis a países de primeiro mundo. Este salto tecnológico dado pela Mectron, se por um lado tem atraído cada vez mais parceiros internacionais em programas estratégicos, por outro, tem atraído a atenção de empresas estrangeiras interessadas em compra-la do grupo Odebrecht. Em virtude da Operação Lava Jato, a maior operação investigativa de corrupção e lavagem de dinheiro, liderada pela Polícia Federal do Brasil com apoio do Ministério Público Federal, desvendaram esquemas de propina realizados por diversas empreiteiras brasileiras, entre elas a Odebrecht. A empresa vem sinalizando queda no mercado e, em agosto de 2016, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou a venda de todos os ativos relacionados ao negócio de sistemas de comunicação da Mectron para a AEL Sistemas S.A. (AEL), subsidiária brasileira integrante do grupo israelense Elbit. Conforme consta no Parecer do Cade,

a operação envolve todas as atividades de sistemas de comunicação para uso militar realizadas pela Mectron, quais

⁵⁰⁶ Mectron assina contrato com AMAZUL para o PROSUB. Mectron, 15 de dezembro de 2014. Disponível < <http://odebrecht.com/pt-br/comunicacao/releases/mectron-assina-contrato-com-AMAZUL-para-o-prosub> > Acessado em 21 de setembro de 2015.

⁵⁰⁷ Mectron assina contrato com AMAZUL para o PROSUB. Mectron, 15 de dezembro de 2014. Disponível < <http://odebrecht.com/pt-br/comunicacao/releases/mectron-assina-contrato-com-AMAZUL-para-o-prosub> >. Acessado em 21 de setembro de 2015.

sejam: (i) Link BR2; (ii) Rádio Definido por Software (RDS), incluindo todos os subsistemas, fornecimento de energia, conversor de energia, V/UHF, unidade de HF; (iii) Computador Aeronáutico IMA; (iv) Computador de Missão para Veículo Aéreo não Tripulado (UAV); (v) Subsistema de Comunicação MIL-STD-1553B baseado em ASIC, Sistema de Telemetria de Alta Velocidade para Aplicações em Navegação e Controle, Desenvolvimento e Qualidade de Transceptores para Bordo; e (vi) atividades e compromissos correlatos.⁵⁰⁸

Embora o Parecer ressalte que os demais produtos e sistemas fornecidos pela Mectron não estejam envolvidos nesta negociação, a Elbit é a maior companhia privada da área militar e a responsável pela fabricação de quase todas as aeronaves não tripuladas em território israelense. Importante salientar que alega-se que, devido ao envolvimento direto da Elbit em ações militares israelenses, consideradas por muitos países genocidas, em Gaza e na Palestina, a Elbit tem sido boicotada internacionalmente por países, como Suécia, Noruega, Dinamarca e, mais recentemente, a França, que, em fevereiro deste ano, anunciou que não negociaria mais drones com ela. No entanto, acredita-se que rejeição da França em negociar com a Elbit esteja mais relacionada à concorrência por mercados do que à questões de Direitos Humanos. A francesa Thales e a Elbit haviam desenvolvido por meio de uma *joint venture* o drone *Watchkeeper WK450* para o Exército real britânico.

Diante deste cenário, no qual o mercado de defesa brasileiro já começa a sentir os impactos da grave crise política e econômica que assola o País, empresas brasileiras de defesa, que compõem a Base Industrial de Defesa, estão sujeitas a negociações como esta, nas quais os ativos destas empresas estratégicas estão sendo comprados por empresas internacionais. Isso se configura como um risco à soberania nacional, à medida que o conhecimento e a tecnologia desenvolvidos pela empresa são difusos e perdidos para a concorrência internacional. Não é possível vislumbrar ganhos para a economia nacional com a venda da Mectron e as perdas para os programas estratégicos nacionais desta empresa podem fazer retroceder as Forças Armadas e comprometerem o desenvolvimento autônomo e a independência tecnológica do país.

⁵⁰⁸ PARECER Nº 205/2016/CGAA5/SGA1/SG. Ministério da Justiça – MJ. Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE. Disponível em <
http://sei.cade.gov.br/sei/institucional/pesquisa/documento_consulta_externa.php?b7FpX99-7LP9VeNsS630vcGqIjVumoK0IARQAI8TnCYdZTWT_pr1pNTJcFFecYsHFu9JcDcblI9PVZVOw0748w,>.
 Acessado em 29 de agosto de 2016.

5.3 - Estratégia Naval Brasileira: uma Estratégia Negacionista

Como detalhado no **Capítulo 3**, a corrente que predominava na estratégia naval brasileira priorizava a defesa das linhas de comunicação. De acordo com Eli Penha Alves, “desde o início dos anos 60 os oficiais brasileiros vinham criticando a orientação antisubmarinos, tal como imposta pelos Estados Unidos”⁵⁰⁹. Até a década de 1970, as operações submarinas eram realizadas em apoio a esta corrente naval. A partir da década de 1970, novas concepções de guerra naval foram incorporadas na instituição naval, voltando o interesse de parte dos militares para o estudo de guerras submarinas. Conforme reforçou o general Carlos de Meira Matos, a MB ofereceu importante contribuição ao pensamento geopolítico contemporâneo “através de publicações de grande alcance para a compreensão da problemática do mar relacionada ao campo de poder”⁵¹⁰.

Ken Booth, na década de 1970, classificou as Marinhas do mundo em quatro tipos: (1) Marinhas globais, as que eram capazes de operar praticamente em todos os mares do mundo (Estados Unidos e União Soviética), (2) Marinhas Oceânicas, aquelas capazes de montar uma operação de porte significativo em águas distantes de seu território (França, Reino Unido e a atual Rússia), (3) Marinhas de Mar Contíguo, aquelas capazes de operar a alguma distância de seu litoral, no entanto, possuidoras de poucas unidades com capacidade oceânica (Índia, África do Sul e Brasil) e (4) as Marinhas Costeiras, as que dispõem apenas de unidades de porte modesto, com capacidade de emprego costeiro e litorâneo.

De acordo com Penha, o general Carlos Meira Mattos defendia que

caberia ao Brasil garantir a defesa do Atlântico Sul pelos seus próprios meios navais, criando uma dissuasória força estratégica de alta mobilidade, para assegurar a expansão do mar territorial de 200 milhas, assim como proporcionar a segurança das rotas sul atlânticas e caribenhas.⁵¹¹

O Brasil, ao estabelecer diversas parcerias comerciais em questões estratégicas, como Defesa e Energia Nuclear, com países europeus ao longo da década de 1970, o presidente

⁵⁰⁹ PENHA, Eli Penha. Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul. EDUFBA: Salvador, 2011. P. 101.

⁵¹⁰ MATTOS, Carlos de Meira. Brasil – Geopolítica e Destino. José Olympio: Rio de Janeiro, 1979. P. 66.

⁵¹¹ PENHA, Eli Alves. A fronteira oriental brasileira e os desafios da segurança regional no Atlântico Sul. Revista da Escola de Guerra Naval.V. 18, n. 1 (2012). P.p. 119-120. Disponível em <<http://jmksistemas.com.br/ojs/index.php/revistadaegn/article/view/11/v186.pdf>>. Acessado em 9 de março de 2017.

estadunidense Jimmy Carter (1977-1981) utilizou a questão dos Direitos Humanos para enfraquecer a política brasileira que havia ganhado novos rumos. De acordo com Carlos Roberto Sanchez Milani,

a partir de 1975, o presidente Geisel deu início a uma diplomacia mais ativa e independente: o pragmatismo responsável. Retomando alguns dos princípios fundamentais da PEI dos anos 1960, o pragmatismo responsável pode ser considerado uma segunda ruptura na tradição da PEB. Com base em uma visão geopolítica da segurança nacional – desenvolvida pelo general Golbery do Couto e Silva na Escola Superior de Guerra – e uma concepção de autonomia diplomática e diversificação comercial – sob a tutela de Azeredo da Silveira –, o pragmatismo responsável enfatizou o fator energético. O contexto internacional de crise do petróleo teve nesse sentido um papel mais do que óbvio; porém, a estratégia brasileira foi ainda mais longe, tendo estabelecido parceria com a Alemanha Ocidental sobre a cooperação nuclear, direcionado investimentos para os combustíveis alternativos – com o lançamento do Programa Nacional do Álcool (Proálcool) – e apostado na energia hidrelétrica. O Brasil procurou assumir papel internacional de protagonista, aproximando-se dos países árabes – por meio da abertura de um escritório da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) em Brasília e de joint ventures com a Líbia, o Iraque, a Argélia e a Arábia Saudita. Foi também o primeiro país a reconhecer Angola como Estado soberano, promovendo a abertura de várias embaixadas na África. Iniciou, igualmente nesse momento, o programa de cooperação satelitar com a República Popular da China. Por fim, rompeu o acordo militar com os Estados Unidos, que havia estado em vigor desde 1952.

A denúncia do acordo militar não implicou no rompimento das relações militares entre Brasil e Estados Unidos. Os programas especiais dos Exércitos dos países, como os intercâmbios de alunos de escolas militares e de adestramentos de oficiais, foram mantidos. A denúncia do acordo, sob a justificativa brasileira de estar obsoleto, não implicou no encerramento das atividades da Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos nem nas negociações que envolvessem a compra de material bélico dos EUA. A denúncia do acordo militar com os EUA em março de 1977, através do Decreto Nº 79.376, como visto, foi mais uma atitude, entre tantas, de demonstrar o anseio do Brasil por maior independência dos EUA, inclusive, no campo militar. De acordo com o almirante Mauro César Rodrigues Pereira,

a Marinha brasileira, considerando seu enraizamento doutrinário, visualizava como retrocesso a possibilidade de o Brasil dispor somente de uma Marinha Costeira. Além disso, em nível tático, o cenário de ação previsível para permitir proteção ao Brasil é, pelo menos, todo o Atlântico Sul, pois, para a Marinha, seria dificultoso elaborar um planejamento de ação militar considerando a imensa dimensão geográfica do Brasil em situação de crise apenas atuando junto à costa. Assim, o teatro de operações da estratégia naval exige da Marinha capacitação oceânica.⁵¹²

Em virtude das concepções oriundas dos tempos da Guerra Fria, a orientação estratégica da Marinha do Brasil era de que o Brasil se enquadrava no contexto de uma marinha costeira, com recursos modestos e capacidades de emprego costeiro e litorâneo e, conseqüentemente, com menor influência nos processos decisórios de política externa na vertente marítima.

O prolongamento do mar territorial para 200 milhas, em 1970, a denúncia do Acordo de Assistência Mútua com os EUA, em 1977, o desenvolvimento do projeto de construção de submarino com propulsão nuclear e a Guerra das Malvinas, em 1982, trouxeram novas perspectivas e reorientaram uma mudança de pensamento estratégico na MB. A partir da década de 1970, de acordo com Eli Penha,

a mudança de orientação do governo contribuiu para a consolidação de uma nova concepção estratégica que buscava redefinir conceitos e objetivos da Marinha no Atlântico Sul. Tal postura teve ampla adesão dos oficiais da Marinha que passam a publicar estudos sobre estratégia naval e geopolítica marítima nos cursos de formação da Escola de Guerra Naval e da Escola Superior de Guerra, e em periódicos como a Revista Marítima Brasileira e A Defesa Nacional. O debate sobre a projeção geopolítica do Brasil no Atlântico Sul envolvia diferentes posturas quanto à análise do contexto internacional e quanto à posição que o Brasil deveria efetivamente assumir.⁵¹³

Se, por um lado, estes estudos entusiasmaram parte da Força a se interessar pela propulsão naval para emprego em submarinos; por outro, envidaram esforços para a aquisição

⁵¹² PEREIRA, Mauro César Rodrigues. As Forças Armadas, a Marinha e o Ministério da Defesa: pensamentos e relatos. Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro, v. 122, n. 10/12, 2002. In: LUIS, Camila Cristina Ribeiro. Estratégia Naval da Marinha: elemento direcionador ou vetor da ação externa brasileira no Atlântico Sul? Sebreei P. 6. Disponível em <http://www.sebreei.eventos.dype.com.br/resources/anais/21/1365815734_ARQUIVO_CAMILA_SEBREEI.pdf>. Acessado em 11 de fevereiro de 2016.

⁵¹³ PENHA, Eli Alves. Relações Brasil-África e geopolítica do Atlântico Sul. EDUFBA: Salvador, 2011. P. 103.

de novos submarinos convencionais. Segundo Eli Penha, o almirante Mário Cesar Flores afirmou que,

os interesses brasileiros na construção de um submarino a propulsão nuclear tinham como um dos seus objetivos promover maior capacitação bélica, através de investimentos em ciência e tecnologia, em parceria com centros de pesquisa públicos e privados. O intuito de capacitar a Marinha para que executasse de forma adequada, sua missão de defesa, foi a justificativa o desenvolvimento do projeto.⁵¹⁴

Além de o almirantado empreender esforços científicos, tecnológicos, industriais e políticos para a Marinha dominar o ciclo do combustível nuclear e construir o protótipo do reator nuclear de propulsão naval, recorreu à Alemanha Ocidental para negociar a aquisição de dois submarinos diesel-elétricos modelo *Ingenieur Kontor Lubeck* (IKL).

Em agosto de 1982, o governo brasileiro propôs ao Consórcio alemão *Ferrostaal/Howaldtswerken Deutsche Werft AG* (HDW) a compra de dois submarinos diesel-elétricos modelo IKL, um construído em território alemão, com acompanhamento de engenheiros e técnicos brasileiros, e o outro construído em território brasileiro, com supervisão de técnicos e engenheiros alemães. A escolha deste consórcio foi realizada pela Marinha do Brasil. Em dezembro deste mesmo ano, a Alemanha aprovou a solicitação do consórcio sobre a venda de dois submarinos diesel-elétricos do tipo 209 com 1.400 toneladas para a MB.

O primeiro submarino IKL brasileiro foi construído no estaleiro alemão da HDW, em Kiel, com acompanhamento de técnicos e engenheiros brasileiros. O primeiro submarino foi entregue à MB pelo consórcio alemão em 1988. Tupi foi o nome escolhido pela MB para designar a nova classe de submarinos diesel-elétricos que seriam incorporados à Força de Submarinos e o nome do primeiro submarino desta mesma classe.

Em 1985, antes mesmo de as duas primeiras unidades IKL encomendadas estarem prontas, a MB assinou um novo contrato com o consórcio alemão, encomendendo mais duas unidades do IKL do tipo 209. Estas unidades também foram construídos em território nacional, no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ), sob supervisão de técnicos alemães. Tamoio foi nome do segundo submarino da classe Tupi, construído no AMRJ e comissionado em 1994. O terceiro e o quarto submarinos desta mesma classe de submarinos

⁵¹⁴ FLORES, Mario Cesar. 1990. In: PENHA, Eli Alves. *Relações Brasil-África e geopolítica do Atlântico Sul*. EDUFBA: Salvador, 2011. P. 105.

foram batizados de Timbira e Tapajós. O Timbira foi comissionado em 1996 e o Tapajós foi comissionado em 1999.

Em 1995, a Marinha do Brasil decidiu assinar o quarto acordo com o consórcio alemão encomendando o quinto submarino modelo IKL, porém, foi escolhido o tipo 214 de 1.400 toneladas. Este novo submarino foi denominado Tikuna e, embora o projeto do submarino fosse alemão, houve participação brasileira em seu desenvolvimento. De acordo com o então diretor da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM), almirante Armando Senna Bittencourt,

manteve-se uma certa padronização e introduziram-se modificações, baseadas na avaliação operacional, nos testes de engenharia e na experiência que a Marinha havia obtido operando os navios de superfície e submarinos destas classes [Tupi]. Esses projetos possibilitaram, também, a continuidade de aplicação das equipes brasileiras de projetistas e construtores.⁵¹⁵

Por os equipamentos de origem alemã terem sido substituídos por equipamentos desenvolvidos por empresas e institutos de tecnológicos brasileiro e por dispor de melhorias de desempenho, muitos especialistas afirmam, que o submarino Tikuna é uma nova classe de submarinos. Afirmam que esta nova classe é mais moderna e mais tecnologicamente avançada que os submarinos da classe Tupi.

Após a construção do Tikuna, a fim de manter o conhecimento e a operacionalidade da força, a Marinha do Brasil decidiu construir mais submarinos diesel-elétricos em parceria com o mesmo consórcio alemão. Segundo informações da própria MB,

antes de se decidir pelo projeto do IKL-214, da HDW, a MB estudou também o projeto do submarino Scorpène, da empresa ARMARIS, da França. Na verdade, ao longo de todo o processo, a MB esteve negociando com duas alternativas, tendo, ao final, concluído que a proposta da HDW era a que mais bem atendia às suas necessidades.⁵¹⁶

Exceto o submarino Tikuna, todos os demais submarinos IKL foram encomendados no período de 1980 à 1995. Importante destacar que, neste período, a Marinha do Brasil passava por uma crise de identidade gerada pelo ambiente pacifista e desarmamentista internacional.

⁵¹⁵ BITTENCOURT, Armando de Senna. A nacionalização do curso e as realizações do corpo de engenheiros navais da Marinha do Brasil. Convênio Marinha do Brasil & Universidade de São Paulo. Disponível em <http://www.poli.usp.br/conveniomb_esp/7arti/cont/3arti.htm>. Acessado em 03 de março de 2014.

⁵¹⁶ Submarino alemão e a Marinha do Brasil. Luis Nassif Online, em 1º de dezembro de 2006. Disponível em <<http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/submarino-alemao-e-a-marinha-do-brasil>>.

Em vitude, principalmente, do envolvimento militar na política, de 1964 à 1985, ainda pairava no período da redemocratização indefinições quanto ao papel que as Forças Militares exerceriam no século XXI. Conforme destaca Adriana Marques,

os pontos que os militares gostariam de ver preservados na Constituição eram: a atual missão constitucional das Forças Armadas; a obrigatoriedade do serviço militar; a permanência do Corpo de Bombeiro e das Polícias Militares como Forças Auxiliares do Exército. Quanto ao Ministério da Defesa, os três ministros militares aceitavam que sua criação seria inevitável. No entanto, condicionavam a criação do novo ministério à formulação de uma política de defesa nacional que o fundamentasse e legitimasse.⁵¹⁷

O governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) atendeu o pleito dos militares, especialmente mantendo a missão constitucional das Forças Armadas, a obrigatoriedade do serviço militar, lançou a primeira PDN, em 1996 e criou o ministério da Defesa, em 1998, substituindo os quatro ministérios militares existentes.

Na conjuntura global e regional, os objetivos na PDN eram: a garantia da soberania, a preservação da integridade territorial, do patrimônio e dos interesses nacionais, a garantia do estado de direito e das instituições democráticas, a preservação da coesão e da unidade da Nação, a projeção do país no concerto das nações e sua maior inserção no processo decisório internacional e contribuição para a manutenção da paz e da segurança internacionais. Embora FHC tenha lançado a PDN em caráter de urgência, este documento sofreu diversas críticas por não ter sido formulado mediante um amplo debate entre segmentos da sociedade. De acordo com Camila Luis,

a Política de Defesa Nacional elaborada em 1996, documento que seria coordenado pelo Ministério da Defesa, contudo, fazia pouca referência à regionalidade abrangente brasileira. Neste documento, o entorno estratégico do Brasil limitava-se à América do Sul e ao Atlântico Sul de forma generalizada, ou seja, sem enfatizar as imediações territoriais sulatlânticas como regiões de interesse político.⁵¹⁸

⁵¹⁷ MARQUES, Adriana. Concepções de defesa nacional no Brasil: 1950-1996. Dissertação, Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. 2001. P. 114. Disponível em <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=vtls000232395>>. Acessado em 11 de fevereiro de 2016.

⁵¹⁸ LUIS, Camila Cristina Ribeiro. Estratégia Naval da Marinha: elemento direcionador ou vetor da ação

Caberia aos próximos governos revisar e atualizar a PDN, ampliando a participação de segmentos da sociedade. Apesar do lançamento da PDN e da criação do ministério da Defesa, o interesse em se debater a Defesa Nacional entre segmentos da sociedade era limitado. Marcio Rocha e Eurico de Lima Figueiredo ressaltam que,

em 1999, foram registradas onze audiências públicas, das quais apenas uma estava relacionada com a área da Defesa Nacional, com foco na criação do Ministério da Defesa. As outras audiências estiveram assim distribuídas: seis relacionadas com matérias de Relações Exteriores; duas com segurança pública; uma com a Aviação Civil e uma com economia.⁵¹⁹

Mahan já havia previsto que o aumento da rapidez das comunicações marítimas multiplicaria e fortaleceria os vínculos e os interesses entre as nações em um sistema articulado, além de prodigioso, era sensível e vulnerável. A vulnerabilidade deste sistema e as consequências estratégicas são ainda mais evidentes no contexto de terrorismo internacional. Geoffrey Till aponta que,

parece justo imaginar, pelo menos, três consequências de cunho estratégico. A primeira poderia ser chamada de “a morte da distância” – e os eventos de 11/09/01 evidenciaram que as disputas mais distantes podem ser “transplantadas” a qualquer lugar (no caso, aos Estados Unidos da América do Norte), com consequências terríveis. Este aspecto exige que todos os países desenvolvam um sistema de segurança contra o que pode estar acontecendo longe de seu território, com o que, por assim dizer, desapece à importância do fator distância. A segunda consequência é o “encolhimento do alto-mar”, não só em seu sentido literal, como também porque, metaforicamente, os processos de globalização diminuem, significativamente, as distâncias geográficas, tirando-lhes, cada vez mais, sua influência no desempenho do sistema. (...) A terceira consequência é a ampliação do conceito de segurança, que começa a abranger, não só aspectos geográficos, territoriais políticos e militares, que podem ressoar sobre as atividades e

externa brasileira no Atlântico Sul? Sebreei P. 8. Disponível em <
http://www.sebreei.eventos.dype.com.br/resources/anais/21/1365815734_ARQUIVO_CAMILA_SEBREEI.pdf
 >. Acessado em 11 de fevereiro de 2016.

⁵¹⁹ ROCHA, Marcio. FIGUEIREDO, Eurico de Lima. Políticas Públicas de interesse da Defesa Nacional: uma avaliação da participação do Poder Legislativo no período de 1985 a 2006. 36º Encontro Anual da ANPOCS. Outubro de 2012. P. 14. Disponível em <
http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8000&Itemid=76>.
 Acessado em 11 de fevereiro de 2016.

interesses de cunho regional, como também, nacionais, alterando o balanceamento necessário ao equilíbrio em que se que deve basear o sistema.⁵²⁰

Em virtude de os atentados terroristas de onze de setembro de 2001 terem exposto as vulnerabilidades dos sistemas de defesa e da segurança dos EUA e questionarem a capacidade hegemônica dos EUA no sistema internacional, diversos países passaram a aumentar seus gastos em defesa. Receosos de que esta vulnerabilidade e este questionamento desequilibre a estrutura do sistema internacional, EUA e a UE passaram a pressionar as agências internacionais a aumentar a fiscalização e controle de atividades militares, em especial, relacionadas a programas nucleares, dos outros países. De acordo com Luiz Alberto Moniz Bandeira, *“de conformidade com a doutrina de George W. Bush, anunciada em 11 de fevereiro de 2004, os países que até então não produziam urânio enriquecido não estariam autorizados a fazê-lo.”*⁵²¹ Embora os EUA não considerassem o Brasil um país patrocinador do terrorismo internacional, a autonomia com que o presidente Lula conduzia a política nuclear brasileira desagradava a política externa estadunidense.

Em dezembro de 2003, o presidente estadunidense George W. Bush (2001-2009) e o departamento de Defesa dos EUA incentivaram a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) a pressionar o Brasil para que assinasse um Protocolo Adicional ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), submetendo o PNB à inspeções intrusivas da AIEA⁵²². Nesse contexto, o projeto do submarino com propulsão nuclear já fazia parte do PNB. Foi a Marinha do Brasil que alertou as autoridades políticas sobre as finalidades escusas dos EUA e da AIEA em pressionar o Brasil para assinar este Protocolo. Lula negou a autorização solicitada pela AIEA para que inspetores visitassem as ultracentrífugas em Aramar, em São Paulo, e afirmou que a AIEA dispunha de estratégias eficazes para monitorar o desenvolvimento da tecnologia nuclear brasileira, à medida que não precisava ver as centrífugas para analisá-las.

Embora desde sua campanha presidencial, a Defesa Nacional se constituísse como promessa eleitoreira, a partir deste episódio, as Forças Armadas voltaram a estar no centro das discussões políticas. Assim, a PDN foi revista e relançada em 2005, contudo, o envolvimento

⁵²⁰ TILL, Geoffrey. Poder marítimo: questões relevantes e desafios. Revista da Escola de Guerra Naval. Palestra realizada em 25 de novembro de 2005 durante o I Ciclo Internacional de Conferências sobre o Poder Marítimo na Escola de Guerra Naval. P.p. 10-11. Disponível em <<https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/revistaEgn/junho2006/04-poderMaritimo.pdf>>. Acessado em 11 de fevereiro de 2016.

⁵²¹ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. As relações perigosas: Brasil – Estados Unidos (de Collor a Lula, 1990-2004). Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2004. p. 354.

⁵²² Esta parte será melhor aprofundada no próximo capítulo.

de maior número de segmentos da sociedade brasileira no debate é discutível. Na nova versão, a PND inova ao ampliar o entorno estratégico da América do Sul, passando a englobar a África Ocidental e Meridional e parte do Atlântico Sul. Camila Luis ressalta que,

a ampliação do entorno estratégico do Brasil representou a justificativa necessária para ampliar também o alcance geográfico da Marinha, possibilitando a afirmação de características oceânicas com projeção de poder sobre terra, uma vez que, como enfatizado por Corbett, o controle da área marítima tem como principal objetivo influenciar os eventos em terra.⁵²³

Contudo, Eliezer Rizzo de Oliveira elucida que, apesar de “*a nova versão da Política de Defesa Nacional, que aprovou em 2005, foi o fator positivo mais destacado das relações do Presidente da República com a Defesa Nacional no seu primeiro mandato*”⁵²⁴, “*não ocorreu o debate com a sociedade civil e o Livro Branco de Defesa sequer foi cogitado com seriedade*”⁵²⁵ e “*até meados de 2007, o presidente manteve a Defesa Nacional ausente das prioridades governamentais, ainda que, no início do mandato, houvesse anunciado medidas pertinentes e necessárias, as quais, todavia, não prosperaram*”⁵²⁶. As críticas com relação ao envolvimento de segmentos civis da sociedade na formulação da END são as mesmas da formulação da PDN. Conforme elucida Eliézer Rizzo,

a Estratégia de Defesa Nacional foi elaborada em cerca de quinze meses da gestão de Nelson Jobim no ministério da Defesa e de Mangabeira Unger na Secretaria de Assuntos Estratégicos. Esses ministros são os autores públicos, enquanto os autores institucionais são as instituições militares que há

⁵²³ LUIS, Camila Cristina Ribeiro. Estratégia Naval da Marinha: elemento direcionador ou vetor da ação externa brasileira no Atlântico Sul? Sebreei P. 10. Disponível em <http://www.sebreei.eventos.dype.com.br/resources/anais/21/1365815734_ARQUIVO_CAMILA_SEBREEI.pdf>. Acessado em 11 de fevereiro de 2016.

⁵²⁴ OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de. A Estratégia Nacional de Defesa e a Reorganização e Transformação das Forças Armadas. Revista Interesse Nacional, abril/junho 2009. P. 72. Disponível em <<http://www.resdal.org/producciones-miembros/estrategia-nacional-defensa-eliezer-rizzo.pdf>>. Acessado em 9 de março de 2017.

⁵²⁵ OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de. A Estratégia Nacional de Defesa e a Reorganização e Transformação das Forças Armadas. Revista Interesse Nacional, abril/junho 2009. P. 72. Disponível em <<http://www.resdal.org/producciones-miembros/estrategia-nacional-defensa-eliezer-rizzo.pdf>>. Acessado em 9 de março de 2017.

⁵²⁶ OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de. A Estratégia Nacional de Defesa e a Reorganização e Transformação das Forças Armadas. Revista Interesse Nacional, abril/junho 2009. P. 72. Disponível em <<http://www.resdal.org/producciones-miembros/estrategia-nacional-defensa-eliezer-rizzo.pdf>>. Acessado em 9 de março de 2017.

muito se debruçam sobre mudanças necessárias nas Forças Armadas.⁵²⁷

Embora a PDN devesse ser considerada referência obrigatória para a implementação da Estratégia Nacional de Defesa, conforme ressalta Eliezer Rizzo, “a END não cita sequer uma vez a PDN. (...) É como se a END partisse do zero, assumindo, sem o dizer, a síndrome da primeira vez com que o presidente da República qualifica as ações de seu governo em relação aos que o precederam”⁵²⁸. A diferença é que a END buscou um maior afastamento das formulações mais ideológicas do Itamaraty, embora mantivesse a integração regional no cerne da Defesa. Foi na END que a Defesa buscou maior inserção internacional ao incrementar o apoio à participação brasileira nos processos internacionais relevantes de tomada de decisão, que visem o aprimoramento e o aumento da capacidade de negociação nacional, nos s de decisão sobre o destino da Região Antártica, nas ações que promovam a ampliação da projeção do País no concerto mundial e reafirmar o seu compromisso com a defesa da paz e com a cooperação entre os povos, nos fóruns internacionais relacionados com as questões estratégicas, priorizando organismos regionais como o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) da União de Nações Sul Americanas (Unasul), no relacionamento entre os países amazônicos, no âmbito da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, na intensificação da cooperação e do comércio com países da África, da América Central e do Caribe, inclusive, da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), no incremento na interação interregionais, como a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), a Cúpula América do Sul-África (ASA) e o Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (Ibas) e na consolidação da Zopacas.⁵²⁹

Já discutimos no início deste Capítulo o processo de transformação pelo qual as Forças Armadas brasileiras estão passando. No âmbito do processo de transformação pelo qual as FAs vivenciam, está na END e não na PDN a determinação e diretrizes das tarefas militares que as Forças estão adotando em seus entornos geoestratégicos.

⁵²⁷ OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de. A Estratégia Nacional de Defesa e a Reorganização e Transformação das Forças Armadas. Revista Interesse Nacional, abril/junho 2009. P. 71. Disponível em <<http://www.resdal.org/producciones-miembros/estrategia-nacional-defensa-eliezer-rizzo.pdf>>. Acessado em 9 de março de 2017.

⁵²⁸ OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de. A Estratégia Nacional de Defesa e a Reorganização e Transformação das Forças Armadas. Revista Interesse Nacional, abril/junho 2009. P. 74. Disponível em <<http://www.resdal.org/producciones-miembros/estrategia-nacional-defensa-eliezer-rizzo.pdf>>. Acessado em 9 de março de 2017.

⁵²⁹ Estratégia Nacional de Defesa. 2008. Disponível em <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/end.pdf>>. Acessado em 9 de março de 2017.

A END foi bastante específica na determinação e nas diretrizes das tarefas navais da Marinha do Brasil. A seguir, será dissertado como se deu a evolução do pensamento estratégico naval no século XXI sob a influência de teóricos do século anterior.

Conforme discutido no **Capítulo 3**, Corbett defendia que as Marinhas eram um dos instrumentos disponíveis para que os Estados colocassem suas estratégias para atingir fins políticos. Embora diversos estrategistas navais da época utilizassem o conceito de domínio do mar, no qual o vencedor da batalha decisiva obteria a capacidade de usar o mar para sustentar seus interesses estratégicos, foi com Mahan que ele se consolidou. Corbett também adotou este conceito e o conceituou de controle de áreas marítimas. Nos dias de hoje, este conceito recebeu outras denominações. Nos EUA, por exemplo, é denominado *Sea Shield*. Em outros países é também conhecido como *Force Protection*. De acordo com Till, o controle de áreas marítimas pode ser utilizado “tanto no ataque, quanto na proteção do comércio; na projeção de poder por outros países, na defesa contra a projeção de poder por outros países e para todo o tipo de contribuição à segurança marítima global ou regional”⁵³⁰. Após o fim da Guerra Fria, a possibilidade de potências entrarem em conflito se tornou mais remota; no entanto, conflitos assimétricos têm se tornado cada vez mais frequentes. Logo após o Onze de Setembro, em novembro do mesmo ano, os 108 governos conveniados com a Convenção *Safety of Life At Sea* (Solas) participaram da Conferência promovida pela Organização Marítima Internacional (IMO)⁵³¹, os quais concordaram, por unanimidade, em desenvolver e implementar novas medidas referentes à segurança de navios e instalações portuárias. Uma das emendas adotadas a partir desta Conferência foi a implementação do novo *International Ship and Port Facility Security Code* (ISPS Code), cujos requisitos de segurança afetam governos, autoridades portuárias e empresas de navegação. O *ISPS Code* entende que a segurança de navios e instalações portuárias constitui uma atividade de gestão de riscos. Neste sentido, é realizada uma avaliação de riscos em cada caso e esta avaliação é enviada aos governos, capacitando-o para que criem medidas alternativas às ameaças contra navios e instalações portuárias. No Brasil, a instituição responsável pela implantação do *ISPS Code* é Comissão Nacional de Segurança dos Portos (Conportos), composta por representantes do

⁵³⁰ TILL, Geoffrey. Poder marítimo: questões relevantes e desafios. Revista da Escola de Guerra Naval. Palestra realizada em 25 de novembro de 2005 durante o I Ciclo Internacional de Conferências sobre o Poder Marítimo na Escola de Guerra Naval. P. 16. Disponível em < <https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/revistaEgn/junho2006/04-poderMaritimo.pdf> >. Acessado em 11 de fevereiro de 2016.

⁵³¹ A IMO é responsável pela regulamentação e eficácia da navegação comercial internacional e pela normatização da segurança marítima.

MD, Ministério das Relações Exteriores (MRE), Ministério da Fazenda, Ministério dos Transportes e do Ministério da Justiça.

Em janeiro de 2006, terroristas explodiram um grande oleoduto de exportação de petróleo da empresa *Shell* na Nigéria. Uma semana depois, em seis lanchas, terroristas voltaram a atacar outra plataforma de petróleo Benisede, da *Shell*, na Nigéria. Uma força-tarefa nigeriana foi deslocada para o local, onde morreram alguns dos soldados e alguns terroristas. A produção de petróleo da plataforma Benisede só não foi atingida em virtude de ser uma das quatro plataformas fechadas na Nigéria devido à explosão na semana anterior.

Na década de 1990, o Brasil iniciou a exploração petrolífera em águas profundas. A segurança desta modalidade *offshore* é uma das principais preocupações quanto à garantia do uso do mar da Marinha do Brasil. Além da exploração de recursos naturais, outra preocupação naval é o comércio marítimo brasileiro. De acordo com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários,

a via marítima é o principal meio utilizado para o transporte de mercadorias do comércio exterior brasileiro. Em 2011, a tonelagem exportada por via marítima representou 96% do total, enquanto que a importada alcançou 89%, maior índice em cinco anos. Ao se analisar o fluxo comercial por valor (US\$ FOB), percebe-se que essa participação vem se ampliando nos últimos anos, atingido 84% do montante exportado e 76% do importado, ou seja, o melhor patamar desde 2007.⁵³²

O comércio marítimo é uma das principais vias econômicas do país, com aumento significativo das exportações e importações trimestralmente. Só é limitado pela infraestrutura dos portos e da bucracia nacional. Em 2013, o Porto de Santos, o maior do País, registrou lucro estimado em R\$ 199,3 milhões. Pelo sexto ano consecutivo, a empresa registrava superávit. Embora o Brasil integre a IMO desde 1963, navios e instalações portuárias não estão imunes a ataques dentro ou fora das águas jurisdicionais brasileiras. Em outubro de 2011, a Autoridade Reguladora de Transportes Terrestres e Marítimos da Tanzânia informou que a Marinha do país africano havia frustrado um ataque de piratas à plataforma de exploração oceânica Poseidon, de propriedade da *Ocean Rig of Norway*, que estava a serviço

⁵³² Panorama da Navegação Marítima e de Apoio. Superintendência da Navegação Marítima e de Apoio SNM / ANTAQ. 30/05/2012. P. 2. Disponível em <<http://www.antaq.gov.br/portal/pdf/BoletimPortuario/PanoramaNavegacaoMaritimaApoio2011.pdf>>. Acessado em 12 de fevereiro de 2016.

da Petrobras. Além do comércio marítimo, a economia brasileira se rentabiliza a partir de outras formas de uso do mar. Conforme Carlos Eduardo Bulhões Pedreira elucida,

o comércio marítimo não se restringe a trocas de mercadorias entre países e entes de um país, mas em seu conceito amplo abrange o turismo marítimo feito em grandes e modernos navios, que nas últimas décadas tem apresentado acentuado desenvolvimento, gerando elevada receita para os países e entes de um país receptivos e criando milhares de postos de trabalho. Esse desenvolvimento tem sido sentido no Brasil pelo contínuo aumento de cruzeiros marítimos (internacional e interno), contribuindo para o crescimento econômico e social do país.⁵³³

Desde o final da década de 1980, por meio do Programa Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (Leplac), em virtude da inexistência de uma metodologia para as atividades no mar, os atores nacionais envolvidos desenvolveram metodologia própria para a aquisição de dados batimétricos e geológicos na exploração do mar profundo. Em 2004, o Brasil propôs à Comissão de Limites da ONU a extensão da sua plataforma continental. Em 2007, a ONU encaminhou ao Brasil o aceite parcial do pleito solicitado, no qual cerca de 960 mil km² de área reivindicada, cerca de 190 mil km² não foram aceitos pela Comissão de Limites. Após o Grupo de Trabalho (GT) do Leplac ter atualizado a Subcomissão sobre os novos dados levantados, reforçando aspectos técnicos e discordantes das recomendações da Comissão de Limites da ONU, a Subcomissão para o Leplac encaminhou a Comissão Interministerial para Recursos Marinhos (Cirm) e, na sua 168^a Sessão Ordinária, realizada em 13 de maio de 2008, por meio da Resolução N^o 1/2008/CIRM, esta Comissão enviou a ONU um novo pleito de prolongamento da plataforma continental com os novos dados. A perspectiva de que a ONU aceite a revisão do pleito do Brasil é favorável, pois, ao contrário da maioria dos países, o Brasil possui suas fronteiras bem definidas desde a região Norte à região Sul. Pela rentabilidade que a incorporação desta nova área gerará para a economia do Brasil, segundo Melissa Lima Oliveira Rêgo, o estudo da Amazônia Azul pode ter como foco três vertentes⁵³⁴. Na vertente econômica *Riquezas da Amazônia Azul*, Oliveira Rêgo enquadra a exploração de recursos naturais no mar, o comércio exterior e o lazer no mar que já discutimos mais acima. Na vertente ambiental *O Uso Racional do Mar*, a autora traz a luz o

⁵³³ PEDREIRA, Carlos Eduardo Bulhões. Comércio Marítimo e Navegação. IAB Nacional. P. 1. Disponível em < <http://www.iabnacional.org.br/IMG/pdf/doc-6976.pdf> >. Acessado em 12 de fevereiro de 2016.

⁵³⁴ RÊGO, Melissa Lima Oliveira. LEPLAC. Internacional, Nacional e Regional. Simpósio Internacional de Ciências Integradas da UNAERP. P. 11. Disponível em < <http://www.unaerp.br/sici-unaerp/edicoes-antiores/2009/secao-1-5/1076-leplac-internacional-nacional-e-regional/file> >. Acessado em 12 de fevereiro de 2016.

debate acerca da preservação da cadeia alimentar e a necessidade de realização de políticas públicas voltadas para a preservação dos recursos marinhos que incluem “os programas de caráter regional, com a participação das comunidades, contribuindo para a inclusão social e o desenvolvimento sustentável”⁵³⁵. Na vertente científica *Programas Desenvolvidos no Mar*, são incluídos os programas e ações relacionados ao uso racional das águas jurisdicionais brasileiras coordenados pela Cirm e pela Marinha do Brasil. Esta última vertente tem fomentado a ampliação das áreas de atuação profissional em ciência do mar, as quais incluem estudo de parâmetros físicos do mar e dos ambientes estuarinos, meteorologia costeira e oceânica, geologia de regiões costeiras e oceânicas, estudo da fauna e da flora marinhas e de regiões costeiras, maricultura, gestão de recursos pesqueiros, socioeconomia de comunidades litorâneas, biotecnologia marinha, construção naval, navegação marítima, ecologia em ambientes costeiros e oceânicos, estudos de impactos ambientais em regiões costeiras e oceânicas, gerenciamento costeiro e ecoturismo e preservação ambiental.

Acerca dos novos usos do mar, o almirante Reginaldo Gomes Garcia dos Reis acrescenta que,

o mar como recurso é auto explicativo desde a busca por alimentos há milhares de anos. Continuará sendo, apesar das ações predadoras na pesca por parte de alguns países. Além disso, outros recursos naturais começam a ser extraídos do mar para atender às demandas das economias em desenvolvimento de países como China, Índia e outros emergentes. A tendência é de que haja um aumento na competição por recursos primários, cuja escassez faz com que se tornem mais valiosos. A experiência histórica mostra como ciclos econômicos semelhantes tiveram um papel importante na ocorrência de diversos conflitos.⁵³⁶

Além da exploração de riquezas minerais, o mar pode ser utilizado como meio de transporte e intercâmbio de produtos e de propagação de ideias, rotas comerciais podem ser afetadas pelas mudanças climáticas, o risco ambiental associado as instalações em alto-mar, a competição comercial pode se transformar em uma forma de conflito entre fornecedores rivais, o mar pode também se constituir como um espaço para propagar doenças, inclusive, de

⁵³⁵ RÊGO, Melissa Lima Oliveira. LEPLAC. Internacional, Nacional e Regional. Simpósio Internacional de Ciências Integradas da UNAERP. P. 11. Disponível em < <http://www.unaerp.br/sici-unaerp/edicoes-antiores/2009/secao-1-5/1076-leplac-internacional-nacional-e-regional/file> >. Acessado em 12 de fevereiro de 2016.

⁵³⁶ REIS, Reginaldo Gomes Garcia dos. Os desafios da busca de um poder naval no século XXI. Revista Marítima Brasileira. V. 1, Nº. 1/1851. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha. Abr./jun. 2013. P. 22.

caráter epidêmico, imigração ilegal por via marítima, a migração e a proliferação de espécies não naturais trazidas de uma determinada região para outro através das águas de lastro, a exploração do mar para fins científicos, comerciais e estratégicos etc. São estes velhos e novos usos do mar que o Estado deve considerar ao formular concepções estratégicas que determinam a natureza das operações navais.

Em palestra realizada durante o ciclo de conferências internacionais da Escola de Guerra Naval, em 2011, o almirante francês Jean Dufourcq apresentou palestra intitulada *O poder marítimo no século XXI: desafios para uma força naval moderna*. De acordo com este almirante, a França, embora tenha territorialidade limitada, mantém territórios ultramarinos em todos os continentes; o que a obriga a ter preocupações em defesa oceânica. Em virtude 90% das reservas de petróleo e 84% das reservas minerais serem oceânicas e 80% dos transportes de mercadorias trafegarem pelo mar, a globalização não poderá se desenvolver se a Marinha francesa não regulamentar o tráfego no mar e não controlar e monitorar os seus espaços marítimos. Dufourcq cita a obra do almirante francês Hubert Boinville intitulada *A Guerra no Mar, Batalhas Navais*, na qual este analisa a estratégia naval sobre dois prismas distintos: o apoio pelo componente marítimo das operações em terra, quando as forças navais apóiam a ação militar terrestre e as batalhas navais como sendo uma continuação da atividade militar terrestre. No primeiro caso, trata-se do apoio que as operações terrestres carecem para serem capazes de transportar, abastecer, invadir, bloquear o inimigo. A segunda trata do poder naval propriamente dito, no qual “*é preciso ser capaz de fazer inúmeras combinações de movimentos e meios possíveis, para assegurar um controle dos mares aonde é essencial para defender seus próprios interesses*”⁵³⁷. De acordo com ele, um dos maiores desafios das estratégias navais hoje é exercer o controle do mar defendendo os interesses estratégicos do Estado sem qualquer suporte da operação terrestre e completa que “*o controle militar da atividade no mar exige marinhas oceânicas (...) é uma idéia que defendemos na França, tanto no meio acadêmico como na esfera política*”⁵³⁸.

⁵³⁷ DUFOURCQ, Jean. O poder marítimo no século XXI: desafios para uma força naval moderna. Ciclo de conferências internacionais da Escola de Guerra Naval, em 2011. In: [S/A] Revista da Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, v.17 n. 2 p. 1- , jul/dez 2011. P. 260. Disponível em <https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/revistaEgn/dezembro2011/edicao17_2.251-264.pdf>. Acessado em 14 de fevereiro de 2016.

⁵³⁸ DUFOURCQ, Jean. O poder marítimo no século XXI: desafios para uma força naval moderna. Ciclo de conferências internacionais da Escola de Guerra Naval, em 2011. In: [S/A] Revista da Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, v.17 n. 2 p. 1- , jul/dez 2011. P. 261. Disponível em <https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/revistaEgn/dezembro2011/edicao17_2.251-264.pdf>. Acessado em 14 de fevereiro de 2016.

Cabe à Marinha do Brasil assegurar que o Estado tenha plenas condições de usar o mar, garantindo a segurança da navegação marítima e a defesa da Amazônia Azul. Para isso, é necessária uma Marinha em condições operacionais, devidamente aparelhada, por meio da aquisição de meios navais atualizados⁵³⁹ que, devido às condições econômicas do país, priorize a qualidade em detrimento da quantidade.

Conforme mencionado, em dezembro de 2008, a END foi lançada e o maior debate na sua formulação envolvendo maior números de segmentos da sociedade é discutível. Contudo, a sua formulação foi bastante influenciada pelos novos usos do ambiente marinho, em especial, com a descoberta da camada Pré-sal. As tarefas navais determinadas pela END foram o controle de áreas marítimas, a projeção de poder e a negação do uso do mar. Por incapacidade de a Marinha do Brasil exercer com competência todas as tarefas navais nas águas jurisdicionais nacionais, a END definiu que a MB, pautando por um desenvolvimento desigual e conjunto, priorizasse a negação do uso do mar em relação ao exercício tanto do controle de áreas marítimas quanto da projeção de poder sobre terra.

As tarefas navais brasileiras têm por finalidade a defesa pró-ativa das plataformas petrolíferas, das instalações navais e portuárias, dos arquipélagos e das ilhas oceânicas nas águas jurisdicionais brasileiras, prontidão para responder a qualquer ameaça, por Estado ou por forças não convencionais ou criminosas, às vias marítimas de comércio, capacidade de participar de operações internacionais de paz, fora do território e das águas jurisdicionais brasileiras, sob a égide da ONU ou de organismos multilaterais da região.⁵⁴⁰ A faixa que vai de Santos a Vitória é uma das duas áreas marítimas previstas neste documentos que merecem atenção especial da Marinha e nesta faixa foram descobertas as novas reservas de petróleo na camada pré-sal.

A negação do uso mar foi concebida como parte da estratégia de controle de áreas marítimas, à medida que a primeira é empregada com a finalidade de negar seu uso ao inimigo, ao invés de garantir usufruto dele. Conforme consta na END,

ao garantir seu poder para negar o uso do mar ao inimigo, precisa o Brasil manter a capacidade focada de projeção de poder e criar condições para controlar, no grau necessário à defesa e dentro dos limites do direito internacional, as áreas marítimas e águas interiores de importância político-estratégica,

⁵³⁹ Com até no máximo 20 anos de operação.

⁵⁴⁰ Estratégia Nacional de Defesa. Ministério da Defesa. P. 20. Disponível em <http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf>. Acessado em 11 de fevereiro de 2016.

econômica e militar, e também as suas linhas de comunicação marítimas. A despeito desta consideração, a projeção de poder se subordina, hierarquicamente, à negação do uso do mar.⁵⁴¹

No **Capítulo 3**, foi discutido que o pensamento da *Jeune École* defende o uso de torpedeiros na guerra de corso, sob a ótica defensiva, empregava meios flutuantes menores e rápidos, como torpedeiros, para lançar ataques as marinhas adversárias, e sob a ótica ofensiva, desgastava as forças navais inimigas. Foi esta escola francesa de pensamento que trouxe a guerra de mobilidade para as estratégias navais mundiais. A negação do uso é uma herança da estratégia naval francesa do final do século XIX, que ainda na atualidade, tem por principal propósito dificultar ao máximo o uso do mar pelas forças inimigas por meio do desgaste. De acordo com José Augusto Abreu de Moura, a negação do uso do mar “*é normalmente realizada por quem não tem condições de estabelecer o CAM (portanto, um Poder Naval mais fraco ante o oponente) ou quando não há interesse em mantê-lo*”⁵⁴². Além desta tarefa não ser realizada apenas por submarinos, nem estar voltada exclusivamente para atacar a navegação mercante, uma marinha negacionista pode atacar unidades ou forças navais inimigas, dissuadir inimigos mais fortes e pode recorrer ao emprego de operações de minagem e ataques aéreos a partir de navios de superfície e por baterias costeiras, de artilharia ou de mísseis. Abreu de Moura argumenta que,

Geoffrey Till observa que a negação pode ser empregada como uma alternativa ao Controle ou em complemento a ele, e a atual doutrina britânica prevê que se pode realizar negação numa área para conseguir o controle em outra, ou ainda manter uma “zona de negação” como parte da defesa externa de uma área, com o propósito de conter forças inimigas.⁵⁴³

⁵⁴¹ Estratégia Nacional de Defesa. Ministério da Defesa. P. 20. Disponível em <http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf>. Acessado em 11 de fevereiro de 2016.

⁵⁴² MOURA, José Augusto Abreu de. Controle e Negação. UEL. 2009. P.p. 1-2. Disponível em <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKewi6xfyrh-KAhUGgJAKHeYIC3QQFggfMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.uel.br%2Fpos%2Fmesthis%2Fated%2Fanais%2FJOSEAUGUSTOABREUDEMOURA.doc&usq=AFQjCNGK-h8zWIRiuG8xMXeFO0sq_dSSpA&sig2=30szS_OCIbh1AX9zNKy5CQ&bvm=bv.113943164,d.Y2I>. Acessado em 11 de fevereiro de 2016.

⁵⁴³ MOURA, José Augusto Abreu de. Controle e Negação. UEL. 2009. P.6. Disponível em <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKewi6xfyrh-KAhUGgJAKHeYIC3QQFggfMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.uel.br%2Fpos%2Fmesthis%2Fated%2Fanais%2FJOSEAUGUSTOABREUDEMOURA.doc&usq=AFQjCNGK-h8zWIRiuG8xMXeFO0sq_dSSpA&sig2=30szS_OCIbh1AX9zNKy5CQ&bvm=bv.113943164,d.Y2I>. Acessado em 11 de fevereiro de 2016.

A negação do uso do mar tem sido um dos conceitos que mais têm recebido atenção dos estrategistas estadunidenses. O Congresso dos EUA promoveu um painel conduzindo uma avaliação das premissas, da estratégia, das conclusões e dos riscos contidos no relatório do secretário de Defesa sobre o *Quadrennial Defense Review (QDR)*. Em 2010, o Relatório Final do Painel de Análise Independente do QDR, de acordo com Charles C. Moore, concluiu, ao abordar o relacionamento entre a atual estrutura dos meios militares dos EUA e a estabilidade das regiões da Ásia e do Pacífico, que

o painel permanece preocupado com a possibilidade de que a estrutura da Força do QDR talvez não seja suficiente para convencer terceiros de que os Estados Unidos têm condições de cumprir compromissos assumidos em tratados, face às crescentes capacidades militares da China. Por isso, recomendamos maior prioridade às medidas para contrapor as ameaças de anti-acesso e de negação de área (anti-access/area denial — A2/AD). Isso irá envolver a obtenção de novas capacidades e, como instado pelo Secretário Gates, o desenvolvimento de conceitos inovadores para seu uso. Sendo específicos, acreditamos que os Estados Unidos devem investir recursos na completa modernização de sua Armada.⁵⁴⁴

Desde 1986, a Marinha dos EUA não promulgava a sua estratégia naval. Em 2007, a Força Naval dos EUA tornou pública a nova estratégia naval nacional intitulada *A Cooperative Strategy for 21st Century Seapower*, definindo apenas seis capacidades fundamentais orientadas a contribuir para a segurança nacional, tanto na prevenção de guerras quanto no incentivo de parcerias. O almirante Gary Roughead, chefe de Operações Navais da Marinha dos EUA, divulgou suas diretrizes em um memorando de outubro de 2010, no qual, ao analisar a Estratégia Cooperativa, e forçar a relevância da Marinha dos EUA na Revisão Quadrienal da Defesa de 2010, de acordo com Moore, “afirmou que a Marinha necessita de um mínimo de 313 navios para atender aos seus requisitos operacionais”⁵⁴⁵. O Congresso dos EUA, após ouvir a conclusão do Relatório Final do Painel de Análise Independente do QDR, durante as audiências, recomendou que, ao invés de 313, a composição dos meios operacionais da Marinha dos EUA fosse de 346 navios. Moore conclui que, “o “fim” (os

⁵⁴⁴ MOORE, Charles C. Revitalizando a Estratégia Cooperativa para o Poder Marítimo do Século XXI. *Military Review*. Maio-Junho 2012. P. 29. Disponível em <http://usacac.army.mil/CAC2/MilitaryReview/Archives/Portuguese/MilitaryReview_20120630_art006POR.pdf>. Acessado em 12 de fevereiro de 2016.

⁵⁴⁵ MOORE, Charles C. Revitalizando a Estratégia Cooperativa para o Poder Marítimo do Século XXI. *Military Review*. Maio-Junho 2012. P. 27. Disponível em <http://usacac.army.mil/CAC2/MilitaryReview/Archives/Portuguese/MilitaryReview_20120630_art006POR.pdf>. Acessado em 12 de fevereiro de 2016.

interesses estratégicos no Pacífico) deixou de estar alinhado com a abordagem mundial da Estratégia Cooperativa”⁵⁴⁶.

Em outro documento publicado em 2012 pelo governo dos EUA intitulado *Sustaining US Global Leadership – Priorities for the 21st Century Defense*, a negação de acesso se mantém uma preocupação constante da estratégia militar estadunidense. Dentre as dez missões prioritárias traçadas neste documento, as Forças Armadas dos EUA devem envidar esforços na projeção de poder apesar dos desafios impostos pela negação do uso do mar. Conforme consta neste documento,

De forma plausível, a fim de dissuadir potenciais adversários e evitar que eles alcancem seus objetivos, os Estados Unidos devem manter a sua capacidade de projetar poder em áreas nas quais o nosso acesso e liberdade para operar são desafiados. Nessas áreas, os adversários sofisticados usarão capacidades assimétricas, que incluem guerra cyber e eletrônica, mísseis de cruzeiro e balísticos, defesas aéreas avançadas, minagem e outros métodos, que complicam o nosso cálculo operacional. Estados como a China e o Irã continuarão a perseguir meios assimétricos para conter as nossas capacidades de projeção de poder, enquanto a proliferação de armamentos e tecnologias sofisticadas se estenderão para atores não estatais também. Consequentemente, as Forças Armadas dos EUA investirão, conforme necessário para garantir a sua capacidade de operar de forma eficaz em ambientes de antiacesso e negação de área (A2/AD). Isto irá incluir a implementação do Conceito de Acesso Operacional Conjunto, sustentando nossas capacidades submarinas, o desenvolvimento de um novo bombardeiro furtivo, melhorar as defesas missilísticas, e continuar a desenvolver esforços para melhorar a resiliência e eficácia das capacidades críticas baseadas no espaço.⁵⁴⁷

⁵⁴⁶ MOORE, Charles C. Revitalizando a Estratégia Cooperativa para o Poder Marítimo do Século XXI. *Military Review*. Maio-Junho 2012. P. 29. Disponível em < http://usacac.army.mil/CAC2/MilitaryReview/Archives/Portuguese/MilitaryReview_20120630_art006POR.pdf >. Acessado em 12 de fevereiro de 2016.

⁵⁴⁷ Tradução livre da autora: “*In order to credibly deter potential adversaries and to prevent them from achieving their objectives, the United States must maintain its ability to project power in areas in which our access and freedom to operate are challenged. In these areas, sophisticated adversaries will use asymmetric capabilities, to include electronic and cyber warfare, ballistic and cruise missiles, advanced air defenses, mining, and other methods, to complicate our operational calculus. States such as China and Iran will continue to pursue asymmetric means to counter our power projection capabilities, while the proliferation of sophisticated weapons and technology will extend to non-state actors as well. Accordingly, the U.S. military will invest as required to ensure its ability to operate effectively in anti-access Sustaining U.S. Global Leadership: Priorities for 21st Century Defense 5 and area denial (A2/AD) environments. This will include implementing the Joint Operational Access Concept, sustaining our undersea capabilities, developing a new stealth bomber, improving missile defenses, and continuing efforts to enhance the resiliency and effectiveness of critical space-based capabilities.*” In: *Sustaining US Global Leadership – Priorities for the 21st Century Defense*. Secretary of Defense. 2012. P.p. 4-5. Disponível em < http://archive.defense.gov/news/Defense_Strategic_Guidance.pdf >. Acessado em 12 de fevereiro de 2016.

A Marinha do Brasil confere o exercício da negação do uso do mar ao emprego de submarinos convencionais e nucleares. A fim de cumprir com eficiência a negação do uso do mar, a END estipula que,

o Brasil contará com força naval submarina de envergadura, composta de submarinos convencionais e de submarinos de propulsão nuclear. O Brasil manterá e desenvolverá sua capacidade de projetar e de fabricar tanto submarinos de propulsão convencional como de propulsão nuclear. Acelerará os investimentos e as parcerias necessários para executar o projeto do submarino de propulsão nuclear. Armará os submarinos, convencionais e nucleares, com mísseis e desenvolverá capacitações para projetá-los e fabricá-los. Cuidará de ganhar autonomia nas tecnologias cibernéticas que guiem os submarinos e seus sistemas de armas, e que lhes possibilitem atuar em rede com as outras forças navais, terrestres e aéreas.⁵⁵¹

Conforme analisado anteriormente, embora haja participação de empresas privadas e de empresas internacionais, o Estado tem sido o principal gestor e incentivador do Prosub. A fim de complementar a sua capacidade científica, tecnológica e inovadora, o Brasil, desde 2008, tem construído a parceria estratégica com a França na área de Defesa e, como analisado anteriormente, empresas francesas como a DCNS e a MBDA têm colaborado no processo de transferência de tecnologia, na construção de submarinos convencionais, plataforma do submarino nuclear e mísseis.

No Planejamento Estratégico Organizacional da Marinha do Brasil entre os anos de 2014 e 2019, dentre as oportunidades que podem identificar quais são os fatores externos que poderão criar condições favoráveis à instituição, encontram-se: a previsão de continuidade no investimento do governo federal no Prosub, compartilhamento de conhecimento externo com entidades civis, órgãos do governo e de Marinhas amigas, por meio de intercâmbios, cursos e conclaves, construção de novos submarinos e navios e crescimento da MB para outras regiões do país.⁵⁵² Esta última pode incluir tanto a criação da 2ª Esquadra quanto a construção da Base e do Estaleiros para Submarinos, em Itaguaí, no estado do Rio de Janeiro.

⁵⁵¹ Estratégia Nacional de Defesa. Ministério da Defesa. P. 20. Disponível em <http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf>. Acessado em 11 de fevereiro de 2016.

⁵⁵² Planejamento Estratégico 2014 – 2019. Marinha do Brasil. P. 12. Disponível em <<https://www1.mar.mil.br/dabm/sites/www1.mar.mil.br/dabm/files/PEO-2014%20a%202019%20mod%2014%2015SET2014.pdf>>. Acessado em 11 de fevereiro de 2016.

CAPÍTULO 6

PARCERIA ESTRATÉGICA FRANÇA-BRASIL

6.1 - França-Brasil: Uma parceria estratégica?

As alianças se constituem como o relacionamento mais central na política internacional e são tão antigas como os próprios registros documentados. De acordo com Rodrigo de Souza Farias, “*a criação de alianças na história das relações internacionais é exercício legalista que demanda algum grau de formalização, geralmente por tratados*”⁵⁵³. Até antes da assinatura do conjunto de tratados de Westfália, assinados em 1648, conforme elucidado no **Capítulo 1**, as relações que se configuravam no território europeu tinham por base laços sanguíneos e/ou conjugação de valores religiosos. A partir dos tratados de Westfália, os Estados tornaram-se entidades políticas capazes de exercer a autoridade suprema sobre os territórios e detinham em seu poder o monopólio das guerras, o exercício da diplomacia e a celebração de novos tratados. Sobre as alianças, Souza Farias complementa que, “*o termo geralmente significa uma relação estruturada em torno da dimensão militar da política internacional. Isso decorre do motivo primário a guiar os Estados: a sobrevivência*”⁵⁵⁴. Thomas Wilkins afirma que,

o conceito de alinhamento perpassa todas as áreas das Relações Internacionais, tanto em sua dimensão teórica quanto em seu caráter empírico. Daí a importância de se substituir, quando adequado, o termo *aliança* pelo termo *alinhamento*, uma vez que o modelo tradicional de alianças realista é bem menos frequente a partir de 1991. Enquanto aliança significa um acordo formal entre Estados, em geral contra um terceiro, que obriga, ou abre a possibilidade, do uso da força contra esse terceiro, alinhamento é um conceito mais abrangente, não necessariamente que lide apenas com a área militar, mas que tem a ver com as expectativas dos Estados sobre um grau de

⁵⁵³ SOUZA FARIA, Rodrigo. Parcerias Estratégicas: marco conceitual. P. 20. In: LESSA, Antonio Carlos. DE OLIVEIRA, Henrique Altermani. (ORG) Parcerias Estratégicas do Brasil: os significados e as experiências tradicionais. Volume I. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

⁵⁵⁴ SOUZA FARIA, Rodrigo. Parcerias Estratégicas: marco conceitual. P. 18. In: LESSA, Antonio Carlos. DE OLIVEIRA, Henrique Altermani. (ORG) Parcerias Estratégicas do Brasil: os significados e as experiências tradicionais. Volume I. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

cooperação futura, se será apoiado ou não por outrem, sob determinadas circunstâncias.⁵⁵⁵

As tradicionais alianças que foram constituídas a partir do fim da 2ª Grande Guerra, como a OTAN e o Pacto de Varsóvia, com o fim da Guerra Fria foram forçadas a sofrer modificações estruturais que se voltassem mais para alianças cooperativas do que alianças exclusivamente militares. Wilkins exemplifica os novos modelos de cooperação em segurança como comunidades de segurança, parcerias estratégicas ou as coalizões da vontade.⁵⁵⁶ Nesta pesquisa, o dilema está em definir a história relação comercial na área de Defesa entre França e Brasil como parceria estratégica ou não. Há distinções específicas entre a diplomacia e a academia no que se refere ao conceito parceria estratégica. Conforme elucida Souza Farias,

no âmbito da diplomacia, muitos eventos cerimoniais de visitas de chefes de Estado não raro terminam com a assinatura de declarações conjuntas atestando a existência – ou o desejo de promover – uma parceria estratégica. O acadêmico não pode aceitar tal retórica pelo valor de face. Uma parceria estratégica de corre de um padrão específico de comportamento diplomático e não das atribuições emanadas do discurso oficial.⁵⁵⁷

A Política Externa Brasileira (PEB) que vinha sendo construída desde fins da década de 1970, caracterizada pela diversificação de parcerias, sofreu alterações a partir da década de 1990. O novo escopo da PEB, caracterizado pelo aprofundamento da cooperação e integração regional, pelo posicionamento multilateral e multipolar, pela orientação questionadora do estruturalismo das relações internacionais e a manutenção da diversificação das parcerias, dialogando tanto com países desenvolvidos e emergentes quanto com países subdesenvolvidos, impulsionou as relações políticas, econômicas, culturais e militares entre os Estados.

Desde então, a PEB tem buscado por meio de coalizões e parcerias estratégicas multi e bilaterais ampliar a sua atuação em áreas geoestratégicas em que, até pouco tempo atrás, não

⁵⁵⁵ REZENDE, Lucas Pereira. Sobe e desce! Explicando a cooperação em defesa na América do Sul: uma teoria realista-ofensiva. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. P. 48.

⁵⁵⁶ WILKINS, Thomas. *'Alignment' not 'alliance' - the shifting paradigm of international security cooperation: toward a conceptual taxonomy of alignment*. *Review of International Studies*, 38, 2012.

⁵⁵⁷ SOUZA FARIA, Rodrigo. Parcerias Estratégicas: marco conceitual. P. 24. In: LESSA, Antonio Carlos. DE OLIVEIRA, Henrique Altermani. (ORG) Parcerias Estratégicas do Brasil: os significados e as experiências tradicionais. Volume I. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

havia um esforço diplomático por maior diálogo, integração e/ou cooperação, como a África Austral, o Oriente Médio e a Ásia. No entanto, ainda que, a partir da década de 1990, coalizões e parcerias estratégicas tenham crescido em importância na PEB, a construção destas relações como objeto de estudo nos anos recentes tem sido pouco estudadas. Como observado, há distinções específicas em como a diplomacia e a academia percebem o termo parceria estratégica. Neste sentido, é importante que este termo seja desmembrado para que haja uma maior compreensão de seu emprego na política internacional. Souza Farias define que,

o termo parceria tem o sentido de associação para alcance de objetivos comuns, envolvendo cooperação, associação e colaboração. (...) O termo “estratégica” qualifica a noção de parceria. Ele é de difícil trato analítico. Utilizado de todas as formas e em qualquer contexto, sua vulgarização muitas vezes prejudica sua capacidade explicativa. Ele se refere à identificação de objetivos relevantes de longo prazo e a existência de interesses e meios para alcançá-los. A relação, nestes termos, é direcionada para Estados os quais se atribuem importância e é cuidadosamente planejada e estruturada para servir a um propósito ou vantagem.⁵⁵⁸

Durante muitos anos, o conceito de estratégia era restrito aos estudos da guerra. Contudo, teóricos neorealistas têm defendido a ampliação do conceito para implicações de ordem política e econômica. No sentido mais amplo, o conceito pode se referir tanto a uma relação cooperativa quanto competitiva entre os Estados ou para intervir em processos decisórios mudando normas, condutas ou regras nas relações entre os Estados. David Shambaugh enquadra as relações mantidas entre os dois Estados: as antagônicas e as harmoniosas. As relações antagônicas são caracterizadas pela frequente competição estratégicas, rivalidades e inimizades. Já dentre as relações harmônicas, destacam-se as parcerias cooperativas e as parcerias estratégicas. Tomando por base o conceito de Shambaugh, segundo Danielly Silva Ramos Becard, sobre as relações harmônicas:

alinhamentos ou alianças indicam uma forma mais íntima de cooperação, caracterizada por uma colaboração prolongada no tempo ainda quando não formalizada por meio de acordo escrito, e pela conjugação de objetivos ligados a segurança,

⁵⁵⁸ SOUZA FARIA, Rodrigo. Parcerias Estratégicas: marco conceitual. P. 25. In: LESSA, Antonio Carlos. DE OLIVEIRA, Henrique Altermani. (ORG) Parcerias Estratégicas do Brasil: os significados e as experiências tradicionais. Volume I. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

estabilidade e influência. As relações de aliança acontecem muito frequentemente entre nações com sistemas políticos e/ou econômicos semelhantes, podendo evoluir em direção à formação de um eixo de poder internacional, que implica não apenas em influência mútua entre os países envolvidos, mas também na ação articulada e coordenada no tratamento das mais importantes questões internacionais.⁵⁵⁹

Em geral, em relações assimétricas entre Estados, o termo parceria estratégica é mais empregado pela parte mais fraca da relação. Quando não há a ênfase no emprego do termo pelas duas partes envolvidas, em quase todos os casos, o relacionamento há pouco efeito prático e demonstra pouco interesse na identificação e implementação de objetivos comuns de longo prazo. Souza Farias menciona o caso das relações assimétricas entre EUA e Brasil durante as gestões, respectivamente, de Bill Clinton e Fernando Henrique Cardoso, quando o então embaixador dos EUA no Brasil, Melvyn Levitsky, “*usou o termo [parceria estratégica] para demonstrar a convergência dos dois países em uma série de nichos da agenda internacional*”⁵⁶⁰. Particularmente nas duas gestões de Fernando Henrique houve uma reformulação da política externa brasileira. Embora mantivesse o universalismo, buscou-se mais uma perspectiva institucionalista nas relações internacionais voltando-se para a abertura da economia ao modelo liberal, a redução de barreiras tarifárias, que dificultassem a entrada de produtos importados em mercados nacionais e blocos específicos de globalização e a uma conjuntura de normas e regimes internacionais que visavam fortalecer um ambiente o mais integrado possível. De acordo com Tullo Vigevani, Marcelo F. de Oliveira e Rodrigo Cintra,

o conceito de mudança com continuidade, que prevaleceu no governo FHC, significava, segundo seus formuladores, que a renovação do paradigma tradicional deveria caracterizar-se por uma visão de futuro e adaptação criativa. Na perspectiva de FHC, também de Lampreia e de Lafer, a visão de futuro era fundamental diante de um ambiente desfavorável, contra o qual a diplomacia deveria atuar a longo prazo, buscando adaptar-se às mudanças. O objetivo não seria a adaptação passiva, mas, no limite do próprio poder, articulado com o interesse de outros estados e forças, o de redirecionar e reformar o ambiente, buscando a possibilidade de participação nos assuntos

⁵⁵⁹ BECARD, Danielly Silva Ramos. Parcerias estratégicas nas relações internacionais: uma análise conceitual. P.44. In: LESSA, Antonio Carlos. DE OLIVEIRA, Henrique Altermani. (ORG) Parcerias Estratégicas do Brasil: os significados e as experiências tradicionais. Volume I. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

⁵⁶⁰ SOUZA FARIA, Rodrigo. Parcerias Estratégicas: marco conceitual. P. 25. In: LESSA, Antonio Carlos. DE OLIVEIRA, Henrique Altermani. (ORG) Parcerias Estratégicas do Brasil: os significados e as experiências tradicionais. Volume I. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

internacionais por meio da elaboração de regimes mais favoráveis aos interesses brasileiros.

Com o fim da Guerra Fria, os EUA se tornaram a maior potência mundial a partir da década de 1990. O governo de Fernando Henrique acreditou que defendendo a “*autonomia pela integração*”⁵⁶¹ e a então parceria estratégica com os EUA garantiria um marco legal internacional na busca da concretização dos objetivos comuns de longo prazo. Foi neste contexto que foram, oficialmente, formalizadas as inúmeras coalizões de interesses, como a nova rodada multilateral da Organização do Comércio (OMC), a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), a União Europeia (EU) e o Mercado Comum do Sul (Mercosul). Em declaração conjunta durante visita do presidente Fernando Henrique à Casa Branca, em Washington, em 1997, Clinton afirmou que,

o presidente Cardoso disse há dois anos, quando me visitou na Casa Branca, e cito: "a vocação do Brasil e dos Estados Unidos é estar juntos". Creio que estamos juntos hoje como nunca antes. As questões que enfrentamos são centrais para o bem-estar de ambos os nossos povos. O destino do nosso hemisfério, com democracias fortes, um compromisso para combater o crime e as drogas, para trabalhar por uma paz duradoura, o futuro da nova economia, preparando o nosso povo para o século XXI - é tudo isso que esta viagem trata.⁵⁶²

Embora o embaixador dos EUA no Brasil, Melvyn Levitsky, tenha empregado o termo parceria estratégica para definir as relações comerciais entre EUA e Brasil na década de 1990, a identificação e implementação de objetivos comuns a longo prazo foram insignificantes diante do anseio brasileiro por maior participação na política internacional, especialmente, na questão nuclear. Após tantos anos de relutância por considerá-lo discriminatório, desde 1968, foi no governo de Fernando Henrique que o Brasil, em 1998, passou a ser signatário do Tratado sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP). De acordo com o ministro Lampreia,

⁵⁶¹ Definição do Ministro das Relações Exteriores Luis Felipe Lampreia (1995-2000) que opõe a busca de uma "autonomia pela distância", característica, segundo ele, da diplomacia brasileira durante a Guerra Fria, à “autonomia pela integração”, na qual há o anseio por maior participação na política internacional.

⁵⁶² Tradução livre da autora: “*President Cardoso said two years ago when he visited me at the White House, and I quote, "The vocation of Brazil and the United States is to stand together." I believe we stand together today as never before. The issues we face are central to the wellbeing of both our peoples. The fate of our hemisphere, with strong democracies, a commitment to fight crime and drugs, to work for lasting peace, the future of the new economy, preparing our people for the 21st century -- that's what this trip is all about.*” In: *President Bill Clinton Holds Joint. News Conference With Brazilian President*. CNN, 1997. Disponível em < <http://edition.cnn.com/ALLPOLITICS/1997/10/14/fdch/clinton/> >. Acessado 9 de março de 2017.

ao aderir ao TNP – os instrumentos de ratificação pelo Brasil foram depositados em 18 de setembro último – cumpriu-se o objetivo prioritário do Presidente Fernando Henrique Cardoso de resgatar as ‘hipotecas’ que ainda pesavam sobre a credibilidade externa do País, como também ocorreu com nossa adesão ao CTBT (Tratado para a Proibição Completa de Testes Nucleares) e a decisão de submeter ao Congresso a aceitação pelo Brasil da competência jurisdicional da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Rapidamente ficou comprovado o benefício de aderir ao TNP. Quando, por coincidência, a Índia e o Paquistão conduziram testes nucleares no primeiro semestre deste ano, ganhamos mais respeito da comunidade internacional, traduzido no convite do G-8 para que participássemos do esforço para ajudar a encaminhar uma solução para as tensões no sul da Ásia.⁵⁶³

Um dos maiores críticos da assinatura do TNP pelo Brasil é o físico Luiz Pinguelli Rosa, o qual considera “que o Brasil se colocou em condição *“humilhante e subserviente”* ao aceitar o tratado sem obter contrapartidas das potências nucleares”⁵⁶⁴. Lampreia acreditava que o Brasil passaria a ter mais autoridade para cobrar a implementação do desarmamento nuclear, que a assinatura do TNP reforçaria o apoio dos EUA a pleitear uma vaga no Conselho de Segurança da ONU e que não havia mais resistência dos militares brasileiros a assinatura do TNP a medida que “*a política de defesa do país jamais se baseou em armas atômicas*”⁵⁶⁵.

Interessante destacar que, de acordo com o cientista político chinês Yong Deng, ao analisar o caso chinês, além da parceria estratégica implicar na “*aceitação mútua da importância dos Estados parceiros*”⁵⁶⁶,

assinala o desejo político do parceiro de reconhecer a legítima ascensão da China, de administrar áreas de desacordo de forma a melhorar o relacionamento bilateral e, se possível, melhorar a

⁵⁶³ LAMPREIA, Luis Felipe. A política externa do governo FHC: continuidade e renovação. Revista Brasileira de Política Internacional. vol.41 no.2 Brasília July/Dec. 1998. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291998000200001 >. Acessado em 9 de março de 2017.

⁵⁶⁴ Brasil aceita renúncia a armas nucleares. Folha de São Paulo, 21 de junho de 1997. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc210614.htm>>. Acessado em 9 de março de 2017.

⁵⁶⁵ Brasil aceita renúncia a armas nucleares. Folha de São Paulo, 21 de junho de 1997. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc210614.htm>>. Acessado em 9 de março de 2017.

⁵⁶⁶ SOUZA FARIA, Rodrigo. Parcerias Estratégicas: marco conceitual. P. 25. In: LESSA, Antonio Carlos. DE OLIVEIRA, Henrique Altermani. (ORG) Parcerias Estratégicas do Brasil: os significados e as experiências tradicionais. Volume I. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

coordenação em termos de promoção de preferências comuns na arena internacional.⁵⁶⁷

Além do maior acesso a tecnologia nucleares de fins exclusivamente pacíficos nos grupos supridores nucleares ser insignificante, do programa de construção de novas usinas nucleares se encontrar paralisado e do projeto do submarino nuclear brasileiro se encontrar, praticamente, em estado vegetativo, os EUA não apoiaram o pleito brasileiro por assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

Como mencionado anteriormente, a partir da década de 1990, a PEB passou por transformações caracterizadas por coalizações como Zopacas e Mercosul, e por relações comerciais de longo prazo como o relacionamento estabelecido com os EUA, contudo, foi no governo Lula que as parcerias estratégicas foram consideradas programas de trabalho. No governo Lula, a maior parte das negociações que envolviam a participação dos Estados eram consideradas parcerias estratégicas. Em documentos oficiais que podem ser encontrados nas páginas oficiais do Governo na Internet é possível encontrar parcerias estratégicas entre Brasil e diversos outros Estados, inclusive, o termo parceria estratégica para se referir as relações comerciais entre Brasil e a União Europeia. Conforme informa a página oficial do MRE brasileiro,

com a assinatura da Parceria Estratégica, em 2007, as relações Brasil-União Europeia atingiram novo patamar, e ampliaram-se as oportunidades de diálogo sobre desafios globais e oportunidades de interesse bilateral ou birregional (MERCOSUL e CELAC com a UE). A Parceria tem contribuído para que Brasil e UE aprofundem as relações políticas, dinamizem os vínculos econômicos e diversifiquem as iniciativas de cooperação.⁵⁶⁸

O exemplo citado acima serve apenas para dimensionar como o termo parceria estratégica tem sido amplamente difundido na política e na diplomacia sem qualquer rigor ou critério acadêmico. A discussão proposta nesta pesquisa não busca problematizar se as relações comerciais do Brasil com outros Estados são ou não são parcerias estratégicas. Mas sim, sob o olhar científico da academia fundamentar o termo parceria estratégica e avaliar se a histórica relação comercial na área de Defesa entre França e Brasil ao longo de mais de cem

⁵⁶⁷ SOUZA FARIA, Rodrigo. Parcerias Estratégicas: marco conceitual. P. 25. In: LESSA, Antonio Carlos. DE OLIVEIRA, Henrique Altermani. (ORG) Parcerias Estratégicas do Brasil: os significados e as experiências tradicionais. Volume I. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

⁵⁶⁸ Site do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Disponível em < <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5812-uniao-europeia>>. Acessado em 9 de março de 2017.

anos pode ser considerada uma parceria estratégica. A fim de fundamentar o termo parceria estratégica, propõe-se um debate acadêmico com alguns autores que operam este conceito. André Luiz Reis da Silva sustenta que,

observou-se, durante o governo Lula, um grande "ativismo diplomático", marcado pelo aumento do número de viagens, pela instalação de novas embaixadas e pela busca de maior protagonismo nos fóruns globais, o que gerou uma intensificação das relações multilaterais e regionais do país, bem como uma intensificação das relações bilaterais, muitas das quais adquiriram o status de "parceria estratégica" junto ao Brasil.⁵⁶⁹

No entanto, ao contrário do que Reis da Silva argumenta, sustenta-se que, não houve alteração na PEB com esta situação. Argumenta-se que o investimento do Brasil em parcerias que pudessem potencializar os interesses nacionais no sistema internacional foi ampliado, a medida que novos atores e novos entornos geoestratégicos foram incluídos. A estratégia da PEB na potencialização dos interesses brasileiros em fóruns globais se manteve a mesma, defendendo um discurso inclusivo, um ambiente cooperativo e menos competitivo entre os Estados. Sustenta-se assim, que estas relações ampliadas, intensificadas em velhos e novos entornos geoestratégicos podem ser analisadas sob o conceito de parceria estratégica. De acordo com Antonio Carlos Lessa,

a lenta e gradual constituição de um impressionante acervo de contatos bilaterais é dos patrimônios mais sólidos da política exterior do Brasil. A diversidade desses contatos, espalhados pelos cinco continentes, expressos em laços mais ou menos efetivos entre sociedades aproximadas por circunstâncias políticas, econômicas e culturais, serviu em diversos momentos à sociedade brasileira para a realização de seu interesse nacional.⁵⁷⁰

Ao pesquisar sobre o processo de construção do universalismo como vetor da PEB, Lessa sustenta que as parcerias estratégicas constituem um novo modo de proporcionar

⁵⁶⁹ REIS DA SILVA, André Luiz. Geometria variável e parcerias estratégicas: a diplomacia multidimensional do governo Lula (2003-2010). Contexto Internacional. vol.37 no.1 Rio de Janeiro Jan./Apr. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292015000100143>. Acessado em 1º de fevereiro de 2016.

⁵⁷⁰ LESSA, Antônio Carlos. A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais. Revista Brasileira de Política Internacional. vol.41 no.spe Brasília, 1998. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73291998000300003&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acessado em 1º de fevereiro de 2016.

instrumentalidade ao sistema de relações bilaterais do Brasil. O fato de o Brasil não protagonizar nenhum conflito desde a Guerra do Paraguai (1865-1870) supõe que as relações do Brasil com outros Estados têm na diplomacia a sua principal estratégia de ação. Esta análise ressalta a vocação para a universalidade que, combinada com o pragmatismo e a capacidade de articulação concreta, operacionalizaram as históricas relações bilaterais do Brasil. Estas características destacam o Brasil na arena internacional, à medida que o seu histórico de relações bilaterais assegura respeito e credibilidade nos fóruns globais, permitindo identificar o Brasil no concerto das nações, tanto do ponto de vista político quanto do ponto de vista econômico, o parceiro ideal para mediar/estabilizar/resolver impasses e/ou constrangimentos. Isso pode ser observado, por exemplo, na percepção positiva dos EUA sobre o Brasil na ONU, na condução das operações humanitárias e de paz em Estados falidos, na resolução de contendas regionais, como na questão do gasoduto com a Bolívia e da hidrelétrica com o Paraguai e na mediação de tensões entre os vizinho sul americanos. De acordo com Condoleezza Rice, ex secretária de Estado dos EUA,

(...) os EUA buscam no Brasil um parceiro regional e um líder global (...) O Brasil vem desempenhando um papel muito positivo nos últimos eventos aqui na região. Portanto, o Brasil que é uma grande democracia multiétnica deve desempenhar um papel fundamental não só nos assuntos regionais, mas nos globais.⁵⁷¹

Por meio de sua política universalista, pragmática e capacidade de articulação concreta, desde o governo Lula o Brasil tem ampliado sua presença nos mercados de países emergentes. Destaque pode ser dado aos países que compõem os Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), a América do Sul por meio do Mercosul e da Unasul, a África Austral através da Zopacas e da CPLP, e mais recentemente o Oriente Médio por meio da Cúpula dos Países Árabes. A capacidade de articular alianças elevou o seu poder de barganha do Brasil no comércio, empréstimos, dívida externa, transferência de tecnologias, ajuda direta e investimentos. Cristina Pecequilo sustenta que os EUA consideram e privilegiam em suas

⁵⁷¹ RICE, Condoleezza. Remarks at the Memorial Museum of Juscelino Kubitschek. Brasília, Brazil, April 27, 2005. <http://www.state.gov/secretary/rm/2005/45276.htm>. In: PECEQUILO, Cristina Soreanu. A Política Externa do Brasil no Século XXI: Os Eixos Combinados de Cooperação Horizontal e Vertical. Rev. Bras. Polít. Int. 51 (2): 136-153 [2008]. P. 146. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v51n2/v51n2a09.pdf> >. Acessado em 1º de fevereiro de 2016.

relações Estados fortes, aqueles que incrementam o poder de barganha⁵⁷². De acordo com esta autora, “*este padrão de auto-respeito é comum em parceiros norte-americanos como China e Índia, e passou a ser adotado pelo Brasil pela ampliação de sua agenda e conciliação do bilateralismo com seu característico perfil de global trader and player*”⁵⁷³. Por haver equivalência de objetivos, as relações com estes países se firmariam e gerariam benefícios potenciais nas áreas econômica, estratégica e política para o Brasil. Nas palavras de Lessa,

o universalismo seletivo resultante desta visão pragmática de formulação e implementação da Política Exterior tem permitido a escolha de parceiros preferenciais, aos quais se atribui atenção diplomática privilegiada, com o objetivo de lhes conferir densidade política e econômica, o que permitiria a auferição de ganhos concretos de lado a lado. Este movimento, recorrente na história da política exterior do Brasil, pode ser conceituado como construção de Parcerias Estratégicas, que são relações políticas e econômicas prioritárias reciprocamente remuneradoras, constituídas a partir de um patrimônio de relações bilaterais universalmente configurado. A construção de parcerias estratégicas é fruto da compatibilização da vocação histórica do Brasil para a universalidade com a necessidade de aproximações seletivas, o que abre a possibilidade para movimentos de adaptação aos nichos de oportunidade e aos constrangimentos internacionais que se apresentam conjuntamente.⁵⁷⁴

Densidade do diálogo político, convergência de agendas, potencial da cooperação científico-tecnológica, envolvimento em projetos de desenvolvimento conjuntos entre os países constituem características que podem mensurar se o grau de estreitamento entre os países pode se configurar como uma parceria estratégica. De acordo com Reis da Silva,

durante a era Lula, a vulgarização do termo parece ter sido útil enquanto o país procurava um papel de protagonismo no cenário internacional. O problema, no entanto, é a perda de sentido e de importância que surge com essa vulgarização. Logo, uma

⁵⁷² PECEQUILO, CrisTina Soreanu. A Política Externa do Brasil no Século XXI: Os Eixos Combinados de Cooperação Horizontal e Vertical. Rev. Bras. Polít. Int. 51 (2): 136-153 [2008]. P. 144. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v51n2/v51n2a09.pdf> >. Acessado em 1º de fevereiro de 2016.

⁵⁷³ PECEQUILO, CrisTina Soreanu. A Política Externa do Brasil no Século XXI: Os Eixos Combinados de Cooperação Horizontal e Vertical. Rev. Bras. Polít. Int. 51 (2): 136-153 [2008]. P. 144. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v51n2/v51n2a09.pdf> >. Acessado em 1º de fevereiro de 2016.

⁵⁷⁴ LESSA, Antônio Carlos. A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais. Revista Brasileira de Política Internacional. vol.41 no.spe Brasília, 1998. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73291998000300003&script=sci_arttext&tlng=pt >. Acessado em 1º de fevereiro de 2016.

parceria estratégica passa a se tornar mais um título do que uma designação de relações bilaterais definidas pela cooperação e convergência entre as políticas e a economia de dois países.⁵⁷⁵

Neste processo de banalização do termo parceria estratégica, qualquer relação substancial ganha notoriedade que não faz jus a relação. A idéia de parceria estratégica deve ser explorada para precisar as relações que permitem ganhos substantivos e potencializem os Estados no jogo político do sistema internacional, caracterizado por um ambiente estrutural, anárquico, assimétrico e de constante competição.

Em virtude da dependência excessiva em relação aos EUA no século XX, as parcerias estratégicas são construídas a partir do surgimento de velhos e novos atores que ofereçam alternativas a esta dependência no sistema internacional. Neste trabalho, foram citados casos em cada capítulo em que países europeus, em especial, a França, se tornaram alternativas à dependência brasileira do mercado de defesa dos EUA. De acordo com Antonio Carlos Lessa

isso é tanto verdade que é possível afirmar que as relações Brasil-Europa Ocidental no século XX sejam caracterizadas por uma precisa regularidade: sempre que o Brasil procura alternativas – por vezes políticas, outras vezes econômicas – ao seu relacionamento com os EUA, volta-se para a Europa Ocidental; sempre é muito bem correspondido.⁵⁷⁶

As condições para o estreitamento de vínculos com determinados países são criadas quando constrangimentos, próprios das relações anárquicas e assimétricas das relações internacionais, são inflingidas por países mais desenvolvidos ou, segundo o raciocínio deste autor, as relações tradicionais entre os países não são suficientes para prover os meios necessários para o desenvolvimento, ou ainda quando a deterioração das relações políticas e econômicas com a potência hegemônica impõe a criação de mecanismos alternativos que proporcionem maiores margens de autonomia. De acordo com Lessa, a construção de parcerias estratégicas está associada ao processo de escolha de parceiros preferenciais, o que convencionou denominar *universalismo seletivo*. Conforme descrito acima, nos casos mencionados, em virtude de suas características universalistas, seletivas, diplomáticas e

⁵⁷⁵ REIS DA SILVA, André Luiz. Geometria variável e parcerias estratégicas: a diplomacia multidimensional do governo Lula (2003-2010). Contexto Internacional. vol.37 no.1 Rio de Janeiro Jan./Apr. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292015000100143>. Acessado em 1º de fevereiro de 2016.

⁵⁷⁶ LESSA, Antônio Carlos. A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais. Revista Brasileira de Política Internacional. vol.41 no.spe Brasília, 1998. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73291998000300003&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acessado em 1º de fevereiro de 2016.

articuladoras, o Brasil tem maiores possibilidades de acesso ao seu mercado, à obtenção de maiores margens de autonomia no sistema internacional e de construir parcerias estratégicas.

Sobre as relações entre os países, Diego de Freitas Rodrigues lança dois conceitos: parceria cooperativa e parceria estratégica⁵⁷⁷. Na primeira, há uma relação harmoniosa em que, diferentemente do que ocorre na parceria estratégica, há menor grau de envolvimento entre os Estados, os quais desfrutam de relações mais produtivas e assertivas em diversas áreas. Neste tipo de parceria, nas áreas estratégicas de segurança e defesa, a cooperação é limitada. Já a parceria estratégica é fruto da combinação de quatro variáveis fundamentais:

- (i) condução de diálogo profícuo e amistoso entre altas autoridades políticas de ambas as partes, sustentado por mecanismos institucionais; (ii) manutenção de relações dinâmicas nos campos econômico e sociocultural, com participação de diferentes atores sociais, contribuindo para o desenvolvimento de seus projetos nacionais; (iii) desenvolvimento de cooperação ativa e abrangente em questões estratégicas e de segurança, inclusive no campo militar; (iv) compartilhamento de visões a respeito da organização do ambiente internacional.⁵⁷⁸

Neste tipo de parceria, as relações entre os Estados ocorrem em grau mais avançado e os países envolvidos possuem interesses estratégicos e sistemas políticos semelhantes, desenvolvendo relações militares estreitas, subsidiadas por serviços de informação que também são interligados. Parcerias estratégicas que ocorrem entre países que são aliados tendem a ser mais duradouras e há maior cooperação entre seus sistemas políticos e econômicos, buscando mecanismos que visem segurança, estabilidade e influencia. Freitas Rodrigues acrescenta que, *“tais relações podem evoluir em direção à formação de um eixo de poder internacional, que implica não apenas em influência mútua entre os países envolvidos, mas também na ação articulada e coordenada no tratamento das mais importantes questões internacionais”*⁵⁷⁹.

⁵⁷⁷ RODRIGUES, Diego de Freitas. Cooperação horizontal Sul-Sul: arranjos de concertação política entre a Índia, o Brasil e a África do Sul. Revista Brasileira de Política Internacional. 53 (1): 45-66 [2010]. P. 58. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v53n1/a03v53n1.pdf>>. Acessado em 1º de fevereiro de 2016.

⁵⁷⁸ RODRIGUES, Diego de Freitas. Cooperação horizontal Sul-Sul: arranjos de concertação política entre a Índia, o Brasil e a África do Sul. Revista Brasileira de Política Internacional. 53 (1): 45-66 [2010]. P. 58. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v53n1/a03v53n1.pdf>>. Acessado em 1º de fevereiro de 2016.

⁵⁷⁹ RODRIGUES, Diego de Freitas. Cooperação horizontal Sul-Sul: arranjos de concertação política entre a Índia, o Brasil e a África do Sul. Revista Brasileira de Política Internacional. 53 (1): 45-66 [2010]. P. 58. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v53n1/a03v53n1.pdf>>. Acessado em 1º de fevereiro de 2016.

Alcides Costa Vaz, ao argumentar que a relação Brasil-Argentina é uma parceria estratégica, assinala que, pela primeira vez na história de ambos os países, a partir do governo de José Sarney (1985-1989), a relação foi construída de forma simétrica e calcada em uma convergência de interesses e de propósitos políticos definidos em virtude da restauração da democracia, definidos em documentos oficiais que demandavam mecanismos mais complexos de articulação de interesses, e, conseqüentemente, de legitimação. Além disso, estes interesses e propósitos políticos convergentes constituíam reflexo do futuro desenvolvimento conjunto a longo prazo de um projeto de integração que envolvia setores produtivos e iniciativas em áreas como energia, transporte, telecomunicações etc. Embora a construção da parceria estratégica Brasil-Argentina tenha tido escasso envolvimento de outras instâncias sócio-políticas no debate, o intenso exercício da diplomacia presidencial de Sarney e de seu homólogo argentino Raúl Alfonsín (1983-1989) demandou um privilegiado exercício de diálogo entre o Executivo e o Legislativo e outros segmentos sociais, em especial, o empresariado, o qual forneceu as bases para a criação do Mercosul, em 1991. Costa Vaz sustenta ainda que,

outro aspecto a merecer destaque é o fato de, também pela primeira vez, ter se construído uma parceria envolvendo temas sensíveis, como cooperação no campo nuclear, e, igualmente, no campo da segurança, sem suscitar conflitos com os Estados Unidos. E isso se deveu basicamente aos seguintes fatores: em primeiro lugar, a própria aproximação entre Brasil e Argentina teve, como pano de fundo, um sentimento de relativa frustração, de parte de cada país, quanto aos seus intentos, levados a efeito em diferentes momentos, de estabelecer um relacionamento privilegiado com os Estados Unidos; desse modo, a aproximação Brasil-Argentina não destinava-se a representar oposição ou confrontação aos Estados Unidos. Em segundo lugar, por resultar em sensível melhora dos níveis de estabilidade política no Cone Sul e por reforçar o sentido da consolidação da democracia na região, essa aproximação permitiria aos Estados Unidos concentrar atenção em outras áreas e temas em que percebiam maior comprometimento de seus interesses; finalmente, não eram percebidas, até então, possibilidades de que a cooperação que se arquitetava pudesse implicar maiores embaraços aos interesses econômicos dos Estados Unidos.⁵⁸⁰

⁵⁸⁰ VAZ, Alcides Costa. Parcerias estratégicas no contexto da política exterior brasileira: implicações para o Mercosul. Revista Brasileira de Política Internacional. V. 42, Nº2, Brasília. Julho/Dezembro de 1999. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291999000200004 >. Acessado em três de fevereiro de 2016.

Era de reconhecimento internacional a existência dos programas nucleares da Argentina e do Brasil. Em virtude da campanha pacifista internacional que se seguiu após o acidente nuclear na usina de Chernobyl, na Ucrânia, em 1986, o acidente radiológico de Goiânia, envolvendo o Césio 137, a Queda do Muro de Berlim, na Alemanha, em 1989, e o colapso da União Soviética, em 1991, os países que detinham armamento nuclear passaram a ser pressionados a se desarmar e os países que estavam interessados a deter foram pressionados a não se armar por meio de um rígido controle de países e de instituições internacionais responsável por evitar a proliferação de armas nucleares no mundo. Assim, EUA, seus países aliados e instituições internacionais, como a Aiea, pressionavam os países a assinarem o TNP e a exporem seus programas nucleares aos inspetores da Agência.

Ao renunciar o desenvolvimento e uso de armas de destruição em massa em sua própria Constituição, o Brasil se tornou um dos casos raros na história mundial. Porque, desde os governos militares considerarem discriminatório, nos primeiros anos da década de 1990, persistia a relutância em setores governamentais do Brasil e da Argentina em assinar o TNP.

Em junho de 1991, os governos do Brasil e da Argentina criaram a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (Abacc), resultado de um processo de construção de confiança e de formação de uma parceria estratégica entre estes países no setor nuclear, criando condições para que, reciprocamente, ambos os países tomassem conhecimento de seus programas nucleares e visando a assegurar que não haja desvio de material nuclear para a fabricação de armas ou de outros dispositivos de destruição em massa. De acordo com informações da Abacc, esta Agência opera por meio de um sistema próprio denominado Sistema de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (SCCC), o qual constitui *“um conjunto de procedimentos gerais e manuais específicos para cada tipo de instalação, aplicados a todos os materiais nucleares, sob a jurisdição ou nos territórios da Argentina e do Brasil”*⁵⁸¹. O objetivo deste Sistema *“é uniformizar os procedimentos de salvaguardas utilizados nos dois países para serem aplicáveis nas inspeções, garantindo assim, a consistência dos resultados obtidos”*⁵⁸². A fim de se antecipar à possíveis medidas adicionais de caráter mais restritivo e intrusivo em relação à aplicação de salvaguardas da Aiea, em dezembro deste mesmo ano, Brasil e Argentina propuseram a Agência a adesão a um acordo de segurança e salvaguardas nucleares. Em dezembro deste mesmo ano, ambos os países assinaram com a Abacc e a Aiea o Acordo Quadripartite, instrumento legal por meio

⁵⁸¹ O SCCC. ABACC. Disponível em < http://www.Abacc.org.br/?page_id=48 >. Acessado em três de fevereiro de 2016.

⁵⁸² O SCCC. ABACC. Disponível em < http://www.Abacc.org.br/?page_id=48 >. Acessado em três de fevereiro de 2016.

do qual o relacionamento entre a Abacc e a Aiea é regulado e as atividades de cooperação na aplicação conjunta das salvaguardas nucleares são definidas. Conforme consta neste Acordo,

a Agência aplicará suas salvaguardas de maneira que lhe permitam verificar os dados do SCCC, para fins de comprovar que não ocorreu nenhum desvio de materiais nucleares para utilização em armas nucleares ou outros dispositivos nucleares explosivos. Esta verificação por parte da Agência incluirá, inter alia, medidas independentes e observações realizadas pela Agência de acordo com os procedimentos especificados no presente Acordo. Ao realizar sua verificação, a Agência levará devidamente em consideração a eficácia técnica do SCCC.⁵⁸³

Por meio deste Acordo, a Abacc é inserida como mediadora nas relações entre a Aiea, o Brasil e a Argentina. Além de a Agência intermediar a obtenção do consentimento de ambos os países, antes de designar seus próprios inspetores para as suas instalações nucleares, o Acordo define que as visitas e atividades dos inspetores da Agência deverão ser organizadas com a finalidade de reduzir ao mínimo os possíveis inconvenientes e transtornos para os países membros, à Abacc e para as atividades nucleares inspecionadas, assegurar a proteção de qualquer informação confidencial que chegue ao conhecimento dos inspetores da Agência e considerar a relevância das atividades da Abacc para evitar a duplicação desnecessária de esforços.

O Quadripartite se tornou uma estratégia alternativa ao TNP, à medida que é menos intrusivo e há maior maleabilidade nas atividades de inspeção entre Brasil e Argentina, haja vista que algumas inspeções são realizadas apenas por inspetores brasileiros e argentinos e não pelos inspetores da Aiea.

A partir de 1991, em especial, a partir da Guerra do Golfo, novas tecnologias denunciaram conduta ilegal e desvio de material nuclear nos declarados programas nucleares do Iraque e da Coreia do Norte. A partir daí, a Aiea passou a exigir maiores poderes do Conselho de Segurança da ONU e buscar o fortalecimento de medidas de salvaguarda no TNP, resultando na criação do Protocolo Adicional. Os países-membro do TNP que aderirem a este Protocolo se comprometem a fornecer informações e acesso total aos inspetores da Aiea a toda cadeia de atividades nucleares, desde a mineração do urânio até os locais de depósito de lixo nuclear, incluindo a investigação de arquivos, observação visual, coleta de amostras de solo, utilização de detectores de radiação e equipamentos de mensuração e a aplicação de

⁵⁸³ Acordo Quadripartite. P. 2. Disponível em < http://www.Abacc.org.br/wp-content/uploads/2009/10/quadripartite_portugues.pdf >. Acessado em três de fevereiro de 2016.

selos e quaisquer outros indicadores de dispositivos, como forma de complementar as inspeções, solucionando inconsistências de informações e atestando com mais propriedade a ausência de materiais nucleares que não foram declarados pelos Estados-membros à Aiea. Segundo Luciana Soledad Ledesma, além de se configurar como uma alternativa ao TNP, com o Quadripartite, no caso da parceria estratégica Brasil-Argentina,

a negociação vis a vis dos EUA com cada país perde efetividade, já que cada um pode recorrer ao sólido argumento de que antes de qualquer decisão ou proximidade nesta matéria com os EUA, é necessário que se consulte e estejam de acordo entre si antes de chegar a uma decisão com outros, sem questionar abertamente porque eles [EUA] ignoram representar uma cooperação bilateral consolidada e reconhecida multilateralmente.

Tecnologias e sistemas de propulsão nuclear para submarinos, navios ou qualquer protótipo de uso civil ou militar não estão incluídos nas restrições da Aiea ou da Abacc. De acordo com Carmen Lúcia Richter Ribeiro Moura,

do ponto de vista do Brasil, um dos dispositivos mais importantes do Acordo Quadripartite está contido no Artigo 13, que diz respeito à isenção temporária de salvaguardas para material nuclear utilizado em propulsão ou operação nuclear de qualquer veículo, inclusive submarinos ou protótipos, ou em atividades nucleares não-proscritas acordadas entre as Partes e a AIEA.⁵⁸⁴

Embora o programa nuclear argentino remonte à década de 1970, somente em 2010, este país manifestou o interesse em desenvolver sistema de propulsão nuclear para navios de superfície. Como já mencionado no **Capítulo 5**, o projeto de construção do submarino com propulsão nuclear brasileiro remonta ao ano de 1979. O Brasil já dominou todas as etapas do ciclo do combustível nuclear e está em vias de conclusão de seu protótipo de propulsão nuclear para submarinos em Aramar. De acordo com o Acordo Quadripartite, não envolverá nenhuma permissão ou conhecimento classificado de tal atividade nem se referirá ao uso do

⁵⁸⁴ MOURA, Carmen Lidia Richter Ribeiro. o Brasil e o Fortalecimento do Sistema de Salvaguardas da Agência Internacional de Energia Atômica: do Acordo Quadripartite ao Protocolo Adicional. XLII Curso de Altos Estudos. Instituto Rio Branco. Ministério das Relações Exteriores. 2001. P. 114. Disponível em < http://www.iaea.org/inis/collection/NCLCollectionStore/_Public/42/093/42093139.pdf >. Acessado em três de fevereiro de 2016.

material nuclear na mesma entre o país-membro interessado na propulsão nuclear e a Aiea⁵⁸⁵. Embora o projeto de propulsão nuclear naval não se enquadre nas restrições dos órgãos internacionais responsáveis pela segurança e salvaguardas internacionais, a Marinha do Brasil colabora tanto com os inspetores nacionais da Cnen, órgão brasileiro responsável pela regulamentação, controle e fiscalização das atividades nucleares em território nacional, quanto dos inspetores internacionais da Abacc e da Aiea na concessão de visitas e fornecimento de informações a cerca das atividades realizadas no CEA.

Sob a ótica de Costa Vaz, é possível compararmos a parceria estratégica Argentina-Brasil com a relação França-Brasil. De acordo com o MRE,

a importância crescente das relações entre os dois países foi reconhecida quando os Presidentes Lula e Chirac firmaram Parceria Estratégica (2006), com ampla agenda de intercâmbio e cooperação. O Plano de Ação da Parceria Estratégica franco-brasileira (2008) centrou-se sobre eixos como diálogo político e governança internacional; relações econômicas e comerciais; cooperação nas áreas de defesa, espaço, energia nuclear, desenvolvimento sustentável; domínios da educação, línguas, ciência e tecnologia; temas migratórios e transfronteiriços; e atuação conjunta em terceiros países, em particular na África.⁵⁸⁶

Os desdobramentos da diplomacia presidencial franco-brasileira desde 2006, liderados por Chirac e Lula até Plano de Ação da Parceria Estratégica, liderados por Sarkozy e Lula, culminam na assinatura do Acordo Militar, simbolicamente, firmado em sete de setembro de 2009, data magna do Brasil. Segundo o MRE,

a Parceria Estratégica com a França ultrapassa os setores propriamente estratégicos e de defesa; teve, contudo, nestas áreas – que envolvem tecnologias sensíveis e sujeitas a controles mais rígidos – a expressão mais firme da determinação dos dois países de construir associação de natureza especial.⁵⁸⁷

Os acordos de transferência de tecnologia que já vinham sendo assinados com a França desde 2008, representam a coroação de uma histórica relação que transborda nos

⁵⁸⁵ Acordo Quadripartite. P. 6. Disponível em < http://www.Abacc.org.br/wp-content/uploads/2009/10/quadripartite_portugues.pdf >. Acessado em três de fevereiro de 2016.

⁵⁸⁶ República Francesa. Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Disponível em < http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5176&Itemid=478&cod_pais=FR&tipo=ficha_pais&lang=pt-BR >. Acessado em três de fevereiro de 2016.

⁵⁸⁷ República Francesa. Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Disponível em < http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5176&Itemid=478&cod_pais=FR&tipo=ficha_pais&lang=pt-BR >. Acessado em três de fevereiro de 2016.

campos político, econômico, social, cultural, científica e tecnológica e militar, e remonta ao passado colonial brasileiro. De acordo com o Livro Branco de Defesa da França,

as antigas relações entre a França e Brasil têm, pois, um novo curso com o lançamento em 2006 de uma parceria estratégica que cobre todos os domínios: militar, espacial, energética, econômica e educacional. A França também apóia a ambição do Brasil de desempenhar um papel crescente no cenário internacional, bem como a sua candidatura para um assento de membro permanente no Conselho de Segurança da ONU.⁵⁸⁸

Conforme foi discutido ao longo desta pesquisa, a influência francesa pode ser sentida nas três Forças Armadas brasileiras, desde instruções e concepções doutrinárias até no emprego e operações militares desde o início do século XX. Sob o argumento da histórica relação que mantém com o Brasil, é que acredita-se que, a França busca construir a parceria estratégica. Conforme analisado pelos acadêmicos selecionados, parcerias estratégicas resultam em implicações de ordem política e econômica, para além das questões militares. Em uma análise taxonômica, Becard propõe compreender os tipos de parcerias estratégicas e, em especial, o perfil do parceiro por meio da classificação desenvolvida por Thomas Renard em seu artigo *Strategic Wanted: The European Union and Strategic Partnerships*. Neste artigo, este autor define que “o parceiro é considerado essencial quando se constata ser impossível realizar tarefas sem o seu apoio. Assim, quanto mais essencial for o parceiro na resolução de um problema comum e de alcance mundial, regional ou nacional, mais estratégica será a relação”⁵⁸⁹. Já o parceiro pivô ou parceiro-chave é aquele que,

mesmo não sendo essencial, pode mudar o equilíbrio regional ou global em benefício ou em detrimento de um terceiro país, dependendo da forma como ele é tratado. (...) sobretudo, quando auxilia na solução de desafios do outro, seja porque tem recursos materiais abundantes, seja porque é dotado de atributos especiais

⁵⁸⁸ Tradução livre da autora: “Les relations anciennes entre la France et le Brésil ont ainsi pris un cours nouveau avec le lancement en 2006 d’un partenariat stratégique touchant tous les domaines: militaire, spatial, énergétique, économique et éducatif. La France soutient également l’ambition du Brésil de jouer un rôle croissant sur la scène internationale ainsi que sa candidature à un siège de membre permanent au Conseil de sécurité des Nations unies.” In: Livre Blanc. Ministère de la Défense, France. 2013. P.59. Disponível em: <http://fr.calameo.com/read/000331627d6f04ea4fe0e> . Acessado em seis de fevereiro de 2016.

⁵⁸⁹ BECARD, Danielly Silva Ramos. Parcerias estratégicas nas relações internacionais: uma análise conceitual. P.50. In: LESSA, Antonio Carlos. DE OLIVEIRA, Henrique Altermani. (ORG) Parcerias Estratégicas do Brasil: os significados e as experiências tradicionais. Volume I. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

que o tornam indispensável nos processos de barganha internacionais.⁵⁹⁰

Por último, na classificação de Renard, “o parceiro natural é aquele com o qual se compartilham visões e valores parecidos de mundo, ou mesmo uma história ou passado comum, e do qual se desfruta da grande experiência nos negócios e apoio político nos processos decisórios internacionais”⁵⁹¹. Becard enquadra a Brasil, China, a Índia e a Rússia como parceiros pivôs de potências mundiais, como EUA, a medida que aqueles são simplesmente grandes demais para serem ignorados e desempenham papel-chave em seus entornos geoestratégicos e questões globais: o Brasil na América do Sul, a Índia na Ásia, a Rússia na Eurásia e a China em questões político-econômicas.

Do ponto de vista das relações França-Brasil considerando a França uma potência mundial e o Brasil uma potência emergente, a análise proposta por Becard ao enquadrar o Brasil como parceiro pivô é discutível. Diante da histórica influência política, econômica, cultural, social e militar que a França vem exercendo no Brasil desde o seu passado colonial é possível afirmar que França e Brasil são considerados parceiros naturais. Embora haja discordâncias em temas globais, como intervenções militares externas, França e Brasil compartilham visões e valores parecidos de mundo, desfrutam de grande experiência nos negócios e se apoiam mutuamente em diversos temas e processos decisórios internacionais. Os autores Fraser Cameron e Zheng Yongnian no livro *China-EU: a Common Future* concordam com os demais autores citados nesta tese sobre o conceito de parceria estratégica se constituir “como um compromisso de longo prazo entre dois importantes atores com vistas a estabelecer uma relação próxima em um número significativo de áreas ou políticas”⁵⁹² e afirmam que, “a existência de uma parceria estratégica não impede o surgimento de diferenças entre os parceiros, mas que estes reconhecem a importância do compromisso mútuo assumido e se dispõem a encontrar bases comuns sempre que possível”⁵⁹³.

⁵⁹⁰ BECARD, Danielly Silva Ramos. Parcerias estratégicas nas relações internacionais: uma análise conceitual. P.50. In: LESSA, Antonio Carlos. DE OLIVEIRA, Henrique Altermani. (ORG) Parcerias Estratégicas do Brasil: os significados e as experiências tradicionais. Volume I. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

⁵⁹¹ BECARD, Danielly Silva Ramos. Parcerias estratégicas nas relações internacionais: uma análise conceitual. P.50. In: LESSA, Antonio Carlos. DE OLIVEIRA, Henrique Altermani. (ORG) Parcerias Estratégicas do Brasil: os significados e as experiências tradicionais. Volume I. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

⁵⁹² BECARD, Danielly Silva Ramos. Parcerias estratégicas nas relações internacionais: uma análise conceitual. P.47. In: LESSA, Antonio Carlos. DE OLIVEIRA, Henrique Altermani. (ORG) Parcerias Estratégicas do Brasil: os significados e as experiências tradicionais. Volume I. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

⁵⁹³ BECARD, Danielly Silva Ramos. Parcerias estratégicas nas relações internacionais: uma análise conceitual. P.47. In: LESSA, Antonio Carlos. DE OLIVEIRA, Henrique Altermani. (ORG) Parcerias Estratégicas do Brasil: os significados e as experiências tradicionais. Volume I. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

6.2 - Os Dilemas Estratégicos da França: do Mediterrâneo ao Atlântico Sul

Dentre os principais princípios que norteiam a política externa da União Europeia se encontram a promoção da democracia liberal. Em cada país membro da União Europeia, há uma busca quase que messiânica pela internacionalização da democracia liberal nas áreas de seus interesses geoestratégicos na Ásia, na África, na América e no próprio continente europeu. No entanto, o discurso em prol da democracia liberal tem sido criticado, à medida que, por anos, conviveu harmoniosamente com a manutenção e apoiou regimes autoritários no norte da África e no Oriente Médio, lucrando da instabilidade política, econômica, social e militar de cada país destas regiões. Assim, embora a parceria estratégica EUA e Europa tenha sido desenhada desde o período pós-2ª Guerra Mundial, a política externa da UE perde a credibilidade quando associada à política externa dos EUA.

Com o colapso da URSS, a década de 1990 foi marcada por guerras e conflitos armados que, além de darem uma justificativa à existência da Otan no período imediado ao pós-Guerra Fria, teve obstáculos políticos e militares no processo de reaproximação da UE com a Rússia. Desta forma, prezando pela harmonia das relações da Rússia com a UE e com a Otan, canais de diálogos entre Rússia e EUA foram criados nos mais diversos campos de interesses geoestratégicos. Embora a Europa não seja uma zona livre de conflitos e áreas de tensão, houve um árduo trabalho conjunto empreendido pela parceria UE-Rússia-Otan para construir um cenário de segurança coletiva, paz, cooperação e estabilidade na região, que culminou em diversos acordos de desarmamento mundial.

Nesta lógica construtivista e multipolar das relações internacionais, a França, a partir de 2005, buscou ampliar e diversificar suas parcerias, criou canais de diálogo multilaterais e propôs cooperação em diversas áreas com países do norte da África, com a Rússia, com a Índia e com o Brasil.

O presidente Sarkozy, quando se tornou presidente do Conselho da UE, decidiu internacionalizar os princípios da política externa desta instituição. Na década de 1970, por meio de uma política comum entre os países costeiros mediterrânicos, foi lançada a Política Mediterrânica Global (PMG), na qual foi estabelecida uma série de acordos de comércio e cooperação bilateral com os países mediterrânicos, exceto a Líbia. Como uma de suas principais medidas à frente do Conselho da UE, Sarkozy reavivou o Processo de Barcelona, durante a Conferência Ministerial Euro-mediterrânica de Barcelona, ocorrida nos dias 27 e 28 de novembro de 1995. Nesta retomada, buscou-se acelerar e ampliar o processo de

aproximação da UE com a Rússia, nas áreas política, segurança, econômica, financeira, social e cultural. Até então, a prosperidade desta aproximação havia se dado nas duas últimas áreas. De acordo com B. Khader, as razões para a retomada deste processo são as seguintes: a queda do muro de Berlim, em 1989, a qual transformou a geopolítica europeia com o surgimento de nacionalismos no Leste Europeu, a guerra do Golfo, em 1991, impactando as relações entre a Europa e os países árabes, a crise na Argélia que, a partir de 1992, trouxe tensões para os europeus a cerca de risco de contágio para o resto do Magrebe e demais países europeus, a Conferência de Madri e o Processo de Oslo, em 1993, os quais geraram uma perspectiva mais pacífica a cerca dos conflitos entre Israel e palestinos, o crescimento do islamismo militante, fortalecido pela degradação dos sistemas políticos e da situação socioeconômica, a abertura de negociações entre países da Europa Central, da Europa Oriental e da Europa Mediterrânica com a União Europeia e a assinatura dos acordos do *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT) e os efeitos da liberalização multilateral e da abertura das fronteiras aduaneiras.⁵⁹⁴

O Processo de Barcelona, também chamado Parceria Euro Mediterrânica ou União pelo Mediterrâneo, voltou aos discursos das autoridades europeias a partir de 2008. Segundo Paulo Barbosa,

a União Europeia (UE) apostava na PEM em três linhas: abrir as economias mediterrânicas e dinamizá-las, ajudar à transformação democrática através do desenvolvimento económico e sustentar o processo de paz israelo-árabe. O conjunto dessas transformações deveria contribuir, segundo a UE, para a estabilização da efervescência mediterrânica, agindo preferencialmente sobre factores incitativos, na esperança de que estes engendrassem outros mecanismos.⁵⁹⁵

A retomada da Parceria Euro Mediterrânica (PEM) que, aqui trataremos como União pelo Mediterrâneo, com base na doutrina liberal em sua versão mais ortodoxa da desregulamentação dos mercados, visava atrair investidores locais e internacionais para a Bacia do Mediterrâneo. Neste sentido, os países-membros teriam que implementar reformas institucionais, privatizações, dinamizar os aparelhos produtivos locais, promover a

⁵⁹⁴ Khader, B. (2008). De l'Union Méditerranéenne de Nicolas Sarkozy au Processus de Barcelona: Union pour la Méditerranée. In: F. Allemand, l'Union pour la Méditerranée: Pourquoi? Comment? (pp. 25-78). Paris: Fondation pour l'Innovation Politique. In: BARBOSA, Paulo. A Parceria Euro-Mediterrânica - A Europa, o Mediterrâneo e o Mundo. Dissertação, Mestrado, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra. Julho 2010. P. 29. Disponível em < <https://eg.sib.uc.pt/bitstream/10316/14514/1/VersaoFinal.pdf>>. Acessado em nove de fevereiro de 2016.

⁵⁹⁵ BARBOSA, Paulo. A Parceria Euro-Mediterrânica - A Europa, o Mediterrâneo e o Mundo. Dissertação, Mestrado, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra. Julho 2010. P. 34. Disponível em < <https://eg.sib.uc.pt/bitstream/10316/14514/1/VersaoFinal.pdf>>. Acessado em nove de fevereiro de 2016.

cooperação regional e reduzir o papel do Estado empreendedor em detrimento do Estado regulador e distribuidor.

Em virtude da histórica e complexa relação que a França mantém com o Mediterrâneo, segundo Barbosa foi

Nicolas Sarkozy que expressou mais veementemente a vocação mediterrânica da França. Foi através dos seus discursos que o demonstrou: o de Toulon (7 de Fevereiro de 2007) enquanto candidato à Presidência Francesa; Tânger (23 de Outubro de 2007) onde apresenta oficialmente o projecto; Dakar (26 de Julho de 2007) onde relembrou as boas e antigas relações entre França e África; finalmente o discurso de Paris (13 de Julho de 2008), onde lança oficialmente o projecto francês para o Mediterrâneo.⁵⁹⁶

Em seus discursos em defesa da União pelo Mediterrâneo, além de ressaltar as Cruzadas e o colonialismo como missões civilizatórias, Sarkozy demonstrava preocupações com a concorrência da China e dos EUA no norte da África e sugeria que a política euromediterrânica fosse conduzida pelos países costeiros da Europa e da África mediterrânea. A proposta era que esta parceria seguisse o exemplo da União Europeia e fosse orientada por quatro pilares: um sistema de segurança coletiva, co-desenvolvimento que envolvesse compartilhamento de conhecimentos, competências e tecnologias, um banco mediterrânico de investimento, uma política comum de energia e água e a criação de univesidades comuns na periferia mediterrânica, projetos nas áreas ambiental, educacional, energética, hidráulica, património etc e combate à corrupção, ao crime organizado e ao terrorismo, enquadrado em um sistema jurídico comum.

Sobre a União pelo Mediterrâneo e a proposta de combater o terrorismo, Paula Pereira argumenta que,

a Parceria vai mais longe nas questões de Política e de Segurança. Para além das reuniões regulares no seio da Parceria, foi decidido realizar reuniões ad hoc sobre o terrorismo. O objectivo é constituir uma rede de contactos, que permita aos parceiros que o desejem a possibilidade de instituir um mecanismo de alerta rápido e trocar informações. Estabelece-se assim um diálogo no domínio da Política Europeia da Segurança e Defesa (PESD), através do Comité Político de Segurança

⁵⁹⁶ BARBOSA, Paulo. A Parceria Euro-Mediterrânica - A Europa, o Mediterrâneo e o Mundo. Dissertação, Mestrado, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra. Julho 2010. P. 38. Disponível em < <https://eg.sib.uc.pt/bitstream/10316/14514/1/VersaoFinal.pdf>>. Acessado em nove de fevereiro de 2016.

(COPS) ao nível dos peritos. Este diálogo poderá levar os membros do Processo de Barcelona a uma cooperação progressiva no seio da PESD (Política Europeia de Segurança e Defesa).⁵⁹⁷

A autora ressalta que alguns países do sul do Mediterrâneo já haviam se comprometido em operações de paz sob a égide da ONU em áreas como os Balcãs e a África.

Em 2007, foi elaborado um relatório oficial por especialistas, embaixadores e pesquisadores denominado *Rapport Avicenne*, no qual se avaliou a importância dos países norte-africanos para a política externa francesa. Dentre as propostas contidas neste Relatório, encontram-se: visão global dos problemas no Oriente Médio, ações coordenadas de forma multilateral com os principais atores na região ou externos, conforme apontado no Relatório Baker-Hamilton⁵⁹⁸, foi reconhecido que a questão palestina continua no centro dos problemas do Oriente Médio, que as soluções para os problemas no Oriente Médio não sejam pautadas exclusivamente por intervenções militares, em virtude da complacência com Israel e pela hipocrisia em rejeitar os poucos avanços democráticos, em geral, países ocidentais e os EUA, em particular, têm a imagem bastante degradada no mundo muçulmano. O potencial de ódio criado pelo Ocidente é consequência do choque de civilizações que se quer evitar. Outras orientações apontadas pelos especialistas no *Rapport Avicenne* são o questionamento quanto a vontade política de regimes na própria região para promoverem a reforma e a democracia, grupos islâmicos constituem muitas vezes a única força de oposição organizada e alternativa aos regimes existentes, a ameaça terrorista estava longe de acabar e estava crescendo bastante na Europa e nos EUA, resultado da influencia da *Al Qaeda* no Iraque e reforçada pelo Jihadismo, no contexto sunita, e está se fortalecendo no Magreb, existem sinais encorajadores de uma sociedade civil que deseja ser pautada pela lei, pelo progresso e que afirma que o Ocidente deve encorajar sem compromisso e, por último, ampliar os negócios com os países do Conselho de Cooperação do Golfo⁵⁹⁹, que, apesar dos contrastes com os outros países do Oriente Médio, configurava-se como área de forte crescimento econômico.⁶⁰⁰

⁵⁹⁷ PEREIRA, Paula. O Mediterrâneo: Espaço de Confronto ou Cooperação. Nação & Defesa. N.º 109, 2.ª Série. Outono 2004. P. 216. Disponível em < http://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1346/1/NeD109_PaulaPereira.pdf>. Acessado em nove de fevereiro de 2016.

⁵⁹⁸ Relatório da Comissão Baker-Hamilton, grupo de estudos sobre o Iraque, que apresenta várias recomendações para superar a crise que o Iraque atravessa.

⁵⁹⁹ Organização de integração econômica que reúne seis estados do Golfo Pérsico: Omã, Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita, Qatar, Bahrein e Kuwait.

⁶⁰⁰ Rapport Avicenne. Maghreb – Moyen-Orient. Contribution pour une politique volontariste de la France. 23 avril 2007. P.p. 10-11. Disponível em < http://blog.mondediplo.net/IMG/pdf/Rapport_Maghreb.pdf>. Acessado em nove de fevereiro de 2016.

De acordo com Barbosa, “a importância da alocação presidencial é tanto maior que há um ressurgir da França enquanto potência europeia, mas com uma vertente unilateral que faz projectos autónomos, não obstante em nome da União”⁶⁰¹. Sarkozy, embora fosse da mesma linha partidária do presidente anterior, Jacques Chirac, foi acusado de se distanciar da política externa até então empreendida pela França e se utilizar da sua presidência no Conselho da UE, angariando recursos desta instituição, para potencializar a política externa francesa no sistema internacional.

Em discurso na Escola Militar de Paris, Sarkozy afirmou o seguinte:

dizem que a OTAN é dominada pelos Estados Unidos. Como podemos querer que a Europa assuma seu papel se a França está fora do comando da organização? (...) Ao concluirmos esse longo processo, a França será mais forte e influente. A França deve codirigir em vez de ser passiva. Devemos estar onde as decisões e as normas são elaboradas ao invés de aguardar lá fora que sejamos notificados.⁶⁰²

Foi neste contexto que, a partir do governo Sarkozy, a política externa francesa sofreu reformulações estruturais, reaproximando-se dos EUA, reforçando cooperação bilateral com potências emergentes, como Rússia, Índia e Brasil, e fortalecendo blocos regionais como o Brics, voltando a integrar o país no Comando Integrado da Otan⁶⁰³, incorporando a guerra ao terror à política externa do país, realizando intervenções militares na Ásia e a na África e reacendendo a indústria militar francesa. Importante ressaltar que há um esforço político e militar para convencer a opinião pública francesa das vantagens desta reintegração. De acordo com Leo Michel, tanto de políticos neogaullistas quanto da extrema direita, há a crença de que, além da Organização ainda ser pouco conhecida na França, esta reintegração significa uma vassalização da Europa aos EUA.⁶⁰⁴ Em um esforço político, os deputados franceses Gilbert Le Bris e Philippe Vitel foram os responsáveis por elaborar um relatório de 111

⁶⁰¹ BARBOSA, Paulo. A Parceria Euro-Mediterrânica - A Europa, o Mediterrâneo e o Mundo. Dissertação, Mestrado, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra. Julho 2010. P. 41. Disponível em <<https://eg.sib.uc.pt/bitstream/10316/14514/1/VersaoFinal.pdf>>. Acessado em nove de fevereiro de 2016.

⁶⁰² Sarkozy anuncia volta da França ao comando militar da OTAN. Estado de São Paulo, 11 de março de 2009. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,sarkozy-anuncia-volta-da-franca-ao-comando-militar-da-Otan,337135,0.htm>.

⁶⁰³ Como já mencionado, desde o Governo de De Gaulle, a França não participava mais do Comando Integrado da OTAN.

⁶⁰⁴ France and NATO: Joyeux Anniversaire? Atlantic Council, 25 de março de 2016. Disponível em <<http://www.atlanticcouncil.org/blogs/natosource/france-and-nato-joyeux-anniversaire>>. Acessado em sete de abril de 2016.

páginas que, em suas avaliações, consideram a reintegração da França à estrutura de comando da Otan como um fator positivo. Conforme esclarece Michel,

de acordo com Le Bris e Vitel, graças aos oficiais gerais franceses agora servindo em postos-chave da OTAN e 800 outros militares franceses e pessoal civil espalhados em sua sede e agências, seu país tem impulsionado sua influência sobre a visão estratégica da OTAN, doutrina, planejamento, operações de gestão de crises, exercícios, desenvolvimento de capacidades e esforços de reforma (e reduzir o tamanho) de suas equipes de funcionários e estrutura. Os autores também argumentam que a França é a "melhor posicionada" para promover seus interesses industriais de defesa, graças em parte à presença nas equipes da OTAN de cerca de vinte pessoas da Diretoria Geral de Armamentos do Ministério de Defesa da França. Além disso, a reintegração tem facilitado "o aprofundamento das nossas relações militares confiantes com nossos aliados mais próximos, especialmente os Estados Unidos. O apoio dos EUA para nossas operações em Mali ou na África Central também é o resultado direto de hábitos de cooperação (desenvolvidos) no seio da OTAN.⁶⁰⁵

Michel considera que estes deputados sugerem uma agenda para a França em plena convergência com os objetivos dos EUA, tais como a preservação da coesão da Aliança Atlântica face às ameaças da Rússia, do Oriente Médio e da África mediterrânica, ênfase na melhoria da flexibilidade e capacidade de resposta, ao invés de estacionar permanentemente tropas da Otan na Europa Oriental, o fortalecimento da dissuasão nuclear e na garantia de que a Aliança destine as forças e os recursos necessários para implementar suas decisões de Cúpula.

Tanto a guerra ao terror quanto a guerra civil ucraniana, comprometeram, respectivamente, a construção de parcerias estratégicas da França com a África mediterrânica e com a Rússia. No entanto, há esforços de setores políticos e militares franceses para que a

⁶⁰⁵ Tradução livre da autora: “*according to Le Bris and Vitel, thanks to the French general officers now serving in key NATO posts and 800 other French military and civilian personnel spread across its headquarters and agencies, their country has boosted its influence over NATO’s strategic vision, doctrine, planning, crisis management operations, exercises, capability development, and efforts to reform (and downsize) its staffs and structure. The authors also argue that France is “better placed” to promote its defense industrial interests, thanks in part to the presence in NATO staffs of some twenty personnel from the French defense ministry’s General Directorate for Armaments. Moreover, reintegration has facilitated “the deepening of our confident military relations with our closest allies, especially the United States. The U.S. support for our operations in Mali or Central Africa is also the direct result of habits of cooperation (developed) within NATO.*” In: *France and NATO: Joyeux Anniversaire?* Atlantic Council, 25 de março de 2016. Disponível em <<http://www.atlanticcouncil.org/blogs/natosource/france-and-nato-joyeux-anniversaire>>. Acessado em 07 de abril de 2016.

França sobreponha seus interesses nacionais acima das decisões políticas da União Europeia e dê continuidade à construção da parceria estratégica com a Rússia.

Após um turbulento período de instabilidade econômica provocado pelo colapso da URSS, a Rússia desponta no sistema internacional como uma das principais potências emergentes e, sob a ótica de Huntington, resistente à unipolaridade dos EUA.

Embora na política externa russa, lançada em junho de 2000, já se considerasse a importância do fortalecimento da capacidade de influência da Rússia na política internacional e da cooperação política, militar e econômica e sua integração com a Europa em alta prioridade, a partir do 11 de Setembro, de acordo com António José Ferreira Frazão, *“Putin percebeu que o estatuto internacional da Rússia no curto-prazo iria depender da sua relação com a administração norte-americana”*⁶⁰⁶. No campo da segurança global, o terrorismo se configurou como principal e mais forte motivo para a ampliação das relações entre Rússia e EUA e Rússia e União Europeia.

Apesar do processo conturbado de reaproximação com o Ocidente, além da orientação asiática e oriental de sua política externa, tem orientado sua política externa para o Ocidente, versatilizando suas relações comerciais e construindo parcerias estratégicas bilaterais com países da Europa Ocidental, especialmente, com a França. De acordo com Alexander Zhebit,

a opção ocidental na política externa russa é um vetor novo, que surge a partir da superação da fase confrontacional da Rússia com o Ocidente de cerca de meio século de duração. Numa flexão de sua trajetória, a opção pelas alianças e parcerias ocidentais contribuiu para o reforço e a garantia de segurança das posições internacionais da Rússia na etapa de sua inserção pós-soviética e pós-bipolar nas estruturas estratégicas, econômicas e financeiras do Ocidente.⁶⁰⁷

Se, por um lado, o crescimento da economia russa contribuiu para um aumento significativo das importações de bens e complementos franceses, por outro, houve um elevado crescimento nas taxas de importação francesas da Rússia nas áreas de metalurgia, indústria química e petroquímica, comércio, transporte e altas tecnologias.

⁶⁰⁶ FRAZÃO, António José Ferreira. Energia e Interdependência. A União Europeia e a Rússia no jogo energético europeu. Dissertação, Mestrado em Relações Internacionais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra. 2011. P. 71. Disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/17861/2/Ant%C3%B3nio%20Fraz%C3%A3o_Energia%20e%20Interdepend%C3%Aancia.%20a%20Uni%C3%A3o%20Europeia%20e%20a%20R%C3%BAssia%20no%20jogo%20energ%C3%A9tico%20europeu.pdf>. Acessado em nove de fevereiro de 2016.

⁶⁰⁷ ZHEBIT, Alexander. A Rússia na ordem mundial: com o Ocidente, com o Oriente ou um pólo autônomo em um mundo multipolar? Revista Brasileira de Política Internacional. V. 46, Nº 1 Brasília Jan./June 2003

Na área de Defesa, conforme salienta Larleciante Piccolli, a EADS, consórcio aeroespacial europeu, “possui uma receita de investimentos na Rússia na casa dos 2,8 bilhões de euros (US\$ 3 bilhões)”⁶⁰⁸. Em 2010, Sarkozy negociou com a Rússia a venda de dois navios de assalto anfíbio da classe Mistral com transferência de tecnologia. De acordo com o jornal estatal russo *Sputnik News*,

o contrato de fornecimento de dois porta-helicópteros do tipo Mistral no montante total de 1,2 bilhões de euros foi assinado entre a empresa francesa DCNS/STX e Rosoboronexport (empresa estatal russa responsável pelas compras e vendas internacionais de material bélico) em 2011. A França devia entregar o primeiro navio Vladivostok em novembro do ano passado, mas devido aos acontecimentos na Ucrânia e implementação de sanções antirrussas isto não aconteceu.⁶⁰⁹

Em agosto de 2015, alegando insatisfação pelo envolvimento russo na guerra civil ucraniana, a França decidiu romper o contrato de construção e a entrega dos navios Mistral para a Rússia e, pela quebra de contrato, terá que indenizar à Rússia no valor de 1 bilhão de dólares. Logo após o rompimento do contrato, o Egito manifestou interesse em realizar a compra de oportunidade do Mistral, haja visto o desejo da França em se desfazer das unidades. Em outubro, o Egito assinou um contrato com a França para a aquisição das duas embarcações e manifestou o interesse em adquirir mais helicópteros e outros equipamentos russos para os seus novos navios da classe Mistral. Os hangares destes Mistrais foram projetados para os helicópteros russos Ka-27/29 e Ka-52K. Em novembro, a DCNS removeu os sistemas russos que haviam sido instalados no navio e a previsão de entrega dos navios à Marinha do Egito é em 2017, quando os novos equipamentos forem instalados e os militares egípcios terminarem o seu treinamento a bordo dos navios.

Os impasses provocados pelas guerras civis na Ucrânia e na Síria, o ataque turco ao caça russo, o apoio russo ao programa nuclear iraniano, a aprovação de sanções contra a Rússia devido à anexação da Criméia estremeceram a construção da parceria estratégica

⁶⁰⁸ PICCOLLI, Larleciante. Europa enquanto condicionante da política externa e de segurança da Rússia : o papel da defesa antimíssil. Dissertação, Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de PósGraduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Porto Alegre, 2012. P. 48. Disponível em < <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/70019/000875346.pdf?sequence=1> >. Acessado em nove de fevereiro de 2016.

⁶⁰⁹ Rússia pode fornecer helicópteros aos Mistrais egípcios em 2017. *Sputnik News*, em 30 de dezembro de 2015. Disponível em < <http://br.sputniknews.com/mundo/20151230/3190796/Russia-pode-fornecer-helicopteros-aos-Mistrais-egipcios.html#ixzz3zk9WW17U> >. Acessado em nove de fevereiro de 2016.

bilateral da França com a Rússia. A França se percebeu dividida entre o institucionalismo europeu, via União Europeia, e a parceria estratégica com a Rússia.

Haja vista a alegação do envolvimento russo no abatimento do avião de passageiros MH17 ao sobrevoar território ucraniano em guerra, em 2014, a UE impôs sanções econômicas contra a Rússia. Estas sanções tinham por finalidade atingir a importação e exportação de armamento, bancos estatais russos e bens relativos à indústria russa petroquímica e de energia. Em represália, em agosto de 2014, a Rússia anunciou o embargo de um ano à importação de produtos alimentícios originários de países europeus que haviam imposto sanções contra Moscou. Além disso, cerca de um quarto do fornecimento de gás natural para países da Europa é oriundo da Rússia. Não há um consenso na França sobre as sanções da UE contra a Rússia e, o próprio Senado francês já alertou a comunidade europeia sobre o seu posicionamento.

Em virtude desta represália, países europeus dependentes do gás russo, como a Itália e a França, passaram a pressionar o Conselho da UE a revogar as sanções. Em entrevista à agência de notícias francesa *Le Monde*, o ex-primeiro-ministro da França François Fillon afirmou que,

é claro que isso precisa ser feito [revogar sanções]. Antes de tudo, isso precisa ser feito por que precisamos por fim à essa estúpida e perigosa guerra fria entre Rússia e Europa. Nós não podemos combater juntos na Síria e manter sanções na via cotidiana. Isso é impossível.⁶¹⁰

Em dezembro de 2015, o deputado francês Thierry Mariani apresentou à Assembléia Nacional da França um projeto de resolução para suspender as sanções contra a Rússia. De acordo com este deputado, as medidas restritivas adotadas pela UE contra a Rússia “*prejudicam os interesses econômicos da França*”⁶¹¹.

Outra decisão que demonstra a divisão da opinião pública na França quanto à continuidade das sanções da UE à Rússia foi a declaração do atual presidente francês Hollande à condenação ao governo da Turquia pela derrubada do bombardeiro russo Su-24 durante reunião da Otan em 24 de novembro de 2015. Enquanto a Otan se manifestava

⁶¹⁰ Ex-premiê da França pede levantamento das sanções 'estúpidas' contra Rússia. Sputnik News, 22 de janeiro de 2016. Disponível em < <http://br.sputniknews.com/opiniao/20160122/3363803/ex-premie-franca-levantamento-sancoes-estupidas-russia.html#ixzz3zk89bryd> >. Acessado em nove de fevereiro de 2016.

⁶¹¹ Projeto para suspender sanções contra Rússia é apresentado por deputado francês. Sputnik News, 10 de dezembro de 2015. Disponível em < <http://br.sputniknews.com/mundo/20151210/3025436/projeto-suspender-sancoes-russia-apresentado-deputado.html> >. Acessado em nove de fevereiro de 2016.

solidária com a Turquia e oferecia apoio ao avaliar que o caça russo havia violado o espaço aéreo turco, Hollande criticou a derrubada do caça pela Turquia.

Quanto ao terrorismo internacional, a parceria entre Rússia e França, mesmo diante dos impasses mencionados, tem sido cada vez mais fortalecidas. Há um comprometimento presidencial da França na investigação do ataque ao avião russo que levou à morte de 224 civis na Península do Sinai, no Egito, quando o presidente russo, Putin autorizou que o cruzador Moskvá, da Marinha russa, estabelecesse contato com o grupo naval francês no mar Mediterrâneo e há troca de informações entre os serviços de inteligência dos dois países. Sobre esta parceria na área de inteligência entre França e Rússia, conforme consta no comunicado do serviço de imprensa e informações do ministério da Defesa da Rússia:

nós concordamos em estabelecer o intercâmbio de informações atempadas para coordenar ações com o intuito de aumentar a eficiência dos ataques contra centros de comando, material bélico, armazéns, vias de abastecimento dos militantes e outros objetos de infraestrutura do Daesh na Síria.⁶¹²

Em dezembro de 2015, o general Pierre de Villiers, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas francesas, afirmou que seu país está em prontidão para aumentar o nível de cooperação com a Rússia no combate aos grupos terroristas Estado Islâmico e Frente al-Nusra. Ao defender o aprofundamento da parceria entre França e Rússia no combate ao terrorismo internacional, o ministro da Defesa da França, Jean-Yves Le Drian, recordou o histórico de relação na área de Defesa citando a contribuição de ambos os países para a vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial. De acordo com Le Drian, *“passámos por uma longa história de amizade, laços históricos, vitórias. Quaisquer que sejam as condições atuais, é importante que possamos continuar este diálogo por causa da nossa história comum e dos riscos e ameaças que ambos enfrentamos”*⁶¹³.

Além do combate ao terrorismo, dentre as convergências de interesses entre a Rússia e a União Europeia se encontram: apoio russo nas intervenções militares no Oriente Médio, o combate ao crime organizado e ao tráfico de drogas, de armas e de pessoas na região, estreita cooperação em fóruns e organizações mundiais, como o G-20, o desenvolvimento da

⁶¹² Estados-Maiores russo e francês trocam informações. Sputnik News, 24 de dezembro de 2015. Disponível em < <http://br.sputniknews.com/mundo/20151224/3157553/estados-maiores-trocam-informacoes.html> >. Acessado em nove de fevereiro de 2016.

⁶¹³ França e Rússia: países com laços históricos enfrentam novas ameaças. Sputnik News, 21 de dezembro de 2015. Disponível em < <http://br.sputniknews.com/mundo/20151221/3132071/franca-e-russia-paises-com-lacos-historicos-enfrentam-novas-ameacas.html> >. Acessado em nove de fevereiro de 2016.

economia de mercado, do setor privado, das transferências de tecnologias e da integração econômica regional, o favorecimento do livre comércio, apoio francês a abolição de vistos dos russos na UE, com especial atenção para as políticas de migração pautadas na circulação de pessoas e, principalmente, parcerias e investimentos conjuntos no Mediterrâneo, uma das maiores zonas de atração de investimentos estrangeiros diretos do mundo.

Desde o ano de 2015, cientistas e engenheiros nucleares franceses têm manifestado o interesse em trabalhar conjuntamente com cientistas nucleares russos na construção de um novo modelo de reator nuclear de quarta geração de neutrons rápidos na França. Além de estes reatores expandirem significativamente a base de combustível da energia nuclear e minimizarem a quantidade de rejeitos radioativos, são mais seguros. De acordo com Christophe Behar, Presidente da Sociedade Nuclear da França, em conferência da Sociedade Nuclear da Rússia, em setembro de 2015, além dos engenheiros franceses estarem determinados em se envolver nesta parceria, *“em 2016 nós teremos que apresentar à diretoria da Rosatom e ao Comissariado de Energia Nuclear da França o formato dessa parceria”*⁶¹⁴.

Se, por um lado, há as pressões da UE para desestimular o interesse da França em retomar a construção da parceria estratégica com a Rússia; por outro, a França pode ser o elo de integração entre a UE e a Rússia. Certamente, será um grande desafio para a França mediar estes interesses.

O presidente Sarkozy abriu frentes ousadas que a atual administração francesa, em crise financeira e pressionada pela UE e pelos EUA, terá que gerenciar. Além dos países do Mediterrâneo e da Rússia, a Índia também se configurou como uma frente ousada aberta pela França, em especial, nas áreas de energia e defesa.

A reorientação da política externa indiana remonta aos tempos em que Indira Gandhi (1966-1977/1980-1984) governava. De acordo com Sreeram Chaulia, no seu segundo mandato,

a política externa de Indira Gandhi compartilhou muito dos pressupostos de Nehru sobre a grandeza civilizacional e moral da Índia, sobre a necessidade de permanecer cautelosa ao neocolonialismo ocidental, sobre o imperativo de defender a

⁶¹⁴ França quer cooperar com a Rússia na construção de novo reator nuclear. Sputnik News, 24 de setembro de 2015. Disponível em < http://br.sputniknews.com/ciencia_tecnologia/20150924/2225589.html#ixzz3zkRfe7zt >. Acessado em nove de fevereiro de 2016.

descolonização na África e América Latina e sobre os benefícios de uma economia mista protegida.⁶¹⁵

Embora o governo de Rajiv Gandhi (1984-1989) tenha sido marcado por um período mais liberal de vertente globalizada, ele implementou políticas modernizadoras, fomentando o fortalecimento das indústrias de telecomunicações, científicas e tecnológicas, aviação e defesa. De acordo com Olivier Zajec, encarregado de estudos da Companhia Européia e Inteligência Estratégica de Paris,

para consolidar esse status, a Índia busca se sustentar sobre três pilares. Em primeiro lugar não pode permitir que a crise econômica mundial arruíne seus projetos de desenvolvimento. Em segundo, é necessário capitalizar o formidável sucesso diplomático que representou o acordo nuclear civil negociado em 2005 com Washington e ratificado pelo Congresso americano em 2008. Esse pacto desafia as regras do sacrossanto Tratado de Não Proliferação (TNP) e volta a apontar a Índia como poderosa nação nuclear militar “responsável”. Já o terceiro pilar pode ser resumido em três palavras: Bhāratīya Sasas Senaem ou Forças Armadas. Dentro de uma Ásia em pleno rearmamento, o poderio militar convencionalmente representa para o país um cacife tão importante quanto os dois primeiros pilares.⁶¹⁶

A Índia é um dos países que, na atualidade, mais gasta em aquisições de defesa e é uma das poucas potências emergentes que conquistou a auto-suficiência em áreas restritas da Defesa, exceto no setor aeroespacial. Ao destacar os fatores políticos que explicam as trajetórias da indústria aeroespacial de defesa da Índia, Antonio Henrique Lucena Silva menciona que a Índia teve crescimento apoiado pelo Estado, licenciamento e transferência de tecnologia, ambiente de segurança regional hostil, engajamento em conflitos armados, construção de arsenal nuclear e, como consequência destes fatores políticos, políticas de desenvolvimento da indústria aeroespacial de defesa.⁶¹⁷

⁶¹⁵ CHAULIA, Sreeram S. BJP, (2002). India's Foreign Policy and the “Realist Alternative” to the Nehruvian Tradition. *International Politics*, 39: 215-34. In: CARDOZO, Anderson Matias. LACERDA, Jan Marcel de Almeida Freitas. *Índia, da Política Protecionista à Inserção Internacional: oportunidades e desafios na política externa e econômica no contexto pós-reformas econômicas de 1991*. Revista de Estudos Internacionais (REI), V. 3 (1), 2012. P. 75. Disponível em < <http://www.revistadeestudosinternacionais.com/uepb/index.php/rei/article/view/105/pdf>>. Acessado em 10 de fevereiro de 2016.

⁶¹⁶ A nova força da Índia. *Le Monde Diplomatique*, 09 de Setembro de 2009. Disponível em < <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=553>>. Acessado em 10 de fevereiro de 2016.

⁶¹⁷ LUCENA SILVA, Antonio Henrique. *Globalização Militar, Segurança e Desenvolvimento: Comparação entre as Indústrias Aeroespaciais de Defesa de Brasil, Índia e China*. *Papel Político*. V. 15, Nº 2, Bogotá.

Se, por um lado, as políticas públicas de defesa atendem a demandas de segurança nacional no entorno estratégico regional, por outro, há o entendimento de que a indústria de defesa indiana está vinculada ao desenvolvimento da indústria nacional. A opção da Força Aérea Indiana era favorável à aquisição de caças estadunidenses F-104 *Starfighter*, no entanto, conforme ressaltou Lucena Silva, “a liderança do Ministério da Defesa da Índia recusou a indicação dos caças americanos e impôs aos militares a opção do governo pelo caça soviético Mig-21”⁶¹⁸. Segundo este autor,

o governo percebeu que a produção por licença na Índia e a transferência de tecnologia oriunda do acordo seria benéfica para o país para o fortalecimento da sua capacidade industrial. O fator transferência de tecnologia foi essencial para a opção pelo MIG-21.⁶¹⁹

Lucena Silva sustenta ainda que, “o desenvolvimento militar-industrial da Índia possui vínculos industriais de defesa que objetivam absorver tecnologia estrangeira para o país de diversas formas de aquisição, tais como licenciamento, co-produção e transferência de tecnologia”⁶²⁰.

O programa de construção de submarinos indiano de longo prazo remonta à década de 1990, período em que o país vivenciou o auge da reorientação da política externa versatilizada e o desenvolvimento de políticas públicas de defesa. Este programa previa a construção de 24 submarinos. Em 2005, o então presidente Sarkozy concluiu um acordo com a Índia para a construção de seis submarinos da classe Scorpène em território indiano, nas instalações da estatal *Mazagon Dock Ltd*. O contrato previa a entrega de um submarino por ano, a partir de 2012, e o índice de nacionalização em 27% até dezembro de 2008. No entanto, devido ao atraso de dois anos no arranjo contratual, os custos saltaram em 10% e até 2008, o progresso no índice de nacionalização havia alcançado apenas 9%. Este relato foi realizado pelo

July/Dec. 2010. Disponível em < http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0122-44092010000200010&script=sci_arttext&tlng=es>. Acessado em 10 de fevereiro de 2016.

⁶¹⁸ LUCENA SILVA, Antonio Henrique. *Globalização Militar, Segurança e Desenvolvimento: Comparação entre as Indústrias Aeroespaciais de Defesa de Brasil, Índia e China*. Papel Político. V. 15, Nº 2, Bogotá. July/Dec. 2010. Disponível em < http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0122-44092010000200010&script=sci_arttext&tlng=es>. Acessado em 10 de fevereiro de 2016.

⁶¹⁹ LUCENA SILVA, Antonio Henrique. *Globalização Militar, Segurança e Desenvolvimento: Comparação entre as Indústrias Aeroespaciais de Defesa de Brasil, Índia e China*. Papel Político. V. 15, Nº 2, Bogotá. July/Dec. 2010. Disponível em < http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0122-44092010000200010&script=sci_arttext&tlng=es>. Acessado em 10 de fevereiro de 2016.

⁶²⁰ LUCENA SILVA, Antonio Henrique. *Globalização Militar, Segurança e Desenvolvimento: Comparação entre as Indústrias Aeroespaciais de Defesa de Brasil, Índia e China*. Papel Político. V. 15, Nº 2, Bogotá. July/Dec. 2010. Disponível em < http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0122-44092010000200010&script=sci_arttext&tlng=es>. Acessado em 10 de fevereiro de 2016.

Ministro da Defesa da Índia, em julho de 2009, ao Parlamento do país. Conforme informação do jornal *Valor Econômico*⁶²¹,

numa audiência com congressistas, o ministro reclamou de problemas com a transferência de tecnologia prometida pelos franceses e advertiu que os atrasos "provavelmente terão impacto" na capacidade das forças marítimas indianas. Da frota de 16 submarinos convencionais, incluindo russos e alemães, sete deverão sair de operação até 2012. Isso preocupa as autoridades do país, no contexto de uma região com forte tensão geopolítica - Paquistão e China estão aumentando rapidamente as forças de combate marítimas.⁶²²

A Marinha indiana recorreu a outras Marinhas que, na época, haviam adquirido unidades da classe Scorpène. A Marinha chilena havia adquirido da França dois submarinos da classe Scorpène e seu então comandante, almirante Rodolfo Codina relatou que, pouco após a entrega da primeira unidade, em dezembro de 2005, o submarino *SS-1 OHiggins*, apresentou "*problemas pontuais*": *uma infiltração de água pelo sistema de resfriamento, que trazia riscos de oxidação de partes do aparelho*"⁶²³.

Em virtude da obsolescência dos caças russos *Mig-21* que compõem a aviação de caça indiana e aspirando uma dimensão estratégica aeronáutica, a Força Aérea Indiana tem sido assediada pelas indústrias de Defesa de diversos países, entre eles: estadunidenses, suecos, israelenses, russos e franceses. Um dos principais programas de aquisição de produtos aeronáuticos da Força Aérea Indiana é o *Medium Role Combat Aircraft* (MMRCA). Este Programa prevê a longo prazo a aquisição de 126 caças de combate multitarefa de quarta geração e atraiu o interesse das principais empresas de defesa aeroespacial do mundo, como Dassault, SAAB, SAFRAN, EADS, MIG, Boeing e Lockheed Martin. Olivier Zajec acrescenta que,

seja qual for a empresa vencedora, o programa MMRCA envolve condições rígidas de transferência de tecnologia: os 18 primeiros aviões serão liberados até 2012, e os 108 restantes serão construídos na Índia pela Hindustan Aeronautical Limited

⁶²¹ A Confederação Nacional dos Metalúrgicos reproduziu a matéria do jornal Valor Econômico em seu *site* eletrônico.

⁶²² Submarino francês é alvo de críticas por parte de ministro indiano, Confederação Nacional dos Metalúrgicos, em 27 de agosto de 2009. Disponível em < <http://www.cnmcut.org.br/conteudo/submarino-frances-e-alvo-de-criticas-por-parte-de-ministro-indiano> >. Acessado em 10 de fevereiro de 2016.

⁶²³ Submarino francês é alvo de críticas por parte de ministro indiano, Confederação Nacional dos Metalúrgicos, em 27 de agosto de 2009. Disponível em < <http://www.cnmcut.org.br/conteudo/submarino-frances-e-alvo-de-criticas-por-parte-de-ministro-indiano> >. Acessado em 10 de fevereiro de 2016.

(HAL). Dessa forma, a empresa escolhida deverá reinvestir dentro da economia indiana pelo menos metade do montante do contrato.⁶²⁴

Os nove submarinos em operação da Marinha Indiana são de origem russa da classe *Kilo* e foram adquiridos entre os anos de 1980 e 2000, quatro submarinos obsoletos IKL de origem alemã e um submarino nuclear alugado da Rússia. Apenas parte destes submarinos estão em condições operacionais, outra parte está em manutenção. O primeiro submarino Scorpène deveria ter sido entregue em 2012, mas a entrega foi adiada para dezembro de 2016. Dentre os componentes fabricados sob licença da DCNS em território indiano para serem adaptados nos submarinos Scorpène, encontram-se: válvulas de lastro de ventilação, cilindros de ar de alta pressão, escotilhas da plataforma e sistemas de manuseio de arma.

A Marinha indiana dotará os últimos dois submarinos da classe Scorpène com sistema *Air Independent Propulsion* (AIP). A *India's Defence Research and Development Organisation* (DRDO) é setor científico da Índia responsável pelo desenvolvimento do sistema AIP no *Naval Material Research Laboratory* (NMRL), em Ambarnath, desde 2015. A DCNS ofereceu aos indianos a instalação de seu próprio sistema AIP, o *Module d'Energie Sous-Marine Autonome* (Mesma), nos submarinos scorpène.

Em 2009, a Marinha indiana expediu *Requests for Information* (RFI) as empresas de defesa para a construção de mais seis submarinos da classe *Project 75I*. Em dezembro de 2010, a França ofereceu à Índia uma versão maior do submarino scorpène. A DCNS pré-selecionou cinco dos sete estaleiros indianos para a construção dos outros seis submarinos convencionais, entre eles: *Garden Reach Shipbuilders and Engineers* (GRSE), de Kolkata, *Hindustan Shipyard Limited* (HSL), de Vishkhapatnam; *Larsen & Toubro* (L & T Shipyard) e pelo *Pipavav Defence and Offshore Engineering*, de Mumbai, e a estatal *Mazagon Dock Limited* (MDL), construtora dos primeiros Scorpènes indianos.

Em novembro de 2012, o presidente da DCNS, Patrick Boissier, declarou que,

através dos submarinos scorpène P75, programa indigenização e DCN Índia em curso, nós estamos trabalhando para ampliar nossa presença na Índia. Esta parceria estratégica com Pipavav demonstra novamente a confiança da DCNS na capacidade de

⁶²⁴ A nova força da Índia. *Le Monde Diplomatique*, 09 de setembro de 2009. Disponível em < <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=553>>. Acessado em 10 de fevereiro de 2016.

crescimento e de longo prazo de desenvolvimento das indústrias da defesa indianas.⁶²⁵

A perspectiva da DCNS é expandir o seu mercado de defesa no território indiano, no campo da construção naval. Além de submarinos, navios de assalto anfíbio da classe Mistral e fragatas multipropósito europeia (Fremm). Pierre Legros, Chefe da Divisão de Navios de Superfície da DCNS, declarou que,

A promessa da DCNS é de se tornar uma tecnologia-chave e Provedora de Know-How (KHP) para a Pipavav. Nosso objetivo é propor processos de fabricação modernos juntamente com plataformas de última geração. DCNS está empenhada em transferir as tecnologias necessárias para apoiar as necessidades de segurança nacional da Índia.⁶²⁶

Em setembro de 2014, o governo indiano lançou o Programa *Make in India*, incentivando empresas nacionais e internacionais a produzirem seus produtos em território indiano. A Índia tem exigido que, tanto na nova aquisição de submarinos, quanto no âmbito do MMRCA, as empresas construam as tecnologias militares em território indiano. Embora desde 2012, Índia e França tenham assinado licitação para fornecimento de caças, somente em janeiro de 2016, estes assinaram um acordo para a aquisição de 36 caças *Rafale* da empresa francesa Dassault. Este atraso na assinatura se deve ao fato de a Índia exigir da *Dassault* que os caças fossem produzidos com metade da soma investida no contrato *in locus* na Índia. De acordo com informações do *Sputnik News*,

por razão de discordâncias constantes, a empresa francesa Safran adiou a cooperação de produção de motores para a *Rafale* com a indiana Hindustan Aeronautics Limited. Segundo a

⁶²⁵ Tradução livre da autora: “Through the P75 Scorpene submarines, the on-going indigenization programme and DCNS India, we are working to enlarge our footprint in India. This strategic partnership with Pipavav again demonstrates DCNS’ confidence in the growing capabilities and long term development of the Indian Defence industries.” In: *DCNS and Pipavav Team up to address India’s Naval needs*. DCNS, seis de novembro de 2012. Disponível em < <http://en.dcnsgroup.com/news/dcns-and-pipavav-team-up-to-address-indias-naval-needs/>>. Acessado em 10 de fevereiro de 2016.

⁶²⁶ Tradução livre da autora: “DCNS’s pledge is to become a key technology and Know-How Provider (KHP) to Pipavav. Our objective is to propose modern manufacturing processes together with state of the art platforms. DCNS is committed to transfer the technologies needed to support India’s National security needs.” In: *DCNS and Pipavav Team up to address India’s Naval needs*. DCNS, seis de novembro de 2012. Disponível em < <http://en.dcnsgroup.com/news/dcns-and-pipavav-team-up-to-address-indias-naval-needs/>>. Acessado em 10 de fevereiro de 2016.

declaração da empresa, mesmo em caso de venda dos 36 caças, esta não investirá na Índia.⁶²⁷

Além do programa de construção de submarinos convencionais e de dois navios aeródromos, um comprado da Rússia e outro construído em estaleiros indianos, a Marinha Indiana desenvolve o *Advanced Technology Vessel* (ATV), programa de construção de submarinos nucleares. Em julho de 2009, esta Força lançou oficialmente o submarino de ataque *INS Arihant*, primeiro de uma série de cinco unidades. De acordo com informações da DCNS,

A parceria é esperada para impulsionar a unidade da Índia para a autossuficiência no campo da fabricação de defesa e criar um grande número de postos de trabalho locais. Ela irá reforçar ainda mais a sólida relação estratégica indo-francesa no setor de defesa.⁶²⁸

Ainda que haja resistências no setor de defesa da França quanto à transferência de tecnologia para a Índia, há um empenho governamental da França para que esta relação indo-francesa se configure como parceria estratégica. Embora, como mencionado no **Capítulo 1**, a França reconheça a Índia como uma potência emergente com capacidade de reformular as estruturas do sistema internacional e apoie seu pleito por um assento permanente no CSONU, a parceria estratégica bilateral ainda está em processo de construção.

Em 2015, as empresas japonesas *Mitsubishi Heavy Industries* e *Kawasaki Shipbuilding Corporation*, a alemã *ThyssenKrupp Marine Systems* (TKMS) e a francesa DCNS entraram na fase de aquisição de projeto para a construção de doze submarinos diesel-elétricos para a Marinha da Austrália. Em abril de 2016, foi anunciado que a DCNS venceu a licitação.

Desde que a França voltou a ser integrada ao Comando da Otan, o discurso francês é de que este país é um aliado da Organização; porém, um ator independente. Conforme cita o ministério das Relações Exteriores da França, a

⁶²⁷ Acordo indiano-francês de compra de Rafales continua por concluir. Sputnik News, 17 de novembro de 2015. Disponível em < <http://br.sputniknews.com/mundo/20151117/2785154/india-franca-rafale-cooperacao-militar-defesa.html>>. Acessado em 10 de fevereiro de 2016.

⁶²⁸ Tradução livre da autora: “The partnership is expected to boost India’s drive for self-reliance in the field of defence manufacturing and to create a large number of local jobs. It will further strengthen the solid Indo-French strategic relationship in the defence sector.” In: DCNS and Pipavav Team up to address India’s Naval needs. DCNS, seis de novembro de 2012. Disponível em < <http://en.dcnsgroup.com/news/dcns-and-pipavav-team-up-to-address-indias-naval-needs/>>. Acessado em 10 de fevereiro de 2016.

França continua a ser, um aliado firme de confiança, essencial para o sucesso da implementação de missões da OTAN, mas mantém a capacidade de ação fora da Aliança e plena liberdade de decisão. Consequentemente, a França afirma plenamente os seus interesses no seio da Aliança, conservando uma voz original e atuante como uma fonte de propostas.⁶²⁹

Nem na Cúpula da Otan no País de Gales em setembro de 2014, a França considerou incluir sua visão estratégica sobre o Brasil na pauta de prioridades da Otan; o que torna factível crer que a construção da parceria estratégica França-Brasil, especialmente, na área de Defesa, é um projeto político exclusivamente francês. Embora esta parceria tenha sido iniciada no governo Chirac, o atual presidente francês François Hollande, ainda que preze mais pelo institucionalismo europeu, manteve todos os compromissos na área de Defesa, inclusive a transferência de tecnologia estratégica para diversos programas militares, assumidos pela gestão anterior com o Brasil.

Há, na França, um debate intenso sobre a transferência de tecnologia estratégica para o Brasil, a medida que esta transferência compromete o futuro da indústria de Defesa francesa. Segundo Julien Prévotaux⁶³⁰, o Brasil acredita haver um lugar na estrutura do sistema internacional reservado para ele e acredita que conquistará este lugar por meio de sua política externa baseada no multilateralismo e na promoção da multipolaridade. No entanto, de acordo com este autor, além de mudar de *status* de potência emergente tradicional, o Brasil, necessariamente, deverá adquirir o poder de controlar os seus instrumentos e tecnologias críticas de poder soberano.⁶³¹ De acordo com Prévotaux,

sobre o mercado de armas, o Estado deve assumir o seu papel e futuramente apoiar seus negócios. A polêmica sobre a transferência de tecnologia não tem porque existir enquanto o montante da pesquisa continuar em níveis satisfatórios. Contudo, para continuar no futuro a participar da emergência militar brasileira, será necessário dotar-se de ferramentas analíticas adequadas, conhecer os objetivos brasileiros, a fim de

⁶²⁹ Tradução livre da autora: “France remains a reliable, steadfast ally, essential to the successful implementation of NATO’s missions, but it retains a capability for action outside of the Alliance and full freedom of decision. France therefore fully asserts its interests within the Alliance, conserving an original voice and acting as a source of proposals”. In: France and NATO. Diplomatie, novembro de 2014. Disponível em <<http://www.diplomatie.gouv.fr/en/french-foreign-policy/defence-security/french-defence/france-and-nato/>>. Acessado em 07 de abril de 2016.

⁶³⁰ PRÉVOTAUX, Julien. Brésil et technologies de souveraineté. Mises en perspective du partenariat avec la France. Diplôme privé d’études supérieures en relations internationales (RI 2). IRIS, 25 septembre 2012.

⁶³¹ PRÉVOTAUX, Julien. Brésil et technologies de souveraineté. Mises en perspective du partenariat avec la France. Diplôme privé d’études supérieures en relations internationales (RI 2). IRIS, 25 septembre 2012. P. 102.

propor ofertas adaptadas - em suma, evitar os erros com o Rafale.⁶³²

De acordo com informações da empresa francesa Dassault, responsável pela fabricação deste caça, “a oferta de transferência de tecnologia RAFALE tem propostas para 65 projetos em cooperação com 38 entidades/empresas brasileiras potenciais, cobrindo muito mais que a exigência de 100% do valor de contrato de aeronaves”⁶³³. Na licitação do programa FX2, a francesa Dassault perdeu para o Gripen da empresa sueca SAAB. Se, por um lado há autores franceses que defendam que esta parceria se limita ao plano comercial e mercadológico da indústria de armamentos, por outro, há documentos e autores franceses e brasileiros que argumentam que o aceite francês em transferir tecnologia estratégica ao Brasil seja uma tentativa de projetar a França no sistema internacional. Este tema será mais bem aprofundado mais a frente.

6.2.1- Parceria Estratégica França-Brasil na América do Sul

O Livro Branco da Defesa ressuscita a emergência de atuação brasileira em três áreas geoestratégicas: América do Sul, Amazônia Azul e África Austral.

Dos arranjos regionais, o Mercosul e a Unasul são os que mais agrupam as propostas de cooperação e integração nas esferas políticas, econômicas e militares da América do Sul. De acordo com o Livro Branco da Defesa brasileiro,

a região sul-americana é a que tem apresentado menor incidência de conflitos entre Estados. Um ambiente regional pacífico vem contribuindo, mormente na última década, para o crescimento econômico da América do Sul. A postura conciliatória do Brasil, que convive em paz com seus vizinhos há mais de 140 anos, tem contribuído historicamente para a estabilização da região. Esse legado deve ser valorizado e preservado. A estabilidade e a prosperidade do entorno

⁶³² Tradução livre da autora: “concernant le marché de l’armement, l’Etat doit tenir son rôle et venir appuyer ses entreprises. Les polémiques sur les transferts de technologie n’ont pas lieu d’exister tant que la recherche en amont se maintient à des niveaux satisfaisants. Mais pour continuer dans le futur à participer à l’émergence militaire brésilienne, il faudra se doter des instruments d’analyse appropriés, connaître les objectifs brésiliens, afin de proposer des offres adaptées – en somme, éviter les erreurs commises avec le Rafale.” In: PRÉVOTAUX, Julien. Brésil et technologies de souveraineté. Mises en perspective du partenariat avec la France. Diplôme privé d’études supérieures en relations internationales (RI 2). IRIS, 25 septembre 2012. P.p. 102-103.

⁶³³ Um impulso significativo para a indústria brasileira aeroespacial e de defesa com benefícios de longo prazo. Rafale International. Disponível em: <http://www.rafale.com.br/index.php?id=6&area=6&release=41> .

brasileiro reforçam a segurança do País e têm efeitos positivos sobre todos os países da América do Sul.⁶³⁴

Embora os desdobramentos das ditaduras sul americanas nas décadas de 1960, 1970 e 1980 tornem a estabilidade e a prosperidade mencionadas neste documento questionáveis, de fato, não houve conflitos nem invasões de outros Estados na região desde o século XIX. Embora a maior parte dos países sul americanos que fazem fronteira com o Brasil tenham um passado de colonização espanhola, há países como a Guiana, a Guiana Francesa e o Suriname que, respectivamente, sofreram colonização inglesa, francesa e holandesa. Apesar de Brasil e a França terem entrado em conflito e discutido diversas questões fronteiriças ao longo do século XIX e início do século XX, atualmente, ambos os países disfrutam de uma relação de cooperação e integração. Esta relação foi aprofundada desde que Brasil e França firmaram o Acordo-Quadro de cooperação, em Paris, em 1996, a fim de promover o diálogo político e a cooperação nos campos econômico, cultural, científico e técnico e reafirmarem suas intenções de desenvolver relações econômicas especialmente em matéria de intercâmbio comercial, investimentos e de cooperação financeira e, especialmente, a promoção de iniciativas de pequenas e médias empresas dos dois países. Este Acordo tornou possível a implementação de políticas públicas de desenvolvimento fronteiriço a fim de potencializar empresas e instituições brasileiras na Guiana Francesa e empresas francesas na região amazônica setentrional. Segundo Amado Luiz Cervo,

os investimentos franceses no Brasil, que eram concentrados nos velhos estoques de Rhône-Poulenc, Saint Gobain, Sudameris e Crédit Lyonnais trouxeram novos grupos como Carrefour, Electricité de France, Michelin, Alcatel Alstom, Thomson, Aérospatiale, Air Liquide, Renault e Peugeot.⁶³⁵

Desde que este Acordo-Quadro foi firmado, ocorrem periodicamente reuniões da Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça Brasil e França. Em virtude deste Acordo, foi instituído o Conselho do Rio Oiapoque, instância consultiva e paritária, no qual o governador do Amapá, Camilo Capiberibe, representou o governo brasileiro. Este Conselho é composto por 32 pessoas representantes de vários órgãos, no qual dezesseis membros são

⁶³⁴ Livro Branco da Defesa do Brasil. Ministério da Defesa. P. 34. Disponível em < <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf>>. Acessado em cinco de fevereiro de 2016.

⁶³⁵ CERVO, Amado Luiz. Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. Revista Brasileira de Política Internacional. V. 45, Nº 1, Brasília. Jan./Jun. 2002. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292002000100001&script=sci_arttext >. Acessado em seis de fevereiro de 2016.

brasileiros e 16 são franceses. Da parte francesa, a jurisdição territorial do Conselho abrange, as cidades de Saint-Georges de l'Oyapock, Camopi e Ouanary, e, da parte brasileira, apenas o município de Oiapoque. O estado do Amapá está localizado na fronteira da Amazônia Setentrional, na região norte do Brasil, faz fronteira com a União Européia, através da Guiana Francesa, é um dos mais novos estados do país. Segundo Gutemberg Silva e Aldomar Rückert,

a assinatura deste acordo se efetivou no mesmo ano em que os dirigentes do Mercosul e da União Européia assinaram também um Acordo-Quadro de cooperação entre os blocos, o que mostra que a análise a partir das escalas geográficas de gestão e poder mostram que uma série de decisões convergem para determinados comportamentos políticos no território.⁶³⁶

A PEB cooperativa e assertiva aprofundada nas décadas anteriores somada aos efeitos da globalização, trouxeram novas perspectivas para a geopolítica regional, em especial, para a região amazônica, à medida que as tensões e contradições temporais e espaciais foram, gradativamente, sendo substituídas por sistemas econômicos e redes técnico-científicas e informacionais.

Do ponto de vista técnico-científico-informacional, Oiapoque é a única cidade brasileira a se relacionar diretamente com a Guiana Francesa, no entanto, em virtude da parca infra-estrutura intraurbana e das redes de comunicação multimodal, o acesso das comunidades locais aos macro-acontecimentos políticos e econômicos é dificultado. Conforme elucidam,

somente a Polícia Federal tem qualidade no acesso a informações on line naquela área. Demais instituições públicas e também particulares apresentam qualidade mínima no acesso à internet. Do lado francês, a qualidade de infra-estrutura é muito superior à brasileira, porém a ligação viária é extremamente precária entre suas Comunas, o que desdobra em outros problemas.⁶³⁷

Com a finalidade de incentivar um maior intercâmbio comercial, a partir de 1998, diversos acordos foram firmados e eventos promovidos pela Câmara de Comércio e Indústria

⁶³⁶ V. SILVA, Gutemberg de. RÜCKERT, Aldomar A. A fronteira Brasil-França. Mudança de usos político-territoriais na fronteira entre Amapá (BR) e Guiana Francesa (FR). Revista Franco-Brasileira de Geografia. Número 7, 2009. Disponível em < <https://confins.revues.org/6040?lang=pt#tocto1n1> >.

⁶³⁷ V. SILVA, Gutemberg de. RÜCKERT, Aldomar A. A fronteira Brasil-França. Mudança de usos político-territoriais na fronteira entre Amapá (BR) e Guiana Francesa (FR). Revista Franco-Brasileira de Geografia. Número 7, 2009. Disponível em < <https://confins.revues.org/6040?lang=pt#tocto1n1> >.

da Guiana Francesa (CCIG), em especial, nas áreas de comércio, indústria e serviços, turismo, CHR (cafés, hotéis, restaurantes) e tecnologias da informação e comunicação (TIC).

Em 2008, Lula e Sarkozy ratificaram o Acordo-Quadro de cooperação fomentando o debate de assuntos, como: infraestrutura, transporte, integração, circulação de pessoas, cooperação policial e judicial e a exploração ilegal de ouro, em razão da criação de Plano de Ação Franco-Brasileiro. No ano seguinte, estes presidentes prepararam o Ano da França no Brasil. Maria Susana Arrosa Soares sustenta que, *“apesar das realizações industriais e tecnológicas importantes, a situação da França revela uma certa estagnação e enfrenta a concorrência norte-americana em todos os terrenos”*⁶³⁸. A *Business France* (Ubifrance), agência francesa responsável pelo acompanhamento das empresas francesas no Brasil, foi também responsável pela organização do Ano da França no Brasil. O argumento, na época do evento, era de que, devido à moeda brasileira ser estável, a inflação estar controlada e o investimento estrangeiro no país ter duplicado desde 2007⁶³⁹, o Brasil deveria se tornar o primeiro e principal parceiro comercial da França e destino prioritário das empresas francesas. De acordo com Arrosa Soares,

a Ubifrance orienta os empresários sobre a estratégia recomendada para reforçar a presença econômica, industrial, comercial e financeira da França no Brasil, em duas frentes: a) a formação de parcerias (cooperação centralizada, criação de binômios para projetos ligados à inovação segundo a dinâmica dos pólos de competitividade franceses e, sobretudo, transferência de tecnologia), a fim de embasar a presença francesa de forma perene; b) a determinação dos setores estratégicos e prioritários para os interesses franceses.⁶⁴⁰

São mais de quatrocentas empresas francesas de todos os portes atuando no Brasil.

Em 2009, a CCIG participou do 1º Encontro Internacional Transfronteiriço, em Oiapoque, inaugurou o escritório da representação da CCIG no Consulado da França e participou da V Reunião da Comissão Mista, em Macapá, no estado brasileiro do Amapá, organizou uma Missão Consular em Manaus, estado brasileiro do Amazonas.

⁶³⁸ SOARES, Maria Susana Arrosa. O Ano da França no Brasil: A Importância da Diplomacia Cultural. P. 20. iN: [S/A] Anuário Brasil-Europa 2009. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2010. Disponível em < http://www.kas.de/wf/doc/kas_20239-1522-1-30.pdf?100803205058 >. Acessado em cinco de fevereiro de 2016.

⁶³⁹ SOARES, Maria Susana Arrosa. O Ano da França no Brasil: A Importância da Diplomacia Cultural. P. 20. iN: [S/A] Anuário Brasil-Europa 2009. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2010. Disponível em < http://www.kas.de/wf/doc/kas_20239-1522-1-30.pdf?100803205058 >. Acessado em cinco de fevereiro de 2016.

⁶⁴⁰ SOARES, Maria Susana Arrosa. O Ano da França no Brasil: A Importância da Diplomacia Cultural. P. 20. iN: [S/A] Anuário Brasil-Europa 2009. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2010. Disponível em < http://www.kas.de/wf/doc/kas_20239-1522-1-30.pdf?100803205058 >. Acessado em cinco de fevereiro de 2016.

Em 2010, a Câmara organizou a Missão de Prospecção em Belém, no estado brasileiro do Pará, em colaboração com a Secretaria de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia (Seduct) do governo deste estado e organizou a 6ª Feira da Guiana, em Caiena, a fim de apresentar os produtos e serviços das empresas guianenses. Neste evento, a participação do Sebrae Amapá/Pará/Amazonas foi destaque.

Do ponto de vista da proliferação de estratégias e planos de ação de organismos internacionais e empresas e/ou corporações transnacionais, há incentivo a iniciativas que visem a melhorar a logística de transportes multimodais na região e propostas de intervenção na Amazônia internacional, com argumentos escusos suscitados por entidades como a *World Wildlife Fund* (WWF) e *Conservation International*.

Desde a segunda Reunião da Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça Brasil e França, ocorrida em 1997, foi suscitada a proposta de construção de uma ponte ligando as margens franco-brasileiras do rio Oiapoque. Somente, em 2001, no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, a França assinou com o Brasil um acordo binacional que previa a construção de uma ponte sobre o rio Oiapoque. A construção da obra foi de responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), órgão brasileiro vinculado ao Ministério dos Transportes. Embora ainda não tenha sido inaugurada, o acordo prevê, além da construção do entorno da alfândega, da criação de estacionamento e urbanização, a instalação de postos da instaladas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Receita Federal e Receita Estadual. De acordo com Relatório de Impacto Ambiental da Ponte Internacional Sobre o Rio Oiapoque,

os ganhos ao meio socioeconômico são grandes, uma vez que haverá significativo incremento nas atividades comerciais entre o estado do Amapá e a Guiana Francesa, automaticamente passíveis de serem expandidos à União Européia como um todo (neste caso mediante a confirmação dos planos de investimento na elaboração da Zona de Comércio da Guiana Francesa em parceria com a Zona Franca de Manaus).⁶⁴¹

Implantada desde 1993, a Área de Livre Comércio de Macapá/Santana tem suas atividades econômicas baseadas na agricultura, mineração, extração de madeiras, pecuária e piscicultura. Esta e as demais Áreas de Livre Comércio foram criadas para promover o

⁶⁴¹ Relatório de Impacto Ambiental da Ponte Internacional Sobre o Rio Oiapoque. Ministério dos Transportes. P.p. 68-69. Disponível em < <http://www.dnit.gov.br/download/meio-ambiente/acoes-e-atividades/estudos-ambientais/br-156-ap/br-156-ap-ponte-oiapoque.pdf> >. Acessado em cinco de fevereiro de 2016.

desenvolvimento das cidades de fronteiras internacionais localizadas na Amazônia Ocidental e em Macapá e Santana, com o intuito de integrá-las ao restante do país, oferecendo benefícios fiscais semelhantes aos da Zona Franca de Manaus, tais como incentivos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS). De acordo com José Luiz de Paula Júnior, organizador e presidente do Salão Bienal Brasileiro em Paris, “*os produtos brasileiros produzidos na Zona Franca de Manaus, incluindo os da Área de Livre-Comércio de Macapá e Santana, encontrarão uma rota de exportação direta à União Européia, com menos custos e burocracia*”⁶⁴². Além de o turismo guianense incrementar a economia brasileira, com a construção desta ponte, há a proposta da implementação no estado do Amapá da Zona de Processamento de Exportação (ZPE), que aumentará o emprego, expandirá a economia amazonense, inibirá a imigração ilegal, pesca predatória, contrabando, exploração ilegal de ouro e o tráfico de drogas, principais preocupações da França na região. De acordo com o sítio eletrônico do Centro Gestor de Inovação, em entrevista, David Martinon, assessor de imprensa do presidente Sarkozy,

no encontro com o presidente do Brasil, o presidente Sarkozy pretende discutir muitos assuntos que envolvem a relação bilateral e a importância global dos dois países. Sem dúvida, entretanto, uma das pautas é a integração e desenvolvimento da região amazônica, destacando especialmente a Guiana Francesa e o estreitamento da ligação deste território francês com o estado brasileiro que com ele faz fronteira. É muito importante esta aproximação franco-brasileira.⁶⁴³

Embora as questões jurídicas transfronteiriças entre Brasil e Guiana Francesa já tenham sido resolvidas no início do século XX, a porosidade das fronteiras torna a defesa da região uma questão estratégica. Apesar de haver, conforme discutido, maiores investimentos do governo brasileiro no estado de Amapá nos últimos anos, o aumento de ilícitos e ações de segurança tomadas separadamente pelos países para inibir os ilícitos aumentam a necessidade de defesa na região amazônica setentrional. Conforme esclarece Jadson Luís Rebelo Porto,

⁶⁴² Ponte de 400 metros é novo elo com a Europa. Centro Gestor de Inovação. Disponível em < http://www.cgimoveis.com.br/logistica/news_item.2008-02-11.6673064128 >. Acessado em cinco de fevereiro de 2016.

⁶⁴³ Ponte de 400 metros é novo elo com a Europa. Centro Gestor de Inovação. Disponível em < http://www.cgimoveis.com.br/logistica/news_item.2008-02-11.6673064128 >. Acessado em cinco de fevereiro de 2016.

quanto à porosidade da fronteira, esta representa deficiências em diversos âmbitos, tais como: na defesa do território; no controle das dinâmicas regionais em diversas escalas e atividades (com forte presença do contrabando e de mobilidade das drogas) e na movimentação migratória de brasileiros nos países vizinhos. É justamente nesta porosidade que o ilegal e o legal circulam. O legal em crise e o ilegal, flexível, móvel.⁶⁴⁴

O Comando Militar do Norte (CMN) é um Comando de Área que compreende os estados do Pará, Amapá e Maranhão. Este Comando foi criado por Portaria 142, de treze de março de 2013, está sediado na cidade de Belém, no estado do Pará, e atende ao processo de transformação da Defesa, prescrito na END e no Livro Branco da Defesa. Além do Comando Militar da Amazônia (CMA), com o CMN, a Amazônia brasileira pode contar com mais um comando operacional. Sua ativação data de junho de 2013. Desde que foi criado, as principais operações que o CMN desenvolve no rio Oiapoque são a Operação Ágata X e a Operação Cabo Orange, as quais visam a desenvolver ações militares preventivas e repressivas, coibindo ilícitos ambientais e transfronteiriços, na fronteira com a Guiana Francesa, nas águas interiores e na faixa de fronteira. Em outubro de 2015, o chefe do Estado-Maior do Comando Militar do Norte, general de brigada Antônio César Alves Rocha, participou da IX Reunião da Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça Brasil-França, a fim de *“avaliar o avanço das ações planejadas e estabelecer novas metas para os próximos anos, a fim de fortalecer, cada vez mais, a cooperação bilateral na região de fronteira compreendida entre o município de Oiapoque (AP) e a comuna francesa São Jorge do Oiapoque, na Guiana Francesa”*⁶⁴⁵.

Em 2014, o Exército Brasileiro criou o Projeto Amazônia Protegida, no qual a Força dispõe de projetos e de ações estratégicas orientadas para a preservação da soberania brasileira na região amazônica, em áreas voltadas para a defesa, o desenvolvimento sustentável, a paz social e a preservação ambiental como eixos estruturantes. Além de implantar, construir, reorganizar, transformar e rearticular Organizações Militares (OM) e Pelotões Especiais de Fronteira (PEF), por meio deste Projeto, a Força também pretende adequar a infraestrutura, revitalizar os PEF e as OM já existentes, e implantar ações que promovam bem-estar social e qualidade de vida às famílias dos militares e às comunidades da região. Segundo o Livro Branco da Defesa, de forma complementar ao Projeto,

⁶⁴⁴ PORTO, Jadson Luís Rebelo. A Condição Periférico-Estratégica da Amazônia Setentrional: A Inserção do Amapá no Platô das Guianas. P. 147. In: PORTO, Jadson Luís Rebelo. NASCIMENTO, Durbens Martins. (Org) Interações Fronteiriças no Platô das Guianas: novas construções, novas territorialidades. Macapá: Publit, 2010.

⁶⁴⁵ Exército Brasileiro. Disponível em < http://www.eb.mil.br/web/midia-imprensa/noticiario-do-exercito/-/journal_content/56/16541/7102638?refererPlid=16560>. Acessado em seis de fevereiro de 2016.

em segunda etapa, haverá fortalecimento na estrutura operacional e logística do Comando Militar da Amazônia. Simultaneamente, o Exército prevê a implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), por intermédio da utilização de meios eletrônicos e radares, como o SABER M60 e outros a serem desenvolvidos, interligando sistemas militares e civis, com a finalidade de otimizar a capacidade de monitoramento de cerca de 16 mil km de fronteiras das regiões Amazônica, Centro-Oeste e Sul.⁶⁴⁶

O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron) é um dos projetos prioritários do Exército Brasileiro que auxiliará os comandos militares na Defesa da Amazônia. O valor previsto a partir de 2011 até 2035 para este Sistema será de quase de 12 milhões de reais. Este Sistema permitirá o monitoramento, o controle e a atuação nas fronteiras terrestres, contribuindo para a inviolabilidade do território nacional, para a redução dos problemas advindos das regiões fronteiriças e para fortalecer a interoperabilidade, as operações interagências e a cooperação regional. Além de empresas brasileiras, empresas francesas também têm o interesse de participar das licitações do Sisfron, como a Thales e Cassidian. Ambas manifestaram o interesse de transferir tecnologia para o Exército Brasileiro neste Projeto. Em 2012, o Exército Brasileiro já havia adquirido da Thales o binóculo termal multifunção da família Sophie. Neste mesmo ano, o Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS), OM do Exército Brasileiro localizada em Manaus, na Amazônia, recebeu e testou os binóculos XF. Conforme a Seção de Doutrina deste Centro apresentou,

foram empregados sob variadas situações e condições climáticas e atmosféricas, impostas pelo ambiente operacional de selva, durante os COS B e C do período. Os equipamentos foram testados em noites tipo 1 e tipo 5, em campo aberto e dentro da selva. As temperaturas durante os testes variaram entre 25°C e 35°C.⁶⁴⁷

Este binóculo tem como funções: vigilância de longo alcance, detecção de alvos camuflados, estabilização de imagem e reconhecimento de imagem de 3 a 5 Km. Este binóculo é adequado para as condições de guerra na selva.

⁶⁴⁶ Livro Branco da Defesa. Ministério da Defesa. P. 124. Disponível em < <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdsn.pdf>>. Acessado em seis de fevereiro de 2016.

⁶⁴⁷ Teste de equipamento de visão termal multifunção francês SOPHIE. Centro de Instrução de Guerra na Selva. Exército Brasileiro. Disponível em < <http://www.cigs.ensino.eb.br/index.php/doutrina-e-pesquisa/principais-projetos>>. Acessado em seis de fevereiro de 2016.

O CIGS é a OM do Exército Brasileiro responsável pelo ensino de combate à guerra na selva. Os candidatos militares aos Cursos de Operações na Selva (COS), além de já obterem conhecimentos relacionados à sobrevivência na selva e à adaptação orgânica a este ambiente operacional, devem servir na região amazônica, ou seja, ou nas Guarnições do CMA, no CMN ou demais OM com características de selva. De acordo com o sítio eletrônico deste Centro de Instrução, “*ao longo de seus 51 anos de existência, o CIGS especializou 5.921 combatentes de selva, sendo 482 de nações amigas*”⁶⁴⁸. Somente em 2015, 103 militares franceses estavam sendo formados pelo CIGS⁶⁴⁹.

Conforme analisado, há uma densa cooperação nas esferas política, econômica e militar entre Brasil e França na América do Sul. Esta cooperação sinaliza que há convergência de interesses de ambos os países na Amazônia e permite à França encontrar no Brasil um parceiro que defenda interesses comuns nas suas fronteiras. De acordo com Bruno Muxagato,

neste panorama, podemos entender melhor o que está em jogo para a França por ser o único estado da América Latina a ter um poder de destino tanto no seu espaço regional e global, com o qual compartilha sua maior fronteira terrestre neste continente (700 km). A parceria franco-brasileira é claramente apoiada pelas forças geopolíticas subjacentes. A relação especial que a França tem com o Brasil e está perto de seu território com a Guiana, o seu vizinho direto. Este fator deve incentivar o desenvolvimento dos territórios em torno do "país-continente", como Antilhas francesas (Guadalupe, Martinica, Saint Martin). A França deve também garantir a segurança do território nacional que se estende à América do Sul, e o vizinho brasileiro é visto pelas autoridades francesas como o mais provável para garantir estabilidade regional no norte do subcontinente.⁶⁵⁰

Embora haja esta cooperação em matéria de defesa, em razão de a Guiana Francesa ser uma colônia francesa, não pode participar dos blocos regionais sul americanos, como Mercosul e Unasul. Do ponto de vista internacional, da mesma forma que, é interessante para o Brasil manter a parceria com a França e União Européia via Guiana Francesa, é interessante para a França manter a parceria com o Mercosul e a Unasul, via Brasil. De acordo com o Livro Branco da Defesa, por o Brasil defender que prevaleça “*o consenso, a harmonia*

⁶⁴⁸ CIGS. Exército Brasileiro. Disponível em < <http://www.cigs.ensino.eb.br/index.php/principal/historico> >. Acessado em seis de fevereiro de 2016.

⁶⁴⁹ Exposição do Comandante do CIGS aos estagiários da Escola Superior de Guerra, no auditório do CIGS, em agosto de 2015.

⁶⁵⁰ MUXAGATO, Bruno. *Le rapprochement franco-brésilien: une relation stratégique au-delà d'un partenariat militaire?* La Chronique des Amériques Novembre 2010 N°07. Disponível em: http://www.icim.uqam.ca/IMG/pdf/MuxagatoB_FranceBresil.pdf. Acessado em 3 de janeiro de 2016.

política e a convergência de ações entre os países sul-americanos”⁶⁵¹, nos fóruns regionais, impulsiona a cooperação entre o Brasil e países sul americanos também em matéria de defesa, “*com vistas a constituir um bloco que se apresente íntegro em nível global no trato dos temas de defesa, com capacidade de dissuadir ingerências externas e com reforçado poder de negociação nos fóruns internacionais*”⁶⁵². Embora a França não participe como membro destes blocos regionais, o Brasil, ao defender seus interesses políticos, econômicos e militares na Amazônia Setentrional, nestes arranjos institucionais regionais, estará indiretamente defendendo os interesses franceses na mesma região. O Brasil, ao defender a prevenção e repressão do tráfico de drogas e o crime organizado nas fronteiras regionais, por exemplo, no Conselho de Defesa da Unasul, estará sustentando que, na fronteira entre Brasil e Guiana Francesa o tráfico de drogas e o crime organizado serão reprimidos. Daí a relevância das operações conjuntas nas fronteiras brasileiras, envolvendo diversos órgãos nacionais, potencializando os interesses brasileiros nos níveis regional e internacional.

6.2.2- Parceria Estratégica França-Brasil na Amazônia Azul

De acordo com o Livro Branco da Defesa do Brasil,

as áreas marítimas estratégicas de maior prioridade e importância para o Brasil são representadas pelas águas jurisdicionais brasileiras (AJB), as quais incluem o mar territorial (MT), a zona contígua (ZC), a zona econômica exclusiva (ZEE) e a plataforma continental (PC), bem como a região compreendida entre o Paralelo 16 norte, a costa oeste da África, a Antártica, o leste da América do Sul e o leste das Antilhas Menores. O Brasil também dedica, junto a seus vizinhos da África Ocidental, especial atenção à construção de um ambiente cooperativo no Atlântico Sul sob a égide da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).⁶⁵³

O Atlântico Sul é geoestratégico para o sistema internacional, desde que a América foi descoberta. Durante a 2ª Guerra Mundial sua importância se deu pelas rotas marítimas e aéreas que abasteciam os Aliados em bases militares na África e na Europa. Na Guerra Fria,

⁶⁵¹ Livro Branco da Defesa. Ministério da Defesa. P. 34. Disponível em < <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf>>. Acessado em seis de fevereiro de 2016.

⁶⁵² Livro Branco da Defesa. Ministério da Defesa. P. 34. Disponível em < <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf>>. Acessado em seis de fevereiro de 2016.

⁶⁵³ Livro Branco da Defesa do Brasil. Ministério da Defesa. P. 35. Disponível em < <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf>>. Acessado em seis de fevereiro de 2016.

consolidou-se esta ideia, à medida que os soviéticos exerciam influência e presença na África. O fim da Guerra Fria tornou o Atlântico Sul desinteressante para as políticas de defesa externa dos EUA, o que facilitou, já no final da década de 1980, a constituição de acordos, tratados e convenções de cooperação econômica e de desmilitarização entre os países costeiros da região, o que, segundo Eli Penha Alves, preencheria o vazio de poder do Atlântico Sul. De acordo com este autor, o legado normativo que a Guerra Fria deixou para os países da comunidade sul atlântica foi “*a ideia de aumentar e consolidar as relações cooperativas, cuja maior expressão foi as relações Brasil-África*”⁶⁵⁴.

Em meados da década de 1980, o colapso da União Soviética tornava-se cada vez mais evidente e era o momento de os países reverem seus planejamentos políticos, estratégicos e militares. Foi neste contexto, como uma resposta ao desarmamento mundial, que o Brasil, em 1986, tomou a iniciativa de propor aos países sul americanos e da África, que circundam o Atlântico Sul de transformá-lo em uma região desmilitarizada, ensejada na proposta de cooperação e paz. Assim, nasceu Zopacas⁶⁵⁵. Conforme consta no Livro Branco da Defesa do Brasil,

em termos diplomáticos, o reforço da ZOPACAS é importante para a defesa do País. O Atlântico Sul tem identidade histórica e características estratégicas próprias. A Resolução no 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas conclama os Estados militarmente significativos de outras regiões a não introduzirem armamentos nucleares ou outros armamentos de destruição em massa no Atlântico Sul. Sua presença militar nesse oceano deve ser reduzida e, futuramente, eliminada. Conflitos e rivalidades estranhos ao Atlântico Sul não devem ser projetados sobre ele por Estados situados em outras regiões. Ao renovar seu envolvimento com esses preceitos multilaterais, o Brasil deseja contribuir, de forma responsável e em colaboração com seus parceiros da ZOPACAS, para o aproveitamento do potencial de desenvolvimento socioeconômico da região do Atlântico Sul.⁶⁵⁶

Dentre os 24 membros desta Zona, encontram-se África do Sul, Angola, Argentina, Benin, Brasil, Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana,

⁶⁵⁴ ALVES, Eli Penha. As relações Brasil-África: os avatares da cooperação sul-atlântica. Disponível em <<http://www.cprepmauss.com.br/documentos/osavataresdacooperacaosul-atlantica22876.pdf>>.

⁶⁵⁵ Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul. ONU. Disponível em <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/41/11&Lang=E&Area=RESOLUTION>. Acessado em 12 de fevereiro de 2016.

⁶⁵⁶ Livro Branco da Defesa do Brasil. Ministério da Defesa. P. 36. Disponível em <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf>>. Acessado em 12 de fevereiro de 2016.

Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo e Uruguai.

Paralelamente à criação da Zopacas, como já mencionado, em 1987, a Marinha do Brasil junto com a Petrobras e universidades brasileiras deram início ao Leplac. Em 1996, este Programa foi finalizado, tendo concluída a etapa de aquisição de cerca de 230.000 km de dados sísmicos, gravimétricos, magnetométricos e batimétricos, mediante o suporte de quatro navios da Marinha do Brasil. De acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM)⁶⁵⁷, instituída, em 1982, os países interessados em prolongar suas plataformas continentais além das 200 milhas deveriam apresentar à Comissão de Limites da ONU as características de tal pleito, juntamente com informações científicas e técnicas de apoio. Desta forma, os dados do Leplac foram fundamentais, em maio de 2004, para que o Brasil reivindicasse a esta Comissão, a soberania plena sobre 960 mil km², além das 200 milhas marítimas. Se o pleito total fosse reconhecido pela ONU, estaria sob jurisdição brasileira uma área marítima de 4,4 milhões de km², o equivalente à cerca da metade da área terrestre do território brasileiro, a qual denominou-se Amazônia Azul. Em 2007, a ONU emitiu o seu parecer discordando da soberania sobre 19% da plataforma continental prolongada, reivindicada pelo Brasil. Em 2008, um novo pleito foi realizado à ONU, a fim de o Brasil exercer soberania plena sobre os 960 mil km².

A Petrobras anunciou a descoberta de petróleo na camada pré-sal em 2006 e o início da produção data de 2008. Conforme informa a empresa, *“a camada pré-sal ocupa na costa brasileira uma área de aproximadamente 800 quilômetros de extensão por 200 quilômetros de largura, acompanhando a linha do litoral entre os estados de Santa Catarina e Espírito Santo, e fica a cerca de 300 km da costa”*⁶⁵⁸. As informações técnicas do Leplac foram fundamentais também para esta empresa descobrir estas reservas de petróleo e óleo na camada Pré-sal, as quais se encontram nos limites das 200 milhas. Há indícios de que há reservas de petróleo na plataforma continental brasileira que a ONU ainda não reconheceu. No que se relaciona à CNUDM, há países que não ratificaram, como os EUA. No que se relaciona à Zopacas, os EUA foram os únicos a votar contra e Bélgica, Itália, Japão, Luxemburgo, Holanda, Portugal, Alemanha e França se isentaram de votar.

⁶⁵⁷ Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. ONU. Disponível em < http://www.un.org/depts/los/convention_agreements/texts/unclos/convemar_es.pdf >. Acessado em 12 de fevereiro de 2016.

⁶⁵⁸ 2006 – Descoberta do pre-Sal. PETROBRAS. Disponível em < <http://exposicao60anos.agenciapetrobras.com.br/decada-2000-momento-44.php> >. Acessado em 12 de fevereiro de 2016.

Conforme elucidado anteriormente, o almirante Dufourcq defende que qualquer potência marítima tem por dever controlar as áreas estratégicas que sejam de interesse do Estado. O almirante sustenta que este esforço, além de exigir grande coordenação e parceria marítima, também exige capacidade para expressar interesses estratégicos comuns e o estabelecimento de procedimentos de cooperação e uma série de regulamentação com os parceiros. Completa que,

aqui no Atlântico Sul, constata-se um fato: estamos em um espaço marítimo que não apresenta nenhuma organização de segurança coletiva para os seus ribeirinhos, que não tem estrutura; nós nos conhecemos e nós nos frequentamos, mas não há grandes estruturas nem relações regulares entre a América do Sul e o Oeste Africano. Reparamos que esta região ainda é uma área em que o poder naval deve continuar a se organizar; o comércio marítimo deve continuar a se estruturar, e há uma necessidade real de cooperação entre os países ribeirinhos ao Atlântico Sul para tomar parte da governança global, que é necessário a fim de regular o tráfego de que falei há pouco, ao afirmar que eles são essenciais para a realização da globalização.⁶⁵⁹

Talvez, esta seja a razão para que a França tenha se isentado de votar a favor da Zopacas. Apesar de todo esforço diplomático brasileiro em coordenar a cooperação e parcerias marítimas com os países sul americanos e africanos que circundam o Atlântico Sul, há países como a Bélgica, a Itália, o Japão, Luxemburgo, Holanda, Portugal, Alemanha e França, que não reconhecem a capacidade dos países sul americanos e africanos em expressar interesses estratégicos comuns na região nem reconhecem como legítimos o estabelecimento de acordos como a Zopacas e a CPLP que garantam a paz no Atlântico Sul.

Em virtude de haver países que não compactuam com a Convenção, com a Zopacas e a ONU não aceitando o pleito total de prolongamento da plataforma brasileira, o uso do mar pelo Brasil em águas além das duzentas milhas poderia ser questionado por outros países. Isso demonstra que o Brasil também tem interesses fora de suas águas jurisdicionais a zelar. Em virtude destas preocupações estratégicas, a Marinha do Brasil mantém o Programa de Reaparelhamento da Marinha (PRM). De acordo com a Diretoria Geral de Material de Marinha, o PRM

⁶⁵⁹ DUFOURCQ, Jean. O poder marítimo no século XXI: desafios para uma força naval moderna. Ciclo de conferências internacionais da Escola de Guerra Naval, em 2011. In: [S/A] Revista da Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, v.17 n. 2 p. 1- , jul/dez 2011. P. 262. Disponível em <https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/revistaEgn/dezembro2011/edicao17_2.251-264.pdf>. Acessado em 14 de fevereiro de 2016.

tem o objetivo de adequar os meios operacionais da Marinha para assegurar a capacidade de defesa e segurança marítima, bem como adequar a infraestrutura das instalações terrestres para o suporte aos meios operativos da Marinha. A sua existência justifica-se em razão do permanente avanço das tecnologias empregadas na área militar, fazendo-se necessário um esforço da Marinha para manter seus meios adequados ao combate naval, em termos de modernização e capacidade operacional, visando contribuir para a defesa do País, como fator de consolidação da democracia e do desenvolvimento. Salienta-se que a execução do PRM produzirá reflexos positivos para a economia nacional, estimulando um sem número de setores da cadeia produtiva associados à indústria naval e ao setor de defesa.⁶⁶⁰

O PRM é fruto das necessidades estratégicas estabelecidas na PDN e desde então, a Marinha formula planejamentos estratégicos para aquisições de tecnologias e sistemas de Defesa que resguardem os interesses brasileiros na Amazônia Azul. O planejamento estratégico permite que os tomadores de decisão se orientem por um processo sistemático, contínuo e que inclua uma ampla gama de conhecimentos multidisciplinares. Segundo Cláudio Corrêa, Steiner e Miner sustentam que,

o planejamento engloba o processo de determinação dos principais interesses externos voltados para a organização; as expectativas de interesses internos dominantes; informações sobre o desempenho passado, atual e projetado, bem como avaliações de oportunidades e ameaças do ambiente e das forças e fraquezas das empresas.⁶⁶¹

São as incertezas do futuro que condicionam as decisões estratégicas das autoridades militares acerca de quais meios de defesa escolher. Conforme debatido no **Capítulo 6**, a negação do uso do mar foi a priorização da estratégia naval brasileira, o que assegura a aquisição de submarinos convencionais e nucleares como prioridade no planejamento orçamentário da Força. O planejamento estratégico busca assessorar a Marinha do Brasil na escolha de meios e na criação do futuro mais desejável para a organização. Em estudos de futuros, as principais ferramentas metodológicas utilizadas são projeções econômicas, análises

⁶⁶⁰ Programa de Reparcelamento da Marinha (PRM). DGMM, nove de maio de 2012. Disponível em <<http://www.mar.mil.br/dgmm/prm/index.html>>. Acessado em 13 de fevereiro de 2016.

⁶⁶¹ CORRÊA, Cláudio Rodrigues. Cenários prospectivos e aprendizado organizacional em planejamento estratégico: estudo de casos de grandes organizações brasileiras. Tese, Doutorado, Instituto COPEAD de Administração, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Março de 2011. P. 40.

sociológicas, previsões tecnológicas, relações de causa e efeito, análises de tendências, cenários e raciocínio lógico.

Além de submarinos convencionais e nucleares, navios, caças de interceptação de ataque, aeronaves de alarme aéreo antecipado, aeronave de transporte administrativo e reabastecimento em vôo, aeronave de vigilância marítima, helicópteros e veículos aéreos não tripulados, a partir dos novos documentos de Defesa (END e Livro Branco), houve uma reformulação, na qual na proposta da subdivisão do PRM foram incluídos outros meios operativos e sistemas de defesa naval da Amazônia Azul, tais como o Sisgaaz, o Prosuper, o Pronae, o Pronanf entre outros.

O Sisgaaz consiste em um conjunto de sistemas que coleta e compartilha dados e informações referentes à Amazônia Azul com os setores, como Petrobras, Ibama e tomadores de decisão. O Sisgaaz é um sistema de emprego dual que permitirá um melhor gerenciamento e condução de ações preventivas e de respostas as possíveis ameaças oriundas da imensidão das águas jurisdicionais brasileiras. Conforme esclarece João Afonso Prado Maia de Faria,

o SisGAAz compreende um conjunto de atividades ligadas ao mar, envolvendo, dentre outros conhecimentos e aplicações, vigilância, segurança, prevenção à poluição, soberania, gestão de recursos naturais e reação às situações adversas, integradas e coordenadas pela MB, na qualidade de Autoridade Marítima, conforme definido em Lei.⁶⁶²

Além disso, este Sistema recolherá e integrará os dados oriundos de todo tipo de embarcação, aeronaves e satélites, possibilitando desde a coordenação de operações de busca e salvamento, coordenação do tráfego de navios e plataformas petrolíferas até a pesca ilegal, contrabando e pirataria. A cooperação com países africanos é estratégica, a medida que africanos, argentinos, uruguaios e brasileiros têm interesses comuns a defender no Atlântico Sul.

Apesar de a França ter se isentado de votar a favor da Zopacas, as empresas de defesa francesas participam de licitações na maior parte dos programas dos projetos prioritários da Marinha do Brasil. Já se detalhou nesta pesquisa o processo de transferência de empresas francesas para o Prosub, para o Man-sup e para o H-XBR. Contudo, há outros programas

⁶⁶² FARIA, João Afonso Prado Maia de. A consciência situacional marítima (CSM) e a Marinha do Brasil. Revista da Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, V.18, Nº 1. jan/jun 2012. P. 228. Disponível em < <https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/revistaEgn/junho2012/edicao18.215-232.pdf> >. Acessado em 12 de fevereiro de 2016.

estratégicos voltados para a Amazônia Azul, área jurisdicional brasileira, em que empresas de defesa francesas têm atuado.

Para vencer licitação no Sisgaaz, o grupo EADS cogitou, pela primeira vez, associar-se à concorrente francesa Thales. A Omnisys é a subsidiária da Thales no Brasil. Em março de 2012, a Thales anunciou a *joint venture* com a empresa brasileira Andrade Gutierrez. A concepção e gestão do Sisgaaz foi de responsabilidade da Fundação Ezute. Esta é prestadora de consultoria técnica da Marinha do Brasil, apoiando a contratação de empresas para o desenvolvimento do Sisgaaz. A empresa franco-alemã Cassidian também manifestou interesse em participar da primeira fase de implantação deste Sistema. A previsão da Marinha do Brasil é que até 2016, o Sisgaaz esteja em fase de contratação. Em março de 2014, a MB lançou o edital e as empresas interessadas na licitação se candidataram. O edital determinou que somente Empresas Estratégicas de Defesa (EED)⁶⁶³ participem da licitação. De acordo com o ministério da Defesa, os benefícios deste Sistema são o amplo espectro de uso, com possibilidade de emprego civil e militar (aplicado, por exemplo, na prevenção da poluição das águas, na previsão meteorológica e controle da pesquisa científica no mar), o emprego no combate às novas ameaças, como o tráfico ilegal de entorpecentes e a possibilidade de operação com outros sistemas, tais como Sisfron e o Sistema de Defesa Aérea Brasileira (SDAB).⁶⁶⁴

A infraestrutura espacial que será empregada no Sisgaaz será fornecida pelo Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (Pese). Em maio de 2015, após se reunir com o Grupo de Trabalho Conjunto Brasil-França, em Paris, o MD apresentou uma ficha de cooperação para apoio da França no Pese. Nesta reunião, discutiu-se a possibilidade de criação de um acordo bilateral entre os dois governos para fins de pesquisa e de tecnologia em Defesa, com o envolvimento de institutos brasileiros e franceses. Discutiu-se também a possibilidade de a França utilizar o Sistema Brasileiro de Comunicação Militar por Satélite (Siscomis) para realizar treinamentos com as estações terrestres do Syracuse⁶⁶⁵.

Um dos transbordamentos da participação francesa no Sisgaaz é o desenvolvimento do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), no qual a França coopera na área espacial com o Brasil. Este sistema de satélites está sendo desenvolvido em

⁶⁶³ Empresas brasileiras aprovadas credenciadas pela Comissão Mista do Ministério da Defesa como estratégicas e podendo, a partir disso, se beneficiar de regime fiscal e tributário diferenciado.

⁶⁶⁴ Projetos estratégicos da Marinha. Ministério da Defesa. Disponível em < <http://www.defesa.gov.br/industria-de-defesa/paed/projetos-estrategicos/projetos-estrategicos-da-marinha-do-brasil> >. Acessado em 12 de fevereiro de 2016.

⁶⁶⁵ Equipamento de telecomunicações militares da França. A expectativa é que estas estações sejam instaladas na Guiana Francesa.

conjunto com a empresa francesa Thales. Os satélites que, atualmente, prestam serviço ao Brasil, ou são controlados desde estações internacionais, ou empresas com capital estrangeiro detêm o controle. Diversos serviços meteorológicos são realizados por empresas estrangeiras. Este sistema de satélites contribuirá com maior segurança às comunicações estratégicas do governo e às comunicações militares, à medida que o seu controle será realizado em território nacional, a partir de estações situadas em áreas militares, sob operação e coordenação da Telebrás e do Ministério da Defesa. Este novo satélite será o primeiro a ser 100% controlado por instituições brasileiras. Em dezembro de 2013, as empresas Thales e Arianespace assinaram contrato com a empresa brasileira Visona Tecnologia Espacial S.A. (Visona) para o desenvolvimento do SGDC com transferência de tecnologia, sob a coordenação da Agência Espacial Brasileira (AEB). A Visona é uma empresa brasileira que pertence aos grupos Embraer e Telebras e, além do SGDC, atua também no Programa Nacional de Atividades Espaciais (Pnae) da AEB e no Pese. A dualidade do SGDC é o atendimento ao Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), o qual garantirá comunicação de qualidade às regiões mais distantes dos grandes centros urbanos do Brasil, as quais ainda dependem da construção de rotas de fibra ótica para acessar à Internet. Em dezembro de 2014, foi concluída a revisão crítica do projeto do SGDC. A revisão crítica foi realizada na cidade de Toulouse, na França, e estiveram presentes especialistas da Telebras, do ministério da Defesa, do Inpe, da AEB, da empresa Visona, o adido de defesa e aeronáutico do Brasil na França, coronel Antônio Ramirez Lorenzo, e militares do Núcleo do Centro de Operações Espaciais Principal (Nucope-p), da Força Aérea Brasileira. Segundo o coronel Hélcio Vieira Junior, comandante do Nucope-p,

esta foi a última etapa antes da fabricação do satélite que será de extrema importância para o Ministério da Defesa e para o Brasil. Em 2015, serão construídos os prédios de onde o SGDC vai ser comandado. Um ficará em Brasília, no Sexto Comando Aéreo Regional, e o outro no Rio de Janeiro, na Estação de Rádio da Marinha.⁶⁶⁶

No início do processo de transferência de tecnologia, foram enviados 26 profissionais brasileiros para a fase de cursos introdutórios e avançados na empresa francesa. Em janeiro de 2015, foi enviado um novo grupo de engenheiros das Forças Armadas para as instalações da

⁶⁶⁶ Satélite de comunicação e defesa brasileiro é aprovado para fabricação. Força Aérea Brasileira. Disponível em < <http://www.fab.mil.br/noticias/mostra/21241/ESPA%C3%87O---Sat%C3%A9lite-de-comunica%C3%A7%C3%A3o-e-defesa-brasileiro-%C3%A9-aprovado-para-fabrica%C3%A7%C3%A3o>>. Acessado em 12 de fevereiro de 2016.

Thales, em Cannes, na França, onde foram realizadas as atividades de treinamento para absorção de tecnologia do SGDC. Lá, estes militares se juntaram a outros militares da FAB, do Inpe, da AEB e da Visona. Em março deste ano, a Thales e a sua subsidiária brasileira Omnisys inauguraram o Centro Tecnológico Espacial no Parque Tecnológico de São José dos Campos, em São Paulo, o qual irá apoiar o desenvolvimento de parcerias tecnológicas com empresas locais do setor espacial. Na segunda fase, foram 39 profissionais brasileiros para as instalações da estatal francesa. Durante visita da delegação brasileira liderada pelo ministro da Defesa, Jaques Wagner, em maio de 2015, nas instalações da Thales, em Cannes, na França, Ruben Lazo, vice-presidente da Thales na América Latina, declarou que,

a Thales visa consolidar parcerias locais, intercambiar competências e transferir tecnologia de vanguarda na América Latina, onde estamos presentes há 50 anos. A Thales já tem uma profunda atuação no mercado espacial brasileiro e uma parceria sólida com a Agência Espacial Brasileira. Um dos 5 maiores contratos do Grupo em 2013, o SGDC é uma grande conquista e vem coroar a participação ativa da Thales na expansão da indústria espacial da América Latina.⁶⁶⁷

Além do treinamento de profissionais brasileiros, em processo de absorção de tecnologias, nas instalações da empresa, o processo de transferência de tecnologia da Thales para o SGDC prevê apoio as universidades brasileiras para estabelecer programas de mestrado em Engenharia de Sistemas Espaciais, a criação de uma cadeira espacial no ITA, o financiamento de teses de doutorado em casos especiais e os estudos conjuntos entre a empresa francesa e laboratórios brasileiros.

É no plano de obtenção de meios que a Marinha decide, por exemplo, no âmbito do Prosuper, qual modelo e o custo de navios-patrolha oceânicos que a Marinha adquirirá. O processo de obtenção de novos meios navais, aeronavais e de fuzileiros na Força Naval brasileira ocorre em cinco fases distintas: concepção, preliminar, contrato, execução e avaliação operacional. É na fase de concepção que o setor Operativo da Marinha elabora os requisitos de alto nível e o setor de Material elabora um relatório técnico denominado Estudo de Exequibilidade (EE). Neste Estudo são considerados os custos, a compatibilização dos sistemas, exigências para o apoio logístico integrado, parâmetros de desempenhos e subsídios

⁶⁶⁷ SGDC - Ministro da Defesa visita THALES Alenia Space. Defesanet, em 15 de maio de 2015. Disponível em < <http://www.defesanet.com.br/space/noticia/19129/SGDC---Ministro-da-Defesa-visita-THALES-Alenia-Space/> >. Acessado em 12 de fevereiro de 2016.

para a hierarquização das alternativas de configuração.⁶⁶⁸ Entende-se por hierarquização a análise das vantagens e desvantagens na aquisição de um navio de guerra, por exemplo, em que há uma variedade de soluções técnicas para a funcionalidade de seus sistemas. Dentre as soluções hierarquizadas, o comandante da Marinha é o tomador de decisão sobre a configuração do meio, considerando as análises técnicas, orçamentárias, operacionais e estratégicas, em sintonia com as necessidades do Estado. De acordo com Rodrigo Alves Natalizi, “a realização desta atividade requer, portanto, o uso de ferramentas de auxílio à decisão que possam orientar a condução do processo e propiciar informações de melhor qualidade”⁶⁶⁹. Em virtude de a maior parte da aquisição de meios pela Marinha do Brasil estar vinculada ao orçamento do governo federal, Natalizi defende que a Força Naval brasileira recorra a modelos de aquisição de meios utilizados por outras Marinhas que consideram o orçamento variável importante tanto na hierarquização de soluções, quanto na definição de prioridades. Baseado em suas próprias experiências durante intercâmbio realizado na sede da *BAES System* entre abril e outubro de 2012, ao acompanhar o processo de aquisição das fragatas T26, realizada em parceria entre o governo e a Marinha britânica, Natalizi sustenta que,

diversos aspectos do processo adotado no Reino Unido (RU) podem ser utilizados como oportunidades de melhorias para a sistemática em vigor na MB, em que estão em fase de estudo importantes programas para obtenção de meios navais, tais como o Programa de Obtenção de Meios de Superfície (PROSUPER), o Programa de Obtenção de Navios Aeródromos (PRONAE) e o Programa de Obtenção de Navios Anfíbios (PRONANF). Restrições orçamentárias estarão presentes na execução de todos esses programas, e dessa forma a adoção de processos otimizados para definição da configuração dos meios desempenhará um papel relevante.⁶⁷⁰

⁶⁶⁸ Brasil. Estado-Maior da Armada, 2002. P. 1-4. In: NATALIZI, Rodrigo Alves. Análise de custo e benefícios na escolha da configuração de navios. Revista Escola de Guerra Naval. V. 20, Nº 2. Julho/Dezembro de 2014. P. 355. Disponível em < <https://www.egn.mar.mil.br/ojs/index.php/revistadaegn/article/view/76/v20n2-4.pdf>>. Acessado em 14 de fevereiro de 2016.

⁶⁶⁹ NATALIZI, Rodrigo Alves. Análise de custo e benefícios na escolha da configuração de navios. Revista Escola de Guerra Naval. V. 20, Nº 2. Julho/Dezembro de 2014. P. 378. Disponível em < <https://www.egn.mar.mil.br/ojs/index.php/revistadaegn/article/view/76/v20n2-4.pdf>>. Acessado em 14 de fevereiro de 2016.

⁶⁷⁰ NATALIZI, Rodrigo Alves. Análise de custo e benefícios na escolha da configuração de navios. Revista Escola de Guerra Naval. V. 20, Nº 2. Julho/Dezembro de 2014. P. 356. Disponível em < <https://www.egn.mar.mil.br/ojs/index.php/revistadaegn/article/view/76/v20n2-4.pdf>>. Acessado em 14 de fevereiro de 2016.

Além da construção de cinco navios-patrolha oceânicos, estão previstas no Prosuper a construção de cinco navios-escolta e um navio de apoio logístico. Embora em 2011, o Brasil tenha realizado uma compra de oportunidade com a empresa inglesa *BAE Systems*, contribuindo com o aperfeiçoamento e modernização da frota marítima brasileira, a aquisição de três navios-patrolha oceânicos desta empresa não alterou o Programa, o qual visa desenvolver a capacidade de projetar e construir as belonaves em território nacional. Custando ao governo brasileiro uma soma total de 133 milhões de libras esterlinas (cerca 420 milhões de reais em 2012), de acordo com o MD,

os novos navios-patrolha serão responsáveis pela fiscalização e proteção das águas jurisdicionais brasileiras. Em tempos de paz, eles ajudarão a resguardar os recursos do mar territorial, reprimir atividades ilícitas (pesca ilegal, contrabando, narcotráfico e poluição do meio ambiente marinho) e contribuir para a segurança de instalações costeiras e plataformas marítimas contra ações de sabotagem.⁶⁷¹

As propostas do Prosuper foram entregues à presidência da República em 2011. O modelo estratégico concebido pela MB para a aquisição destas belonaves é por meio de associações com empresas privadas brasileiras. Os contratos deverão ser assinados entre governos mediante o comprometimento das empresas estrangeiras com o financiamento e a transferência de tecnologia para a construção e capacitação destes navios para as indústrias de defesa brasileiras, permitindo um índice de nacionalização significativo e crescente. Além disso, a exigência da Marinha é que os projetos navais das empresas estrangeiras já estejam consagrados no mercado de defesa. Ofereceram propostas os seguintes estaleiros: *Fincantieri*, da Itália, *Thyssenkrupp*, da Alemanha, *Navantia*, da Espanha, *BAE Systems*, da Inglaterra, *Damen*, da Holanda, *Daewoo Shipbuilding & Marine Engineer* (DSME), da Coreia do Sul e a francesa DCNS. Em abril de 2011, a DCNS entregou ao MD a sua proposta na licitação do Prosuper. Segundo a revista francesa *Mer et Marine*, a

DCNS, que criou junto com a brasileira Odebrecht uma joint venture para a produção de submarinos, de um estaleiro e de uma base naval, oferece seus produtos mais recentes: a fragata europeia multimissão (FREMM), os Navios Patrulhas Offshore

⁶⁷¹ Novo navio-patrolha oceânico da Marinha inicia travessia para o Brasil. MD, oito de agosto de 2012. Disponível em < <http://www.defesa.gov.br/noticias/4073-08082012-defesa-novo-navio-patrolha-oceanico-da-marinha-inicia-travessia-para-o-brasil> >. Acessado em 13 de fevereiro de 2016.

(OPV) da família Gowind e seu novo conceito de logística de construção, batizado Bravo.⁶⁷²

A fragata multi propósito FREMM é fruto da cooperação tecnológica entre a DCNS e a italiana Fincantieri. A primeira fragata desta parceria foi comissionada em novembro de 2012 na Marinha francesa, a qual encomendou seis unidades anti-submarinas e duas de defesa aérea. Em 2011, já haviam sido realizados cerca de cinquenta testes no sistema de combate na segunda fragata entregue à Marinha francesa que envolveu, além da participação da DCNS e da Marinha francesa, da DGA e da Organização Conjunta de Cooperação em Armamento (OCCAR Teams), envolvendo a integração da fragata em vários cenários, incluindo defesa antiaérea e guerra anti-submarino. Em setembro de 2015, a DCNS lançou a sexta fragata FREMM construída no estaleiro da DCNS, em Lorient. Estas belonaves estão sendo equipadas com o radar multifuncional *Héraclès*, mísseis navais de cruzeiro MdCN, mísseis superfície-ar Aster e superfície-superfície *Exocet* MM40 e torpedos UM 90. Duas FREMM já foram vendidas, uma para a Marinha do Marrocos e outra para a Marinha do Egito. Segundo André Luiz Corrêa de Sá,

a decisão será meramente política e não a de menor preço. Após a tomada de decisão, será feito o contrato principal (guarda-chuva) que gerará cinco contratos específicos que são: um por cada classe de navio (três), um relativo ao offset e outro para transferência de tecnologia (ToT). Esses contratos levarão cerca de um ano para serem concluídos.⁶⁷³

A concorrência internacional acirrada no mercado de defesa mundial, a desistência da venda dos navios de assalto Mistral para a Rússia que gerou um prejuízo no valor de um bilhão de dólares à DCNS, os atrasos na entrega dos submarinos Scorpène a Marinha da Índia que comprometeram as finanças da estatal francesa e o adiamento do governo brasileiro nos

⁶⁷² Tradução livre da autora: “DCNS, qui a créé avec le Brésilien Odebrecht une société commune pour la réalisation des sous-marins, d'un chantier et d'une base navale, propose ses derniers produits: La frégate européenne multi-missions (FREMM), les Offshore Patrol Vessels (OPV) de la famille Gowind et son nouveau concept de bâtiment logistique, baptisé Brave.” In: PROSUPER: La marine brésilienne très convoitée par les industriels. Mer et Marine, em 26 de abril de 2011. Disponível em <<http://www.meretmarine.com/fr/content/prosuper-la-marine-bresilienne-tres-convoitee-par-les-industriels>>. Acessado em 13 de fevereiro de 2016.

⁶⁷³ CORRÊA DE SÁ, André Luiz. Avaliação da capacidade de construção naval do País para implementação do Programa de Reaparelhamento da Marinha: Participação do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro no PRM: perspectivas e óbices. Monografia, Curso de Política e Estratégia Marítimas, Escola de Guerra Naval, 2012. P. 60. Disponível em <<https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/biblioteca/monografias/cpem/2012/34CPEM12%20MONO%20ETM%20ANDRE.pdf>>. Acessado em 13 de fevereiro de 2016.

processos de licitação de programas estratégicos, como o Prosuper e o Pronae, além de terem obrigado a DCNS, pela primeira vez em quinze anos, a reduzir significativamente sua mão-de-obra, têm motivado a DCNS a recorrer a outros mercados. Em abril de 2014, esta estatal francesa estabeleceu uma subsidiária no Canadá denominada *DCNS Technologies Canada Inc*, sediada em Ottawa, para desenvolverem conjuntamente parceria na construção das fragatas FREMM. A partir desta parceria, a partir de 2020, a *joint venture* fabricaria quinze fragatas multimissão sob licença.

O Pronae tem por objetivo projetar e construir dois navios aeródromos no Brasil, um para a 1ª Esquadra, localizada no Rio de Janeiro, e segundo o Livro Branco, outro para a 2ª Esquadra⁶⁷⁴. Neste Programa, a Marinha definiu os seguintes requisitos: deslocamento da ordem de 50 mil toneladas; propulsão convencional; e disponibilidade de catapulta e aparelho de parada para, respectivamente, a decolagem e o pouso das aeronaves. A Marinha do Brasil enviou proposta para seis empresas: *Bay System*, *Fincantieri*, *Navantia*, *Rosobonexport*, da Rússia, *Gibs & Cox*, dos EUA e para a DCNS.

No modelo de aquisição de meios da Marinha britânica, segundo Natalizi, na fase de análise das opções, aqui conhecida como hierarquização de soluções, há dois processos distintos: a análise de benefícios, na qual a atribuição de valores numéricos individuais, proporcionais às vantagens de cada característica do navio gera uma soma denominada Benefício Total. Na análise de custos, é considerado o custo de posse, no qual os gastos com estudos de concepção, construção, treinamento, operação, manutenção e fim da vida útil do meio são considerados. Daí, surge a avaliação do valor global de recursos financeiros demandados para a aquisição do meio.⁶⁷⁵

Em março de 2013, a Marinha do Brasil anunciou que a Diretoria de Gestão de Programas Estratégicos da Marinha (Dgepem), subordinada à DGMM, seria criada. A Dgepem possuiria unidades no Rio de Janeiro e em Brasília. Esta última seria criada com o objetivo de possibilitar um maior contato com os órgãos do governo Federal, responsáveis pela condução orçamentária. Em entrevista a *Marinha em Revista*⁶⁷⁶, o almirante Antonio Carlos Frade Carneiro, o então responsável pelo Núcleo de Implantação da Dgepem, afirmou que,

⁶⁷⁴ Local ainda em processo de seleção.

⁶⁷⁵ NATALIZI, Rodrigo Alves. Análise de custo e benefícios na escolha da configuração de navios. Revista Escola de Guerra Naval. V. 20, Nº 2. Julho/Dezembro de 2014. P. 358. Disponível em <<https://www.egn.mar.mil.br/ojs/index.php/revistadaegn/article/view/76/v20n2-4.pdf>>. Acessado em 14 de fevereiro de 2016.

⁶⁷⁶ Periódico da Marinha do Brasil, elaborado pelo Centro de Comunicação Social da Marinha.

pelo fato de não dispormos, atualmente, de um orçamento que atenda a todos os Projetos, é natural que sejam estabelecidas prioridades, para adequar a execução de cada projeto ao orçamento autorizado. A atribuição dessas prioridades depende de muitos aspectos. Precisamos saber se o orçamento disponível é suficiente, analisar se o projeto, naquele momento, é o mais importante para a situação estratégica que o País está vivendo e verificar se o projeto está pronto para ser iniciado.⁶⁷⁷

Em dezembro de 2013, por meio da Portaria Nº 667, a Dgepem foi criada e cada programa estratégico da Marinha passou a ser assistido por uma gerência.

A Marinha dividiu o Pronae em três fases: a primeira inclui o treinamento de pessoal, a consolidação dos requisitos e a elaboração dos EE, a segunda etapa prevê a confecção e a formalização do projeto de construção e a terceira fase será a da construção. *A priori*, a primeira licitação será apenas para projeto e não envolverá a construção. O valor da obtenção do primeiro navio aeródromo somente será fornecido no final da segunda fase. Conforme elucida Corrêa de Sá, “*a previsão é formar um grupo de quarenta engenheiros para participar do projeto que, no início, receberiam aulas aqui no Brasil para obterem um conhecimento inicial e destes, vinte participariam, posteriormente, no projeto junto à empresa vencedora*”⁶⁷⁸. O modelo de concepção estratégica segue o preconizado nos outros programas estratégicos visando à obtenção de contratação de uma empresa internacional, em associação com empresas brasileiras, para a construção em território nacional, cujos contratos serão assinados mediante acordo entre Estados incluindo transferência de tecnologia e *offsets*. De acordo com informações da Marinha, “*no PRONAE, está prevista a transferência de tecnologia em todo o seu período de execução, principalmente, na fase de construção, o que permitirá a troca de informações diretamente entre os representantes da MB e dos fabricantes dos sistemas a serem instalados nos navios*”⁶⁷⁹.

Neste Programa, a Marinha do Brasil busca parceria para desenvolver um novo modelo de navio aeródromo do tipo *Catapult Assisted Take Off Barrier Arrested Recovery* (Catobar). Os caças a bordo de um navio aeródromo deste tipo realizam decolagem assistida por catapulta e são recuperados por arresto. Existem outros sistemas de lançamento de

⁶⁷⁷ Uma Diretoria Estratégica. Entrevista da Marinha em Revista com o

⁶⁷⁸ CORRÊA DE SÁ, André Luiz. Avaliação da capacidade de construção naval do País para implementação do Programa de Reparagem da Marinha: Participação do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro no PRM: perspectivas e óbices. Monografia, Curso de Política e Estratégia Marítimas, Escola de Guerra Naval, 2012. P. 61. Disponível em <<https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/biblioteca/monografias/cpem/2012/34CPEM12%20MONO%20ETM%20ANDRE.pdf>>. Acessado em 13 de fevereiro de 2016.

⁶⁷⁹ Programa de Obtenção dos Navios-Aeródromos. Marinha do Brasil. Disponível em <http://www.mar.mil.br/hotsites/sala_imprensa/html/pronae.html>. Acessado em 13 de fevereiro de 2016.

aeronaves a partir de navios aeródromos, tais como *Short Take-Off But Arrested Recovery* (Stobar), *Short Take Off and Vertical Landing* (Stovl) e o mais moderno *Electromagnetic Aircraft Launch System* (Emals). Atualmente, só os navios aeródromos franceses e estadunidenses utilizam este tipo de sistema. Na Marinha dos EUA, o USS Enterprise, o primeiro navio aeródromo nuclear, e a classe Nimitz utilizam sistema Catobar. Na França, o único navio aeródromo de propulsão nuclear da Marinha, o *Charles De Gaulle*, também utiliza este sistema de catapultas.

O novo modelo de aeródromo projetado pela DCNS para a Marinha francesa teve sua construção anunciada em 2004. No entanto, devido aos onerosos custos de manutenção, a DGA optou pela propulsão Diesel-elétrica e não nuclear. Além de este modelo ter sido oferecido à Marinha do Brasil, foi oferecido também a Marinha da Índia. O fato deste modelo poder realizar lançamento por meio do sistema Catobar e, por a França se comprometer a transferir tecnologia, entre a empresa estadunidense *Gibs & Cox* e a DCNS, a tendência é que a francesa seja a favorita na licitação. Sobre o Pronae, a *Mer et Marine* ressalta que os problemas econômicos enfrentados pelo Brasil, além de atrasarem o Programa, tornam discutíveis as ambições brasileiras em ter uma força naval de envergadura.⁶⁸⁰ Afirma ainda que, diante da situação econômica, resta a Marinha do Brasil reformar o já obsoleto navio aeródromo, comprado da França, na década de 1990, o ex-Foch.⁶⁸¹ Este era o nome deste navio aeródromo antes de ser batizado pela Marinha do Brasil de São Paulo. Ele foi construído em 1963 e vendido pela França à Marinha do Brasil por meio de compra de oportunidade. Já sofreu três grandes reformas no AMRJ e sua capacidade operacional se encontra significativamente limitada.

Em novembro de 2014, foi anunciado que a DCNS venceu licitação para participar da reforma do NAe São Paulo por dois anos. Em abril de 2015, a Marinha do Brasil tornou pública minuta assinada entre o ministério da Defesa do Brasil e o da França referente ao ajuste técnico para elaboração do projeto de concepção e das especificações técnicas do projeto preliminar para a modernização do São Paulo, incluindo a fase de preparação. De acordo com informações publicadas na mídia especializada *Poder Naval Online*, o planejamento e o acompanhamento das atividades necessárias para a elaboração do projeto de concepção e do detalhamento do programa de modernização terão como foco: o sistema de

⁶⁸⁰ *La marine brésilienne étudie la refonte de l'ex-Foch et s'intéresse au Gripen*. Mer et Marine, 13 de novembro de 2014. Disponível em < <http://www.meretmarine.com/fr/content/la-france-tres-interessee-par-le-projet-indien-de-nouveau-porte-avions> >. Acessado em 14 de fevereiro de 2016.

⁶⁸¹ *La marine brésilienne étudie la refonte de l'ex-Foch et s'intéresse au Gripen*. Mer et Marine, 13 de novembro de 2014. Disponível em < <http://www.meretmarine.com/fr/content/la-france-tres-interessee-par-le-projet-indien-de-nouveau-porte-avions> >. Acessado em 14 de fevereiro de 2016.

geração e distribuição de energia, o sistema de propulsão Diesel-elétrico, o sistema geração de vapor para as catapultas e o arranjo geral e condições de estabilidade da nova configuração.

⁶⁸² Em julho de 2015, anunciou-se também que a DCNS foi contratada pelo AMRJ para modernizar os sistemas de esgotamento do dique Almirante Régis pelo valor de aproximadamente onze milhões e seiscentos mil reais.

Conforme determinado na END, os meios aeronavais e de fuzileiros navais estão subordinados à estratégia negacionista. Isto significa que, respectivamente, as tarefas de controlar áreas marítimas e projetar poder sobre terra estão subordinadas à negação do uso do mar. No entanto, assim como a EAM e RAM trouxeram mudanças de paradigmas para o conceito de controle do mar e negação do uso do mar, houve mudanças no exercício da projeção de poder também. De acordo com Domício Proença Júnior e Érico Duarte, até a década de 1990,

o aparato militar dos Estados Unidos sustentava uma capacidade de projeção de força intercontinental sem igual. Unidades militares eram posicionadas permanentemente em bases terrestres fora dos Estados Unidos, deslocadas e disponibilizadas em alto mar e ocasionalmente deslocadas para exercícios, treinamento combinado ou interações com outras forças militares. É dessa forma que eles têm sustentado o seu sistema de forças de deslocamento rápido.⁶⁸³

Através de instalações de bases terrestres é que potências hegemônicas sustentam a capacidade militar de intervir em qualquer parte do mundo. Neste sentido, a capacidade operacional de aprestamento das forças terrestres tem que atender de prontidão as demandas das Marinhas de guerra. Ao que parece, as preocupações da Marinha francesa para o século XXI são também as preocupações da Marinha dos EUA quanto à necessidade de as forças navais dependerem cada vez mais de bases no mar, sem qualquer apoio terrestre. Rank Randall Junior complementa as concepções estratégicas do almirante francês Dufourcq, discutidas no capítulo anterior, sustentando que, *“assim como mudam as necessidades de uma força combatente moderna, mudam também as exigências de espaço para o*

⁶⁸² Ajuste Técnico entre Brasil e França para modernização do NAe ‘São Paulo’. Pode Naval Online, oito de abril de 2015. Disponível em < <http://www.naval.com.br/blog/2015/04/08/ajuste-tecnico-entre-brasil-e-franca-para-modernizacao-do-nae-sao-paulo/> >. Acessado em 13 de fevereiro de 2016.

⁶⁸³ PROENÇA JÚNIOR, Domício. DUARTE, Érico E. Projeção de poder e intervenção militar pelos Estados Unidos da América. Revista Brasileira de Política Internacional, V. 46, Nº 1. Brasília Jan./June 2003. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292003000100007&script=sci_arttext&tlng=pt >. Acessado em 14 de fevereiro de 2016.

preposicionamento do seu equipamento”⁶⁸⁴. Quanto à prontidão de resposta dos meios anfíbios, Randall considera que os exercícios constantes, testando os equipamentos e os sistemas, são a melhor forma para garantir a disponibilidade destes meios no combate próximo. Quanto ao avanço, este autor considera que “*o transporte marítimo de pronta-resposta continua a ser a base para a sustentação das forças dos EUA mundo a fora*”⁶⁸⁵. Com o fechamento cada vez maior de bases terrestres de potências hegemônicas, como EUA e França, pelo mundo, manter a capacidade de projeção de poder na água torna-se imperativo.

O Brasil, diferentemente destas potências, não possui bases militares em outros países. Os meios anfíbios da Marinha do Brasil estão voltados, conforme consta na END, “*para a defesa das instalações navais e portuárias, dos arquipélagos e das ilhas oceânicas nas águas jurisdicionais brasileiras, para atuar em operações internacionais de paz, em operações humanitárias, em qualquer lugar do mundo*”⁶⁸⁶. Neste documento, além de determinar que, para a Marinha assegurar sua projeção de poder, deverá ter “*meios de Fuzileiros Navais, em permanente condição de pronto emprego*”⁶⁸⁷, afirma que “*o Corpo de Fuzileiros Navais consolidar-se-á como a força de caráter expedicionário por excelência*”⁶⁸⁸.

De acordo com o almirante Antonio Carlos Frade Carneiro, então diretor da Dgepem,

da mesma forma que o ProNAe, existe a necessidade de serem projetados e construídos no Brasil dois Navios-Anfíbios para substituir o NDD (Navio de Desembarque de Doca) Rio de Janeiro, este já descomissionado, e o NDD Ceará - navios recebidos dos Estados Unidos há muito tempo e que se mostram obsoletos e de difícil manutenção. Para sua substituição, a Marinha pretende adquirir a capacidade de projetar e construir no Brasil, com auxílio e transferência de tecnologia de empresas de defesa internacionais. Esses navios são também conhecidos como navios de múltiplos propósitos, pois possuem a capacidade de transporte de tropa, viaturas anfíbias e blindadas, helicópteros, recebimento e tratamento de baixas hospitalares e de comando e controle. Em face de suas capacidades, têm

⁶⁸⁴ RANDALL JR, Frank B. Uma revolução na projeção de poder. Preparar, pôr em condições, avançar. Military Review. 2º Semestre de 2002. P. 16.

⁶⁸⁵ RANDALL JR, Frank B. Uma revolução na projeção de poder. Preparar, pôr em condições, avançar. Military Review. 2º Semestre de 2002. P. 19.

⁶⁸⁶ Estratégia Nacional de Defesa. Ministério da Defesa. P. 21. Disponível em <http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf>. Acessado em 14 de fevereiro de 2016.

⁶⁸⁷ Estratégia Nacional de Defesa. Ministério da Defesa. P. 21. Disponível em <http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf>. Acessado em 14 de fevereiro de 2016.

⁶⁸⁸ Estratégia Nacional de Defesa. Ministério da Defesa. P. 21. Disponível em <http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf>. Acessado em 14 de fevereiro de 2016.

enorme possibilidade de participarem de ações de calamidade pública ou de desastres ambientais; apresentando uma capacidade dual para operações navais e operações de apoio à defesa civil.⁶⁸⁹

Em virtude de restrições orçamentárias, em outubro de 2014, a França anunciou a desativação do navio de desembarque anfíbio francês Siroco. Esta belonave é a segunda de sua classe construída pela DCNS e foi comissionado em 1998. Chile, Portugal e Brasil manifestaram o interesse em adquirí-lo. A fim de atender as demandas do Pronanf, em dezembro de 2014, o então comandante da Marinha, almirante Julio Soares de Moura Neto, designou seis militares para participar de visita técnica e avaliar o navio Siroco, em Toulon. De acordo com a Portaria N° 391/MB, de oito de setembro de 2015, instituída, em caráter temporário, o Grupo de Fiscalização e Apoio (GFA) do Navio Doca Multipropósito (NDM) Bahia, teve por missão, na França:

executar tarefas, que transcendam às atividades intranavio, durante o processo de obtenção do NDM “Bahia”, incluindo o gerenciamento dos recursos financeiros no exterior, a programação e realização dos cursos e treinamentos, a fiscalização técnica do Contrato, a obtenção de equipamentos, serviços e sobressalentes, além do apoio administrativo ao pessoal envolvido no recebimento do navio.⁶⁹⁰

Em quinze de dezembro de 2015, por meio da Portaria N° 554/MB, de quinze de dezembro de 2015, através de uma compra de oportunidade, o Navio Doca Multipropósito (NDM) Bahia, ex navio de assalto anfíbio Siroco, foi incorporado à Marinha do Brasil. Até a sua transferência para o Setor Operativo da Marinha, o NDM Bahia estará subordinado a DGMM.

6.2.3- Parceria Estratégica França-Brasil no Atlântico Sul

Cientes de que a ONU ainda não aceitou o pleito total de prolongamento da plataforma brasileira, a exploração do Pré-sal em águas além das 200 milhas, por exemplo, se configuraria como exploração de recursos naturais fora da jurisdição marítima brasileira.

A prospecção das jazidas de minerais pesados na plataforma continental no início da primeira década do século XXI se baseava principalmente em métodos geofísicos, para

⁶⁸⁹

⁶⁹⁰ Portaria N° 391/MB, de oito de setembro de 2015.

determinação da espessura sedimentar e para a visualização das principais superfícies de discordância e das irregularidades do fundo e subsolo marinho. Mas, já se utilizavam também levantamentos batimétricos, sonográficos e sísmicos.

Em 2009, foi criado pela CIRM o Programa de Prospecção e Exploração de Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial (Proarea). Este Programa é de responsabilidade do MRE e conta com a participação de órgãos governamentais, da comunidade científica e da comunidade acadêmica. O objetivo do Proarea é *“identificar e avaliar a potencialidade mineral de áreas com importância econômica e político-estratégicas para o Brasil, localizadas nesta região”*⁶⁹¹.

Dentre os objetivos deste Programa se encontram: a ampliação da presença brasileira no Atlântico Sul e Equatorial e a coleta de dados para subsidiar futuras requisições brasileiras de áreas de prospecção e exploração mineral junto à Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISBA). O Proarea foi dividido em dois projetos: o de Prospecção e Exploração de Sulfetos Polimetálicos da Cordilheira Meso – Atlântica (Procordilheira) e o de Prospecção e Exploração de Crostas Cobaltíferas na Elevação do Rio Grande (Proerg). De acordo com informações do Ministério de Minas e Energia (MME) de julho de 2014,

nos últimos quatro anos foram investidos cerca de R\$ 90 milhões em pesquisas no Atlântico Sul. Para este ano estão previstos mais R\$ 20 milhões; com a aprovação do pedido brasileiro pela Isba, a CPRM vai investir em pesquisas na Elevação do Rio Grande, mais R\$11 milhões nos próximos cinco anos⁶⁹².

Ao elaborar os códigos de mineração para cada um dos recursos minerais identificados nas águas internacionais, o Brasil poderá submeter seus planos de trabalho para a exploração destes recursos à Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos. De acordo com o Serviço Geológico do Brasil,

o Programa de Prospecção e Exploração de Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial

691 Programa de Prospecção e Exploração de Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial. Marinha do Brasil. Disponível em <<https://www.mar.mil.br/secirm/proarea.html>>. Acessado em 21 de setembro de 2015.

692 Brasil recebe autorização para pesquisar recursos minérios no Atlântico Sul. MME, 23 de julho de 2014. Disponível em <http://www.mme.gov.br/web/guest/area-de-imprensa/-/asset_publisher/AiNH1N2aVCzE/content/brasil-recebe-autorizacao-para-pesquisar-recursos-minerios-no-atlantico-sul;jsessionid=F58CAD0A058385A06347AE1874281861.srv154>. Acessado em 21 de setembro de 2015.

(PROAREA) se constitui num importante instrumento para ampliar a presença brasileira nesta área marítima, por meio da implementação de atividades que propiciarão o desenvolvimento de tecnologia de ponta, a geração de empregos e a qualificação de recursos humanos, contribuindo, dessa forma, para a promoção do desenvolvimento socioeconômico do País e para uma maior inserção brasileira no cenário internacional.⁶⁹³

Conforme demonstrado anteriormente, o Atlântico Sul é uma área de interesse geoeconômico e geoestratégico para o Brasil, por onde trafega 95% da economia nacional. Além disso, o conhecimento e a exploração de recursos vivos e de riquezas minerais alocadas no solo e subsolo do Atlântico Sul implicam, necessariamente, questões de independência, soberania e defesa, nas quais a estatal brasileira Amazul tem por uma de suas principais missões apoiar. Dentre os processos finalísticos da Amazul já mencionados, encontra-se o Veículo de Imersão Profunda (VIP).

Em 25 de abril de 2013, através de um acordo de cooperação entre Brasil e Japão, cientistas de ambos os países participaram de uma expedição inédita denominada Iatá-Piúna, no Atlântico Sul. A expedição foi coordenada pela Agência Japonesa de Ciência e Tecnologia da Terra e do Mar (Jamstec), em parceria com o Instituto Oceanográfico de São Paulo, o Serviço Geológico do Brasil (CPRM)⁶⁹⁴ e outras instituições de pesquisa, como o Centro de Ciências Tecnológicas da Terra e do Mar (CTTMar), da Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Foi a primeira vez que uma equipe de pesquisadores desceu a 4.200 metros até o leito do oceano, a bordo de um submersível tripulado. O grupo se dividiu em duas equipes. Parte do período esta equipe passou no Elevado do Rio Grande e na Dorsal de São Paulo, área onde está localizado o ponto mais profundo do Atlântico Sul. A primeira equipe partiu da Cidade do Cabo, na África, e a segunda equipe passou cerca de duas semanas na área continental brasileira entre Rio de Janeiro e Santos. O objetivo desta missão era comprovar se, no desmembramento dos continentes denominado Pangeia, parte do continente sul americano ficou submerso no Atlântico Sul. Conforme já mencionado, já nas primeiras análises do Proerg foram encontradas no Elevado Rio Grande diversos minerais estratégicos, tais como petróleo, carvão e gás, hidratos de gás, sulfetos e nódulos polimetálicos, crostas cobaltíferas, enxofre, evaporitos, fosforitas, placeres (diamante, ouro e metais pesados), carbonatos, areia e

⁶⁹³ PROAREA. CPRM. P.21. Disponível em < <http://www.cprm.gov.br/geomar/digeom/proarea.pdf> >. Acessado em 21 de setembro de 2015.

⁶⁹⁴ Nome fantasia advindo da razão social Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais. Também conhecida por Serviço Geológico do Brasil.

cascalho⁶⁹⁵. Se comprovada esta teoria, ao Brasil será possível pleitear à Comissão de Limites ONU uma nova extensão territorial, além das já em processo de análise, e numerosas riquezas marinhas e minerais se somarão à economia brasileira no Atlântico Sul.

Os países que dominam a tecnologia de submersíveis com mais de um tripulante e com capacidade de mais de quatro mil metros de profundidade se limitam aos Estados Unidos (Alvin e Trieste, 4.500 e 11.000m), Rússia (Konsul e Mir, 6.500 e 6.000m), Japão (Shinkai, 6.500m), China (7.5000m) e França (Nautile, 6.000).

Em seis de fevereiro de 2015, em Brasília, representantes da CPRM se reuniram com representantes da estatal Amazul para discutirem parcerias para a construção de submersíveis tripulados e não tripulados de pesquisa. Segundo o diretor-presidente da CPRM, Manoel Barretto, *“durante o encontro foram discutidas as possibilidades de uma parceria entre as duas empresas para captação de recursos e a elaboração do projeto dos submersíveis tripulados e não tripulados para alavancar as pesquisas no Atlântico Sul”*⁶⁹⁶. De acordo com Mensagem Administrativa da estatal de 2014,

a AMAZUL foi procurada, pela DCNS, representando o IFREMER, um instituto francês que cuida de pesquisas oceânicas, para participar de parceria de projeto de desenvolvimento de um Veículo de Imersão Profunda (VIP) tripulado nacional, com transferência de tecnologia para empresas nacionais, baseado no Nautile, um VIP já existente naquele instituto e em operação há mais de 20 anos. O projeto, batizado como Iatá-Piúna (fruto de casca dura, em tupi-guarani), seria desenvolvido em conjunto com o IFREMER/DCNS, para exploração e pesquisa do mar profundo, nas proximidades da costa brasileira. Esta iniciativa poderá ser alinhada com a do Navio de Pesquisa Hidroceanográfico “Vital de Oliveira”, já em construção na China pela parceria do Instituto Nacional de

695 DE SOUZA, Kaiser Gonçalves. Descobertas, Potencial e Viabilidade Econômica de Depósitos Minerais da Plataforma Continental Brasileira e Áreas Oceânicas Adjacentes. IV Simpósio Brasileiro de Exploração Mineral. Ouro Preto – MG, 26 de maio de 2010. P. 8. Disponível em <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=7&cad=rja&uact=8&ved=0CEMQFjAG&url=http%3A%2F%2Fwww.adimb.com.br%2Fsimexmin2010%2Fpalestras%2Fdown.php%3Ffile%3Dpalestras%2FAUDITORIO_SAOJOAODELREY%2F26-05%2F71.pdf&ei=NkFzVYya9D4O6ggTxx4LABw&usg=AFQjCNHLAQkx9HyfXOIsM7RN-rP5fVaVAQ&sig2=NbJYWRB2h4xrK9L_9zDY7w&bvm=bv.95039771,d.eXY>. Acessado em 21 de setembro de 2015.

696 CPRM discute parceria para construção de submersíveis. Site da CPRM. Disponível em <http://www.cprm.gov.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?UserActiveTemplate=cprm_layout&inford=3463&sid=48>. Acessado em 21 de setembro de 2015.

Pesquisas Oceânicas e Hidroviárias (INPOH/MCTI), Petrobras, CPRM, MB e VALE.⁶⁹⁷

O VIP é dos processos finalísticos que a Amazul ambiciona desenvolver. A finalidade da estatal é evitar a dependência tecnológica de submersíveis estrangeiros na exploração do mar profundo no Atlântico Sul, por meio de Sociedade de Propósito Específico (SPE)⁶⁹⁸, na qual a empresa estrangeira se compromete com a transferência de tecnologia com a Amazul e demais empresas parceiras. O alcance do VIP será de até seis mil metros de profundidade, com capacidade para três ou quatro tripulantes. Entende-se o VIP nacional como o arrasto tecnológico, fruto do Acordo Militar Brasil-França de 2009.

De acordo com Leonam dos Santos Guimarães, *“a principal característica de um programa de arraste tecnológico é sua motivação, provocada por uma forte vontade política, capaz de criar uma verdadeira bandeira junto a qual uma significativa parcela da sociedade civil estaria pronta a cerrar fileiras”*⁶⁹⁹. Em 1954, o almirante Rickover e sua equipe lançaram, nos EUA, o *Nautilus*, um submarino com propulsão nuclear, independente do ar atmosférica, com total autonomia e com profundidade superior a quatrocentos metros. A participação deste almirante no programa de construção de submarinos nucleares da Marinha dos EUA promoveu uma transformação na Defesa estadunidense, principalmente, pela formação de uma comunidade científica nuclear, instalada, em instituições militares, em empresas e em universidades que trabalhavam isoladas ou em conjunto. O *Nautilus* era da classe Trident e seu reator era capaz de gerar vapor para propulsionar dois eixos motores. Guimarães acrescenta que,

o *Nautilus* não apenas transformou a guerra submarina, mas também lançou as bases para toda uma esquadra nuclear de porta-aviões e cruzadores, bem como da própria indústria de geração nucleoeletrônica civil, pela usina nuclear de Shippingport, construídos pelo Almirante Rickover e suas equipes⁷⁰⁰

⁶⁹⁷ Mensagem Administrativa. AMAZUL. 2014. Disponível em < https://www1.mar.mil.br/amazul/sites/www.mar.mil.br.amazul/files/upload/Relatorio%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20AMAZUL_2014.pdf >. Acessado em 21 de setembro de 2015.

⁶⁹⁸ Modelo de organização empresarial pelo qual se constitui uma nova empresa limitada ou sociedade anônima com um objetivo específico.

⁶⁹⁹ GUIMARÃES, Leonam dos Santos. Estratégias de implementação e efeitos de arraste dos grandes programas de desenvolvimento tecnológico nacionais: experiências do programa nuclear da Marinha do Brasil. Revista Pesquisa Naval, Rio de Janeiro, v. 16, 2003. P. 196.

⁷⁰⁰ GUIMARÃES, Leonam dos Santos. Lições de Gestão de um Almirante. Movimento de Solidariedade Ibero-Americano. Disponível em < <http://www.msia.org.br/c---t/655.html> >. Acessado em 15 de fevereiro de 2016.

O programa estratégico de construção de submarinos nucleares da Marinha dos EUA gerou ambientes favoráveis ao estímulo e ao fomento do desenvolvimento de todas as suas potencialidades e propiciou a motivação necessária capaz de convencer os diversos setores dos benefícios estratégicos e sociais derivados deste Programa. Assim, para além das questões bélicas, os submarinos construídos no Pós Guerra Fria também despertaram a humanidade para novas possibilidades, à medida que os seus aprimoramentos e suas inovações tecnológicas no campo da profundidade, da autonomia, da manobrabilidade e da velocidade, permitiram construir outros tipos de tecnologias submarinas para atender as demandas estratégicas e sociais.

A 2ª Guerra Mundial também produziu outro conceito: tecnologia de uso dual. Segundo Waldimir Pirró e Longo, *“pode-se definir tecnologia de uso dual (ou duplo) como aquela tecnologia que pode ser utilizada para produzir ou melhorar bens ou serviços de uso civil ou militar”*⁷⁰¹. A partir do fim da 2ª Guerra Mundial, surgiram vários outros tipos de submarinos de uso dual capazes de alcançar enormes profundidades. O batiscafo é um exemplo disso. Este mini-submarino⁷⁰² foi inventado em 1947, pelo suíço Auguste Antoine Piccard (1884-1962) para medir a profundidade dos oceanos. O submersível Trieste foi o primeiro deste tipo e realizou a sua primeira imersão em 26 de agosto de 1953, na Ilha de Capri, no mar Mediterrâneo. Embora tenha sido Auguste Piccard o inventor do submersível, foi seu filho, Jacques Piccard (1922-2008), junto com o Tenente da Marinha estadunidense Don Walsh, em 23 de janeiro de 1960, que desceram pela primeira vez ao fundo do oceano, no veículo Trieste, na Fossa das Marianas, nas costas das Filipinas, no oceano Pacífico. Eles permaneceram submersos por vinte minutos no fundo do oceano, numa expedição que durou aproximadamente nove horas. A profundidade alcançada de 10.911 metros ainda hoje é um record mundial. De acordo com Ashcroft,

a viagem do Trieste provou que as pessoas podem descer ao solo do oceano e retornar incólumes, e seu sucesso produziu uma nova geração de submersíveis em que o incômodo tanque de

⁷⁰¹ LONGO, Waldimir Pirró e. Tecnologia Militar: conceituação, importância e cerceamento. Tensões Mundiais, Fortaleza, V. 3, Nº 5, julho/ dezembro de 2007. P. 122. Disponível em < https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiU-dvE-vjKAhVEG5AKHRyMDG4QFggdMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.waldimir.longo.nom.br%2Fartigos%2F112%2520A.doc&usg=AFQjCNHMOZioZ9sBQ-u1mpwNWSmtZQvU-w&sig2=fB819pM_CCRw0cFuTY4NBg >. Acessado em 15 de fevereiro de 2016.

⁷⁰² A partir daqui será chamado de submersível.

flutuação foi substituído por uma quilha de pressão que assegura a flutuação primária.⁷⁰³

Atualmente, os países dispõem de sumersíveis tripulados que são capazes de, respectivamente, atingir profundidades superiores a 6.000 metros. Os submersíveis não tripulados são capazes de atingir profundidades acima de 11.000 metros e são denominados Veículo Submarino Operado Remotamente (ROV). Estes veículos evitam que vidas humanas possam ser desperdiçadas e permitem que o fundo do mar e as estruturas submarinas sejam observadas remotamente. São utilizados em missões militares e civis que vão desde detecção de minas, operações anfíbias e de defesa costeira até naufrágios, busca, salvamento, manchas de poluição e mapeamento de áreas de trabalho.

Em 1984, a DCNS desenvolveu o submersível *Nautilus* para o Instituto Francês de Investigação para a Exploração do Mar (Ifremer). Este submersível pode alcançar profundidade de até 6000 metros. O *Nautilus* já foi empregado em diversas missões, tais como na exploração do navio naufragado Titanic, na exploração do navio petroleiro naufragado Prestige e, em 2009, o submersível *Nautilus* atuou nas buscas dos restos da tragédia do Voo AF 477 da *Air France* no Atlântico Sul.

Desde o ano de 2014, a Amazul estuda a parceria com a DCNS, o Ifremer e a CPRM para desenvolverem por meio de SPE o VIP nacional. A fim de angariar recursos para o projeto, a proposta foi apresentada à Finep. Propostas semelhantes também foram apresentadas à Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) e à Federação das Industrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs).

6.3 - A França, o Brasil e a Redistribuição das Capacidades no Sistema Internacional

O Onze de Setembro trouxe ao mundo novas concepções estratégicas, revisitando o emprego de velhas estratégias de guerra, como as intervenções militares dos EUA no Afeganistão e no Iraque e fortalecendo novas estratégias de guerra, como a defesa contra as novas ameaças. Estas novas concepções estratégicas têm justificado e legitimado o crescimento vertiginoso dos gastos em defesa dos países. Embora a França, a princípio, tenha se solidarizado com os EUA e contribuído com o envio de tropas militares para a Operação Liberdade Duradoura no Afeganistão, em represália aos atentados terroristas em território

⁷⁰³ AHCROFT, Frances. A vida no limite: a ciência da sobrevivência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. P. 102

estadunidense, após Bush divulgar seu conjunto de medidas preventivas contra o que ele denominou Eixo do Mal, ela decidiu não apoiar ações militares dos EUA sem a aprovação do Conselho de Segurança da ONU.

Karen Mingst em seu livro *Princípios de Relações Internacionais*, traduzido e publicado no Brasil, em 2009, apresenta três versões para explicar as razões das divergências entre França e EUA a partir do *11 de Setembro* após o lançamento da Doutrina Bush: uma versão liberal, uma versão radical e outra realista. De acordo com Mingst,

um teórico liberal sugeriria que a posição francesa reflete uma crença firme na legitimidade das instituições internacionais, em soluções multilaterais e no direito internacional. O direito internacional e as instituições internacionais postulam que os Estados não devem intervir nos assuntos de outros sem uma causa justa e bem-documentada. Essa posição foi reforçada pelos partidários internos do governo da França: a opinião pública na França opunha-se em massa à utilização de força militar contra o Iraque. A França achava que não havia causa suficiente para intervenção.⁷⁰⁴

O presidente francês Jacques Chirac se posicionou contrário à Doutrina Bush afirmando que os EUA estavam utilizando a ONU para impor o uso da força a favor de seus interesses e que vetaria no Conselho de Segurança qualquer campanha militar sem provas documentadas de que o Iraque tinha armas de destruição em massa. Do ponto de vista liberal, a posição de Chirac frente às pressões de Bush para que a ONU aprovasse a intervenção militar no Iraque pode ser justificada pela revalorização das instituições internacionais e pelo multilateralismo das decisões políticas no sistema internacional. Desde antes de a guerra contra o Iraque ser declarada por Bush, os EUA defendiam que, após a queda de Saddam Hussein (1979-2003), por terem liderado a coalizão, os estadunidenses e ingleses tinham o direito de liderar a reorganização do futuro do Iraque e que o governo iraquiano fosse provisoriamente entregue a um general estadunidense. O general Tommy Franks, comandante das operações em curso, seria o indicado. Chirac defendia o papel central da ONU na transição política do Iraque.

Do ponto de vista radical, Mingst argumenta que,

um teórico radical poderia dizer que os Estados Unidos estavam apenas agindo como sempre agiram no passado – como uma

⁷⁰⁴ MINGST, Karen. *Princípios de Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. P. 72.

potência imperialista. Porém, como os Estados Unidos tornaram-se mais dependente de outros, em particular na questão do petróleo, “recorreram”, como afirmou um autor francês, “a uma demonstração de império optando por adotar ações militares e diplomáticas contra uma série de potências insignificantes denominadas, para efeito cênico, “o eixo do mal” ...”. “A França opõe-se a essa política.”⁷⁰⁵

Além das escolas, universidades, hospitais, edifícios públicos, arquivos, bancos e museus, a devastação na indústria petrolífera iraquiana foi estarrecedora por meio de ataques e bombardeios constantes, pilhagens e sabotagens. Os radicais alegavam que apenas os poços de petróleo e o ministério foram poupados pelos ataques preventivos dos EUA, à medida que os barris em terra constituíam o único interesse geoestratégico e o ministério reunia os dados geológicos e geofísicos das reservas de petróleo iraquiana que justificam tal operação. Os equipamentos das empresas petrolíferas iraquianas foram pilhados à medida que poderiam ser substituídos pelos modernos equipamentos das empresas estrangeiras que acompanhavam as operações. Desde a primeira crise do petróleo da década de 1970, os países têm buscado formas de energia alternativas ao petróleo. Isso somado as recentes teorias de que as reservas mundiais de petróleo estão se esgotando, as empresas petrolíferas vêm no Oriente Médio a possibilidade de se reposicionarem na economia mundial. 75% das reservas mundiais de petróleo se encontram no Oriente Médio e o Iraque tem a segunda maior reserva do mundo. As reservas iraquianas somente são superadas pelas reservas da Arábia Saudita. Desde 2004, diversas empresas inglesas se encontram no Iraque, tais como Siemens, HSBC, BBC, Amec, Enterplan, Armor Group, Schneider Electric UK, Eaton Electric Europe, Aggreko, Foster Wheeler UK, Halcrow, Inclarity Plc, Petrel Resources (Anglo-Irish), entre outras. A Inglaterra foi um dos países que apoiou a intervenção militar liderada pelos EUA no Iraque em 2003. Devido às guerras na região, o primeiro leilão para venda dos direitos de exploração do novo governo iraquiano só ocorreu em junho de 2009. Em dezembro deste mesmo ano, foi realizado outro leilão de dez campos petrolíferos, no qual 44 empresas petrolíferas estrangeiras participaram.

Enquanto estas empresas inglesas mantinham como foco o petróleo iraquiano, o novo governo que assumiu a França, a partir de 2007, assinou com o primeiro-ministro iraquiano, Nouri al-Maliki, um acordo de cooperação para promover as relações comerciais bilaterais

⁷⁰⁵ MINGST, Karen. *Princípios de Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. P. 72.

entre os dois países nas áreas de transportes, construção de aeroportos, segurança, abastecimento de água e energia nuclear⁷⁰⁶.

Do ponto de vista do realismo das Relações Internacionais, a posição francesa em resistir à política hegemônica e unilateral dos EUA na Guerra do Iraque pode ser justificada assim:

um realista indicaria dois fatores que poderiam explicar a posição da França. Em primeiro lugar, a França agia em seu próprio interesse. Os líderes franceses achavam que uma invasão do Iraque tornaria a França menos segura, em vez de mais segura. Dessa perspectiva, partir para uma ação contra o Iraque resultaria no recrutamento de mais terroristas para a causa radical, o que fortaleceria a Al Qaeda e alimentaria o sentimento antecedente no Oriente Médio. É provável que o exercício da força contra o Iraque não detivesse os terroristas, visto que a maioria deles não tem nenhuma pátria geográfica. Além do mais, a França tem uma população muçulmana de tamanho considerável, e grupos terroristas locais poderiam ficar mais propensos a focalizar alvos franceses, o que deixaria o país menos seguro. Uma segunda explanação da perspectiva realista, se bem que menos satisfatória, é que a posição da França é parte de uma tentativa existente há muito tempo de equilibrar o poderio americano e tornar o sistema internacional multipolar. Isso restabeleceria a França como uma grande potência em relações internacionais, e restauraria la gloire et la grandeur de la França.⁷⁰⁷

Chirac receava que o apoio francês à intervenção militar da coalizão liderada pelos EUA pudesse ser retaliada por terroristas em território francês. Este presidente francês considerava a Guerra no Iraque como uma aventura desencadeada pelos EUA que, além de exacerbar as clivagens entre comunidades e comprometer a integridade do Iraque, fragilizou a estabilidade na região do Oriente Médio, na qual cada país, a partir de 2003, aumentaria seus investimentos em defesa.

Se, por um lado, Chirac defendia os mecanismos institucionais da ONU no Oriente Médio, por outro, buscou construir parcerias estratégicas com países emergentes. Desde 2006, este presidente francês incentivava a vinda de empresas de seu país para o Brasil. À imprensa internacional, em maio de 2006, Chirac declarou que o Brasil “*será provavelmente um dos*

⁷⁰⁶ Negócios - Empresas no Iraque. Câmara de Comércio e Indústria Brasil – Iraque. Disponível em < <http://www.brasiliraq.com.br/index.php/conteudos/85> >. Acessado em 16 de fevereiro de 2016.

⁷⁰⁷ MINGST, Karen. Princípios de Relações Internacionais. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. P. 72.

grandes países que dominarão a economia mundial em 2050”⁷⁰⁸ e que em torno dele “*constrói-se a unidade de um continente que está sendo convocado para se transformar num dos pólos da estabilidade mundial*”⁷⁰⁹. Pediu que ambos os países desenvolvessem uma plataforma de “*associação mutuamente benéfica, baseada nas transferências de tecnologia, que será a garantia do desenvolvimento futuro [do Brasil]*”⁷¹⁰. A mídia portuguesa também destacou a visita de Chirac ao Brasil em maio de 2006, a relação harmoniosa que tinha com seu homólogo no Brasil e a declaração do presidente francês de que a França e o Brasil têm “*uma vocação natural para agir em conjunto*”⁷¹¹. Nesta visita ao Brasil, Chirac e Lula assinaram seis acordos de cooperação bilaterais. As áreas em que a França defendia a construção da parceria eram, principalmente, energia, defesa e comércio. Nas áreas de energia e defesa, a França buscava ampliar sua atuação nestes mercados protagonizando empresas como a Areva, construtora de reatores nucleares, a Dassault, fabricante dos caças de combate Rafale, e a DCNS, construtores de submarinos convencionais e nucleares.

Em maio de 2006, em discurso no Congresso Nacional do Brasil, Chirac declarou que,

se, por um lado, defendeu uma abordagem alternativa da globalização, por meio de esforços solidários para diminuir a pobreza e a miséria, Chirac disse não ter ilusões quanto à necessidade de fortes investimentos em ciência, tecnologia e em técnicas comerciais e financeiras como meios de os países enfrentarem uma competição econômica que não cessará.⁷¹²

Chirac completou o discurso dizendo “*que a França e o Brasil devem unir suas vocações em prol de "um mundo multipolar harmonioso" e contra a "globalização desenfreada"*”⁷¹³. Para este presidente francês, “*o Brasil "deverá ser membro ativo" de um*

⁷⁰⁸ Chirac incentiva empresas francesas a ampliarem presença no Brasil. Diário do Grande ABC, 25 de maio de 2006. Disponível em < <http://www.dgabc.com.br/Noticia/341644/chirac-incentiva-empresas-francesas-a-ampliarem-presenca-no-brasil->>. Acessado em 16 de fevereiro de 2016.

⁷⁰⁹ Chirac incentiva empresas francesas a ampliarem presença no Brasil. Diário do Grande ABC, 25 de maio de 2006. Disponível em < <http://www.dgabc.com.br/Noticia/341644/chirac-incentiva-empresas-francesas-a-ampliarem-presenca-no-brasil->>. Acessado em 16 de fevereiro de 2016.

⁷¹⁰ Chirac incentiva empresas francesas a ampliarem presença no Brasil. Diário do Grande ABC, 25 de maio de 2006. Disponível em < <http://www.dgabc.com.br/Noticia/341644/chirac-incentiva-empresas-francesas-a-ampliarem-presenca-no-brasil->>. Acessado em 16 de fevereiro de 2016.

⁷¹¹ França e Brasil selam "parceria estratégica". Público, 26 de maio de 2006. Disponível em < <http://www.publico.pt/mundo/jornal/franca-e-brasil-selam-parceria-estrategica-80867>>. Acessado em 16 de fevereiro de 2016.

⁷¹² Chirac quer Brasil como parceiro da França para "globalização harmoniosa". Agência Senado, 25 de maio de 2006. Disponível em < <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2006/05/25/chirac-quer-brasil-como-parceiro-da-franca-para-globalizacao-harmoniosa> >. Acessado em 16 de fevereiro de 2016.

⁷¹³ Chirac quer Brasil como parceiro da França para "globalização harmoniosa". Agência Senado, 25 de maio de 2006. Disponível em < <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2006/05/25/chirac-quer-brasil-como-parceiro-da-franca-para-globalizacao-harmoniosa> >. Acessado em 16 de fevereiro de 2016.

organismo político sugerido pela França para regular o processo de integração global””⁷¹⁴. Na concepção política de Chirac, o Brasil era uma alternativa política, econômica e estratégica para contornar a política externa hegemônica dos EUA no mundo. Ao defender a reforma da política internacional tendo como estratégia a ascensão permanente do Brasil nos organismos institucionais internacionais, a França está buscando promover a sua manutenção em um novo estruturalismo do sistema internacional que, irreversível e irremediavelmente acredita que agrupará as atuais potências emergentes. Embora em um sistema multipolar, o ambiente anárquico seja menos previsível, mais instável e as relações internacionais sejam pouco transparentes, Chirac acreditava que, se há resistência no velho estruturalismo ao maior protagonismo da França, apoiando a construção de um novo estruturalismo do sistema internacional, a França teria maiores chances equilibrando este novo sistema e tendo maior protagonismo nele junto das futuras potências mundiais, em especial, da Rússia, da China, da Índia e do Brasil.

Como discutido no **Capítulo 5**, transferência de tecnologia é uma decisão política. Nenhum Estado aceita transferir conhecimentos estratégicos para outro Estado se não houver um interesse estratégico. Dentro da análise sistêmica de Kenneth Waltz, é possível perceber que a França busca reformar o sistema internacional no âmbito de uma distribuição de capacidades que inclui além da transferência de tecnologia estratégica, a ampliação e a diversificação das relações econômicas, discussões multilaterais em fóruns globais, construções de parcerias estratégicas, apoio ao pleito de países emergentes por assento permanente no CSONU etc.

Na área comercial, desde 2006, as relações entre Brasil e França cresceram vertiginosamente. Apesar da retração do comércio bilateral em 2009 devido à crise econômica mundial, em 2013, houve uma recuperação deste comércio. Conforme o *Invest Export Brasil*, do MRE,

segundo dados do Banco Central, a França foi o 8º maior investidor estrangeiro no Brasil em 2013, com cerca de US\$ 1,5 bilhão em fluxo e pouco mais de US\$ 20 bilhões em estoque. São quase 500 empresas francesas instaladas no Brasil, dentre as quais se encontram filiais de 36 empresas.⁷¹⁵

⁷¹⁴ Chirac quer Brasil como parceiro da França para "globalização harmoniosa". Agência Senado, 25 de maio de 2006. Disponível em < <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2006/05/25/chirac-quer-brasil-como-parceiro-da-franca-para-globalizacao-harmoniosa> >. Acessado em 16 de fevereiro de 2016.

⁷¹⁵ Como Exportar: França / Ministério das Relações Exteriores. Brasília: MRE, 2014. P. 69. Disponível em < <http://www.investexportbrasil.gov.br/sites/default/files/publicacoes/comoExportar/CEXFranca.pdf> >. Acessado em 16 de fevereiro de 2016.

Apesar de uma nova retração no comércio bilateral registrada em 2014, mesmo com a redução do déficit comercial brasileiro, neste mesmo ano, a França se tornou o 20º maior cliente do Brasil e 11º maior exportador, na qual o comércio bilateral de bens de consumo alcançou a marca de US\$ 8,6 bilhões. Na conjuntura da UE, a França se destacou como o quarto maior parceiro comercial do Brasil. O governo brasileiro sustenta que a retração de 2014 teve como causas o desaquecimento da economia francesa, a estagnação da demanda europeia em geral e a valorização do real.⁷¹⁶ Embora, historicamente, as exportações brasileiras para a França sejam concentradas em produtos de base, como minério de ferro e soja, as importações brasileiras da França são significativamente diversificadas, incluindo componentes com alto teor tecnológico agregado, em especial, nas áreas de aeronáutica, autopeças e fármacos.

Boa parte da quantidade de investimentos franceses no Brasil nos últimos é reflexo do aumento da capacidade instalada das grandes empresas francesas que já se encontravam no mercado brasileiro. Em virtude de estas empresas estarem ampliando e diversificando suas linhas de atuação neste mercado, em diversas regiões do país, além de áreas comerciais, as empresas francesas têm se interessado em participar de setores estratégicos, tais como, tecnologia da informação, petróleo, hidroeletricidade, trens de alta velocidade, aeroportos e, como já mencionado, energia nuclear e defesa.

Em estudo realizado pela empresa de consultoria e auditoria PwC intitulado “*Brasil, Tendências de Fusões & Aquisições*”⁷¹⁷, em 2016 foram realizadas 597 operações de fusão e aquisição e, no ano de 2015, foram realizadas 742 operações de fusão e aquisição de empresas brasileiras por empresas francesas. Depois dos EUA, a França se tornou o segundo maior investidor estrangeiro no Brasil. O jornal francês *Radio France Internationale* (RFI) entrevistou o consultor da PwC, Manoel De Goeij, para esclarecer as razões destas aquisições. De acordo com o consultor, existem três principais motivos:

primeiramente, as empresas francesas que fizeram aquisições têm uma estratégia de longo prazo. O Brasil ainda está passando por um período difícil, mas ainda há muitas oportunidades a médio e longo prazo. O Brasil é uma das maiores economias do

⁷¹⁶ Como Exportar: França / Ministério das Relações Exteriores. Brasília: MRE, 2014. P. 64. Disponível em < <http://www.investexportbrasil.gov.br/sites/default/files/publicacoes/comoExportar/CEXFranca.pdf>>. Acessado em 16 de fevereiro de 2016.

⁷¹⁷ Franceses bateram recorde de compras de empresas brasileiras em 2016. RFI, Primeiro de março de 2017. Disponível em < <http://br.rfi.fr/economia/20170301-franceses-bateram-recorde-de-compras-de-empresas-brasileiras-em-2016>>. Acessado em 9 de março de 2017.

mundo, tem mais de 200 milhões de consumidores e estruturas democráticas e jurídicas muito interessantes quando comparadas com outros países emergentes.⁷¹⁸

O segundo ponto favorável para os negócios no Brasil foi a situação de muitas empresas grandes de vários setores. Segundo ele, “*em 2016, havia muitas empresas brasileiras à venda e com dificuldades. Petrobras e Odebrecht tiveram que vender partes da empresa para pagar dívidas*”⁷¹⁹. Por último, a cotação da moeda brasileira se tornou bastante atraente para os investidores franceses. Conforme aponta De Goeij, “*no ano passado, o real esteve muito baixo. Um euro valia quase quatro reais. Isso significou que para os franceses, comprar empresas brasileiras era muito barato*”⁷²⁰. A redução dos investimentos do ano de 2016 comparado com os investimentos de 2015 é reflexo da crise política e econômica brasileira, contudo, os investidores franceses acreditam que a crise é passageira e mantêm as perspectivas de futuras fusões e aquisições de empresas brasileiras.

Logo que Sarkozy assumiu a presidência, comprometeu-se em manter e ampliar a parceria estratégica com o Brasil. Em 2008, Sarkozy e Lula estabeleceram conjuntamente um Plano de Ação no contexto desta Parceria, no qual ambos os países “*reiteram seu compromisso no sentido de ampliar e diversificar o comércio bilateral, de dinamizar os fluxos de investimentos e de intensificar o diálogo sobre os temas econômicos e comerciais bilaterais e internacionais*”⁷²¹. Neste Plano de Ação, estes países se comprometeram em criar um Grupo de Trabalho Econômico e Comercial de Alto Nível Brasil-França e a Câmara de Comércio Franco-Brasileira em Paris.

Por meio deste Plano, o Brasil busca o comprometimento da França em fortalecê-lo multilateralmente nos organismos internacionais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Banco Mundial (BM), a Organização Mundial da Saúde (OMS), a ONU entre outros.

⁷¹⁸ Franceses bateram recorde de compras de empresas brasileiras em 2016. RFI, Primeiro de março de 2017. Disponível em < <http://br.rfi.fr/economia/20170301-franceses-bateram-recorde-de-compras-de-empresas-brasileiras-em-2016> >. Acessado em 9 de março de 2017.

⁷¹⁹ Franceses bateram recorde de compras de empresas brasileiras em 2016. RFI, Primeiro de março de 2017. Disponível em < <http://br.rfi.fr/economia/20170301-franceses-bateram-recorde-de-compras-de-empresas-brasileiras-em-2016> >. Acessado em 9 de março de 2017.

⁷²⁰ Franceses bateram recorde de compras de empresas brasileiras em 2016. RFI, Primeiro de março de 2017. Disponível em < <http://br.rfi.fr/economia/20170301-franceses-bateram-recorde-de-compras-de-empresas-brasileiras-em-2016> >. Acessado em 9 de março de 2017.

⁷²¹ Parceria estratégica entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa. Plano de ação. 2008. Disponível em < http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2008/b_283/ >. Acessado em 16 de fevereiro de 2016.

O século XXI tem exigido cada vez mais que as organizações mundiais busquem a integração econômica objetivando, ao mesmo tempo, satisfazer as necessidades dos Estados e gerar benefícios à comunidade internacional. Tais benefícios devem incluir, conforme Danielle Jacon Ayres Pinto ressalta,

medidas como diminuir ou eliminar barreiras aos produtos, principalmente, os dos países mais pobres, reavaliar e diminuir os custos dos trabalhadores afetados pelo processo de globalização, fortalecer de maneira equitativa as instituições financeiras e comerciais internacionais são medidas imprescindíveis para se construir um poder alicerçado em ganhos absolutos.⁷²²

Neste processo, países desenvolvidos e países em desenvolvimento devem buscar estratégias que combinem novas formas de inserção no comércio internacional, visando à abertura de mercados sustentáveis tanto do ponto de vista econômico quanto do humano.

Como discutido no **Capítulo 1**, a política externa brasileira tem buscado inovar por meio do conceito de multipolaridade benigna, na qual há anseio em modificar a estrutura política do sistema internacional por meio de ações multilaterais mais inclusivas e cooperativas e menos competitivas. Embora tanto o Brasil quanto a França estejam comprometidos na defesa de uma associação mutuamente benéfica, de uma abordagem alternativa da globalização, envidando esforços para diminuir a pobreza e a miséria no mundo, no contexto da Organização Mundial do Comércio (OMC), há divergências entre França e Brasil. Um exemplo disso era a liberalização do mercado agrícola europeu. Enquanto país exportador de produtos de base, a política externa multilateral do Brasil tem buscado assegurar a liberalização deste mercado e pressionado a União Europeia para acabar com os subsídios agrícolas na Europa e nos Estados Unidos. Como medida de retaliação, o Brasil se recusava a realizar concessões sobre os produtos manufaturados enquanto os países europeus não liberassem este mercado, em especial, para o açúcar brasileiro.

⁷²² AYRES PINTO, Danielle Jacon. Brasil e sua participação nas instituições de governança econômica global: a construção de uma política externa de smart power. 1º Seminário Nacional de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Associação Brasileira de Relações Internacionais. Brasília. 12 a 13 de Julho de 2012. P. 7. Disponível em https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=5&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwi3ncHk3fvKAhUJkZAKHeYXDJcQFgg2MAQ&url=http%3A%2F%2Fwww.seminariopos2012.abri.org.br%2Farquivo%2Fdownload%3FID_ARQUIVO%3D428&usg=AFQjCNET07Tqq-9KDle8h7wQMwVJQ1nPtA&sig2=RJVd9Abq2I_DOCmILCzg5A&bvm=bv.114195076,d.Y2I>. Acessado em 16 de fevereiro de 2016.

A Política Agrícola Comum (PAC)⁷²³ é uma política pública europeia que remunera os agricultores europeus pelo item agrícola que eles produzam ou exportam. Ao tornarem a produção mais barata, eles a tornam mais competitiva e aumentam a produtividade. Com esta Política, os agricultores europeus e estadunidenses são os que mais se beneficiam com os subsídios e os agricultores dos países em desenvolvimento que integram a OMC são os mais prejudicados, a medida que vendem muito mais para o próprio mercado e o excesso da produção é destinado aos outros países com preços bem mais reduzidos, nos quais os agricultores locais não têm condições de competir. Se a OMC permitisse acabar com estes subsídios para agricultores europeus e estadunidenses, os agricultores dos países em desenvolvimento teriam maiores chances de sobreviver neste mercado e contribuiriam com os problemas decorrentes da segurança alimentar no mundo. Para que estes subsídios acabem, é necessário que, em uma decisão multilateral, todos os 147 membros da Organização concordassem. No entanto, historicamente, dentre os países europeus, a França é a maior defensora do protecionismo agrícola. Por a França ser o maior produtor agrícola da região é a que mais se beneficia dos subsídios da PAC. Segundo Maria Clara Carisio,

mais do que nunca, a intervenção sobre os preços, o protecionismo agrícola e os subsídios à exportação eram defendidos pelas autoridades francesas como o caminho ideal para aumentar a produção doméstica, reduzir as importações de grãos (pagas em dólares cada vez mais escassos), reconstruir a infraestrutura rural, garantir a segurança alimentar, preservar a identidade nacional, e estimular a demanda por produtos industrializados.⁷²⁴

Durante a Rodada da OMC em dezembro de 2013, os Estados Unidos se comprometeram a propor uma cláusula de quatro anos, na qual não seriam impostas sanções contra os países em desenvolvimento que ultrapassarem o limite de subsídios para programas de segurança alimentar. A UE também sinalizou estar a favor desta proposta.

Em dezembro de 2015, em Nairóbi, a OMC aprovou o acordo que eliminou os subsídios à exportação de produtos agrícolas. O acordo prevê a eliminação dos subsídios entre 2018 e 2023 e os países em desenvolvimento terão uma moratória até 2030 para estabelecer

⁷²³ A PAC foi idealizada no Pós-2ª Guerra Mundial, quando a escassez e racionamento de alimentos abateu a Europa. Estes subsídios tinham por objetivo proteger os agricultores europeus e estabilizar os mercados de alimentos permitindo que os agricultores tivessem uma renda estável e os consumidores obtivessem comida a valores reduzidos.

⁷²⁴ CARISIO, Maria Clara D. A evolução da política agrícola comum da União Europeia e seus efeitos sobre o Brasil. Brasília: FUNAG, 2006. P. 23.

os acordos e sua inserção no comércio internacional. Em comunicado à OMC, o governo brasileiro sustentou que, *“os resultados alcançados em Nairóbi comprovam a capacidade da OMC em alcançar resultados relevantes num contexto multilateral e não discriminatório, quando há efetivo engajamento de seus membros”*⁷²⁵.

Desde 2005, quando o grupo dos países mais ricos (G8) convidou o então G5, grupo constituído por economias emergentes (Brasil, China, Índia, México e África do Sul), para participar como convidado da reunião da Cúpula, em Gleanegles, na Escócia, os países emergentes têm pressionado o G8 para aumentar seus membros.

O G20 é um grupo criado em 1999, constituído por ministros da economia e presidentes de bancos centrais dos dezenove países de economias mais desenvolvidas do mundo, mais países membros da União Europeia, no qual cooperações e consultas sobre assuntos financeiros internacionais são debatidas. Diferente do G8, no qual os países mais ricos do mundo buscam assegurar apenas os seus interesses financeiros no sistema internacional, no G20, as discussões não se limitam às questões financeiras e econômicas, mas também a questões relacionadas à saúde, ao desenvolvimento sustentável, às mudanças climáticas etc.

O Brasil participa do G20, porém, não participa do G8. Desde 2008, Sarkozy defendia a ampliação do G8 para G14, incluindo, a adesão do Brasil neste grupo. Durante conferência com a imprensa internacional, o presidente francês defendeu que, *“com o presidente Lula, manifestámos a nossa vontade de fazer evoluir o G8, não que o G8 tenha deixado de ser útil, mas claramente a representatividade do G8 não é suficiente”*⁷²⁶. Sarkozy acrescentou durante a coletiva que, *“não vejo como poderemos convencer um país de mais de um bilhão de habitantes, como a Índia, a assumir sua parte na luta contra a mudança climática se a convidamos, apenas, para o final da cúpula, para pagar a conta”*⁷²⁷. O G8 promovia encontros anuais com a participação de chefes de governo e de Estado dos sete países mais industrializados do mundo mais a Rússia. A agenda do encontro de 2003, além de convidar países emergentes, discutiu durante a reunião temas como combate ao terrorismo, a reconstrução do Iraque, programa nuclear norte coreano, Aids e economia mundial. Lula,

⁷²⁵ OMC elimina subsídios agrícolas e beneficia países em desenvolvimento. Folha de São Paulo, em 19 de dezembro de 2015. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/12/1721227-omc-elimina-subsidios-agricolas-e-beneficia-paises-em-desenvolvimento.shtml> >. Acessado em 16 de fevereiro de 2016.

⁷²⁶ G14: Sarkozy quer G8 mais potências emergentes. TVI24, 10 de julho de 2009. Disponível em <<http://www.tvi24.iol.pt/internacional/franca/g14-sarkozy-quer-g8-mais-potencias-emergentes>>. Acessado em 16 de fevereiro de 2016.

⁷²⁷ G14: Sarkozy quer G8 mais potências emergentes. TVI24, 10 de julho de 2009. Disponível em <<http://www.tvi24.iol.pt/internacional/franca/g14-sarkozy-quer-g8-mais-potencias-emergentes>>. Acessado em 16 de fevereiro de 2016.

além de aproveitar a ocasião para negociar a criação de um grupo constituído por Índia, Brasil e África do Sul a fim de ampliar a cooperação multilateral e fortalecê-la nos organismos internacionais, em discurso durante a reunião como convidado, criticou os subsídios à agricultura e propôs a criação de um programa mundial Fome Zero, semelhante ao do Brasil, subsidiado com um imposto sobre o comércio internacional de armas.

De acordo com María del Pilar Bueno,

a partir da crise econômica e financeira global, o G20 se converteu em um espaço ampliado – ocupando assim o lugar do G8 – de debate em matéria econômica. Ali, foram convocados países como Brasil, Índia, África do Sul, China, Argentina, Coreia do Sul, Indonésia, México e Turquia.⁷²⁸

As economias das potências emergentes podem contribuir de forma impactante na resolução dos problemas mundiais e países europeus têm defendido cada vez mais que o G8 seja mais democrático. Em virtude da resistência de países industrializados em aceitar a adesão de potências emergentes no G8, cada vez mais o G20 se mostrava como alternativa ao G8 para solucionar os problemas provocados pela crise mundial. Durante reunião do G8, em 2009, Celso Amorim afirmou que, “*o chefe de governo italiano, Silvio Berlusconi, acha que "o G8 poderá continuar se reunindo normalmente, mas que o encontro com os emergentes deva durar mais tempo", não apenas algumas horas depois da cúpula do G8*”⁷²⁹. Conforme ressaltado pelo MRE,

em matéria de governança econômica internacional, a França revela-se importante aliado brasileiro ao reconhecer tanto a necessidade de maior participação das potências emergentes quanto a importância de medidas de estímulo ao crescimento e ao emprego para enfrentar as crises. Nessa linha, o Governo francês foi um dos principais proponentes da substituição do G-8 pelo G-20 como principal foro de articulação econômica e financeira, a partir de 2008.⁷³⁰

⁷²⁸ BUENO, María del Pilar. Las potencias medias en la arquitectura climática global: la hibridación de la brecha nortesur. Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, V.2, N°4, Jul-Dez. 2013. P. 208. Disponível em < <http://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/viewFile/40483/26980>>. Acessado em 16 de fevereiro de 2016.

⁷²⁹ Brasil e França defendem integração rápida de reuniões do G8 com o G5. Último Segundo, em nove de julho de 2009. Disponível em <<http://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/brasil-e-franca-defendem-integracao-rapida-de-reunioes-do-g8-com-o-g5/n1237628228979.html>>. Acessado em 16 de fevereiro de 2016.

⁷³⁰ República Francesa. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5176&Itemid=478&cod_pais=FRA&tipo=ficha_pais&lang=pt-BR>. Acessado em 16 de fevereiro de 2016.

Dentre as prioridades da presidência francesa no G20, em janeiro de 2011, Sarkozy se comprometeu em reformar o sistema monetário internacional, reforçar a regulação financeira, combater a volatilidade dos preços das matérias-primas, apoiar o emprego e reforçar a dimensão social da globalização, combater a corrupção e promover o desenvolvimento tendo a África como prioridade. Neste mesmo ao assumir o duplo desafio de presidir o G20 e o G8, ao mesmo tempo, considerando as resistências internas dos países membros do G8 a inclusão de novos membros, Sarkozy propôs

transformar o G20 num órgão de gestão de crises, capaz de conceber e de aprovar reformas estruturais, para pôr fim aos desequilíbrios mundiais e reforçar a regulação da globalização. Esta globalização tem desencadeado uma dinâmica importante e um aumento do nível de vida de milhões de pessoas. Mas tem gerado, também, desequilíbrios e ameaças de dimensão mundial.⁷³¹

A primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Unced) foi realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992. Dez anos depois, o Rio de Janeiro sediou a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (UNCSD), mais conhecida como *Rio+20*. Nesta Conferências, os chefes de Estados se comprometeram em reafirmar a *“determinação em livrar a humanidade da fome e da miséria por meio da erradicação de todas as formas de pobreza e da luta por sociedades justas, equitativas e inclusivas em prol da estabilidade econômica e do crescimento para o benefício de todos”*⁷³² e se comprometeram em demandar *“esforços para acelerar o progresso na consecução dos objetivos de desenvolvimento acordados internacionalmente, inclusive os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, até 2015, melhorando assim as vidas dos mais necessitados”*⁷³³. Dentre estes objetivos traçados no ano de 2000, 191 nações firmaram o compromisso internacional em reduzir a pobreza, promover a universalização da educação primária focado na ampliação do acesso obrigatório, promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres, reduzir a mortalidade infantil, reduzir a mortalidade materna, universalizar o

⁷³¹ G20/G8 : uma presidência francesa realista e ambiciosa. Embaixada da França em Portugal, em 21 de abril de 2011. Disponível em <<http://www.ambafrance-pt.org/G20-G8-uma-presidencia-francesa>>. Acessado em 16 de fevereiro de 2016.

⁷³² O futuro que queremos. Ministério do Meio Ambiente do Brasil. P. 2. Disponível em <http://hotsite.mma.gov.br/rio20/wp-content/uploads/Zero_Draft_PORT.pdf>. Acessado em 16 de fevereiro de 2016.

⁷³³ O futuro que queremos. Ministério do Meio Ambiente do Brasil. P. 2. Disponível em <http://hotsite.mma.gov.br/rio20/wp-content/uploads/Zero_Draft_PORT.pdf>. Acessado em 16 de fevereiro de 2016.

tratamento de pacientes com HIV/Aids, estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento e garantir a sustentabilidade ambiental. De acordo com a ONU, a UnCED tem por objetivo

assegurar um comprometimento político renovado para o desenvolvimento sustentável, avaliar o progresso feito até o momento e as lacunas que ainda existem na implementação dos resultados dos principais encontros sobre desenvolvimento sustentável, além de abordar os novos desafios emergentes.⁷³⁴

O principal produto de exportação do Brasil para a Europa e para os EUA eram os biocombustíveis⁷³⁵. O açúcar, historicamente, mola mestra da economia agroexportadora do Brasil, foi associado pelo governo Lula ao compromisso do Brasil com o desenvolvimento sustentável. Lula denominava o programa de biocombustíveis⁷³⁶ como uma Revolução Dourada, na qual os biocombustíveis produzidos pelo Brasil eram constituídos pela combinação da terra, do sol e de tecnologia de ponta, apta a contribuir com o desenvolvimento sustentável mundial. Esta fonte de energia pode ser utilizada como aditivos ou complemento aos combustíveis fósseis, tais como o Diesel, a gasolina, o querosene e o gás combustível. A adição no Diesel é denominada Biodiesel e adição na gasolina é denominada Etanol. Comparado aos países desenvolvidos, o Brasil se destaca tanto pela qualidade da tecnologia desenvolvida quanto ao fato de o país deter a melhor relação custo/benefício nessa área. Segundo Julio Cesar Pinguelli Jacomo,

a vantagem comparativa do Brasil em relação aos biocombustíveis pode ser fundamental para a consolidação do desenvolvimento do país e do seu novo papel no mundo. Por possuir uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo – com mais de 45% das fontes energéticas advindas de fontes renováveis, enquanto que nos países do norte essa participação não passa de 30% – o país se insere no sistema internacional de forma estratégica.⁷³⁷

⁷³⁴ Sobre a Rio+20. ONU. Disponível em <<http://www.onu.org.br/rio20/sobre/>>. Acessado em 16 de fevereiro de 2016.

⁷³⁵ Biocombustíveis são os combustíveis líquidos, sólidos ou gasosos produzidos a partir de biomassas utilizados como fonte de energia nos transportes.

⁷³⁶ Legado do Programa Nacional Pró-Álcool desenvolvido na década de 1970 pelo Governo de Ernesto Geisel (1974-1979).

⁷³⁷ JACOMO, Julio Cesar Pinguelli. A “Revolução Dourada”: O Papel dos Biocombustíveis na Política Externa da Administração Lula da Silva. Anais do Seminário Brasileiro de Estudos Estratégicos Internacionais – SEBREEI. Integração Regional e Cooperação Sul-Sul no Século XXI. Porto Alegre, RS. 20 a 22 de junho de 2012. P. 284. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/sebreei/2012/wp-content/uploads/2013/01/Julio-Jacomo.pdf>>. Acessado em 16 de fevereiro de 2016.

Na abertura da Conferência das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, em 2008, Lula defendeu a *Revolução Dourada* para atender as demandas do desenvolvimento sustentável e para desenvolver um novo conceito de segurança energética. Diversos centros de pesquisa e indústrias europeias têm voltado as atenções para a produção de biocombustíveis. Em 2009, embora houvesse resistências de setores agrícolas europeus receosos do desvio de produtos agrícolas da finalidade alimentar, a UE sinalizou positivamente para a adoção do biocombustível e fixou metas para o uso de 20% das fontes renováveis no consumo de energia do bloco e 10% no setor dos transportes. Desde 2006, a França vem reunindo laboratórios por meio do Consórcio denominado Shamash, buscando desenvolver pesquisas para aprimorar a qualidade de seus biocombustíveis e reduzir os custos da produção de acordo com os critérios do desenvolvimento sustentável. Embora, a presidenta brasileira Dilma Rousseff, durante a *Rio+20*, tenha endossado o uso de biocombustíveis como alternativa às fontes carboníferas e como estratégia econômica e ambiental ao desenvolvimento sustentável, mesmo após o fim dos subsídios agrícolas, o mercado de exportação brasileiro de biocombustíveis enfrenta resistências. As culturas agrícolas utilizadas na produção do bioetanol francês, por exemplo, têm por base cereais e outras culturas que são usadas na produção do açúcar e representam menos de 5% da produção total destes insumos agrícolas. O biodiesel francês é produzido, principalmente, a partir da canola. Além do receio de que a agricultura alimentar francesa seja desviada para geração de energia para transportes, as empresas automobilísticas não veem de forma positiva a substituição da fonte de energia devido aos motores de seus carros não serem adequados para funcionar com etanol puro. No entanto, no Brasil, a empresa agrícola francesa Louis Dreyfus, desde 2006, mantém forte atuação no mercado brasileiro de biocombustíveis. Até o ano de 2010, esta empresa comprou quatorze usinas de produção agrícola brasileiras. Outra empresa francesa que tem se destacado no mercado agrícola brasileiro é a Tereos, uma das líderes globais em produção de açúcar, amido e bioenergia por meio do processamento da cana-de-açúcar e de cereais e maior produtora de açúcar da França. Em 2004, a Tereos comprou da empresa italiana Edison a sua participação na empresa brasileira Açúcar Guarani. Entre 2010 e 2011, a Louis Dreyfus produziu mais de 34 milhões e a Tereos mais de 19 milhões de toneladas de cana moída no Brasil. Com dados do *Anuário da Cana 2011*, Sergio Schlesinger sustenta que as duas empresas francesas são maiores produtoras de açúcar e álcool no Brasil.⁷³⁸ Enquanto,

⁷³⁸ SCHLESINGER, Sergio. Cooperação e investimentos internacionais no Brasil. A internacionalização do etanol e do biodiesel. FASE - Solidariedade e Educação. Julho de 2012. P. 19. Disponível em <

os setores produtivos franceses continuam criando resistências à entrada de produtos brasileiros na França e na União Europeia, o Brasil, além de facilitar a entrada das empresas estrangeiras, permite o fácil acesso estrangeiro a tecnologias de ponta utilizadas na produção dos biocombustíveis.

Além de formular estratégias mundiais para a inserção do Brasil no mercado de fontes de energias renováveis, como mencionado, a França tem buscado ampliar sua atuação no mercado de energia nuclear por meio da Areva. Da mesma forma que o Programa Pró-Alcool foi uma estratégia alternativa do governo Geisel para contornar as crises do petróleo da década de 1970, o início da exploração de petróleo em águas rasas brasileiras e o PNB também foram. O PNB nasceu da parceria comercial entre Brasil e Alemanha para a construção de usinas nucleares. Diversas estatais foram criadas e direcionadas para atender as demandas deste Programa, como as próprias subsidiárias da Nuclebras e as INB, no entanto, devido à produtividade das empresas privadas nacionais estar atrelada a aquisição de equipamentos e maquinários e não aos investimentos em P&D, como revelou a Política de Promoção Industrial, estas empresas não puderam atender as demandas do setor nuclear brasileiro. Se por um lado, o PNB teve grande participação de empresas alemães no fornecimento de peças, equipamentos e tecnologias, por outro, a aproximação sigilosa entre o PNB e a Marinha do Brasil gerando o PNM (ciclo do combustível e reator nuclear) capacitando o país na construção de ultracentrífugas, permitiu que, hoje, o Brasil tenha maior independência tecnológica e maior autonomia no setor nuclear. Após a retomada do PNB e sua transformação em Programa de Estado a partir da grave crise elétrica que assolou as regiões Sudeste e Centro-Oeste em 2001, o Brasil decidiu dar continuidade a construção da usina nuclear de Angra III e iniciou a seleção de sítios para a construção da Central Nuclear da região Nordeste do país. A empresa francesa Areva comprou parte societária da alemã Siemens. Em virtude de Angra III ter o mesmo projeto alemão que Angra II, a Areva já atua na manutenção dos sistemas operacionais de Angra II.

Por meio de uma Audiência Pública, em 21 de agosto de 2009, cinco consórcios apresentaram propostas para participar das obras de Angra III. Em fevereiro de 2014, a Eletronuclear, subsidiária da Eletrobras, responsável pela manutenção de Angra I e II e pela construção de Angra III, tornou público o resultado final do relatório da licitação para a montagem de Angra III. A montagem eletromecânica foi dividida em duas partes: o consórcio

UNA 3, constituído pelas empresas brasileiras Andrade Gutierrez, Odebrecht, Camargo Corrêa e UTC, será responsável pelo Pacote Nuclear, e o Pacote Não Nuclear será de responsabilidade das empresas EBE, Queiroz Galvão e Technint. A empresa francesa Areva será a responsável pelo fornecimento de serviços e do sistema digital de instrumentação e controle.⁷³⁹

Em janeiro de 2015, a Areva e a Eletronuclear assinaram um novo contrato para fornecimento de equipamentos mecânicos e elétricos adicionais para a usina nuclear Angra III. Estes equipamentos serão utilizados em motores a Diesel, aparelhos e controles elétricos e nos depósitos de combustível usado. De acordo com Philippe Samama, então vice-presidente executivo de reatores e serviços da Areva, *“este novo contrato demonstra a confiança da Eletronuclear na Areva e reflete as excelentes relações que foram desenvolvidas entre as duas empresas em mais de 40 anos de parceria, com participações tanto em Angra 2 como Angra 3”*⁷⁴⁰. De acordo com informações da Eletronuclear,

no mês de agosto de 2015, a Eletronuclear recebeu correspondências das empresas Techint Engenharia e Construção, Construtora Queiroz Galvão S.A e Construtora Norberto Odebrecht S.A. solicitando sua autorização para se retirar do Consórcio ANGRAMON e, conseqüentemente, dos contratos de montagem eletromecânica da Usina Nuclear Angra 3. A Eletronuclear recebeu, igualmente, correspondência do Consórcio ANGRAMON, informando ter recebido correspondência da Andrade Gutierrez Engenharia S.A. em que esta também solicita anuência para a sua retirada. No mês de outubro de 2015, a UTC manifestou interesse em deixar o consórcio. Já a Empresa Brasileira de Engenharia (EBE), se posicionou de forma diferente às demais empresas e formalizou o interesse em manter o contrato de montagem eletromecânica com a Eletronuclear.⁷⁴¹

Embora estas solicitações estejam relacionadas com o afastamento de Othon Luis Pinheiro da Silva da presidência da empresa por motivos de Justiça, o processo licitatório de Angra III passou por uma reformulação e a nova presidência da Eletronuclear decidiu que

⁷³⁹ Eletronuclear divulga resultado da licitação de Angra 3. Energia Business, três de fevereiro de 2014. Disponível em < <http://energiabusiness.com.br/conteudo/eletronuclear-divulga-resultado-da-licitacao-de-angra3.html#.VsO7rPIrLIU>>. Acessado em 16 de fevereiro de 2016.

⁷⁴⁰ AREVA fecha contrato de mais de R\$ 240 milhões para fornecer equipamentos para Angra 3. Petro Notícias, seis de janeiro de 2015. Disponível em < <http://www.petronoticias.com.br/archives/62639>>. Acessado em 16 de fevereiro de 2016.

⁷⁴¹ Angra 3 - contratos e licitações. Eletronuclear. Ministério de Minas e Energia do Brasil. Disponível em < <http://www.eletronuclear.gov.br/Saibamais/Perguntasfrequentes/Angra3contratoselicita%C3%A7%C3%B5es.aspx>>. Acessado em 16 de fevereiro de 2016.

suspenderia temporariamente todos os contratos referentes às obras da usina. Em virtude da repercussão do afastamento de Othon Luis Pinheiro da Silva e da pouca credibilidade da licitação diante da opinião pública, a nova gestão que assumiu a presidência da estatal reavaliou todos os contratos e as fontes de financiamentos. A nova gestão manteve a previsão de entrega da obra para o ano de 2018 e anunciou que está prevista uma nova licitação para a montagem eletromecânica de Angra III. Com a retomada da construção de Angra III, da construção das novas centrais nucleares e as discussões políticas sobre a quebra do monopólio exclusivo do Estado sobre o setor nuclear, a Areva já manifestou o interesse em participar de novas licitações no setor e já tem um escritório permanente no centro da cidade do Rio de Janeiro.

Outro processo finalístico comercializável da Amazul que empresas francesas podem participar por meio de SPE é o do *Small Modular Reactors* (SMR). Este último é fruto das discussões nos fóruns globais de energia que ocorreram Pós-Fukushima exigindo o desenvolvimento de tecnologias de reatores nucleares mais modernos, menos onerosos, mais seguros e que tenham menos tempo de construção. Na atualidade, estes pequenos reatores são percebidos pela indústria de energia nuclear como a tecnologia mais promissora deste mercado, a partir das conclusões acerca do acidente natural em Fukushima, à medida que evitam muitos dos problemas de segurança de grandes usinas, além de serem mais fáceis, mais baratos e mais rápido de se construir.

Há, no mundo, mais de 430 usinas nucleares em operação em mais de trinta países. Importante ressaltar que, atualmente, todos os reatores da Geração I, construídos nas décadas 1950 e 1960 já foram descomissionados e retirados de operação. De acordo com o engenheiro Roberto Travassos, diretor financeiro da Associação Brasileira de Energia Nuclear (Aben),

Comparativamente às usinas de Geração II, as usinas de Gerações III+ apresentam diversas evoluções técnicas. A principal inovação é a utilização em maior escala de sistemas passivos de segurança, cujos mecanismos de atuação dependem tão somente de fenômenos físicos naturais como, por exemplo, a força da gravidade, a troca térmica por convecção e a circulação natural de gases e líquidos. A grande vantagem de um sistema passivo em relação a um ativo tradicional (utilizado pelas usinas da Geração II) é que o sistema passivo entra automaticamente em operação no instante em que forem preenchidas as condições de seu projeto, bem como sua atuação independe da ação humana ou de equipamentos eletromecânicos.⁷⁴²

⁷⁴² Entrevista de Roberto C. A. Travassos à ABEN - Associação Brasileira de Energia Nuclear sobre Modelos Tecnológicos de Reatores - Perspectivas e Desenvolvimento no Mundo, em nove de abril de 2014. Disponível

Diversos são, hoje, os reatores nucleares que operam sob o conceito de segurança passiva, tais como: o AP1000 (*Westinghouse*, EUA/ *Toshiba*, Japão), o APWR-1600MW (Japão, *Mitsubishi*), o VVER1200 (China e EUA, SNPTC e SNERDI/ *Westinghouse*), o APR1400 (Coréia do Sul, *KEPCO-KHNP*), o CAREM-25 (Argentina, CNEA), o CPR1000 (China e França, *SNPTC/ Areva*), o EPR 1650 MW (França, *Areva*). Travassos acrescenta que,

atualmente há um grande incentivo comercial para o desenvolvimento desses reatores. Os SMR - Small Modular Reactors se situam na faixa de potência variando de 25 MW a 300 MW e são desenvolvidos por diversos países, existindo inúmeros modelos. Normalmente, eles são construídos em uma fábrica e transportados para o local de utilização, são indicados para áreas isoladas nas quais não existem linhas de transmissão a longa distância, abastecimento de pequenas cidades, geração de calor para processos industriais ou locais onde há deficiência da mão de obra qualificada para a construção de uma planta nuclear.⁷⁴³

Os SMRs apresentam inúmeras vantagens comparados aos grandes reatores nucleares, tais como: menor investimento na construção, possuem projetos mais simples, são mais compactos, maior flexibilidade operacional na potência, menor tempo de construção, segurança reforçada, elevado percentual de sistemas que utilizam segurança passiva, alguns modelos são projetados para operar por longos períodos sem necessidade de abastecimento e são mais baratos. Alguns SMRs mais novos, como o AP1000, da *Westinghouse/ Toshiba*, são projetados para manter o combustível resfriado por três dias sem energia elétrica, outros SMRs podem ser projetados para se manter sem nenhuma energia durante semanas. Uma das poucas críticas dos especialistas neste tipo de mercado é que os SMRs, embora apresentem um custo inicial menor do que de reatores maiores, eles podem ser mais caros por quilowatt de capacidade e por quilowatt-hora de energia gerada. De acordo com Mensagem Administrativa da Amazul de 2014,

o interesse sobre a produção de energia eletronuclear a partir de pequenos reatores continua no mundo inteiro. A necessidade de

em < <http://www.aben.com.br/noticias/modelos-tecnologicos-de-reatores#noticia>>. Acessado em 21 de setembro de 2015.

⁷⁴³ Entrevista de Roberto C. A. Travassos à ABEN - Associação Brasileira de Energia Nuclear sobre Modelos Tecnológicos de Reatores - Perspectivas e Desenvolvimento no Mundo, em nove de abril de 2014. Disponível em < <http://www.aben.com.br/noticias/modelos-tecnologicos-de-reatores#noticia>>. Acessado em 21 de setembro de 2015.

energia a ser transformada em calor e força motriz é um dos grandes desafios para a exploração do petróleo ou outros recursos minerais no fundo do mar. Outra aplicação em estudo é o uso de vários SMR em série, na costa do país, para fornecimento de energia aos conglomerados urbanos. Estas opções ganharam força após o acidente de Fukushima, uma vez que se reduz o risco potencial de um acidente nuclear de grandes proporções. O uso da energia nuclear para essas aplicações pode trazer uma revolução tecnológica na exploração dessa nova fronteira. Neste sentido, a AMAZUL não descarta a possibilidade de, no futuro, em conjunto com outras organizações, desenvolver um projeto de SMR nacional, utilizando os conhecimentos obtidos no LABGENE.⁷⁴⁴

Ancorando-se na Parceria Estratégica França-Brasil, o SMR pode ser mais uma oportunidade de transbordamento militar para a área civil de cooperação tecnológica via SPE entre os dois países, na qual há a possibilidade de transferência de tecnologia da AREVA para a Amazul no desenvolvimento de reatores modulares. Como mencionado, os principais SMRs desta empresa francesa dispostos no mercado mundial são o CPR1000, desenvolvido em parceria com a empresa chinesa SNPTC, e o EPR 1650 MW.

Se a Amazul conseguir viabilizar o desenvolvimento destes projetos via SPE e sua comercialização, além de um dos maiores geradores de energia limpa e segura do mundo, o Brasil poderá entrar no rol de países construtores de reatores nucleares. A experiência oriunda no Prosub e no PNM e na construção de Angra III trarão benefícios ao setor civil na geração de energia núcleo-elétrica limpa e segura. As inovações tecnológicas frutos deste desenvolvimento poderão, em um futuro próximo, internacionalizar as estatais brasileiras, como a Amazul e a Eletronuclear, no mercado nuclear restrito internacional e maior protagonismo brasileiro nos fóruns globais no sistema internacional.

Haja vista o comprometimento de Brasil e França na erradicação da pobreza e a ONU compreender que a pobreza nos países em desenvolvimento está intimamente ligada à falta de acesso à energia elétrica, desde o início do século XXI, pesquisadores como Alan Pasternak, Manuel Garcia Jr. e Jose Goldemberg, defendem a inclusão do acesso à eletricidade nos índices de avaliação do desenvolvimento humano. Em 2004, a Agência Internacional de Energia (AIE) lançou um estudo intitulado *Panorama Mundial da Energia 2004*, no qual propôs a criação do Índice de Desenvolvimento Energético (IDE) para medir o papel que a falta de energia exerce na manutenção da pobreza. O modelo atual que as agências da ONU,

⁷⁴⁴ Mensagem Administrativa. AMAZUL. 2014. Disponível em <https://www1.mar.mil.br/amazul/sites/www.mar.mil.br/amazul/files/upload/Relatorio%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20AMAZUL_2014.pdf>. Acessado em 21 de setembro de 2015.

em especial o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), utilizam para medir o desenvolvimento humano nos países, regiões ou cidades remonta a década de 1990 e é constituído pela média de três índices: expectativa de vida, escolaridade e renda.

De acordo com Marcelo Gomes da Silva e Leonam dos Santos Guimarães,

o acesso à energia é um dos fatores fundamentais na evolução da qualidade de vida da sociedade. Com efeito, apenas com acesso à energia podemos viabilizar melhorias na expectativa de vida, na escolaridade e na renda da população. Acima de tudo, a disponibilidade de energia elétrica é um pré-requisito para esta melhoria, e não sua consequência. Assim, os planejadores do Setor Elétrico Brasileiro devem cuidar para que essa oferta esteja presente, sob o risco de inviabilizar toda e qualquer política de desenvolvimento e inclusão social.⁷⁴⁵

Tanto Marcelo Gomes quanto Leonam Guimarães endossam a proposta de criação do IDE. Eles complementam afirmando que a

nossa proposta é que o Planejamento Energético esteja integrado a uma Política de Governo visando à melhoria do IDH Brasileiro. Uma política integrada, abrangendo os aspectos de saneamento, construção da infraestrutura, saúde e educação. Nosso desejo é que o planejamento da expansão da oferta de energia deixe de ser vinculado primordialmente à projeção do PIB. Que ao invés de tentar prever o futuro, passemos a determiná-lo, restituindo à energia elétrica o seu caráter de vetor indutor do desenvolvimento, e não meramente a sua consequência.⁷⁴⁶

Diante do comprometimento da França e do Brasil com a promoção do desenvolvimento sustentável e tendo os dois países grandes projetos de geração de energia elétrica, com matrizes diversificadas, juntos podem protagonizar nos fóruns globais propostas de maior acesso à energia elétrica a países em desenvolvimento, propiciando benefícios que impactam na redução da pobreza, no estímulo à criação de micro e pequenas empresas, na

⁷⁴⁵ GOMES DA SILVA, Marcelo. GUIMARÃES, Leonam dos Santos. Uso do Índice de Desenvolvimento Humano como Instrumento de Projeção de Demanda de Energia Elétrica. *Economia & Energia*. Ano XVI, Nº 86. Julho/ Setembro de 2012. Disponível em < http://ecen.com/eee86/eee86p/idh_eletricidade.htm >. Acessado em 18 de fevereiro de 2016.

⁷⁴⁶ GOMES DA SILVA, Marcelo. GUIMARÃES, Leonam dos Santos. Uso do Índice de Desenvolvimento Humano como Instrumento de Projeção de Demanda de Energia Elétrica. *Economia & Energia*. Ano XVI, Nº 86. Julho/ Setembro de 2012. Disponível em < http://ecen.com/eee86/eee86p/idh_eletricidade.htm >. Acessado em 18 de fevereiro de 2016.

melhora das condições de estudo para as crianças e na redução da poluição dentro de casas, graças ao fim de fogueiras e fogões à lenha.

Além da Areva, há outras empresas do setor de energias renováveis interessadas no mercado de energia brasileiro. Na França, além de o governo implementar a instalação de sistemas fotovoltaicos de geração de energia elétrica nas escolas francesas e de conceder incentivo financeiro aos cidadãos que optarem por ir ao trabalho de bicicleta, aprovou uma lei que obriga todos os novos prédios comerciais em território francês a terem telhados verdes ou placas solares.

Em 2012, França e Brasil assinaram um acordo de cooperação tecnológica e industrial bilateral para o desenvolvimento de energia solar fotovoltaica em território brasileiro. O estudo foi financiado pela Direção Geral do tesouro da França e conduzido pela *Compagnie Européenne d'Intelligence Stratégique* (Ceis) e pelo *Commissariat à l'Énergie Atomique et aux Energies Alternatives* (CEA). Em 2013, os equipamentos desenvolvidos por este estudo foram doados pela França aos municípios de Rancharia, no estado de São Paulo, e de Rio Branco, no estado do Acre. Em cerimônia, em Rancharia, o cônsul geral da França em São Paulo, Damien Loras, e o prefeito local inauguraram dois sistemas de geração de energia solar fotovoltaica que têm por missão principal suprir as necessidades energéticas de um laticínio da ETEC Deputado Francisco Franco e o excedente de energia gerada será destinado ao município. Rio Branco recebeu um sistema híbrido autônomo de 3KW, o qual utiliza as baterias de energia solar ao longo de todo o dia e um motor a Diesel como eventual fonte suplementar de segurança, e uma geladeira, a qual usa o frio como fonte alternativa de armazenamento de energia. Por meio deste estudo, identificou-se que estes sistemas fotovoltaicos poderiam beneficiar diversos equipamentos de uso doméstico e comercial, especialmente, em localidades de difícil acesso à rede elétrica pública. Embora a geração de energia solar fotovoltaica seja nova na história da energia do Brasil, já existem muitos pequenos projetos nacionais de energia fotovoltaica de geração de eletricidade, principalmente para o suprimento de energia elétrica em comunidades rurais e/ou isoladas nas regiões norte e nordeste do País. A previsão é de que o investimento governamental em energia solar cresça três vezes mais até 2017. O governo brasileiro por meio da normativa Nº 458/2012, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), criou o sistema de compensação de energia elétrica por meio do qual os estados que produzam energia e enviem à rede elétrica de abastecimento têm autorização do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) para estarem isentos de ICMS para consumidores. De acordo com Rodrigo Lopes Sauaia, Diretor Executivo da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica,

é preciso que os estados participem desse convênio de ICMS. Além disso, que definam leis ou decretos internos estaduais concedendo essa isenção de ICMS para micro e minigeração. Os estados que incentivarem a micro e minigeração na sua região terão como benefício um ganho de atratividade para poder trazer empregos de qualidade para a sua região, ajudar a movimentar a economia, trazer empresas e também gerar mais energia dentro de seus territórios, o que é positivo para a segurança energética.

747

De acordo com a Eletrobras, dados do IBGE, em 2000, apontavam que mais de dois milhões de domicílios rurais brasileiros não tinham acesso à energia elétrica e que cerca de 90% das famílias destas comunidades rurais possuíam renda inferior a três salários mínimos, vivendo abaixo do IDH. Em virtude deste cenário, por meio do Decreto Nº 4.873 de 11 de novembro de 2003, o governo federal criou o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica (Luz para Todos) visando a intensificar o ritmo de atendimento, buscando a universalização do serviço de energia elétrica. A Eletrobras é a operadora, mas este Programa é coordenado pelo MME e tem como agentes executores as concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica e as cooperativas de eletrificação rural. As prioridades deste Programa são as comunidades inseridas em outros programas sociais federais, tais como comunidades indígenas, assentamentos rurais, quilombolas, comunidades localizadas em reservas extrativistas ou em áreas de empreendimentos de geração ou transmissão de energia elétrica. Em fins de 2013, ao completar dez anos de existência, o Programa atingiu a marca de 15 milhões de pessoas atendidas.

Em outubro de 2015, a empresa francesa *Exosun*, especializada em sistemas de apoio e assistência para centrais fotovoltaicas, incentivada pelas licitações públicas para projetos de grandes centrais de energia solar, anunciou a criação de uma filial no Brasil, em Salvador, no estado da Bahia, em parceria com a empresa Ecoluz Part. A empresa francesa se destaca neste mercado pelo desenvolvimento de dispositivos que permitem orientar os painéis fotovoltaicos de acordo com a posição do sol. Comparado a outros países, o Brasil apresenta uma privilegiada posição geográfica na incidência de radiação solar na região Nordeste do Brasil que se torna determinante na capacidade competitiva das indústrias geradoras de energia

⁷⁴⁷ Energia solar fotovoltaica vive franca expansão no Brasil. Web Radio Agua, dois de junho de 2015. Disponível em <<http://www.webradioagua.org/index.php/agua-e-ciencia/item/2059-energia-solar-fotovoltaica-vive-franca-expans%C3%A3o-no-brasil>>. Acessado em 19 de fevereiro de 2016.

fotovoltaica instaladas na região. Na região semiárida brasileira, a incidência de radiação solar apresenta valores típicos de 1.752 a 2.190 KWH/M por ano, um dos países com maior índice de raios solares do mundo.

Em virtude da existência de propostas franco-brasileiras na implementação de projetos de geração de energia limpa e segura, ambos poderiam propor, conjuntamente, a inclusão da energia como índice medido do desenvolvimento humano em fóruns globais, como o G20, e estabelecer por meio de mecanismos cooperativos subsídios internacionais para produção de energia elétrica, por meio de diversas fontes de energia limpa, como biocombustíveis, nuclear e solar, para países em desenvolvimento ou falidos.

A discussão sobre a reforma no CSONU se iniciou antes do fim da Guerra Fria, no entanto, as propostas reformistas se intensificaram a partir da década de 1990. Estas propostas concentravam-se na participação dos Estados no CS e no poder que cada um deles desfruta na tomada de decisão do Conselho. No entanto, segundo Alexsandro Eugenio Pereira, as propostas reformistas não incluíam a natureza transnacional da democracia no contexto contemporâneo e a participação dos atores não estatais no processo decisório.⁷⁴⁸ Neste sentido, Eugenio Pereira inclui no escopo da proposta reformista novas demandas, tais como intervenções humanitárias e preservação de direitos humanos, as quais redefiniriam o papel do CS no sistema internacional.

O prestígio do Brasil no sistema internacional se deve a uma política externa versátil iniciada na década de 1970 e mais consolidado na conjunção excepcional de oportunidades externas favoráveis a partir da conquista da estabilidade política e econômica sem precedentes no início do século XXI. De acordo com Rubens Ricupero,

o cenário econômico foi marcado no início (2003-2008) por fase sem precedentes de expansão da economia mundial (preços das commodities, liquidez financeira, juros baixos), seguida por crise financeira aguda que desorganizou e debilitou de preferência as economias ocidentais de capitalismo avançado, reforçando os efeitos da emergência econômica da China e precipitando a aceitação do G-20 como instância substituta do G-7 na coordenação da economia global.⁷⁴⁹

⁷⁴⁸ PEREIRA, Alexsandro Eugenio. A reforma do conselho de segurança e a "democracia global". 3º Encontro Nacional ABRI, 2011. Disponível em <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000122011000100006&script=sci_arttext>. Acessado em 27 de fevereiro de 2016.

⁷⁴⁹ RICUPERO, Rubens. À sombra de Charles de Gaulle: uma diplomacia carismática e intransferível. A política externa do governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Novos estudos. , CEBRAP, Nº 87, São Paulo. Julho de 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000200003>. Acessado em 27 de fevereiro de 2016.

Além da redemocratização, da estabilidade macroeconômica e da expansão do mercado interno de consumo, os resultados satisfatórios das políticas públicas assistencialistas, como o mencionado programa Luz para Todos, e a maior participação de civis nas Forças Armadas, resultando na criação do Ministério da Defesa, na concepção do Pro-Defesa e na formulação de políticas públicas como a Política de Defesa Nacional, a END e o Livro Branco de Defesa, contribuíram na assertividade da política externa brasileira nos fóruns globais. Ricupero complementa ressaltando que,

o policentrismo viabilizou-se aos poucos, à medida que o unilateralismo da estratégia de George W. Bush na resposta aos atentados de Onze de Setembro — sobretudo a invasão do Iraque, a doutrina do preemptive attack e do Eixo do Mal — se revelaram incapazes de resolver com êxito o engajamento militar não apenas no Iraque, mas também no Afeganistão. O conseqüente enfraquecimento relativo do poder e do prestígio norte-americanos sofreu o desgaste adicional da crise econômico-financeira, levando à aceitação pelo próprio governo Obama dessa alteração na realidade internacional.⁷⁵⁰

Desde o governo Chirac, a França tem apoiado o pleito do Brasil por assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. A França é um dos cinco membros permanentes deste Conselho e ocupa a quinta posição dentre as maiores economias do mundo. Embora haja divergências de posicionamento em política externa, Sarkozy e Hollande mantiveram o apoio ao pleito por assento permanente. A PEB tem como princípios a não intervenção em assuntos internos dos outros países e o diálogo ao invés do uso da força na resolução de conflitos internacionais. O Brasil tem se manifestado contrário às intervenções militares de que a França tem participado, por recear que os ataques aéreos em defesa de inocentes possam ser desvirtuados, em conflitos e guerras civis na Ásia e na África.

Como debatido, um dos pontos mais sensíveis da atual política externa dos EUA é a proliferação nuclear. Nos documentos oficiais estadunidenses, o Irã foi incluído na lista do Eixo do Mal e apontado como a maior preocupação dos EUA na questão da proliferação nuclear.

⁷⁵⁰ RICUPERO, Rubens. À sombra de Charles de Gaulle: uma diplomacia carismática e intransferível. A política externa do governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Novos estudos. , CEBRAP, Nº 87, São Paulo. Julho de 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000200003>. Acessado em 27 de fevereiro de 2016.

Em 2005, Mahmoud Ahmadinejad⁷⁵¹ assumiu democraticamente a presidência do Irã. Considerado ultraconservador e profundamente religioso, se por um lado pronunciava discursos polêmicos questionando publicamente, o Holocausto e a existência do Estado de Israel, por outro, defendia a retomada do Programa Nuclear Iraniano para finalidades de pesquisa PNI e o desarmamento nuclear internacional, demonstrando-se flexível e aberto a diálogos com a Aiea. Dos cinco membros permanentes do CSONU, apenas o presidente francês Chirac defendia um maior diálogo com o Irã acerca de seu programa nuclear. Em setembro de 2006, na véspera da abertura da Assembléia Geral da ONU, em New York, nos EUA, Chirac declarou que,

em primeiro lugar, temos de estabelecer uma ordem do dia para a negociação. Durante esse tempo, sugiro que os seis (países negociadores) renunciem a transmitir o caso ao Conselho de Segurança e que o Irã suspenda suas atividades de enriquecimento de urânio durante o tempo que levar a negociação. Não acredito em soluções que não envolvam o diálogo, um diálogo levado até o seu limite. Nunca sou favorável a sanções. Nunca observei que sanções tenham sido eficazes.⁷⁵²

Em 2009, em virtude dos êxitos dos programas assistencialistas de seu governo e de seu próprio carisma, em 2009, Ahmadinejad foi reeleito presidente do Irã. Sendo signatário do TNP, neste mesmo ano, o presidente iraniano recorreu à Aiea a fim de obter auxílio no seu programa de enriquecimento de urânio. As autoridades competentes submeteram seu pleito ao CSONU e estas prepararam uma série de acordos com cláusulas de garantia, nas quais o enriquecimento do urânio não fosse realizado em território iraniano.

Além de Brasil e Irã serem signatários do TNP, desde o início de seu mandato presidencial, mantendo as premissas da PEB e endossando a política internacional não proliferante de armas nucleares, Lula apoiava o desenvolvimento do programa nuclear iraniano para finalidades pacíficas. Apesar das pressões dos EUA e da Aiea, o Irã manteve seu programa nuclear alegando ser de finalidades pacíficas e insistia em produzir urânio de baixo enriquecimento em seu próprio território. Por incentivo da presidência dos EUA, Brasil e Turquia mediarão a crise e propuseram ao Irã um acordo por meio do qual este país concordava em depositar 1.200 quilos de urânio enriquecido a 3,5% na Turquia e, em troca, o

⁷⁵¹ Doutor em engenharia pela Universidade de Ciência e Tecnologia do Irã.

⁷⁵² Chirac é contra sanções ao Irã. Senado Federal do Brasil, em 19 de setembro de 2006. Disponível em < http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/402553/complemento_2.htm?sequence=3 >. Acessado em 28 de fevereiro de 2016.

Irã receberia 120 quilos de combustível nuclear para um reator de pesquisas médicas localizado na capital do Irã. Apesar do acordo ter sido aceito pelo Irã, logo após o anúncio deste aceite, os EUA alegaram que o Irã só havia assinado o acordo para evitar as sanções e que os cinco membros permanentes do CSONU haviam concordado em esboçar uma nova resolução dispondo de novas sanções ao Irã. A partir daí as relações presidenciais entre Lula e Obama se estremeceram. Tanto a opinião pública internacional quanto a opinião pública brasileira se dividiram em torno do envolvimento do Brasil nas discussões acerca do Programa Nuclear Iraniano. De acordo com Ricupero,

a recente guinada da atitude brasileira em relação a um regime como o de Teerã, objeto de sucessivas sanções do Conselho de Segurança, conduziu o Brasil perigosamente perto de uma rota de colisão com os Estados Unidos em dois assuntos correlatos de importância crucial para o governo Obama: a legitimação de regime recém-saído de eleições contestadas e a não-proliferação nuclear, uma das prioridades principais da nova administração. Ao aceitar a troca de visitas no mais alto nível com nação geralmente acusada de desafiar as sanções, violar a democracia e os direitos humanos, negar o Holocausto e tentar adquirir armas atômicas, contrariando o Tratado de Não-Proliferação Nuclear, o país tomou decisão de implicações negativas junto a uma parcela importante e influente da opinião pública norte-americana e mundial. Não se percebe bem quais os ganhos que a diplomacia brasileira espera colher de iniciativa que se reveste de alguns aspectos brilhantes como jogada diplomática, mas que arrisca deixar um saldo pesado de ressentimentos e desconfianças.⁷⁵³

Boa parte dos especialistas brasileiros considerou a jogada diplomática brasileira arriscada e julgava comprometer o pleito brasileiro por assento permanente no CSONU. Embora a diplomacia brasileira mantivesse a posição inicial ao episódio nuclear iraniano, a partir daí o papel do Brasil se limitou a acompanhar o trabalho do Comitê de Sanções ao Irã.

Diferente de Chirac, a opinião de Sarkozy acerca do programa nuclear iraniano era mais ofensiva e, em 2011, apesar de não haver nenhuma comprovação dos inspetores da Aiea sobre a existência de bombas, o presidente francês, durante evento da conferência anual de embaixadores da França, defendeu a possibilidade de um ataque preventivo às instalações

⁷⁵³ RICUPERO, Rubens. À sombra de Charles de Gaulle: uma diplomacia carismática e intransferível. A política externa do governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Novos estudos. , CEBRAP, Nº 87, São Paulo. Julho de 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000200003>. Acessado em 27 de fevereiro de 2016.

nucleares iranianas se o Irã mantivesse suas ambições nucleares.⁷⁵⁴ Insistindo em um novo reforço das sanções contra o Irã, Sarkozy defendeu que,

o Irã se recusa a negociar seriamente. O Irã faz novas provocações. Frente a este desafio, a comunidade internacional deve dar uma resposta crível. Ela fazer isso se demonstrar unidade, firmeza e que as sanções são ainda mais severas. Cometeríamos um erro se subestimássemos sinais que são a cada dia mais perceptíveis.⁷⁵⁵

Em 2013, Hassan Rohani assumiu a presidência do Irã e aconselhado pela cúpula religiosa de Teerã, capital do País, aceitou as cláusulas dos acordos impostos pela Aiea a fim de revogar as sanções, evitar uma intervenção militar em território iraniano e retomar o crescimento econômico do país. Em 2016, as sanções contra o Irã foram revogadas e novos acordos comerciais foram firmados entre o Irã e países ocidentais. Em janeiro deste ano, Rohani esteve em visita oficial à França e, ao conversar com o presidente Hollande, criticou a defesa francesa pela intervenção militar ocidental na Síria alegando que o problema na Síria é o Estado Islâmico e não o seu governo e que cabia ao povo sírio tomar a decisão sobre seu País.⁷⁵⁶

Em março de 2011, por unanimidade, o CSONU havia aprovado a zona de exclusão aérea sobre a Líbia. Alemanha, Brasil, China, Índia e Rússia se abstiveram de votar. Além do receio de que houvesse um desvio de finalidade nesta exclusão de zona aérea, o MRE do Brasil sustentava que o Conselho de Direitos Humanos (CDH) deveria ser o órgão mais adequado para se examinar as violações dos Direitos Humanos ao invés do CSONU. O CDH é o órgão da ONU cujo objetivo é reforçar a promoção e a proteção dos direitos humanos no mundo. No entanto, a efetividade das ações deste Conselho se torna limitada, à medida que não tem poder para dispor do uso da força. Este episódio confirmou mais uma divergência de opiniões entre a França e o Brasil acerca da segurança internacional. No mesmo mês que a ONU aprovou que a Otan realizasse a zona de exclusão aérea na Síria, caças franceses Mirage 2000 e Rafale iniciaram os bombardeios em território líbio. Nesta operação internacional

⁷⁵⁴ Irã critica declarações de Sarkozy sobre seu programa nuclear. O Globo, 1º de setembro de 2009. Disponível em < <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/09/ira-critica-declaracoes-de-sarkozy-sobre-seu-programa-nuclear.html>>. Acessado em 28 de fevereiro de 2016.

⁷⁵⁵ Irã critica declarações de Sarkozy sobre seu programa nuclear. O Globo, 1º de setembro de 2009. Disponível em < <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/09/ira-critica-declaracoes-de-sarkozy-sobre-seu-programa-nuclear.html>>. Acessado em 28 de fevereiro de 2016.

⁷⁵⁶ Rouhani encara manifestações e almoço cancelado em visita a Paris. O Globo, 28 de janeiro de 2016. Disponível em < <http://oglobo.globo.com/mundo/rouhani-encara-manifestacoes-almoco-cancelado-em-visita-paris-18558716#ixzz41VNIRsh8>>. Acessado em 28 de fevereiro de 2016.

denominada Odisseia Aurora, cada país que participou enviou belonaves como navios, aviões, submarinos e fragatas. O navio aeródromo de propulsão nuclear francês *Charles de Gaulle* e um porta-helicópteros da classe *Mistral* também foram enviados para a Líbia para apoiar a campanha aérea contra as forças militares do então presidente líbio Muamar Kadhafi. Questionado sobre ataques aéreos a civis líbios, o governo francês respondeu que o que ocorria na Líbia era exatamente o contrário. De acordo com o jornal português *Diário de Notícias*, “o ministro francês referiu ainda que a França defende que seja confiado à NATO zelar pelo respeito de uma zona de exclusão aérea sobre a Líbia”⁷⁵⁷. Especialistas mais radicais afirmam que a zona de exclusão aérea no território africano se configura no atual cenário como a guerra francesa na Líbia. Em agosto de 2011, após a França ser o primeiro país a reconhecer o governo de transição na Líbia, a própria imprensa francesa anunciou que Sarkozy já havia garantido junto ao Conselho Nacional de Transição (CNT), 35% do petróleo futuro do território líbio. Conforme o jornal português *Expresso*,

a França estaria deste modo a "cobrar" o apoio decisivo que deu à revolta e ao CNT, cuja legitimidade foi aliás o primeiro país do mundo a reconhecer. Segundo diversos media franceses, "Viva a Sarkozy" é uma das palavras de ordem mais ouvidas em Benghazi, capital das primeiras "zonas libertadas" no início dos ataques internacionais contra o regime do coronel Kadhafi.⁷⁵⁸

De forma mais discreta que Sarkozy, Hollande deu continuidade à ofensiva francesa ao território líbio alegando o combate ao grupo terrorista Estado Islâmico. Este grupo até então, estava implantado na região costeira da Líbia, no entanto, em novembro de 2015, o governo francês alegou que o grupo estava avançando para o interior do país, com o objetivo de controlar os poços de petróleo líbios. Embora em dois de fevereiro de 2016, o governo francês tenha declarado publicamente não ter planos de intervir militarmente na Líbia⁷⁵⁹, em 24 de fevereiro deste mesmo ano, utilizando uma fonte do jornal francês *Le Monde*, o jornal russo *Sputnik*, sustentou que, “a guerra secreta francesa no país africano envolve ataques direcionados ocasionais contra líderes do Daesh precedidos por operações terrestres

⁷⁵⁷ França diz que ataques aéreos sobre a Líbia vão continuar. *Diário de Notícias*, 24 de março de 2011. Disponível em <<http://www.dn.pt/dossiers/mundo/revoltas-no-mundo-arabe/libia/interior/franca-diz-que-ataques-aereos-sobre-a-libia-va-continuar-1813938.html>>. Acessado em 28 de fevereiro de 2016.

⁷⁵⁸ Líbia: França já assegurou um terço do petróleo futuro. *Expresso*, 22 de agosto de 2011. Disponível em <http://expresso.sapo.pt/dossies/dossiest_atualidade/dossie_revoltas_no_magrebe_e_no_medio_oriente/libia-franca-ja-assegurou-um-terco-do-petroleo-futuro=f669282>. Acessado em 28 de fevereiro de 2016.

⁷⁵⁹ França diz que não intervirá militarmente na Líbia. *G1*, em dois de fevereiro de 2016. Disponível em <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/02/franca-diz-que-nao-intervira-militarmente-na-libia.html>>. Acessado em 28 de fevereiro de 2016.

“discretas”, de acordo com as informações recebidas pelo jornal”⁷⁶⁰. De acordo com esta mesma fonte francesa, além da França, estariam também envolvidas nesta operação secreta contra o Estado Islâmico, também conhecido por Daesh, os EUA e a Inglaterra.

Desde o início da crise civil na Líbia, a posição da diplomacia brasileira se manteve a mesma, defendendo o diálogo com os grupos políticos na Líbia e a não intervenção militar. Em setembro de 2014, a presidente Dilma, em seu primeiro discurso de abertura da Assembléia Geral da ONU, como de praxe na política externa brasileira, defendeu a não ingerência nos assuntos internos dos países e a solução diplomática dos conflitos e guerras civis, que tais “*manifestações de barbárie*” distorcem os valores éticos, morais e civilizatórios ocidentais e que, por o CSONU ter dificuldades em promover soluções pacíficas para os atuais confrontos, somente a reforma deste Conselho poderia “*vencer esses impasses*”. Em seu discurso, Dilma enfatizou que,

o uso da força é incapaz de eliminar as causas profundas dos conflitos. Isso está claro na persistência da questão palestina, no massacre sistemático do povo sírio, na prática de desestruturação nacional do Iraque, na grave insegurança na Líbia, nos conflitos de Israel e nos embates na Ucrânia”, declarou a presidente brasileira na tribuna da ONU.⁷⁶¹

Como discutido no início deste capítulo, a justificativa do Brasil se assemelha a Alemanha, na qual ambas consideram que a intervenção militar da Otan na Líbia pode estar sendo distorcida pelos interesses particulares de países ocidentais.

Outra divergência diplomática ocorrida no CSONU entre França e Brasil ocorreu na guerra civil na Síria. Desde o começo da guerra civil, Obama tem mobilizado a opinião pública internacional para propor ações político-militares contra a Síria. Vídeos e imagens de pessoas, inclusive, crianças sírias agonizando, foram circuladas na Internet acusando o governo sírio de ter utilizado armas químicas contra a sua própria população. Isso dividiu a opinião pública internacional sobre uma intervenção militar da Otan na Síria. Em primeiro de setembro de 2013, os serviços de inteligência franceses afirmaram ter provas de que o governo do presidente sírio Bashar al Assad possuía um arsenal de 1.000 toneladas de armas químicas e agentes tóxicos, entre eles, gás sarin, mostarda e VX, e que o governo teria, no dia

⁷⁶⁰ Le Monde: França conduz guerra secreta na Líbia. 24 de fevereiro de 2016. Disponível em <<http://br.sputniknews.com/mundo/20160224/3665168/franca-guerra-secreta-libia.html#ixzz41VaXfxC3>>. Acessado em 28 de fevereiro de 2016.

⁷⁶¹ Na ONU, Dilma critica intervenção militar para solucionar conflitos. G1, em 24 de setembro de 2014. Disponível em <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/09/na-onu-dilma-diz-que-o-mundo-nao-pode-aceitar-barbarie-na-siria.html>>. Acessado em 19 de fevereiro de 2016.

21 de agosto deste ano, utilizado este tipo de arma contra o povo sírio, provocando a morte de mais de 1.400 pessoas. Em 27 de agosto, o governo sírio entregou aos investigadores da ONU documentos que, supostamente, comprovam que foram os rebeldes sírios que utilizaram armas químicas contra a população.

O conflito civil na Síria evidenciou um problema endêmico no Oriente Médio de emprego de armas químicas por rebeldes contra civis. Os primeiros registros de lançamento de arma química pelo Estado Islâmico contra civis foram apresentados pela imprensa estadunidense CNN e realizado por investigadores das organizações britânicas *Conflict Armament Research* e a *Sahan Research*. Militantes dos rebeldes curdos também já haviam alertado sobre o lançamento de cloro por militantes do Estado Islâmico. O Ministério das Relações Exteriores da Austrália também já havia alertado a comunidade internacional sobre o recrutamento de técnicos altamente qualificados por terroristas para a produção de suas próprias armas químicas. Ghodrath Ahmadian, especialista em Relações Internacionais, da Universidade iraniana de Razi, em entrevista ao jornal *Sputnik*, argumentou que,

o problema do uso dos armamentos químicos no Médio Oriente é urgente já há muitos anos. Na história regional contemporânea o tema começou a ser discutido desde a crise síria, quando o Ocidente condenou Damasco oficialmente por uso de armamentos químicos contra “a oposição armada”. No entanto, parecia que o problema de emprego das armas químicas havia sido resolvido. Os EUA exprimiram um zelo particular, pressionando a comunidade internacional, dizendo que o regime de Bashar Assad poderia empregar estas armas. Embora não houvesse nenhuma prova de tal uso, mesmo assim, o desarmamento químico se realizou na Síria.⁷⁶²

A Rússia, contrária à intervenção militar ocidental na Síria, participou da opinião de que estas acusações não passavam de provocações daqueles que desejavam envolver outros países no conflito sírio. O presidente russo Vladimir Putin acusou os EUA de interceptarem conversas que não poderiam servir de base para a tomada de decisões político-militares contra a soberania do Estado sírio. Após a apresentação de um relatório da inteligência francesa na Assembléia Nacional do CSONU de que a Síria dispunha de um dos maiores arsenais de armas químicas do mundo, a França e os EUA decidiram mobilizar a opinião pública para formar uma coalizão militar contra a Síria. Apesar de o chefe da delegação parlamentar do Irã, Allaeddine Boroujerdi, em visita a Damasco, na Síria, ter declarado que, em 2012, o Irã já

⁷⁶² Estado Islâmico emprega armas químicas estrangeiras. Sputnik, em 20 de julho de 2015. Disponível em < <http://br.sputniknews.com/mundo/20150720/1621139.html> >. Acessado em 28 de fevereiro de 2016.

havia informado oficialmente aos EUA que os rebeldes sírios haviam tomado posse das armas químicas do governo de Assad, somente com a interferência do serviço de inteligência russo contrariando os relatórios do serviço de inteligência francês, foi comprovado que Assad não havia lançado armas químicas contra civis e que este arsenal estava, de fato, em posse de terroristas.

Em quatorze de setembro de 2013, Rússia e EUA firmaram um acordo sobre o desarmamento químico da Síria. Em março de 2015, a Organização para a Proscrição de Armas Químicas (Opaq), já havia divulgado que 97,8% das armas químicas haviam sido retiradas do território sírio. Em julho deste ano, apesar do sucesso desta cooperação na Síria, os EUA voltaram a questionar o uso de armas químicas na Síria e propuseram um projeto de resolução de criação de um mecanismo para determinar os culpados pelo uso de armas químicas na Síria no CSONU. De acordo com o general-major do Exército sírio, Yehiya Sulaiman,

os Estados Unidos usam este assunto sempre que não há mais nada a mostrar na arena política... Os dirigentes da ONU mencionaram anteriormente que a Síria provou empenho no assunto em questão, e que não há armas químicas na Síria. É uma espécie de guerra psicológica, tendo em conta que viram os sucessos do Exército Sírio contra os ‘poderes negros’ [o EI e grupos armados da oposição radical síria]. Como tal, os Estados Unidos decidiram voltar a abrir e reconsiderar ficheiros antigos para compor a situação... Quanto à Síria, esta recusará qualquer tentativa de subestimar a sua soberania.⁷⁶³

O acadêmico, além de sinalizar que os terroristas já se apossaram de usinas das armas químicas já encerradas na Síria e das tecnologias necessárias para a reativação destas usinas e iniciarem a produção destas armas, afirma que as armas nas mãos de terroristas no território sírio são de origem estrangeira. Ele alerta que *“agora aparecem evidências de que terroristas têm armamentos químicos, o que significa que suas ameaças de ataques à escala global podem se tornar realidade”*⁷⁶⁴.

Desde o início do conflito civil na Síria, a posição da diplomacia brasileira era a mesma: a não intervenção militar em território sírio. Em discurso de abertura da 68ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro de 2013, em Nova York, Dilma declarou

⁷⁶³ EUA querem saber quem usou armas químicas na Síria, mas por que agora? Sputnik, em 10 de julho de 2015. Disponível em < <http://br.sputniknews.com/mundo/20150710/1533439.html#ixzz41VosgjNM> >. Acessado em 28 de fevereiro de 2016.

⁷⁶⁴ Estado Islâmico emprega armas químicas estrangeiras. Sputnik, em 20 de julho de 2015. Disponível em < <http://br.sputniknews.com/mundo/20150720/1621139.html> >. Acessado em 28 de fevereiro de 2016.

que, *“é preciso impedir a morte de inocentes, crianças, mulheres e idosos. É preciso calar a voz das armas – convencionais ou químicas, do governo ou dos rebeldes. Não há saída militar. A única solução é a negociação, o diálogo, o entendimento”*⁷⁶⁵. Além de novamente propor a reforma do CSONU e o fortalecimento do multilateralismo entre os países, apoiou o acordo entre Rússia e EUA para o desarmamento de armas químicas na Síria e defendeu que o governo de Assad cumprisse integralmente o acordo. Dilma complementou que, *“urge dotar o Conselho de vozes independentes e construtivas, com a ampliação dos membros permanentes e não permanentes. A inclusão dos países em desenvolvimento sanará o atual déficit de legitimidade do Conselho”*⁷⁶⁶. Conforme elucidado, embora haja divergências de opiniões a cerca de intervenções militares, há o diálogo e o respeito entre França e Brasil nos fóruns globais; o que não inviabiliza a construção da parceria estratégica.

⁷⁶⁵ Dilma repudia intervenção militar na Síria e defende mais poder a emergentes. Rede Brasil Atual, em 24 de setembro de 2013. Disponível em < <http://www.redebrasilatual.com.br/mundo/2013/09/dilma-repudia-saida-militar-para-siria-e-defende-reforco-do-multilateralismo-8773.html>>. Acessado em 28 de fevereiro de 2016.

⁷⁶⁶ Dilma repudia intervenção militar na Síria e defende mais poder a emergentes. Rede Brasil Atual, em 24 de setembro de 2013. Disponível em < <http://www.redebrasilatual.com.br/mundo/2013/09/dilma-repudia-saida-militar-para-siria-e-defende-reforco-do-multilateralismo-8773.html>>. Acessado em 28 de fevereiro de 2016.

Considerações Finais

Nos séculos XVIII e XIX, a França despontava como uma das principais potências mundiais, disseminando pelo Ocidente valores políticos, econômicos, socioculturais e militares. Exemplos na História não faltam que, elocubrados nesta pesquisa, vão desde a ascensão de Napoleão Bonaparte na França Imperial do século XVIII até a imagem de potência vitoriosa da 1ª Guerra Mundial. Os reflexos desta disseminação na área militar no Brasil podem ser sentidos na estrutura das três Forças Armadas brasileiras, as quais, além de importarem armamentos e tecnologias avançadas, importaram também instruções, doutrinas, emprego e concepções teóricas estratégicas que vêm desde a *École Jeune* até a atual estratégia negacionista adotada nas políticas públicas de Defesa e no próprio planejamento estratégico e operacional atuais da Marinha do Brasil.

Como foi possível analisar nos casos históricos mencionados nesta pesquisa, ao longo do século XX, a histórica relação entre França e Brasil na área de Defesa não pode ser meramente pautada apenas por uma questão mercadológica. Apesar dos diferentes governos que se seguiram na França ao longo do século XX, o Brasil se manteve na zona de interesse geoestratégico do Estado francês. Nos primeiros anos da relação Brasil-França na área de Defesa, as aquisições foram marcadas por importação de cérebros, em que a França enviou militares para treinar militares brasileiros que constituiriam os primeiros pilotos militares e modernizou a estrutura administrativa, organizacional e de ensino do Exército Brasileiro, e por compras de oportunidade, na qual a França vendeu carros de assalto para o então Ministério da Guerra. Estas aquisições tiveram profundo impacto na história brasileira, a medida que permitiram a entrada do Brasil nas eras da aviação militar, do exército profissional e dos blindados. Contudo, embora o Exército Brasileiro tenha adentrado na era dos blindados, nem a França nem o Brasil haviam sofrido a mudança de mentalidade necessária para compreender e empregar o conceito de guerra de mobilidade; o que não ocorreu no Exército alemão. Apesar de construir e operar tanques de guerra, a mentalidade do militar francês na Segunda Guerra estava mais voltada para a defesa estática das fronteiras do que para a guerra de mobilidade; o que foi decisivo na vitória alemã e na rendição da França, em 1940. A vitória da França na Primeira Grande Guerra foi decisiva na sua escolha para realizar as Missões Militares no Brasil. A imagem da França como potência mundial foi comprometida, impactando no imaginário militar e na política externa brasileira.

A entrada dos EUA na 2ª Grande Guerra, em dezembro de 1941, foi decisiva para a sua mudança de *status* no sistema internacional, no qual de mero coadjuvante tornou-se o

maior credor desde o fim da 1ª Grande Guerra e reformador deste sistema no findar da guerra. Além de criar estruturas de poder, nas quais ele era um dos principais atores no pós-guerra, eram os valores políticos, econômicos, socioculturais e militares dos EUA que passaram a ser disseminados no Ocidente. Com a pressão dos EUA para que o Brasil declarasse guerra ao Eixo na Segunda Guerra Mundial e a aprovação do *Lend & Lease*, o mercado de Defesa brasileiro passou a ser abarrotado de armamentos e equipamentos de origem estadunidense. Durante a Guerra, o Brasil se tornou o maior aliado dos EUA na defesa das linhas de comunicação no Atlântico Sul. Com o findar da Guerra, a URSS passou a ser o maior inimigo dos valores socioculturais do Ocidente, o que fortaleceu ainda mais os laços políticos entre Brasil e EUA, relegando a França a uma posição secundária na agenda da política externa brasileira.

Conforme descrito no **Capítulo 2**, no Brasil, especialmente, na área militar, os EUA passaram a dominar todo o mercado de importação de armas pesadas e equipamentos de defesa, como navios, submarinos, blindados, aviões etc. Os EUA ocuparam um mercado especial que até então tinha a França como um dos principais fornecedores. Como descreveu Waltz, no âmbito de um sistema racional, para recuperar este mercado, a França deveria voltar-se para os esforços internos, aumentando a capacidade econômica, recuperando e fortalecendo suas infraestruturas de defesa e desenvolvendo estratégias inteligentes, e para os esforços externos, fortalecendo e alargando as suas alianças. O oponente se tornou claramente os EUA. Neste sentido, a fim de fortalecer a política, a economia, as Forças Armadas e os valores socioculturais franceses e a fim de enfraquecer e encolher o poder e a influência que os EUA haviam alcançado no Ocidente, De Gaulle, a partir da década de 1950, afastou-se das estruturas políticas internacionais protagonizadas pelos EUA, como a Otan, buscou recuperar a economia, revitalizou a indústria de defesa e, principalmente, reacendeu o nacionalismo francês, fortemente abalado com a rendição à Alemanha em 1940.

Argumentou-se no **Capítulo 3** que a excessiva importação brasileira de produtos de defesa na área aeronáutica dos EUA foi um empecilho para que a França pudesse vender seus produtos de defesa no mercado brasileiro. A França decidiu atuar no campo doutrinário das Forças Armadas até que, por um processo de desenvolvimento autônomo, pós-2ª Guerra Mundial, De Gaulle reerguesse a indústria militar da França e retomasse a capacidade do País de se projetar internacionalmente. Neste sentido, embora as tensões políticas e militares provocadas pela Guerra da Lagosta contribuíssem para o distanciamento político entre Brasil e França, De Gaulle, ao retornar para a presidência da França, aproveitou-se do legado deixado pelas Missões Militares francesas, para retomar o diálogo com o governo brasileiro.

Os franceses não desistiram de manter a proximidade e influência nas Forças Armadas brasileiras e passaram a atuar no campo doutrinário, no qual os EUA ainda não haviam dominado. Além da ESG e da Eceme, os militares franceses buscaram inserir suas novas concepções ideológicas, fruto das suas experiências na Argélia e na Indochina, na Escola Nacional de Informação e no Centro de Instrução de Guerra na Selva. Nestas instituições de ensino militar, os militares franceses realizavam palestras, introduziam conceitos e ensinavam técnicas de guerra psicológica para os militares brasileiros. Um dos objetivos do governo francês em empregar estes militares no Brasil era para reativar a rede de informações entre os dois países e flexibilizar o mercado de defesa brasileiro para os produtos das indústrias de defesa francesas. É possível afirmar que, o objetivo do governo francês era transformar o Brasil em uma zona de influência militar, na qual além de assegurar mercados para seus produtos, poderia consolidar seus valores socioculturais.

Se, por um lado, De Gaulle buscou retomar o diálogo com o Brasil; por outro buscava utilizar o país para reequilibrar o peso da influência que os EUA exerciam na Europa. Desta forma, sem denunciar o Tratado, a França se retirou do comando integrado da Otan, fortaleceu a indústria de defesa nacional e desenvolveu autonomamente bombas e submarinos nucleares. Graças a estas realizações, a França retomou o prestígio político no jogo de forças do sistema internacional.

Desde a década de 1920, quando a Marinha do Brasil contratou uma Missão Naval dos EUA para reformular administrativa, organizacional e doutrinariamente, a participação do setor empresarial francês no mercado naval brasileiro era praticamente inexistente. Com o *Lend & Lease* e os tratados pós-guerra que davam exclusividade do mercado naval brasileiro aos EUA, as oportunidades das empresas francesas em prover meios materiais e tecnológicos à Marinha do Brasil eram limitadas. Contudo, a partir da década de 1970, os novos desafios políticos, econômicos e estratégicos obrigaram as Forças Armadas brasileiras a buscar novos horizontes materiais e tecnológicos militares, o que permitiu que, na Marinha do Brasil novas concepções teóricas navais fossem consideradas pelos militares da força naval brasileira, em especial, os franceses. Três teóricos franceses passaram a ser os principais objetos de estudos de militares da Marinha do Brasil a partir da década de 1970: Hyacinthe-Laurent-Théophile Aube, Raoul Castex e Hervé Coutau-Begarie. Aube foi o idealizador da *École Jeune*, uma escola de pensamento naval, nascida no final do século XIX, que ensejou na estratégia naval o conceito de mobilidade por meio da guerra de curso. Castex era crítico da *École Jeune*, era defensor da superioridade intrínseca do poder marítimo sobre o poder terrestre e foi o teórico estrategista que mais considerou o emprego de submarinos em operações navais ainda na 1ª

Guerra Mundial. As concepções teóricas de Castex tiveram profundo impacto na estratégia naval da 2ª Guerra Mundial e na Guerra Fria. As principais Marinhas de Guerra do mundo, como EUA, URSS, Inglaterra e França, criaram programas de construção de submarinos de propulsão convencional e nuclear e aprofundaram estudos sobre novas formas de emprego de submarinos em campanhas navais a partir das concepções teóricas e de emprego de submarinos. Coutau-Bégarie pertencia a escola de pensamento de Castex e se tornou um profundo estudioso das concepções teóricas navais que formuladas neste período, desde as obras da *École Jeune*, Mahan, Corbett e Castex. Coutau-Bégarie afirmava que a *École Jeune* se limitava ao dilema entre o curso e a batalha decisiva, que as obras de Mahan e de Corbett, na verdade, não eram concepções teóricas, mas sim métodos históricos que direcionavam as Marinhas a adoção de uma mesma estratégia naval e que somente Castex compreendeu o conflito de métodos das demais escolas de pensamento e conseguiu superá-las, criando uma teoria. Ao inovar na teoria estratégica naval criando o conceito de *perturbador continental*, Castex orientou as Marinhas projetar poder marítimo sobre o continente negando o uso do mar aos inimigos. Estes teóricos franceses que ressaltavam a guerra de mobilidade, a importância do método histórico (Mahan e Corbett) no planejamento tático e estratégico das operações navais e a projeção marítima sobre o continente por meio da negação do uso do mar provocaram profundas mudanças na elaboração dos planejamentos navais das Marinhas mundiais e, mais especificamente, a partir da década de 1970, na Marinha do Brasil.

No **Capítulo 4**, demonstrou-se como o Brasil deixou de ser um mercado de importação de produtos de defesa obsoletos estadunidenses. É neste capítulo que elocubra-se sobre o rompimento dos acordos militares com os EUA, sobre a retomada da parceria na área de defesa com a França e sobre a entrada do Brasil na era de caças supersônicos, de asas rotativas militares e de mísseis.

Por a política externa brasileira a partir da década de 1970 ter se flexibilizado e ter ganho novos horizontes de oportunidades de negócios, as empresas francesas puderam ter maior participação no mercado de defesa, em especial, o aeronáutico. Na área espacial, houve iniciativas e singelas cooperações técnicas entre os setores aeroespaciais brasileiros e franceses; contudo, por a Agência Espacial Francesa estar mais envolvida em programas de desenvolvimento tecnológico na Guiana Francesa, não houve maiores interesses e mesmo incentivos do governo francês em se aproximar do nascente setor espacial brasileiro. Contudo, na área aeronáutica, as empresas francesas, como a *Holste* e a *Aérospatiale*, contribuíram para que as empresas e institutos brasileiros passassem a projetar aviões militares e para a entrada do Brasil na era de caças supersônicos, missilística e de asas rotativas. Por meio de

importação de cérebros, o engenheiro aeronáutico francês, Max Holste, desenvolvedor do modelo de aviões Broussard, foi contratado por Ozires Silva, então chefe de operações do departamento de Aeronaves do IPD, para projetar e desenvolver em território brasileiro o primeiro avião de uso militar de transporte, carga, busca e salvamento e reconhecimento fotográfico. Denominado de Bandeirante, esta aeronave se tornou o ponto de partida para a indústria aeronáutica brasileira, em especial, para a Embraer.

O mercado aeronáutico brasileiro era abarrotado de armas e equipamentos estadunidenses desde o fim da 2ª Guerra Mundial. Desde então, em virtude dos acordos militares de assistência mútua, o Brasil se tornou depósito de aviões usados e obsoletos da Força Aérea dos EUA. Em virtude da transferência da capital brasileira do Rio de Janeiro para Brasília e da criação de um núcleo de defesa aérea, a FAB iniciou estudos sobre novas tecnologias aeronáuticas para realizar a defesa aérea de Brasília. Desta forma, a FAB iniciou sondagens nos EUA para a aquisição de caças de interceptação aérea supersônicos. A resistência dos EUA em ceder/ vender caças supersônicos obrigou a FAB a iniciar sondagens em outros países. Ansiosa em participar ainda mais do mercado aeronáutico brasileiro, a empresa francesa *Aérospatiale* aceitou vender ao Brasil caças supersônicos Mirage, considerados na época, um dos melhores desta geração. Este caça já havia sido adquirido pela Força Aérea francesa, já havia sido comprado por mais de vinte países e o sucesso do seu emprego nas campanhas israelenses na Guerra dos Seis Dias foi decisivo na escolha do novo modelo de caça supersônico da FAB. Os pilotos brasileiros, chamados de *Dijon Boys*, receberam instruções técnicas sobre o Mirage na Base Aérea de Dijon-Longvic, na cidade de Dijon, na Borgonha, e lá mesmo passaram a voar em caças franceses. Foram estes pilotos, treinados pelos franceses, os responsáveis por transmitir conhecimentos sobre interceptação, manobras de combate e ataque ao solo às novas gerações de pilotos militares brasileiros.

Apesar de os governos que sucederam De Gaulle a partir da década de 1970 buscarem se voltar mais para o institucionalismo europeu, nenhum deles abriu mão de priorizar a pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico nas Forças Armadas francesas e do mercado de defesa brasileiro. Tanto o governo de Pompidou quanto o governo de Valéry Giscard d'Estaing buscaram ampliar a participação francesa no mercado aeronáutico brasileiro.

A ideia de desenvolver no Brasil uma linha de helicópteros militares foi de uma associação brasileira no início da década de 1970 nos mesmos moldes em que a Embraer havia sido criada. Em virtude do sucesso da parceria franco-brasileira no desenvolvimento do Bandeirante e na aquisição do Mirage, esta associação iniciou as sondagens com a empresa

francesa *Aérospatiale*. Embora a empresa tenha nascido de uma fusão empresarial em 1971, já havia nascido com a competência e a qualificação profissional herdadas das estatais francesas *Sud Aviation*, *Nord Aviation* e Sereb. Em abril de 1978, a Helibras foi criada com 45% de participação societária da *Aérospatiale* e a outra parte da sociedade pertencia a empresas ligadas ao governo de Minas Gerais. A política de incentivos à criação de pólos industriais em Minas Gerais justificava a participação societária destas empresas na Helibras. Além de fomentar a indústria nacional de asas rotativas, aumentar o índice de nacionalização dos equipamentos e serviços prestados pelas empresas brasileiras, gerar empregos, qualificar mão de obra especializada, a Helibras, do ponto de vista brasileiro, por ser a única empresa de helicópteros na América Latina, aumenta a sua vantagem na logística, na competitividade e na dualidade no entorno geoestratégico latino americano. Do ponto de vista francês, a Helibras representa o privilégio francês e o monopólio do modelo tecnológico no mercado de asas rotativas brasileiro. Embora, em boa parte, a Helibras se configure como uma montadora de equipamentos de asas rotativas franceses, a maior parte dos trabalhadores da empresa são brasileiros e há um nível razoável de cooperação técnica e tecnológica, tanto no projeto, quanto de construção, nos quais engenheiros aeronáuticos brasileiros atuam.

A *Aérospatiale* também teve participação ímpar na entrada do Brasil na era missilística. Este episódio da História pode ser dividido em duas partes: a aquisição brasileira de lançadores e das famílias de mísseis MM38 e MM40, na década de 1980, e no desenvolvimento do Man-sup, a partir de 2003. A decisão de nacionalizar o MM38 foi decisiva para o desenvolvimento do Man-sup e o índice de nacionalização alcançado pela Marinha do Brasil tem garantido às empresas brasileiras licitadas os *offsets* necessários para assegurar o conhecimento em tecnologias missilísticas no país, na maior qualificação de mão de obra especializada, no fomento à ampliação de cursos em Engenharia Aeronáutica no país e na expectativa de criação de políticas públicas que incentivem pesquisas científicas e desenvolvimento tecnológicos nas empresas brasileiras, em institutos de pesquisas, em laboratórios e nas universidades.

No **Capítulo 5**, houve um esforço em esclarecer como as políticas públicas têm sido criadas no país e como estas políticas tem contribuído no incentivo à pesquisa científica e tecnológica das Forças Armadas brasileiras. A PDN, a END e o Livro Branco da Defesa, dentre as principais estratégias de aquisição de defesa, consideram a transferência de tecnologia prioritária. Como analisado, compras de oportunidade, importação de cérebros, treinamento de pessoal e cooperação tecnológica estiveram presentes na histórica relação França-Brasil na área de defesa. No entanto, a França nunca havia se comprometido com a

transferência de tecnologia de produtos de defesa para o Brasil. Embora as políticas públicas incentivem e fomentem a transferência de tecnologia nas negociações de defesa no Brasil, culturalmente, não há a tradição em P&D nas empresas brasileiras e há um distanciamento entre a P&D das universidades e laboratórios e vazão produtiva; o que gera lacunas tecnológicas no processo de inovação e atraso no crescimento econômico do país. Neste sentido, por a maior parte dos estudos brasileiros associarem os progressos científicos e tecnológicos ao desenvolvimento econômico, buscou-se em autores, como Amsden, Mazzucato, Dubeux e Mangabeira Unger, análises e respostas para superar as lacunas tecnológicas no desenvolvimento econômico brasileiro e como as empresas de defesa têm um profundo impacto neste processo. Acredita-se que o comprometimento da França em aceitar transferir tecnologias de defesa é uma oportunidade histórica que, conhecendo o *modus operandi* francês, poderá contribuir na superação das lacunas tecnológicas de programas estratégicos e na recuperação do atraso econômico em que o País se encontra comparado a outros países emergentes. Embora haja discordâncias entre os autores citados, todos concordam que a defesa é uma área que deve ser priorizada pelo Estado no empreendimento de políticas públicas que fomentem a maior participação de empresas privadas nos programas estratégicos, que incentivem parcerias público privadas, que incentivem a P&D nas empresas, nas universidades e em laboratórios, que flexibilizem a dualidade das tecnologias desenvolvidas, que garantam o acesso ao crédito, a tecnologias e aos mercados mundiais.

Neste capítulo, detalhou-se também como o governo francês tem reformulado a sua política de exportação de produtos de defesa para garantir acesso a novos mercados, em especial, no continente americano. Há discordâncias entre especialistas franceses acerca da política de transferência de tecnologia como uma estratégia comercial para ter acesso a novos mercados, em especial, latino americanos. Embora não haja uma espécie de manual que instrua as empresas francesas a transferirem tecnologias para as empresas e setores governamentais estrangeiros, cada empresa francesa tem um *modus operandi* diferente na transmissão do conhecimento e o opera dentro de um limite técnico; o que gera incertezas sobre a eficácia na transferência de tecnologia nos países receptores. Daí a importância da maturidade dos programas estratégicos, da qualificação profissional especializada e conhecimento holístico da tecnologia e das empresas que são fornecedoras. Os três mais importantes programas estratégicos das Forças Armadas que contam com o aceite francês em transferir tecnologia são o Man-sup, o Prosub e o HXBR e em cada um destes programas as empresas francesas, respectivamente, MBDA, DCNS e *Airbus Helicopter*, apresentam um *modus operandi* diferenciado na transmissão do conhecimento. A MBDA participa do Man-

sup por meio de consultas e relatórios técnicos à gerência naval responsável pelo programa. A DCNS participou da seleção de empresas brasileiras que participam do Prosub, criou uma Escola de Projetos de submarinos na França, constituiu *joint venture* com empresas brasileiras e estabeleceu o relacionamento entre a França e o Brasil no âmbito do Acordo de Cooperação assinados entre os ministérios da Defesa dos dois países em quatro instâncias: política, diplomática e comercial. Já na relação da *Airbus Helicopter* com a Helibras, o contrato de transferência de tecnologia tem como objetivo final a construção de uma aeronave moderna da linha EC 725 inteiramente em território nacional. Para cumprir o contrato, a empresa francesa aumentará a escala de produção, aumentará o índice de nacionalização de equipamentos, investirá em infraestrutura nas instalações da Helibras, treinará mão de obra especializada brasileira nas instalações da *Airbus Helicopter*, na França, e enviará especialistas franceses ao Brasil para acompanhar a implantação da nova linha dos EC 725 em território nacional.

A criação da Amazul também se configura como uma solução tecnológica para cobrir as lacunas tanto do PNM quanto Prosub. Caberá à Amazul a missão de desenvolver P&D dentro de suas instalações e/ou promover parcerias acadêmicas e laboratoriais para gerar inovações radicais e propiciar vazão produtiva às inovações geradas pela empresa. Por o PNM ter sido desenvolvido autonomamente desde a década de 1970, por a Amazul reunir em seu quadro de pessoal os recursos humanos estratégicos, com experiência no setor nuclear, necessários para viabilizar o projeto do submarino com propulsão nuclear, constituir-se como uma Empresa Estratégica de Defesa, com facilidades e isenções fiscais, poder participar de parcerias público privadas, poder ter ações especiais em programas estratégicos, acesso à tecnologia de ponta, acesso à créditos e acesso aos mercados mundiais, poder constituir *joint venture* com empresas estrangeiras e ter projetos de uso dual, acredita-se que Amazul reúna as qualificações necessárias para tornar viável, eficiente e reduzir as incertezas quanto ao processo de absorção de tecnologia de projeto do futuro submarino com propulsão nuclear brasileiro.

Como mencionado no **Capítulo 3**, as concepções teóricas francesas foram impactantes na reformulação do planejamento estratégico e operacional das Marinhas mundiais. A partir da década de 1970, com a ampliação da plataforma continental brasileira, descoberta de riquezas minerais comercializáveis em águas jurisdicionais rasas e profundas e com a multiplicação de uso do mar, a mentalidade da estratégia naval brasileira passou por profundas mudanças, abandonando a tradicional defesa das linhas de comunicação para negação do uso do mar, o que endossa a hipótese levantada nesta tese acerca da influencia de

teorias francesas nas estratégias navais mundiais a partir da Segunda Guerra Mundial. As políticas públicas de defesa, como a END e o Livro Branco da Defesa, ao priorizarem a negação do uso do mar em detrimento das outras tarefas navais, prioriza o Prosub em detrimento dos outros programas estratégicos navais. Os documentos reconhecem que esta estratégia naval também se pauta pelas limitações orçamentárias brasileiras; contudo, pelo fato de a estratégia negacionista promover a deterioração da capacidade operacional e/ou impedir a liberdade de ação do inimigo dentro do entorno geoestratégico atende satisfatoriamente as demandas da defesa naval brasileira no Atlântico Sul.

Embora pareça paradoxal, adotar a negação do uso do mar como principal tarefa estratégica naval, dada a dimensão estratégica e o *status* de potência emergente que o Brasil sustenta, é importante que se considere o longo período em que o Brasil não é protagonista de guerras, as vulnerabilidades da economia nacional, os poucos processos de inovações radicais nas indústrias de defesa brasileiras, a ausência de cultura de defesa e a harmonia que o Brasil compartilha nas suas relações no seu entorno estratégico Sul-Sul. A longo prazo, superando os desafios mencionados e/ou se houver mudanças estruturais no ambiente sistêmico internacional, é possível que o controle de áreas marítimas assuma prioridade entre as tarefas estratégicas da Marinha do Brasil.

No período pós-Guerra Fria, a França voltou-se para um processo interno, reconstruindo o institucionalismo europeu e revalorizando a aproximação com os EUA. Se por um lado, a União Europeia se fortalecia, por outro, a Otan entrava em uma crise de identidade, à medida que sua funcionalidade, em um mundo que acreditavam ser cada vez mais pacífico, passava a ser questionável. O 11 de Setembro se tornou um divisor de águas na política internacional do século XXI. O **Capítulo 6** buscou esclarecer assim, os dilemas estratégicos que a França vivencia dentro de um contexto multilateral, no qual especialistas apontam para indefinição do papel francês no contexto das instituições europeias. Desde 2005, como analisado, o presidente francês Chirac tem orientado uma política externa mais independente, privilegiando parcerias bilaterais. Tanto Sarkozy quanto Hollande, apesar de posicionamentos políticos e institucionais diferentes, mantiveram e fortaleceram as relações bilaterais da França com o Brasil. Foi neste contexto também que houve a confirmação de que a histórica relação entre os dois países pôde ser enquadrada como parceria estratégica em construção.

Em geral, para que parcerias estratégicas sejam construídas é preciso que o histórico de relações bilaterais entre os dois países assegure respeito mútuo e a credibilidade nos fóruns globais, tanto do ponto de vista político quanto do ponto de vista econômico, no qual a França

identifique no Brasil o parceiro ideal para mediar/estabilizar/resolver impasses e/ou constrangimentos. Na tese do universalismo seletivo de Carlos Lessa, a construção de parcerias estratégicas está associada a escolha de parceiros que apresentem características universalistas, seletivas, diplomáticas e articuladoras. Tanto França quanto o Brasil apresentam estas características. Lessa acrescenta ainda que a parceria estratégica é construída a medida que os países permitam o acesso ao mercado e à obtenção de maiores margens de autonomia no sistema internacional. Tanto França quanto o Brasil comungam da mesma visão nos seguintes assuntos: fortalecimento da democracia e dos direitos humanos, reforma no sistema financeiro mundial, por meio da restauração da confiança e crédito das instituições multilaterais de financiamento, multilateralismo, combate a miséria, promoção da igualdade social, desenvolvimento sustentável e mudanças climáticas, desarmamento e não-proliferação e reforma estrutural no sistema internacional. Embora, por exemplo, no caso da questão dos subsídios agrícolas, a França tivesse oferecido resistências ao açúcar brasileiro, e, na questão de intervenção militar na política doméstica dos outros países, a França não compartilhe da percepção brasileira da não intervenção, há o respeito mútuo a cerca do posicionamento entre estes países.

Ao comparar o caso das relações comerciais Brasil-EUA no Governo Fernando Henrique com a visão chinesa de Yong Deng é possível afirmar que, com relação aos EUA não se configurou como parceria estratégica a medida que a ascensão brasileira nos grandes fóruns globais, em especial, no Conselho de Segurança da ONU, foi relativizada pela política externa estadunidense.

Na ótica de Diego de Freitas Rodrigues, a relação França-Brasil na área de Defesa pode se configurar como uma parceria estratégica, à medida que há um diálogo profícuo e amistoso entre as altas autoridades políticas francesas e brasileiras, ambos os países mantêm relações dinâmicas nos campos econômico e sociocultural, com participação de diferentes atores sociais, contribuindo para o desenvolvimento de seus projetos nacionais, há o desenvolvimento de cooperação ativa e abrangente em questões estratégicas e de segurança, inclusive no campo militar, inclusive, com transferência de tecnologia, e, embora haja discordâncias entre algumas visões a respeito da organização do ambiente internacional, ambos os países se respeitam. Tanto França quanto o Brasil mantêm sistemas políticos democráticos, comungam valores universalistas, defendem os Direitos Humanos, recorrem ao institucionalismo para gerenciar e mediar conflitos e desenvolvem atividades militares e inteligentes estreitas e interligadas. Nesta linha de pensamento, a tendência da relação França-Brasil na área de Defesa tende a evoluir em direção à formação de um eixo de poder

internacional, no qual haverá influência mútua entre França e Brasil e ações articuladas e coordenadas no tratamento das mais importantes questões internacionais. Em questões de segurança energética, combate à pobreza e desenvolvimento sustentável, é possível identificarmos ações articuladas e coordenadas entre França e Brasil.

Alcides Costa Vaz buscou definir o conceito de parceria estratégica mencionando o exemplo da histórica relação Argentina-Brasil. De acordo com este autor, a relação Argentina-Brasil foi construída de forma simétrica e calcada em uma convergência de interesses e de propósitos definidos em virtude de ambos os países comungarem da restauração da democracia, demandando mecanismos mais complexos de articulação de interesses e de legitimação e propostas de projetos futuros de longo prazo de cooperação e integração que envolvam os setores produtivos e iniciativas em infraestrutura. Costa Vaz ressalta a importância do envolvimento de instâncias sócio-políticas no processo de construção da parceria, a diplomacia presidencial da época supriu a necessidade deste diálogo. A relação França-Brasil na área de Defesa é assimétrica, pois, a França é considerada uma potência e o Brasil ainda é considerado um país emergente. Contudo, ambos os países apresentam convergência de interesses e de propósitos definidos. Ambos os países são democráticos, apresentam uma tradição política desenvolvimentista e demandam mecanismos mais complexos de articulação de interesses e de legitimação e propostas de projetos futuros de longo prazo de cooperação e integração que envolvam os setores produtivos e iniciativas em infraestrutura, como os exemplos mencionados anteriormente. No que se refere ao envolvimento de instâncias sócio-políticas no processo de construção da parceria, tanto a diplomacia presidencial, conforme ilustrado na tese, quanto o empresariado, os setores acadêmicos e científicos e a mídia participam ativamente deste diálogo.

A título de comparação, a relação Argentina-Brasil na área nuclear foi consolidada pela criação da Abacc e pela criação do Acordo Quadripartite. O envolvimento da Aiea nesta relação foi estratégico, pois, além de reforçar o compromisso internacional de ambos os países com a não proliferação de armas nucleares, afastou quaisquer desconfianças de intenções hostis em âmbito regional. Na área naval, por exemplo, a estatal francesa DCNS e a empresa privada brasileira Odebrecht criaram o consórcio ICN. A *goldenshare* confere ao Estado 1% de participação nesta sociedade. A Ufem e as obras civis do EBN são produtos desta parceria e a garantia de que, graças a experiência neste consórcio, a Odebrecht estará apta a projetar e construir fábricas de estruturas metálicas e estaleiros e bases navais para atender demandas. Como ressaltado pelos discursos da diplomacia presidencial e pelo Plano de Ação da Parceria Estratégica Franco-Brasileira articulado em 2008, há sinergia de esforços no diálogo político e

governança internacional, nas relações econômicas e comerciais, na cooperação nas áreas de Defesa, Espaço, Energia Nuclear e Desenvolvimento Sustentável, nos domínios da Educação, Línguas, Ciência & Tecnologia, há convergência na formulação de políticas públicas nas áreas migratórias e transfronteiriças e atuação conjunta em diversos países subdesenvolvidos, principalmente, na África.

Tanto na análise de Antonio Carlos Lessa quanto na de Diego de Freitas Rodrigues e de Alcides Costa Vaz é possível afirmar que a histórica relação França-Brasil já se configura como parceria estratégica.

O Livro Branco da Defesa amplia o enfoque geoestratégico brasileiro citando as três áreas que constituem o entorno geoestratégico de interesse brasileiro: a América do Sul, a Amazônia Azul e a África Austral. Embora os programas contemplados com transferência de tecnologia francesa sejam o Man-sup, o Prosub e o HXBR, em todos os programas, projetos e licitações militares nos entornos geoestratégicos de interesse do Brasil, as empresas francesas se comprometem a transferir tecnologia.

Confirmado *status* de parceria estratégica, buscou-se confirmar a hipótese de que a parceria estratégica França-Brasil é a estratégia da França para redistribuir capacidades e equilibrar o poder francês no sistema internacional. Nesta última parte da pesquisa, foram detalhadas convergências e divergências de interesses e de propósitos definidos, demandado mecanismos de articulações de interesses e de legitimação e suscitadas propostas de projetos futuros de longo prazo de cooperação e integração.

Boa parte da quantidade de investimentos franceses no Brasil nos últimos anos é reflexo do aumento da capacidade instalada das grandes empresas francesas que já se encontravam no mercado brasileiro. A expectativa francesa é que o Brasil se torne o epicentro da sua estrutura empresarial e concentre mais de 50% dos negócios franceses no continente. O impulso às atividades mercadológicas francesas no Brasil faz parte da política de Estado francesa. A expectativa dos setores brasileiros envolvidos com a transferência de tecnologia é que a França contribua na implementação de uma nova cultura empresarial no Brasil, participando cada vez mais em investimentos de capital direto nas empresas brasileiras, estimulando as inovações radicais no contexto das P&D e promovendo uma renovação nos arranjos empresariais na parceria estratégica França-Brasil. Por outro lado, a expectativa do empresariado francês é que o governo brasileiro permita uma maior participação de empresas estrangeiras nas licitações públicas de programas estratégicos, como o Prosub e o PNB, seja por meio do Direito Público, via marco regulatório, e no Direito Privado, via *goldenshare*.

Como analisado, há divergências e convergências de interesses e propósitos definidos na parceria estratégica França-Brasil. Felizmente, Brasil, EUA e União Europeia avançaram nas discussões institucionais na OMC que prejudicavam os agricultores e empresários brasileiros. Graças ao empenho da diplomacia presidencial, em especial, de Lula, a OMC aprovou o acordo que eliminou os subsídios à exportação de produtos agrícolas brasileiros na União Europeia e nos EUA, reduzindo os subsídios agrícolas europeus entre 2018 e 2023 e os emergentes, como o Brasil, terão uma moratória até 2030 para estabelecer acordos e aumentar suas projeções no comércio internacional. Contudo, as divergências entre França e Brasil na questão de intervenção militar em política doméstica dos outros países são recorrentes. No Iraque, na Líbia, na Síria, em Mali e no Irã, França e Brasil não conseguem chegar a um consenso nesta questão nos fóruns globais. No entanto, percebe-se tanto nos discursos da diplomacia presidencial quanto nos documentos oficiais franceses que há uma relação de respeito mútuo entre França e Brasil e que ambos os países buscam demandar mecanismos de articulações de interesses e de legitimação. Isso reforça a tese sustentada por Fraser Cameron e Zheng Yongnian de que a parceria estratégica não impede o surgimento de divergências entre os parceiros. Reconhecendo a importância do compromisso mútuo assumido e se disposto a encontrar bases comuns sempre que possível, França e Brasil tem buscado se comprometerem e se fortalecerem, conjunta e multilateralmente, em fóruns globais, como na OMC, no FMI, na OIT, no BM, na OMS, no G8 e no Conselho de Segurança da ONU.

A discussão sobre a reforma no Conselho de Segurança da ONU se iniciou antes do fim da Guerra Fria, no entanto, as propostas reformistas se intensificaram a partir da década de 1990. Como analisado, além da inclusão de novos países, há propostas em curso da inclusão de outros atores não estatais no processo decisório deste Conselho. Desde o governo Chirac, a França tem apoiado o pleito do Brasil por assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Apesar da existência de divergências na condução da política externa nos governos de Sarkozy e Hollande, ambos os presidentes mantiveram o apoio ao pleito do Brasil por assento permanente.

Durante o governo de Sarkozy, algumas das prioridades da política de Estado da França eram a reformulação do sistema monetário internacional, o reforço à regulação financeira, o combate a volatilidade dos preços das matérias-primas, o apoio a geração de emprego e reforçar a dimensão social da globalização, o combate à corrupção e a promoção do desenvolvimento socioeconômico no continente africano. Houve um empenho da França em convencer os países mais industrializados, o G8, de que as economias das potências emergentes pudessem contribuir de forma impactante na resolução dos problemas mundiais e

a inclusão dos emergentes no G8. Argumentava Sarkozy que, quanto maior a resistência dos membros do G8 em incluir os países emergentes, mais eficiente o G20 se mostrava ao mundo na busca de resoluções provocadas pela crise mundial. Por outro lado, Sarkozy propôs transformar o G20 em um órgão de gestão de crises, capaz de conceber e de aprovar reformas estruturais na política internacional, pôr fim aos desequilíbrios mundiais e reforçar a regulação da globalização.

Como proposta de projetos de longo prazo de cooperação e integração no desenvolvimento sustentável, por exemplo, Lula propôs nos fóruns globais a *Revolução Dourada*, na qual os biocombustíveis brasileiros, constituídos pela combinação da terra, do sol e de tecnologia de ponta, poderiam contribuir com o desenvolvimento sustentável mundial. Como mencionado, Lula defendeu a *Revolução Dourada* durante a abertura da Conferência das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, em 2008, para atender as demandas do desenvolvimento sustentável, criar um novo conceito de segurança energética e desenvolver parcerias de cooperação e integração com centros de pesquisa e indústrias europeias na produção de biocombustíveis.

Outra proposta de projeto de longo prazo de cooperação e integração, por sua vez, a França tem buscado formular estratégias mundiais para a promoção de energias renováveis. A inserção cada vez maior de empresas de energia fotovoltaica e nuclear no mercado brasileiro é exemplo disso. Desde 2009, a Areva tem manifestado o interesse de participar das licitações públicas brasileiras nas obras de Angra III e na construção das novas centrais nucleares brasileiras. Em 2015, a Areva e a Eletronuclear assinaram um contrato para fornecimento de equipamentos mecânicos e elétricos adicionais para Angra III. Além disso, a Areva participa nos debates com empresas e instituições públicas e empresas privadas brasileiras sobre novos modelos tecnológicos, de financiamento, de licenciamento e de negócios para as próximas centrais nucleares brasileiras.

A parceria estratégica França-Brasil pode gerar transbordamentos em diversas áreas que extrapolam o campo da Defesa, como mencionado nesta tese. O IDH nos países, regiões ou cidades remonta a década de 1990 e é medido pela média da expectativa de vida, da escolaridade e da renda. Como mencionado, cientistas e acadêmicos como Alan Pasternak, Manuel Garcia Jr. e Jose Goldemberg, defendem a inclusão do acesso à eletricidade como índices de medição do desenvolvimento humano. Diante do comprometimento da França e do Brasil com a erradicação da pobreza e com a promoção do desenvolvimento sustentável, tendo estes dois países grandes projetos de geração de energia elétrica, com matrizes diversificadas, renováveis e limpas, ambos os países podem propor conjuntamente projetos de longo prazo

nos fóruns globais para ampliar o acesso à energia elétrica a países subdesenvolvidos, propiciando benefícios que impactem na redução da pobreza, no estímulo à criação de micro e pequenas empresas, na melhoria das condições de estudo para as crianças e na redução da poluição no interior das casas, graças ao fim de fogueiras e fogões à lenha.

A distribuição de capacidades nesta parceria estratégica França-Brasil não se limita à reorientação e reformulação da política de exportação de produtos estratégicos de defesa da França, mas sim, abrange um conjunto de políticas e práticas conjuntas internacionais que, como analisado, passam pelo aumento da capacidade instalada das grandes empresas francesas em território brasileiro, na contribuição na mudança da mentalidade empresarial brasileira, no respeito mútuo e diálogo entre os países na busca por mecanismos de articulações de interesses e de legitimação, no comprometimento francês em fortalecer multilateralmente o Brasil em fóruns globais, no apoio ao pleito brasileiro por reformas nos centros de decisão da estrutura dos arranjos institucionais internacionais e afinação nas propostas de projeto de longo prazo que envolvam cooperação e integração entre Brasil e França.

Conforme apontado nesta tese, desde o início do século XX, o Brasil sempre foi um dos principais alvos do mercado de Defesa francês, mesmo quando perdeu a exclusividade da venda de seus produtos de defesa no mercado militar brasileiro, a partir da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, a França buscou inserir seus interesses em áreas em que os EUA ainda não haviam adentrado: campo doutrinário. A partir daí, das experiências francesas na Guerra da Argélia, o Brasil passou a adotar conceitos doutrinários franceses nos seus documentos militares oficiais, tais como guerra psicológica e inimigo interno. Neste momento, o Brasil deixou de ser só um polo de interesse comercial para ser também uma zona de influência militar francesa. Como objetivo secundário, mas não menos importante, militares e embaixadores franceses instalados no Brasil utilizaram sua influência sobre os governos militares para versatilizar o mercado de importação de defesa brasileiro, priorizando produtos franceses; o que garantiu a superioridade aeronáutica brasileira no cenário regional e a entrada do Brasil nas eras supersônicas, missilística e de asas rotativas. O crescimento da economia brasileira e a maior projeção política no sistema internacional elevaram as relações França-Brasil na área de Defesa ao patamar de parceria estratégica. Esta parceria, demonstrada por características, agendas e objetivos afins transbordou para outras áreas, além da Defesa, tais como Energia, Sustentabilidade, Agricultura, Combate à fome e à pobreza etc. Neste sentido, por comprovar cientificamente que a parceria estratégica França-Brasil se configure como uma distribuição de capacidades, embora, haja outras frentes abertas, é

possível confirmar que a França está buscando reequilibrar o poder no sistema internacional por meio desta parceria.

Ao longo da tese, no seio da proposta de estudar casos coletivos por meio da pesquisa histórica, foi possível desmembrar a histórica relação entre França e Brasil na área de Defesa em três etapas: a primeira, que durou de 1900 à década de 1940, na qual a França buscou conquistar o mercado de defesa brasileiro; a segunda, que durou da década de 1950 à década de 1990, em que o Brasil foi transformado em uma zona de influência militar francesa e, paralelamente, a França reiniciava o processo de reconquista do mercado de defesa brasileiro, e, terceira e última etapa, caracterizada pela transformação da histórica relação comercial em parceria estratégica e consolidação da presença francesa no mercado de defesa nacional. A França hoje está presente e atuante nas três Forças Armadas brasileiras, uma parceria que está sendo construída ao longo de mais de cem anos.

Bibliografia

Fontes primárias

Austrália

Program SEA1000. Disponível em < <http://sea1000.gov.au/the-program/>>..

Brasil

Complexo Industrial de Defesa. Política de Desenvolvimento Produtivo. Ministério do desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior. Disponível em < http://www.pdp.gov.br/Paginas/detalhamento_programa.aspx?programa=Complexo%20Industrial%20de%20Defesa&path=Programas-Mobilizadores%20em%20%C3%A1reas%20Estrat%C3%A9gicas-Complexo%20Industrial%20de%20Defesa>

Decreto N° 15.235, de 31 de dezembro de 1921.

Decreto-Lei N° 3.730, de 18 de outubro de 1941.

Decreto N° 73.160, de 14 de novembro de 1973.

Decreto N° 2.864, DE 7 de dezembro de 1998.

Decreto N° 8502, de 18 de agosto de 2015.

Estratégia Nacional de Defesa. Ministério da Defesa, dezembro de 2008. Disponível em < http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf>.

Lei N° 785, de 20 de agosto de 1949.

Lei N° 12.598, de 21 de março de 2012.

Livro Branco da Defesa do Brasil. Ministério da Defesa. Disponível em < <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf> >.

PARECER Nº 205/2016/CGAA5/SGA1/SG. Ministério da Justiça – MJ. Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE. Disponível em < http://sei.cade.gov.br/sei/institucional/pesquisa/documento_consulta_externa.php?b7FpX99-7LP9VeNsS630vcGqIjVumoK0IArQAI8TnCYdZTWT_pr1pNTJcFFecYsHFu9JcDcbII9PVZVOw0748w,,>.

Planejamento Estratégico 2014 – 2019. Marinha do Brasil. Disponível em < <https://www1.mar.mil.br/dabm/sites/www1.mar.mil.br.dabm/files/PEO-2014%20a%202019%20mod%2014%2015SET2014.pdf> >.

Processo Nº: 52001.001738/2013-19. Termo de Cooperação Nº 18/2013. MDIC. Primeiro de outubro de 2013. Disponível em < http://unifei.edu.br/files/RCD%20-Proc.23088.4475_2013-81.pdf >.

Portaria Nº 391/MB, de oito de setembro de 2015.

Portaria Ministerial nº 35-GM4, de 11 de maio de 1972.

Relatório da Nuclebrás para o Ministério de Minas e Energia sobre o Programa Nuclear Alemão, de 27 de fevereiro de 1978. Arquivo Geisel/ Pasta Paulo Nogueira Batista. CPDOC/FGV.

Relatório da Nuclebrás para o Ministério de Minas e Energia sobre Transferência de Tecnologia, em 27 de fevereiro de 1978. Arquivo Geisel/ Pasta Paulo Nogueira Batista. CPDOC/FGV.

Relatório de Impacto Ambiental da Ponte Internacional Sobre o Rio Oiapoque. Ministério dos Transportes. Disponível em < <http://www.dnit.gov.br/download/meio-ambiente/acoes-e-atividades/estudos-ambientais/br-156-ap/br-156-ap-pon-te-oiapoque.pdf> >.

Resultado da Avaliação Pro-Defesa - Projetos Recomendados. Reunião 8 e 9/12/2005. Ministério da Defesa. Disponível em < http://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/ProjetosRecomendados_ProDefesa.pdf>.

ROCHA, Fernando Carlos Wanderley. Acidente com Veículo Lançador de Satélites (VLS-1 V03) no Centro de Lançamento de Alcântara. Câmara dos Deputados. Consultoria Legislativa. Brasília, DF. 2004. Disponível em < https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=5&cad=rja&uact=8&ved=0CDYQFjAEahUKEwjj_rrR1MzIAhVGS5AKHS67CbM&url=http%3A%2F%2Fww2.camara.leg.br%2Fatividade-legislativa%2Fcomissoes%2Fcomissoes-permanentes%2Fcredn%2Fdocumentos%2Fpublicacao%2Fanteriores%2Facidente%2520base%2520de%2520alcantara&usg=AFQjCNHHqtOkpRDrS2f3eebU83ngFn9PCw&sig2=OMcVmWojIC5JsF5OQVx_rQ&bvm=bv.105454873,d.Y2I>

China

China's Military Strategy. The State Council Information Office of the People's Republic of China. May 2015, Beijing. Disponível em < http://www.chinadaily.com.cn/china/2015-05/26/content_20820628.htm>.

França

Commission des Affaires Étrangères sur le Projet de Loi N° 1265, Assemblée Nationale. Disponível em: <http://www.assemblee-nationale.fr/13/rapports/r1294.asp> .

Livre Blanc. Ministère de la Défense, France. 2013. P.27. Disponível em: <http://fr.calameo.com/read/000331627d6f04ea4fe0e> .

RAPPORT D'INFORMATION de la commission des affaires étrangères, de la défense et des forces armées à la suite d'une mission effectuée du 11 au 14 avril 2011 au Brésil, SENAT, SESSION ORDINAIRE DE 2010-2011, N° 662. P. 39. Disponível em: <http://www.senat.fr/rap/r10-662/r10-6621.pdf> .

Declarações, discursos, entrevistas e palestras

AMORIM, Celso. Entre o Desequilíbrio Unipolar e a Multipolaridade: o Conselho de Segurança da ONU no Período Pós-Guerra Fria. Texto do evento realizado no IEA “O Brasil e as Novas Dimensões da Segurança Internacional” realizado no dia 11 de setembro de 1998. Disponível em <
http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/amorimdesequil_briounipolar.pdf>.

Comunicado conjunto de los ministros de Defensa de Brasil y España. Ministério da Defesa da Espanha, em 12 de março de 2013. Disponível em <
<http://www.defensa.gob.es/gabinete/notasPrensa/2013/03/dgc-130312-comunicado-conjunto-con-Brasil.html>>.

Declaração Conjunta da Presidenta da República Federativa do Brasil e do Presidente da República Francesa – Paris, 11 de dezembro de 2012. Disponível em:
<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-conjunta-da-presidenta-da-republica-federativa-do-brasil-e-do-presidente-da-republica-francesa-2013-paris-11-de-dezembro-de-2012> .

Declaração Final da XII Reunião de Ministros da Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, ocorrida nos dias 10 e 11 de novembro de 2010. Disponível em <
<http://www.cplp.org/Files/Billeder/Temas/XIIdecministrosdefesa.pdf>>.

Defesa Nacional e Pensamento Estratégico Brasileiro. Conferência do Ministro da Defesa, Celso Amorim, na abertura Seminário Estratégias de Defesa Nacional Brasília, 27 de novembro de 2012. Disponível em <
http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/Pronunciamentos/Ministro_defesa/novembro/palestra_defesa_nacional_pensamento_estrategico_27_novembro_2012.pdf>.

Discurso do ministro da Defesa no recebimento dos primeiros helicópteros EC-725. Ministério da Defesa, 20 de dezembro de 2010. Disponível em <
<http://www.defesa.gov.br/index.php/noticias/3610-20122010-defesa-discurso-do-ministro-da-defesa-no-recebimento-dos-primeiros-helicopteros-ec-725>>.

Entrevista concedida pelo Almirante Hecht, então Gerente do PROSUB, à Fernanda Corrêa, em 15 de fevereiro de 2011. Arquivo Pessoal.

Entrevista concedida pelo Comandante Arlei, da Diretoria Geral de Material da Marinha do Brasil, à Fernanda Corrêa, em 15 de junho de 2011. Arquivo Pessoal.

Entrevista do Vice-Almirante Ronaldo Fiúza de Castro, da Divisão de Míssil Antinavio da Marinha do Brasil, concedida a Fernanda Corrêa em 2 de fevereiro de 2011. Arquivo Pessoal.

Entrevista de Roberto C. A. Travassos à ABEN - Associação Brasileira de Energia Nuclear sobre Modelos Tecnológicos de Reatores - Perspectivas e Desenvolvimento no Mundo, em nove de abril de 2014. Disponível em < <http://www.aben.com.br/noticias/modelos-tecnologicos-de-reatores#noticia>>.

Entrevista de Mangabeira Unger, então Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos, ao Diário do Grande ABC Defesa, em 8 de setembro de 2015. Disponível em < http://www.robertounger.com/portuguese/pdfs/politica_exterior/entrevistas/Entrevista%20Diario%20do%20Grande%20ABC%20Defesa.pdf>.

Palestra do ministro da Defesa do Brasil, Nelson A. Jobim no Encerramento da Conferência Internacional - “O Futuro da Comunidade Transatlântica”, Lisboa, Instituto de Defesa Nacional. 10 de Setembro de 2010. Disponível em < <http://www.defesanet.com.br/defesa/noticia/3381/JOBIM---O-Futuro-da-Comunidade-Transatlantica/>>.

Fontes secundárias

Páginas institucionais

Brasil

1º Grupo de Aviação de Caça completa 70 anos. Agência Força Aérea, 18 de dezembro de 2013. Disponível em <<http://www.fab.mil.br/noticias/mostra/17451/HIST%C3%93RIA---1%C2%B0-Grupo-de-Avia%C3%A7%C3%A3o-de-Ca%C3%A7a-completa-70-anos>>.

2006 – Descoberta do Pre-Sal. PETROBRAS. Disponível em <<http://exposicao60anos.agenciapetrobras.com.br/decada-2000-momento-44.php>>.

Acordo Quadripartite. Disponível em <http://www.Abacc.org.br/wp-content/uploads/2009/10/quadripartite_portugues.pdf>.

Adidos militares conhecem preparação da Defesa para os Jogos Rio 2016. Ministério da Defesa, em 16 de dezembro de 2015. Disponível em <<http://www.defesa.gov.br/noticias/17776-adidos-militares-conhecem-preparacao-da-defesa-para-os-jogos-rio-2016>>.

Aeronáutica realiza seminário sobre offset. 12 de dezembro de 2014. Disponível em <<http://www.fab.mil.br/noticias/mostra/21099/IND%C3%9ASTRIA%20-%20Aeron%C3%A1utica%20realiza%20semin%C3%A1rio%20sobre%20offset>>.

AMAZUL. Marinha do Brasil. Disponível em <<https://www1.mar.mil.br/AMAZUL/?q=projetos>>.

Avião poderá realizar supercruzeiro. Força Aérea Brasileira, 13 de junho de 2015. Disponível em <<http://www.fab.mil.br/noticias/mostra/22292/GRIPEN%20NG%20-%20Avi%C3%A3o%20poder%C3%A1%20realizar%20supercruzeiro>>.

Brasil recebe autorização para pesquisar recursos minérios no Atlântico Sul. MME, 23 de julho de 2014. Disponível em <http://www.mme.gov.br/web/guest/area-de-imprensa/-/asset_publisher/AiNH1N2aVCzE/content/brasil-recebe-autorizacao-para-pesquisar-recursos-minerios-no-atlantico-sul;jsessionId=F58CAD0A058385A06347AE1874281861.srv154>.

Centro Integrado de Defesa Aérea e de Controle de Tráfego Aéreo IV. DECEA. Força Aérea Brasileira. Disponível em <<http://www.cindacta4.decea.gov.br/institucional/historico.html>>.

CIGS. Exército Brasileiro. Disponível em <<http://www.cigs.ensino.eb.br/index.php/principal/historico>>.

Como Exportar: França / Ministério das Relações Exteriores. Brasília: MRE, 2014. P. 69. Disponível em <
<http://www.investexportbrasil.gov.br/sites/default/files/publicacoes/comoExportar/CEXFranca.pdf>>.

CPRM discute parceria para construção de submersíveis. Site da CPRM. Disponível em <
http://www.cprm.gov.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?UserActiveTemplate=cprm_layout&infolid=3463&sid=48>.

Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. ONU. Disponível em <
http://www.un.org/depts/los/convention_agreements/texts/unclos/convemar_es.pdf>.

Defesa e Academia. Ministério da Defesa. Disponível em <
<http://www.defesa.gov.br/ensino-e-pesquisa/defesa-e-academia>>.

Escola de Especialistas da Aeronáutica. Disponível em <
<http://www.eear.aer.mil.br/index.php/2013-05-02-22-57-36/2013-05-02-22-59-44.html>>.

Exército Brasileiro. Disponível em <
http://www.eb.mil.br/web/midia-imprensa/noticiario-do-exercito/-/journal_content/56/16541/7102638?refererPlid=16560>.

FAB reconhece transferência de tecnologia de helicópteros para indústria nacional. Força Aérea Brasileira, 12 de dezembro de 2013. Disponível em <
<http://www.fab.mil.br/noticias/mostra/17383/REAPARELHAMENTO%20%E2%80%93%20FAB%20reconhece%20transfer%C3%Aancia%20de%20tecnologia%20de%20helic%C3%B3pteros%20para%20ind%C3%Austria%20nacional>>.

FAB tem novo responsável por projetos de reequipamento. Força Aérea Brasileira, nove de abril de 2015. Disponível em <
<http://www.fab.mil.br/noticias/mostra/21891/COMANDO%20-%20FAB%20tem%20novo%20respons%C3%Aavel%20por%20projetos%20de%20reequipamento>>.

FX2: Visitas técnicas e voos de avaliação. Força Aérea Brasileira, 30 de março de 2009. Disponível em <
<http://www.fab.mil.br/noticias/mostra/2577/FX2:%20Visitas%20t%C3%A9cnicas%20e%20voos%20de%20avalia%C3%A7%C3%A3o>>.

Instituto de Aeronáutica e Espaço. Disponível em <
<http://www.iae.cta.br/site/page/view/pt.historico.html#/5>>.

Mensagem administrativa da AMAZUL. Disponível em <
<https://www1.mar.mil.br/AMAZUL/sites/www.mar.mil.br.AMAZUL/files/upload/relatorio-administracao-AMAZUL-final.pdf>>.

Mensagem administrativa. AMAZUL. 2014. Disponível em <
https://www1.mar.mil.br/amazul/sites/www.mar.mil.br.amazul/files/upload/Relatorio%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20AMAZUL_2014.pdf#overlay-context=relatorio-administra%25C3%25A7%25C3%25A3o%3Fq%3Drelatorio-administra%25C3%25A7%25C3%25A3o>.

Ministro francês oferece ajuda ao Brasil. ABIN, em 23 de novembro de 2015. Disponível em <
<http://www.abin.gov.br/modules/articles/article.php?id=11376>>.

Navio-patrolha oceânico da Marinha inicia travessia para o Brasil. MD, oito de agosto de 2012. Disponível em < <http://www.defesa.gov.br/noticias/4073-08082012-defesa-novo-navio-patrolha-oceanico-da-marinha-inicia-travessia-para-o-brasil> >.

O futuro que queremos. Ministério do Meio Ambiente do Brasil. P. 2. Disponível em <
http://hotsite.mma.gov.br/rio20/wp-content/uploads/Zero_Draft_PORT.pdf>.

Parceria estratégica entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa. Plano de ação. 2008. Disponível em < http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2008/b_283/ >.

Página oficial do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Disponível em <
<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5812-uniao-europeia>>.

Plano Estratégico da AMAZUL. Marinha do Brasil. Disponível em https://www1.mar.mil.br/AMAZUL/sites/www.mar.mil.br.AMAZUL/files/upload/Plano_Estrat%C3%A9gico_AMAZUL_13JUL.pdf.

Plano de Cargos, Remuneração e Carreira – PCRC. AMAZUL. Marinha do Brasil. Disponível em [https://www1.mar.mil.br/AMAZUL/sites/www.mar.mil.br.AMAZUL/files/upload/Plano_de_Cargos_Remunera%C3%A7%C3%A3o_e_Carreira_v16%20\(1\).pdf](https://www1.mar.mil.br/AMAZUL/sites/www.mar.mil.br.AMAZUL/files/upload/Plano_de_Cargos_Remunera%C3%A7%C3%A3o_e_Carreira_v16%20(1).pdf) >..

PROAREA. CPRM. Disponível em < <http://www.cprm.gov.br/geomar/digeom/proarea.pdf> >.

Projetos estratégicos da Marinha. Ministério da Defesa. Disponível em < <http://www.defesa.gov.br/industria-de-defesa/paed/projetos-estrategicos/projetos-estrategicos-da-marinha-do-brasil> >.

Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB). Marinha do Brasil. Disponível em < https://www.mar.mil.br/hotsites/sala_imprensa/pdf/temas/snbr.pdf >.

PROSUB. Marinha do Brasil. Disponível em < <https://www1.mar.mil.br/prosub/transferencia-nuclear> >.

Programa de Obtenção dos Navios-Aeródromos. Marinha do Brasil. Disponível em < http://www.mar.mil.br/hotsites/sala_imprensa/html/pronae.html >.

Programa de Prospecção e Exploração de Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial. Marinha do Brasil. Disponível em <<https://www.mar.mil.br/secirm/proarea.html>>.

Programa de Reparelhamento da Marinha (PRM). DGMM, nove de maio de 2012. Disponível em <<http://www.mar.mil.br/dgmm/prm/index.html>>.

Radar de Defesa Antiaérea de Baixa Altura SABER M60. Centro Tecnológico do Exército Brasileiro (CTEx). Exército Brasileiro. Ministério da Defesa. Disponível em <

<http://www.ctex.eb.br/index.php/projetos-finalizados/97-radar-de-defesa-antiaerea-de-baixa-altura-saber-m60>>.

Reaparelhamento - Força Aérea assina contrato de suporte logístico para frota de helicópteros EC-725. Força Aérea Brasileira, 21 de dezembro de 2011. Disponível em < <http://www.fab.mil.br/noticias/mostra/9625/REAPARELHAMENTO--For%C3%A7a-A%C3%A9rea-assina-contrato-de-suporte-log%C3%ADstico-para-frota-de-helic%C3%B3pteros-EC-725>>.

República Francesa. Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Disponível em < http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5176&Itemid=478&cod_pais=FRA&tipo=ficha_pais&lang=pt-BR >.

Resultado final retificado – ampla concorrência do concurso AMAZUL. - 01/2014. Disponível em < <https://static.folhadirigida.com.br/cs/FolhaDirigida/downloads/511/454/Amazul%20-%20Resultado%20AC-RJ.pdf>>.

Rio 2016: Defesa, Justiça e Abin iniciam ações de sensibilização da população contra ameaças terroristas. Ministério da Defesa, 18 de fevereiro de 2016. Disponível em <<http://www.defesa.gov.br/noticias/18299-rio-2016-defesa-justica-e-abin-iniciam-acoes-de-sensibilizacao-da-populacao-contrameacas-terroristas>>.

Satélite de comunicação e defesa brasileiro é aprovado para fabricação. Força Aérea Brasileira. Disponível em < <http://www.fab.mil.br/noticias/mostra/21241/ESPA%C3%87O---Sat%C3%A9lite-de-comunica%C3%A7%C3%A3o-e-defesa-brasileiro-%C3%A9-aprovado-para-fabrica%C3%A7%C3%A3o>>.

SCCC. ABACC. Disponível em < http://www.Abacc.org.br/?page_id=48 >.

Estatuto Social da AMAZUL. Disponível em < https://www1.mar.mil.br/amazul/sites/www.mar.mil.br.amazul/files/upload/estatuto-amazul-registrado-jucesp_0.pdf#overlay-context=estatuto-social%3Fq%3Destatuto-social>.

SUBMARINO SCORPÈNE: A POSIÇÃO DA MARINHA. Marinha do Brasil. Disponível em: http://www.mar.mil.br/menu_v/ccsm/temas_relevantes/submarino_Escorpene.html .

Viatura Leve de Emprego Geral Aerotransportável (VLEGA CHIVUNK). Centro Tecnológico do Exército Brasileiro (CTEx). Exército Brasileiro. Ministério da Defesa. Disponível em < <http://www.ctex.eb.br/index.php/projetos-em-andamento/90-viatura-leve-de-emprego-geral-aerotransportavel-vlega-chivunk>>.

Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul. ONU. Disponível em < http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/41/11&Lang=E&Area=RESOLUTION>.

França

France and NATO. Diplomatie, novembro de 2014. Disponível em < <http://www.diplomatie.gouv.fr/en/french-foreign-policy/defence-security/french-defence/france-and-nato/>>.

Les origines de la Délégation générale pour l'armement. Centre Des Hautes Études de L'Armement. 2002. Disponível em <http://www.cannes-aero-patrimoine.net/pdf/DGA_origines.pdf>.

Imprensa

Alemanha

Otan prepara ação militar contra Kadafi. DW, 18 de março de 2011. Disponível em < <http://www.dw.com/pt/Otan-prepara-a%C3%A7%C3%A3o-militar-contrakadafi/a-14922135>>.

Austrália

Our French submarine builder in massive leak scandal. The Australian, em 29 de agosto de 2016. Disponível em < <http://www.theaustralian.com.au/national-affairs/defence/our-french->

submarine-builder-in-massive-leak-scandal/news-story/3fe0d25b7733873c44aaa0a4d42db39e>.

Brasil

Ajuste Técnico entre Brasil e França para modernização do NAE 'São Paulo'. Pode Naval Online, oito de abril de 2015. Disponível em <<http://www.naval.com.br/blog/2015/04/08/ajuste-tecnico-entre-brasil-e-franca-para-modernizacao-do-nae-sao-paulo/>>.

AMAZUL e FDTE assinam acordo. Site da FDTE. Disponível em <<http://www.fdte.org.br/Boletins/Detalhe/65>>. Acessado em 21 de setembro de 2015.

Angra 3 - contratos e licitações. Eletronuclear. Ministério de Minas e Energia do Brasil. Disponível em <<http://www.eletronuclear.gov.br/Saibamais/Perguntasfrequentes/Angra3contratoselicita%C3%A7%C3%B5es.aspx>>.

A nova fase do projeto H-X BR. Helibrás, primeiro de março de 2014. Disponível em <https://www.Helibras.com.br/wp-content/uploads/2014/04/aviao_revue_ec725.pdf>.

AREVA fecha contrato de mais de R\$ 240 milhões para fornecer equipamentos para Angra 3. Petro Notícias, seis de janeiro de 2015. Disponível em <<http://www.petronoticias.com.br/archives/62639>>.

Brasil aceita renúncia a armas nucleares. Folha de São Paulo, 21 de junho de 1997. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc210614.htm>>.

Brasil e França defendem integração rápida de reuniões do G8 com o G5. Último Segundo, em nove de julho de 2009. Disponível em <<http://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/brasil-e-franca-defendem-integracao-rapida-de-reunioes-do-g8-com-o-g5/n1237628228979.html>>.

Brasil fecha acordo militar com França. Estado de Minas, 22 de dezembro de 2008.

Chirac é contra sanções ao Irã. Senado Federal do Brasil, em 19 de setembro de 2016. Disponível em < http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/402553/complemento_2.htm?sequence=3 >.

Chirac incentiva empresas francesas a ampliarem presença no Brasil. Diário do Grande ABC, 25 de maio de 2006. Disponível em < <http://www.dgabc.com.br/Noticia/341644/chirac-incentiva-empresas-francesas-a-ampliarem-presenca-no-brasil->>.

Chirac quer Brasil como parceiro da França para "globalização harmoniosa". Agência Senado, 25 de maio de 2006. Disponível em < <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2006/05/25/chirac-quer-brasil-como-parceiro-da-franca-para-globalizacao-harmoniosa> >.

Comandante da Missão da ONU no Congo, General Santos Cruz, explica funcionamento de operações de paz em "hangout". Defesanet, 18 de dezembro de 2014. Disponível em < <http://www.defesanet.com.br/defesa/noticia/17767/Comandante-da-Missao-da-ONU-no-Congo--General-Santos-Cruz---explica-funcionamento-de-operacoes-de-paz-em--hangout-/> >.

Complexo de defesa pode ser instalado em Itajubá. Diário do Comércio, oito de outubro de 2011. Disponível em < http://diariodocomercio.com.br/noticia.php?tit=complexo_pode_ser_instalado_em_itajuba&id=33641 > .

Coordenador da "Operação São Luís" não acredita em erro técnico dos servidores, Agência Brasil, 24 de agosto de 2003. Disponível em < <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2003-08-24/coordenador-da-operacao-sao-luis-nao-acredita-em-erro-tecnico-dos-servidores>>.

Democracia, desenvolvimento e defesa. O Globo, 27 de dezembro de 2013. Disponível em < <http://oglobo.globo.com/opiniao/democracia-desenvolvimento-defesa-11160260>>.

Dilma repudia intervenção militar na Síria e defende mais poder a emergentes. Rede Brasil Atual, em 24 de setembro de 2013. Disponível em <

<http://www.redebrasilatual.com.br/mundo/2013/09/dilma-repudia-saida-militar-para-siria-e-defende-reforco-do-multilateralismo-8773.html>>.

Eletronuclear divulga resultado da licitação de Angra 3. Energia Business, três de fevereiro de 2014. Disponível em < <http://energiabusiness.com.br/conteudo/eletronuclear-divulga-resultado-da-licitacao-de-angra3.html#.VsO7rPIrLIU>>.

Encontro de ministros do Exterior em Berlim mostra divergências na Otan. DW, 15 de maio de 2011. Disponível em < <http://www.dw.com/pt/encontro-de-ministros-do-exterior-em-berlim-mostra-diverg%C3%A4ncias-na-Otan/a-15078098> >.

Energia solar fotovoltaica vive franca expansão no Brasil. Web Radio Agua, dois de junho de 2015. Disponível em <<http://www.webradioagua.org/index.php/agua-e-ciencia/item/2059-energia-solar-fotovoltaica-vive-franca-expans%C3%A3o-no-brasil>

Estado Islâmico emprega armas químicas estrangeiras. Sputnik, em 20 de julho de 2015. Disponível em < <http://br.sputniknews.com/mundo/20150720/1621139.html> >.

Estado-Maiores russo e francês trocam informações. Sputnik News, 24 de dezembro de 2015. Disponível em < <http://br.sputniknews.com/mundo/20151224/3157553/estados-maiores-trocam-informacoes.html> >.

EUA enviam 300 soldados a Camarões para apoiar combate ao Boko Haram. Folha de São Paulo, 14 de outubro de 2015. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/10/1694052-eua-enviam-300-soldados-a-camaroes-para-apoiar-combate-ao-boko-haram.shtml>>.

EUA querem saber quem usou armas químicas na Síria, mas por que agora? Sputnik, em 10 de julho de 2015. Disponível em < <http://br.sputniknews.com/mundo/20150710/1533439.html#ixzz41VosgjNM> >.

Ex-premiê da França pede levantamento das sanções 'estúpidas' contra Rússia. Sputnik News, 22 de janeiro de 2016. Disponível em <

<http://br.sputniknews.com/opiniao/20160122/3363803/ex-premie-franca-levantamento-sancoes-estupidas-russia.html#ixzz3zk89bryd> >.

França diz que ataques aéreos sobre a Líbia vão continuar. Diário de Notícias, 24 de março de 2011. Disponível em <<http://www.dn.pt/dossiers/mundo/revoltas-no-mundo-arabe/libia/interior/franca-diz-que-ataques-aereos-sobre-a-libia-va-continuar-1813938.html>>.

França diz que não intervirá militarmente na Líbia. G1, em dois de fevereiro de 2016. Disponível em <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/02/franca-diz-que-nao-intervira-militarmente-na-libia.html>>.

G14: Sarkozy quer G8 mais potências emergentes. TVI24, 10 de julho de 2009. Disponível em <<http://www.tvi24.iol.pt/internacional/franca/g14-sarkozy-quer-g8-mais-potencias-emergentes>>.

Governo detecta recrutamento de jovens pelo Estado Islâmico. Estado de São paulo, em 21 de março de 2015. Disponível em <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,governo-detecta-recrutamento-de-jovens-pelo-estado-islamico,1655354>>.

Guiana abriga principal centro espacial europeu. Gazeta do Povo, 05 de abril de 2014. Disponível em < <http://www.gazetadopovo.com.br/mundo/guiana-abriga-principal-centro-espacial-europeu-8opmp7oavuoXu2w2v0lwumury> >.

Hollande defende Brasil no Conselho de Segurança da ONU. Folha de São Paulo, 12 de dezembro de 2013. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2013/12/1384609-hollande-defende-brasil-no-conselho-de-seguranca-da-onu.shtml>>.

Irã critica declarações de Sarkozy sobre seu programa nuclear. O Globo, 1º de setembro de 2009. Disponível em < <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/09/ira-critica-declaracoes-de-sarkozy-sobre-seu-programa-nuclear.html>>.

Iveco Veículos de Defesa será criada no Brasil com investimento de R\$ 75 milhões. Blog da IVECO, 04 de abril de 2011. Disponível em <

<http://www.blogiveco.com.br/2011/04/04/iveco-veiculos-de-defesa-sera-criada-no-brasil-com-investimento-de-r75milhoes/> >.

Jobim critica proposta americana de unificar Atlântico Norte e Sul. BBC Brasil, em quatro de novembro de 2010. Disponível em < http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/11/101104_jobim_entrevista_jc.shtml >.

Jobim defende transferência de tecnologia para militares. Agência Câmara de Notícias, 31 de outubro de 2007. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/112889.html> >.

Jobim quer submarino para proteger reserva de petróleo. Folha de São Paulo, 16 de novembro de 2007. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u346082.shtml> >.

Mangabeira: o Brasil é um protetorado americano! Conversa Fiada, em 30 de julho de 2015. Disponível em < <http://www.conversaafiada.com.br/tv-afiada/2015/07/30/mangabeira-o-brasil-e-um-protetorado-americano> >.

Marinha participa da Operação “Felino”, na África. NOMAR. Centro de Comunicação Social da Marinha. Nº 827, março 2011. Disponível em < <https://www.mar.mil.br/cgcfm/downloads/nomar/nomar827.pdf> >.

Mectron assina contrato com AMAZUL para o PROSUB. Mectron, 15 de dezembro de 2014. Disponível < <http://odebrecht.com/pt-br/comunicacao/releases/mectron-assina-contrato-com-AMAZUL-para-o-prosub> >.

Na ONU, Dilma critica intervenção militar para solucionar conflitos. G1, em 24 de setembro de 2014. Disponível em < <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/09/na-onu-dilma-diz-que-o-mundo-nao-pode-aceitar-barbarie-na-siria.html> >.

Negócios - Empresas no Iraque. Câmara de Comércio e Indústria Brasil – Iraque. Disponível em < <http://www.brasiliraq.com.br/index.php/conteudos/85> >.

OMC elimina subsídios agrícolas e beneficia países em desenvolvimento. Folha de São Paulo, em 19 de dezembro de 2015. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/12/1721227-omc-elimina-subsidios-agricolas-e-beneficia-paises-em-desenvolvimento.shtml> >. Acessado em 16 de fevereiro de 2016.

Omnisys e Marinha celebram conclusão do modelo funcional do radar autodiretor do míssil antinavio MANSUP. Poder Naval Online, em 22 de janeiro de 2014. Disponível em < <http://www.naval.com.br/blog/2014/01/22/omnisys-e-marinha-celebram-conclusao-do-modelo-funcional-do-radar-autodiretor-seeker-do-missil-antinavio-mansup/> >.

"PAC da Defesa" dará ao Brasil posição de "protagonista", diz Jobim. Folha de São Paulo, 23 de novembro de 2007. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u347894.shtml> >.

Panorama da Navegação Marítima e de Apoio. Superintendência da Navegação Marítima e de Apoio SNM / ANTAQ. 30/05/2012. Disponível em < <http://www.antaq.gov.br/portal/pdf/BoletimPortuario/PanoramaNavegacaoMaritimaApoio2011.pdf> >.

Ponte de 400 metros é novo elo com a Europa. Centro Gestor de Inovação. Disponível em < http://www.cgimoveis.com.br/logistica/news_item.2008-02-11.6673064128 >.

Programa nuclear faz País enfrentar boicote, diz ministro. Estadão, 06 de maio de 2010. Disponível em < http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20100506/not_imp547597,0.php >.

PROSUB> Marinha esclarece posição sobre submarino 'Scorpène'. Indústria de Defesa & Segurança, em 26 de agosto de 2016. Disponível em < <http://defesaeseguranca.com.br/prosub-marinha-esclarece-posicao-sobre-submarino-scorpene/> >.

Rouhani encara manifestações e almoço cancelado em visita a Paris. O Globo, 28 de janeiro de 2016. Disponível em < <http://oglobo.globo.com/mundo/rouhani-encara-manifestacoes-almoço-cancelado-em-visita-paris-18558716#ixzz41VNIRsh8> >.

Sarkozy anuncia volta da França ao comando militar da OTAN. Estado de São Paulo, 11 de março de 2009. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,sarkozy-anuncia-volta-da-franca-ao-comando-militar-da-Otan,337135,0.htm> .

SGDC - Ministro da Defesa visita THALES Alenia Space. Defesanet, em 15 de maio de 2015. Disponível em < <http://www.defesanet.com.br/space/noticia/19129/SGDC---Ministro-da-Defesa-visita-THALES-Alenia-Space/> >.

Submarino alemão e a Marinha do Brasil. Luis Nassif Online, em 1º de dezembro de 2006. Disponível em < <http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/submarino-alemao-e-a-marinha-do-brasil>>.

Submarino francês é alvo de críticas por parte de ministro indiano, Confederação Nacional dos Metalúrgicos, em 27 de agosto de 2009. Disponível em < <http://www.cnmcut.org.br/conteudo/submarino-frances-e-alvo-de-criticas-por-parte-de-ministro-indiano> >.

Submarino Scorpène: a posição da Marinha - Submarinos na estratégia naval brasileira. Defesanet, 22 de dezembro de 2008. Disponível em < <http://www.defesanet.com.br/prosub/noticia/1926/SUBMARINO-SCORPENE--A-POSICAO-DA-MARINHA-Submarinos-na-estrategia-naval-brasileira> >.

Teste de equipamento de visão termal multifunção francês SOPHIE. Centro de Instrução de Guerra na Selva. Exército Brasileiro. Disponível em < <http://www.cigs.ensino.eb.br/index.php/doutrina-e-pesquisa/principais-projetos> >.

Visita da Chanceler da República Federal da Alemanha, Angela Merkel – Brasília, 19 e 20 de agosto de 2015. Disponível em < http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=10919:visita-da-chanceler-da-republica-federal-da-alemanha-angela-merkel-brasilia-19-e-20-de-agosto-de-2015&catid=42&lang=pt-BR&Itemid=280 >.

Espanha

Espanha y Brasil impulsan la cooperación en el ámbito de la Defensa. Ministério da Defesa da Espanha. Disponível em < http://www.defensa.gob.es/gabinete/notasPrensa/2010/12/DGC_101203_acuerdo_espana_brasil.html>.

Aznar propone una OTAN ampliada al Atlántico sur. Estrella Digital, em 24 de outubro de 2014. Disponível em < <http://www.estrelladigital.es/articulo/espanha/aznar-propone-Otan-ampliada-atlantico-sur/20141023213325214632.html> >.

Estados Unidos

President Bill Clinton Holds Joint. News Conference With Brazilian President. CNN, 1997. Disponível em < <http://edition.cnn.com/ALLPOLITICS/1997/10/14/fdch/clinton/> >.

França

DCNS a commencé les transferts de technologies vers le Brésil. La Tribune, 16 de setembro de 2010. Disponível em <<http://www.latribune.fr/entreprises-finance/industrie/aeronautique-defense/20100916trib000549553/dcns-a-commence-les-transferts-de-technologies-vers-le-bresil.html>>.

DCNS and Pipavav Team up to address India's Naval needs. DCNS, seis de novembro de 2012. Disponível em < <http://en.dcnsgroup.com/news/dcns-and-pipavav-team-up-to-address-indias-naval-needs/>>.

France and NATO: Joyeux Anniversaire? Atlantic Council, 25 de março de 2016. Disponível em <<http://www.atlanticcouncil.org/blogs/natosource/france-and-nato-joyeux-anniversaire>>.

Franceses bateram recorde de compras de empresas brasileiras em 2016. RFI, Primeiro de março de 2017. Disponível em < <http://br.rfi.fr/economia/20170301-franceses-bateram-recorde-de-compras-de-empresas-brasileiras-em-2016> >.

La France tente d'approfondir son partenariat stratégique avec le Brésil. Le Monde, 6 de novembro de 2012. Disponível em: http://www.lemonde.fr/international/article/2012/11/06/la-france-tente-d-approfondir-son-partenariat-strategique-avec-le-bresil_1786358_3210.html .

La marine brésilienne étudie la refonte de l'ex-Foch et s'intéresse au Gripen. Mer et Marine, 13 de novembro de 2014. Disponível em < <http://www.meretmarine.com/fr/content/la-france-tres-interessee-par-le-projet-indien-de-nouveau-porte-avions> >.

Lorient: Une école de conception pour les sous-marins brésiliens. Mer et Marine, 17 de setembro de 2010. Disponível em <<http://www.meretmarine.com/article.cfm?id=113975&u=77291>>.

Le Monde: França conduz guerra secreta na Líbia. 24 de fevereiro de 2016. Disponível em < <http://br.sputniknews.com/mundo/20160224/3665168/franca-guerra-secreta-libia.html#ixzz41VaXfxC3> >.

Brasil trabalhará com cooperação internacional contra terrorismo na Olimpíada, diz ministro. Reuters Brasil, em 23 de novembro de 2015. Disponível em <<http://br.reuters.com/article/sportsNews/idBRKBN0TC25B20151123>>.

A nova força da Índia. Le Monde Diplomatique, 09 de Setembro de 2009. Disponível em < <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=553>>.

Aliança quer parcerias, diz Santos Silva no Brasil. DN, 12 de novembro de 2010. Disponível em < <http://www.dn.pt/dossiers/politica/cimeira-da-nato-em-lisboa/noticias/interior/alianca-quer-parcerias-diz-santos-silva-no-brasil-1708780.html> >.

PROSUPER: La marine brésilienne très convoitée par les industriels. Mer et Marine, em 26 de abril de 2011. Disponível em < <http://www.meretmarine.com/fr/content/prosuper-la-marine-bresilienne-tres-convoitee-par-les-industriels> >.

Rapport Avicenne. Maghreb – Moyen-Orient. Contribution pour une politique volontariste de la France. 23 avril 2007. Disponível em < http://blog.mondediplo.net/IMG/pdf/Rapport_Maghreb.pdf >.

Scorpene DCNS. A new benchmark for performance. Disponível em < <http://en.dcnsgroup.com/naval/products/scorpene/?product-category=ssks> >.

Scorpène: Fin du litige entre DCNS et Navantia. Mer et Marine, 15 de novembro de 2010. Disponível em < <http://www.meretmarine.com/article.cfm?id=114506&u=77291> >.

Thales acquires 100% of Omnisys. Página Oficial do Grupo Thales, 28 de setembro de 2011. Disponível em < <https://www.thalesgroup.com/en/content/thales-acquires-100-omnisys> >.

Um impulso significativo para a indústria brasileira aeroespacial e de defesa com benefícios de longo prazo. Rafale International. Disponível em: <http://www.rafale.com.br/index.php?id=6&area=6&release=41> .

Índia

Australian minister says French submarine leak 'embarrassing'. Indian Express, em 26 de agosto de 2016. Disponível em < <http://indianexpress.com/article/india/india-news-india/australian-minister-says-french-scorpene-submarine-leak-embarrassing-2998035/> >.

Scorpene submarine data leak: French firm asked to launch investigation, says Navy chief Sunil Lanba. DNA Índia, em 29 de agosto de 2016. Disponível em < <http://www.dnaindia.com/india/report-scorpene-submarine-data-leak-french-firm-asked-to-launch-investigation-says-navy-chief-sunil-lanba-2250075> >.

ONU

Sobre a Rio+20. ONU. Disponível em < <http://www.onu.org.br/rio20/sobre/> >.

Conselho de Segurança prorroga missão de paz na República Democrática do Congo por mais um ano. ONU, 28 de março de 2014. Disponível em < <https://nacoesunidas.org/conselho-de-seguranca-prorroga-missao-de-paz-na-republica-democratica-do-congo-por-mais-um-ano/> >.

Portugal

Líbia: França já assegurou um terço do petróleo futuro. Expresso, 22 de agosto de 2011. Disponível em <http://expresso.sapo.pt/dossies/dossiest_actualidade/dossie_revoltas_no_magrebe_e_no_medio_orientelibia-franca-ja-assegurou-um-terco-do-petroleo-futuro=f669282>.

G20/G8 : uma presidência francesa realista e ambiciosa. Embaixada da França em Portugal, em 21 de abril de 2011. Disponível em <<http://www.ambafrance-pt.org/G20-G8-uma-presidencia-francesa> >.

França e Brasil selam "parceria estratégica". Público, 26 de maio de 2006. Disponível em <<http://www.publico.pt/mundo/jornal/franca-e-brasil-selam-parceria-estrategica-80867>>.

NATO 2020: a nova estratégia. Euro News, em 25 de maio de 2010. Disponível em <<http://pt.euronews.com/2010/05/25/nato-2020-a-nova-estrategia/>>.

Rússia

Acordo indiano-francês de compra de Rafales continua por concluir. Sputnik News, 17 de novembro de 2015. Disponível em <<http://br.sputniknews.com/mundo/20151117/2785154/india-franca-rafale-cooperacao-militar-defesa.html>>.

França e Rússia: países com laços históricos enfrentam novas ameaças. Sputnik News, 21 de dezembro de 2015. Disponível em <<http://br.sputniknews.com/mundo/20151221/3132071/franca-e-russia-paises-com-lacos-historicos-enfrentam-novas-ameacas.html> >. Acessado em nove de fevereiro de 2016

França quer cooperar com a Rússia na construção de novo reator nuclear. Sputnik News, 24 de setembro de 2015. Disponível em < http://br.sputniknews.com/ciencia_tecnologia/20150924/2225589.html#ixzz3zkRfe7zt >.

Projeto para suspender sanções contra Rússia é apresentado por deputado francês. Sputnik News, 10 de dezembro de 2015. Disponível em < <http://br.sputniknews.com/mundo/20151210/3025436/projeto-suspender-sancoes-russia-apresentado-deputado.html>>.

Rússia pode fornecer helicópteros aos Mistrais egípcios em 2017. Sputnik News, em 30 de dezembro de 2015. Disponível em < <http://br.sputniknews.com/mundo/20151230/3190796/Russia-pode-fornecer-helicopteros-aos-Mistrais-egipcios.html#ixzz3zk9WW17U> >.

Vladimir Putin: "Não temos intenção de entrar em corrida armamentista". Voz da Rússia, 20 de janeiro de 2015. Disponível em < http://br.sputniknews.com/portuguese.ruvr.ru/news/2015_01_20/Vladimir-Putin-Moscou-poder-responder-aos-desafios-dos-outros-pa-ses-sem-entrar-em-corrída-armamentista-3138/>.

Suécia

SAAB do Brasil. Disponível em < <http://saab.com/pt/air/gripen-fighter-system/gripen/gripen.com/Orgulho-de-ser-Brasileiro/o-gripen-para-o-brasil/>>.

Dissertações e teses

AMARAL, Ruy Pacheco de Azevedo. O Brasil na França. Brasília: FUNAG. 2008. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0485.pdf> .

ALMEIDA, André Luiz. A Evolução do Poder Aeroespacial Brasileiro. Dissertação. Universidade de São Paulo, USP. São Paulo, Abril de 2006. Disponível em < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-19062007-153215/en.php> >.

BARBOSA, Paulo. A Parceria Euro-Mediterrânea - A Europa, o Mediterrâneo e o Mundo. Dissertação, Mestrado, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra. Julho 2010. Disponível em < <https://eg.sib.uc.pt/bitstream/10316/14514/1/VersaoFinal.pdf>>.

CORRÊA, Cláudio Rodrigues. Cenários prospectivos e aprendizado organizacional em planejamento estratégico: estudo de casos de grandes organizações brasileiras. Tese, Doutorado, Instituto COPEAD de Administração, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Março de 2011.

CORRÊA DE SÁ, André Luiz. Avaliação da capacidade de construção naval do País para implementação do Programa de Reparcelamento da Marinha: Participação do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro no PRM: perspectivas e óbices. Monografia, Curso de Política e Estratégia Marítimas, Escola de Guerra Naval, 2012. Disponível em < <https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/biblioteca/monografias/cpem/2012/34CPEM12%20MONO%20ETM%20ANDRE.pdf>>.

DEGLILESPOSTI, Eduardo Henrique Becker. A Indústria de Defesa Brasileira: o setor de carros de combate e a Engesa. Dissertação, UNESP, Araraquara, Maio de 2006. Disponível em < <http://www.fclar.unesp.br/agenda-pos/economia/869.pdf> >.

FERREIRA, Renato Rangel. Operações Navais no Século XXI: Tarefas Básicas do Poder Naval para a proteção da Amazônia Azul. Monografia, Curso de Política e Estratégia Marítimas, Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em < [https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/biblioteca/monografias/cpem/2011/18CPEM11%20MONO%20CMG%20\(FN\)%20RENATO.pdf](https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/biblioteca/monografias/cpem/2011/18CPEM11%20MONO%20CMG%20(FN)%20RENATO.pdf) >.

FRAZÃO, António José Ferreira. Energia e Interdependência. A União Europeia e a Rússia no jogo energético europeu. Dissertação, Mestrado em Relações Internacionais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra. 2011. Disponível em < https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/17861/2/Ant%C3%B3nio%20Fraz%C3%A3o_Energia%20e%20Interdepend%C3%Aancia.%20a%20Uni%C3%A3o%20Europeia%20e%20a%20R%C3%Aassia%20no%20jogo%20energ%C3%A9tico%20europeu.pdf >.

LUIZ, Camila Cristina Ribeiro. Ao mar, navegar é preciso: o pensamento estratégico da Marinha vis-a-vis à política externa brasileira. Dissertação, (Mestrado em Relações Internacionais) – UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas de Pós-graduação em Relações Internacionais. São Paulo, 2013. P. 132. Disponível em < http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/96027/luis_ccr_me_mar.pdf?sequence=1 >.

GUEIROS, Flávio André Monteiro. Ação estratégica e mudança institucional: o caso do Pré-sal. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, 2011. Disponível em < <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7689/1/88.pdf> >.

LESSA, Antonio Carlos. A parceria bloqueada. As relações entre França e Brasil, 1945-2000. Tese de Doutorado. PPGH, UnB.

LESKE, Ariela Diniz Cordeiro. Inovação e políticas na indústria de defesa brasileira. Tese, Doutorado, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Abril, 2013. Disponível em < http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/ppge/Ariela_Leske.pdf >.

MARQUES, Adriana. Concepções de defesa nacional no Brasil: 1950-1996. Dissertação, Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. 2001. Disponível em < <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=vtls000232395> >.

MATTOS, Leonardo Faria de. Uma “Jeune École Brasileira”. Monografia, Escola de Guerra Naval, 2004. Disponível em < <https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/cepe/ensaioCcLeonardoMattos.pdf> >.

MELO, Regiane de. Indústria de Defesa e Desenvolvimento. Estudo comparado França-Brasil. Tese, Doutorado, Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, em 2013.

MENDONÇA, Valterian Braga. A experiência estratégica brasileira na Primeira Guerra Mundial, 1914-1918. Dissertação. Mestrado. Universidade Federal Fluminense. 2008. Disponível em < <http://www.uff.br/dcp/wp->

content/uploads/2011/10/Disserta%C3%A7%C3%A3o-de-2008-Valterian-Braga-Mendon%C3%A7a.pdf .

MERQUIOR, Douglas M. As Bases para o Surgimento de uma Indústria Aeronáutica Brasileira de Asas Rotativas. Monografia, Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia, ESG. Rio de Janeiro. 2013. Disponível em < <http://200.143.206.219/images/Monografias/2013/SILVAJUNIOR.pdf> >.

MOURA, Carmen Lídia Richter Ribeiro. O Brasil e o Fortalecimento do Sistema de Salvaguardas da Agência Internacional de Energia Atômica: do Acordo Quadripartite ao Protocolo Adicional. XLII Curso de Altos Estudos. Instituto Rio Branco. Ministério das Relações Exteriores. 2001. Disponível em < http://www.iaea.org/inis/collection/NCLCollectionStore/_Public/42/093/42093139.pdf >.

MÜLER, Gustavo Gayger. Parceria Estratégica Brasil-França. Perspectivas para o desenvolvimento de blindados. Monografia, Departamento de Relações Internacionais, UFRGS, 2009.

PICCOLLI, Larlecianne. Europa enquanto condicionante da política externa e de segurança da Rússia : o papel da defesa antimíssil. Dissertação, Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Porto Alegre, 2012. Disponível em < <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/70019/000875346.pdf?sequence=1> >.

PRÉVOTAUX, Julien. Brésil et technologies de souveraineté. Mises en perspective du partenariat avec la France. Diplôme privé d'études supérieures en relations internationales (RI 2). IRIS, 25 septembre 2012.

REZENDE, Lucas Pereira. Sobe e desce! Explicando a cooperação em defesa na América do Sul: uma teoria realista-ofensiva. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2013.

SANTOS, Luciano Felipe dos. Paul Aussaresses: Um general francês na ditadura brasileira (um estudo de caso). Tese, Doutorado, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Social. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-16012015-185607/pt-br.php>>

SELIS, Lara Martim Rodrigues. Deslimites da Razão – Um estudo sobre a teoria neorealista de Kenneth Waltz. Dissertação, Mestrado, Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Mestre em Relações Internacionais. Brasília, 2011. Disponível em <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9751/1/2011_LaraMartimRodriguesSelis.pdf>

PANAZZOLO NETO, Álvaro. As políticas de reaorelhamento da FAB: Associações entre Política Externa e Forças Armadas. Dissertação, Mestrado, UNB. Brasília. 2013. P. 28. Disponível em <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13367/1/2013_AlvaroPanazzoloNeto.pdf>.

Livros

[S/A] 100 anos da Força de Submarinos do Brasil. Rio de Janeiro: FGV Projetos, 2014.

[S/A] De Agra a Aramar: os militares a caminho da bomba. Sindicato dos metalúrgicos de Sorocaba São Paulo: Cedi, 1988.

AHCROFT, Frances. A vida no limite: a ciência da sobrevivência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

ALSINA JÚNIOR, João Paulo Soares. Rio-Branco, grande estratégia e o poder naval. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

ALVES, Eli Penha. Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul. Salvador: EDUFB, 2011.

AMSDEN, Alice. A Ascensão do Resto. Os desafios ao Ocidente de economias com industrialização tardia. São Paulo: UNESP, 2009.

ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de. AMBONI, Nério. *Estratégia de Gestão: processos e funções do administrador*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

ALVES, Vagner Camilo. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002.

ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*, São Paulo: Brasiliense, 1995.

ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília: Editora UnB, 1979.

ASSIS, Denise. *Propaganda e cinema a serviço do Golpe (1962-1964)*. Rio de Janeiro: Mauad. FAPERJ, 2001.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *As relações perigosas: Brasil – Estados Unidos (de Collor à Lula, 1990 – 2004)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2004.

BASTOS FILHO, Jayme de Araujo. *A Missão Militar Francesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1994.

BELLINTANI, Adriana. BELLINTANI, Mauro. *A guerra: do século XIX aos nossos dias*. Boa Vista: UFRR, 2014.

BIASI, Renato de. *A energia nuclear no Brasil*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1979.

BOBBIO, Noberto. *Os problemas da Guerra e as vias da paz*. São Paulo: UNESP, 2003.

BONIFACE, Pascal. COURMONT, Barthélémy. *Le Monde Nuclaire: arme nucléaire et relations internationales depuis 1945*. Paris: Armand Coli, 2006.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. *A sociedade estatal e a tecnoburocracia*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BROOKS, Stephen G. WOHLFORTH, William C. *World Out of Balance: International Relations and the Challenge of American Primacy*. Princeton: Princeton University Press, 2008.

CALÓGERAS, João Pandiá. *Formação Histórica do Brasil*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 2009.

CAMARGO, Enjolras José de Castro. *Estudo de problemas brasileiros*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1979.

CARISIO, Maria Clara D. *A evolução da política agrícola comum da União Europeia e seus efeitos sobre o Brasil*. Brasília: FUNAG, 2006.

CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

CHIRIO, Maud. *A Política nos Quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

COELHO, Ricardo Corrêa. *O homem que resgatou a honra da França*. São Paulo: Contexto, 2014.

COUTAU-BEGARIE, Hervé. *El poder marítimo. Castex y la Estrategia Naval*. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales, 1989.

DAGNINO, Renato. *A Indústria de Defesa no Governo Lula*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

D'ARAÚJO, Maria Celina. CASTRO, Celso. (Org) Geisel. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

DÖNETIZ, Karl. *Diez años y vinte dias*. Madrid: La esfera de los libros, 1997.

DUBEUX, Rafael Ramalho. Inovação no Brasil e na Coreia do Sul. Os efeitos do novo regime internacional de patentes sobre as estratégias de desenvolvimento econômico. Curitiba: Juruá, 2010.

FERNANDES, Sandra Dias. Europa (in) segura: União Europeia, Rússia, Aliança Atlântica. A Institucionalização de uma relação estratégica. São João do Estoril: Princípiã, 2005.

FERRAZ, Francisco César Alves. Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

FIGUEIREDO, Nuno Fidelino de. A transferência de tecnologia no desenvolvimento industrial do Brasil. Rio de Janeiro: IPEA/ INPES, 1972.

FONTENOY, Paul. Submarines: an illustrated history of their impact. Santa Barbara: ABC-Clio, 2007.

FREIRE, Maria Raquel. A Rússia de Putin Vectores Estruturantes de Política Externa. Coimbra: Cosmopolis, 2011.

GAULLE, Charles De. Por um Exército profissional. Rio de Janeiro: José Olympio: Bibliex, 1996.

GIROTTI, Carlos A. Estado nuclear no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1984.

GUIMARÃES, Eduardo Augusto. ARAÚJO JÚNIOR, José Tavares de. ERBER, Fábio. A política científica e tecnológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

GUIMARÃES, Solange. Aviação do Exército Brasileiro. São Paulo: Clube de Autores, 2014.

JACKSON, Robert. SORENSEN, Georg. Introdução às relações internacionais. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

LAUX, Paulo. Helibrás 35 Anos: a Saga da Única Fabricante de Helicópteros do Brasil. São Paulo: Convergência, 2003.

LAVENÈRE-WANDERLEY, Nelson Freire. História da Força Aérea Brasileira. Rio de Janeiro: Ministério da Aeronáutica, 1975.

LEITE, Rogério C. de Cerqueira. Tecnologia e desenvolvimento nacional. São Paulo: Duas Cidades, 1976.

LESSA, Antonio Carlos. DE OLIVEIRA, Henrique Altermani. (ORG) Parcerias Estratégicas do Brasil: os significados e as experiências tradicionais. Volume I. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

LOHBAUER, Christian. Brasil-Alemanha: fases de uma parceria (1964-1999). São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

LYNN, John A. Battle: A History of Combat and Culture. New York: Basic Book, 2008.

LUKACS, John. O Duelo: Churchill x Hitler: 80 dias cruciais para a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002.

MARIZ, Vasco. (Org). Brasil – França: relações históricas no período colonial. Rio de Janeiro: Bibliex, 2006.

MATTOS, Carlos de Meira. A geopolítica e as Projeções do Poder. Rio de Janeiro: Bibliex, 1977.

MATTOS, Carlos de Meira. Brasil – Geopolítica e Destino. José Olympio: Rio de Janeiro, 1979.

MATTOS, João Roberto Loureiro de. GUIMARÃES, Leonam dos Santos. Gestão da Tecnologia e Inovação: uma abordagem prática. São Paulo: Saraiva, 2005.

MARQUES FILHO, Sergio Luiz. Lições de Inovação do pai da aviação: Como construir organizações inovadoras. Curitiba: ProAdvance, 2013.

MAZZUCATO, Mariana. O Estado empreendedor. Desmascarando o mito do setor público vs setor privado. São Paulo: Portfolio/ Penguin, 2014.

MCCANN, Frank. A Nação Armada: ensaios sobre a história do Exército Brasileiro. Recife: Editora Guararapes, 1982.

MCCANN, Frank. Soldados da Pátria – História do Exército Brasileiro 1889-1937. Rio de Janeiro: Bibliex, 2009.

MEARSHEIMER, John J. Por que os líderes mentem: Toda a verdade sobre as mentiras na política internacional. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

MINGST, Karen. Princípios de Relações Internacionais. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

MOREIRA, Adriano. CARDOSO, Pedro. (Org) Estratégia. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política, 1994.

NOGUEIRA, João Pontes. MESSARI, Nizar. Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. Democracia e defesa nacional: a criação do Ministério da Defesa na presidência de FHC. Barueri: Manole, 2005.

PALAZZO-ALMEIDA, Carmen Lícia. Entre mitos, utopias e razão: os olhares franceses sobre o Brasil (séculos XVI a XVIII). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

PARET, Peter. (Org) Construtores da Estratégia Moderna. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001.

PENHA, Eli Penha. Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul. EDUFBA: Salvador, 2011.

PORTO, Jadson Luís Rebelo. NASCIMENTO, Durbens Martins. (Org) Interações Fronteiriças no Platô das Guianas: novas construções, novas territorialidades. Macapá: Publit, 2010.

PROENÇA JUNIOR, Domicio. DINIZ, Eugenio. RAZA, Salvador. (Org) Guia de estudos de estratégia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1999.

ROMAÑA, José Miguel. As armas secretas de Hitler. São Paulo: Madras, 2010.

ROSA FILHO, Cherubim. Missão Militar Francesa de Aviação. Rio de Janeiro: INCAER, 2007.

ROSSI, Juliano Scherner. Compensações tecnológicas (OFFSET): segredo empresarial e transferência internacional de tecnologia de defesa. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

SANTOS, Miriam de Oliveira. Berços de heróis: o papel das escolas militares na formação de “Salvadores da Pátria”. São Paulo: Annablume, 2004.

SILVA, Ozires. Cartas a um jovem empreendedor: realize seu sonho, vale a pena. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

SOUBLIN, Jean. Caiena 1809. Rio de Janeiro: Bibliex, 2010.

SYLLUS, Carlos. O programa brasileiro de centrais nucleares. Rio de Janeiro: ABDAN, 2007.

THORPE'S, George C. Pure Logistics. The science of war preparation. Whashington: National Defence University Press, 1986.

TILLY, Charles. Coerção, capital e Estados europeus (990-1992). São Paulo: EDUSP, 1996.

VESENTINI, José Willian. A Capital da Geopolítica. São Paulo: Ática, 1987.

WALTZ, Kenneth. Teoria das Relações Internacionais. Lisboa: Gradiva, 2002.

WEHLIN, Arno. WEHLIN, Maria José C. M. Formação do Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

WINTER, Othon Cabo. PRADO, Antonio Fernando Bertachini de Almeida. A conquista do Espaço: do Sputnik à Missão Centenário. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2007.

YIN, Robert K. Estudo de caso – planejamento e método. Porto Alegre: Bookman, 2005.

YIN, Robert. Estudo de caso – planejamento e método. São Paulo: Bookman, 2015.

ZAKARIA, Fareed. O mundo pós-americano. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

Artigos científicos

[S/A] Anuário Brasil-Europa 2009. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2010. Disponível em < http://www.kas.de/wf/doc/kas_20239-1522-1-30.pdf?100803205058 >.

[S/A] Navigator: Subsídios para a História Marítima do Brasil. Nº 3, de junho de 2006.

[S/A] O Conceito Estratégico da OTAN. IDN. Nº 126. 2010. Disponível em < <http://www.idn.gov.pt/publicacoes/nacaodefesa/textointegral/NeD126.pdf> >.

[S/A] Revista da Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, v.17 n. 2 p. 1- , jul/dez 2011. Disponível em < https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/revistaEgn/dezembro2011/edicao17_2.251-264.pdf >.

[S/A] Revista Lua Nova. Nº 63, 2004.

[S/A] US Global Leadership – Priorities for the 21st Century Defense. Secretary of Defense. 2012. Disponível em < http://archive.defense.gov/news/Defense_Strategic_Guidance.pdf >.

ABDENUR, Adriana Erthal. SOUZA NETO, Danilo Marcondes de. O Brasil e a cooperação em defesa: a construção de uma identidade regional no Atlântico Sul. *Rev. Bras. Polít. Int.* 57 (1): 5-21 [2014]. Disponível em <<http://www.oplop.uff.br/sites/default/files/documentos/0034-7329-rbpi-57-01-00005.pdf>>.

ALMEIDA, Silvia Capanema. A modernização do material e do pessoal da Marinha nas vésperas da revolta dos marujos de 1910: modelos e contradições. *Estudos Históricos*, vol.23 no.45 Rio de Janeiro Jan./June 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862010000100007>.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. A OTAN e o fim da Guerra Fria. *Revista Espaço Acadêmico*. Ano I, Nº 9, fevereiro de 2002. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/009/09almeida_Otan.htm>.

ALMEIDA, Paulo Roberto. Estratégia Nacional de Defesa: comentários dissidentes. *Jornal de Defesa*. Disponível em <http://database.jornaldefesa.pt/politicas_de_defesa/outras/Estrat%C3%A9gia%20Nacional%20de%20Defesa%20coment%C3%A1rios%20dissidentes.pdf>.

ALVES, Eli Penha. As relações Brasil-África: os avatares da cooperação sul-atlântica. Disponível em <<http://www.cprepmauss.com.br/documentos/osavataresdacooperacaosul-atlantica22876.pdf>>.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Usos e abusos dos estudos de caso. *Cadernos de Pesquisa*, v. 36, n. 129, set./dez. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742006000300007&script=sci_abstract&tlng=pt>.

AMORIM, Celso. Uma visão brasileira do panorama estratégico global. *Contexto Internacional*, V. 33, Nº .2, Rio de Janeiro, Julho/Dezembro de 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-85292011000200001&script=sci_arttext>.

ANDRADE, Sergio Luiz Augusto de. A influência do positivismo no ensino científico brasileiro. Disponível em <<http://www.hcte.ufrj.br/downloads/sh/sh4/trabalhos/Sergio%20Luiz.pdf>>.

ANDREWS, William F. A Luftwaffe e a Batalha pela Superioridade Aérea: Um Modelo ou uma Advertência? *Air & Space Power Journal*. Disponível em < <http://www.airpower.maxwell.af.mil/apjinternational/apj-p/1996/2tri96/pandrews.html> >.

ANTUNES, Cristina. A Viagem Pitoresca de Debret. Disponível em: <http://www.bbm.usp.br/node/68> .

ANTUNES, Duarte Luciano. U.S AFRICOM: Pressuposto, Formação e Atuação Conjuntura Internacional. *Belo Horizonte*. V. 11, Nº 2. Semestre de 2014. Disponível em < <http://periodicos.pucminas.br/index.php/conjuntura/article/view/6962/7244> >.

ARAÚJO NETO, José Carlos de. Fundamentos da Formulação Estratégica do Programa de Reaparelhamento Naval Brasileiro de 1906. *Dossiês Militares. Revista Mestrado em História, Vassouras*, V. 13, Nº 1. Jan/Jun de 2011. P.91. Disponível em < http://www.uss.br/pages/revistas/revistaMestradoHistoria/v13n12011/pdf/005_Fundamentos_formulcao_estrategica.pdf>.

ARAÚJO, Rodrigo Nabuco de. A influência francesa dentro do Exército brasileiro (1930 – 1964): declínio ou permanência? *REVISTA ESBOÇOS Nº 20 — UFSC*. Disponível em < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2008v15n20p245/9524>>. Acessado em 12 de outubro de 2015.

ARAÚJO, Rodrigo Nabuco de. MARIN, Richard. Guerra revolucionária: afinidades eletivas entre oficiais brasileiros e a ideologia francesa (1957 – 1972). *Institut Pluridisciplinaire pour les Etudes sur l'Amérique Latine à Toulouse, Université de Toulouse*. Disponível em < https://www.academia.edu/7308730/A_guerra_revolucionaria_do_exercito_frances_no_Brasil >.

AUGRAS, Monique. Imaginária França Antártica. *Revista Estdos Históricos, FGV*, 1991/7. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2312/1451> .

AUREA, Adriana Pacheco. GALVÃO, Antônio Carlos F. Importação de tecnologia, acesso às inovações e desenvolvimento regional: o quadro recente no Brasil. Revista Texto para Discussão, Nº. 616, Brasília, dezembro de 1998.

AYRES PINTO, Danielle Jacon. Brasil e sua participação nas instituições de governança econômica global: a construção de uma política externa de smart power. 1º Seminário Nacional de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Associação Brasileira de Relações Internacionais. Brasília. 12 a 13 de Julho de 2012. Disponível em <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=5&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwi3ncHk3fvKAhUJkZAKHeYXDJcQFgg2MAQ&url=http%3A%2F%2Fwww.seminariopos2012.abri.org.br%2Farquivo%2Fdownload%3FID_ARQUIVO%3D428&usg=AFQjCNET07Tqq-9KDle8h7wQMWWJQ1nPtA&sig2=RJVd9Abq2I_DOCmILCzg5A&bvm=bv.114195076,d.Y2I>.

BAKE, Carlos. NDENKOP, Olivier A. Boko Haram: o braço armado para desestabilizar a Nigéria (I). Hora do Povo, primeiro de janeiro de 2015. Disponível em <<http://www.horadopovo.com.br/2015/01Jan/3314-21-01-2015/P6/pag6d.htm>>.

BARBOSA, Denis Borges. Tipos de Contratos de propriedade industrial e transferência de tecnologia. Disponível em <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=4&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwi7_PD-hcbKAhUCNSYKHfPiAnIQFggtMAM&url=http%3A%2F%2Fdenisbarbosa.addr.com%2F130.doc&usg=AFQjCNFdJL-wfS-CiKRjfWzFoKB5NYmWOg&bvm=bv.112454388,d.eWE>.

BASTOS, Expedito Carlos Stephani. O Brasil na Era dos Blindados. Renault FT-17 no Exército Brasileiro 1921-1942. Clube SOMNIUM – 2004. Disponível em <<http://www.clubesomnium.org/sitenovo/images/arquivos/militaria/historia/FT-17.pdf>>.

BASTOS, Expedito Carlos Stephani. IVECO GUARANI 6x6 Protótipo em fase final de construção. ECSB Defesa. Disponível em <<http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/IVECOGUARANI.pdf>>.

BATTAGLINO, Jorge. A reativação da IV Frota e o novo paradigma de controle global dos Estados Unidos. *Política Externa*. V. 17, Nº4, Março/Abril/Maio de 2009. Disponível em < https://www.researchgate.net/profile/Jorge_Battaglino/publication/276917692_A_reativao_da_IV_Frota_e_o_novo_paradigma_de_controle_global_dos_Estados_Unidos/links/555b501708ae8f66f3ad5cde.pdf>.

BELLINTANI, Adriana. A disputa franco-germânica por influência no Brasil (1920-1930). *Revista Eletrônica de Ciências Sociais, História e Relações Internacionais*. V. 5, n. 1 (2012). Disponível em < <http://revista.ufr.br/index.php/examapaku/article/view/1227/982> >.

BENTO, Cláudio Moreira. O Exército e a Marinha na 1ª Guerra Mundial (1914-18). No transcurso em 2014/2018 do centenário da 1ª Guerra Mundial. Disponível em < <http://www.ahimtb.org.br/ahimtb/EBMB1GM.htm> >.

BERNARDINO, Luís Brás. A importância geoestratégica do AFRICOM para os EUA na África. *Jornal de Defesa*. 2008. Disponível em < http://database.jornaldefesa.pt/crises_e_conflitos/outros/A%20Import%C3%A2ncia%20Geoe%20strat%C3%A9gica%20do%20AFRICOM%20para%20os%20EUA%20em%20%C3%81frica.pdf>.

BERTAZZO, Roberto Portella. Gloster Meteor na América Latina. ECSB Defesa. Disponível em < <http://www.ecsbdefesa.com.br/fts/GMAL.pdf>>.

BITTENCOURT, Armando de Senna. A nacionalização do curso e as realizações do corpo de engenheiros navais da Marinha do Brasil. *Convênio Marinha do Brasil & Universidade de São Paulo*. Disponível em < http://www.poli.usp.br/conveniomb_usp/7arti/cont/3arti.htm>.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. Do ISEB e da CEPAL à Teoria da Dependência. *Anais do X Encontro Nacional de Economia Política*. V. 1, 2005. Disponível em < <http://www.sep.org.br/artigo/xcongresso87.pdf>>.

BRICK, Eduardo Siqueira. Base Logística de Defesa: conceituação, composição e dinâmica de funcionamento. V Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa, 9 de

agosto de 2011. Disponível em <<http://www.defesa.uff.br/images/Textos/Artigos/Base%20Logstica%20de%20Defesa.pdf>>.

BRUNELLE, Dorval. (ORG) Communautés atlantiques / Atlantic Communities: asymétries et convergences. Montréal: l'Institut d'Études Internationales de Montréal, 2012. Disponível em <http://classiques.uqac.ca/contemporains/masson_helene/industrie_defense_europeenne/industrie_defense_europeenne_texte.html>.

BUENO, María del Pilar. Las potencias medias em la arquitectura climática global: la hibridación de la brecha nortesur. Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, V.2, Nº.4, Jul-Dez. 2013. Disponível em <<http://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/viewFile/40483/26980>>.

CAMBESES JÚNIOR, Manuel. Joaquim Pedro Salgado Filho, Primeiro Ministro da Aeronáutica. Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica. Disponível em <https://www.incaer.aer.mil.br/opusculo_salgado.pdf>.

CARDOSO, Alírio. A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626). Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 31, nº 61, p. 317-338 – 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v31n61/a16v31n61.pdf>.

CARDOZO, Anderson Matias. LACERDA, Jan Marcel de Almeida Freitas. Índia, da Política Protecionista à Inserção Internacional: oportunidades e desafios na política externa e econômica no contexto pós-reformas econômicas de 1991. Revista de Estudos Internacionais (REI), V. 3 (1), 2012. Disponível em <<http://www.revistadeestudosinternacionais.com/uepb/index.php/rei/article/view/105/pdf>>.

CARVALHO JUNIOR, Mario Cordeiro de. A presença da China na África e as ameaças para o Brasil. AEB. Disponível em <[http://www.aeb.org.br/userfiles/file/A%20PRESEN%3%87A%20DA%20CHINA%20NA%20AFRICA%20E%20AS%20AMEA%3%87AS%20AO%20BRASIL\(1\).pdf](http://www.aeb.org.br/userfiles/file/A%20PRESEN%3%87A%20DA%20CHINA%20NA%20AFRICA%20E%20AS%20AMEA%3%87AS%20AO%20BRASIL(1).pdf)>.

CASAS, Pedro. RODRIGUES, Rúbia. O Livro Branco de Defesa Nacional. Conjuntura Internacional. PUC Minas. Disponível em < http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20120131104029.pdf >.

CASSIOLATO, José Eduardo Cassiolato. LASTRES, Helena Maria Martins. Sistema de inovação e desenvolvimento as implicações de política. São Paulo em Perspectiva, V. 19, Nº 1, São Paulo, Jan/Mar de 2005. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392005000100003&script=sci_arttext >.

CASTRO, Marcus Faro de. De Westphalia a Seattle: a teoria das relações internacionais em transição. Cadernos do REL, Nº 20. Universidade de Brasília, 2º Semestre de 2001.

CERVO, Amado Luiz. Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. Revista Brasileira de Política Internacional. V. 45, Nº 1, Brasília. Jan./Jun. 2002. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292002000100001&script=sci_arttext >.

CEPIK, Marco. BRANCHER, Pedro. GRANDA, Sebastián. A Colômbia e os Desafios para a Integração Sul-Americana. Revista Conjuntura Austral. Vol. 3, nº. 14. Out. Nov 2012. Disponível em < <http://www.seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/download/34794/24276#page=19> >.

CHARILLON, Frédéric. La politique étrangère de la France : l'heure des choix. Politique étrangère, 2007/1 Printemps. Disponível em: http://www.cairn.info/load_pdf.php?ID_ARTICLE=PE_071_0139 .

COBO, Ignacio Fuente. La Seguridad y la defensa em Alemania: ¿Preparada para liderar? Documento de Análisis Nº 56, IEEEE, Ministério da Defesa da Espanha. Dezembro de 2015. Disponível em < http://www.ieee.es/Galerias/fichero/docs_analisis/2015/DIEEEA56-2015_Revision_Defensa_Alemana_IFC.pdf >.

COELHO, Bruna Moreira Silva. MIRANDA, Gustavo dos Santos de. Kenneth Waltz – Parte I: as produções teóricas até a década de 1980. Conjuntura Internacional. Setembro, 2013. Disponível em <<https://pucminasconjuntura.wordpress.com/2013/09/16/kenneth-waltz-parte-i-as-producoes-teoricas-ate-a-decada-de-1980/>>.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Dourinas de segurança nacional: banalizando a violência. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/pe/v5n2/v5n2a02.pdf> >.

COLÓN, Guillém. Das Operações Baseadas em Efeitos à Comprehensive Approach. Nação & Defesa. N.º 129, 5.^a Série. 2011. Disponível em < http://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/7630/1/NeD129_GuillemColon.pdf >.

DAALDER, Ivo. GOLGEIER, James. Global NATO. Foreign Affairs. September/October 2006. Disponível em < <https://www.foreignaffairs.com/articles/2006-09-01/global-nato> >.

DELLAGNEZZE, René. 200 Anos da Indústria de Defesa no Brasil. ECS Defesa. Disponível em < <http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/200ANOS.pdf> >.

DIAS, Elaine. Correspondências entre Joachim Le Breton e a corte portuguesa na Europa. O nascimento da Missão Artística de 1816. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, vol.14 no.2 São Paulo July/Dec. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-47142006000200009&script=sci_arttext .

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. A política platina do Barão do Rio Branco. Revista Brasileira de Política Internacional, vol.43 no.2 Brasília July/Dec. 2000. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292000000200006&script=sci_arttext >.

FAGUNDES, Luciana. Participação Brasileira na Conferência de Paz de Versalhes. CPDOC. Disponível em < <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PARTICIPA%C3%87%C3%83O%20BRASILEIRA%20NA%20CONFER%C3%8ANCIA%20DA%20PAZ%20DE%20VERSALHES.pdf> >.

FARIA, João Afonso Prado Maia de. A consciência situacional marítima (CSM) e a Marinha do Brasil. Revista da Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, V.18, Nº 1. jan/jun 2012. Disponível em < <https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/revistaEgn/junho2012/edicao18.215-232.pdf> >.

FEREZIN, Carla. Leituras de Clausewitz no Brasil: uma interpretação da trindade da guerra. I Semana de Pós-Graduação em Ciência Política, UFSCar, 2014. Disponível em < <http://www.semecip.ufscar.br/wp-content/uploads/2014/12/Leituras-de-Clausewitz-no-Brasil-uma-interpreta%C3%A7%C3%A3o-da-trindade-da-guerra.pdf> >.

FERRAZ, Francisco Cesar. Relações entre civis e militares no Brasil: um esboço histórico. Hist. Ensino, Londrina, vA, p. 115-137, out. 1998. Disponível em < <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/viewFile/12500/10963>>.

FERREIRA, Marcos José Barbieri. ARAÚJO, Rogério Dias de Araújo. MELLO, Carlos Henrique Mello. MARQUES, Rosane Marques. Indústria Aeronáutica: Segmento de Fabricação de Helicópteros. Relatório de Acompanhamento Setorial. ABDI. Volume II. Outubro de 2008. Disponível em < <http://www.abdi.com.br/Estudo/Aeron%C3%A1utico%20-%20outubro2008.pdf>>.

FERREIRA, Renato Rangel. Operações Navais no Século XXI: Tarefas Básicas do Poder Naval para a proteção da Amazônia Azul. Monografia, Escola de Guerra Naval. Disponível em < [https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/biblioteca/monografias/cpem/2011/18CPEM11%20MONO%20CMG%20\(FN\)%20RENATO.pdf](https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/biblioteca/monografias/cpem/2011/18CPEM11%20MONO%20CMG%20(FN)%20RENATO.pdf) >.

FONSECA, José Wladimir Freitas da. O desenvolvimento da indústria bélica no Brasil e seu processo de Spin-off. Revista de Economia Política, V. 20, Nº 3, (79), Julho-Setembro de 2000. Disponível em < <http://www.rep.org.br/pdf/79-8.pdf> >.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. As origens da Embraer. Tempo Soc. vol.17 no.1 São Paulo June 2005. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702005000100012&script=sci_arttext&tlng=es >.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. Cadernos de Pesquisa, Nº116, São Paulo, Julho de 2002. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000200002 >.

FURTADO, Celso. Os desafios da nova geração. Revista de Economia Política, v.24, n.4, out./dez. 2004. Disponível em < <http://www.rep.org.br/pdf/96-1.pdf> >.

GALAMAS, Francisco. A NATO e as tensões derivadas do escudo antimíssil. Instituto da Defesa Nacional. 2015. Disponível em < http://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/7827/1/idnbrief_janeiro2015.pdf>.

GALANTE, Solange. HELIBRAS – 30 Anos – As Asas Rotativas do Brasil. Revista Flap. Disponível em < http://www.revistaflap.com.br/web/_FILES/upload/24042012-114724-Helibras30anos.pdf>.

GOMES DA SILVA, Marcelo. GUIMARÃES, Leonam dos Santos. Uso do Índice de Desenvolvimento Humano como Instrumento de Projeção de Demanda de Energia Elétrica. Economia & Energia. Ano XVI, Nº 86. Julho/ Setembro de 2012. Disponível em < http://ecen.com/eee86/eee86p/idh_eletricidade.htm >.

GOMES, Paulo Cesar. As relações entre a ditadura brasileira e a França durante o governo de Castelo Branco. XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis, SC. 27 a 31 de julho de 2015. Disponível em < http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1435182971_ARQUIVO_Textocompleto.pdf>.

GOMES, Rodrigo Carneiro. O terrorismo mundial na França e sua não criminalização no Brasil. Revista Consultor Jurídico. 17 de novembro de 2015. Disponível em <<http://www.conjur.com.br/2015-nov-17/academia-policia-terrorismo-mundial-franca-nao-criminalizacao-brasil>>.

GONÇALVEZ, Leandro José Clemente. Uma apresentação sobre os conceitos de revolução militar e revolução em assuntos militares. Escritas V. 5 n.2 (2013) ISSN 2238-7188. Disponível em < <http://revista.uft.edu.br/index.php/escritas/article/viewFile/1420/8213> > .

GRANADOS, Francisco Porcel. Desarrollo Tecnológico em La Historia de La Humanidad: inventores e inventos. Drebbel y El Submarino. Innovación y Experiencias Educativas. Disponível em < <http://www.csi->

csif.es/andalucia/modules/mod_ense/revista/pdf/Numero_27/FRANCISCO_M_PORCEL%20GRANADOS_1.pdf >.

GUIMARÃES, Leonam dos Santos. Estratégias de implementação e efeitos de arraste dos grandes programas de desenvolvimento tecnológico nacionais: experiências do programa nuclear da Marinha do Brasil. 2005 International Nuclear Atlantic Conference - INAC 2005 Santos, SP, Brazil, August 28 to September 2, 2005. Disponível em < <https://www.ipen.br/biblioteca/cd/inac/2005/full/1779.pdf> >.

GUIMARÃES, Leonam dos Santos. Lições de Gestão de um Almirante. Movimento de Solidariedade Íbero-Americano. Disponível em < <http://www.msia.org.br/c---t/655.html> >.

HERB, Karlfriedrich. Além do bem e do mal: o poder em Maquiavel, Hobbes, Arendt e Foucault. Revista Brasileira de Ciência Política, Nº 10. Brasília, Janeiro/Abril de 2013.

HERNÁNDEZ, Francisco J. Berenguer. Por qué la OTAN há de mirar preferentemente hacia el Sur? Documento de Análisis Nº 32, IIEE, Ministério da Defesa da Espanha. Junho de 2014. Disponível em < http://www.ieee.es/Galerias/fichero/docs_analisis/2014/DIEEEA32-2014_FlancoSur_OTAN_Fco.BerenguerHdez.pdf >.

HERNÁNDEZ, José Guadalupe Vargas. El realismo y el neorrealismo estructural. Estudios Políticos, Novena Época, Nº 16, Janeiro-Abril de 2009. Disponível em < <http://pt.scribd.com/doc/66209738/El-realismo-y-el-neorrealismo-estructural#scribd> >.

HEYE, Thomas. Sem Reforma, sem Westfália? Religião, Soberania e o Sistema Internacional Moderno. Revista Brasileira de Estudos Estratégicos. Edição Nº 4, Volume I, Julho de 2011 à Dezembro de 2012.

JACOMO, Julio Cesar Pinguelli. A “Revolução Dourada”: O Papel dos Biocombustíveis na Política Externa da Administração Lula da Silva. Anais do Seminário Brasileiro de Estudos Estratégicos Internacionais – SEBREEI. Integração Regional e Cooperação Sul-Sul no Século XXI. Porto Alegre, RS. 20 a 22 de junho de 2012. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/sebreei/2012/wp-content/uploads/2013/01/Julio-Jacomo.pdf>>.

LAMPREIA, Luis Felipe. A política externa do governo FHC: continuidade e renovação. *Revista Brasileira de Política Internacional*. vol.41 no.2 Brasília July/Dec. 1998. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291998000200001 >.

LAYNE, Christopher The Unipolar Illusion Revisited. The Coming End of the United States' Unipolar Moment. *International Security*, Vol. 31, No. 2 (Fall 2006). Disponível em < <http://www.mitpressjournals.org/doi/pdf/10.1162/isec.2006.31.2.7>>.

LESSA, Antônio Carlos. A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais. *Revista Brasileira de Política Internacional*. vol.41 no.spe Brasília, 1998. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73291998000300003&script=sci_arttext&tlng=pt>.

LESSA, Antonio Carlos. A Guerra da Lagosta e outras guerras: conflito e cooperação nas relações França Brasil (1960-1964). *Cena Internacional*. Disponível em < http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5242/1/ARTIGO_GuerraLagostaOutrasGuerras.pdf > .

LESSA, Antonio Carlos. Os vértices marginais de vocações universais: as relações entre a França e o Brasil de 1945 a nossos dias. *Revista Brasileira de Política Internacional*. vol.43 no.2 Brasília July/Dec. 2000. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292000000200002&script=sci_arttext>.

LONGO, Waldimir Pirró e. Conceitos básicos sobre ciência, tecnologia e inovação. Disponível em < <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwib8KaSiqrLAhVIXR4KHRyrCzAQFggvMAE&url=http%3A%2F%2Fwww.waldimir.longo.nom.br%2Fartigos%2FT6.doc&usg=AFQjCNGU6u6zkFdk7F-QjhXyKKHBXIFC8A&sig2=9AVxuYQbge3JtRCglcbR8w> >.

LONGO, Waldimir Pirró e. Indústria de Defesa: Pesquisa, Desenvolvimento Experimental e Engenharia *Revista da Escola Superior de Guerra*, vol.25, n.52, Rio de Janeiro, RJ, (2011). Disponível em < <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact> >

=8&ved=0ahUKEwja853ft77MAhVKgJAKHahODoAQFggiMAE&url=http%3A%2F%2Fwww.waldimir.longo.nom.br%2Fartigos%2F124.doc&usg=AFQjCNHShcx1RpgHIJUQHHWAr29nbcyP0A&bvm=bv.121070826,d.Y2I>.

LONGO, Waldimir Pirró e. Tecnologia Militar: conceituação, importância e cerceamento. Tensões Mundiais, Fortaleza, V. 3, Nº 5, julho/ dezembro de 2007. P. 122. Disponível em < https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiU-dvE-vjKAhVEG5AKHRyMDG4QFggdMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.waldimir.longo.nom.br%2Fartigos%2F112%2520A.doc&usg=AFQjCNHMOZioZ9sBQ-u1mpwNWSmtZQvU-w&sig2=fB819pM_CCRw0cFuTY4NBg >.

LOPES, Dawisson Belém. RAMOS, Leonardo César Souza. Existe uma ordem econômica internacional? A problematização de uma premissa. Revista de Economia Política, vol. 29, nº 2 (114), abril-junho/2009. Disponível em < <http://www.rep.org.br/PDF/114-6.PDF> >.

LOPES, José Cleyton. Maquiavel e a fundação do Estado Moderno. Revista Espaço Acadêmico, Nº 144, Maio de 2013, Ano XIII.

LONGO, Waldimir Pirró e. Conceitos básicos sobre ciência, tecnologia e inovação. Disponível em < [LOURO, João Marcos Macedo. Carros de Assalto: seu primeiro comandante no Brasil-1921. ECS Defesa. UFJF. Disponível em < <http://www.ecsdefesa.com.br/defesa/fts/CA1921.pdf>> Acessado em 09 de outubro de 2015.](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjIrfCJ-NDKAhWDF5AKHWWAAwMQFggiMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.waldimir.longo.nom.br%2Fartigos%2FT6.doc&usg=AFQjCNGU6u6zkFdk7F-QjhXyKKHBXIFC8A&sig2=HO-mCiiksV57t_FzhTlbbw&bvm=bv.113034660,d.Y2I>.</p>
</div>
<div data-bbox=)

LUCENA SILVA, Antonio Henrique. Globalização Militar, Segurança e Desenvolvimento: Comparação entre as Indústrias Aeroespaciais de Defesa de Brasil, Índia e China. Papel Político. V. 15, Nº 2, Bogotá. July/Dec. 2010. Disponível em <

http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0122-44092010000200010&script=sci_arttext&tlng=es>.

LUIS, Camila Cristina Ribeiro. Estratégia Naval da Marinha: elemento direcionador ou vetor da ação externa brasileira no Atlântico Sul? Sebreei. Disponível em < http://www.sebreei.eventos.dype.com.br/resources/anais/21/1365815734_ARQUIVO_CAMILA_SEBREEI.pdf >.

LUIS, Camila Cristina Ribeiro. Pensamento Geopolítico Brasileiro e a Construção do Espaço Político Sul-Atlântico. Revista Brasileira de Estudos de Defesa. VI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa. 2012. Disponível em < <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/rbed/article/view/48752/31345> >.

MACHADO, Luís Rodrigo. A negação do uso do mar nas relações internacionais: um estudo preliminar sobre questões teóricas e operacionais. 5º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais. 29 a 31 de julho de 2015. P. 7. Disponível em < https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=10&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiwnpvFs_HKAhVCFJAKHS9sD3sQFghUMAk&url=http%3A%2F%2Fwww.encontronacional2015.abri.org.br%2Farquivo%2Fdownloadpublic%3Fq%3DYToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czozNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSZPIjtzOjQ6ljQ4OTgiO30iO3M6MT0iaCI7czozMjoiNjA5ZDc1ZTQ4MzczODQyYjY2MmM0OGZmOGYzYWJhM2liO30%253D&usg=AFQjCNHw1oCmSPvR_iSIItNs-K5nX_ig3BQ&sig2=n_dJ2LxT5wvrjwC0HHNtcw&bvm=bv.114195076,d.Y2I >.

MACHRY, Telmo Roberto. O Poder Aéreo e a Estratégia da Paralisa de John Warden. ReservAer. Disponível em < <http://www.reservaer.com.br/est-militares/poderaereo.html> >.

MAIA, Fernando. A crise entre Estados Unidos e Rússia em torno do sistema de defesa antimísseis estadunidense. Conjuntura Internacional. Ano 4, Nº 14. 06 a 12 de maio de 2007. Disponível em < http://ws3.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CBO_ARQ_BOLET20070516103742.pdf >.

MARÍ, Jose Maria Prats. La Guerra de Mando y Control y la Teoria OODA LOOP. Disponível em < >

<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=24&cad=rja&uact=8&ved=0CC0QFjADOBRqFQoTCPbR592y38gCFUgSkAoduv4AhQ&url=http%3A%2F%2Fdialnet.unirioja.es%2Fdescarga%2Farticulo%2F4604097.pdf&usg=AFQjCNFoSM13A7AWtXBswc1UZKHODT5-JA&bvm=bv.105841590,d.Y2I>>.

MARTINS, Eliane Octaviano. Amazônia Azul, Pré-Sal, Soberania e Jurisdição Marítima. Disponível em < <http://www.jf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/view/1398/1371> >.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a07.pdf> >.

MARTINS FILHO, João Roberto. A conexão francesa: da Argélia ao Araguaia* Varia História. Belo Horizonte, vol.28, n 525 o 48. jul/dez 2012. P. 525. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/vh/v28n48/03.pdf> >.

MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. Revista Brasileira de Ciências Sociais, V. 23, Nº 67. São Paulo. Junho de 2008. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092008000200004&script=sci_arttext>.

MARTINS FILHO, João Roberto. Os meios da guerra: reflexões sobre a literatura e uma proposta de pesquisa. Primeiro Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED) São Carlos, 19 a 21 de setembro de 2007. P. 9. Disponível em < http://www.arqanalagoa.ufscar.br/abed/integra/jo%C3%A3o_roberto_martins_23-09-07.pdf>.

MARTINS, Raúl François. Geopolítica e Geoestratégia - O Que São e Para Que Servem. Revista Nação e Defesa. Disponível em < http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/1585/1/NeD78_RaulFrancoisMartins.pdf >.

MASSON, Hélène. BRICK, Eduardo Siqueira. MARTIN, Kévin. Production d'armement: le Brésil en quête d'autonomie. Fondation pour la Recherche Strategique. Junho de 2015. Disponível em

<http://mercury.ethz.ch/serviceengine/Files/ISN/192430/ipublicationdocument_singledocument/dc85cfed-8074-4c2d-92b9-e012d3a76cb6/fr/RD_201502.pdf>.

MASSON, Hélène. Indústrias de defesa na França e na Europa: emergência, mutação, perspectivas de evolução. Rev. Bra. Est. Def. ano 1, nº 1, jul./dez. P. 151. Disponível em <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=6&cad=rja&uact=8&ved=0CDoQFjAFahUKEwj4voi65ObIAhVBj5AKHaB6Dcw&url=http%3A%2F%2Fseer.ufrgs.br%2Findex.php%2Frbed%2Farticle%2Fdownload%2F46676%2F30878&usg=AFQjCNEqZGGve0scD6KUR92JJ8dOLYirQw&sig2=VL1rnUccwUnuGCFwKkvIQg&bvm=bv.106130839,d.Y2I>>.

MEARSHEIMER, John. Can China Rise Peacefully? National Interest. 25 de outubro de 2014. Disponível em <<http://nationalinterest.org/commentary/can-china-rise-peacefully-10204>>.

MEARSHEIMER, John. The False Promise of International Institutions. International Security. Vol. 19, Nº 3, Winter 1994/1995. Disponível em <<http://mearsheimer.uchicago.edu/pdfs/A0021.pdf>>.

MIALHE, Jorge Luís. O Contrato da Missão Militar Francesa de 1919: direito e história das relações internacionais. Cadernos de Direito, Piracicaba, v. 10(18): 89-119, jan.-jun. 2010. Disponível em <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=10&cad=rja&uact=8&ved=0CEsQFjAJahUKEwiX9eHuubbIAhVGipAKHaIzDjw&url=https%3A%2F%2Fwww.metodista.br%2Frevistas%2Frevistas-unimep%2Findex.php%2Fdireito%2Farticle%2Fdownload%2F563%2F167&usg=AFQjCNHBsDkADw7F60o1te_IBExZ_7arpw&bvm=bv.104819420,d.Y2I>.

MONTEIRO, Nuno Sardinha. Mahan, Corbett e o poder naval no séc. XXI. Disponível em <<

<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&cad=rja&ved=0CEgQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.marinha.pt%2FPT%2Famarinha%2Fatividade%2Fareacultural%2Facademiademarinha%2FDocuments%2FMahan%2C%2520Corbett%2520e%2520o%2520poder%2520naval%2520no>

%2520s%25C3%25A9c.%2520XXI.pdf&ei=DXw0ULqSBIfk8gTdqoH4Dw&usg=AFQjCNGYIY6tudcV_Coq5X5s6cytSiW5bA>>

MORAES, Marco César de. A Estratégia Nacional de Defesa e o Orçamento da União. Revista das Ciências Militares, ECEME, Nº 21, 2010. Disponível em < <http://www.eceme.ensino.eb.br/meiramattos/index.php/RMM/article/view/42> >.

MORAES, Rodrigo Fracalossi de. Intermediação estatal nas exportações de equipamentos militares: As experiências da Rússia e da França. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), No. 1963. P. 56. Disponível em < <https://www.econstor.eu/dspace/bitstream/10419/121630/1/797127798.pdf> >.

MORAIS, Clarice Moreira de. Renovação dos caças brasileiros e seus desdobramentos: de FHC a Lula. Conjuntura, PUC Minas. 23 de outubro de 2010. Disponível em < http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20101108102118.pdf?PHPSESSID=0d8127bc0d7ee7bf90f8750ebb581277 >.

MORE, Rodrigo Fernandes. Quando cangurus voarem: a declaração unilateral brasileira sobre direito de pesquisa além dos limites da plataforma continental – 2010. Revista de Direito Internacional, Brasília, v. 9, n. 1, p. 61-68, jan./jun. 2012. P. 62. Disponível em < <http://www.publicacoes.uniceub.br/index.php/rdi/article/view/1599/1572> >.

MORGETHAU, Hans. A política entre as nações. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora Universidade de Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, São Paulo, 2003. Disponível em < <http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0179.pdf> >.

MOORE, Charles C. Revitalizando a Estratégia Cooperativa para o Poder Marítimo do Século XXI. Military Review. Maio-Junho 2012. Disponível em < http://usacac.army.mil/CAC2/MilitaryReview/Archives/Portuguese/MilitaryReview_20120630_art006POR.pdf >.

MOURA, José Augusto Abreu de. Controle e negação. III Encontro da ABED, Londrina, UEL. Disponível em < www.uel.br/pos/mesthis/.../JOSEAUGUSTOABREUDEMOURA.doc >.

MUNIZ, Túlio de Souza. A “Guerra da Lagosta”: um Laboratório para o Golpe Militar de 1964 e suas Abordagens na Imprensa Regional. *Brasiliانا – Journal for Brazilian Studies*. Vol. 2, n.2 (Nov 2013). Disponível em <<https://www.google.com.br/url?sa=t&ret=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB0QFjAAahUKEwujmsH75OHIAhWGI5AKHYiJBK8&url=http%3A%2F%2Ffojs.statsbiblioteket.dk%2Findex.php%2Fbras%2Farticle%2Fdownload%2F8029%2F13321&usg=AFQjCNHNAl2a2xyjMMyt4PKF5-MbDysG7A&sig2=T1O3mgu6FnZIoXbRbVR2-A>>.

MUXAGATO, Bruno. Le rapprochement franco-brésilien: une relation stratégique au-delà d’un partenariat militaire? *La Chronique des Amériques* Novembre 2010 N°07. Disponível em: http://www.ieim.uqam.ca/IMG/pdf/MuxagatoB_FranceBresil.pdf.

NATALIZI, Rodrigo Alves. Análise de custo e benefícios na escolha da configuração de navios. *Revista Escola de Guerra Naval*. V. 20, N° 2. Julho/Dezembro de 2014. Disponível em <<https://www.egn.mar.mil.br/ojs/index.php/revistadaegn/article/view/76/v20n2-4.pdf>>.

OLIVEIRA, Dennison de. Relações Internacionais Militares Brasil-EUA na Segunda Guerra Mundial: o Caso das Comissões Militares Conjuntas. XVIII Simpósio Nacional de História. 27 a 31 de julho de 2015. Florianópolis, SC. Disponível em <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427756986_ARQUIVO_RelacoesBrasilEUA.pdf>.

OLIVEIRA, Nilo Dias. Os primórdios da doutrina de segurança nacional: a escola superior de guerra. *História* V.29 N°2. Franca, São Paulo. Dezembro de 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742010000200008&script=sci_arttext>.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. A Estratégia Nacional de Defesa e a Reorganização e Transformação das Forças Armadas. *Interesse Nacional*, Abril/junho de 2009. Disponível em <<http://www.resdal.org.ar/producciones-miembros/estrategia-nacional-defensa-eliezer-rizzo.pdf>>.

PAIM, Antonio. PROTA, Leonardo. RODRIGUEZ, Ricardo Vélez. *O Estado Moderno. Cursos Autônomos – VII*. Instituto de Humanidades.

PAIVA, Eduardo Nazareth. Fábrica Nacional de Motores (FNM): Historiando e considerando a idéia de um contra-laboratório na indústria automotiva brasileira. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina, 2005. Disponível em < <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0297.pdf>>.

PALAZZO, Carmen Licia. Permanências e mudanças no imaginário francês sobre o Brasil (séculos XVI a XVIII). Revista Imaginario v.13 n.14 São Paulo jun. 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413-666X2007000100007&script=sci_arttext .

PARISI, Maurício Orestes. “A Guerra no “Longo Século XIX”: teorias da guerra e análise histórica. Diversitas, USP. Disponível em < http://diversitas.fflch.usp.br/sites/diversitas.fflch.usp.br/files/A%20Guerra%20no%20Longo%20SecXIX%20_2_.pdf>.

PECEQUILO, Cristina. A Era George W. Bush (2001/2007): Os EUA e o Sistema Internacional. Texto para apresentação no seminário “Estados Unidos: atualidades e desafios” organizado pela Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) e o Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI), no contexto da preparação da “II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional- o Brasil e o mundo que vem aí”, Rio de Janeiro, Julho 2007. Disponível em < http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/Estados_unidos_%20presentes_e_desafios.pdf>.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A Política Externa do Brasil no Século XXI: Os Eixos Combinados de Cooperação Horizontal e Vertical. Rev. Bras. Polít. Int. 51 (2): 136-153 [2008]. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v51n2/v51n2a09.pdf>>.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. O Eixo do Mal. Meridiano 47. 2011. Disponível em < <http://www.periodicos.unb.br/index.php/MED/article/download/4556/3810>>.

PEDREIRA, Carlos Eduardo Bulhões. Comércio Marítimo e Navegação. IAB Nacional. Disponível em < <http://www.iabnacional.org.br/IMG/pdf/doc-6976.pdf>>.

PENHA, Eli Alves. A fronteira oriental brasileira e os desafios da segurança regional no Atlântico Sul. Revista da Escola de Guerra Naval.V. 18, n. 1 (2012). Disponível em < <http://jmksistemas.com.br/ojs/index.php/revistadaegn/article/view/11/v186.pdf>>.

PELEGRINO FILHO, Ary. A Influência da Missão Militar A Influência da Missão Militar Francesa na ECEME. PADECEME. Edição Especial, 2º quadrim. de 2005. Disponível em < <http://www.eceme.ensino.eb.br/meiramattos/index.php/RMM/article/viewFile/437/384> >.

PEREIRA, Alessandro Eugenio. A reforma do conselho de segurança e a "democracia global". 3º Encontro Nacional ABRI, 2011. Disponível em <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000122011000100006&script=sci_arttext>.

PEREIRA, Rui. A vertente Europeia-Continental e a Vertente Atlântico-Global na Política Externa Portuguesa. Nação & Defesa. Nº 116, 3ª Série. Disponível em < http://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1227/1/NeD116_RuiPereira.pdf >

PEREIRA, Paula. O Mediterrâneo: Espaço de Confronto ou Cooperação. Nação & Defesa. N.º 109, 2.ª Série. Outono 2004. Disponível em < http://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1346/1/NeD109_PaulaPereira.pdf>.

PIERMATEI FILHO, Orestes. A Importância Estratégica de uma Força Naval para o Brasil. ECS Defesa. Disponível em < <http://www.ecsbdefesa.com.br/fts/IEFNB.pdf>>.

POP, Adrian. A OTAN e a União Europeia: cooperação e segurança. Parcerias: Antigas e Novas. 2007. Disponível em < <http://www.nato.int/docu/review/2007/issue2/portuguese/art6.html> >.

PROENÇA JÚNIOR, Domicio. DUARTE, Érico E. Projeção de poder e intervenção militar pelos Estados Unidos da América. Revista Brasileira de Política Internacional, V. 46, Nº 1. Brasília Jan./June 2003. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292003000100007&script=sci_arttext&tlng=pt >.

RAMINELLI, Ronald José. Escritos, Imagens e Artefatos: ou a Viagem de Thevet à França Antártica. HISTÓRIA, São Paulo, 27 (1): 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v27n1/a11v27n1.pdf>.

RAMMINGER, Erica. O Conceito de Auto-Defesa na Carta da ONU e a Guerra no Iraque: Guerra Preventiva ou Preemptiva? Revista Eletrônica de Direito Internacional, 2007. Disponível em < <http://www.cedin.com.br/static/revistaelectronica/artigos/O%20CONCEITO%20DE%20AUT%20DEFESA%20NA%20CARTA%20DA%20ONU%20E%20A%20GUERRA%20NO%20IRAQUE%20Erica%20Olivia.pdf>>.

RAMOS, Alam Miguel Loyo. Historia del submarino. Disponível em < <http://www.monografias.com/trabajos82/historia-submarino/historia-submarino2.shtml> >..

RANDALL JR, Frank B. Uma revolução na projeção de poder. Preparar, pôr em condições, avançar. Military Review. 2º Semestre de 2002.

RANGEL, Danny. Impacto da perda do Brasil e da frota naval portuguesa na identidade marítima portuguesa. Centro de Investigação Transdisciplinar. Disponível em < <http://www.citcem.org/encontro/pdf/21/s5/3-Danny%20Rangel/Resumo%20-%20Danny%20Rangel.pdf>>.

RESENDE, Carlos Augusto Rollemberg de. Revista Brasileira de Política Internacional. V. 47, Nº 1 Brasília Jan./Jun de 2004. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292004000100009 >.

RÊGO, Melissa Lima Oliveira. LEPLAC. Internacional, Nacional e Regional. Simpósio Internacional de Ciências Integradas da UNAERP. Disponível em < <http://www.unaerp.br/sici-unaerp/edicoes-anteriores/2009/secao-1-5/1076-leplac-internacional-nacional-e-regional/file> >.

REIS, Reginaldo Gomes Garcia dos. Os desafios da busca de um poder naval no século XXI. Revista Marítima Brasileira. V. 1, Nº. 1/1851. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha. Abr./jun. 2013.

REIS DA SILVA, André Luiz. Geometria variável e parcerias estratégicas: a diplomacia multidimensional do governo Lula (2003-2010). Contexto Internacional. vol.37 no.1 Rio de Janeiro Jan./Apr. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292015000100143>.

RIBEIRO, Marcelo Carvalho. Projetos Leopard e Guarani: mudança cultural na operação e manutenção de blindados. Revista Brasileira de Estudos de Defesa. VI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa. Disponível em <<http://www.seer.ufrgs.br/rbed/article/view/48810>>.

RICUPERO, Rubens. À sombra de Charles de Gaulle: uma diplomacia carismática e intransferível. A política externa do governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Novos estudos. , CEBRAP, N° 87, São Paulo. Julho de 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000200003>.

RICUPERO, Rubens. O mundo após o 11 de setembro: a perda da inocência. Tempo Social – USP. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v15n2/a02v15n2.pdf>>.

RYSDYK, Janaina. A política externa chinesa para a África: uma análise dos casos do Sudão e da Nigéria. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Dezembro de 2010. P. 90. Disponível em <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/28769/000772912.pdf?sequence=1>>.

ROCHA, Marcio. FIGUEIREDO, Eurico de Lima. Políticas Públicas de interesse da Defesa Nacional: uma avaliação da participação do Poder Legislativo no período de 1985 a 2006. 36° Encontro Anual da ANPOCS. Outubro de 2012. Disponível em <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8000&Itemid=76>.

RODRIGUES, Diego de Freitas. Cooperação horizontal Sul-Sul: arranjos de concertação política entre a Índia, o Brasil e a África do Sul. Revista Brasileira de Política Internacional. 53 (1): 45-66 [2010]. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v53n1/a03v53n1.pdf>>.

RODRIGUES, Luís Nuno. Nixon e a Tentação Multipolar. Conferência "Os Estados Unidos e a Ordem Internacional", FLAD, 30 de Setembro de 2004. Disponível em < <http://www.ipri.pt/investigadores/artigo.php?idi=8&ida=74> >.

SALES, Mauro Vicente. O Debate Sobre a Criação da Aviação Militar Brasileira (1911-1927). Revista da UNIFA, Rio de Janeiro, v. 24, n. 29, dez. 2011. Disponível em < https://www.revistadaunifa.aer.mil.br/index.php/main/article/view/391/pdf_103 >.

SALLES FILHO, Sergio. Política de Ciência e Tecnologia no I PND (1972/74) e no I PBDCT (1973/74). Revista Brasileira de Inovação, V. 1, Nº. 2, julho/dezembro de 2002. Disponível em < <http://ocs.ige.unicamp.br/ojs/rbi/article/view/249/163>>.

SANTOS, Adriana dos. FAZION, Cíntia. MEROE, Giuliano de. Inovação: um estudo sobre a evolução do conceito de Schumpeter. Revista, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Faculdade de Economia e Administração (FEA), Departamento de Administração. Disponível em < <http://revistas.pucsp.br/index.php/caadm/article/view/9014/6623> >.

SANTO, Gabriel Augusto do Espírito. O Novo Conceito Estratégico da OTAN e os Interesses de Portugal. Revista Militar. Disponível em < http://www.revistamilitar.pt/artigopdf.php?art_id=597>. Acessado em seis de fevereiro de 2016.

SANTOS, Miriam de Oliveira. Um olhar sobre as instituições escolares militares brasileiras do fim do século 19 ao início do século 20. R. bras. Est. pedag., Brasília, v. 88, n. 219, p. 310-330, maio/ago. 2007. Disponível em < <http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/499/510>>.

SARAVIA, Enrique J. Criação e transferência de tecnologia nas empresas industriais do Estado. Revista de Administração de Empresas, V. 3, Nº. 27, julho/ setembro de 1987. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-75901987000300003&script=sci_arttext >.

SAVIAN, Elonir José. “Haverá sempre uma Cavalaria”: resistências à mecanização no Exército Brasileiro (1937-1972). XVII Simpósio Nacional de História. Natal, Rio Grande do

Norte, 22 a 26 de Julho de 2013. Disponível em < http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364416863_ARQUIVO_trabalhodeelonirjosesavian2.pdf>.

SCHLESINGER, Sergio. Cooperação e investimentos internacionais no Brasil. A internacionalização do etanol e do biodiesel. FASE - Solidariedade e Educação. Julho de 2012. P. 19. Disponível em < <http://fase.org.br/wp-content/uploads/2012/07/Coopera%C3%A7%C3%A3o+e+investimentos+internacionais+do+Brasil1.pdf>>.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Espelho de projeções: os franceses no Brasil de D. João REVISTA USP, São Paulo, Nº 79, setembro/novembro 2008. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/download/13694/15512> .

SHIKIDA, Pery Francisco Assis. BACHA, Carlos José Caetano. Notas sobre o modelo schumpeteriano e suas principais correntes de pensamento. Teor. Evid. Econ., Passo Fundo, v. 5, n. 10, p. 107-126, maio 1998. Disponível em < <http://www3.ceunes.ufes.br/downloads/2/jjuniorsan-Shikida%20e%20Bacha.pdf>>.

SILVA FILHO, Paulo Cezar Franco e. VENSON, Giuliano Gardolinski. Theoretical Study of Military Aircraft EMBRAER AT-26 Xavante Remotorization. Engineering Research. V. 3, n. 5, p. 16-32, October / 2012. Disponível em < <http://www.engres.org/ojs/index.php/engres/article/viewFile/26/pdf>>.

SOARES, Ethiene Cristina Moura Costa. General Osorio: o soldado-cidadão. Portal ANPOCS. Disponível em < http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1445&Itemid=350>.

SOLLER, Diana. O Relatório Albright e a grande estratégia Obama um caso de convergência? Relações Internacionais. Nº 27, Lisboa. Setembro de 2010. Disponível em < <http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n27/n27a02.pdf>>.

SOUZA JÚNIOR, Jorge Francisco de. Blindado sobre Lagartas ou sobre Rodas? ECSB Defesa. Disponível em <<http://www.ecsbsdefesa.com.br/defesa/fts/BSLSR.pdf>>.

SOUZA, Kaiser Gonçalves de. Descobertas, Potencial e Viabilidade Econômica de Depósitos Minerais da Plataforma Continental Brasileira e Áreas Oceânicas Adjacentes. IV Simpósio Brasileiro de Exploração Mineral. Ouro Preto – MG, 26 de maio de 2010. Disponível em <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=7&cad=rja&uact=8&ved=0CEMQFjAG&url=http%3A%2F%2Fwww.adimb.com.br%2Fsimexmin2010%2Fpalestras%2Fdown.php%3Ffile%3Dpalestras%2FAUDITORIO_SAOJOAODELREY%2F26-05%2F71.pdf&ei=NkFzVYa9D4O6ggTxw4LABw&usg=AFQjCNHLAQkx9HyfXOIsM7RN-rP5fVaVAQ&sig2=NbJYWRB2h4xrK9L_9zDY7w&bvm=bv.95039771,d.eXY>.

SUPPO, Hugo. Intelectuais e artistas nas estratégias francesas de “propaganda cultural” no Brasil (1940-1944). Revista de História N° 133, 2° semestre de 1995. Disponível em <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB0QFjAAahUKEwiawbXew8fIAhVJHJAKHcQ3BzE&url=http%3A%2F%2Fwww.revistas.usp.br%2Frevhistoria%2Farticle%2FviewFile%2F18770%2F20833&usg=AFQjCNESgRmdSp02X8LNn0mZjaJ44jR-xw>>.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. Em Busca da Autonomia: O Brasil e os Armamentos recebidos dos EUA durante a Guerra Fria. Disponível em <[file:///C:/Users/FernandadasGra%C3%A7as/Downloads/48821-198060-1-SM%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/FernandadasGra%C3%A7as/Downloads/48821-198060-1-SM%20(1).pdf)>.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos (ORG). Enciclopédia de Guerras e Revoluções: V. I : (1901-1919) : a época dos imperialismos e da Grande Guerra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

TILL, Geoffrey. Poder marítimo: questões relevantes e desafios. Revista da Escola de Guerra Naval. Palestra realizada em 25 de novembro de 2005 durante o I Ciclo Internacional de Conferências sobre o Poder Marítimo na Escola de Guerra Naval. Disponível em <<https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/revistaEgn/junho2006/04-poderMaritimo.pdf>>.

TORRES, Heitor Figueiredo Sobral. Presença e peso da política externa francesa sob Sarkozy. Meridiano 47, N° 97, Ago 2008. P. 37. Disponível em:

<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&ved=0CCoQFjAA&url=http%3A%2F%2Fseer.bce.unb.br%2Findex.php%2FMED%2Farticle%2Fdownload%2F898%2F565&ei=XVfYUcjPJfS40gGSo4HQBg&usg=AFQjCNFwZ04STY6oMMiMSnqxVi2FCSq5eg&sig2=9MjvSnPFSJ7tghHsztGdlQ&bvm=bv.48705608,d.dmg> .

TORRES FILHO, Carlos Roberto. A Expansão do Estado Brasileiro: a Institucionalização do Setor Aeronáutico no Brasil (1930-1969). Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. P.p. 3-4. Disponível em <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300485745_ARQUIVO_ArtigoAnpuh2011.pdf>.

TORRES, Ricardo Lobato. A “inovação na teoria econômica: uma revisão”. VI Encontro de Economia Catarinense, Associação dos Pesquisadores em Economia Catarinense. Disponível em <http://www.apec.unesc.net/VI_EEC/sesoes_tematicas/Tema6-Tecnologia%20e%20Inova%C3%A7ao/Artigo-3-Autoria.pdf>.

V. SILVA, Gutemberg de. RÜCKERT, Aldomar A. A fronteira Brasil-França. Mudança de usos político-territoriais na fronteira entre Amapá (BR) e Guiana Francesa (FR). Revista Franco-Brasileira de Geografia. Número 7, 2009. Disponível em <<https://confins.revues.org/6040?lang=pt#tocto1n1> >.

VASCONCELOS, Yuri. De mísseis a radares. Revista Pesquisa, Fapesp, ed 212. Outubro de 2013. Disponível em <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2013/10/17/de-misseis-a-radares/>>.

VAZ, Alcides Costa. Parcerias estratégicas no contexto da política exterior brasileira: implicações para o Mercosul. Revista Brasileira de Política Internacional. V. 42, Nº2, Brasília. Julho/Dezembro de 1999. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291999000200004 >.

VERA, Crristián Garay. GIL, Luis Pérez. Brasil, el prestigio y el dilema del poder nuclear. Documento Opinión. Instituto Español de Estudios Estratégicos. Ministério da Defesa da Espanha. Nº 1, 2014. Disponível em <http://www.ieee.es/Galerias/fichero/docs_opinion/2014/DIEEEE01-2014_BrasilNuclear_GarayVela.pdf >.

ZEBHIT, Alexander. A Rússia na ordem mundial: com o Ocidente, com o Oriente ou um pólo autônomo em um mundo multipolar? *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol.46 no.1 Brasília Jan./June 2003. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292003000100008&script=sci_arttext>.

WARUSFEL, Bertrand. La Réforme des Structures et des Méthodes de la Délégation Générale pour l'Armement. *Revue DROIT ET DÉFENSE* - 97/ 1 p. 50. Disponível em < http://www2.droit.parisdescartes.fr/warusfel/articles/orgDGA_warusfel97.pdf >.

WATKINS, Amadeo. GLIGORIJEVIC, Srdjan. A OTAN e os Balcãs: defender uma maior integração. *Parcerias: Antigas e Novas*, 2007. Disponível em < <http://www.nato.int/docu/review/2007/issue2/portuguese/art3.html>>.

WILKINS, Thomas. 'Alignment' not 'alliance' - the shifting paradigm of international security cooperation: toward a conceptual taxonomy of alignment. *Review of International Studies*, 38, 2012.

WINAND, Érica. SAINT-PIERRE, Hector. A fragilidade da condução política da defesa no Brasil. *História* vol.29 no.2 Franca Dec. 2010. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742010000200002&script=sci_arttext>.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Doutrinas de segurança nacional: banalizando a violência. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/pe/v5n2/v5n2a02.pdf> >.

ANEXOS

ANEXO A – Entrevista com o Vice-Almirante Ronaldo Fiúza de Castro na sede da Divisão de Míssil Antinavio da Marinha do Brasil, no, Edifício Tamandaré, no dia 2 de fevereiro de 2011. Arquivo Pessoal.

Fernanda Corrêa (FC) – Qual a sua formação, Almirante?

Almirante Fiúza (AF) - atualmente, sou o gerente do projeto de desenvolvimento do míssil anti-navio da Marinha do Brasil (MB).

FC – Desde quando a Marinha do Brasil investe na aquisição de mísseis?

AF - O projeto brasileiro de desenvolver mísseis remonta a década de 1970. Assim, resolveu-se na MB que deveria ser constituída uma equipe de engenheiros que fosse capaz de pôr em prática o projeto. Em 1980, eu, então engenheiro naval, fui selecionado e autorizado pela MB para cursar mestrado em engenharia aeronáutica no *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) nas áreas de controle, navegação e guiagem de mísseis. Além dele, outros oficiais também foram selecionados e autorizados a realizar este curso no MIT. O objetivo da MB era desenvolver um míssil capaz de estar ao produzir um míssil que estivesse ao alcance dos sensores brasileiros, ou seja, aproximadamente, 60 km.

FC – Mas, a Marinha do Brasil não importava mísseis da França?

AF - Desde a década de 1970, o Brasil importa do consórcio europeu MBDA o míssil classe Exocet MM38. O MBDA é um consórcio constituído pela Aérospatiale-Matra Mísseis, Finmeccanica e Matra BAe Dynamics em 2001. Neste mesmo ano, o consórcio comunicou à MB que não mais produziria o míssil MM38, mas uma nova versão, o MM40. Houve muitas negociações e busca de novas parcerias internacionais para o desenvolvimento de um míssil anti-navio, como Israel, mas além dos valores estarem muito além das possibilidades do orçamento naval brasileiro, não houve comprometimento das empresas estrangeiras em transferir tecnologia. Assim, o Brasil decidiu que não mais adquiriria mísseis no exterior, pondo em prática o antigo projeto de desenvolvimento do míssil anti-navio nacional.

FC – E como a MB se preparou para esta nova fase de desenvolvimento autônomo?

AF - Entre 2003 e 2005, a Marinha investiu em pesquisas para o desenvolvimento de plataformas para lançamento de mísseis. Em 2005, o Instituto de Pesquisas da Marinha (IPqM), sob supervisão da Diretoria de Sistemas de Armas da Marinha (DSAM), conseguiu adaptar um lançador de míssil MM38 para um lançado de MM40. A partir daí, a MB estava pronta para desenvolver outra etapa: o míssil.

FC – O míssil é igual ao modelo original? Houve algum suporte técnico do consórcio europeu neste processo?

AF - O míssil brasileiro terá aproximadamente 8 metros. Como não haveria apoio do MBDA na produção do míssil MM38, a MB aceitou descartar suas unidades deste tipo. Contudo, a MB comunicou ao consórcio que iria nacionalizar o motor-foguete do MM38 e que construiria as demais partes do míssil com ou sem o seu apoio técnico.

FC – Quantos profissionais trabalham na sua equipe?

AF - A quantidade de profissionais que na minha equipe nesse projeto se limitam a cinco pessoas, todos contratados pela Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON).

FC – E todo processo de desenvolvimento científico tem sido realizado de forma autônoma?

AF - Em 2008, o MBDA aceitou colaborar com a MB e o míssil Exocet vem sendo desenvolvido pela MB e por empresas brasileiras contratadas. Por meio de relatórios técnicos trocados entre a MB e o MBDA, tanto a força quanto as empresas brasileiras têm absorvido a tecnologia europeia na área de mísseis.

FC – E estes relatórios técnicos estão satisfazendo as necessidades do projeto nacional? Há, de fato, transferência de tecnologia?

AF - Estou bastante satisfeito com os relatórios técnicos enviados pelo MBDA. A transferência de tecnologia ocorre em um momento mágico, em que o conhecimento científico é adquirido durante o processo de desenvolvimento. Além disso, a empresa francesa só é remunerada mediante a plena satisfação com os relatórios técnicos enviados pela equipe de peritos do consórcio. É importante assinalar também que as perguntas técnicas somente são

realizadas tanto pelos engenheiros da MB quanto pelos das empresas envolvidas quando as possibilidades para o desenvolvimento *in locu* são esgotadas, o que significa que ambas dispõem de um quadro profissional qualificado e seletivo.

FC – Quais empresas brasileiras participam deste projeto?

AF - Dentre as empresas e laboratórios de pesquisa e desenvolvimento selecionados, encontram a Avibrás, a Mectron, a Ares, o CTMSP, o IPQM e a Ominys. A primeira foi contratada pela MB para desenvolver o motor-foguete do míssil, a Mectron foi contratada para desenvolver a cabeça telemétrica, ou seja, o sistema de controle e o guiamento de navegação, a Ares foi contratada para desenvolver o lançador, o CTMSP desenvolverá os sistemas inerciais, o IPQM produzirá a plataforma inercial e Ominys foi contratada para desenvolver o “seeker”, um radar modernizado.

FC – Mas, quais critérios foram utilizados para selecionar as empresas brasileiras?

AF - Embora algumas dessas empresas disponham também de capital internacional, como a Ominys, empresa que desenvolve o radar para o míssil, um dos critérios selecionados para selecioná-las é que seus engenheiros e cientistas sejam brasileiros.

FC – Qual a expectativa para este projeto a longo prazo?

A expectativa, a médio e longo prazos, é que este míssil anti-navio possa ser adaptado para ser lançado tanto de um avião quanto de um submarino.

FC – E o mercado internacional?

AF - Acredito que a END contribuirá para que a relação das Forças Armadas com as empresas seja fortalecida. Além disso, defendo tanto a produção de mísseis brasileiros que atendam as demandas do mercado nacional como as do mercado internacional.

FC – Qual o prazo para que este projeto esteja concluído?

AF - O prazo para que o míssil fique pronto é de oito anos. Como o contrato entre a MB e o MBDA foi fechado em 2008, a expectativa brasileira é que em 2016, o míssil esteja concluído.

FC – Acredita que possa haver interferências externas que prejudiquem o projeto?

AF - Acredito que os riscos de suspensão, paralisação ou atrasos no projeto de desenvolvimento do míssil nacional provenham muito mais das deficiências estruturais brasileiras do que por motivações estratégicas internacionais. Exemplo: a produção nacional de polibutadieno (PBH/ OH). A Petroflex era uma empresa subsidiária da Petrobrás e que produzia o polibutadieno, um dos componentes do propelente sólido. Em 1992, por sofrer concorrência com as empresas estrangeiras, sobretudo, dos Tigres Asiáticos, o Governo brasileiro decidiu privatizá-la. O grupo que assumiu a ex-estatal optou por não mais produzir polibutadieno e as instituições e empresas que dependiam da produção desta empresa ou pagaram o oneroso valor pedido pelas empresas estrangeiras ou submetiam seus projetos à estagnação, como foi o caso do Programa Espacial Brasileiro. Atualmente, a fim de sanar essa carência, a Petrobrás fechou contrato com o BNDES para financiar o desenvolvimento do moto-foguete para aquele Programa.

ANEXO B – Entrevista concedida pelo Comandante Arlei, da antiga Diretoria Geral de Material da Marinha (DGMM), por meio de contato com a Força de Submarinos (Forsub) e por e-mail no dia 15 de junho de 2011. Arquivo Pessoal.

Fernanda Corrêa (FC) - A Marinha do Brasil afirma que busca na França a capacidade para projetar submarinos. Não estava previsto no contrato com a Alemanha a transferência de tecnologia de projeto?

Diretoria Geral de Material da Marinha (DGMM) - Para responder a esta pergunta é necessário ter em mente que o seu conteúdo envolve um grande lapso de tempo. No final de 2008, os presidentes do Brasil e da França celebraram um amplo acordo, denominado Parceria Estratégica, que abrange diversas áreas, e na de defesa, a cooperação na concepção e projeto de submarinos. O contrato com os alemães (Consórcio HDW – FERROSTAL) foi celebrado há cerca de trinta anos atrás, no final da década de 70, e não previa a transferência de tecnologia de projeto. Aquele contrato considerava apenas a tecnologia de construção (montagem) de submarinos, ainda assim de forma limitada, tendo em vista que a parte da proa dos submarinos, onde são montados os tubos de torpedos, era fabricada na Alemanha. Por meio desse contrato viabilizou-se um programa de construção de submarinos no Brasil, com resultados na redução da dependência externa e na capacidade de dissuasão da Força Naval, além de reflexos diretos na indústria nacional. Naquela época, foi escolhido o modelo desenvolvido pela firma alemã Ingenieur Kontor Lubeck (IKL), cujo estaleiro detentor da tecnologia de construção era o Howaldtswerke Deutsche Werft GmbH (HDW). Um primeiro submarino, o Tupi, foi construído nesse estaleiro, de 1984 a 1989, com a participação intensiva de engenheiros e técnicos da MB, seguindo-se os submarinos Tamoio, Timbira, Tapajó e Tikuna, todos construídos pelo pessoal da Marinha, no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ), entre os anos 1982 a 2005, com forte participação da Nuclebrás Equipamentos Pesados SA (NUCLEP), além da assistência técnica da HDW.

Com a construção de submarinos convencionais no país, a Marinha estava se preparando para a sua grande meta, a construção de um submarino de propulsão nuclear, tendo em vista que desde muito compreendera a importância desse meio para a Estratégia Naval brasileira. Assim, desde 1979, instituíra também, no Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo, o programa nuclear (Programa Nuclear da Marinha – PNM), com duas metas básicas: a primeira, relativa ao domínio do ciclo de combustível nuclear, que logrou êxito no final da década de 1980; e, a segunda, a construção de um protótipo de reator nuclear, capaz de gerar

energia suficiente ao funcionamento de uma planta de propulsão de submarino nuclear. A despeito de dificuldades de toda ordem, relacionadas ao “apartheid tecnológico” e às limitações orçamentárias, o protótipo encontra-se virtualmente concluído, tendo em vista que, por decisão do Presidente Lula, a partir de 2007, o PNM passou a receber os recursos orçamentários necessários. Para um projeto que passou anos sobrevivendo de forma vegetativa, para que não fossem perdidos os ganhos obtidos a duras penas, essa nova postura do governo federal constituiu um fato novo, que encorajou a Marinha a retomar a meta do submarino de propulsão nuclear. Dispondo do reator, faltava a capacidade de projetar o casco para recebê-lo.

Os alemães dominam apenas a tecnologia de submarinos convencionais, cujo deslocamento é inferior ao de um submarino nuclear, que exige cascos maiores. Para chegar ao submarino de propulsão nuclear, o caminho seguido pelas nações que hoje fabricam esse tipo de submarino foi o de desenvolver projetos de sucessivos protótipos convencionais, até chegar-se a um casco adequado ao recebimento da planta nuclear. No caso do Brasil, que não dispõe de tempo nem de recursos para percorrer o mesmo caminho, a solução foi saltar etapas, procurando um país que tivesse experiência com esse processo evolutivo e estivesse disposto a transferir a tecnologia. Sem a assistência técnica de um país plenamente qualificado, correríamos riscos inaceitáveis. É importante realçar que, tendo em vista o processo evolutivo igualmente necessário ao Brasil, a parceria teria que ser buscada com países que construíssem simultaneamente submarinos convencionais e nucleares, resultando em que pouquíssimos países no mundo poderiam celebrar essa parceria, entre eles a França.

No âmbito dos acordos com a França, a capacitação em projeto de submarinos foi idealizada como um processo gradativo, por meio do qual, mediante uma seqüência integrada de distintas fases de transferência de tecnologia, de forma conjugada com o aprendizado prático junto ao detentor da tecnologia, de modo a que fosse preenchida a lacuna existente entre o atual estágio tecnológico da MB e aquele que precisa ser alcançado para permitir a concepção e a construção do submarino nuclear nacional. Para tanto foi concebido o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), abrangendo etapas sucessivas e interdependentes, cujo objetivo é capacitar a MB no projeto e construção de submarinos convencionais e nucleares, quais sejam:

- construção em série de quatro submarinos convencionais (SBR) no Brasil, com aquisição de tecnologia de projeto e de construção de submarinos;
- projeto e construção de um estaleiro dedicado à construção de submarinos nucleares e convencionais;

- projeto e construção de uma base de apoio de submarinos; e
- projeto e construção de um submarino de propulsão nuclear, exceto o reator.

A França aceitou transferir a tecnologia e se comprometeu com isto não só nos contratos comerciais, mas em acordos de governo. Em 2008, foram celebrados os seguintes acordos relativos à parceria com a França, que estão amparando a execução do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB):

- um amplo acordo denominado Parceria Estratégica, que abrange diversas áreas, e na de defesa, a concepção de submarinos, assinado pelos respectivos presidentes;
- um acordo específico para a área de submarinos, assinado pelos respectivos Ministros da Defesa;
- um ajuste técnico, balizador das atividades de transferência de tecnologia relativas à concepção, construção e comissionamento de submarinos, firmado pelo Comandante da Marinha e pelo Chefe-do-Estado-Maior da Marinha Nacional da França; e,
- na área comercial, um contrato “guarda-chuva”, denominado Contrato Principal do PROSUB.

FC - Os termos do Acordo com o Consórcio alemão foram cumpridos?

DGMM - Sim. Dentro do escopo pretendido e contratado pelas partes, tudo foi cumprido, como bem demonstra o sucesso do programa, que proporcionou ao Brasil ser a primeira nação do hemisfério sul a ter a capacidade de construir submarinos: a MB construiu no AMRJ quatro submarinos do tipo IKL (denominados Tamoio, Timbira, Tapajó e Tikuna).

FC - Qual a diferença básica de projeto, de construção, de operação e de manutenção entre os nossos IKL e os scorpène?

DGMM - A diferença básica a considerar decorre da época em que foram desenvolvidos os respectivos projetos, sendo que o dos IKL é do início dos anos 1970 e o do Scorpène do final dos 1990, o que influencia fortemente os métodos e processos de projeto, construção e manutenção dos submarinos, enfim a tecnologia aplicada a esses meios evoluiu consideravelmente nesse lapso de tempo. O nível de automação é muito maior, seja no projeto, na construção ou na operação. Além disso, na última década o emprego de itens do tipo Commercial off the shelf – COTS tornou-se muito comum nos projetos militares. Em

suma, os processos empregados para a construção progrediram consideravelmente, o quê, de resto, não aconteceu apenas com os submarinos, considerando-se o espaço de tempo decorrido.

FC - Quais empresas brasileiras participaram da construção dos submarinos IKL?

DGMM - Esboço: AMRJ. NUCLEP. Saturnia. Siemens. MTU. E outras. Atualmente, existem inúmeras empresas que participam da manutenção dos submarinos.

FC - Houve offsets neste acordo com os alemães?

DGMM - Não. Na época da negociação do acordo, início dos anos 1980, a prática de obter-se compensações comerciais nas contratações da Administração Pública, embora já fosse conhecida, ainda era incipiente e desprovida de princípios norteadores. Mas o acordo previu outra forma de transferência de tecnologia, como é o caso da de construção de submarinos, perfeitamente absorvida pelos nossos engenheiros e técnicos.

FC - Quais os pontos positivos e negativos deste Acordo para o Brasil?

DGMM - A nossa Força de Submarinos está entre as mais antigas do mundo, posto que a Marinha do Brasil conta com submarinos em seu inventário, desde 1914. Ao longo dos primeiros setenta e cinco anos, nossos submarinos eram construídos em outros países: primeiramente, na Itália; depois, a partir dos anos 1950, passamos a operar submarinos americanos; quando os americanos deixaram de fabricar submarinos convencionais, a Marinha adquiriu submarinos na Grã-Bretanha, que foram utilizados até praticamente o final do século XX. Assim, há quase um século, a Marinha opera submarinos. A partir dos anos 1980, o Acordo com a Alemanha permitiu que o Brasil fosse elevado a uma outra posição, posto que além de operar esses meios, passou a fazer parte do reduzido número de fabricantes existentes no mundo. Com a construção no Brasil, foi criada a infraestrutura necessária e, mais que isto, nossos engenheiros puderam desenvolver a cultura tecnológica correspondente, a ponto de, como já foi citado, entre 1999 e 2002, foi realizado um reparo de grande monta no Submarino Santa Cruz, da Armada da República Argentina. Assim, dentro do escopo delimitado para o Acordo, não se vislumbra pontos negativos.

FC - De quanto em quanto tempo nossos IKL são reparados? É no próprio Arsenal de Marinha? Ainda está previsto contratualmente assistência técnica alemã? Senão estiver, a Marinha solicita auxílio de empresas alemãs em reparo/ manutenção?

DGMM - Para garantir a disponibilidade e a confiabilidade de operação, os IKL da MB são submetidos rotineiramente às atividades próprias de sua manutenção, que pode ser realizada na Base Almirante Castro e Silva (BACS) ou no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ), dependendo do tipo e da complexidade da manutenção. A construção desses submarinos no país gerou a necessidade de o AMRJ se aparelhar e se adaptar, inclusive com a edificação de instalações especiais para a construção e manutenção. Tecnicamente, a Marinha é auto-suficiente na manutenção desses submarinos, recorrendo à assistência técnica dos fabricantes dos diversos sistemas, apenas em casos específicos. No passado, em período de quase três anos, a Marinha utilizou suas instalações e mão-de-obra especializada para realizar a manutenção de grande porte no submarino IKL “Santa Cruz”, para a Armada da República Argentina.

FC - O parque industrial brasileiro supre as necessidades de manutenção dos nossos submarinos modelo IKL?

DGMM - Em que pese haver dificuldade na nacionalização de itens sobressalentes, em parte devido à pequena demanda, que torna pouco atraente ao mercado abrir linhas de produção dedicadas, o parque industrial brasileiro tem atuado, sob o gerenciamento dos nossos centros de reparo, na manutenção de vários sistemas de bordo, como é o caso, para citar exemplos, das baterias de propulsão, ar-condicionado, motores de combustão principal, compressores de ar, principalmente equipamentos que possuem similaridade com os empregados no meio civil.

FC - A Marinha do Brasil está satisfeita com os submarinos IKL?

DGMM - Embora esses submarinos, por serem modelos comerciais, não tenham sido projetados e construídos especificamente para as necessidades estratégicas brasileiras, representaram um grande salto tecnológico para a Marinha, considerando-se características tais como a velocidade, taxa de indiscrição e automação dos sistemas, uma verdadeira evolução em relação aos submarinos operados anteriormente, da classe Humaitá (S Humaitá, S Tonelero e S Riachuelo), de origem britânica, de projeto da década de 1950 . Todavia,

nossos IKL já estão alcançando suas meias-vidas, razão pela qual atualmente estão sofrendo um processo de modernização. O primeiro deles, o Tupi, em pouco tempo estará ultrapassando o tempo de 30 anos de incorporação e, subseqüentemente, os outros também irão alcançar a época em que normalmente são cogitados para a retirada do serviço. Assim, além de submeter os Tupi a um processo de modernização, a fim de prolongar a sua vida útil, a Marinha incluiu a obtenção de novos submarinos no seus planos de reaparelhamento.

FC - Os nossos submarinos IKL serão modernizados com tecnologia inteiramente nacional ou também com tecnologia do pacote francês?

DGMM - Os submarinos IKL existentes estão sofrendo um processo de modernização com emprego de tecnologia nacional e americana, basicamente. Não há sistemas ou equipamentos que estejam sendo substituídos por similares franceses.

FG - Quais razões técnicas provocaram a transferência da base de submarinos de Mocanguê para Itaguaí?

DGMM - A resposta é muito simples. Submarinos com propulsão nuclear só podem ser construídos e mantidos em estaleiros a eles dedicados e que atendam rigorosamente a requisitos ambientais e tecnológicos bastante específicos e que hoje não podem ser atendidos por nenhum estaleiro nacional. Da mesma forma, a base naval de apoio ao submarino, tem que ser dotada de uma série de especificidades, decorrentes da tecnologia empregada no meio. A Base Almirante Castro e Silva (BACS), localizada no interior da Baía de Guanabara, junto à ponte Rio-Niteroi, não tem profundidade junto ao cais para permitir a atracação de um submarino de propulsão nuclear, além de não atender aos requisitos ambientais e nucleares exigidos pelo IBAMA e CNEN, respectivamente. Apenas para citar um exemplo, o estaleiro tem que ser dotado de uma instalação própria, conhecida com “**ilha nuclear**”, dotada de equipamentos e sistemas capazes de movimentar e armazenar o combustível nuclear, com toda a segurança que caracteriza o manuseio desse tipo de substancia. Essa instalação tem que ser licenciada pela CNEN.

FC - O que acontecerá com a área naval sem o complexo submarino? Já existem planos para utilização do espaço?

DGMM - XXX

ANEXO C – Entrevista concedida pelo Contra-Almirante Luís Antônio Rodrigues **Hecht**, da Coordenadoria-Geral do Programa de Desenvolvimento do Submarino com Propulsão Nuclear (COGESN), enviada por e-mail no dia 20 de março de 2011. Arquivo Pessoal.

Fernanda Corrêa (FC) - Como funciona a COGESN?

Coordenadoria-Geral do Programa de Desenvolvimento do Submarino com Propulsão Nuclear (COGESN) - A Coordenadoria-Geral do Programa de Desenvolvimento de Submarino com Propulsão Nuclear (COGESN) foi criada em 26 de setembro de 2008, dentro da estrutura organizacional da Diretoria-Geral do Material da Marinha (DGMM), com a finalidade de gerenciar as seguintes atividades:

- a) o projeto e a construção do estaleiro e da base dedicados aos submarinos;
- b) o projeto e a construção do Submarino de Propulsão Nuclear (SN-BR); e
- c) o projeto de detalhamento e a construção de quatro Submarinos Convencionais (S-BR).

FC - A França, historicamente, se negou a transferir tecnologia estratégica para o Brasil. O que o Senhor acredita que a fez mudar de concepção acerca do Brasil, aceitando transferir a tecnologia do casco do submarino com propulsão nuclear?

COGESN - O Brasil de hoje é um País que desponta no cenário internacional, com uma economia estabilizada e em franca expansão, inserida entre as oito maiores economias do planeta, possuidor da quinta maior área territorial do mundo e o quinto maior contingente populacional e detentor de vastos recursos naturais e minerais, com forte liderança regional, o que lhe respalda sua postura de crescente influência internacional. Além disso, se insere no chamado grupo de países dos “BRICs”, sigla cunhada pelo grupo financeiro Goldman Sachs em 2001 que se refere a Brasil, Rússia, Índia e China, que se destacam no cenário mundial pelo rápido crescimento das suas economias em desenvolvimento. Nessa perspectiva, segundo Goldman Sachs, uma vez que estão em rápido desenvolvimento, em 2050 o conjunto das economias dos “BRICs” pode eclipsar o conjunto das economias dos países mais ricos do mundo atual. Dessa forma, o crescente poder econômico do grupo irá se converter, segundo Goldman Sachs, em uma maior influência geopolítica. Nesse contexto, creio que o panorama destacado favorece não somente investimentos no Brasil, como atrai parcerias em diversos setores de atividades, incluindo o militar. Assim, é possível que esse cenário, conjugado com

uma postura de Defesa por parte do Brasil fortemente focada, de absoluta coerência, transparência e objetividade, consubstanciada na Estratégia Nacional de Defesa; e com o interesse por parte da França em ampliar sua participação no Brasil no setor de armamento; facilitado pela estreita aproximação de ambos os Presidentes à época, logrou reunir os elementos necessários que resultaram no Acordo de Parceria Estratégica entre ambos os Países, que deu amparo à transferência de tecnologia na área de desenvolvimento de submarinos, excluída a área nuclear.

FC - Os estudos históricos sobre transferência de tecnologia estratégica apontam que as empresas que dominam o conhecimento dificultam o seu real acesso. A Marinha e as empresas que participam do processo têm sentido essas dificuldades?

COGESN - Não, até o momento.

FC - Já conversei com diversas autoridades e especialistas sobre o conceito de transferência de tecnologia. Cada uma dessas pessoas dá sua experiência sobre este processo. Como o Sr define Transferência de Tecnologia?

COGESN - No âmbito do PROSUB, a transferência de tecnologia é definida como o conjunto de conhecimentos, informações, técnicas e expertise que constituem o “know how” necessário ao cumprimento do Objeto Precípua do Contrato, qual seja a obtenção, pela Marinha do Brasil (MB), do primeiro Submarino de Propulsão Nuclear Brasileiro – SN-BR.

FC - Os engenheiros, técnicos e cientistas das empresas brasileiras que participam da transferência na França têm atendido as expectativas da Marinha quanto à absorção do conhecimento estratégico?

COGESN - Sim, não tem havido dificuldade para a absorção das tecnologias previstas em contratos, até o momento.

FC - Como a Marinha ou o Ministério da Defesa seleciona as empresas que almejam participar do Programa de Submarinos? Como é o processo de seleção?

COGESN - O contrato prevê um Programa de Nacionalização no qual a empresa DCNS se obriga a identificar no parque industrial brasileiro as empresas capacitadas e interessadas em participar do referido programa. A relação dos equipamentos e sistemas a serem nacionalizados, bem como o escopo de cada processo de nacionalização, estão discriminados em contrato, sendo denominados “Projetos Candidatos”. A escolha das empresas participantes será feita pela DCNS, com a aprovação da MB. Serão considerados aspectos importantes como a capacidade industrial existente no Brasil, a ausência de impacto na segurança e confiabilidade dos submarinos e a ausência de impacto no cronograma de construção dos submarinos, dentre outros. A DCNS e a Marinha definirão conjuntamente as prioridades estabelecidas sobre os itens e sistemas a serem nacionalizados. A prioridade será proposta pela MB, com base em informações preliminares que devem ser providenciadas pela DCNS para os projetos de nacionalização identificados.

FC - Alguns analistas afirmam que, na década de 1980, a Marinha do Brasil fechou contratos com a HDW para a aquisição dos submarinos modelo IKL por a Alemanha se comprometer a fornecer elementos estratégicos, sobretudo, de ligas metálicas, como o molibdênio. Há algum comprometimento da França nesse sentido?

COGESN - O contrato entre a MB e a HDW não considerava o fornecimento de ligas metálicas, a exemplo da liga de molibdênio, como elementos estratégicos. Este tinha como objeto a aquisição de pacotes de materiais e documentação técnica, bem como a capacitação de técnicos e engenheiros para a construção de submarinos convencionais no Brasil. O acordo entre Brasil e França, por sua vez, visa capacitar o Brasil a projetar os seus próprios submarinos, com foco no submarino de propulsão nuclear, por motivos estratégicos, haja vista a magnitude da missão constitucional da Marinha, de defesa da soberania, da integridade territorial e dos interesses marítimos do Brasil, no contexto de nossa vasta área marítima de jurisdição. Embora o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ) tenha logrado êxito na construção de submarinos, falta à MB a capacidade de projetar esses meios. O acordo com a França, um país que dispõe de larga experiência de projeto e construção de submarinos nucleares e detém tecnologia avançada nessa área, visa abreviar as etapas da parte não nuclear desse tipo de submarino, com a transferência de tecnologias de projeto e construção. Dentre os países consultados, a França foi o único que se dispôs a transferir, contratualmente, a tecnologia de projeto de submarinos, inclusive cooperando no projeto do submarino de propulsão nuclear brasileiro, excluídos o projeto e a construção do próprio reator e seus

controles, que caberão exclusivamente à MB. No que tange à nacionalização, os franceses também se dispõem a transferir a indústrias nacionais a capacidade de fabricação de equipamentos importantes, que possuem requisitos de desempenho bastante rigorosos, exigidos para a operação em condições extremamente severas, como é o caso de submarinos.

FC - O projeto do submarino nuclear brasileiro, atualmente, integra o Programa Nuclear Brasileiro. Para construí-lo, existem verbas de outros ministérios?

COGESN - A Marinha do Brasil tem dois programas na área nuclear: o Programam Nuclear da Marinha (PNM), com ligação com o Programa Nuclear Brasileiro e o Programa de Desenvolvimento do Submarino com Propulsão Nuclear (PRODESN).

O PNM engloba dois grandes projetos. Um deles refere-se ao domínio do ciclo do combustível nuclear, que inclui o desenvolvimento de uma usina de hexafluoreto de urânio e o desenvolvimento e fabricação de centrífugas para enriquecimento de urânio; e o outro refere-se ao desenvolvimento de uma planta de geração de energia núcleo-elétrica (LABGENE), onde se insere o sistema primário, com o reator nuclear, e o sistema secundário, com os grupos turbo-geradores.

O PRODESN engloba também dois subprogramas. Um deles é o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), que inclui a construção de uma infraestrutura industrial-militar constituída de um Estaleiro e uma Base Naval em Itaguaí, a construção de quatro submarinos convencionais (S-BR) e o desenvolvimento de um projeto e a construção de um submarino com propulsão nuclear (SN-BR); e o outro compreende o desenvolvimento da planta de propulsão do submarino com propulsão nuclear, planta esta derivada do LABGENE, cujo desenvolvimento faz parte do PNM.

A maior parte dos recursos do PNM provém do orçamento da Marinha e todos os recursos financeiros do PRODESN provém apenas do orçamento da Marinha.

FC - Quanto à questão dos *offsets*, a Marinha os negociou com a DCNS e possíveis outras empresas francesas fornecedoras? Após as empresas brasileiras participantes dominarem o conhecimento científico e tecnológico, poderão desenvolver produtos de origem francesa, de uso dual, para outras empresas e para a própria sociedade?

COGESN - As compensações comerciais e tecnológicas – os *offsets* – de interesse foram negociadas diretamente entre a MB e a empresa francesa DCNS. As empresas brasileiras que

absorverem conhecimento científico e tecnológico em prol do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) poderão desenvolver produtos em decorrência dessa absorção de tecnologia, trazendo sem dúvida benefícios para a nossa sociedade.

FC - Mediante um ataque nuclear, a base e o estaleiro se tornam vulneráveis? Não há este tipo de preocupação a longo prazo?

COGESN - No projeto do Estaleiro e Base Naval estão sendo considerados todos os requisitos técnicos necessários a garantir que os níveis de segurança e integridade, sejam aqueles adequados a um empreendimento desta magnitude, que serão aprovados pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

FC - Qual a abrangência do PROSUB? O PNM faz parte do PROSUB?

COGESN - A abrangência do PROSUB está explicada na resposta da pergunta nº 8, acima. O PROSUB abrange o gerenciamento dos contratos comerciais, cujo objeto precípuo é a obtenção do submarino com propulsão nuclear brasileiro, que incluem: a construção, fabricação e entrega à Marinha, pelas empresas Itaguaí Construções Navais (ICN) e DCNS, de quatro Submarinos Diesel Elétricos (S-BR); a construção, fabricação e entrega à Marinha, pela ICN e DCNS, de um Submarino de Propulsão Nuclear (SN-BR); a venda à Marinha, pela DCNS, de Torpedos e Contramedidas Anti-Torpedo; a construção para a Marinha, pela Odebrecht, de um Estaleiro Naval para a Construção dos Submarinos e a Base Naval; e a transferência para a Marinha, pela DCNS, de toda a tecnologia, “know how”, informações técnicas e expertise, para a plena capacitação da Marinha visando ao alcance do objeto precípuo citado, observado que tais transferências serão realizadas pela DCNS, sociedade indicada pelo Governo Francês para o desempenho das atividades previstas no Acordo entre ambos os Governos na Área de Submarinos e no Ajuste Técnico entre os Ministérios da Defesa do Brasil e da França relativo à Concepção, Construção e Comissionamento Técnico de Submarinos. Sobre o Programa Nuclear da Marinha (PNM), o mesmo não faz parte do PROSUB.

ANEXO D – Memorando Nº 5/2010 do Comando da Marinha sobre Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) e sua Governança, de oito de junho de 2010. Marinha do Brasil. Arquivo Pessoal.



MINISTÉRIO DA DEFESA

MARINHA DO BRASIL

DJ/AA/41
010
62163.000704/2010-57
F-01648/2008
DT-2010/05-18475

Nº 5

BRASÍLIA, DF.
Em 8 de junho de 2010.

MEMORANDO

Do: Comandante da Marinha
Aos: Exmo. Sr. Chefe do Estado-Maior da Armada
Exmo. Sr. Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais
Exmo. Sr. Comandante de Operações Navais
Exmo. Sr. Diretor-Geral do Material da Marinha
Exmo. Sr. Secretário-Geral da Marinha
Exmo. Sr. Diretor-Geral do Pessoal da Marinha

Assunto: Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) e sua Governança

Anexos: A) um Organograma Básico; e
B) um Organograma Estrutural.

1. Como é do conhecimento de V. Exa., em 23 DEZ2008, foram assinados, pelos Presidentes do Brasil e da França, documentos de alto nível, estabelecendo uma parceria estratégica entre os dois países. No contexto dessa parceria, está incluída a construção de submarinos, ensejando que, na mesma data, fossem firmados um Acordo de Cooperação, pelos respectivos Ministros da Defesa e um Arranjo Técnico, pelos respectivos Comandantes das Marinhas, detalhando os termos do acordo e dando outras providências. Também, foi assinado um contrato comercial entre a MB, representada pelo Diretor-Geral do Material da Marinha de um lado e, do outro, o Consórcio Baía de Sepetiba (CBS), integrado pela *Direction des Constructions Navales e Services* (DCNS) e pela Construtora Norberto Odebrecht S.A. (ODEBRECHT), a DCNS e a ODEBRECHT, com vistas ao fornecimento de materiais, prestação de serviços e transferência de tecnologia para a construção de submarinos convencionais e nucleares, bem como a construção de uma nova base naval e de um novo estaleiro adequado para a construção de submarinos nucleares.

Finalmente, em 03SET2009, foram assinados pelo Diretor-Geral do Material da Marinha, todos os Documentos Contratuais referentes ao PROSUB, tendo como partes as empresas supracitadas e a Itaguaí Construções Navais S.A (ICN), uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) integrada pela DCNS, pela ODEBRECHT e pela EMGEPRON, que representa a MB e detém uma Ação Preferencial Especial (*Golden Share*).

MARINHA DO BRASIL

(Continuação do Memo nº 5 /2010, do CM)

Dessa forma, a Marinha receberá, até 2015, um estaleiro e uma base naval dedicados à construção e ao apoio de submarinos; incorporará à Armada o primeiro dos quatro submarinos convencionais, até 2017, e o submarino com propulsão nuclear, até 2021.

2. Em decorrência dos documentos assinados e dos foros neles estabelecidos, o relacionamento do Brasil com a França, no contexto do Acordo de Cooperação firmado entre os respectivos Ministérios da Defesa, deverá se processar nos seguintes níveis:

a) no **nível político**, entre o Comandante da Marinha (CM) e o Chefe do Estado-Maior da *Marine Nationale Française* (MNF);

b) no **nível diplomático**, entre a Diretoria-Geral do Material da Marinha (DGMM) e a *Délégation Générale pour l'Armement* (DGA).

Esse relacionamento será desenvolvido no âmbito do Comitê de Cooperação Conjunto França-Brasil, que é co-presidido pelo Diretor de Desenvolvimento Internacional da DGA, por parte da França, e pelo Diretor-Geral do Material da Marinha, por parte do Brasil. O Comitê conta com a participação de outros Ministérios (Relações Exteriores, Defesa e Fazenda) de ambos os países, conforme estabelecido no Artigo V do Acordo de Cooperação e detalhado no Artigo 5.3 do Arranjo Técnico. O Comitê dispõe, pelo lado francês, de um Secretário e, do lado brasileiro, de um Secretariado, coordenado por um Secretário, representante da DGMM, assistido por dois Secretários-Adjuntos, um da Coordenadoria-Geral do Programa de Desenvolvimento de Submarino com Propulsão Nuclear (COGESN) e outro do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP).

Caberá ao DGMM a emissão da Portaria de designação do referido Secretariado, até 30JUN2010;

c) no **nível comercial**, entre a COGESN, pelo lado brasileiro, e a DCNS associada à ODEBRECHT (CBS e ICN), pelo lado francês.

Para bem cumprir essa tarefa, a COGESN, com subordinação direta a DGMM, será a responsável pela execução do PROSUB, que compreende um Contrato de Financiamento Externo e o conjunto de contratos comerciais celebrados com a DCNS, ODEBRECHT, CBS e ICN, com os seguintes objetos:

(I) fornecimento de um pacote de materiais e serviços para a construção de quatro submarinos S-BR (convencionais);

(II) fornecimento de materiais e serviços para o desenvolvimento do projeto e a construção do SN-BR (nuclear);

(III) fornecimento de torpedos e despistadores;

(IV) projeto e construção de um estaleiro e de uma base naval;

(V) administração de contratos;

(VI) transferência de tecnologia para o projeto e a construção dos S-BR, para o desenvolvimento do projeto do SN-BR e do projeto do estaleiro e da base naval; e

(VII) OFFSET.

d) no **nível de cooperação entre Marinhas**, pelos Setores Operativo e de Pessoal da MB e seus correspondentes da MNF.

3. Considerando a necessidade de assegurar o sucesso do PROSUB e a correta execução do Contrato Comercial e dos Documentos Contratuais correspondentes, bem como a adequada gestão dos recursos alocados ao PROSUB, enfatizo que o Diretor-Geral do Material da Marinha é o responsável pelo Programa, tendo a COGESN como sua subordinada direta e principal condutora do processo. Para tal, a COGESN deverá ser estruturada de modo a dispor de um Coordenador-Geral, de um Coordenador-Executivo, ao qual fiquem subordinados os Gerentes dos Empreendimentos Modulares 18 (base e estaleiro), 19 (SN-BR) e 20 (S-BR), já organizados, e uma Gerência Administrativo-Financeira, a ser organizada de modo a conduzir toda a execução financeira relativa ao Programa, ouvida a SGM.

DGMM - responsável pelo PROSUB
 COGESN - responsável pela execução do PROSUB / PRINCIPAL CONDUTORA DO PROCESSO.

MARINHA DO BRASIL

(Continuação do Memo nº 5 /2010, do CM)

A organização básica da COGESN, constante do anexo A, deverá ser complementada, conforme necessário, por meio do Regimento Interno da DGMM.

A COGESN terá, ainda, sob sua subordinação o Escritório Técnico do Programa de Desenvolvimento de Submarinos na França, quando ativado.

4. Considerando ainda:

a) a observância das gestões administrativas e financeiras, no tocante ao pleno alcance de todos os resultados do Programa, em especial o seu objeto precípua, que é o SN-BR;

b) a constituição de uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), a Itaguaí Construções Navais S.A. (ICN), tendo como acionistas a DCNS, a ODEBRECHT e a EMGEPON, à qual cabe, em nome da MB, exercer o direito correspondente à Ação Preferencial Especial (*Golden Share*), que cria uma forma de acompanhamento do cumprimento do propósito estratégico da SPE, constituindo-se em mecanismo de governança do PROSUB;

c) a necessidade de designação de Fiscais de Contratos, subordinados aos Gerentes dos Empreendimentos Modulares correspondentes, sendo um Fiscal exclusivo para cada contrato, para garantir a sua fiscalização efetiva em todos os níveis gerenciais;

d) a utilização das práticas de boa governança, que deverão contribuir para que os processos produzam os resultados esperados, de acordo com os objetivos estratégicos da Força, além de otimizarem o uso dos recursos disponíveis;

e) a necessidade de dar ampla transparência ao Programa; e

f) a previsão, no Contrato Comercial e Documentos Contratuais, de mecanismos de governança, deverá ser implementada a estrutura de governança do PROSUB com os seguintes órgãos de fiscalização, conforme previsto no Contrato Comercial e nos Documentos Contratuais (organograma estrutural constante do Anexo B):

I) Comitê de Acompanhamento do PROSUB

Constituído pelos Diretor-Geral do Material da Marinha (Coordenador do Comitê), Secretário-Geral da Marinha (ou seu representante), Coordenador-Geral do Programa de Desenvolvimento de Submarino com Propulsão Nuclear, e por representantes da DCNS e da ODEBRECHT.

O Comitê de Acompanhamento do PROSUB tem caráter consultivo, constituindo-se em Órgão de Assessoramento do Almirantado, devendo reunir-se sempre que necessário, a fim de possibilitar discussões sobre a execução do Contrato Comercial e dos Documentos Contratuais. As decisões desse Comitê deverão ser registradas em atas e assumirão caráter vinculante entre a MB e os contratados, sem poderem, entretanto, alterar ou violar as disposições contratuais.

Caberá ao EMA a emissão da Portaria de designação desse Comitê, até 30JUN2010.

II) Comitê de Controle e Fiscalização do PROSUB

Constituído, no mínimo, pelos Coordenador-Executivo da COGESN, Gerentes dos Empreendimentos Modulares 18 (base e estaleiro), 19 (SN-BR) e 20 (S-BR) e Gerente Administrativo-Financeiro da COGESN e o Coordenador do Orçamento da Marinha. Será subordinado diretamente ao COGESN.

O Comitê de Controle e Fiscalização do PROSUB será responsável pela fiscalização e acompanhamento global do Contrato Comercial e dos Documentos Contratuais, coordenando e instruindo os Gerentes dos Empreendimentos Modulares afetos ao PROSUB, de forma a acompanhar o cumprimento das obrigações dos contratados de maneira coordenada e global. Cabe-lhe, ainda, a interlocução referente à condução dos contratos, em nome da MB, com os representantes do Consórcio, em reuniões formais, quer de forma rotineira quer por convocações tomadas necessárias.

MARINHA DO BRASIL

(Continuação do Memo nº 5 /2010, do CM)

Caberá ao DGMM a emissão da Portaria de designação desse Comitê, até 30JUN2010.

III) Comitê Especial da SPE

Constituído por representantes da EMGEPRON, COGESN e Coordenadoria Especial de Submarinos da DGMM, tendo como finalidade: a coordenação e acompanhamento dos propósitos da SPE; a fiscalização da utilização do estaleiro pela SPE; a correta execução do Contrato para a fabricação, construção e entrega dos navios e do Contrato Preliminar para a fabricação, construção e entrega de um submarino de propulsão nuclear; e a fiscalização do Contrato de Prestação de Serviços, a ser celebrado entre a EMGEPRON e a SPE, para regular a utilização do Corpo Técnico pela SPE. Será subordinado diretamente ao Diretor-Geral do Material da Marinha.

Caberá ao DGMM a emissão da Portaria de designação desse Comitê, até 30JUN2010.

IV) Órgão Gestor do Corpo Técnico

Constituído, no mínimo, por: representantes da COGESN, AMRJ e EMGEPRON. Tem como atribuição verificar e aferir o desempenho e desenvolvimento profissional do Corpo Técnico, analisando, aprovando ou vetando demandas ou substituições de pessoal, acompanhando as relações entre a SPE e a MB e fiscalizando a correta transferência de tecnologia e *Know How* ao Corpo Técnico da Marinha. Será subordinado ao Comitê Especial da SPE.

Caberá ao DGMM a emissão da Portaria de designação desse Órgão Gestor, até 30JUN2010.

V) Fiscais dos Contratos

Os Fiscais dos Contratos serão designados no âmbito do Setor do Material, sendo um para cada contrato, conforme estipulado no art. 67 da Lei 8.666/1993, para acompanhamento e fiscalização dos contratos, bem como para a verificação dos fornecimentos, serviços e obras, objetos do Contrato Comercial e dos Documentos Contratuais.

Os Fiscais dos Contratos ficarão diretamente subordinados ao Gerente do Empreendimento Modular a que pertencerem seus respectivos contratos.

Caberá ao DGMM a emissão da Portaria de designação desses Fiscais, até 30JUN2010.

VI) Representante para exercer os direitos relativos à Ação Preferencial detida pela Marinha/EMGEPRON (*Golden Share*)

O representante legal para o exercício do direito de veto e de voto sobre as matérias descritas no art. 7º do Estatuto Social da Itaguaí Construções Navais S.A. será designado pela EMGEPRON, que também deverá subscrever a Ação Preferencial Especial (*Golden Share*), por meio de assinatura de lista de subscrição.

A decisão sobre o teor de veto e de voto das mencionadas matérias será decorrente de orientação emanada do Comitê Especial da SPE.

VII) Controladoria dos Contratos

A Controladoria dos Contratos ficará subordinada diretamente ao Comitê de Controle e Fiscalização do PROSUB, cabendo-lhe acompanhar, mediante uma visão sistêmica do processo como um todo, as ocorrências relacionadas com a execução coordenada de todos os contratos, garantindo a observância da vinculação dos marcos críticos interrelacionados, determinar as providências para regularizar as faltas ou defeitos observados e acompanhar a evolução financeira do PROSUB. O Controlador dos Contratos exercerá, ainda,

MARINHA DO BRASIL
 (Continuação do Memo nº 5 /2010, do CM)

cumulativamente, a função de fiscal do Contrato Principal e do Contrato 5 (Administração de Contratos), para o exercício de seus misteres, deverá contar com a assessoria de, pelo menos, dois oficiais CMG (RM1), um dos quais, oriundo do Corpo de Intendentes da Marinha.

O Controlador dos Contratos será designado por Portaria do DGMM, até 30JUN2010.

5. Os grandes desafios a enfrentar na execução do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), de grande magnitude para a Marinha, são de responsabilidade de todos os seus integrantes, cujo empenho e a motivação são fundamentais para superá-los. Portanto, além da necessidade de implementação de ações de governança, objeto deste documento, concito o ODG e os ODS, em suas respectivas cadeias de comando, a esclarecerem, orientarem e estimularem o engajamento de todos, a fim de que, com profissionalismo, criatividade, capacidade de inovação e visão prospectiva, obtenhamos sinergia nas ações empreendidas, colocando o Brasil no seletivo grupo das potências mundiais com o domínio da tecnologia para projetar e construir submarinos convencionais e de propulsão nuclear.

6. Este Memorando cancela o de nº 1/2010.

JULIO SOARES DE MOURA NETO
 Almirante-de-Esquadra
 Comandante da Marinha
 EDSON DA COSTA SOARES
 Capitão-de-Fragata (T)
 Encarregado da Secretaria e Comunicações
 AUTENTICADO DIGITALMENTE

Cópias:
 COGESN
 EMGEPRON
 Arquivo 2

61001.003514/2010-81